O INSTITUTO

REVISTA SCIENTÍFICA E LITERÁRIA

VOLUME 74.º



4.ª SÉRIE — **VOLUME 3.º**

COIMBRA
IMPRENSA DA UNIVERSIDADE
1927

O INSTITUTO

VOLUME 74.º

O INSTITUTO

REVISTA SCIENTÍFICA E LITERÁRIA

VOLUME 74.º



4.ª SÉRIE — VOLUME 3.º

COIMBRA

IMPRENSA DA UNIVERSIDADE

1927

SOCIOS BENEMÉRITOS

Cândido Sotto Mayor — Marquês de Jácome Corrêa — Ramiro de Magalhães — Conde de Felgueiras.

COMISSÃO DE REDACÇÃO

MEMBRO HONORÁRIO

Prof. F. Gomes Teixeira, Reitor Honorário da Univ. do Pôrto antigo Prof. da Univ. de Coimbra.

MEMBROS EFECTIVOS

Prof. Alberto Pessoa, da U. C., *Secretário.* — Prof. Amadeu F. de Carvalho, do I. I. C., *Secretário.* — Prof. Anselmo F. de Carvalho, da U. C., D. O. M., *Vice-Presidente.* — Dr. António Baião, D. A. T. T. — Prof. A. Augusto Gonçalves, da U. C., D. M. M. C. — Prof. J. G. de Barros e Cunha, da U. C. — Prof. Belleza dos Santos, da U. C. — Prof. Bento Carqueja, da U. P. — Dr. Bettencourt Rodrigues, A. M. — Prof. F. M. da Costa Lôbo, da U. C., D. O. A., *Presidente.* — Prof. Elísio de Moura, da U. C. — Prof. Eugénio de Castro, da U. C. — Prof. Ferrugento Gonçalves, D. I. S. T. — Prof. Fezas Vital, da U. C. — Prof. Fortunato de Almeida, do L. C. — Prof. Francisco Corrêa, D. I. S. C. — Almirante C. V. Gago Coutinho. — Dr. Jaime Cortesão, A. D. B. N. L. — Prof. Joaquim de Carvalho, da U. C., *Secretário Geral.* — Prof. Joaquim de Vasconcelos, da U. C. — Prof. Mendes Corrêa, da U. P. — Prof. D. Pacheco de Amorim, da U. C. — Prof. Paulo Merêa, da U. L. — Prof. Pedro J. da Cunha, R. U. L. — Prof. J. J. Pereira Dias, da U. C. — Prof. J. M. de Queiroz Velloso, D. F. L. U. L., D. G. E. S. — Prof. Ricardo Jorge, da U. L., D. G. S. — Prof. M. de Sousa da Câmara, D. I. S. A. — Prof. H. Teixeira Bastos, D. da Secção de Sciências Físico-Químicas da U. C. — Prof. L. I. Woodhouse, da U. P.

REDACÇÃO E ADMINISTRAÇÃO

ARCO DO BISPO, N.º 1 — COIMBRA

SÓCIOS BENEMÉRITOS

Cândido Sotto Mayor — Marquês de Jácome Corrêa — Ramiro de Magalhães — Conde de Felgueiras.

COMISSÃO DE REDACÇÃO

MEMBRO HONORÁRIO

Prof. F. Gomes Teixeira, Reitor Honorário da Univ. do Pôrto, antigo Prof. da Univ. de Coimbra.

MEMBROS EFECTIVOS

Prof. Alberto Pessoa, da U. C., *Secretário.* — Prof. Amadeu F. de Carvalho, do I. I. C., *Secretário.* — Prof. Anselmo F. de Carvalho, da U. C., D. O. M., *Vice-Presidente.* — Dr. António Baião, D. A. T. T. — Prof. A. Augusto Gonçalves, da U. C., D. M. M. C. — Prof. J. G. de Barros e Cunha, da U. C. — Prof. Belleza dos Santos, da U. C. — Prof. Bento Carqueja, da U. P. — Dr. Bettencourt Rodrigues, A. M. — Prof. F. M. da Costa Lôbo, da U. C., D. O. A., *Presidente.* — Prof. Elisio de Moura, da U. C. — Prof. Eugénio de Castro, da U. C. — Prof. Ferrugento Gonçalves, D. I. S. T. — Prof. Fezas Vital, da U. C. — Prof. Fortunato de Almeida, do L. C. — Prof. Francisco Corrêa, D. I. S. C. — Almirante C. V. Gago Coutinho. — Dr. Jaime Cortesão, D. B. N. L. — Prof. Joaquim de Carvalho, da U. C., *Secretário Geral.* — Prof. Joaquim de Vasconcelos, da U. C. — Prof. Mendes Corrêa, da U. P. — Prof. D. Pacheco de Amorim, da U. C. — Prof. Paulo Merêa, da U. L. — Prof. Pedro J. da Cunha, R. U. L. — Prof. J. J. Pereira Dias, da U. C. — Prof. J. M. de Queiroz Velloso, D. F. L. U. L., D. G. E. S. — Prof. Ricardo Jorge, da U. L., D. G. S. — Prof. M. de Sousa da Câmara, D. I. S. A. — Prof. H. Teixeira Bastos, D. da Secção de Sciências Físico Químicas da U. C. — Prof. L. I. Woodhouse, da U. P.

SUMÁRIO

Boletim do Instituto 1
Um verso de Teócrito, por Carlos Simões Ventura 4
Teoria geral da integrabilidade riemanniana, por J. Vicente Gonsalves 19
La enseñanza secundaria en Portugal, por Ruben Landa 44
La crise de la démocratie en Europe, por Vicomte de Rochefort .. 86
Subsidios para a Historia da musica em Portugal, por Sousa Viterbo 106
Explorações scientificas na Índia durante os reinados de D. Manuel, D. João III e D. Sebastião, Os primeiros naturalistas portugueses do século XVI, por Lencastre Pereira de Andrade 118
A obra de Guerra Junqueiro, por Vieira de Almeida 134
Vária:
Discurso pronunciado pelo Prof. Costa Lobo, como representante da Universidade de Coimbra, na Universidade de Salamanca 151
Juizos sôbre as «Cantigas d'Amigo dos Trovadores Galego-Portugueses». Edição crítica por José Joaquim Nunes. Vol II, Coimbra, Imprensa da Universidade, por Aubrey F. G Bell. . 155
Cantigas de Amigo, por F. Martinez Moras 156
Livros recebidos 159

ÍNDICE POR AUTORES

Pág.

ANDRADE (LENCASTRE PEREIRA DE) — Explorações scientíficas na Índia durante os reinados de D. Manuel, D. João III e D. Sebastião 118-301

AZEVEDO (PEDRO DE) — Linhas gerais da história da diplomática em Portugal 226

—— Algumas palavras 440

BACALHAU (JOSÉ) — Acção analgésica da adrenalina 724

BARBOSA (ANTÓNIO) — Instrumentos náuticos da época dos descobrimentos marítimos: sua importância histórica 470

BELL (AUBREY F. G) — Juízos sôbre as «Cantigas d'amigo dos trovadores galego-portugueses» edição crítica por JOSÉ JOAQUIM NUNES vol. II 155

BENSAÚDE (JOAQUIM) — Luciano Pereira da Silva e a sua obra 377

CAMPOS (AGOSTINHO DE) — Saüdade e meditação 433

CARDOSO (VICENTE LICÍNIO) — Licínio Cardoso 330-661-776

CARVALHO (JOAQUIM DE) — Luciano Pereira da Silva 550

CASTRO (EUGÉNIO DE) — Elogio dum egoísta 448

CHICARRO (PEDRO DE NOVO Y F.) — El doctor Don Luciano Pereira da Silva 431

COSTA (JOAQUIM) — O prof. Luciano 436

COSTA LÔBO (F. M. DA) — Discurso pronunciado pelo prof. Costa Lôbo, como representante da Universidade de Coimbra, na Universidade de Salamanca 151

—— Dr. Luciano Pereira da Silva 365

FIGUEIREDO DA GUERRA (LUÍS DE) — A tôrre da Ladeia 295

—— Doutor Luciano António Pereira da Silva 444

GONSALVES (J. VICENTE) — Teoria geral da integrabilidade riemanniana 19-186

GRAVE (JOÃO) — Dr. Luciano Pereira da Silva 424

HÜMMERICH (FRANZ) — Luciano Pereira da Silva 466

Pág.

KRYLOFF (N.) — Sôbre alguns novos métodos da integração aproximada das equações diferenciais da física matemática..... 555
LANDA (RUBEN) — La enseñanza secundaria en Portugal 44-204
MARTINES MORAS (F.) — Cantigas de amigo 156
MEUNIER (J. M.) — Applications de la phonétique expérimentale à l'étude des langues étrangères et à la thérapeutique c'est à dire à la correction des vices du langage et à la rééducation des sourds..... 161
NICOTRA (SEBASTIEN) — S^t François et la question sociale 569
OLIVEIRA (ALBERTO DE) — Dr. Luciano Pereira da Silva..... 409
OOM (FREDERICO) — Dr. Luciano Pereira da Silva 415
PEREYRA (CARLOS) — Un poeta de la exactitud 535
PESSOA (ALBERTO) — S. Pantaleão 753
RAMOS (MANOEL) — Rememorando 443
ROCHA MADAHIL (ANTÓNIO GOMES DA) — Os incunábulos da biblioteca do Liceu de Coimbra..... 338-604
ROCHEFORD (VICOMTE DE) — La crise de la démocratie en Europe . 86
RODRIGUES (JOSÉ MARIA) — O Dr. Luciano Pereira da Silva e os estudos camonianos 455
SAAVEDRA (JOSÉ DE) — O pneumotorax bilateral simultâneo..... 275
SILVA (MÁRIO A. DA) — Radioactivité — Sur une nouvelle détermination de la période du polonium..... 773
SILVA (VALENTIM DA) — O Fascismo 683
SILVA GAIO (MANUEL DA) — Um exemplo 541
SOUSA VITERBO — Subsídios para a história da música em Portugal.. 106-632
TEIXEIRA BASTOS (H.) — O Dr. Luciano António Pereira da Silva . 369
VENTURA (CARLOS SIMÕES) — Um verso de Teócrito 4
—— Da construção grega correspondente ao jussivo do passado do latim e do português 794
VIEIRA DE ALMEIDA — A obra de Guerra Junqueiro..... 134-243-640

ÍNDICE POR ARTIGOS

Pág.

Acção analgésica da adrenalina por José Bacalhau 724

Applications de la phonétique expérimental à l'étude des langues étrangères et à la thérapeutique c'est à dire à la correction des vices du langage et à la rééducation des sours por J. M. Meunier 161

Bibliografia 679-796

Boletim do Instituto 1-354-669

Construção (Da) grega correspondente ao jussivo do passado do latim e do português por Carlos Simões Ventura 794

Crise (La) de la démocratie en Europe por Vicomte de Rochford. 86

Dr. Luciano Pereira da Silva — In memoriam:

- Dr. Luciano Pereira da Silva por F. M. da Costa Lôbo ... 365
- O Dr. Luciano António Pereira da Silva — Notas biográficas por H. Teixeira Bastos 369
- Luciano Pereira da Silva e a sua obra por Joaquim Bensaúde 377
- Dr. Luciano Pereira da Silva por Alberto de Oliveira 409
- Dr. Luciano Pereira da Silva por Frederico Oom 415
- Dr. Luciano Pereira da Silva por João Grave 424
- El doctor don Luciano Pereira da Silva por Pedro de Novo y F. Chicarro 431
- Saüdade e meditação por Agostinho de Campos 433
- O prof. Luciano por Joaquim Costa 437
- Algumas palavras por Pedro de Azevedo 410
- Rememorando por Manuel Ramos 442
- Doutor Luciano António Pereira da Silva por Luís de Figueiredo da Guerra 444
- Elogio dum eguísta por Eugénio de Castro 448
- O Dr. Luciano Pereira da Silva e os estudos Camonianos por José Maria Rodrigues 455

Pág

Luciano Pereira da Silva por Franz Hümmerich 466
Instrumentos náuticos da época dos descobrimentos marítimos sua importância histórica por António Barbosa .. 470
Un poeta de la exactitud por Carlos Pereyra..... 535
Um exemplo por Manuel da Silva Gaio..... 541
Dr. Luciano Pereira da Silva por Joaquim de Carvalho 550
Enseñanza (La) secundaria en Portugal por Ruben Landa..... 44-204
Explorações scientíficas na Índia durante os reinados de D. Manuel, D. João III e D. Sebastião por Lencastre Pereira de Andrade 118-301
Fascismo (O) por Valentim da Silva 683
Incunábulos (Os) da biblioteca do Liceu de Coimbra por António Gomes da Rocha Madahil..... 338-604
Licínio Cardoso por Vicente Licínio Cardoso..... 330-661-776
Livros recebidos..... 159-679-799
Linhas gerais da história da diplomática em Portugal por Pedro de Azevedo..... 226
Novos (Sôbre alguns) métodos da integração aproximada das equações diferenciais da física matemática por N. Kryloff..... 555
Obra (A) de Guerra Junqueiro por Vieira de Almeida ... 134-243-640
Pneumotórax (O) bilateral simultâneo por José de Saavedra 275
Publicações periódicas recebidas no Instituto de Coimbra 356
Radioactivité — Sur une nouvelle determination de la periode du polonium por Mário A. da Silva 773
S^t François et la question sociale por Sebastien Nicotra 569
S. Pantaleão por Alberto Pessoa..... 753
Subsídios para a história da música em Portugal por Sousa Viterbo 106-632
Teoria geral da integrabilidade riemanniana por J. Vicente Gonsalves..... 19-186
Tôrre (A) da Ladeia por Luís de Figueiredo da Guerra..... 295
Vária:
Discurso pronunciado pelo prof. Costa Lôbo, como representante da Universidade de Coimbra, na Universidade de Salamanca 151
Juízos sôbre as «Cantigas d'amigo dos trovadores galego-portugueses» edição crítica por José Joaquim Nunes. Vol. II, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1926. pág. XVI-471 por Aubrey F. G. Bell 155

	Pág.
Cantigas de amigo por F. Martinez Moras	157
Secção de Coimbra da Sociedade portuguesa de biologia ..	355
Discursos proferidos na sessão solene do Instituto de Coimbra na qual se inauguraram as conferências sôbre a cultura ingleza	671
Verso (Um) de Teócrito por Carlos Simões Ventura	4

O INSTITUTO

REVISTA SCIENTÍFICA E LITERÁRIA

REDACÇÃO E ADMINISTRAÇÃO
ARCO DO BISPO, N.º 1 — COIMBRA

VOLUME 74.º

4.ª SERIE — VOLUME 3.º

NÚMERO 1

COIMBRA
IMPRENSA DA UNIVERSIDADE
1927

BOLETIM DO INSTITUTO

ASSEMBLEIA GERAL DE 20 DE OUTUBRO DE 1926

Aos 20 de Outubro de 1926 reüniu-se a Assembleia Geral do Instituto de Coimbra, sob a presidência do prof. COSTA LOBO.

O Sr. Presidente comemorou o falecimento dos sócios CARLOS FRANÇA, FRANCISCO AFONSO CHAVES, BERNARDO DE MADUREIRA, MANUEL JOAQUIM TEIXEIRA e LUCIANO PEREIRA DA SILVA, e propoz se exarasse na acta um voto de sentimento, o que foi aprovado. Por iniciativa do Sr. Presidente e dos profs. J. J. PEREIRA DIAS, DOMINGOS FESAS VITAL e JOAQUIM DE CARVALHO foi submetida à Assembleia a proposta de se consagrar à memória do prof. LUCIANO PEREIRA DA SILVA um número de *O Instituto*. Foi votada por unanimidade. Em seguida, o Sr. Presidente propoz que o Instituto promovesse, pelo seu Jornal e por conferências, a difusão da cultura inglêsa em Portugal. Todos os sócios presentes aplaudiram esta idea, e desde logo o Sr. Presidente anunciou que no próximo mês de Novembro faría uma conferência sôbre *A Astrofísica em Inglaterra,* a qual seria presidida pelo Ex.^{mo} Embaixador da Inglaterra em Lisboa.

Achando-se concluída a impressão do primeiro volume das *Memórias de Castilho,* de JÚLIO DE CASTILHO, o Sr. Presidente enalteceu a probidade com que o DR. AMADEU FERRAZ DE CARVALHO fizera a revisão dêste volume e está fazendo a dos volumes que continuarão esta obra, e propoz se con-

signasse na acta um voto de agradecimento, o qual foi aprovado.

Em seguida foi presente a correspondência de várias Sociedades scientíficas do estrangeiro, sendo dado um voto de confiança à direcção para lhes responder e dum modo geral intensificar a permuta do Jornal.

O Sr. Presidente propoz que o *Instituto* promovesse a publicação de uma obra, que se intitularia *Monumentos construidos pelos portugueses em regiões que não pertençem a Portugal,* a qual seria destinada a coligir importantes aspectos da actividade portuguesa. Foi aprovada. O prof. Alberto Pessoa fêz uma larga exposição sôbre a difusão e situação financeira do Jornal, que os sócios presentes aplaudiram; e o prof. Carlos Simões Ventura chamou a atenção para a conveniência de se promover uma mais larga permuta de *O Instituto* com revistas filológicas e linguísticas. Aprovado.

Procedeu-se, por fim, à eleição de sócios, a qual deu o seguinte resultado:

SÓCIO EFECTIVO NACIONAL

António Barbosa, oficial do exército, publicista.

SÓCIOS CORRESPONDENTES NACIONAIS

Valentim da Silva, publicista.
Bernardino Gracias, publicista e prof. do Liceu.
Francisco Vieira Machado, publicista.
José Franco Frazão (Penha Garcia), engenheiro.

SÓCIOS CORRESPONDENTES ESTRANGEIROS

Joseph Dunn, prof. da Universidade Católica, de Washington.
Dr. Emerich Frey, publicista.

Dr. T. E. Poeris Deranya Gala, publicista.

Dr. Alves Cerqueira, tenente-coronel médico do exército brasileiro, publicista.

Visconde de Rochefort, publicista.

De nada mais se tratou nesta sessão, da qual eu Cabral de Moncada, lavrei a presente acta.

(aa.) F. M. da Costa Lobo.
Cabral de Moncada.

UM VERSO DE TEÓCRITO (1)

Na introdução, ou melhor, preparação para o canto que constitui a parte principal do Idílio intitulado *Tirsis,* do nome do pastor que canta as *Penas* ou *Paixão de Dafnis,* descreve Teócrito uma taça duplamente famosa, pela singular beleza da concepção e mais talvez pelas controvérsias a que tem dado origem não só a natureza e disposição dos elementos decorativos, mas ainda o sentido de diversas expressões. Nas paredes, não se sabe bem se internas, se externas, da taça, dentre viçosa moldura de folhagem, três quadros, qual mais gracioso, sorriem aos olhos; no último vê-se representado um rapazito guardando uma vinha e tão distraído a arranjar uma armadilha para gafanhotos que não dá pela presença de duas raposas, uma das quais anda fazendo estragos nas uvas maduras, emquanto a outra concentra tôda a sua astúcia na bôlsa do farnel, no propósito evidente de com êle acalmar as exigên-



CARLOS SIMÕES VENTURA

---

(1) Comunicação apresentada ao Congresso Luso-Espanhol realizado em Coimbra (1925).

cias do seu estômago sempre faminto. Na deleitosa descrição lêem-se os seguintes versos:

> ..... ἁ δ' ἐπὶ πήρᾳ
> πάντα δόλον κεύθοισα (1) τὸ παιδίον οὐ πρὶν ἀνησεῖν
> φατὶ πρὶν ἢ 'κρατίσδον ἐπὶ ξηροῖσι καθίξῃ.

no último dos quais, em vez de ἀκρατίσδον, que é a leitura de Edmonds (2), a tradição manuscrita dá ἀκράτιστον, adjectivo verbal de ἀκρατίζω, segundo uns, substantivo, segundo outros. Cholmeley (3) que enfileira no 2.º grupo, diz que para ser o adjectivo verbal era necessário ter o acento na última sílaba — ἀκρατιστόν. Outros editores, como Wilamowitz-Mœllendorff (4) adoptaram a leitura dum antigo escoliaste — ἀκρατισμόν.

Lendo, pois, ἀκρατίσδον, como Edmonds, vou tentar esclarecer todo o passo que é tido e havido por muito obscuro, contando faze-lo por forma que nenhuma dúvida fique de pé nem quanto à verdadeira leitura nem quanto ao sentido. Ver-se-há por fim que Teócrito exprimiu em têrmos claros um fino pensamento, tendo para isso apenas de recorrer aos modêlos que a corrente pura da linguagem quotidiana lhe estava continuamente ofertando.

Vamos por partes:

Disse que a forma registada nos manuscritos e acolhida por alguns editores modernos é ἀκράτιστον em vez da qual um anotador antigo sugeriu ἀκρατισμόν a que outros dão hoje preferência. Ambas se podem traduzir, à falta de melhor, com a nossa palavra almôço; advirta-se, porém, que ao passo

---

(1) Schol.; a lição dos mss. é τεύχοισα, preferida por vários editores.
(2) *The Greek Bucolic Poets*, London, William Heinemann, 1923.
(3) *The Idylls of Theocritus*, London, G. Bell and Sons, 1919.
(4) *Bucolici Graeci*, Oxonii, e typographeo Clarendoniano, 1910.

que o grego traz à ideia a principal substância que compõe a refeição, em português não sucede isso, o que, como veremos, tem sua importância. Era a refeição da manhã e constava de pão molhado em vinho puro. «Chamamos — diz Ateneu (1) — a esta refeição ἀκρατισμόν, de se molharem em vinho puro e levarem à bôca, bocados de pão — διὰ τὸ ἐν ἀκράτῳ βρέχειν καὶ προσίεσθαι ψωμούς. A emenda proposta por Edmonds é a forma dórica do particípio presente do vb. ἀκρατίζω (2). Êste arguto helenista remete para Suidas (3), que, com outros lexicógrafos antigos, registou o verbo na voz activa. O sentido é ἄκρατον (sc. οἶνον) πίνειν, ou, na expressão de Aristóteles, ἀκρατοποτεῖν, *merum bibere*, beber vinho puro, sem mistura. A literatura grega conhecida não oferece exemplos da voz activa de ἀκρατίζω com êste sentido; a lição dos velhos dicionaristas parece, porém, indicar que na linguagem falada, pelo menos, tal forma estava também em uso. Dos modernos de que tenho conhecimento, apenas Liddell e Scott citam certo sentido tardio da voz activa. Sabida, porém, a diferença que separa as duas vozes activa e média (4), logo se conclui que o que dá a ἀκρατίζω condições de poder alternar no uso com a forma média correspondente, sem que dêsse facto resulte uma diferença apre-

---

(1) Na obra intitulada Δειπνοσοφισταί, 11. C., *ap.* Kynaston, *The Idylls and Epigrams* commonly attributed to Theocritus, Oxford, at the Clarendon Press, 1892, em nota a êste lugar. Sôbre ἀκράτιστον, etc., vid. Liddell and Scott, *A Greek-English Lexicon*, nova edição revista e aumentada por Henry Stuart Jones, Oxford, Clarendon Press, 1925, em via de publicação, s. v. ἀκρατίζομαι.

(2) Cf. nêste mesmo Idílio v. 2 μελίσδεται, ático μελίζεται; v. 3 συρίσδες at. συρίζεις; Idílio XV, v. 49 ἔπαισδον e muitos outros exemplos.

(3) *Op. cit.*, pág. 12.

(4) Vid. A. Meillet et J. Vendryes, *Traité de grammaire comparée des langues classiques*, Paris, Edouard Champion, 1924, § 454 e seg., especialmente § 456.

ciável de sentido, é a sua própria significação, pois que, exprimindo uma acção que se passa no sujeito e em proveito ou dano do qual redunda, êste fica naturalmente interessado naquela. O papel que na voz média pertence ao valor que lhe é próprio, que a individualiza e que consiste na indicação duma relação especial do sujeito com a acção verbal (1), é portanto no caso da voz activa desempenhado pela própria significação verbal quando concebida em absoluto, i. e., sem que venha expresso o objecto em que a acção se exerce. Evidentemente o verbo que estamos estudando e ainda outros que se acham em idênticas condições semânticas, empregavam-se normalmente na voz média; a voz activa pode, porém, querer até indicar que não sendo forçoso recorrer à voz média para traduzir o sentido acessório respectivo, se preferiu uma forma menos usada, que por isso mesmo mais concorria para aumentar o vigor do estilo.

Na voz média o mesmo verbo servia para indicar a operação mais complexa de molhar pão no vinho e comer, e como nisso consistia a refeição matinal dos gregos, passou naturalmente a significar — tomar a 1.ª refeição, almoçar, como nós dizemos, sentido êste que conservou, mesmo quando, perdida de todo a noção etimológica, o almôço apresentava uma constituïção inteiramente diversa, como neste lugar de Aristófanes: ἀ. κοκκύμηλα. Palavras que a princípio exprimem operações simples, conservam a capacidade de exprimir também as formas mais complexas que tiveram a sua origem naquelas.

Convém examinar algumas hipóteses mais importantes.

1. Há, repetimos, quem tenha a opinião de que se trata do adjectivo verbal de ἀκρατίζω. Kynaston (2) acentua ἀκράτιστον,

---

(1) Vid. A. Meillet et J. Vendryes, *op. cit.*, *ib.*

(2) *Op. cit.*, *ib.*

na esteira de Lidell e Scott. Os adjectivos verbais costumam, porém, vir acentuados na última, são oxítonos, e nós preferiríamos, com Cholmeley, ler ἀκρατιστόν. Neste caso seria contudo fácil de explicar a existência do acento na antepenúltima. Por uma falsa etimologia, ἀκράτιστον considerar-se-hia formado de ἀ- privativo e κρατιστός adjectivo verbal dum κρατίζω imaginário, mas possível, e estaria para κρατιστός como ἄλυτος está para λυτός do verbo λύω, como ἀπαίδευτος está para παιδευτός, como, sem dúvida ἄκρατος está para κρατός. Neste momento o que importa averiguar não é o lugar do acento, mas sim se temos ou não que considerar ἀκρατιστόν (ou ἀκράτιστον) como a melhor leitura. Cholmeley(1) julga estranho o emprêgo do adjectivo verbal nestas condições e a custo comparável a μενετοί em: τοῦ δε πολέμου οἱ καιροὶ οὐ μενετοί, de Tucídides(2). Alguma coisa teremos a dizer daqui a alguns instantes sôbre os casos da natureza dêste, que deve realmente ser considerado à parte. Supondo que se tratava do adjectivo verbal, o sentido só podia ser, literalmente: tendo bebido o vinho. E seria um bom sentido. Falta saber se também em grego, à semelhança do que sucedia no latim e ainda se observa na nossa língua (3), o adjectivo verbal podia indicar o substantivo que praticou a acção e que por ela chegou a um certo estado. Vejamos primeiro o que se passa no latim. Nesta língua adjectivos verbais como *cenatus*, *potus*, *pransus*, indicam um estado adquirido(4) mas são caracterizados pela correspondência a uma acção anterior activa do mesmo substantivo e não, como na maioria dos exemplos, dum substantivo diferente. Originariamente os adjectivos de tema em *-to*, indicavam o estado dum substantivo em con-

---

(1) *Op. cit.* pág. 192.
(2) I, 142.
(3) Vid. Epifânio Dias, *Sintasse histórica portuguesa* § 319.
(4) Meillet-Vendryes, *Op. cit.* § 534.

seqüência da acção por êle sofrida. Com êste sentido estavam naturalmente em condições de entrarem na conjugação verbal de forma passiva, sabido como é que entre a noção do estado, o valor passivo e valor intransitivo há estreitas afinidades: se uma pessoa ou coisa se acha em determinado estado é porque padeceu alguma acção de que aquele resultou. No grego, por exemplo, servia de aoristo passivo tôda uma classe de temas que exprimiam o estado e deu origem ao perfeito passivo o perfeito médio (estado resultante de acção acabada, que se deu no sujeito, que êste na realidade sofreu sendo outro o agente, o qual, por não vir mencionado, se esbate na concepção). O latim, dadas as condições de sentido dos adjectivos de tema em *-to*, constituiu com êles as formações perifrásticas próprias do perfeito. Depois do que fica exposto, também não deve causar a menor estranheza, antes deve parecer de todo o ponto natural, que o perfeito de verbos activos indicando o estado, como *gaudeo*, *soleo*, etc., apresente esta mesma forma perifrástica.

Voltando a *cenatus*, *pransus*, etc., fàcilmente se vê agora que a eqüivalência dêstes adjectivos verbais a *is qui cenavit*, etc., derivou das condições especiais que se verificam nos verbos correspondentes com relação ao sentido: valor médio e intransitivo, i. e., o sujeito exerce a acção sôbre si mesmo, em seu proveito ou desproveito, ficando, terminada ela, no caso do substantivo que, em virtude de ter sofrido a acção, atingiu o estado que os adjectivos em *-to* têm por função designar. Tais adjectivos são pois aplicáveis à expressão do estado dum substantivo, resultante duma acção, independentemente de esta haver sido praticada pelo substantivo sôbre si mesmo, ou por outro substantivo.

Do que acaba de dizer-se, infere-se que a existência em grego dum adjectivo em *-to*, de sentido activo, ou melhor, associado a um verbo de sentido activo, nada teria de extraor-

dinário; Liddell e Scott assim o entendem, pois traduzem por meio de uma fórmula activa—*having made a dry breakfast*. Tornava, porém, dispensável êste emprêgo do adjectivo em *-to* a quantidade considerável de particípios verbais existentes no grego. Quere-me, emfim, parecer que a hipótese segundo a qual a verdadeira leitura é ἀκρατιστόν, que aliás daria um bom sentido, se deve apartar.

Se não há motivo sério para atribuir ao adjectivo verbal de ἀκρατίζω um valor semelhante ao do latim *cenatus*, menos plausível me parece compara-lo a μενετοί do citado texto de Tucídides, embora o sentido dêste seja evidentemente diferente do sentido usual dos adjectivos em -το. Μενετός não faz referência a uma acção pretérita e pertence além disso a uma formação em que o sufixo não é *-to,* mas *-eto,* comum a outras línguas (1). Não serei pois ousado dizendo que em grego, se entre os adjectivos em *-to* e os respectivos verbos não havia uma relação muito estreita (o que tem sua origem na inteira independência própria do período de comunidade indo-europeia), no caso dos adjectivos em *-eto* (além de μενετός outros havia, como ἑλετός, εὑρετός, etc.) essa relação era provàvelmente nula.

2. Lendo ἀκράτιστον e considerando esta palavra um substantivo, Ahrens viu em todo o passo—πρὶν ἢ ἀκράτιστον ἐπὶ ξηροῖσι καθίξῃ, uma metáfora derivada da navegação e interpretou: «emquanto o almôço não tiver sido metido a pique» (2) (melhor seria: «emquanto não tiver metido o almôço a pique») e cita em refôrço desta opinião os seguintes lugares: ἐκάθισαν πρὸς τὸ ξηρὸν αἱ νῆες (3) e τῶν νεῶν ἄφνω καθιζουσῶν ἐπὶ ξηρὰν

---

(1) Vid. Meillet *Introduction à l'étude comparative des langues indo-européennes*, pág. 231.

(2) Vid. Cholmeley *op. cit.*, pág. 191.

(3) Políbio, XX, 5, 7.

τὴν γῆν (1). Mas as palavras de Teócrito, que, considerando ἀκράτιστον um substantivo, literalmente significariam: «emquanto não fizer sentar o almôço sôbre umas coisas sêcas», não encerram o sentido preciso e incisivo da tradução.

À interpretação de Ahrens foi, porém, oposto mais sólido reparo (2), qual é o de estar o adjectivo ξηρός no plural em lugar do singular, a que se deve juntar o vir o dativo em vez do acusativo, como nos exemplos de Políbio e Diodoro. O testemunho dêstes escritores leva, com efeito, a concluir que o uso consagrara neste caso o singular como consagra noutros o plural. As expressões πρὸς τὸ ξηρόν e ἐπὶ ξηρὰν τὴν γῆν têm tôda a aparência de frases de emprêgo comum. Teócrito ter-lhes-hia conservado o carácter original — portanto o mesmo número e caso — se quisesse emprega-las em sentido translato.

O confronto com a expressão correspondente homérica — ποτὶ (= πρὸς) ξερὸν ἠπείροιο — usada para exprimir um movimento na direcção da terra firme, posteriormente reduzida ao simples ποτὶ ξερὸν (Antologia) e onde também figura o singular e o acusativo, é, por isso mesmo, muito notável. Interesse igual apresenta a locução do mesmo género ἐπὶ ξερόν, que se lê em Nicandro (3) e que parece dever-se também considerar de ascendência épica. Emfim, só a descoberta de textos onde figurasse o plural e o acusativo de ξηρός podia dar alguma verossimilhança à suposição de Ahrens.

O emprêgo exclusivo do singular tem a sua explicação, que julgo ser a seguinte: Em primeiro lugar entre as ideas de terra firme, elemento sólido e de mar, elemento líquido há um perfeito contraste; como o mar era indicado

---

(1) Diodoro, XI, 77. — Por falta de elementos não pude verificar as citações.

(2) Cholmeley, *ibid.*

(3) Θηριακά, 704.

regularmente no singular, era também êste o número naturalmente usado falando da terra. Por outro lado, não se tratava duma coisa que fôsse sentida como um todo complexo, que portanto devesse dizer-se no plural. Sendo assim, o que seria razoável supor era que o poeta dos *Idílios,* ao tomar da linguagem náutica uma determinada expressão, consagrada pelo uso quanto ao sentido e quanto à forma, para a aplicar em circunstâncias muito diversas —o fizesse de maneira que longe de diminuir a sua eficácia a aumentasse, conservando-a tal qual, a fim de lhe não alterar o sabor original. A explicação do texto tem de ser tal que o plural ξηροῖσι encontre nela a mais completa justificação.

A reserva que a doutrina de Ahrens cria com relação ao número, deve estender-se ao caso, que nos dois autores citados é o acusativo, como se disse. O acusativo representa o movimento do navio de encontro ao obstáculo. Isto não impede que o dativo seja empregado e até com certa freqüência para indicar o termo dum movimento contido no sentido dum verbo, e o estado subsequente (1). Mas sendo o desastre náutico condicionado precisamente por um movimento de encontro ao obstáculo, outra forma que não fôsse o acusativo daria sentido diferente e, suprimida a idea de violência, diminuiria consideravelmente a eficácia da narração. Aplique-se aqui o que há pouco se disse a propósito da substituïção do singular pelo plural e concluir-se-há que também o emprêgo do dativo merece reservas.

As razões expostas (notando ainda a ausência de artigo antes de ξηροῖσι, ao contrário do que sucede nos autores referidos), invalidam completamente a opinião de Ahrens.

3. Para Hartung, que lê ἀκρατισμόν, a frase tem também

---

(1) Cf. com relação ao português Epifânio Dias, *op. cit.* § 183*b* e o que se dá em latim com os verbos *collocare*, *ponere*, etc.

origem náutica; a alusão é, porém, a um acto muito diverso como se vê da tradução: «emquanto não puser o almôço a salvo, na doca». Segundo esta interpretação, torna-se claro o pensamento da raposa: o que ela pretende é pôr o almôço em segurança no remanso do seu estômago. Não repetiremos objecções já feitas a propósito de ξηρός e que teriam também aqui o seu lugar. Independentemente disso, há, porém, a considerar que não se conhecem textos em que, falando de navios que demandam a terra para fugirem aos perigos do mar, se empregue a expressão ἐπὶ ξηροῖσι indicando a segurança desejada. Trata-se portanto duma hipótese sem qualquer citação que a confirme.

4. A lição de Edmonds, que se segue examinar, e a que ainda não foi prestada a devida atenção por parte dos comentadores, permite estabelecer bem claro o sentido, sem deixar de pé dificuldades como as que foram precedentemente observadas.

Antes, porém, convém saber que a emenda é materialmente muito fácil de explicar: ἀκρατισδον pouco difere de ἀκρατιστον; compare-se com a forma ἀκρατισμον sugerida por um escoliaste e por vários editores perfilhada.

Passemos à construção. Temos aqui o verbo καθίζω empregado numa construção bem conhecida — aquela em que a acção dum verbo tem por complemento um particípio referido ao objecto directo. Goodwin, nos *Greek moods and tenses*, § 898, registou a seguinte frase de Platão que ajuda a compreender o nosso caso: ἐὰν κλαίοντας αὐτοὺς καθίσω. A κλαίοντας corresponde ἀκρατίσδον; αὐτοὺς não tem correspondente expresso mas tem no subentendido — αὐτὸ (sc. παιδίον) que se deduz fàcilmente do verso anterior. A expressão assim formada com êste e outros verbos e particípio significa *colocar alguem ou alguma coisa em certa condição;* em português diz-se *fazer chorar alguem,* i. e., *pôr alguem*

nas condições de quem chora. Em grego também se usava o infinitivo; é por isso que uns editores lêm na *Ciropedia*, II, 2, 14 — αὐτοῦ τοῦ κλαίοντας καθίζοντος τοὺς φίλους, outros αὐτοῦ τοῦ κλαίειν κ. τ. λ. Neste lugar, como na frase de Platão, a situação do objecto é deprimente; o mesmo sucede em Teócrito onde a raposa tem claramente a intenção de deixar o pequeno guardador sem almôço.

Já vimos que ἀκρατίζω significava 1) beber vinho puro — ἄκρατον (sc. οἶνον) πίνειν; 2) tomar uma primeira refeição ou almôço constante de vinho e de bocados de pão que se iam mergulhando naquele e comendo segundo a clara descrição de Ateneu; 3) almoçar, simplesmente, vindo o nome do objecto directo ou seja dos componentes do almôço expresso à parte, como no exemplo já citado ἀκρατίζομαι κοκκύμηλα. Vê-se que êste verbo devido à sua formação desperta naturalmente em alguns dos seus emprêgos a idea de vinho; em português, almoçar não pode, por conseqüência, constituir por si só em tais casos suficiente tradução. Poderá, sim, dizer-se: ter por almôço vinho, ou até, almoçar vinho.

Atente-se agora no seguinte. O pequeno guardador da vinha tem junto de si a bôlsa do farnel onde, na sua viva imaginação, a raposa adivinha um saboroso pitéu que projecta imolar a uma gula insaciável, dizendo consigo que não largará o rapazinho emquanto o não puser a beber o seu vinho com... com quê?

O que é, está contido na expressão ἐπὶ ξηροῖσι, que parece desempenhar, pela forma e pelo sentido, um papel assás importante na frase. Edmonds (1) nota, e bem, que o vinho,

---

(1) *Op. cit.* pág. 13. — Julgo que foi na *Classical Review* que Edmonds tratou diversas questões relativas a Teócrito. Ignoro contudo se a discussão do presente caso veiu na mesma revista ou se se reduz às observações contidas a pág. 12–13 da tradução. Não tive meio de consultar a revista.

encontrando-se numa vasilha, estava fora do alcance da raposa; natural era que o bicho a que a tradição atribui a máxima dose de malícia, *concedesse* ao pequeno o vinho, por... não poder chegar-lhe, com aquela generosidade com que uma sua irmã *concede* aos cães umas certas uvas... Neste caminho da generosidade a *espécie* criada por Teócrito deixa, porém, as outras a perder de vista, pois não é apenas o vinho mas alguma coisa mais o que ela imagina para o lugar do cobiçado acepipe. — Velhacaria! dir-se-há. É com efeito dessa natureza a *generosidade,* como ides ver.

Teócrito não seguiu o modêlo que lhe oferecia Aristófanes no já citado ἀκρατίζομαι κοκκύμηλα e não escreveu ἀ. ξηρά, evidentemente porque não era aquele sentido de ἀκρατίζομαι o que êle queria exprimir, mas sim o que contém alusão ao vinho. Como há-de pois entender-se a expressão ἐπὶ ξηροῖσι?

O adjectivo ξηρός, ά, όν significa sêco, enxuto e sentidos derivados, magro, descarnado e ainda estragado, em mau estado. O neutro do singular (sem esquecer aqui as expressões já conhecidas ποτὶ ξερόν e ἐπὶ ξερόν) aplica-se à designação do fundo firme das águas e do elemento sólido em geral, contraposto ao elemento líquido. Lendo ἀκρατίσδον como Edmonds propõe, conclui-se fàcilmente que a coisa a que se refere o adjectivo é σιτία ou σῖτα, alimentos sólidos. Esta reconstituïção sugere várias observações comprovativas.

1) Em grego dizia-se σιτία (e também σῖτα) καὶ ποτά(1), ποτὰ καὶ βροτά(2), em português, comidas e bebidas. São coisas que andam, como se vê, associadas. É pois naturalíssimo que a seguir à referência à bebida (alimento líquido) contida em ἀκρατίσδον (= ἄκρατον (sc. οἶνον) πῖνον), se faça menção à comida (alimento sólido).

---

(1) Assim: Platão, *Protágoras,* 334 A.

(2) Eurípides, *Suplicantes,* 1110.

2) É de Xenofonte (1) o seguinte: καὶ ὅ γε ξηρὸς σῖτος ὅπως καλῶς ἐδώδιμος γίγνηται ἐπιμελετέον. Aqui ξηρός qualifica σῖτος e está oposto a ἐδώδιμος que se refere a alimento comestível. Com ξηρὸς σῖτος quer portanto Xenofonte significar a substância que não está nas condições de poder ser ingerida. Ξηρὰ σῖτα (ou σιτία) seriam alimentos em mau estado, estragados — uma das significações de ξηρός, como vimos. Pode supor-se que no falar quotidiano se contrapunham com freqüência as duas qualidades, o que justifica a fácil supressão do substantivo depois de ξηροῖσι. Como sucedia em muitos outros casos, tão fácilmente acudia à idéa a palavra σιτία, que não valia a pena exprimi-la. Dizia-se portanto ξηρά (sc. σιτία), como ἄκρατον (sc. οἶνον). O contraste com a noção de bebida envolvida em ἀκρατίσδον criava condições excepcionais à supressão. Se ξηρά diz a respeito a alimentos secos impróprios para comer, o que está contido na bôlsa donde a raposa não tira os olhos gulosos, são claramente alimentos comestíveis — ἐδώδιμα (sc. σῖτα). Quanto mais vale, na viva imaginação do bicho, o farnel, mais magra, mais ordinária se lhe representaria a substância a que se refere ξηρός, cujo relêvo de tal modo agora transparece que não é preciso acentua-lo.

Acrescentemos que a indeterminação que por natureza cabe à parte neutra dum adjectivo — indeterminação de que neste caso só provém maior eficácia e interêsse para a descrição — se acentua com o uso do plural e ausência do artigo, e teremos dito o essencial para justificar a presença do adjectivo ξηρός e explicar a omissão de σιτία.

3) A própria construção de ἀκρατίσδον com o dativo precedido de ἐπὶ nos leva a concluir que a coisa de que se fala é σιτία. É ainda Xenofonte quem nos vai auxiliar. Êle diz (2):

---

(1) *Económico*, VII, 36. Vid. Cholmeley, *op. cit.* pág. 385.

(2) *Ciropedia*, 6, 2, 27.

ἐπὶ τῷ σίτῳ πίνειν ὕδωρ. No Idílio não temos ἄκρατον πίνειν mas temos o verbo ἀκρατίζω que, como atrás se escreveu, lhe corresponde.

A ἐπὶ τῷ σίτῳ corresponde sintàticamente a expressão substantiva ἐπὶ ξηροῖσι. A diferença entre os dois textos é, como se vê, mais aparente do que real e se Teócrito, ao escrever êste passo das *Penas de Dafnis*, não teve em mente o texto de Xenofonte, é que então se trata dum tipo corrente de frase em que a expressão ἐπὶ ξηροῖσι tem sentido pejorativo. Escusado é, por outro lado, encarecer o ganho que literàriamente resulta da supressão de σιτία. Na diferença existente entre a frase de Xenofonte e a frase de Teócrito é que em parte tem sua origem o fino sabor da última.

Elucidado tudo, pode finalmente traduzir-se: «... *e protesta* [a raposa] *não largar o pequenote emquanto o não puser a beber o seu vinho* [mais literalmente: *emquanto o não fizer sentar a beber o seu vinho*] *em cima dumas magras viandas.*

A raposa pretende regalar-se com o conteúdo da bôlsa. Como manifesta ela êsse desejo? Por uma forma reveladora duma tal velhacaria, que só por si faria a glória da espécie inteira se esta não fôsse já, a muitos outros títulos, ilustre: *querendo que o pequeno tenha e se contente com umas viandas secas, intragáveis!* porque lá o saboroso pitéu, êsse seria para o seu papo! Bem merece na verdade o que de tôdas as raposas disse Phila (?)

Τὸ παγκάκιστον ἡ ἀλώπηξ θηρίον
δολοπλόκος πέφυκεν ἢ τἄλλα πλέον.

Uma vez mais Teócrito manuseou com soberba arte o material inexgotável da tradição, achando no veio límpido do falar quotidiano o feliz meio de a exprimir.

NOTA

Quando li o presente estudo ainda não fôra publicada a tradução de E. Legrand que recomendo aos leitores (1). Ignorava portanto qual fôsse a opinião do sábio estudioso de Teócrito relativamente a êste problema. Agora, que êste trabalho vai ser publicado, não quero deixar de me referir às poucas palavras em nota dedicadas pelo tradutor ao assunto.

Diz Legrand: ἐπὶ ξηροῖσι καθίζειν me semble équivaloir à ἀναξηραίνειν. Parece-me que não.

a) De-certo o ilustre tradutor não conhece (as suas próprias palavras o indicam) quaisquer lugares na literatura grega onde se observe claramente a referida equivalência, aliás dar-se-hia pressa em os citar.

b) Nas frases em que entra ἀναξηραίνω, quer em sentido próprio, quer em sentido figurado, no objecto acham-se envolvidos conteúdo e continente e não há separa-los; assim: τὴν λιμνὴν ἀν. — fazer secar um lago, que é o mesmo que fazer secar a água dum lago. Na expressão ἀκρατισμὸν ἀν., construída sôbre o mesmo modêlo, fala-se do conteúdo (o continente seria πήραν — a bôlsa), e só dêste. Eis uma diferença que não é para desprezar.

c) Ἀναξηραίνω significa fazer secar, exaurir, esgotar um líquido ou outra coisa, e também consumir, v. g. a fortuna. Sendo assim, ἀκρατισμὸν ἀν. compreender-se-ia, daria bom sentido; nem as referências contidas em *b*) têm que ver com o sentido. O que eu não vejo é como se possa explicar a equivalência de ἀκρατισμὸν ἀν. a ἀκρατισμὸν ἐπὶ ξηροῖσι καθίζειν, a primeira significando exaurir, consumir o almôço e a segunda lit. fazer sentar o almôço sôbre umas coisas secas. A primeira é clara; a segunda é menos inteligível; absolutamente ininteligível é a afirmação de que elas se equivalem. Talvez L. pense que ξηρά é o fundo sêco das águas. Seria nessa hipótese preciso explicar aquele plural e mesmo assim teríamos de considerar ἀκρατισμὸν ἐ. ξ. καθίζειν como um emprêgo metafórico talvez justificável em fáce de frases como ἐπὶ ξηροῖς τὴν λιμνὴν καθίζειν, que não creio tenha jamais existido. Por tudo isto, a sugestão de L. parece-me deveras obscura.

Carlos Simões Ventura

---

(1) *Bucoliques grecs*, t. I, *Théocrite*, Paris, «Les Belles Lettres», 1925.

TEORIA GERAL
DA INTEGRABILIDADE RIEMANNIANA (1)

I. — MENSURABILIDADE DE DOMÍNIOS LIMITADOS

1. **Considerações gerais** — A medição da grandeza dum domínio qualquer é um problema que pode oferecer três aspectos distintos, pois tantos são os casos a considerar quanto ao número de dimensões que êsse domínio apresenta. Temos, assim, sucessivamente:

1.º Cálculo do comprimento ou medida dum arco de curva;
2.º Cálculo da área ou medida duma superfície plana ou empenada;
3.º Cálculo do volume ou medida duma porção de espaço.



J. VICENTE GONSALVES

Tendo-nos já ocupado, na Geometria diferencial, da mensurabilidade dos arcos de curva, vamos agora estudar a

---

(1) Excerto do livro em preparação — *Lições teóricas de cálculo integral.*

mesma questão para as superficies e volumes, supondo, essencialmente, em todos os casos que se trata de domínios limitados.

Antes, porém, de iniciar êsse estudo, é conveniente familiarizarmo-nos com um certo número de noções gerais, de que mais tarde havemos de tirar proveito.

A primeira noção importante é a de *diâmetro* dum domínio limitado, que é o limite superior das distâncias dos pontos dêsse domínio, quando tomados dois a dois. Para exprimir que o diâmetro do domínio D é igual ou inferior a ε, escreveremos $D \leqslant \varepsilon$.

Qualquer domínio D pode ser dividido em partes de menor diâmetro, pois que o arco é decomponível por meio de pontos, a superfície por linhas e o espaço por superfícies.

Quando se trate de efectuar directamente a decomposição dum domínio mensurável, deve sempre entender-se que tal decomposição há-de ser feita de modo que os domínios parciais sejam igualmente mensuráveis.

Para exprimir que o maior dos diâmetros dos domínios parciais D_i, nascidos duma decomposição considerada, é igual a um certo número ε, escreveremos $[D_i \leqslant \varepsilon]$ ou diremos que ε é o diâmetro da decomposição $[D_i]$.

Entre os conjuntos que se podem formar com pontos dum domínio mensurável, são particularmente importantes os chamados *grupos integráveis de Jordan,* que poderemos definir do modo seguinte:

Um conjunto (P), *formado com pontos dum domínio mensurável* D, *constitui,* a respeito dêsse domínio, *um grupo integrável de Jordan, quando, qualquer que seja a decomposição* $[D_i \leqslant \varepsilon]$, *a medida dos domínios* D_i', *que contiverem pontos* P, *tender para zero com* ε.

Esta definição legitima o nome de conjuntos de extensão nula, que muitas vezes se dá aos grupos de Jordan.

Uma circunferência constitui um grupo de Jordan a respeito de qualquer domínio plano que a contenha, porque, decompondo êsse dominio em partes $D_i < \varepsilon$, a área dos elementos D_i que encerram os seus pontos não pode exceder a área duma coroa circular de raio 2ε e tende, portanto, para zero com ε. Mas, os pontos duma circunferência já não formam um grupo de Jordan a respeito da própria circunferência, porque, decompondo esta linha em partes, é sempre igual a $2\pi R$ a medida dos arcos que contêm os seus pontos. No primeiro caso, os pontos da circunferência eram consirados componentes dum conjunto plano e as medidas eram áreas, emquanto no segundo as medidas são comprimentos, porque êsses pontos formam um conjunto linear.

2. **A área duma curva plana.** — Seja S uma curva plana, fechada, sem pontos múltiplos, e A e B respectivamente a região limitada, ou interior, e a região ilimitada, ou exterior, em que ela decompõe o plano. Os pontos da curva S podem considerar-se indiferentemente como pertencentes a A ou B, mas em nenhum caso os tomaremos por interiores a qualquer dessas regiões. Vamos indicar quais são as circunstâncias em que o domínio A deve considerar-se mensurável e determinar a condição necessária e suficiente para a existência da sua medida ou área.

Nós diremos que um polígono P' é interior a S ou, simplesmente, *interior,* quando tôda a sua fronteira seja interior a A; um polígono P'' será exterior, quando contiver S e fôr interior a B.

A área dos polígonos já foi definida e estudada na Geometria elementar, onde se demonstrou que as áreas p e q dos polígonos P e Q satisfazem à relação $p < q$, tôdas as vezes que P seja interior a Q.

No nosso caso, será, então, $p' < p''$, de modo que o limite superior π' das áreas dos polígonos interiores e o limite infe-

rior π'' das áreas dos polígonos exteriores estão também sujeitos pela relação

$$\pi' \leqslant \pi''.$$

Se fôr $\pi' = \pi''$, o valor comum dêstes limites é um número maior do que a área de qualquer polígono interior e menor do que a área de todos os polígonos exteriores, constituindo por isso o elemento de separação das classes (p') e (p''). Neste caso, diremos que *o domínio* A *é mensurável ou quadrável e o valor comum a dos limites considerados é a sua medida ou área.*

Suponhamos que a exista e sejam P' e P'' dois polígonos para os quais se tenha

$$p'' - p' < \delta.$$

Se designarmos por μ o limite inferior das distâncias dos pontos de S aos pontos de P' e P'' e decompusermos o plano em elementos $\Delta_i < \mu$, é manifesto que a área dos elementos Δ_i onde haja pontos de S não poderá exceder δ, pelo que os pontos desta curva formam um grupo (plano) integrável de Jordan.

Para demonstrar a proposição recíproca, imaginemos o plano decomposto em elementos $\Delta_i = \varepsilon$ por meio de duas famílias de rectas paralelas e equidistantes, e designemos respectivamente por P_1' e P_1'' o maior dos polígonos interiores e o menor dos polígonos exteriores, *que sejam exactamente decomponíveis em rectângulos* Δ_i. Como a área do domínio anular-poligonal $P_1'' - P_1'$ seja igual à soma das áreas dum certo número de elementos Δ_i, em cada um dos quais há pelo menos um ponto de S, a hipótese de esta curva formar um grupo de Jordan exige que $p_1'' - p_1'$ tenda para zero com ε e leva-nos, portanto, à igualdade $\pi' = \pi''$. Logo,

A condição necessária e suficiente para que o domínio A

seja quadrável é que a sua fronteira forme um grupo (plano) integrável de Jordan.

Ás linhas planas que gosam desta propriedade dá-se muitas vezes o nome de *linhas quadráveis* ou de *área nula;* e as linhas quadráveis, fechadas e sem pontos múltiplos chamam-se *curvas de Jordan.*

Da doutrina exposta resultam imediatamente as seguintes propriedades das áreas:

Decompondo o domínio A *em duas partes* A_1 *e* A_2, *por meio duma linha de área nula, os novos domínios* A_1 e A_2 *são ainda quadráveis e entre* a, a_1, *e* a_2 *existe a relação*

$$a_1 + a_2 = a.$$

Se os domínios quadráveis A_1 *e* A_2 *tiverem apenas em comum um segmento da sua fronteira, o domínio limitado pelos segmentos não comuns dos contornos de* A_1 *e* A_2 *será igualmente quadrável.*

Estas propriedades são freqüentemente aproveitadas na prática, visto permitirem a substituïção do cálculo da área dum dado domínio pelo cálculo doutras áreas de mais fácil quadratura.

Demonstraremos ainda o importante

Teorema. *Tôda a curva rectificável é uma curva de área nula.*

Com efeito, todos os pontos duma curva de comprimento s podem ser encerrados em n círculos de raio $\frac{s}{2n}$, os quais, por sua vez, são interiores, a n outros círculos, com os mesmos centros e raio $\frac{s}{n}$. Ora, os elementos planos $D_i < \frac{s}{2n}$ que contenham pontos de curva são necessàriamente

interiores a estes últimos círculos; logo, por não exceder $n \cdot \left(\frac{s}{n}\right)^2 \cdot \pi$, a sua área tende para zero com $\frac{1}{n}$.

3. **Área das superfícies empenadas.** — Em primeiro lugar, assim como uma curva é para nós um conjunto de três equações

$$x = \varphi(t), \quad y = \psi(t), \quad z = \pi(t),$$

cujos segundos membros são funções contínuas num dado intervalo (t_0, T), assim também uma superfície A será um grupo de três equações

$$x = \varphi(u, v), \quad y = \psi(u, v), \quad z = \pi(u, v),$$

cujos segundos membros variam com continuïdade num certo domínio A' do plano dos u, v e sôbre a sua fronteira F'. Neste estudo, suporemos, porém, essencialmente, que F' *é uma curva de Jordan e que os valores das funções* φ, ψ, π *em qualquer ponto interior a* A', *mas não pertencente a um determinado grupo integrável de Jordan* H', *não são nunca simultâneamente iguais aos valores dessas mesmas funções em qualquer outro ponto dêsse domínio ou da sua fronteira.*

As definições de área de superfície e de comprimento de arco, conquanto não sejam inteiramente análogas, coïncidem sensìvelmente nos seus traços fundamentais. Assim, tendo empregado na última segmentos de recta como lados dum contôrno poligonal, utilizar-se hão na primeira segmentos de plano como faces duma superfície poliédrica; e à decomposição do intervalo (t_0, T) em partes corresponderá aqui a sub-divisão de A' em triângulos, pois que os planos das faces são determinados por três pontos, isto é, por três pares de números u, v.

Mas nem tôdas as superfícies poliédricas construídas dêste modo podem ser utilizadas na definição de área duma super-

fície, tornando-se por conseguinte indispensável dar algumas indicações sôbre as características essenciais daquelas de que nos vamos servir.

Assim, a decomposição do domínio A′ há-de fazer-se em triângulos que tenham dois lados paralelos aos eixos $u=0$, $v=0$, mas só aproveitaremos aqueles que não contenham interiormente nenhum ponto da fronteira dêsse domínio, os quais designaremos por $T'_1, \ldots T'_i, \ldots$ Os pontos de A que corresponderem aos vértices de T'_i serão os vértices dum novo triângulo T_i, e a superfície poliédrica correspondente à decomposição efectuada em A′ compor-se há de tôdas as faces triangulares T_i.

Quando as áreas das superfícies contruídas dêste modo tendam tôdas para um limite único a, ao convergirem para zéro os diâmetros dos triângulos T′, *nós diremos que a superfície* A *é mensurável e o limite a é a sua medida ou área.*

É fácil de achar a expressão da área t_i de T_i em função da área t'_i de T'_i, quando φ, ψ e π tenham derivadas parciais em A′ e, como sempre admitiremos neste estudo, o triedro XOYZ seja tri-rectangular.

Supondo, para simplificar, que os eixos $u=0$, $v=0$ são rectangulares e designando por

$$(u_i, v_i), \quad (u_i+h_i, v_i), \quad (u_i, v_i+k_i)$$

as coordenadas dos vértices de T'_i, a área da projecção T_{iz} de T_i sôbre o plano XOY será dada pelas igualdades

$$t_{iz} = \frac{1}{2}\left\| \begin{matrix} \varphi(u_i, v_i) & \psi(u_i, v_i) & 1 \\ \varphi(u_i+h_i, v_i) & \psi(u_i+h_i, v_i) & 1 \\ \varphi(u_i, v_i+k_i) & \psi(u_i, v_i+k_i) & 1 \end{matrix} \right\|$$

$$= \frac{1}{2}|h_i k_i| \cdot \left\| \begin{matrix} \varphi'_u(u_i+\theta_i h_i, v_i) & \psi'_u(u_i+\theta'_i h_i, v_i) \\ \varphi'_v(u_i, v_i+\theta''_i h_i) & \psi'_v(u_i, v_i+\theta'''_i k_i) \end{matrix} \right\|,$$

que, representando por Z_i o multiplicador $\frac{1}{2}|h_i k_i| = t'_i$, se reduzem a

$$t_{iz} = Z_i t'_i.$$

Entrando com êste e outros resultados análogos na fórmula conhecida

$$t_i = + \left[t_{ix}^2 + t_{iy}^2 + t_{iz}^2 \right]^{\frac{1}{2}},$$

encontraremos emfim

$$t_i = + \left[X_i^2 + Y_i^2 + Z_i^2 \right]^{\frac{1}{2}} \cdot t'_i.$$

Dêste resultado, deduz-se imediatamente, passando ao limite, a importante desigualdade

$$a \leqq 2\sqrt{3} K^2 a',$$

à qual ficam sujeitas tôdas as superfícies mensuráveis que satisfaçam as duas condições seguintes:

1.º *As funções* φ, ψ, π *e o domínio* A' *gozam das propriedades inicialmente descritas;*

2.º *As derivadas* φ'_u, φ'_v, ψ'_u, ... *são limitadas em valor absoluto pela constante* K.

No capítulo III serão dadas as condições suficientes de mensurabilidade duma superfície, mas fica desde já estabelecido que, nestas Lições, *apenas nos ocuparemos das superfícies mensuráveis que respeitem as duas condições anteriores.*

5. **Composição e decomposição de superfícies mensuráveis.** — Demonstremos agora as seguintes propriedades das superfícies mensuráveis:

Decompondo em partes o domínio A', *a superfície mensu-*

rável A *fica também dividida em partes mensuráveis e a soma das medidas dêstes domínios parciais é igual à área da superfície* A.

Se as três funções arbitrárias φ, ψ, π *tiverem derivadas num certo domínio plano* A', *a superfície arbitrária* A (φ, ψ, π) *será mensurável, logo que, pela subdivisão de* A', *seja decomponível em partes mensuráveis, sem pontos interiores comuns* (1).

Na demonstração dêstes teoremas, suporemos, para simplificar, que o domínio A' foi dividido em duas partes A_1' e A_2' por uma curva C' de área nula. Observemos também que para estabelecer o primeiro teorema, só é necessário provar que as superfícies poliédricas respeitantes a A_1 e A_2 tendem para limites de soma igual à área de A.

Seja então ε um número tal que a diferença entre as áreas de duas superfícies poliédricas relativas a A seja inferior a δ, logo que o diâmetro da correspondente decomposição de A' não exceda ε. Admitamos ainda que o produto de $2\sqrt{3}\,K^2$ pela área de quaisquer elementos planos $T_i' \leqq \varepsilon$, que contenham pontos de C', seja também inferior a δ.

A partir de duas superfícies poliédricas R_1 e S_1 relativas ao domínio A_1 e a duas decomposições (triangulares) $[T_{i,1}' < \varepsilon]$, construamos duas outras superfícies R e S relativas a A e a $[T_i' < \varepsilon]$, procedendo porém de modo que elas coïncidam respectivamente com R_1 e S_1 na parte respeitante a A_1' e sejam idênticas na parte correspondente a A_2'. Dêste modo, a diferença $r - s$ das medidas de R e S só difere de $r_1 - s_1$ pela diferença $\alpha - \beta$ das área das faces de R e S relativas

---

(1) Um ponto diz-se interior à superfície A, quando corresponde a um ponto interior a A'.

Esta proposição pode generalizar-se um pouco, pois não há inconveniente em admitir a existência de pontos interiores comuns, quando êsses pontos correspondam a um grupo de Jordan em A'.

aos triângulos T_i' que contêm pontos de C'. Logo, por ser

$$r - s = r_1 - s_1 + \alpha - \beta,$$

virá

$$|r_1 - s_1| < 2\delta$$

e r_1 e s_1 tendem para um mesmo limite ao convergir ε para zéro. Tanto basta para considerarmos A_1 mensurável, pois que as demais condições são evidentemente satisfeitas, em virtude de A ser mensurável (por hipótese).

Do mesmo modo se estabelecia a mensurabilidade de A_2 e a igualdade $a_1 + a_2 = a$ é agora uma simples conseqüência do facto de se poder tornar arbitràriamente pequena a soma das áreas das faces relativas a triângulos T_i' que contenham pontos de C'.

A demonstração do segundo teorema torna-se agora extremamente simples, pois tudo se reduz a recapitular as condições necessárias e suficientes da mensurabilidade.

Ora, A' é quadrável, por ser decomponível em partes quadráveis; as derivadas φ_u', φ_v', ... são limitadas em A', porque o são em A_1' e A_2'; não existindo dentro de A_1' nenhum ponto em que φ, ψ, π tomem conjuntamente os mesmos valores que têm em qualquer ponto interior a A_2', essas funções satisfazem às condições que lhes dizem respeito, visto a curva C' ser um grupo de Jordan; e, emfim, uma superfície poliédrica relativa a A decompõe-se em duas superfícies, uma relativa a A_1, outra respeitante a A_2, e num certo número de faces correspondentes aos triângulos T_i' que contêm pontos de C'. O teorema é, pois, verdadeiro.

Daqui em diante, quando se fizer referência a uma decomposição de A em partes, deve sempre entender-se que *as linhas que dão origem a essa decomposição correspondem a curvas de área nula traçadas no domínio* A'.

5. **Correspondência entre A e A′.** — A correspondência especial que supuzemos estabelecida entre os pontos de A′ e os de A, e da qual tantas conseqüências derivam, é geralmente realizada quando as funções φ, ψ e π tenham derivadas contínuas e os jacobianos

$$J_x = \frac{D(\psi, \pi)}{D(u, v)}, \quad J_y = \frac{D(\pi, \varphi)}{D(u, v)}, \quad J_z = \frac{D(\varphi, \psi)}{D(u, v)}$$

não sejam conjuntamente nulos em nenhum ponto de A′. Efectivamente, nesse caso, é o domínio A′ decomponível em partes A_i', em cada uma das quais um dêsses jacobianos será sempre diferente de zero e os teoremas da inversão poderão ser legìtimamente utilizados. Por exemplo, se J_z fôr o jacobiano que não se anula em A_1', as duas primeiras equações da superfície dar-nos hão

$$u = \varphi_1(x, y), \quad v = \psi_1(x, y)$$

e a terceira, transformando-se em

$$z = \pi_1(x, y),$$

mostra que, sôbre o segmento A_1 de A, um ponto pode ser determinado apenas pelas suas duas primeiras coordenadas. Ora, como a cada sistema (x, y) corresponde apenas um sistema (u, v), a correspondência entre A_1 e A_1' é, como desejávamos provar, uniforme e recíproca (1).

---

(1) Para estender esta conclusão a A e A′, veja a nota precedente.

Entre as propriedades mais notáveis desta correspondência, citaremos a seguinte:

A cada grupo integrável de Jordan existente em A', *corresponde em* A *outro grupo integrável de Jordan.*

Para demonstrar êste teorema, transformaremos primeiro o seu ennunciado do modo seguinte:

Façamos em A uma decomposição $[A_i \lesssim \varepsilon]$ e sejam $A_{h_1}, \ldots A_{h_m}$ os elementos superficiais que contêm os pontos do conjunto G correspondente ao grupo integrável G' existente em A'. Digo que, *se* ε *fôr suficientemente pequeno, todos os pontos de* A', *aos quais correspondam pontos dos elementos* A_{h_i}, *estão a uma distância inferior a* δ *de algum dos grupos* G', H' *ou* F'.

Admitindo a hipótese contrária, reconhece-se que, por menor que seja o número ε_n, há sempre pelo menos uma decomposição $[A_i^n \lesssim \varepsilon_n]$, da qual faz parte um elemento $A_{h_{i,n}}^n$ que encerra pontos correspondentes a outros pontos de A' situados a uma distância não inferior a δ de qualquer dos grupos G', H' e F'.

Seja, então, P o limite duma *sucessão* de pontos de G tomados nos elementos $A_{h_{i,1}}^1, \ldots A_{h_{i,n}}^n, \ldots$ e P' o limite doutra *sucessão* formada com pontos de A' que tenham como correspondentes em A componentes da sucessão anterior. É manifesto que P' está a uma distância não inferior a δ dos três grupos G' H' e F'; e, por outro lado, há em G' um ponto Q' de que P é também correspondente, visto pertencer a G (1). Ora, esta conclusão é absurda, porque, não pertencendo P' nem a H' nem a F', não pode haver em A' outro ponto em que as funções φ, ψ e π tomem conjuntamente os mesmos valores.

---

(1) Nós admitimos a hipótese, absolutamente legítima, de que G' é fechado.

Do teorema que acabamos de demonstrar, passa-se facilmente para aquele que ennunciámos em primeiro lugar, observando que é sempre possível arranjar de tal modo uma decomposição $[A'_i \leqq 3\delta]$, que os elementos A'_i, onde haja algum ponto, a que corresponda um componente de G, contenham também um ponto de G', H' ou F'. Como o número δ é arbitrário e estes conjuntos sejam grupos integráveis de Jordan, a fórmula $a \leqq 2\sqrt{3}\,K^2 a'$, aplicada aos elementos A'_i que contenham pontos dêsses grupos, mostra que o nosso teorema é verdadeiro.

Corolário. — *As curvas por meio das quais se decompõe uma superfície mensurável formam, com relação a essa superfície, um grupo integrável de Jordan.*

6. **Volume duma superfície.** — Pela íntima semelhança que o estudo desta questão oferece com o problema das áreas das curvas planas, evitaremos certos esclarecimentos e demonstrações que se tornam aqui manifestamente dispensáveis.

Considere-se a porção V de espaço não exterior a uma superfície fechada, sem linhas ou pontos múltiplos e, com os volumes dos poliedros interiores P' e exteriores P'', formem-se os conjuutos (p') e (p''). Se os limites π' e π'' dêstes conjuntos forem iguais, nós diremos que o espaço V é cubicável ou mensurável; o seu volume ou medida é, por definição, o valor comum dos referidos limites.

A condição necessária e suficiente para que V seja mensurável é que a sua fronteira forme um grupo (espacial) integrável de Jordan.

As superfícies que limitam espaços mensuráveis denominam-se superfícies cubicáveis ou de volume nulo.

II. — DEFINIÇÃO DE INTEGRAL

7. **Considerações preliminares.** — No estudo que vamos fazer, D representa indistintamente qualquer dos domínios:

(*a*) segmento de recta;
(*b*) arco de curva;
(*c*) região plana;
(*d*) superfície empenada;
(*e*) porção de espaço tridimensional;

e goza das seguintes propriedades:

(1) é limitado e mensurável;
(2) é decomponível em partes mensuráveis D_i, de diâmetro tão pequeno quanto se queira, e a soma das medidas dos dominios parciais D_i é igual à medida do domínio inicial D.

Tendo visto precedentemente que

(a') os segmentos de recta;
(b') os arcos rectificáveis;
(c') os segmentos de plano limitados por curvas de Jordan;
(d') os segmentos mensuráveis de superfície; e
(e') os segmentos de espaço limitados por superfícies de volume nulo

gozam destas propriedades, tôdas estas variedades geométricas podem desempenhar o papel de domínio D na teoria que vamos desenvolver.

8. **Definição de integral.** — Seja $f(P)$ uma função definida em todos os pontos P dum certo domínio D, onde só toma valores reais. Decomponhamos êsse domínio em partes D_i, tomemos em cada uma delas um ponto P_i, multipliquemos $f(P_i)$ pela medida d_i de D_i e adicionemos emfim todos os

produtos obtidos:

$$\sigma = \Sigma f(P_i)\, d_i.$$

Há, manifestamente, uma dupla infinidade de somas desta natureza, porque, por um lado, é infinita a variedade dos modos de decomposição e, pelo outro, é arbitrária a escolha dos pontos P_i. É por conseguinte possível construir uma infinidade de sucessões, tais como

$$\sigma) \quad \sigma_1, \quad \sigma_2, \quad \ldots, \quad \sigma_n, \quad \ldots$$

sujeitas à única condição comum de ao longo delas convergirem com $\frac{1}{n}$ para zero os diâmetros dos domínios parciais D_i^n, que entram na definição construtiva das somas σ_n. Em geral, algumas dessas sucessões divergem e o limite das restantes varia de sucessão para sucessão. Mas, se todas elas *convergirem*, então *haverá um limite único*, I, *o mesmo para todos*. Neste caso, diremos que $f(P)$ *é integrável em* D, *e ao número* I, que se representa pelo símbolo

$$\int_D f(P)\, dD,$$

daremos o nome de integral de f(P) *em* D. D *é o domínio ou campo de integração.*

Na realidade, como o domínio de integração pode apresentar cinco variedades, os integrais grupam-se também em cinco classes, cada uma com o seu símbolo particular. No entanto, como, neste capítulo, o nosso objectivo é apenas a exposição duma *teoria geral da integrabilidade*, que interessa, portanto, do mesmo modo essas cinco classes, convém adoptar provisòriamente, como fizemos, um único sinal de integração.

9. **Nova definição de integral.** — Resultando da definição anterior que o número I, quande exista, pode calcular-se, com qualquer aproximação, por meio de somas σ de índice suficientemente grande, ou, o que é o mesmo, relativas a dominios parciais bastante pequenos, a desigualdade

$$|\sigma - I| < \delta$$

deve ser necessàriamente uma conseqüência da limitação

$$D_i < \varepsilon(\delta).$$

De resto, esta indução pode ser confirmada por um raciocínio tão simples como rigoroso. Se, de facto, fazendo decrescer ε indefinidamente, não deixássemos nunca de encontrar somas σ que satisfizessem à desigualdade oposta, seria manifestamente possível construir com tais somas uma sucessão σ), que seria divergente ou não admitiria o limite I.

Recìprocamente, se a desigualdade considerada fôr verdadeira tôdas as vezes que seja respeitada a correspondente limitação $D_i < \varepsilon(\delta)$, é manifesto que tôdas as sucessões do tipo σ) convergirão para o limite I. Logo, servindo-nos dessa desigualdade, podemos também definir do modo seguinte a integrabilidade de $f(P)$:

A função $f(P)$ *diz-se integral em* D, *quando existir um número* I *que difira por menos de* δ *de todas as somas* σ *provenientes de decomposições de diâmetro inferior a* $\varepsilon(\delta)$.

10. **Natureza das funções integráveis.** — Uma função f, integrável em D, é aí necessàriamente limitada.

Seja, com efeito, σ uma soma que difira de I por menos de δ. Como esta aproximação depende apenas do diâmetro dos elementos D_i e de modo nenhum da escolha dos pon-

tos P_i; ela manter-se há, qualquer que seja, por exemplo, a posição de P_1 em D_1, por onde se vê que $f(P)$ é aí limitada. Atendendo a que êste raciocínio é igualmente aplicável a cada um dos restantes domínios elementares, concluímos pela limitabilidade de f em todo o campo de integração.

III. — O PROBLEMA DA INTEGRABILIDADE

11. **Condição necessária de integrabilidade.** — Sejam σ e σ' duas somas relativas a uma mesma decomposição Δ_i de diâmetro inferior a $\varepsilon\left(\alpha \cdot \frac{\delta}{4}\right)$. Visto que a desigualdade

$$|\sigma - \sigma'| = |\Sigma[f(P_i) - f(P_i')]\delta_i| \leq |\sigma - I| + |I - \sigma'| < 2\alpha \cdot \frac{\delta}{4}$$

é verificada independentemente do modo como se escolheram os pontos P_i e P_i'; e visto que, por outro lado,

$$f(P_i) - f(P_i')$$

pode aproximar-se tanto quanto se queira do seu limite superior, que é a diferença

$$L_i - l_i$$

dos limites de f em Δ_i, nós temos manifestamente o direito de escrever

$$\Sigma(L_i - l_i)\delta_i \leq \alpha \cdot \frac{\delta}{2}$$

e, por mais forte razão,

$$\Sigma(L_i' - l_i')\delta_i' \leq \alpha \cdot \frac{\delta}{2},$$

se nos cingirmos àquela parte do somatório anterior que provém dos dominios Δ_i, *dentro* dos quais exista algum ponto P_a em que a oscilação de f exceda ou iguale o positivo α. Mas, nesses domínios, que designaremos por Δ_i', é certamente

$$L_i' - l_i' \geq \alpha;$$

virá, então,

$$\Sigma \delta_i' \leq \frac{\delta}{2}.$$

Ora, em qualquer decomposição de D em partes D_i, os domínios parciais D_i que contenham pontos P_α ou são interiores aos elementos Δ_i' já considerados, e a sua medida não excede $\frac{\delta}{2}$; ou contêm pelo menos um ponto da fronteira de algum domínio Δ_i, e ainda a sua medida é inferior a $\frac{\delta}{2}$, porque as fronteiras dêstes domínios formam um grupo integrável de Jordan. Logo, em qualquer decomposição de diâmetro inferior a ε, a medida dos domínios parciais que contenham pontos P tende para zero com ε. *O conjunto* (P_α) *é, pois, necessàriamente, um grupo integrável de Jordan a respeito de* D.

12. **Condição suficiente.** — Vamos mostrar que, *recìprocamente,* $f(P)$ *é integrável sempre que* (P_α), para qualquer valor de α, *seja um grupo integrável de Jordan.*

Imaginemos descritas, dos pontos P_α como centro, esferas E_α de raio ε, e seja (Q) o complementar do conjunto dos pontos P que lhes são interiores. Êste conjunto (Q) é manifestamente fechado (pois que um ponto interior a uma esfera não é limite de pontos exteriores) e, além disso, não contém nenhum elemento em que a oscilação de f exceda ou iguale α. O teorema de Baire dar-nos há então, para dois

quaisquer dos seus pontos,

$$|f(Q)-f(Q')|<2\alpha,$$

quando seja

$$|Q-Q'|<2\varepsilon_\alpha.$$

Isto pôsto, calculemos um limite superior do módulo da diferença $\sigma_{n+p}-\sigma_n$ de dois têrmos da sucessão σ), supondo desde já n suficientemente grande para que os diâmetros de D_i^n e D_i^{n+p} sejam inferiores a ε_α e ε.

Para isso, imaginemos D decomposto em domínios parciais Δ_i, por meio dos elementos divisórios empregados na construção de σ_n e σ_{n+p}, e em cada uma destas somas substituamos d_r^n e d_s^{n+p} pelas somas das medidas d_i dos novos domínios Δ_i incluídos em D_r^n e D_s^{n+p}, respectivamente. Dêste modo, grupando os produtos em que δ_i figure como factor, poderemos escrever

$$|\sigma_{n+p}-\sigma_n|\leqslant\Sigma|f(P_r^n)-f(P_s^{n+p})|\delta_i.$$

As parcelas em que P_r^n e P_s^{n+p} pertençam conjuntamente a (Q) têm uma soma inferior a $2\alpha d$, pois que, tendo D_r^n e D_s^{n+p} uma parte comum Δ_i, a distância $|P_r^n-P_s^{n+p}|$ é menor que $2\varepsilon_\alpha$ e a desigualdade de Baire é aplicável ao multiplicador de δ_i. Nas restantes, como um dos pontos considerados não pertence a (Q), um dos domínios D_r^n ou D_s^{n+p} é total ou parcialmente interior a uma esfera E_α e, portanto, todos os seus pontos distam de menos de 3ε de qualquer ponto P_{m_i} arbitràriamente tomado no domínio $D_{m_i}^n$ a que pertence o centro dessa esfera. Então, a soma dos factores δ_i destas parcelas tende para zero com ε, pois é inferior à medida $\rho(6\varepsilon)$ dos domínios $\Delta_i'<6\varepsilon$, que se obtêm reünindo a cada $D_{m_i}^n$ todos os domínios D_i^n cujos pontos distem de menos de 3δ do ponto P_{m_i} correspondente. Designando por M o módulo má-

ximo de f, a soma destas parcelas será, pois, menor que $2M\rho(6\varepsilon)$ e, determinando ε pela condição

$$M\rho(6\varepsilon) < d \cdot \alpha,$$

virá emfim

$$|\sigma_{n+p} - \sigma_n| < 3\, d \cdot \alpha,$$

o que demonstra a convergência da sucessão arbitrária considerada, visto α ser tão pequeno quanto se queira.

Assegurada dêste modo a integrabilidade de f, podemos dizer que

A integrabilidade do conjunto (P_α), *para qualquer valor de* α, *condiciona necessária e suficientemente a integrabilidade da função limitada* f.

13. **Distribuição das descontinuïdades das funções integráveis.**—Vimos na demonstração anterior que os pontos P_α são *interiores* a um certo número de esferas de centro nos pontos P_m e de raio 3ε, e que a medida total de quaisquer porções de D compreendidas nessas superfícies tende para zero com ε.

Encerremos então $\left(P_{\frac{1}{n}}\right)$ em h_n esferas $E_i^n\,(i = 1, \ldots h_n)$, fazendo-o porém de modo que a medida total de quaisquer porções de D que lhes sejam interiores não exceda $\frac{\delta}{2^n}$. Dando a n os valores 1, 2, ..., verifica-se que não há nenhuma descontinuïdade de f que não seja *interior* a uma esfera da família

$$(E_i^n), \quad (i = 1, \ldots h_n,\ n = 1, 2, \ldots)$$

e vê-se, por outro lado, que a amplitude total de quaisquer domínios interiores a essas superfícies não excede a soma da série

$$\delta\left(\frac{1}{2} + \frac{1}{2^2} + \ldots\right) = \delta.$$

Logo, *se* $f(P)$ *fôr integrável, as suas descontinuïdades podem ser encerradas numa família numerável de esferas, que delimitam em* D *uma infinidade numerável de domínios de medida total tão pequena quanto se queira.* Os conjuntos que gozam desta propriedade denominam-se *grupos integráveis de Lebesgue,* e não devem confundir-se com aqueles que têm sido anteriormente considerados (grupos de Jordan).

Pelo que acabamos de ver, as funções integráveis são geralmente contínuas: *em qualquer domínio parcial,* por menor que seja, *há sempre pontos de continuïdade. Estes pontos formam, pois, um conjunto denso em todo o campo de integração.*

14. **Nova condição de integrabilidade.** — Demonstremos agora a recíproca da proposição anterior, provando que

Se os pontos de descontinuïdade de f formarem um grupo integrável de Lebesgue, a função f é necessàriamente integrável.

Se observarmos que os pontos de descontinuïdade de f são, por hipótese, interiores a uma infinidade de esferas que delimitam em D domínios de amplitude arbitràriamente pequena, tudo se reduz a demonstrar que, tendo efectuado uma decomposição de D em partes $D_i^n < \frac{1}{n}$, qualquer domínio parcial $D_{i_n}^n$ que contenha elementos de (P_α) está compreendido numa das esferas consideradas.

Suponhamos, então, que, por maior que seja n, haja sempre um domínio parcial $D_{i_n}^n$ que contenha pontos P_α e não seja interior a nenhuma dessas superfícies. Tomemos um ponto P_α em cada um dêsses domínios excepcionais e seja P' um dos pontos limites do conjunto assim obtido. Como P' faça parte de (P_α) e seja, ao mesmo tempo, o limite para o qual converge uma infinidade numerável de domínios excepcionais $D_{i_n}^n$, a nossa hipótese é falsa, porquanto, sendo P'

interior a uma esfera, o mesmo há-de necessàriamente acontecer aos domínios D_{n}^{n} que para êsse ponto convergem.

Há, pois, um valor de n, a partir do qual os elementos D_i^n que contenham pontos P_α são interiores a esferas da família considerada e têm, por isso, uma amplitude total tão pequena quanto se queira.

O conjunto (P_α) é, portanto, um grupo integrável de Jordan (1). Logo,

Para que uma função limitada seja integrável, é necessário e é suficiente que as suas descontinuïdades formem um grupo integrável de Lebesgue.

Como exemplos de grupos integráveis de Lebesgue podemos citar os conjuntos numeráveis, porquanto, encerrando o elemento z_n de um tal conjunto num domínio de medida inferior a $\frac{\varepsilon}{2^n}$, todo o conjunto ficará contido numa infinidade numerável de dominios parciais de amplitude total inferior a ε. Daqui a notável proposição:

São integráveis as funções limitadas que admitam apenas uma infinidade numerável de pontos de descontinuïdade.

IV. — FUNÇÕES INTEGRÁVEIS. TEOREMA DE DU BOIS-REYMOND

15. Teorema de Du Bois-Reymond. — Seja

$$\varphi(u_1, u_2, \ldots u_k)$$

---

(1) Como, na demonstração que acabamos de fazer, apenas se tirou proveito da circunstância de $(P\alpha)$ ser fechado e formar um grupo integrável de Lebesgue, podemos ennunciar o seguinte teorema:

Todo o grupo integrável de Lebesgue, que seja fechado, é necessàriamente um grupo integrável de Jordan.

uma função contínua das variáveis independentes u_i no domínio rectangular R definido pelas desigualdades

$$A_i \leqq u_i \leqq B_i, \qquad (i = 1, 2, \ldots k)$$

e

$$f_1(P), \quad f_2(P), \quad \ldots \quad f_k(P)$$

k funções integráveis em certo domínio D, onde cada uma delas satisfaz à correspondente desigualdade anterior. Em virtude desta hipótese, a função

$$\varphi(f) = \varphi(f_1, f_2, \ldots f_k)$$

é limitada em D e só pode ser descontínua num ponto dêste domínio quando o mesmo aconteça a alguma das funções f. Mas a soma de k grupos integráveis de Lebesgue é ainda um grupo de Lebesgue. Logo, podemos dizer, com Du Bois-Reymond:

Tôda a função contínua de funções integráveis é uma função integrável.

16. **Combinações integráveis.** — A notável proposição que acabamos de demonstrar permite concluir imediatamente que *são integráveis as seguintes combinações elementares:*

(1) $$f_1 + f_2 + \ldots + f_n;$$

(2) $$f_1 \times f_2 \times \ldots \times f_n;$$

(3) $$\pm \sqrt[2m]{f}, \quad \sqrt[2m+1]{f}, \quad (f \geqq 0);$$

(4) $$e^f;$$

as quais representam funções contínuas de $f_1, \ldots f_n$, ou de f, em qualquer domínio onde estes argumentos sejam definidos, — em particular, no prismatóide determinado pela

variação dos f no domínio D de integração; as combinações

$$\frac{f_1}{f_2}; \tag{5}$$

$$\log f, \tag{6}$$

que são contínuas emquanto limitadas, representam também funções integráveis em qualquer campo em que o módulo de f_2 e a função f tenham um limite inferior positivo. Em particular, por ser

$$|f| - + \sqrt{f^2},$$

o módulo duma função integrável é também integrável (1).

17. Séries uniformemente convergentes. — *Estas séries são integráveis sempre que o sejam os seus termos.*

Escrevendo, com efeito, a igualdade

$$f = f_1 + f_2 + \ldots + f_n + \ldots$$

sob a forma

$$f = S_n + R_n$$

e escolhendo n de modo que se tenha

$$|R_n| < \frac{\alpha}{4},$$

qualquer que seja P em D, vê-se imediatamente que f só poderá experimentar uma oscilação igual ou superior a α em algum dos pontos que a oscilação da função integrável S_n exceda ou iguale $\frac{\alpha}{2}$.

---

(1) A recíproca é falsa.

Ora, formando estes últimos pontos um grupo integrável (1), a função *f* é integrável em D.

Esta proposição pode também ennunciar-se do modo seguinte:

Se as funções integráveis

$$f_1, \quad f_2, \quad \ldots \quad f_n, \quad \ldots$$

convergirem uniformemente para o seu limite f, *éste limite será igualmente uma função integrável.*

(Continua.)

J. M. Bourdalo

LA ENSEÑANZA SECUNDARIA EN PORTUGAL

Las noticias que tenia de los liceos portugueses y, sobre todo, la lectura del libro de D.ª Alicia Pestana *La Educación en Portugal,* despertaron en mi el deseo de conocer con algun detalle la enseñanza secundaria del pais vecino. En él pasé hace algun tiempo más de dos meses con ese objeto y resultado de mi trabajo es esta memoria.

El conocimiento de la enseñanza portuguesa puede ser de gran utilidad para un español. Aparte el deber que tenemos de estar enterados de lo que es la educacion, cualquiera que ella sea, en un pueblo tan cercano á España por su geografia y por su historia, la enseñanza portuguesa ofrece para nosotros un interés especial por dos razones: de un lado, porque siendo su situación muy análoga á la nuestra, pues el problema fundamental de Portugal, como el de España, es el de su incorporación á la corriente de la cultura europea, el conocimiento de la vida portuguesa nos hará ver con más exactitud la nuestra; de otro, porque en la labor realizada por Portugal para ponerse al nivel de Europa ha llegado en algunos órdenes, la segunda enseñanza uno de ellos, á resultados superiores á los conseguidos en España. Compárense, por ejemplo, nuestros institutos con los liceos de Lisboa y nuestra legislación de enseñanza secundaria, al menos la anterior al decreto fundando el Instituto-Escuela de Madrid (1), con la portuguesa y especialmente lo que se refiere á

---

(1) R. D. de 10 de Mayo de 1918 creando el Instituto-Escuela de

planes de estudio y metodologia y á la formación de personal.—Los hechos nos prueban ya la utilidad que para nosotros tiene el conocimiento de la educación portuguesa. Una de las instituciones modernas de educación más valiosas de España, el Protectorado del niño delincuente, es principalmente de inspiración portuguesa. Fué estudiando establecimientos análogos de Portugal como su secretaria, D.ª Alicia Pestana, concibió la idea de fundarlo.

Historia

La historia de la enseñanza portuguesa, en sus lineas generales, sigue el mismo proceso que la de los otros paises del occidente de Europa. Primero es dada por el clero y casi exclusivamente para los futuros eclesiásticos; adquiere un mayor desarrollo en los siglos XI y XII, sin salir todavia del seno de la Iglesia; en el XIII se seculariza creando un órgano propio, la Universidad; en el XV se propagan los colegios con internado; durante el renacimiento se produce la diferenciación de la enseñanza universitaria y de la secundaria; la enseñanza escolástica (formalista, con el *trivium* y el *quadrivium* por programa y estudio principalmente gramatical del latin), es sustituida por la humanista (inspiración clásica, griego, lectura de los autores de Grecia y Roma); los jesuitas, adoptando en gran parte el tipo de instrucción del humanismo, crean una poderosa red de centros docentes y llegan á monopolizar la enseñanza, especialmente la secundaria, durante más de dos siglos; el despotismo ilustrado y la revolución tratan de llevar á la educación un nuevo espiritu (ciencias fisico-naturales; lenguas y literaturas modernas; utilitarismo); pero es solo más tarde, durante todo el

---

segunda enseñanza y Reglamento del mismo (R. D. de 10 de Julio de 1918).

siglo XIX, cuando se transforma de hecho la enseñanza secundaria.

A la desaparición de las escuelas romanas (1) con la venida de los bárbaros sucede un largo periodo que se prolonga hasta el siglo XII, del cual se tienen escasas noticias. Algunas inscripciones y obras literarias revelan la existencia, bajo los suevos y visigodos, de focos de cultura mantenidos por la Iglesia. De mediados del siglo IX en adelante se tienen noticias documentales de la persistencia, durante la dominación musulmana, de la enseñanza de la lectura y la escritura y de la literatura eclesiastica. A partir del siglo XI se produce un renacimiento caracterizado por el influjo francés, que en Portugal es aun mayor que en el resto de la peninsula. Francés es el conde D. Enrique, de hecho, el primer monarca portugués; franceses son algunos de los cruzados que contribuyen á la conquista de Lisboa y Silves; franceses los obispos y los maestros de los reyes; la escritura francesa sustituye á la gótica; de Provenza toman sus modelos los poetas; obra de franceses ó de discipulos de franceses parecen ser las catedrales de Coimbra, Lisboa y Evora y el monasterio de Alcobaça; en 1118 se establecen en Portugal los monjes de Claraval (Clairvaux) y los templarios franceses; en Coimbra, Jean Peculiar, francés, es *magister scolarum;* se establecen colonias francesas en varios sitios y hay ciudades de población exclusivamente francesa (2).

---

(1) En una plancha romana de bronce encontrada en las minas de Aljustrel *(Vipascum)*, villa de Alemtejo, distrito de Beja, aparecen mencionados *ludimagistri* que enseñaban á los hijos de los mineros. Vid. F. Adolpho Coelho, articulo «Portugal» en el *Nouveau Dict. de Pédagogie,* de Buisson, pag. 1666-72. Esta plancha se conserva en el museo etnológico de Lisboa.

(2) Algunos de estos dados los tomamos del Dr. F. A. Coelho, articulo citado y de la *Historia de Portugal* de A. Herculano. Sobre la fundación de colonias francesas véase esta última obra, libro VII, parte I.

En 1086 el obispo (francés) Paterno funda en Coimbra un seminario de *moços* ó *mozinhos* (los jóvenes que se preparan para el sacerdócio) anejo á la catedral, donde se educaban «para receberem o grao do presbyterio, e quiz que vivessem com communidade segundo a regra de Santo Agostinho» (1). Es de soponer que antes de esta existirian otras escuelas catedrales y monacales («collegiadas», en portugués). En los siglos XII y XIII se extiende la fama de las escuelas de Braga, Coimbra, Lisboa (en la catedral y en el monasterio de S. Vicente de Fora) y Alcobaça (2). De 1192 (según Don Antonio da Costa 1199; según T. Braga 1192) es una carta de donación de D. Sancho I al monasteiro de Santa

---

(1) Brandão, *Terceira parte da Monarchia Lusitana,* liv. VIII, cap. 5. App. Escript. III. Citado por Teophilo Braga en su articulo «Historia da Pedagogia en Portugal», *Revista de estudos livres*, 1884-1885 (Lisboa, 1885), reproducido y ampliado en su *Historia de la Universidad de Coimbra,* tom. I (Lisboa, 1892), pág. 29.

(2) «O Abbade d'Alcobaça D. Frei Estevan Martins funda em 1269 no mosteiro de Santa Maria os estudos de Grammatica, de Logica e Theologia «ad comunam utilitatem monachorum nostrorum» accrescentando que ficam accesiveis a quasquer outras pessoas». [Este dato contradice la opinión de D. Antonio da Costa según el cual de la instrucción organizada por el elemento monástico no participaban los seglares. «Até a propia medicina, dice, de si toda secular, não só era aprendida pelos eclesiasticos, más só por elles exercida durante o primeiro periodo dos reis Affonsinos, entreluzindo entre os medicos de maior fama D. Martinho, bispo de Guarda, na qualidade de facultativo d'el-rey D. Diniz, e antes d'elle Pedro Julião (papa João XX) e outros». (Véase su *Historia da instrucção popular em Portugal,* 2.ª ed., Porto, 1900, págs. 15-19).

En 1266 el hospital de Sam Paulo de Lisboa «se converte no Collegio dos Santos Paulo, Eloy e Clemante, onde o bispo d'Evora e Lisboa, Dom Domingos Jardo institue o ensino para dez capellães, vinte mercieiros e seis escolares de latim, grego, theologia e canones. A Collegiada da Oliveira de Guimarães tambem teve escholas que antecederam o ensino secular desenvolvido pelo poder real». Teophilo Braga, articulo citado.

Cruz de Coimbra concediendole cuatrocientos «morabitinos» en oro «para sustentação dos conegos do dito mosteiro que estudam em as partes de França» (1) y que habrian de enseñar á su regreso en las cátedras del convento. La leyenda de Frei Gil de Santarem, doctor por Paris, revela tambien esta corriente de los eclesiasticos portugueses hacia las escuelas francesas.

D. Diniz (1279-1325), el gran rey portugués educado por un francés (2), funda la Universidad de Lisboa confirmada por el Papa en bula de 1290. Según este documento en la Universidad se enseñaban Cánones, Derecho romano, Medicina y Artes. La Teologia continuó enseñandose exclusivamente en los conventos de dominicos y franciscanos. El carácter preparatorio de la facultad de Artes con respecto á las otras, correspondiendo asi, en cierto modo, a nuestra segunda enseñanza, aparece en un documento de la época, en los estatutos dados por D. Diniz á la Universidad el año 1309. Dicen asi: «Item, queremos que ahi mesmo hajan Doutores e Mestres de Dialectica e Grammatica para que recebam com o fundamento de quererem ser ministros e juizes e nos que acharem mais agudeza de intelligencia aquelles que desejarem chegar a maiores sciencias» (3). Se abren además escuelas privadas á las cuales asisten los muchachos antes de ingresar en la Universidad. La cartula, el seudo-Caton, el Ars minor y el Doctrinal de Alexandre de Villedieu

---

(1) Documento apud D. Nicolao de Santa Maria, «Chronica dos conegos regrantes de Santo Agostinho». (Véase Teophilo Braga, *Hist. de la Universidad de Coimbra*, tom. I, pags. 29 y 30 y D. Antonio da Costa, *Hist. da instrucção popular em Portugal*, pág. 16).

(2) Aymeric d'Evrard, despues obispo de Coimbra.

(3) Véase Teóphilo Braga, locución citada, vol. I, pág. 106. Segun una carta real de 25 de Octubre de 1400 habia en la Universidad de Lisboa entre otros 4 profesores de gramatica, 2 de logica y 1 de música. Id. id., pág. 134.

constituyeron el contenido de esta instrucción elemental (1). D. Pedro el Cruel (1357-67) en carta de 22 de Octubre de 1357, al prohibir que se enseñe fuera de la Universidad, ya exceptua la enseñanza de estos libros menores (2). Durante el mismo reinado se establece en palacio una escuela para los nobles (3).

No obstante la labor de todas estas instituciones docentes la ignorancia continuaba siendo general. Si en los primeros tiempos de la monarquia ni los nobles ni el rey sabian escribir, en documentos de los siglos XIV y XV aparecen canónigos y párrocos que no podian firmar. En el siglo XIV el arzobispo de Braga concede dispensas á párrocos analfabetos (4). Durante el reinado de D. Duarte (s. XV) hay jueces que tampoco saben leer (5). Su hermano el infante D. Pedro habla de eclesiásticos que ignoran el latin. Y por lo que hace á los nobles, aunque D. Alfonso V (1438-1481) dedicó una cantidad importante de las rentas de la corona á pagar los estudios de jóvenes *fidalgos,* la educación de estos debió seguir siendo deficiente ya que la cortes de Vianna piden á su hijo el rey D. Joan II (1481-1495) que intervenga en la enseñanza de la nobleza (6).

---

(1) Véase articulo citado del Dr. F. A. Coelho, *Diccion. de Buisson.*

(2) Según un trabajo inédito del Dr. F. A. Coelho, T. Braga interpreta mal (*Hist. de la Univ. de Coimbra,* vol. I, pag. 117) la carta de D. Pedro. Esta no se refiere, como afirma T. Braga, á la enseñanza de la Teologia. Debo este dato á la bondad del Sr. Coelho que me lo comunicó verbalmente.

(3) Véase Luis Gonzaga Ayres da Fonseca, articulo «Portugal (Schulwesen)», «Lexikon dez Pädagogik», vol. III, págs. 1342-1347.

(4) Véase D. Antonio da Costa, *loc. cit.,* págs. 10 y 11.

(5) Véase Dr. F. A. Coelho, *articulo citado.*

(6) En la petición que los pueblos presentaron entonces al rey, decian: «Que aprendam grammatica e jogos de espada de ambas as mãos, dançar, e balhar, e todas outras boas manhas e costumes, que tiram os moços dos vicios, e os chegam a virtudes; e criando-se desta maneira

Pero durante el siglo xv el interés por la instrucción habia ido creciendo. En 1439 existia en Evora una escuela de leer y escribir. En esta misma ciudad se abre (año 1456) la primera escuela municipal que habia de hacerce famosa y en donde «un bachiller enseñaba la gramática (latina) y la escritura á los hijos de los notables y á todos los demás que quisieren aprender» (1). Los egregios hijos de D. Juan I y de D.ª Leonor de Lancaster toman una parte considerable en este movimiento de cultura. El rey D. Duarte escribe «O Leal Conselheiro»; el infante D. Enrique, promotor de los descubrimientos maritimos y fundador de la escuela de Sagres, protegió la Universidad de Lisboa. Una de las donaciones que le hizo fué un palacio para la enseñanza de las siete artes liberales y para «todas las ciencias» (2), dejando establecidas, entre otras, siete cátedras de gramática, lógica, retórica, geometria y música (3). El infante D. Pedro, traductor de Ciceron, tratando de extender el conocimiento del latín y de evitar que se ordene á los que lo ignoran, dice en carta á su hermano el rey D. Duarte: «a mim me parece que a Universidade de vossa terra devia ser emendada, e a maneira vos escreverei segundo ouvi dizer a outro que nisto mais entendia que eu. — Primeiramente que na dita Universidade ouvesse dous ou mais collegios, em os quaes fossem

---

alli os ordene V. A. aonde mais se inclinarem. E em quanto assim moços forem, durmam e criem-se em Vossa Camera aonde se criaram aquelles de quem elles descendem... e faça V. A. um homem fidalgo que tenha carrego dos Donzees, que os castigue e faça alimpar, e aprender as boas manhas». (Vid. T. Braga, *loc. cit.*, vol. I, págs. 171 y 172).

(1) Dr. F. A. Coelho, articulo citado.

(2) T. Braga, *loc. cit.*, pág. 135 del vol. I.

(3) Apud Fr. Antonio da Purificação, *Chronica dos eremitas*, parte II, liv. VII, citado por D. Antonio da Costa, *loc. cit.*, pág. 253.

Según una carta regia de 25 de Octubre de 1400 para enseñar artes habia en la Universidad de Lisboa 4 professores de gramática, 2 de lógica y 1 musica. (Vid. T. Braga, *loc. cit.*, pág. 134).

mantheudos escolares pobres, e outros ricos vivessem dentro con elles aas suas propias despezas, e todos morassem do Collegio a dentro». Propone que la Universidad, los obispos, los cabildos y las ordenes religiosas establezean colegios «e ordenassem estes collegios por maneira dos de Uxonia e de Paris» (1). Estos consejos parece seguir el Dr. Mangancha, profesor de la Universidad de Lisboa, al disponer en su testamento de 9 de Diciembre de 1441 la fundación de un colegio para diez estudiantes pobres.

En el periodo de engrandecimiento de la monarquia portuguesa se producen dos hechos de gran trascendencia para la historia de la enseñanza: la introducción del humanismo y la pérdida de la autonomia por la Universidad.

Con la centralización del poder en el monarca la Universidad deja de ser una corporación libre. Ya no es ella la que dicta las normas de su vida. El rey D. Manuel le da unos estatutos que establecen claramente el nuevo régimen. En el preambulo dice: «Primeiramente mandamos que o Reitor da Universidade do Estudo de Lisboa, Conselheiros, Lentes, e todos os officiaes juntos, não possam fazer Estatuto sobre o regimento da dita Universidade; e quando ocorrer algum caso em que pareça ser necessario novo Estatuto, poderão requerer ao Protector [titulo que quedó adscrito á la corona desde este reinado], e por sua autoridade se fara o Estatuto que fôr necessario» (2).

El reinado de D. Juan III (1521-1557) y especialmente la fundación del Colegio Real, señalan el momento culminante del influjo del humanismo en la enseñanza portuguesa ini-

---

(1) T. Braga, *loc. cit.*, vol. I, pag. 143. Oliveira Martins reproduce esta carta como apendice de su libro *Os filhos de D. João I.*

(2) Citado por T. Braga, *loc. cit.*, vol. I, pág. 295. Desde 1537 en que es nombrado rector D. Garcia d'Almeida por «alvará» (decreto del rey) este cargo, que era electivo, pasa á ser de nombramiento regio. Jd. id, pág. 455.

ciado en el siglo anterior. Desde el reinado de D. Alfonso V acuden á la corte humanistas italianos para traducir al latin las crónicas de los reyes y para enseñar á personas de la familia real. Algunos nobles se educaban en Italia (1). Los eclesiasticos de Santa Cruz de Coimbra continuaban frecuentando la Universidad de Paris para enseñar à su regreso en los colegios del monasterio que fué uno de los centros principales del humanismo en Portugal. Su fama creció especialmente despues de las mejoras de 1527 debidas à Fr. Bras de Barros, llamado vulgarmente Fr. Bras de Braga, graduado por Lovaina, reformador de la congregación y pedagogo. En los colegios de Santa Cruz se hablaba latin y Homero era explicado en griego. El estudio de la gramática (latina), que ya se recomendaba á la nobleza en tiempo de D. Juan II, llegó á ser obligatório para los jóvenes de la corte (2). Por entonces ya se conocia en Portugal la obra de Nebrija. Segun T. Braga en documentos de 1494 se habla de maestros de *Grammatica de arte velha e da nova* (la de Nebrija). En

---

(1) Por ejemplo, los hijos del canciller João Teixeira, discipulos del humanista Policiano. En una carta de este al canciller en donde hace «a exposição sincera do que sinto a respeito dos que são filhos vossos e discipulos meus», dice: «Para a Italia os mandastes, a fim de se lhes formarem os costumes, serem instruidos nas boas-lettras e apprenderem todas as artes liberaes, segundo é propio de quem tem de ocupar a mais elevada posição». (Texto de T. Braga, *loc. cit.*, pag. 173 y siguientes).

(2) Una carta del rey D. Manuel de 22 de Enero de 1500 prohibe el pago de «moradia» (pensión anual que algunos nobles recebian del rey) á los jovenes nobles si no tenian certificado de asistencia á las clases de gramatica: «Mayordomomor amigo, avemos por bem que nenhum moço fidalgo nem seja apontado nem paga sua moradia salvo per certidão de Diegalvares, Mestre de Grammatica; notificamovolo asi e mandamos que asi se cumpra salvo naquelles que nos vos apontamos e declaramos. Escripta en Lisboa a 22 janeiro de 1500». (Apud T. Braga, *loc. cit.*, vol. I, pag. 182).

los reinados de D. Manuel y de D. Juan III se hablaba latin en las escuelas de palacio(1) y en las aulas de la Universidad(2). Los nobles, siguiendo el ejemplo de los reyes, contrataban profesores para sus hijos(3) y los obispos sostenian escuelas de latin. En 1551 habia en Lisboa 34 maestros de leer y escribir y 7 de gramática(4).

D. Juan III traslada en el año 1537 la Universidad á Coimbra. Ya se ha hecho referencia á los colégios de Santa Cruz que habían creado en esta ciudad un movimiento de cultura sin igual en todo el pais. La Universidad estuvo alli en estrecha relación con el monasterio. Sus priores tenian la dig-

---

(1) Según André de Resende su maestro Ayres de Barbosa y el doctor por Lovaina Nicolás Clenardo (nombre latinizado del flamenco Kleinarts) son llamados de Salamanca para enseñar á los hijos del rey D. Manuel. En la *Vida do Infante D. Duarte,* su discipulo, cuenta Resende que al llegar Clenardo á la corte y ser presentado al infante D. Enrique, este sostuvo con el una conversación en latin.

(2) D. Juan III al trasladar la Universidad á Coimbra dice (*alvará* de 16 de Julio de 1537): «E para que os Scholares se costumen a fallar latim e entendello, ei por bem e mando que os lentes leam em latin suas lições e nam leram em linguagem, e assi as conferencias que os schollares antre si fizerem e perguntas aos lentes e respostas a ellas que se costumam fazer acabadas as lições e todo o mais que fallarem das portas a dentro das scholas seja em latim, sem causa alguma falarem em linguagem sob pena do que ho contrario fazer pagar por cada vez que fallar linguagem ao que ho Rector bem parecer». (Apud T. Braga, *loc. cit.*, vol. I, pag. 455).

(3) Según T. Braga, pag. 292, Fernão de Oliveira, autor de la primera gramática de lengua portuguesa (publicada en 1536) fué profesor en casa de D. Antão de Almada, capitan general. Cita de él lo siguiente: «Cria com muito cuidado Dom Antão seu filho a quem Deus guarde e prospere; para cuja doutrina com muita despeza me trouxe a sua casa e graciosa e compridamente me conserva n'ella».

(4) Vid. Dr. F. A. Coelho, articulo citado. Según Anna Tolman Smith (*Education in Portugal, Cyclopedia of Education,* vol. V, Nueva York, pags. 14-17) en este mismo año de 1551 habia en Lisboa dos maestros de niñas.

nidad de cancelarios de la Universidad y en sus colegios se establecieron parte de las enseñanzas de esta (1), hasta que en 1544 el rey ordenó que se trasladasen al palacio real (2).

El Colegio Real fué fundado en Coimbra el año 1547. Era un colegio de artes ó de humanidades (de los dos modos se le ha llamado). En el primer reglamento que el rey dió al colegio dice (3): «determino mandar fazer... um collegio geral em que bem possam ser doutrinados e ensinados todos os que a elle quizerem ir aprender Latim, Grego, Ebraico, Mathematicas, Logica e Philosophia». El mismo reglamento dispone «que haja no ditto Collegio deseseis regentes, a saber: dois para ensinar a ler, escrever, declinar e conjugar; e outo para lerem Grammatica, Rhetorica e Poesia; e tres para o curso das Artes; e os outros tres para lerem Ebraico, Grego e Mathematicas» (4). Los estudios del collegio eran exigidos para comenzar los de Derecho, Teologia y Medicina. El *alvará* de 6 de Abril de 1548 dice: «que pessoa alguma não seja d'aqui em deante recebida a ouvir Leis ou Canones, sem Certidão do Principal do Collegio das Artes, de como nelle ouviram um anno de Lo-

---

(1) Vid. M. Brandão, *O Colegio das Artes*, pag. 53 y 54.

(2) Según M. Brandão, *loc. cit.*, pag. 54, *todas* las facultades fueron trasladadas al palacio real. Retifica en esto (como en otros extremos) lo que escribe T. Braga en la pág. 462, vol. I, de la loc. tantas veces citada.

(3) Este primer reglamento es del 16 de noviembre de 1547. Fué publicado por Antonio José Teixeira en su obra *Documentos para a Historia dos Jesuitas* (Coimbra, 1899).

(4) «Le reglement du 20 mai 1552 nous fait voir ce que l'on entendait alors par arts au sens strict: c'étaient les diverses parties de l'étude philosophique, échelonné sur trois années et demie et ayant pour objet des explications sur les oeuvres d'Aristote, se repportant aux dites parties, dont il donne la liste». (F. A. Coelho, *Le Cours Supérieur de Lèttres*, memoria presentada por la sección portuguesa en la exposición universal de Paris de 1900).

gica; e assim não será nenhum recebido a ouvir Theologia ou Medicina sem mostrar certidão do ditto Principal, de como no ditto Collegio ouvio o curso inteiro das artes» (1). El colegio venia á sustituir la antigua facultad de artes y su enseñanza escolástica por los estudios humanistas. El caracter preparatorio que tenia seguin este documento, y las disciplinas que se profesaban en èl y su regimen de internado le aproximan a los actuales establecimientos de segunda enseñanza (2).

Los maestros de este colegio vinieron en su mayor parte de Francia y al frente de ellos Andres de Gouvea, el ilustre educador de quien hace grandes elogios Montaigne, su discipulo en el Colegio de Guyenne (3). Pertenecia á la dinastia

---

(1) Apud T. Braga, *loc. cit.*, vol. I, pág. 502.

(2) Esto parece deducirse de los datos señalados. No obstante T. Braga cree que el Collegio Real fué primero un establecimento de enseñanza superior y que solo más tarde, al decaer bajo la dirección de los jesuitas, se convirtió en un colegio de instrucción secundaria. Brandão, en la *loc. cit.*, que leo cuando ya está en prensa este trabajo, rebate esta opinion de T. Braga (Vid. págs. 272-274, nota).

(3) Vid. *Essais*, libro I, cap. XXV... «el m'envoya [su padre] environ mes six ans au college de Guienne, tres florissant pour lors, et le meilleur de France» — «i'ay soustenu le premiers personnages ez tragedies latines de Buchanan, de Gurente, et de Muret, qui se representerent en nostre college de Guienne avecques dignité: en cela, Andrea Goveanus, nostre principal, comme en toutes aultres parties de sa charge, feut sans comparaison le plus grand principal de France»-

Del libro de J. Moniz, *Estudos de ensino secundario* (pág. 10), reproducimos la siguiente nota acerca de Gouvea: « Andreas Gouveanus Lusitanus, scholae Burdigalensi praefectus homo ad juventutem recte instituendam factus». *Schola Aquitanica. Programme d'etudes du Collège de Guyenne an XVI^e siècle*... reimprimé par L. Massbieau, Paris, 1886, pag. 2». Après Martial venait André, excellent orateur, au dire de ses contemporains et de ceux qui ont ecrit dans les siècles modernes comme on ecrivait au siècle d'Auguste». (J. Quicherat, *Histoire de Sainte Barbe*, tom. 1.^er, pag. 130. Vid. E. Gaullieur, *Histoire du Collége de Guyenne*. Paris 1874, pag. 81 y siguientes).

de humanistas portugueses que tanto brilló en Francia. Su tio, Diego de Gouvea, fué director del Colegio de Sainte Barbe, en el cual recibia á jóvenes portugueses que estudiaban en Paris pensionados por el rey. Momento hubo en que quiso hacer de Sainte Barbe un colegio dedicado exclusivamente á los escolares de su patria. En él se educó André de Gouvea, más tarde fué su Principal, de alli pasó á Burdeos para dirigir el Colegio de Guyenne y de Burdeos á Coimbra, donde murió en Junio de 1548, cuando no habia hecho más que iniciar los trabajos del Colegio de Artes. Con él colaboraron Diego de Teive, que le sustituyó en la dirección; João da Costa, que habia sido rector de la Universidad de Burdeos, los dos portugueses; el escocés Buchanan, autor de tragedias latinas; el erudito evorense André de Resende, amigo de Erasmo; Elie Vinet; Nicolás Grouchy; Guillermo Guérente; el helenista Armand Fabrice, y otros (1). Muchos de ellos habian enseñado en Burdeos bajo la dirección de Gouvea. D. Juan III quiso dotar á Portugal de una enseñanza de humanidades análoga á la de los centros del Renacimiento y en realidad lo que hizo fué trasladar á Coimbra un colegio francés. Asi se nombraba vulgarmente al Colegio Real: colegio nuevo ó de los franceses (2).

La obra de este grupo de humanistas en Coimbra fué efimera. Su llegada á Portugal coincidió con los primeros actos de propaganda de los jesuitas, algunos de ellos condiscipulos suyos en el Colegio de Sainte Barbe y que pronto habían de ser sus rivales. D. Juan III, aconsejado por Diogo

---

(1) De algunos de ellos habla Montaigne en el cap. cit. de los *Essais*. «Nicolas Grouchy, qui a escript de Comitiis Romanorum; Guillaume Guerente, qui a commenté Aristote; George Buchanan, ce grand poëte escossóis». De este dice que fué ayo del conde de Brissac.

(2) Al pasar á los jesuitas se llamó Colegio de Artes, nombre que ha conservado en Coimbra hasta hace poco tiempo no obstante su transformación en liceo el año 1836.

de Gouvea, habia llamado á varios miembros de la Compañia de Jesús para que educasen á los jóvenes nobles de su corte. Antes de Abril de 1540 se ordena al P. Simon Rodriguez que vaya á Portugal. En 1542 funda el Colegio de Jesús de Coimbra y despues de una activa campaña la Compañia logra ejercer un influjo considerable, especialmente en el ánimo del rey. Entre el Colegio de «los franceses» y el de Jesús se entabla una lucha que termina ál poco tiempo con el triunfo de los jesuitas. Estos procuraban apartar á los jovenes del Colegio Real que pronto es tachado de heterodoxia. Algunos de sus profesores salen de Portugal para no ser perseguidos y otros son procesados por la inquisición. André de Resende se retira á Evora y alli se dedica á la enseñanza particular. En 1555 el rey entrega á la Compañia de Jesús el Colegio de Artes y el monopolio de la enseñanza secundaria que conservan durante dos siglos (1). No pudiendo dominar en la Universidad de Coimbra fundan la de Evora, su rival. A las órdenes religiosas sólo se les permite instruir á los novicios. En Evora, tambien á los particulares se les prohibe ejercer la enseñanza pública. Se hace una excepción en favor de Resende, pero él no la aprovecha (2). En 1592 el

---

(1) He aqui como juzga el Dr. Jaime Moniz las consecuencias de esta transformación del Colegio de Artes: «Se a construção de estudos começada em Coimbra nos ultimos tempos da primeira metade do seculo XVI houvera subsistido, as condições da sua contextura e o desenvolvimento lógico de todas as suas relações, haveriam produzido resultados nada parecidos... Considerados os valiosos elementos que, de princípio, já engrandeciam a prometedora obra de André de Gouveia, pode admitir-se, fora de risco de exagero, que Portugal, se ela persistisse, haveria adquirido sem favor a prerogativa de modêlo na estrutura do ensino secundario: matéria e forma. Infelizmente, uma corporação de indole religiosa, autorizada e auxiliada com eficácia pela acção da Coroa, embargou os passos aquela obra». (*Estudos de ensino secundario*, pags. 9 y 10).

(2) «As ordens foram obrigadas a restringir o ensino aos seus reli-

Colegio de Artes tiene 2.000 alumnos; en 1749 habia en Portugal 20 colegios y 4 seminarios de la Compañia (1). La Universidad de Evora doctoraba en 1660 248 alumnos y 404 cincuenta años despues (2).

En la *Ratio studiorum* ha de buscarse, pues, lo que fué la enseñanza portuguesa hasta la expulsión de la Compañia por el Marqués de Pombal.

El influjo de los jesuitas comienza a decaer en el reinado de D. Juan V, protector de la congregación del Oratorio. Para ella funda este monarca en Lisboa el hospicio «das Necessidades» con la categoria del colegio principal de la enseñanza pública. Desde entonces el certificado del Colegio de Artes de la Compañia de Jesús deja de ser indispensable para ingresar en la Universidad de Coimbra por haberse reconocido el mismo valor á los de la congregación del Oratorio.

Pombal comienza sus reformas pedagogicas por la de la segunda enseñanza. Es la primera en el tiempo, pero no la primera en valor. El ministro de José I es el creador de la enseña primaria del Estado y á el le debe la Universidad una nueva vida; en cambio, en la enseñanza secundaria su labor tuvo menos trascendencia. Sin variar en lo esencial el plan de estudios de los jesuitas, trata de llenar el hueco que dejaban ellos, creando cátedras de gramática latina, de len-

---

giosos, não o podendo ministrar como até ali aos seculares. Resistiu a prohibição, é verdade, a ordem dominicana, mas a excepção comprova a regra. — Na mesma occasião a Universidade de Evora conseguiu pelos seus propios estatutos que todo o ensino público particular fosse prohibido na cidade e seu termo sob penas severas a arbitrio do conservador da companhia». (D. Antonio da Costa, *loc. cit.*, pág. 87. Vid. tambien Oliveira Martins, *Hist. de Portugal*, 9.ª ed. (Lisboa, 1917), tomo II, pags. 95 y 96).

(1) Oliveira Martins, *Hist. de Portugal*, 9.ª ed., vol. II, pag. 96.

(2) Vid. P. Ayres de Fonseca, articulo citado del *Lexikon der Pädagogik*.

gua griega, de retórica y de filosofia — pero cátedras aisladas (1), sin constituir un conjunto de enseñanzas organizadas en establecimientos especiales — y extendiendo á otras órdenes religiosas la facultad que D. Juan V habia dado á los oratorianos de examinar en sus colegios á los alumnos seculares. Les permite abrir sus escuelas al publico siempre que adopten los programas y métodos de la enseñanza oficial. Estas disposiciones determinaron un renacimiento de la enseñanza conventual (2) que fué la predominante hasta la expulsión de las órdenes religiosas en 1834 (3). La preferencia por la enseñanza cientifica y utilitaria se revela en la reforma de la Universidad y en nuevas fundaciones como las de la escuela de comercio de Lisboa (19 Marzo 1759), el colegio de nobles (17 Marzo 1761), la escuela de filosofia de Mafra (18 Agosto 1772) y la escuela náutica de Oporto. En la segunda enseñanza solo se manifesta por algunas tentativas de escasa eficacia (4). Es preciso llegar al año 1836

---

(1) 358 en 1772, según el Dr. F. A. Coelho en sus dos *loc. cit.* Según Ayres da Fonseca el decreto de 11 de Noviembre de 1773 ordena a creación de 252 cátedras de latin, 34 de griego, 43 de retórica y 32 del filosofia.

(2) Vid. Fr. Manuel do Cenaculo, *Plano das reformas da terceira ordem de S. Francisco,* aprovado por alvará de 3 de Junio de 1769, y el *Plano dos estudos,* aprovado por alvará de 3 de Enero de 1774.

(3) «Em Portugal os Collegios ficaram inteiramente absorvidos pelas ordens monasticas, sendo para alli que — a aristocracia portuguesa mandava os seus filhos»... «Até a extinção das ordens monachaes em Portugal em 1834, os collegios ou a instrucção secundaria fez-se sempre nos mosteiros; a educação de Alexandre Herculano foi ainda no Collegio do Espirito Santo dos padres das Necessidades, ou da Congregação do Oratorio». (T. Braga, *loc. cit.*, pág. 160).

(4) «A primeira junta dos estudos que em 1801 recebeu a direcção do ensino» .. «na instrucção secundaria deve-se-lhe o desenvolvimento das humanidades, a primeira tentativa do ramo scientifico ao lado do ramo literario, seu irmão, o abrigo que deu aos compendios nacionaes, e a diligencia com que promoveu a introducção nas escolas e no gosto

para verla orientada hacia un tipo moderno. Desde la reforma del marqués de Pombal hasta entonces unicamente hay que señalar la introdución de la aritmetica, la geometria, la geografia y la historia en los cuadros de la enseñanza oficial.

Los hombres de la revolución de setiembre (1836) son los primeros que realmente tratan de establecer una nueva enseñanza secundaria. Disueltas entonces las órdenes religiosas, las cátedras fundadas por el marqués de Pombal no eran suficientes para llenar las necesidades de la nación. A Passos Manuel, el dictador liberal, se debe el decreto de 17 de Noviembre de 1836 creando los liceos actuales. El preambulo expresa la significación de la reforma: «o systema actual consta, na maior parte, de alguns ramos de erudição esteril, quasi inutil para a cultura das sciencias, e sem nenhum elemento, que possa produzir o aperfeiçoamento das artes e os progressos da civilizacão material do Paiz; Attendendo outrosim a que não pode haver illustração geral e proveitosa, sem que as grandes massas de cidadãos, que não aspiram aos estudos superiores, possuam os elementos scientificos e technicos, indispensaveis aos usos da vida no estado actual das socidades». Es la primera protesta oficial contra la enseñanza secundária exclusivamente clásica y el primer intento para orientarla en el sentido de las necesidades económicas.

El decreto de Passos Manuel crea um liceo nacional en cada capital de distrito administrativo (17 en Portugal y 4 en las islas adyacentes) con estas cátedras:

1.ª Gramática portuguesa y latina, clásicos portugueses y latinos;

---

publico, dos grandes prosadores e poetas das duas mais esplendidas litteraturas com que a antiguidade nos brindou». (Dr. A. da Costa, *loc. cit.*, pags. 145-146).

2.ª Lenguas francesa é inglesa y sus gramáticas;

3.ª Ideologia, Gramática general, Logica;

4.ª Moral universal;

5.ª Aritmetica, Algebra, Geometria, Trigonometria y Dibujo;

6.ª Geografia, Cronologia é Historia;

7.ª Principios de Fisica, de Quimica y de Mecánica aplicada á las artes y oficios;

8.ª Principios de Historia natural de los tres reinos de la naturaleza aplicada á las artes y oficios;

9.ª Principios de Economia Politica, de Administración pública y de comercio;

10.ª Oratoria, Poética y Literatura clásica, especialmente la portuguesa.

En los liceos de Lisboa, Coimbra y Oporto se establecen además dos cátedras especiales de lenguas griega y alemana y en uno de los de Lisboa otra de Diplomática, Paleografia y Taquigrafia.

Dispone la supresión de las antiguas cátedras de Griego, Latin, Retórica y Filosofia racional y moral, Aritmética, Geografia e Historia á medida que se creen los liceos en los respectivos distritos. En las antiguas capitales de comarca que no sean capital de distrito podran conservarse las cátedras de Gramática portuguesa y latina.

Habrá en cada liceo un jardin experimental dedicado á las aplicaciones de Botánica, un laboratorio quimico y un gabinete con tres divisiones: aplicaciones de Fisica y Mecánica, de Zoologia y de Mineralogia.

Los profesores célibes podran vivir en el edificio del liceo y el Consejo, compuesto de todos los profesores, admitir alumnos internos en calidad de pensionistas.

Las cátedras se proveerán por oposición. Pueden señalarse como caracteristicas de esta reforma: 1) el enciclopedismo; 2) la reacción contra los que consideran la segunda

enseñanza como un mero cultivo desinteresado del espiritu; 3) la introdución de los métodos intuitivos y de los procedimientos experimentales.

Despues de este decreto se suceden, hasta fines del siglo, varias reformas de escaso valor pedagógico. La de 1844 (decreto de 20 de Octubre) señala un retroceso. Reduce las cátedras de los liceos á los siguientes:

1.ª Gramática portuguesa y latina;

2.ª Latinidad;

3.ª Aritmética y Geometria *con aplicaciones* á las artes y primeras nociones de algebra.

4.ª Filosofia racional y moral y principios de Derecho natural;

5.ª Oratoria, Poética y Literatura clásica, especialmente portuguesa;

6.ª Historia, Cronologia y Geografia, especialmente comercial.

Las cátedras de lenguas griega, hebrea, francesa, alemana y árabe, comercio, geometria y mecánica aplicada á las artes y oficios, economia industrial y contabilidad y agricultura y economia rural se establecen solo en algunos liceos.

Según el *Almanak de instrucção publica,* de José M.ª de Abreu (1) en 1857 se conservaba esta organización con pequeñas modificaciones: una cátedra de Principios de Fisica y Quimica é Introducción á la Historia natural de los tres reinos en los liceos de Lisboa, Coimbra y Oporto, una de música en los de Coimbra y Santaren y una de Dibujo en el de esta última ciudad. En 1856 existian, además de las cátedras de los liceos, 115 de latin y una de Lógica y Retórica en las poblaciones más distantes de las capitales de distrito. El número de alumnos oficiales ascendia á 4.576 y á 2.146 el de

(1) Primeiro anno, Coimbra, 1857.

los alumnos de la enseñanza particular, entre ellos 47 señoritas (1). En Coimbra el «Real Collegio Ursulino das Chagas» enseñaba á sus alumnas (de 7 á 18 años, pudiendo prolongar su estancia en el colegio como educandas hasta los 25):

Religión y urbanidad;

Lectura, escritura, cuentas y gramática portuguesa;

Gramática francesa, italiana é inglesa;

Dibujo lineal con aplicación á las labores y á los bordados;

Geografia: Corografia portuguesa;

Historia sagrada;

Historia profana, especialmente de Portugal;

Histologia (elementos escogidos);

Labores. Música. Flores.

En 1860 (decreto de 10 de Abril) se modifica el plan de

---

(1) He aqui algunos datos del citado *Almanak da instrucção publica:*

	1854-55		1855-56	
	Cátedras	Alumnos	Cátedras	Alumnos
Liceos	130	2.831	132	2.980
Fuera de los liceos.	118	1.642	118	1.596
Particulares.	117	2.950	68	2.099
Id. de señoritas.	7	248	00	47
	372	7.671	318	6.722

Sueldo de los profesores: 350 mil réis. En Lisboa, Coimbra e Oporto, 400. El Estado pagó en 1855-56 por instrucción secundaria:

En el reino	77.711.385 reis	87.951.385.
Islas adyacentes. .	10.240.000 »	

estudios restableciendose la enseñanza de las ciencias fisico-quimicas y naturales, del inglés y del dibujo.

Las alteraciones que establece el decreto de 9 de Setiembre de 1863 son de poca importancia. Más competencia pedagógica revela la distribución del decreto de 21 de Diciembre de 1868 que la ley de 2 de Setiembre de 1869 dejó sin ejecución. Este decreto establecia un plan ciclico y elevaba á 6 años la duración de los estudios secundarios.

En el plan de estudios de los decretos de 23 de Setiembre de 1872 y 31 de Marzo de 1873, aparte otras modificaciones, se introduce la caligrafia y se suprime el derecho natural y la literatura.

La reforma de 1880(1) distingue tres clases de establecimientos de segunda enseñanza: liceos centrales, liceos nacionales y escuelas municipales. La instrucción secundaria comprende dos cursos: el general (los cuatro primeros años del bachillerato) y el complementar és (los dos últimos). En los liceos centrales establece las cátedras de los dos cursos, en los nacionales las del curso general y en las escuelas municipales secundarias las de los dos primeros años. El restablecimiento de la enseñanza del dibujo, la extensión que le da (cuatro años) y la división del curso complementario en dos secciones, ciencias y letras, son las novedades principales que introduce en las programas (2).

---

(1) Carta de ley de 14 de Junio y decreto de 14 de Octubre.

(2) El plan de estudios secundarios de 1880 comprende las siguientes disciplinas:

Años 1.º y 2.º: Lengua portuguesa; Lengua francesa; Aritmética; Geometria plana; Principios de Algebra y contabilidad; Dibujo.

Años 3.º y 4.º: Lengua latina; Geografia y Cosmografia; Historia universal y patria; Aritmetica, Geometria plana, etc.; Elementos de Fisica, Quimica e Historia natural; Elementos de legislación civil de derecho publico y administrativo portugés y de economia politica (solo en 4.º año); Dibujo.

Años 5.º y 6.º Comunes á las dos secciones: Literatura nacional;

En 1886 (1) se hacen algunas modificaciones en el plan de estudios: Se suprimen los «Elementos de legislación civil, de derecho público y administrativo portugués y de economia politica»; se reduce á dos años la enseñanza del dibujo y el estudio del griego y el alemán se exige solo á los alumnos que han de seguir determinadas carreras. Se dispone, además, que las vacantes de los profesores numerarios sean ocupadas en primer lugar por los profesores agregados.

A los dos años se modifica una vez más el plan de estudios de los liceos (decreto de 20 de Octubre de 1888). De todas las reformas mencionadas ninguna revela tanta incompetencia como esta. Partiendo de la opinión de que «os alumnos não podem vencer com vantagem o estudo de mais de duas disciplinas en cada anno com lições diarias» (preambulo del decreto) se dispone que la enseñanza de cada una de las disciplinas de francés, inglés, historia, geografia, fisica, quimica é historia natural (estas tres últimas en la sección de letras) matematica (en la misma sección) y latin (en la de ciencias) duren ¡un solo curso! A algunas se dedicaran, según el decreto, diez lecciones semanales de hora y cuarto ó cinco lecciones semanales de dos horas y media cada una. Un niño de diez años tendrá que aprender durante el primer curso todo lo que en el bachillerato se exija de lengua portuguesa y de francés; á los once *todo* el inglés y *toda* la geografia; á los doce *toda* la historia y *la primera parte* de las matemáticas (si pertencen á la sección de letras) ó *la primera parte* del latin (si pertence á la de ciencias) (2).

Filosofia racional y moral y principios de derecho natural (en la sección de ciencias solo en el sexto año); Inglés ó alemán. Especiales de la sección de ciencias: Algebra; Geometria del espacio y trigonometria; Fisica y Quimica. Especiales de la sección de letras: Latinidad; Lengua griega.

(1) Decretos de 29 Julio y 12 Agosto.

(2) El articulo primero del decreto dice: «En los liceos habrá tres

Esto era la segunda enseñanza portuguesa en la legislación. ¿Qué era en la realidad? El precepto legal de la provisión de cátedras por oposición no siempre se cumplia (1); los profesores, sometidos á influencias politicas, no tenian independencia ni autoridad; su formación era deficiente (bastaba haber recibido la instrucción secundaria para poder aspirar á enseñarla); los liceos carecian de los jardines, laboratorios y gabinetes cuya creación ordenaba el decreto de Passos Manuel en 1836; los libros de texto, salvo poquisimas excepciones, eran malos: la enseñanza se reducia á un mero aprendizaje memorista (2); se terminaba el bachillerato

---

cursos: general, de letras y de ciencias». Cada uno comprende las enseñanzas siguientes:

Curso general:

1.º Año: Lengua portuguesa. Lengua francesa.
2.º » » inglesa. Geografia.
3.º » Matemática elementar (1.ª parte). Historia.
4.º » Fisica, quimica é historia natural (1.ª parte). Literatura portuguesa.

Curso de letras: los tres primeros años del curso general y

4.º Año: Latin (1.ª parte). Fisica, quimica, etc. (1.ª parte).
5.º » » (2.ª parte). Filosofia elementar.
6.º » » (2.ª parte). Literatura portuguesa.

Curso de ciencias: los dos primeros años del curso general y

3.º Año: Historia. Latin (1.ª parte).
4.º » Matemática (1.ª parte). Fisica, quimica, etc. (1.ª parte).
5.º » » (2.ª »). » » (2.ª »). Filosofia elementar.
6.º » Matemática (2.ª parte). Literatura portuguesa.

(1) «A carta de lei de 14 de Junho de 1880 la estatuiu que a base para o provimento das cadeiras seria o concurso... [oposición, en español] Lettra vã, se não me engano... Desde que conheço lyceus, ha dezesete annos de vida escholar, não me lembro sequer d'um único concurso no lyceu do Porto!» Ricardo d'Almeida Jorge, Relatorio apresentado ao Conselho Superior d'Instrucção Publica, como delegado da escola medico-cirurgica do Porto. (Porto, 1885), pág. 70.

(2) Vease el informe del Dr. Bernardino Machado «O estado da

sin saber francés, inglés, ni alemán (1); la enseñanza de la gimnasia existia en la ley, pero no en los liceos (2); el nivel de estos era tan bajo que constituian una escuela de malas naneras y de corrupción (3); la falta de confianza en la enseñanza oficial era tan grande que los padres se creyeron en la necesidad de fiscalizarla acompañando á sus hijos á las aulas en las cuales se veian á veces en número no inferior al de alumnos. Los colegios particulares no eran superiores á los liceos. El conocido escritor Fialho d'Almeida cuenta en *Os Gatos* (4) su vida en el internado, «onde eu apodreci durante 6 annos» y que era uno de los mejor conceptuados de Lisboa. Recuerda la comida sórdida; los bancos sin respaldo de la sala de estudio, donde pasaban once horas cada dia de 80 á 100 estudiantes de 10 á 16 años; las dos horas de recreo que trascurrian, durante los meses de invierno, en las salas de estudio, hermeticamente cerradas, y en la primavera y el verano en un patio de treinta metros cuadrados para 120 á 140 muchachos; los dormitorios, en un piso alto de una casa vieja, con las camas en fila, separadas solo por un espacio de medio metro, colocadas en corredores angostos y en cuartos pequeños de techos bajos; el aburrimiento

---

instrucção secundaria entre nós» (1882), incluido en el volumen «Afirmações públicas (1882-86)» (Coimbra, 1888).

(1) Ricardo d'Almeida Jorge, *loc. cit.*, pág. 74. Refiriendose á los estudiantes de medicina dice : «raros são aquelles capazes de ler qualquer libro de procedencia ingleza, escripto mesmo com a simplicidade rudimentar da phrase medica».

(2) «Criou a recente lei de reforma dos Liceus, ao lado da instrucção secundaria official, o ensino da gymnastica. Consta-me, porém, que a lei se não executa». Antonio Vianna, articulo sobre «La educación fisica en Portugal», fechado en 10 Abril 1887 y publicado en el *Boletin de la Institución libre de enseñanza*, tom. X, n.º 247, pág. 146.

(3) Vease lo que refiere el profesor Albino Coelho en su libro *Pedagogia Moderna* (Coimbra, 1882), pag. 40 y 41.

(4) N.º 6, 10 de Julio de 1890, pág. 25.

de los paseos en formación, de dos en fondo; los «prefectos» á quienes estaba confiada la vigilancia del colegio, procedentes de los regimientos de Lisboa ó reclutados entre los porteros despedidos; el director, un antiguo sargento, procesado varias veces por maltratar de tal modo á los colegiales que uno de ellos estuvo a punto de perder la vida.

La reforma de 1894-1895

El conjunto de disposiciones publicadas de Diciembre de 1894 á Setiembre de 1895 (1) señalan el comienzo de un nuevo periodo en la segunda enseñanza portuguesa. En gran parte aún estan en vigor y á partir de ellas es cuando se inicia el progreso considerable realizado por los liceos. La reforma del 94 puso orden en el caos que fué hasta entonces la segunda enseñanza, acabó con la absurda concentración de disciplinas intentando sustituirla por un plan *ciclico* y dió, con algunos de sus programas y consejos prácticos, una excelente orientación pedagógica á la enseñanza.

Estableció un plan de estudios uniforme distribuido en siete años (siete clases). En el preambulo del decreto orgánico el autor de la reforma (2) se declara partidario de la dualidad de bachilleratos, clásico y moderno, pero aún no la considera realizable en Portugal, entre otras razones, por falta de medios económicos. Lamenta tambien tener que excluir el griego de la enseñanza secundaria.

---

(1) Decreto orgánico de 22 Diciembre de 1894; decreto de 18 de Abril de 1895 (reglamento sobre los libros de texto); decreto de 14 de Agosto del mismo año (reglamento general de la enseñanza secundaria) y decreto de 14 de Setiembre tambien de 1895 (programas).

2) Los decretos suscritos por el ministro Sr. João Franco, son obra principalmente del director general de instrucción publica y profesor del curso superior de letras, Dr. Jayme Moniz, ya fallecido.

He aqui las disposiciones principales de la reforma:

Los establecimientos de instrucción secundaria son de dos categorias: liceos centrales y liceos nacionales. Habrá un liceo en cada capital de distrito administrativo (17 en el continente y 4 en las islas adyacentes). Existen además dos liceos, los de Lamego y Amarante, costeados por los respectivos municipios. Los liceos de Lisboa, Coimbra y Oporto son liceos centrales; los demás nacionales.

La instrucción secundaria se distribuye en dos cursos, uno general (años 1.º al 5.º) y otro complementario (años 6.º y 7.º). El curso general puede seguirse en todos los liceos; el curso complementario solo en los liceos centrales.

El curso general abarca 5 años ó clases y comprende las siguientes disciplinas:

1.ª Lengua y literatura portuguesa;
2.ª Lengua latina;
3.ª Lengua francesa;
4.ª Lengua alemana ó inglesa;
5.ª Geografia é Historia, especialmente la de Portugal;
6.ª Aritmética, Algebra elemental y Geometria plana;
7.ª Elementos de historia natural, de fisica y de quimica;
8.ª Dibujo.

El curso general, además de preparar para el curso complementario, se ha pretendido que proporcione «un todo de conhecimentos geralmente uteis como saber e proveitosos como meio para ó regular desenvolvimento do espirito». Parece que se ha querido hacer de él (como la reforma francesa de 1902 de su primer ciclo) una enseñanza secundaria más breve para los alumnos que no sigan la enseñanza superior.

El curso complementario abarca dos años ó clases y comprende las siguientes disciplinas:

1.ª Lengua y literatura portuguesa;

2.ª Lengua latina;

3.ª Lengua alemana;

4.ª Geografia é Historia;

5.ª Algebra y Geometria del espacio, Trigonometria y Cosmografia elementales;

6.ª Fisica, quimica, é historia natural;

7.ª Filosofia.

A la enseñanza de cada disciplina se dedicará semanalmente el número de lecciones indicado en este cuadro:

Disciplinas	Curso general					Curso complementario		Total de tiempo semanal destinado á cada disciplina en todas las clases
	Sección inferior — Clases		Sección media — Clases			Sección superior — Clases		
	I	II	III	IV	V	VI	VII	
Lengua y literatura portuguesa	6	6	3	3	4	4	4	30
Lengua latina	6	6	5	5	4	4	4	34
Lengua francesa	–	4	3	3	3	–	–	13
Lengua inglesa	–	–	(4)	(4)	(4)	–	–	(12)
Lengua alemana	–	–	4	4	4	5	4	21
Geografia	2	1	2	1	1	1	1	9
Historia	1	1	2	2	2	3	3	14
Matemática	4	4	4	4	4	4	4	28
Ciencias fisicas y ciencias naturales	2	2	2	4	4	4	5	23
Filosofia	–	–	–	–	–	2	2	4
Dibujo	3	3	3	2	2	–	–	13
Total	24	27	28	28	28	27	27	189

El estudio de la lengua inglesa es obligatorio para los alumnos que sigan unicamente el curso general y el de la

lengua alemana para todos los que aspiren á ingresar en la enseñanza superior.

Las clases comenzarán el 1.º de Octubre y terminaran el 30 de Junio. Los exámenes se celebraran durante el mes de Julio.

Puede haber tres horas de clase por la mañana y tres por la tarde sin contar las destinadas al dibujo. El intervalo entre las clases no será inferior á quinse minutos.

Los trabajos que hayan de hacer los alumnos en sus casas no deberan ocupar más de 10 horas semanales á los de la 1.ª clase, 12 á los de la 2.ª, 15 á los de la sección media y 18 á los de la sección superior.

Cuando en alguno de los 3 primeros años ó clases el número de alumnos sea superior á 50, en los siguientes á 45 y en los de la sección superior á 40, se dividirán en grupos *(turmas* ó *cursos parallelos)* que recibirán la enseñanza separadamente.

El reglamento trata con minuciosidad de como debe darse la enseñanza: procedimientos intuitivos, valor pedagógico de la exposición oral, manera de lograr que los alumnos atiendan y tomen una parte activa en el trabajo de la clase, etc.

Acerca de excursiones solo aparece esta referencia (párrafo 1.º, art. 13 del reglamento): «Quando houver excursões para o estudo de sciencias physicas ou naturaes, de geographia ou de historia, tomam-se as precauções necessarias a fim de que as mesmas excurções sejam feitas nas condições de tempo mais proprias e sem prejuizo dos restantes exercicios».

En cuanto á educación moral el legislador se limita á lo siguiente (párrafo 12, art. 22 del reglamento): «O desenvolvimento moral dos alumnos deve ser um dos effeitos do ensino dos liceos. O exercicio offerecido pelos estudos secundarios; a attenção e o zêlo que o trabalho nas aulas exige;

a pontualidade e exactidão no cumprimento dos numerosos deveres escolares; e com especialidade o conteúdo ethico das lições nas differentes materias, são meios efficazes que encaminharão aquelle desenvolvimento»... Al tratar de las obligaciones de los profesores, dice (párrafo 19, art. 5o del reglamento): ...«promover o progresso moral dos alumnos aproveitando para esta última função, entre os outros recursos que o organismo do lyceu põe ao seu alcance, toda a acção moralisadora que o estudo das disciplinas possa exercer»...

Todo profesor tiene la obligación de explicar dos asignaturas, dos partes de una misma asignatura ó una misma asignatura á dos grupos de alumnos; pero el número de lecciones que dé por semana no excederá de 24.

Uno de ellos en cada clase (1) será nombrado para desempeñar las funciones de director de la misma. A este le incumbe guardar y hacer guardar la conexión interna ó unidad cientifica y disciplinaria en la clase confiada á su cuidado; estar en relación con sus colegas de clase para mantener una acción combinada en el ejercicio de la enseñanza, lograr la ejecución de los programas y convenir los trabajos que han de ocupar á los alumnos dentro y fuera de las aulas evitando recargarles; recoger y registrar semanalmente las notas referentes á los alumnos; dar noticia de ellas al rector y á las familias; pedir el material necesario para la ense ñanza; etc.

El rector es el jefe del liceo, lo elige el gobierno entre los profesores de instrucción superior ó secundaria, «extraños al respectivo cuerpo docente» ó entre personas que hayan seguido un cursó superior.

Se establecen para los alumnos de los liceos cuatro exá-

---

(1) Se entiende por clase el conjunto de alumnos de un mismo curso.

menes de «passagem» (al terminar los años 2.°, 3.°, 4.° y 6.°), el exámen de salida del curso general y el exámen de salida del curso complementario.

Las obras destinadas á la enseñanza secundaria serán las mismas en todos los liceos, escuelas é institutos, tanto oficiales como particulares. Su adopción la decretará el gobierno de cinco en cinco años en virtud de concurso general.

Se mantiene la oposición como procedimiento para ingresar en el profesorado.

Los programas. — Aunque su valor es muy desigual, es quizás la parte de la reforma que revela mayor competencia. Ocupan 133 páginas in-8.° Cada uno va seguido de unas observaciones pedagógicas.

Lengua y literatura portuguesa (1). — Primer año: lectura de poesias y de trozos de prosa muy sencillos. Explicación de términos y conceptos de los textos leidos. Instruccion moral derivada de los mismos. Comentario muy sobrio. Particularidades gramaticales de los textos leidos. Nociones muy elementales sobre clasificación de palabras; flexión; clasificación de proposiciones; elementos principales de la proposición simple; hechos principales de concordancia. «Toda esta enseñanza debe tener por punto de partida los textos, no el compendio de gramatica». Ortografia: dictado semanal. Reproducción oral de las narraciones leidas, literal, con variantes, ó en resumen. En los últimos dias del curso reproducciones por escrito. Análogo es el programa para los dos cursos siguientes, con los desarrollos exigidos por la edad de los alumnos. En el año IV el texto principal de lectura son los *Lusiadas*. Aunque sigue el estudio de la gramática, la enseñanza comienza á tener un carácter más literario. Ejercicios

---

(1) El programa es obra del Dr. F. A. Coelho, profesor que fué de Filologia y de Pedagogia en la Universidad de Lisboa.

de composición que continuarán haciendose en todos los años siguientes. A partir del año V el alumno hará lecturas en casa distribuidas de tal modo que al salir del liceo haya leido las obras más importantes de la literatura portuguesa. Su análisis literario se hace en la clase. «La teoria se limitará siempre á los puntos esenciales y derivará de las obras examinadas». El programa de los años VI y VII comprende además gramática y lexicologia histórica. En el VII, estudio breve de los géneros literarios y de la historia de la literatura portuguesa. No habrá libros especiales de gramática, retórica, historia literaria, etc.

Lengua latina (1). — Nociones gramaticales indispensables para empezar á traducir. Se enseñarán partiendo de ejemplos muy sencillos que el profesor escribirá, lecrá y traducirá previamente. «El material de lectura constituye el punto central de la enseñanza de la lengua latina». «La enseñanza de la gramática y la de traducción y lectura son inseparables, pues ordinariamente todo hecho linguistico debe ser observado en la lectura, elevado á regla por medio de la lectura y despues practicado en la lectura». «La traducción (del latin para el portugués) debe ocupar todo el tiempo posible desde las clases inferiores, en las cuales los otros ejercicios la deben seguir ó acompañar». — En los años sucesivos se revisará y continuará el estudio de la gramática y se traducirá Eutropio *(Breviarum)*, Nepos *(Vitæ)*, Cesar, Fedro, Ovidio, Tito Livio, Virgilio y Salustio (2). En el año séptimo,

---

(1) Su autor es el Sr. A. Epiphanio da Silva Dias, profesor que fué de la Universidad de Lisboa.

(2) 2.º año: Eutropio *(Breviarium)*, tres libros; Nepos *(Vitæ)*, veinticinco capitulos. — 3.º año: Nepos *(Vitæ)*, sesenta capitulos; Cesar *(De bello Gallico)*, cincuenta capitulos; Fedro, cuarenta fábulas; Ovidio (*Metamorfosis*), cerca de ochocientos versos. — 4.º año: Cesar (*De bello Gallico*), cincuenta capitulos; T. Livio, cincuenta capitulos; Ovidio (*Metamorfosis*), cerca de ochocientos versos; Virgilio (*Eneida*), cerca

noticia sucinta de la historia literaria. Retroversiones en todos los años. La enseñanza de la gramática comprenderá sólo lo que sea necesario para la comprensión de los autores exigidos y se ligará estrechamente con la lectura de los textos. Comentarios estéticos, morales, literarios é historicos.

Lengua francesa (1). — La enseñanza de la lengua francesa tiene por fin habilitar á los alumnos para entender las obras de su literatura clásica de los siglos XVII al XIX y para expresarse en ella con cierta facilidad oralmente y por escrito. Tambien aqui el punto de partida de todos los ejercicios es la lectura. La enseñanza de la gramática se limitará á lo indispensable para el objeto propuesto. Las explicaciones gramaticales se haran en portugués. Primer año de francés (II clase): al comienzo ejercicios de pronunciacion tomando por base trozos muy breves. Lectura y traduccion. Estudio de la morfologia, partiendo siempre de los textos. Ejercicios de lengua hablada y escrita referentes á los pasajes traducidos. En el segundo año, además, dictado y retroversiones. Desde el tercer año comenzarán los alumnos á hacer lecturas en casa. Redacciones.

Lengua inglesa y alemana (2). — Análogo al anterior.

Geografia (3). — Clase I: Estudio de la localidad y de sus alrededores, como tipo, sirviendo de introducción á la

---

de ochocientos versos. — 5.º año: T. Livio, cincuenta capitulos; Sallustio (*De conjuratione Catilina y De bello Jugurthino*), sessenta capitulos; Ciceron, *Pro Archia e De imperio com Pompei*; Virgilio (*Eneida*), cerca de 1.500 versos. — 6.º año: Sallustio, sessenta capitulos; Ciceron, tres discursos; Virgilio (*Eneida*), 1.500 versos; Horacio, ochenta odas y *Arte Poetica*. — 7.º año: Cicero, *Fragmentos de Oratore y algunas cartas;* Tácito, dos libros de los *Anales y Germania;* Horacio, *Satiras y Epistolas*, cerca de 1.200 versos.

(1) Redactado por el Dr. F. A. Coelho.

(2) Obra, como el de latin, del Sr. A. Epiphanio da Silva Dias.

(3) Redactado por el Dr. F. A. Coelho.

geografia. Orientación. Conocimiento elemental de los mapas topográficos. Nociones de Astronomia. El globo y su reproducción gráfica. Algunas excursiones para hacer ejercicios prácticos y para recoger elementos destinados á las lecciones. — Clase II: Desarrollo, sin salir de una exposición muy elemental, de las nociones de geografia astronómica y de cartografia de la clase anterior. Primeros ensayos de esbozos cartográficos. Los continentes y los mares. Geografia fisica y politica de Portugal. — Clase III: Geografia fisica y politica de Europa y Africa. — Clase IV: Geografia fisica y politica de Asia, America y Austria. — Clase V: Revisión y complemento de las nociones adquiridas en las clases anteriores. — Curso complementario: Geografia comparada. — Clase VI: El suelo, las aguas, la atmósfera. — Clase VII: La flora, la fauna, el hombre. En las observaciones se dice: «La enseñanza de la geografia en las primeras cinco clases debe proporcionar al alumno, partiendo de la observación de la naturaleza que le rodea, de representaciones gráficas escogidas, del globo y de algunos aparatos sencillos, el conocimiento seguro de los hechos elementales de la geografia astronómica, la inteligencia de los mapas, las nociones fundamentales de la geografia fisica y una idea de las divisiones politicas y de la población de la tierra, especialmente de Portugal y sus colonias, sin insistir en particularidades de importancia secundaria, ni pretender cargar la memoria del alumno con muchos nombres ni datos numéricos. — En las dos últimas clases se procede al estudio más detenido de la geografia matemática (incluído en el programa de matemáticas), de la geografia fisica, desde el punto de vista comparativo, y de los elementos de la etnografia»... «Sin paseos escolares, sin una parte de la enseñanza al aire libre, como, por ejemplo, para la observación nocturna del cielo, la enseñanza caerá en la repetición mecánica del compendio».

Historia. — Clase I: Noticias de algunos de los hombres

más notables de la historia patria y episodios de la misma relacionados con ellos. — Clase II: Estudio muy elemental de la historia de los pueblos orientales. — Clase III: Los griegos y los romanos. — Clase IV: Historia de la edad media, moderna y contemporánea. — Clase V: Revisiones. Historia de Portugal. — Clases VI y VII: Historia de Portugal: instituciones.

Matemática. — Clase I: *Aritmética:* Primeras nociones. Las cuatro operaciones con enteros, quebrados y decimales. Sistema de pesos y medidas. Raiz cuadrada. *Geometria:* nociones elementales. — Clase II: *Aritmética:* minimo común múltiplo y máximo común divisor. Números complejos. Razones y proporciones. *Geometria:* teoremas de geometria plana. — Clase III: *Aritmética:* Continuación. Teoremas. *Geometria:* continuación. — Clase IV: *Algebra:* Resolución de ecuaciones de primer grado. *Geometria:* continuación. — Clase V: *Aritmetica y Algebra:* Progresiones. Logaritmos, etc. *Geometria:* Curvas. Coordenadas rectilineas. Areas y volúmenes (sin demostración). — Clase VI: *Algebra:* Ecuaciones de 1.º y 2.º grado con una incognita. *Geometria del espacio.* — Clase VII: *Algebra:* Fracciones continuas. *Geometria del espacio. Trigonometria plana. Cosmografia.* — La enseñanza de la aritmética en la I y II clase tendrá por objeto especialmente la aplicación del cálculo mental á frecuentes ejercicios y la resolución de problemas de uso común.

Ciencias fisico-naturales. Zoologia. — «El estudio debe basarse en el exámen de ejemplares vivos ó preparados, siempre que sea posible, y no de modelos y cuadros murales». — Clase I: Conocimiento elemental de los vertebrados, por el estudio de la forma: principales caracteres exteriores. Algunas nociones anatómicas; noticias de costumbres. — Clase II: Un estudio de los invertebrados análogo al anterior. — Clase III: Conocimiento general de las divisiones y subdivisiones del

reino animal coordenando las nociones adquiridas anteriormente. — Clase V: Revisiones. Conocimiento elemental de la anatomia y de la fisiologia humana y comparada. — Clase VI: Estudio complementario de la morfologia, anatomia y fisiologia. — Clase VII: Revisiones. Estudio complementario de la zoologia especial. Geografia zoológica. *Botánica.* — Este estudio debe basarse, siempre que sea posible, en el exámen de plantas vivas y á falta de estas en el de herbarios, dibujos, modelos, etc. — Clase I: Morfologia de las fanerógamas. — Clase II: Grandes divisiones y subdivisiones del reino vegetal basadas en la comparación de plantas convenientemente escogidas. Morfologia de las criptógamas. — Clase III: Comparación de plantas fanerógamas, convenientemente escogidas, para formar la noción de los ordenes, familias, géneros y especies. — Clase IV: Conocimientos elementales de anatomia y de fisiologia. — Clase VI: Estudio complementario de la morfologia, anatomia y fisiologia. — Clase VII: Revisiones. Generalidades sobre botánica especial y geografia botanica. — *Fisica:* Clase IV: Nociones generales. Estados de los cuerpos. Propriedades generales de la materia. Liquidos y gases. Acústica. Calor. — Clase V: Optica. Electricidad estática. Electricidad dinámica. Magnetismo. — Clase VI: Inercias. Fuerzas. Movimento. Equilibrio. Gravedad. Hidrostática. Hidro-dinámica. Acústica. Calor. — Clase VII: Optica. Electricidad. Meteorologia. — *Quimica:* Su estudio debe basarse siempre que sea posible en el exámen de los cuerpos, en la experiencia, en el uso de los aparatos y en láminas apropiadas. — Clase IV: Metales pesados. Generalidades. Estudio del hidrógeno, oxigeno, indrógeno, aire y agua. Metales ligeros y sus combinaciones con el oxigeno. Metaloides y sus combinaciones con el oxigeno. Nociones muy elementales de mineralogia. — Clase V: Revisiones. Generalidades: leyes de las combinaciones. Principales combinaciones de los metaloides con el hidrógeno ó simultanea-

mente con el oxigeno. Estudio de algunas sales más importantes. Quimica organica. Lecciones elementalisimas sobre geologia. — Clase VI: Quimica inorgánica. — Clase VII: Quimica orgánica. En esta clase se enseñará tambien mineralogia y botánica. — *Filosofia:* Clase VI: Introducción. Psicologia. Lógica. — Clase VII: Moral. Nociones de Metafisica. — *Dibujo geométrico* en las cinco primeras clases.

Iuicio sobre la reforma de 1894-95

> « *Confieso que no siento mucha alegria cuando los Estados se encargan de los assuntos de educación como cryendose capaces, mediante su gobierno y su vigilancia, de lo que solo el talento, la devoción, el celo, el genio y la habilidad de los individuos puede lograr, de lo que solo puede ser creado mediante su actividad libre y difundido mediante su ejemplo, y respecto á lo cual lo único que le toca hacer es apartar los obstáculos, allanar los caminos, preparar las ocasiones, dar estimulos; labor que por si sola no deja de tener gran valor para la humanidad*». *(Herbart*, Pedagogia general, *libro segundo, capitulo quinto, párrafo IV).*

La reforma tuvo dos consecuencias indudables: levantó un gran movimiento de protesta y determinó una mejora considerable en la enseñanza de los liceos. Aquel nacia en algunos de incomprensión ó del mayor esfuerzo que les imponian las nuevas disposiciones; en otros, colocados en un terreno más elevado, del convencimiento de que la reforma era defectuosa. Y en efecto, no obstante significar un progreso, evidente ahora, despues de los años transcurridos, contenia muchas deficiencias.

Varios libros (1) y numerosos articulos (2) se dedicaron á la crítica minuciosa de la reforma. No se señaló, sin embargo, lo que constituye su defecto capital: la confianza en la eficacia de la ley y el olvido de las cuestiones referentes á la formación del personal. ¿Como habria de llegar á realizarse la reforma sin un personal capacitado para ello? ¿Qué consecuencias prácticas podrian tener, por ejemplo, las disposiciones sobre metodologia, si no se proporcionaba al profesorado la preparación tecnica que exige su cumplimiento? Y no es que el legislador lo crea innecesario porque tenga un buen concepto del catedrático. Por el contrario, una de las caracteristicas de la reforma es la falta de confianza en el profesorado. Reduce su función al cumplimiento de los minuciosos preceptos legales y para asegurarlo, además de imponer penalidades á los infractores, dispone que haya en cada liceo un rector estraño al cuerpo docente del mismo (art. 128, párrafo 1.º del reglamento), condición que parece revelar el propósito de hacer de él un fiscal más que un colaborador.

La reforma establece un plan de estudios uniforme (3), lo cual podria defenderse desde el punto de vista de los que

---

(1) Dos de Epifanio da Silva Dias y otros dos de Borges Grainha. Vid. La Bibliografia.

(2) En el diario de Lisboa, *O Seculo*, se publicó en Agosto y Setiembre de 1895 una serie de ellos suscritos por los Srs. Rodriguez de Freitas, José Augusto Coelho y Bernardino Machado. Los de este forman porte del volumen «O ensino primario e secundario». Otros en la «Revista dos Lyceus» n.º de Deciembre, de 1894 y en el libro de Teixeira Bastos, «Interesses nacionaes», libro I, cap. IV.

Tambien tratan de la reforma de 1894-95 los articulos publicados en el diario *As Novidades* de Lisboa, con la firma A. D., de que es autor el Dr. F. Adolpho Coelho, segun tuvo la bondad de comunicarmelo él mismo.

(3) El autor de la reforma declara que hubiese deseado dos tipos de enseñanza, uno clásico y otro moderno; pero que la falta de recursos económicos impidieron hacerlo.

piensan que debiendo considerarse la segunda enseñanza como una parte de la educación general, ha de ser igual para todos los alumnos; lo que de ningún modo parece acertado es dar á ese bachillerato único un carácter predominantemente clásico. El autor de la reforma ya en el preambulo declara que se propone establecer «un serio estudio de la lengua latina» y en las observaciones al programa de latin dice que «dotar bem o ensino da lingua latina foi um dos intentos da reforma da instrucção secundaria». Es la enseñanza á que se dedica más tiempo: 6 lecciones semanales en las clases I y II, 5 en la III y IV y 4 en las tres ultimas. Hacen un total de 34 lecciones semanales en todas las clases, número que no alcanza ninguna otra disciplina.

Lo más extraño de la reforma es que prescinde de la educación fisica. Acerca de ejercicios corporales solo dice, al tratar de los establecimientos particulares, que «junto al edificio destinado á los alumnos internos debe haber terreno suficiente para recreo y ejercicios de educación fisica». Por lo que hace á la educación moral no es menos deficiente. Toda la labor de los liceos en este sentido la reduce á la que pueda realizar el profesor con ocasión de las clases. La prohibición de las asociaciones escolares (1) elimina uno de los medios más eficaces de educación moral y parece significar la tendencia equivocada á evitar con restricciones y con una acción externa la actitud de los escolares que se adivina entre lineas.

El regimen de clases, que era uno de los principales objetivos que se habian propuesto los reformadores, no aparece realizado. Falta para ello continuar todas las enseñanzas de

---

(1) Decreto de 14 de Agosto de 1895, art. 114°, dice asi: «Fica expressamente prohibido, por ser muito contrario ao interesse do ensino e da disciplina, que os alumnos constituam entre si associações, ou tomem parte em associações...».

cada año de tal modo que se desarrollen armonicamente y se dirijan á un fin comun. Se debe en gran parte á que los programas carecen de unidad, pues las distintas personas que se encargaron de su redacción trabajaron separadamente. Asi se explica que se haya incurrido en repeticiones y que programas distintos de un mismo año no correspondan á un mismo grado de formación intelectual en el alumno.

Hay en ellos vacios de importancia. Prescinden del canto y de los trabajos manuales, y de literatura solo se exige el estudio de la latina y la portuguesa. El programa de dibujo peca, de un lado, por defecto, porque se limita al geométrico; de otro, por exceso, porque da á la enseñanza de este un desarrollo que solo debe tener en una preparación profesional. El de historia del primer año es más bien de enseñanza primaria; en cambio los de la clase II y III estan recargados. Esta enseñanza se hace consistir unicamente en la exposición oral del profesor; no se recomienda el uso de mapas y láminas, ni las visitas á monumentos, museos, etc. Los programas de lenguas no responden enteramente al método directo generalmente recomendado hoy (1). En las «observaciones», excepto algunas, abundan más las generalidades inútiles que los consejos de valor práctico.

Por lo que hace á las penas disciplinarias, prescindiendo del problema de si deben existir, las hay tan poco acertadas como estas: «la reprensión dada por el director de la clase en presencia de todos los profesores y alumnos de la clase; la reprensión dada por el rector y mandada leer en todas las aulas del liceo». (Art. 116.º del reglamento, § 5.º y 6.º).

El número de exámenes es excesivo; el regimen del libro único, como probó la experiencia (2), fué una equivocación...

---

(1) En latin podrian suprimirse las retroversiones.

(2) Vid. Luciano A. Pereira da Silva, Discurso sobre «Instrução secundaria», pronunciado en la camara de diputados el 13 de Enero de 1903.

Estos y otros muchos defectos de detalle pueden señalarse en la reforma de 1894-95. Pero tambien es verdad que contiene numerosos aciertos. Lo prueba mejor que nada el hecho indudable del progreso realizado desde entonces por los liceos; el haber tenido la virtud de rehabilitar la enseñanza oficial que tan desprestigiada estaba ante la opinión pública. Actualmente las familias la prefieren á la privada hasta tal punto que esta casi ha desaparecido en las poblaciones que tienen liceo.

No es posible dejar de reconocer el mérito de la reforma cuando se piensa que hace veintitantos años introdujo en Portugal mejoras que aún no ha logrado realizar algun pais de Europa: por ejemplo, el plan *ciclico,* la supresión de los abusos á que daba lugar el comercio de los libros de texto, las excursiones escolares, la limitación del número de alumnos en cada aula, la enseñanza efectiva del francés y, sobre todo, la renovación de los métodos de enseñanza.

Despues del año 1836 las del 94 son las primeras disposiciones sobre segunda enseñanza que revelan un conocimiento serio del estado de estas cuestiones en el resto de Europa. Esto se debe á que en su elaboración intervinieron, entre otras, personas tan entendidas en pedagogia como el Dr. Jaime Moniz y el Dr. Francisco Adolfo Coelho.

El Sr. Moniz, autor principal de la reforma, era un profesor y politico que se habia interesado siempre por los problemas de la enseñanza. Fué catedrático y director del Curso superior de Letras é intervino durante muchos años en la politica activa habiendo desempeñado altos cargos de la administración. Cuando el gobierno le confió en 1894 la preparación de la reforma era director general de instrucción publica. Pocos años antes habia sido ministro.

En el decreto general y en su preambulo, en el reglamento y en las observaciones á los programas, redactadas por él en su mayor parte, hay muestras frecuentes de una

buena orientación. Se advierte, hasta en detalles materiales, que tuvo en cuenta, principalmente, el ejemplo de los pueblos germánicos (1) como el mismo reconoce (2). Tambien se nota que era una persona alejada de la práctica de la segunda enseñanza, lo cual ha contribuido á muchas de las deficiencias de la reforma (3).

El Sr. Coelho era uno de los hombres de ciencia más eminentes de Portugal. Se dedicó á estudios de filologia y de pedagogia y conocia el movimiento cientifico europeo. En su pais era la persona más competente en cuestiones de educación. Es autor de tres excelentes programas, los mejores de la reforma de 1894: el de francés, el de portugués y el de geografia, con sus observaciones respectivas, los cuales

---

(1) El Sr. Moniz tenia un conocimiento muy extenso de la literatura pedagógica, principalmente de la de Alemania (á donde hizo tres viajes) y asi lo muestra su libro *Estudos de ensino secundario.*

(2) Vid. su libro *Estudos de ensino secundario*, cap. I.

(3) Refiriendose á la obra del Sr. Moniz dice el Dr. Schiller, profesor de la Universidad de Giessem: «Die Reform unterscheidet sich von allen früheren durch den grossen Zug, in dem sie gefasst ist, und den wirklich pädagogischen Geist, den sie atmet. Und wir dürfen ruhig sagen, es ist der Geist der deutschen Pädagogik, der hier weht». (pág 169). «Bis jetzt war der höhere Unterricht in Portugal im wesentlichen fachlich geordnet, und Künftig soll er erziehend sein. Wer die Tragweite, dieser wenigen Worte übersieht, vermag allein die Grösse der Arbeit su schätzen» (pág. 169). Acerca del preambulo: «Man darf wohl sagen, dass diesse ganze Einführungs verordnung durchaus auf der Höhe der pädagogischen Wissenschaft steht» (pág. 167). Acerca del capitulo III del reglamento, el que trata «de la enseñanza», dice: «Alle diese Bestimmungen zeigen, dass ihr Verfasser, Herr de Freitas-Moniz, mit den heutigen pädagogischen, insbesondere didaktischen Forderungen völlig vertraut ist» (pág. 259). Sobre los programas: «Sie sind teilweise geradezu musterhaft» (pág. 260). Vid. el articulo «*Die Reform des höheren (Sekundär-) Unterrichts im Königreich Portugal vom 22 Dezember 1894*» en la *Deutschen Zeitschrift für Ausländisches Unterrichtswesen*, Jahrgang I, Helft 3.

pueden colocarse sin desvantaja, sobre todo los dos últimos, al lado de los mejores del estranjero (1).

En resumen, si se considera la reforma del 94 en conjunto y, sobre todo, cuando se atiende á sus resultados, el inicio que se forma acerca de ella es favorable. Ha tenido el mérito, que ha beneficiado hasta á sus mismos enemigos, de elevar en Portugal la discusion de las cuestiones de enseñanza al nivel de la pedagogia europea.

(Continúa). RUBEN LANDA.

---

(4) El Dr. Schiller en el art. cit., pág. 260, dice del Dr. Coelho: «Er ist einer der wenigen Portugiesen, welche die deutsche Pädagogik genauer kennen». Y refiriendose á su programa de portugues: «Der gesamte Lehrplan steht durchaus auf der Höhe der derzeitingen Methodik». — El Dr. Coelho fué quien redactó la primera parte del excelente informe de la «Comissão do projecto de reforma do ensino secundario» (Vid. *Diario do Governo,* n.º 127, de 2 de Junio de 1913) que á nuestro juicio es lo mejor que en su género se ha hecho en Portugal. Añadiré que dejó inédito un trabajo acerca de la historia de los planes de estudios secundarios en Portugal análogo al publicado por Gerard respecto á Francia en su obra *Education e Instruction.* El Dr. Coelho tuvo la bondad de mostrarmelo pocos meses antes de morir.

LA CRISE DE LA DÉMOCRATIE EN EUROPE

Personne n'a su encore trouver les lois naturelles qui régissent la vie des peuples; l'Histoire, science essentiellement empirique, ne sait que suivre les faits, en dégager la succession normale ou accidentelle, expliquer pour quelles raisons et par suite de quelles circonstances tel évènement s'est produit et trouver après coup sa justification scientifique. Mais jamais encore elle n'a pu décréter avec certitude quel évènement futur serait la résultante nécessaire des faits actuels. L'induction s'arrête là, faute de bases solides. Là commencent les déductions hypothétiques.



VICOMTE DE ROCHEFORT

Néanmoins, nous usons volontiers de l'adage: «l'Histoire

se répète», et par une disposition d'esprit naturelle à l'homme, nous cherchons à faire état de ce que nous savons du passé pour en déduire, par des comparaisons plus ou moins heureuses, notre avenir.

C'est un terrain essentiellement ingrat et mobile, et rares son ceux qui, sachant faire la part exacte des contingences accidentelles et virtuelles des faits comparés, déterminent avec certitude les éléments communs sur lesquels ils établissent alors avec prudence, non point des axiomes, ni même des théorèmes, mais des dillèmes aux solutions qu'ils sauront être variables au gré de nouvelles circonstances.

De leur sagacité, seul l'avenir pourra être juge ; les événements controuveront ou comprouveront leurs déductions ; nous ne pouvons y apporter que le contrôle de nos raisonnements non moins empiriques ou l'appui de notre tempérament. Car là où l'intelligence faille, l'intuition n'est pas à dédaigner.

Si ces assertions peuvent paraître exactes appliquées aux historiens, combien plus encore doivent-elles pouvoir l'être appliquées aux hommes d'État! Ceux-ci ne peuvent se contenter de bâtir des hypothèses et d'en attendre ensuite avec quiétude la confirmation ou l'infirmation par les faits. Artisans du bonheur ou du malheur de leur Patrie, de leur clairvoyance, de leur plus ou moins de sagacité dépend le sort de la Nation qui leur est confié. Une parfaite connaissance de l'Histoire qui leur est indispensable ne doit cependant pas les rendre timides et les empêcher d'agir en dehors des exemples historiques, de précédents qui doivent leur servir de points de repère, de comparaisons et non de modèles qu'ils copieraient aveuglement. Les exemples historiques doivent les éclairer sans s'imposer à leur obéissance passive et la soumission servile aux précédents est coupable tout autant que la témérité de ceux qui croient s'en passer en les igno-

rant. (Il faut dire que les hommes d'État de notre époque pèchent bien plus souvent par ce dernier défaut).

Si la parfaite connaissance de l'Histoire est nécessaire à un homme d'État, c'est que jusqu'à présent la vie des nations à travers les âges a oscillé entre deux pôles constants: l'anarchie et l'autocratie déiste, pôles idéals qu'elles n'ont jamais atteints; et par conséquent à des phases jamais identiques mais quelquefois analogues de leur histoire les mêmes principes ont pu s'appliquer à l'élaboration de solutions variant sur des points virtuels mais gardant une certaine perennité dans le fond. Ainsi, à certaines périodes de leur histoire les nations se sont trouvées dans un état de crise dû au vieillissement de leur système gouvernemental.

Selon qu'il fut despotique ou impuissant, trop autoritaire ou insuffisamment organisé, oppressif dans sa force ou inéxistant dans sa faiblesse, les mêmes critiques s'élevaient; et des esprits précurseurs, des hommes d'État méconnus et inécoutés étaient seuls d'abord à indiquer les rémèdes que leur dictait leur clairvoyance; leurs indications n'étaient suivies que longtemps après et souvent n'étaient exploitées que sans discernement, à moins que leur génie et le concours heureux des circonstances ne leur permît d'imposer par la force ce qui était apprécié ensuite avec reconnaissance. — C'est tandis que je lisais une brochure de Mr. da Costa Lobo, professeur à l'Université de Coïmbre, astronome d'une réputation mondiale et homme d'État, qui aurait dû l'être, que cette analogie dans certaines époques de l'histoire m'est apparue.

Mr. da Costa Lobo est un observateur de notre époque, sagace et plein de pénétration. Je n'en veux qu'un exemple. Peu de gens — que dis-je? — peu d'hommes d'État avaient su lire, au lendemain de la guerre, dans l'avenir immédiat de l'Europe. Les esprits les plus rassis comme les plus superficiels divaguaient aisément, aussi bien dans les conférences de la Paix que dans les cafés, devant un verre de vin.

Or, c'est en 1921 que Mr. da Costa Lobo publiait à l'imprimerie de l'Université de Coïmbre un livre d'une sagesse politique profonde. Certaines de ses déductions ont déjà été comprouvées par les évènements. Il expose avec clarté et précision les grands problèmes mondiaux de notre époque ou plutôt la phase actuelle des problèmes sempiternels, en établit avec une rare sureté les données et après une rapide et magistrale critique des erreurs commises par les bâtisseurs de notre monde d'après-guerre, en démontre les causes profondes et lointaines se trouvant à la base même de notre civilisation moderne. Alors, il nous indique les solutions possibles, les déduisant soit par analogie, soit par *a contrario* des exemples historiques et sa grande et circonspecte érudition n'atténue en rien l'indépendance de son jugement.

Les solutions qu'il propose pour les problèmes politiques européens peuvent être discutées. Pour ma modeste part, je ne puis les accepter entièrement. Mais le grand mérite de ce livre a été de démontrer les causes morales et psychologiques des crises internationales, nationales et sociales de l'époque moderne. Professeur de l'Université de Coïmbre, ancien député, prenant une part active à la vie politique de son pays, Mr. da Costa Lobo assiste en observateur avisé aux nombreuses crises gouvernementales du Portugal. Il en détermine les causes, celles-là mêmes qui existent dans toute l'Europe actuelle et qui sont inhérentes à la démocratie en tant que système politique. Il vit la faiblesse et l'injustice du suffrage universel. Faiblesse, car un gouvernement ne peut être fort, quand son action sur les côtes d'Afrique peut être entravée par la volonté d'un député des pêcheurs du Tage. Faiblesse, car les esprits médiocres, les esprits moyens sont, par définition, la majorité dans la nation. Les suffrages de cette majorité ne peuvent envoyer en général aux assemblées représentatives que ses repré-

sentants naturels, c'est-à-dire des esprits également médiocres.

Ceux-ci, qu'ils fussent la veille commerçants, avocats ou agriculteurs, spécialisés dans une branche généralement étroite de l'activité humaine, son sensés, au lendemain de leur élection, devenir compétents dans toutes les questions infiniment complexes que pose quotidiennement le gouvernement d'un État. Par quelle grâce d'état l'Esprit-Saint des démocraties, la volonté des électeurs, peut les rendre ainsi, du jour au lendemain omniscients, omni-compétens?

Faiblesse donc encore, car incompétence.

Les Pères de la démocratie depuis Rousseau, ont été séduits bien plus par le côté sentimental que par le côté pratique du suffrage universel.

Ils voyaient un bel idéal de justice et d'équité dans l'égalité de tous les citoyens devant les urnes électorales. Et cependant, à considérer les choses d'un peu plus près, quelle est la justice de cette égalité? — L'illétré et le docteur en droit seront des molécules égales dans l'organisme national. Le berger et l'avocat éliront un représentant qui discutera le budget de la Marine marchande; le laboureur et le dentiste enverront au Parlement un député qui refusera au Ministre de la guerre les crédits pour la réorganisation de l'Armée. — Et ce mépris de la valeur propre de chaque individu supprimant forcément l'idée même de compétence, remet les affaires nationales entre les mains des ignorants.

La Justice ne paraît donc pas plus avoir son compte dans ce système que l'intérêt national.

En vain y a-t-on apporté dans certains pays le correctif du vote familial, du vote plural.

Un agriculteur ne devient pas plus compétent dans la réforme des services pénitentiaires parce qu'il a 8 enfants; un licencié ès-lettres n'acquière pas une connaissance plus

approfondie des tarifes différentiels et des droits *ad valorem* lorsqu'il a défendu avec succès une thèse sur le théatre de Shaekespeare.

La pierre angulaire des théories démocratiques est l'individu. C'est l'homme — être abstrait, pris en dehors des réalités, des contingences, ayant une valeur propre.

Cette valeur, toujours la même, quelle que soit par ailleurs son éducation, son instruction, ses qualités morales ou intellectuelles, est immuable et invariable. C'est elle qui condictionne le grand principe d'égalité de tous les citoyens, qui crée la fiction de leur aptitude générale au gouvernement de la nation. Le suffrage universel en est la déduction naturelle et logique. S'il a donné de mauvais résultats — et nous venons de voir qu'il en est forcément ainsi — ce n'est pas lui qu'il faut reviser, mais le principe qui le créa.

Je ne parle que pour mémoire du second grand principe rapidement disparu de la circulation: la Fraternité des hommes ne peut être prônée et défendue que par une religion qui prèche la charité et l'amour du prochain. Or, nous verrons comment le troisième grand principe aboutit forcément à la négation dissimulée ou ouverte de toute religion.

... Le principe de la Liberté, le plus cher aux démocrates, le plus intangible à leurs yeux. «Les hommes naissent libres»... Ainsi commence la Déclaration des Droits de l'Homme — cette charte des démocraties.

Ils *naissent* libres. Au moment où ils viennent au monde, aucune obligation ne peut peser sur leur vie future de citoyens, de membres de la collectivité humaine.

Une fois le principe posé, et quelles que fussent les premières timidités, les premières contradictions de son application, il faut bien aller jusqu'au bout et en tirer toutes les conclusions logiques.

L'individu né libre ne pourra se voir imposer des obliga-

tions qu'en tant qu'il y consentira ou plutôt qu'il les créera pour lui-même.

Loyalement interprété, ce principe doit aboutir à la négation de toute religion, par la négation de toute volonté supérieure et antérieure à l'individu. Car toute religion postule précisément une Volonté Préexistente à l'homme. Encore que les premiers démocrates français s'appelassent patriotes et que le développement des idées démocratiques de la révolution française marchât parallèllement avec une croissance du sentiment national, l'idée de *nation* telle que nous la concevons actuellement est contraire au principe intégral de liberté. Un individu libre ne saurait faire partie d'une nation en dehors de son consentement; *a fortiori,* doit-il être libre pour en sortir dès qu'il le voudra.

Pas plus que la nation, la famille ne saurait imposer ses liens, ses obligations à un individu né parfaitement libre.

Ce n'est donc que complètement débarassé de ces entraves de la religion, de la nation, de la famille, que l'homme peut jouir réellement de sa liberté; il peut assurément se réunir avec d'autres individus pour constituer un corps qu'on appellera nation, mais l'aliénation partielle de sa liberté qu'il consent ainsi ne peut être définitive. Il doit rester maître de la révoquer.

Il est à noter que les premiers démocrates se montrèrent farouchement hostiles à l'association (loi Le Chapellier en France en 1791); ils craignaient cette aliénation de la liberté individuelle et, d'autre part, redoutaient la force que les associations d'individus pourraient faire peser sur les individus isolés.

Mais rapidement, la contradiction formelle de cette interdiction des associations avec le principe de liberté apparut: on ne peut interdire à un homme libre de se réunir avec d'autres hommes libres. Les associations furent tolérées, puis autorisées, puis même favorisées. Les craintes des premiers

démocrates se réalisèrent alors. Et nous voyons comment les collectivités d'hommes libres, ne pouvant par définition connaître d'autres lois que leur volonté intégralement indépendante, imposent brutalement cette volonté à d'autres collectivités moins fortes (d'État à État, d'État aux corps constitués dans la Nation) ou aux individus isolés (d'État à citoyens, de syndicat à ouvriers non syndiqués).

Mais la volonté de l'individu est ainsi annihilée. L'application du principe aboutit à sa destruction. À l'encontre de ces volontés des collectivités plus fortes, les individus, les collectivités plus faibles ne peuvent que chercher à s'organiser pour devenir les plus forts à leur tour. Et c'est la lutte ininterrompue qui est ainsi érigiée en institution perpétuelle, où le droit sans force ne peut rien, où la force ne se préoccupe plus d'avoir le droit de son côté.

Le développement logique des institutions démocratiques achève son parcours et aboutit à un contre-sens.

Le socialisme s'est dressé.

Il ose prononcer tout haut le *sic volo, sic jubeo* des majorités que la pudeur démocratique n'admettait que dans les actes, non en parole. En vain les démocraties le renieraient. Il en est le fruit légitime, la conclusion naturelle de leur doctrine.

S'il subjugue l'individu à l'État, l'annihile et le supprime, c'est qu'il considère l'État comme l'expression fixée et rigide d'un conglomérat d'individus qui en forme la majorité. Et l'individu n'en est plus qu'une parcelle numérique, négligeable en lui même, intéressant seulement comme fraction du nombre.

Si le socialisme nie le droit de propriété et surtout sa transmissibilité, c'est que logiquement un individu qui n'est lié par aucun devoir de famille, ne peut prétendre à aucun droit sur elle.

Le socialisme (et son développement, le communisme)

trace ainsi le paragraphe final de la théorie démocratique. Si ce faisant il la détruit, c'est que les données de départ étaient fausses. Ce n'est pas sa faute.

Mais c'est ainsi que nous apercevons des erreurs de la Démocratie. Et dans la clarté qui se fait, des réactions se dessinent. Au moment même où elle croit triompher dans le domaine international — la Société des Nations est son oeuvre qu'elle croit pouvoir rendre parfaite — dans toutes les Nations les esprits clairvoyants dressent des réquisitoires. Dans les plus éprouvées par les ravages de son application, des réactions vigoureuses se sont produites. L'Italie se redressa à la veille de sombrer dans le communisme. L'Espagne n'en a pas attendu la menace.

Dans d'autres, moins pressées parce que moins menacées, seuls encore de rares hommes d'État en discernent les dangers, proposent les rémèdes modérés et progressifs.

Tel est le projet de constitution de Mr. da Costa Lobo. Il pare au plus pressé. Il cherche à écarter d'abord les pratiques les plus dommageables. Le suffrage direct universel qui engendre l'incompétence et l'irresponsabilité n'exprime pas la volonté de la nation mais celle de la somme des citoyens. Et seule la volonté d'une partie d'entre eux reçoit une sanction. Le Parlement ainsi élu, légifère souverainement «car tel est notre bon plaisir». De ses actes, aucun contrôle.

Quelle est la juridiction qui pourrait juger sa volonté souveraine? La déclarer conforme ou non au droit, puisque c'est le Parlement qui en est la seule source? Devant le Parlement, souverain omnipotent, l'exécutif est un pauvre commis, serviteur docile et muet de ses volontés.

Il n'a pas d'éxistence propre; ses timides initiatives expressément limitées par la loi sont soumises à l'approbation du Législatif.

Révocable *ad nutum*, il n'ose seulement pas exercer ses droits et ceux-ci tombent en désuétude.

(Rappelons le triste sort du message adressé par M. Millerand, Président de la République Française aux Chambres Législatives en Avril 1924. Cet exercicie de droit strict lui fut imputé comme un excès de pouvoir et il dut démissioner sous une pression anticonstitutionnelle pour avoir exercé un droit constitutionel).

La séparation des pouvoirs n'est ainsi qu'une fiction et il n'y a qu'un seul pouvoir souverain, mais versatile et inconstant: le Parlement.

Il faut tout d'abord que le citoyen retrouve sa place dans la nation et que, retrouvant son individualité perdue par son exagération même, il cesse d'être un chiffre pour devenir une unité. Remis dans le cadre de la famille — cette cellule sociale primaire — il sera apte à la gestion des affaires municipales. Replacé dans le cadre du métier, de la corporation, il sera compétent pour en dire les besoins et les désirs.

Un gouvernement établi sur ces bases échappera à l'incompétence. Les responsabilités divisées supprimeront l'irresponsabilité.

La représentation nationale ainsi organisée sera celle des grands intérets, des grands corps économiques et sociaux et non plus celle d'une poussière d'individus.

À la base de son organisation de l'État, Mr. da Costa Lobo place ce qu'il appelle le «nucléum social» — cellule primaire de l'organisme national. Il le définit ainsi: «Le nucléum social sera constitué par les familles d'une petite ville ou de petits groupements de villages»... Le nucléum aura une assemblée générale composée de tous les citoyens, siégeant une fois par mois; établissant son budget, élisant pour l'année une commission exécutive.

Vient ensuite le 1er degré de l'organisation administrative: «Le Gouverneur sera nommé par le Gouverneur géné-

ral. Son ressort sera établi en tenant compte des divisions administratives tradictionnelles». Comme exemple, Mr. da Costa Lobo cite les municipes pour le Portugal.

Le Conseil de 1er degré sera composé des délégués des Nucléums, des délégués des corporations légalement constituées et des membres nommés par le Gouverneur et appartenant à la région. Les mandats ne seront pas rémunérés. Le Conseil sera réparti en comissions que seront chargées d'élaborer et de présenter les propositions, les quelles ne pourront qu'être acceptées ou rejetées sans discussion par le conseil réuni en séance plénière.

Les propositions acceptées par le Conseil seront soumises dans un délai de 3 jours à une commission de rédaction déléguée du pouvoir judiciaire, établie dans chaque région de 2ème degré, qui jugera de leur constitutionalité et leur donnera la rédaction définitive.

Au dessus se trouve le 2ème degré de l'organisation administrative.

Le Gouverneur général de cette région sera nommé par le chef de l'État; il sera secondé par un conseil consultatif qu'il nommera lui-même. Le conseil sera composé des délégués des Conseils du 1er dégré, de ceux des corporations constituées et de Membres nommés par le Gouverneur général.

Le fonctionnement de ce conseil est identique à celui des conseils de 1er dégré.

Ayant ainsi organisé l'administration locale, Mr. da Costa Lobo passe à l'organisation du pouvoir central de l'État. Et ce qui frappe tout d'abord c'est qu'il abandonne la formule tripartite: *exécutif, législatif, judiciaire* en y ajoutant un quatrième membre; quatre pouvoirs seront ainsi en équilibre, ou plutôt, le quatrième est appelé à équilibrer les trois éxistants.

Pouvoir législatif, pouvoir exécutif, pouvoir judiciaire; au dessus d'eux sera le pouvoir coordonnateur.

C'est la clef de voûte du système de Mr. da Costa Lôbo; c'en est la grande opportune originalité.

Le Pouvoir coordenateur sera représenté par le chef d'État et «le conseil privé».

Ce conseil sera présidé par le chef de l'État ou par le Vice-Président qui sera le Président du Conseil d'État. Il sera composé de 10 membres nommés par le chef de l'État parmis les anciens membres des pouvoirs législatif, exécutif et judiciaire. Ce Conseil sera appelé dans les questions de haute importance de l'État.

Le Pouvoir Législatif se composera de 3 corps: Chambre, Sénat, conseil d'État.

La Chambre des Députés sera composée des délégués des régions de 1er dégré, élus proportionnellement à leur population respective. Elle sera appelée à se prononcer par simple vote sans délibération sur les résolutions du Sénat concernant les dépenses et les recettes *seulement*, les autres questions ne lui étant pas soumises.

Le Sénat sera composé de représentants des corporations, de certains hauts fonctionnaires et de Membres nommés par le Chef de l'État. Les Commissions sénatoriales élaboreront les projets qui seront soumis au vote du Sénat et renvoyés à la Chambre pour les questions budgétaires, au Conseil d'État pour toutes les autres questions.

Ce dernier, composé de membres nommés par le chef de l'État aura le droit de les renvoyer au Sénat, mais devra s'incliner si le second vote confirme le premier.

Le Pouvoir Exécutif est représenté par un Ministère (conseil exécutif) dont les membres seront responsables individuellement.

Le Pouvoir Judiciaire aura compétence pour juger de la constitutionnalité des lois et des actes de l'Exécutif.

Telles sont, sommairement exposées, les grandes lignes du projet de Mr. da Costa Lobo.

Il accorde une large autonomie municipale; la démocratie s'y trouvant à sa place y reçoit la plus complète application dans le suffrage universel.

L'ignorance juridique, souvent probable, toujours possible, des Conseils de 1^er^ et 2^ème^ degrés sera corrigiée par les commissions judiciaires des régions de second degré.

D'une part, à mesure que l'on monte dans l'échelle des pouvoirs, à mesure donc que les questions deviennent plus complexes et que leur solution exige plus de compétence, la part de l'arbitraire électoral est proportionnellement restreinte; des membres nommés, et à l'échelon supérieur des membres de droit apporteront le correctif de leurs compétences spéciales — donc de leur responsabilité précisée — à l'irresponsabilité coutumière des assemblées.

D'autre part, la répartition ingénieuse du travail entre les commissions des Conseils et les séances plénières de ceux-ci (discussion par les commissions compétentes, vote sans discussion par les Conseils) écarté le verbiage — cette maladie sénile qui menace tout régime électif.

Cette répartition du travail est également appliquée à l'échelon supérieur où elle se fait entre le Sénat, le Conseil d'État et la Chambre des Députés.

Par le triage subi aux échelons des régions, les délégués de celles-ci à la chambre peuvent être supposés avoir une compétence générale suffisante pour connaître des questions budgétaires. Les grands intérets économiques et sociaux seront représentés au Sénat par les délégués des corporations, et les intérêts supérieurs de l'État — par les fonctionnaires membres de droit. Le Conseil d'État, entièrement nommé, offre toutes garanties de compétence, et l'obligation du vote sans discussion, — comme à la Chambre et à l'Assemblée plénière du Sénat — préserve ces organes de l'État des excès de parole.

Cependant je me permettrai de signaler ici un danger

auquel il ne sera pas facile de parer et qui pourrait menacer le travail du Conseil d'État; je veux parler de la «fiscalisation» des lois. — On fiscalise une loi soit en y introduisant une disposition budgétaire, soit l'introduisant elle-même dans le projet de budget. On voit par là qu'il suffirait à un Sénat qui voudrait soustraire telle loi à la compétence du Conseil d'État de l'introduire dans ce but par quelque artifice toujours facile dans le projet de budget et cette loi serait alors, toute spéciale qu'elle fût, soumise à l'incompétence éventuelle de la Chambre.

La composition du Sénat dans le projet de Mr. da Costa Lobo offre seule quelques garanties contre cette pratique.

Explicite et complet dans ses dispositions concernant le Pouvoir Législatif, l'éminent homme d'État ne consacre que peu de lignes à l'organisation de l'Exécutif. Est-ce une lacune? Il me semble plutôt que la profonde sagesse de l'auteur a voulu n'indiquer que les modalités du travail même de l'Exécutife: Bureaux administratifs, leurs relations avec le Législatif, fonctions des Ministres, laissant à l'ombre les points les plus importants, entre autres les sanctions corollaires de la responsabilité et enfin et surtout le choix, les caractères légaux du Chef de l'État. Évitant ainsi que soient posées avant l'heure ces questions qui passionnent quelquefois plus que de raison l'opinion publique, il a voulu nous démontrer que c'est encore l'organisation du travail et sa méthode qui importent le plus dans le fonctionnement de la machine gouvernementale.

Et s'il m'était permis d'exprimer une supposition toute personnelle, j'ajouterais que la même profonde sagesse de l'auteur n'a pas voulu effaroucher prématurément les vieux préjugés doctrinaires par telle solution logique qui s'imposerait.

*
* *

Au début de notre ère démocratique les peuples de l'Europe ont assisté comme à une répétition générale de ce qui devait être l'évolution de la Démocratie.

Sous une forme saisissante, concentrée et condensée, la France de 1789 à 1800, puis à 1815 a passé par toutes les phases de cette évolution. Elle a connu ainsi l'enthousiasme romantique et exubérant de l'époque héroïque, où toute les classes participaient d'abord à un élan spontané et irréfléchi dont la générosité même conduisait la nation à deux pas de sa perte.

Les plus avisés, et donc les moins nombreux, s'arrétant alors, des chefs sans conscience et sans honneur — depuis Mirabeau jusqu'à Barras en passant par Danton le si longtemps prétendu intègre, entrainaient les masses délirantes et généralement sincères au sac et au massacre. La guerre à l'extérieur, en mélant un peu de sang étranger au sang national versé dans les luttes fratricides venait alors en vain réhausser pour quelque temps le prestige sanglant de la révolution.

Bientôt, bien tôt! — le patriotisme s'épaississait; l'instinct de possession assouvi aiguisait et exaspérait celui de jouissance; la dissolution des mœurs, la dépravation publique, tous les vices qu'entrainent les fortunes rapides et tous ceux qu'engendrent les ruines et les détresses des époques instables dévastaient une société qui n'avait plus la consolation des doctrines morales dans ses anxiétés, ni leur frein modérateur dans ses jouissances. Les institutions se modelaient sur les mœurs. Le Législatif, maître omnipotent, mais maître sénile, impuissant à créér, impuissant à maintenir, voyait se réprandre dans ses Assemblées un flot de paroles d'autant

plus désordonné et incohérent que l'habitude de l'action se perdait irrémédiablement.

La parole abondante, tortueuse, fausse, devenait le refuge de l'inaction, de l'irresponsabilité, de l'incapacité gouvernementales. On parlait pour ne pas agir, car on ne savait plus, on ne voulait plus agir.

Noyé dans le verbiage, le Directoire ne s'apercevait pas que la Nation, elle, était lasse, qu'elle était saturée de spectacles et de réjouissances, qu'elle préférait désormais l'ordre, fut-il brutal, dans le travail à la jouissance sans sécurité dans le désordre.

C'est ainsi que toutes les imprécations contre le liberticide, toutes les clameurs des tribuns et des sénateurs laissèrent la Nation assister indifférente à la déroute de la Démocratie devant un homme: Bonaparte.

En dix ans, la Nation Française avait fait à ses dépenses l'expérience, qui ne devait pas lui profiter, de toutes les phases d'un régime démocratique. Ni le bienfait de l'enrichissement rendu rapide et accessible à tous, ni celui des droits écrits et intangibles qu'il leur apporta ne lui ont paru compenser le déséquilibre, le malaise perpétuel de la vie sociale. Pendant quinze autres années il devait subir ensuite le traitement de son antidote, le régime autoritaire du Consulat et de l'Empire.

Je n'ai pas l'intention de suivre ici le développement de ce régime. Essentiellement transitoire, celui-ci à eu le tort de vouloir s'éterniser; régime pour organismes malades et peut-être pour organismes convalescents, il voulut être celui d'une Nation assainie. Non pas tant ses excès que sa simple prolongation le perdit.

Ce qui nous intéresse ici, ce sont ses premiers pas dans l'organisation nouvelle de la nation, c'est la transition qu'il cherchera à faire de la démocratie à l'autorité.

Et c'est là que nous verrons surgir la perennité des choses de l'Histoire, inspirant aux hommes prédestinés les mê-

mes solutions dans les mêmes circonstances et que leur génie adopte aux modalités du moment, à moins que leur maladresse ne les en écarte...

La Constitution Consulaire de l'an VIII de la République Française est inspirée par le double souci de rendre son indépendence à l'exécutif et de contenir dans des limites étroites le penchant au bavardage du législatif.

Et ce n'est pas par quelques ressemblances fugitives et superficielles que le projet de Mr. da Costa Lobo m'amène à parler de cette constitution, mais par la similitude profonde de leur esprit, trouvant spontanément la même solution logique compte tenu des circonstances incidentes, aux mêmes questions sempiternelles.

La Constitution de l'an VIII en effet créa au sommet de l'État, d'une part un pouvoir exécutif fort: les trois consuls désignés par le Sénat. En face de l'exécutif, trois organes législatifs: le Conseil d'État, élaborant les lois sous la Présidence de l'un des Consuls: le Tribunal les discutant; le Corps Législatif les votant après débat contradictoire entre un Conseiller d'État et un Tribun, mais ne prenant aucune part à la délibération. Le Sénat conservateur de la constitution représentait le pouvoir judiciaire et connaissait de la constitutionnalité des lois. L'Exécutif échappait au contrôle incertain et aux sanctions arbitraires du Législatif et le travail de ce dernier réparti entre trois organes économisait le temps qui se perd en discours et rétablissait la responsabilité dans la compétence.

Nous avons vu plus haut l'analogie frappante qu'offre le projet de Mr. da Costa Lobo avec ces dispositions.

Mais à cette organisation économique et rattionnelle du moins dans ses grandes lignes du pouvoir supérieur devait correspondre une organisation locale plus sage. Et là aussi la constitution de l'an VIII donnait des solutions que nous retrouverons chez Mr. da Costa Lobo.

Le territoire de la France était divisé en arrondissements communaux. L'Assemblée primaire de tous les électeurs de cette circonscription se réunissait pour désigner par ses suffrages ceux qui seraient appelés à gérer les affaires publiques. Il en résultait des listes de notables, comportant un nombre de personnes égal au dixième des électeurs. Dans ces listes étaient choisis les fonctionnaires communaux. D'autre part ces notables désignaient un dixième d'entre eux pour figurer sur les listes départementales, dans lesquelles étaient choisis les fonctionnaires départementaux. Enfin ces notables départementaux désignaient un dixième d'entre eux pour figurer dans les liste dans lesquelles étaient choisis les fonctionnaires nationaux.

Mais si les analogies, faciles à saisir sont caractéristiques, non moins significatives sont les différences et je n'hésite pas à dire qu'elles sont généralement à l'avantage du projet de Mr. da Costa Lobo.

Parmi ces dernières la plus saillante est l'uniformité rigide et la centralisation excessive de la Constitution de l'an VIII, qui, vestige menaçant de la mentalité révolutionnaire, ne laisse subsister en face de l'État que des individus isolés, simples chiffres aux yeux de celui-ci.

Dans le projet de Mr. da Costa Lobo au contraire une large autonomie administrative est justifiée par l'existence des corporations, pièce essentielle qui manquait dans la constitution encore jacobine de l'an VIII.

Nous pouvons admettre que cet excès de centralisation est précisément conditionné par l'oubli voulu où le régime consulaire, continuant la tradition révolutionnaire, a tenu les intérêts collectifs fractionnaires de la Nation et que c'est en corrigeant cette erreur initiale que Mr. da Costa Lobo a pu pallier à celle qui en dérive.

C'est pour la même raison également que les organes représentatifs du projet de l'éminent homme d'État portu-

guais nous paraissent plus vitaux dans leur plus harmonieuse stabilité étant une expression plus complète et plus rationnelle de la nation.

C'est que jouissant d'un recul dans le temps que n'avaient forcément pas les auteurs de l'an VIII et complètement débarrassé de l'idéologie démocratique, il replace le citoyen dans son cadre naturel économique et social: la corporation et la famille du Nucléum social. Et nous en arrivons ainsi en concluant à constater que l'analogie reste frappante dans les dispositions techniques, dans le mécanisme de l'appareil gouvernemental.

Mais tandis que toute empirique, la Constitution de l'an VIII se contenta de cette réforme superficielle, incapable de comprendre et de définir les causes profondes et lointaines du mal et le laissant ainsi subsister en entier, tandis qu'elle dressa un plan rationnel, mais sur des données fausses ou incomplètes, Mr. da Costa Lobo définit d'abord avec une rigoureuse précision les données initiales. Échappé à l'empire d'une doctrine périmée et clairvoyant dans son indépendance, il dresse son plan, dont les modalités peuvent être discutées certes, sur des bases autrement solides que la volonté vacillante et incertaine d'une poussière d'individus.

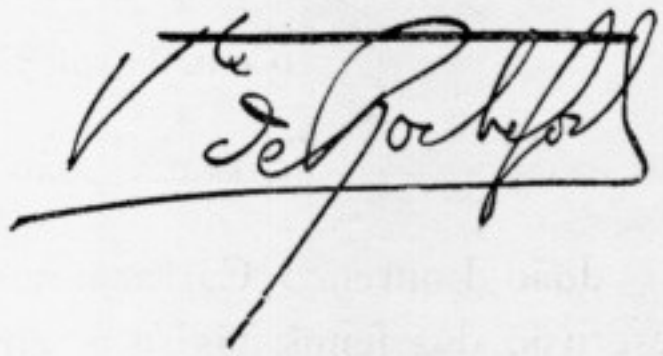
Sa cité est bâtie sur les assises de l'État familial et corporatif et il veut que l'âme de ce corps souple et harmonieux soit inspirét par la seule morale qui jusqu'à présent ait subi victorieusement l'assaut du temps et des fugitives doctrines humaines.

La morale chrétienne.

Que ce soit lui ou d'autres, qui parviennent à réaliser cette cité, il n'en sera pas moins un des premiers, sinon le premier, homme d'État qui ait voulu, su et osé en dire la nécessité, en définir les raisons et en annoncer l'avènement.

A la lueur de cette doctrine, les problèmes de l'Europe confuse d'après-guerre qui paraissaient insolubles, nous ap-

paraissent d'une solution sinon facile du moins possible; la Société des Nations elle-même trouvera un équilibre moins incertain dans les relations des nations plus cohérentes et mieux organisées, et la République Chrétienne de Henri VI se réalisera plus rapidement peut-être que la Fédération Internationale de Lénine.



SUBSIDIOS PARA A HISTORIA DA MUSICA EM PORTUGAL

(Cont. do vol. 73.º, pag. 734)

CARRACA (JOÃO LOURENÇO)

João Lourenço Carraca nosso cantor, dado por nosso escrivão dos feitos das sisas em a nossa cidade de Lisboa, por morte de Thomaz Dias. Dada em Sintra a 10 de novembro de 1498. (Torre do Tombo, *Chancellaria de D. Manuel*, liv. 44, fol. 12).

«Dom Manuell &c A quamtos esta nosa carta virem fazemos saber que comfiamdo nos da bomdade e descreçam de Joham L^co^ Caraca, nosso camtor, que ho fara bem e como compre a noso seruiço, e queremdolhe fazer graça e merce, temos por bem e damollo daquy em deamte por asellador das cousas que pertemcem ser aselladas da nosa alfamdega de Lixboa e asy e pella maneira que ho atee ora foram os requeredores da dita alfamdega. E porem mãdamos... Dada em Montemor o nouo a bij dias do mes de janeiro Elrei o mãdou per dom Aluaro de Crasto do seu comselho e veador da sua fazemda — P^o^ Lopez a fez — de mill iiij^c^ lRbj anos. E como quer que ho dito oficio atee guora amdasse nos ditos requeredores por que avemos por milhor e mais nosso seruiço e por mais fieldade amdar em hũa pesoa soo, o damos asy ao dito Joham L^co^, comfiamdo delle que o fara bem e como deue e guardara as partes ho direito». (Torre do Tombo, *Chancellaria de D. Manuel*, liv. 33, fol. 79 v.).

CARRASCON (JOÃO)

Natural de Torrijo, reino de Aragão. D. Filipe II o tomou por cantor tiple da sua real capella de Lisboa, dando-lhe

trinta mil reaes de tença por anno, que começaria a vencer de 15 de junho de 1618 em deante. (Carta de 22 de Dezembro do mesmo anno).

«Dom Felipe &c faço saber aos que esta minha cartta virem que hauendo respeito a boa informaçaõ que tiue da voz, talento e sufficiencia de Joaõ Carrascon, natural de Torrijo, do reino de Aragaõ, que hora tenho filhado por cantor tiple de minha real capella, ei por bem e me pras de lhe fazer merce de trinta mil rs de tença cada anno de minha fazenda, os quais começara a vencer de quinse dias de junho deste presente anno de seis centos e dezoitto em diante, em que começou a seruir, os quais lhe seraõ pagos emquanto seruir na dita capella com certidaõ do meu capellaõ mor ou de quem seu cargo seruir de como serue autualmente nella e de como naõ he prouido de outra couza, pello que mando ao vedor de minha fazenda lhe faça asentar os dittos trinta mil rs de tença nos liuros della e do dito tenpo em diante despachar cada ano em partte onde aja delles bom pagamento, e com a certidão acima referida, e por firmeza de tudo mandei dar esta cartta de padraõ ao dito Joaõ Carrascon por mim asinada e asellada com o meu sello pendente. Luis de Lemos a fez em Lixboa a xxij de dezembro de mil e seis centos e dezoitto. Sebastiaõ Perestello a fez escreuer». (Torre do Tombo, *Chancellaria de D. Filipe II, Doações*, liv. 43, fol. 162 v.).

CARREIRA (ANTONIO)

Era mestre da capella real no tempo de D. Sebastião e compositor, cujas obras manuscriptas se conservavam na famosa livraria musical de D. João IV.

Veja-se o meu opusculo *Os mestres da capella real nos reinados de D. João III e D. Sebastião*, separata do *Archivo Historico Portuguez*, 1907.

A Antonio Carreira consagra o sr. Ernesto Vieira um artigo no seu *Diccionario dos musicos portuguezes*.

CARVALHO (FRANCISCO DE)

Veja-se o meu livro *Mestres da capella real desde o do-*

minio filippino (inclusivé) *até D. José I,* onde publiquei os documentos que lhe dizem respeito.

CARVALHO (GASPAR)

Cantor

«Dom Manuell &c a vos reueremdo em Xp̃o padre dom Dioguo de Sousa, do noso comselho, arcebispo da cidade de Bargua, primas despanha, e ao voso loguo temte, saude sycera delyçam praz a voz saber que nos apresemtamos ora por abade da igreja da samta Ovaya de Cabanelas, que he da nosa apresemtaçaõ em vosa diosycesy a Gaspar Carvalho noso capelaõ e camtor, e esto em a vagua de Joam a.º abade que foy da dita igreja que se finou. E esta merce lhe fazemos per vertude de hũu noso aluara per nos asinado que ho ele de nos ouue de que ho trelado he o seguinte: Chamceler amiguo ou quem voso carguo teuer, a nos praz apresentarmos Gaspar Carualho noso capelaõ e camtor per abade da igreja de Santa Ovay de Cabanelas do arcebispado de Bargaa, que he da nosa apresentaçã que ora vaguou por morte de Joam a.º abade que della foy e noteficamolo asy e vos mandamos que lhe mandes fazer carta dapresemtaçaõ em forma. Feito em Lx.ª a xxbj dabrill. Symão de Matos o fez ano de jb^{c}xxi annos. E porem vos rogamos e emcomendamos que comfirmes o dito Gaspar Carvalho na dita igreja e lhe des diso vosas cartas de confirmação nas quaes faça especial mẽçã como a nosa apresentação he por vos confirmado em ela em vagua do dito Joam a.º que se finou. Dada em Lixboa aos xxix dias do mes dabrill — elRey o mandou pelo doutor..... do seu desembargo que tem cargo de chamceler mor. Fernam Roiz a fez anno de jb^{c}xxi annos». (Torre do Tombo, *Chancellaria de D. Manuel*, liv. 39, fol. 109 v.).

«Dom Joham &c A quamtos esta minha carta de priuilegio virem faço saber que avemdo respeito ao comtinuado seruiço que me faz Gaspar Carvalho, meu capellão e cantor, e por me elle pedir e folgar de lhe nyso fazer merçe, ey por bem e me praz de preuiligiar G.º Tryguo, morador em Bayam, do comcelho de Geraz, que daqui em diante seya escuso de pagar etc. Dada em a cydade de Lixboa aos xbj dias do mes dabryll — Gomez Eanes a fez anno de noso Sõr Ihũu x.º de mill b^{c}xxix». (Torre do Tombo, *Chancellaria de D. João III*, liv. 17, fol. 59).

CASANATE (ANTONIO)

Filho de Antonio Casanate, tomado por corneta da real capella, que vagou por fallecimento de Manuel da Costa — 1 de julho de 1643. (Torre do Tombo, *Chancellaria de D. João IV, Doações,* liv. 13, fol. 268 v. e liv. 24, fol. 329).

CASCO (ANDRE)

Charamella

«Dom Joam &c A quamtos esta minha carta virem faço saber que queremdo fazer graça e merce a Amdre Casco, meu charamela, tenho por bem e me praz que ele tenha e aja de mym de tença do primeyro de janeyro que vem de quinhentos e cinquo em diante em cada huũ ano, em quanto minha merce for, dous moyos de trigo. E mãdo ao baraõ dAllvito, veedor de minha fazemda, que lhos faça asemtar nos liuros della e do dito janeiro em diamte lhes despache pera lugar homde lhe sejam bem pagos, e por firmeza delo lhe mãdey daar esta carta por mym asynada e aselada do meu selo pẽdente. Ayres Fernandez a fez em Euora a omze dias dagosto ano de noso Senhor Ihuũ Xp̃o de mill b^{e} Riiij anos». (Torre do Tombo, *Chancellaria de D. João III,* liv. 5, fol. 136 v.).

«Eu elRey faço saber a vos, feitor e oficiaees da casa da India, que eu ey por bem e me praz de fazer merce a Andre Casquo, meu charamella, de hũa escreuaninha das naaos da careira da India ida por vymda per hũa vyagem e com ho ordenado conteudo no Regimento, na vaguamte dos prouidos amtes de vymte e quatro de mayo deste ano presemte de mill b$^{el.ta}$ e sete em que elRey meu senhor e avoo que samta gloria aja lhe fez a dita merce por respeito de seus seruiços, e per tamto vos mando que quamdo pella dita maneira ao dito Andre Casquo couber emtrar na dita escreuaninha ho metaees em pose della, e lha leyxeis ir seruir e com ella aver o dito ordenado como dito he e os proees e percallços que lhe direitamente pertencerem, e elle jurara na chancelaria que bem e verdadeiramente a syrua, guardamdo em tudo o que cumpre a meu seruiço. Adriaõ Lucio o fez em Lixboa a x de julho de jb^{e} lbij.

Andre Soarez o fez espreuer». (Torre do Tombo, *Chancellaria de D. João III,* liv. 54, fol. 317).

«Eu elRey faço saber aos que este aluara virem que cõfiãdo de Andre Casquo, que foy meu charamela, que nisto me seruira bem e fielmente, ey por bem e me praz de lhe fazer merce do cargo de procurador do mosteiro das orfãs desta cidade de Lixboa ẽquamto eu ouver por bem e naõ mãdar o contrairo, com o qual cargo avera em cada huũ anno que o seruir doze mill rs em dinheiro –s– oyto mill rs de ordenado e quatro mill rs pera aluger de hũas casas, e coremta alqueires de trygo, pago tudo a custa do dito moesteiro, que he outro tamto como se daua a Amtonio Picado, per cujo falecimento o dito cargo vagou, e o dito Andre Casco comesara a vẽcer do primeiro de janeiro deste ano presente de jb^{c}lx e sete em diãte e lhe sera paguo cada ano aos quarteis dele com certidam da p.^{a} (pesoa) que tiuer cargo de vygitar o dito moesteiro de como Amdre Casco serue, a qual merce lhe asy faço sem ẽbargo de hũu aluara que do dito cargo mãdey pasar a Joane *(sic)* de Goes, molher que foy do dito Amtonio Picado, o qual aluara per justos respeytos que me a yso mouem o ey por derogado, e na chancelaria seŕ dado juramento a Andre Casco, que bem e verdadeiramente sirua, do qual juramento se fara declaraçaõ nas costas deste, pello qual mãdo ao vygitador do dito moesteiro e a regemte e orfãs dele que ajaõ a Andre Casco per procurador do dito moesteiro e o deyxem seruir e lhe pagem o dito ordenado cada ano do dito primeiro de janeiro em diamte como dito he sem lhe a yso ser posto duuida nem ẽbargo alguu, per que asy he minha merce, e este aluara quero que valha como se fose carta em meu nome selada de meu selo pemdemte sem embargo da ordenaçaõ do segundo liuro titolo xx que despoen o contrairo. Aluaro Fernandez o fez em Lixboa a x dias do mes de nouembro de jb^{c} lxbij. Manuel Soarez o fez esprever». (Torre do Tombo, *Chancellaria de D. Sebastião e D. Henrique, Doações,* liv. 17, fol. 495 v.).

CASELLA (JOAQUIM)

Acaba de se finar no Porto, conforme o nosso solicito correspondente n'aquella cidade nos communicou, um artista de merito, e que, se não estamos em erro, tambem se fez ouvir em Lisboa.

Acêrca da sua biographia, pedimos licença para trans-

crever do nosso presado collega *Primeiro de Janeiro* as notas que abaixo damos:

«Desapareceu do nosso meio artistico uma das individualidades mais distinctas e mais tipicas.

Hontem, cêrca das duas horas da tarde, falleceu no Hotel Continental, onde estava hospedado havia uns 15 annos, o distinctissimo violoncelista Joaquim Casella.

Italiano de nascimento e raça, natural de Genova, devia ter 80 annos approximadamente.

Viera de Madrid para o Porto em 1872 e em breve conquistou a admiração de todos os amadores de boa musica, porque Casella era, na verdade, um magnifico artista.

Fez parte, como primeiro violoncello, da orchestra do theatro de S. João e entrou nos mais distinctos concertos, como os de musica de camara, dirigidos por Miguel Angelo, em que figuravam os melhores artistas portuenses — e havia-os esplendidos n'essa epoca.

No interregno em que o nosso theatro lyrico esteve fechado, Joaquim Casella andou por Hespanha e Italia, regressando ao Porto, contractado por Cyriaco Cardoso, para fazer parte da orchestra do S. João, na empreza Gama.

Depois aqui viveu sempre: mas durante 30 annos de permanencia n'esta cidade não conseguiu falar portuguez: falava um mixto de italiano, hespanhol, francez e portuguez.

Joaquim Casella tinha o amor entranhado á sua arte, que elle dignificava considerando-a a primeira de todas as artes.

Convidado por differentes vezes para tocar em cafés, recusou-se sempre.

Repugnava-lhe tocar onde se estivesse de chapeu na cabeça e se fizesse ruido: queria que, dizia elle, quando tocasse, os ouvintes estivessem com a maxima attenção.

Necessidades da vida e principalmente por ter visto a tocar n'um café em Espinho o grande violoncellista hespanhol Casals, levaram-no a transigir e foi contractado ha annos para tocar n'um café em Mattosinhos, durante a epoca balnear. Mas veiu a prohibição do jogo e o contracto ficou nullo.

Pois esta contrariedade não o desgostou: antes o satisfez intimamente por se não vêr na necessidade de tocar n'um café.

Mas mudaram os tempos e Casella viu-se na necessidade, depois de muito instado, de tocar, ha poucos mezes ainda, no café Suisso; tocou, porém, só uma ou duas noites.

Ha annos, uma senhora da nossa primeira sociedade, realizou uma festa no seu palacete e mandou contractar um quarteto. Falaram a Casella, que promptamente aceitou; mas sabendo que era para tocar ao ar livre, no jardim, immediatamente se recusou.

O velho artista era extraordinariamente apaixonado pela musica italiana e um verdadeiro fanatico por Verdi.

Trauteava a miudo os trechos mais sentimentaes da *Luiza Miller*, da *Força do Destino*, do *Baile de Mascaras*, do *Trovador*, do *Rigoletto*, da *Traviata* e d'outras notaveis peças antigas do grande compositor. Não gostava de Wagner e tinha pelas operas modernas um grande desdem.

No seu quarto onde estudava todos os dias, executava alguns trechos da sua maior predilecção. Um dia, sósinho, ao terminar a execução d'um d'esses trechos, ficou tão satisfeito que se aplaudiu a si mesmo, exclamando:

— «Brrava, maestro, brrava!»

Joaquim Casella tinha o prazer da mesa gastando, diariamente, pelo menos duas horas ao almoço e duas ao jantar.

De compleição forte, herculea, era uma bella figura mascula, de nariz enorme. Os chapeus brancos que usou du-

rante muitos annos, de inverno e de verão, tornaram-no tipico e original.

Ha annos, um corista do theatro de S. João, que se pintava muito, metteu-lhe em cabeça que se pintasse. Casella acquiesceu, mas arrependeu-se logo em face do ridiculo a que se sujeitara. Ciriaco Cardoso, encontrando-o assim pintado e «renovado», cumprimentou-o e perguntou lhe, rindo:

— O Casella, como está seu pae?

E o mais breve que lhe foi possivel viu-se livre das «pinturas» para nunca mais as usar.

Havia algum tempo que Casella se definhava de dia para dia, com a certeza de que morreria breve.

No sabbado, 11 do corrente, ainda tocou, e no domingo, já bastante doente, com influenza, foi para o theatro mas recolheu ao hotel onde esteve de cama até quinta-feira. N'este dia, porém, levantou-se e appareceu na sala de jantar. Muito desalentado, comeu pouco e recolheu-se ao quarto; mas, ante-hontem, apesar dos conselhos dos amigos e das prescripções do medico, ainda foi jantar á sala. Foi despedir-se d'aquella mesa onde tantas e tantas horas passara a comer, a beber e a trautear os trechos da sua maior predilecção.

Hontem, pouco antes das duas horas da tarde, exhalou o ultimo suspiro n'uma serena tranquilidade, sorrindo para os amigos e comensaes que o rodeavam.

Paz á sua alma.

O doloroso acontecimento foi participado ao sr. conselheiro João Eduardo de Brito e Cunha, digno consul de Italia, e muito amigo de Casella, afim de sua ex.ª mandar tomar conta do espolio.

Como acontece com todos os artistas o espolio de Casella é insignificante. Além da roupa, dois violoncellos: um do fabricante Tononi e autro de Boullon. O primeiro tinha-o

no seu quarto; o segundo estava e está no theatro de S. João á ordem do sr. conselheiro Brito e Cunha.

Casella era condecorado com os habitos de cavalleiro das Ordens de Isabel a Catholica, de Eespanha, e de Christo, de Portugal; e tinha tal orgulho d'essas condecorações que dificilmente deixava de trazer na botoeira do casaco o lacinho encarnado da Ordem de Christo.

Porto, 19. — Foi muito concorrido o funeral do professor de musica Joaquim Casella, recebendo a chave do caixão o conselheiro Brito e Cunha, consul de Italia.

Numa carteira que o saudoso extincto possuia foram encontrados 127$000.

No cemiterio do Prado do Repouso vae ser levantado um jazigo, onde Casella será inhumado.

(*Diario de Noticias* de 20 de fevereiro de 1905).

CASTANHEDA (CHRISTOVAM DA)

Christovam da Castanheda, musico da camara do infante D. Luiz, era casado com Maior Barrua e, tendo fallecido, passou para a viuva a tença de oito mil réis que tinha, assim como outra de um moio de trigo.

D. João III, em carta de 19 de setembro de 1556, lhe confirmou estas mercês.

«Dom Joam etc. A quantos esta minha carta virem faço saber que eu comcedy ao Ifamte dom Luis, meu irmão, que samta gloria aja, de por seu falecymento fazer mercê as pesoas que dele tiuesem temças em vida lhas mãdar dar das remdas que dele vagasem pera mym e por que Major Barrua, molher que foy de Cristouão da Castanheda, que foy musiquo da camara do dito ifamte tinha dele oyto mill rs de tença em vida per hum padrão feyto aos treze dias de março do ano pasado de b^{e}1 e cymquo, lhe mãdey dar esta carta de padrão, pella qual, por nyso lhe fazer mercê, ey por bem e me praz que ela tenha e aja de mym de temça em cada hum ano, em dias de sua vida, os ditos oyto mill rs,

de janeiro que pasou deste ano presente de b^{e} lbj em diamte. E portamto mamdo... João Aluez a fez na cidade de Lixboa a xix de setembro do ano do nacymento de noso Senhor Jhu xp̃o de jb^{e} lbj, e eu Aluaro Pirez a fiz escprever». (Torre do Tombo, *Chancellaria de D. João III, Doações*, liv. 70, fol. 234).

Segue-se carta identica com relação á mercê de um moio de trigo.

CASTANHO (MIGUEL)

Registo da carta por onde lançaram o habito de Santiago a Miguel Castanho capellão e cantor de sua egreja.

«Dom Jorge — na carta não se declara o titulo de cantor — simplesmente Migell Castanho noso capelaõ clerygo de misa — D^{o} do Olivall a fez em Setuvall a bj dias dabryll de mill e b^{e} xxxb». (Torre do Tombo, *Ordem de S. Tiago*, liv. 17, fol. 40).

Miguel Castanho, meu capellão e cantor. Tença annual em dias de sua vida desde o 1.º de janeiro de 1554 em diante um moio de trigo. Carta feita em Lisboa a 27 de outubro de 1554. (Torre do Tombo, *Chancellaria de D. João III, Doações*, liv. 53, fol. 229 v.).

CASTÃO (GASPAR DIAS)

Musico

«Dom Felipe &c faso saber aos que esta minha carta virem que avendo respeito aos servisos de Gaspar Dias Castão, meu musiquo da camara, ey por bem e me pras de lhe fazer merse de hum moyo de trigo de tensa cadano em sua vida que comesara a venser de trimta de yunho do ano de seis sentos e noue em diante em que lhe fis esta merce, polo que mando ao veador de minha fazenda lhe fasa asentar o dito moyo de trigo nos liuros della e do dito tempo despachar cadano em parte donde aya delles bom pagamento, e por firmeza de tudo lhe mandey dar esta carta por mim asinada e selada com o meu sello pendente

Luis de Lemos o fes em Lisboa a vintesete de abril de seis sentos e treze. Sebastiaõ Perestrello o fes escreuer». (Torre do Tombo, *Chancellaria de D. Filipe II, Doações*, liv. 32, fol. 88 v.).

CASTELLO BRANCO (COSME VAZ DE)

Cantor

«Eu elRey faço saber a vos Joaõ Roiz de Pallma, thesoureiro do dinheiro do hum por cemto e obras pias, ou a quem ho dito carguo seruir, que avemdo respeito aos seruiços de Cosmo Vaaz de Castelo Brãco, que foy camtor de minha capella, ey por bem e me praz fazer a Cᵐᵃ Fialha, sua molher, de xĩj rˢ cada ano por tempo de quatro anos, pagos em vos pera sva mãtemça e de seus filhos; pello que vos mando que de xb dias deste mes dagosto do ano presemte de bᶜ lxxxbiij em diamte, em que lhe fiz esta merce, deis e paguees... Gº Ribeiro o fez em Lixboa a xxx dias dagosto de jbᶜ lxxxbiij Gaspar Fĩz Redoualho o fez escreuer». (Torre do Tombo, *Chancellaria de D. Filipe I, Doações*, liv. 16, fol. 192).

«Eu elRey faço saber aos que este aluara virem que auendo respeito aos seruiços de Cosmo Vaz de Castello Branco, que foi cantor de minha capella, e a informação que tiue da pobreza e necessidade de Catherina Fialha, sua molher, ey por bem de fazer merce a dita Catherina Fialha de lhe reformar os oyto mil rs que tem de tença nas obras pias por tempo de quatro annos mais alem do tempo por que lhe ja foi reformada a dita tença em que começou a correr os ditos quatro annos de xb dagosto deste anno presente em diante por se lhe acabar o vltimo tempo della em xiiij do dito mez e anno, os quais oito mil rs ey por bem que aja pello dito tempo de quatro annos sem embargo da declaração que se lhe pos na apostilla da derradeira reforma da dita tença, em que se continha que se lhe naõ reformaria por mais tempo e a prouisaõ e apostilla porque a dita Catherina Fialha tinha a dita tença se rompeo ao asinar desta, pello que mando aos vedores de minha fazenda que lhe fação assentar os ditos oyto mil rs de tença no Lº das tenças das obras pias e do dito tempo em diante leuar cada anno na folha que se faz pera o R.ᵉʳ della para lhe nelle serem pagos como dito he, e este ey por bem que valha &c. Francisco Moutinho o fez em Lixboa a bj de julho de mil b.ᶜ lRb. Sebastião Prestello o fez escreuer». (Torre do Tombo, *Chancellaria de D. Filipe I, Doações*, liv. 31, fol. 60 v.).

CASTILHO (BELCHIOR DE)

Charamella

«Eu elRey faço saber aos que este aluara virem que eu ey por bem e me praz, por fazer merce a Belchior de Castilho, meu charamela, que ele tenha e aja cada ano de minha fazenda oyto mill rs pera hũa vestiaria, que he outro tanto como tem pera ela os outros meus charamelas, os quaes lhe seraõ pagos no thesoureiro de minha casa asi e da maneira que se pagaõ as vestiarias a outros charamelas, e portanto mando aos vedores de mynha ffazemda que lhe fação asemtar os ditos biij mil r.ª no L.º dela e leuar cada ano na folha do asentamento das vestiarias pera lhe serem pagos no dito thesoureiro como he declarado neste aluara que hey por bem que valha como se fose carta feyta em meu nome por mim asinada e pasada pela chancellaria sem embargo da ordenação do segundo L.º titulo vimte que diz que as cousas cujo efeyto ouuer de durar mais de huũ ano pasem per cartas e pasando per aluaras naõ valhaõ. Antaõ da Rocha o fez em Lixboa a xxx de junho de jb^{c} lxxiiij Sebastiaõ da Costa o fez espreuer». (Torre do Tombo, *Chancellaria de D. Sebastião e D. Henrique, Doações*, liv. 36, fol. 30).

CASTILHO (GASPAR DE)

Charamella. Tinha uma filha casada com Francisco de Sierna, charamella.

Veja-se este nome.

(Continúa).

Sousa Viterbo

EXPLORAÇÕES SCIENTÍFICAS NA ÍNDIA (1) DURANTE OS REINADOS DE D. MANUEL, D. JOÃO III E D. SEBASTIÃO

OS PRIMEIROS NATURALISTAS PORTUGUESES DO SÉCULO XVI

¿Após as conquistas e descobrimentos em que os portugueses tanto sangue derramaram, ter-se-iam pôsto indiferentes em explorar a riqueza económica dos seus vastíssimos domínios?



LENCASTRE P. DE ANDRADE

Não nos parece que lhes foi indiferente o estudo das drogas medicinais da Índia e das suas Possessões Ultramarinas.

Não deixaram às outras nações explorar no grande livro, belo panorama da Flora da Índia, o tesouro escondido.

Reportemos a História e a Bibliografia da Flora do Ultramar Português.

É o que propomos fazer com os elementos que temos a mão, longe das Bibliotecas e apenas com poucos esclarecimentos, tanto quanto as nossas acanhadas fôrças nos permitem.

---

(1) Memória oferecida ao *Instituto de Coimbra.*

Os portugueses, que em tudo se distinguiram pelos seus feitos heróicos e descobrimentos grandiosos nas sciências, letras e artes, marcando uma era dos descobrimentos sob o influxo do infante D. Henrique, e nos reinados de D. João II e D. Manuel, entre 1385-1498, foram os precursores das investigações do grande império de riquezas que para o seu estudo foi um vastíssimo laboratório natural.

Não deixaram, repito, a outras nações da Europa para ser explorada a riqueza do vasto império que Afonso de Albuquerque deu a D. Manuel.

Os portugueses, nos seus empreendimentos sempre arrojados, e da glória sempre ávidos, os portugueses que aos homens deram o conhecimento da terra em que se vivia quási às cegas, não dormiram à sombra do seu passado histórico, êles que se sacrificaram a todos os perigos e contingências para em tudo se salientar, êles que pela glória da *prioridade* sempre pugnaram!

Bem disse o grande épico português:

> «Oh gloria de mandar! Oh vãa cubiça,
> Desta vaidade, a quem chamamos fama!
> Oh fraudulento gosto, que se atiça
> C'huma aura popular que honra se chama!»
>
> Camões, *Lusiadas*, Canto IV, Est. XCV.

Pois sim, e incontestável é que foram os portugueses *pioneiros* das investigações dos produtos das terras por êles descobertas com suor do rosto, e por êles conquistadas a fio de espada.

E não nos resta menos dúvida, que êles lançaram as bases para o estudo da *Flora e da Fauna* ainda dos seus vastos domínios.

A resenha dos factos di-lo há.

Pelo meio do século XV *os portugueses começaram a ex-*

plorar o reino vegetal do seu vasto domínio, e apresentaram *Memórias importantes* com referência as virtudes medicinais e usos económicos de várias plantas, estudos que mais tarde, em conseqüência dos progressos da sciência e outras facilidades, se desenvolveram nas mãos dos naturalistas inglêses e outros estrangeiros que escreveram *Tratados colossais* de alto valor scientífico sôbre a *Flora Indiana*.

Grande, porém, foi a facilidade que tiveram os naturalistas inglêses em vista dos elementos dos seus precursores e *protecção oficial para prosseguirem as suas explorações*, o que tudo aliado a fôrça da vontade, concorreu muito para deixarem trabalhos de valor sôbre a maior parte dos distritos da Índia, podendo-se dizer que a Índia, botânica e meteorològicamente, é ao presente o país bem investigado.

Se as outras nações deixaram trabalhos de valor que *eclipsaram a obra dos portugueses*, a estes fica de direito a *glória* de terem sido *os precursores dos estudos botânico-farmacológicos da Flora da Índia e das Possessões Ultramarinas Portuguesas*.

*
* *

Os factos que passamos a relatar vão demonstrar que as terras e os mares pelos portugueses descobertos, também por êles foram explorados.

Emquanto dum lado continuavam os descobrimentos, e as vastas regiões da África e doutras terras eram de contínuo percorridas pelos intrépidos exploradores portugueses, alguns dêles demais arrojados, como Capelo e Ivens, que, depois de terem feito uma viagem na África Central e Ocidental, penetraram até as entranhas da África e fizeram algumas observações meteorológicas e magnéticas entre 1877 e 1878, e o Major Alexandre Serpa Pinto que atravessou África do Atlântico ao Mar Índico, viajando de Benguela a

contra-costa através regiões desconhecidas, percorrendo até a África Austral.

Emquanto os Padres Missionários, por seu turno, desempenhavam naqueles tempos o seu papel — como consta da *Relação da viagem* que fizeram entre 1780 a 1781 desde Loanda até o Congo — atravessando não só países da Africa, mas sertões ainda, encantados talvez pelo que se dizia com respeito a algumas curas maravilhosas que os indígenas obtinham e ainda obtêm com certas plantas, às vezes em casos desesperados, em frente dos quais a medicina oficial fica de braços cruzados.

Emquanto a *Academia Real das Sciências* de Lisboa registava de tempos nas suas *Memórias* notícias importantes das observações scientíficas e botânico-médicas sôbre várias plantas, — *Portugal não se esqueceu de explorar o vasto império, fundado por D. Francisco de Almeida e Afonso de Albuquerque.*

Após o descobrimento do novo caminho, pelos fins do século xv estreitaram-se as relações entre Portugal e Índia, tendo os outros descobrimentos por seu turno concorrido para o desenvolvimento das sciências pelos laços das relações comerciais que ligaram Portugal e Colónias.

O comércio foi desde então a maior preocupação dos nossos entepassados.

Entenderam ser o primeiro passo, para o seu engrandecimento, uma *feitoria* em ponto seguro.

Os artigos principais do comércio nestes tempos eram as drogas e especiarias, sendo a canela, a pimenta e o anil artigos mais apreciados.

Reconhecida a necessidade de feitorias, os portugueses não perderam tempo em estabecê-las imediatamente.

Uma estabeleceu o brioso fidalgo Pedro Álvares Cabral em Cochim, onde Duarte Pacheco, de peito valente, se celebrizara desbaratando (50) cinqüenta mil homens do Samorim,

deixando por feitor, Gonçalo Gil Barbosa, e outra em Cananore, valentemente defendida pelo Vice-rei D. Francisco de Almeida, antes do seu regresso em 1501, destroçando completamente a esquadra do soberano de Calicut e voltando com uma carga de especiarias.

Em seguida, depois de 1516, estabeleceram os portugueses feitorias em Ceilão e na costa de Coromandel patenteando assim os portos ao comércio estrangeiro.

Estava já preparado o campo para explorações na Índia.

A Índia, dotada dos mais sedutores encantos da natureza, a Índia que passou por ser, desde tempos imemoriais o país das maravilhas; terra dos segredos, dos contos e das poesias, que desde a mais remota antiguidade foi o fim das grandes expedições da conquista e de temerárias empresas — a Índia donde grandes caravanas transportavam às cidades distantes ou aos portos do mar, para uma exportação longínqua, os preciosos produtos do solo, o ouro e as pedras preciosas, o pau-sândalo, o açafrão o incenso e as pérolas do mar, assim como os produtos da indústria, os tecidos de seda, os vestidos de púrpura, as tintas etc. — A Índia de cujas drogas e mezinhas tão afamadas falaram os cronistas Diogo de Couto, João de Barros, Castanheda, Gaspar Correia e outros, a Índia (substituímos aqui a nossa ensossa prosa pelo brilhante estilo do poeta laureado por não podermos resistir a tentação) — «*O Céu terreno e Paraiso terrestre*, o país montanhoso, onde estão espalhados diversos povos ricos, e prosperados de luzente ouro, fina pedraria, plantas e sementes aromáticas e ardente especiaria, povoado de arvoredos com a sua cordilheira do Himalaia, habitada por tôda a espécie de animais e aves bravias e mil árvores silvestres e ervas várias, que o passo e o trato as gentes atalhava, que desde que Adão pecou aos nossos anos, não os romperam nunca pés humanos; a Índia — que Camões, nas Est. 69

a 74 do Canto IV sublimou, falando do sonho de D. Manuel a quem, estando deitado no áureo leito apresentaram-se dois velhos figurados na forma humana, o Indo e o Ganges, coroados de plantas singulares, desconhecidas na Europa — não deixou de despertar a atenção do El-rei, a quem o poeta, vaticinando a grande extensão futura do domínio português, brada com entusiasmo:

«Ó tu, a cujos reinos e coroa
Grande parte dos mundo está guardada,
Nós outros, cuja fama tanto voa,
Cuja cerviz bem nunca foi domada,
Te avisamos que é tempo que já mandes
A receber de nós tributos grandes».

E, não descansou D. Manuel sem que visse o seu sonho realizado.

Não quis deixar passar como uma quimera.

Êle, cujo espírito revolvia dia e noite, sempre preocupado no engrandecimento do seu reino, pensou em mandar explorar a riqueza dêste *suposto antigo Paraíso,* antes que Portugal fôsse explorado como vamos a ver.

Em 1511, ano imediato ao da Conquista de Goa, nomeou D. Manuel — antes que o flamengo Carlos Clúzio começasse as suas excursões botânicas em Portugal — como feitor das drogarias o farmacêutico *Tomé Pires*, que esteve algum tempo em Cananore, onde havia uma feitoria, passando de lá para Cochim, donde em 27 de Janeiro de 1510 escreveu uma carta a El-rei D. Manuel, dando *notícia das drogas da Índia: — erva lombrigueira, ruibarbo, canafístula, incenso, ópio, tamarindos, galanga, mirabolanos, aloés, mirra, alcatira e estoraque.*

Os nossos cronistas João de Barros, na sua *História dos Descobrimentos e Conquista da Índia* e *Décadas da Ásia;* Gaspar Correia, *Lendas da Índia;* Diogo Barbosa Machado,

Bibliotheca Lusitana, falam-nos de Tomé Pires, que foi «*O primeiro homem de Sciência e o primeiro naturalista qüe foi à Índia, o primeiro português e o primeiro europeu em missão à China*».

Quando em 1515 D. Manuel mandara para a Índia o governador Fernão Peres e Andrade, com o fim principal de assentar relações comerciais com a China, enviando um embaixador da sua escolha e confiança para tratar com o govêrno daquele país, estava na Índia Tomé Pires, natural de Leiria, boticário de D. Afonso, filho de D. João II, ocupado em escolher drogas medicinais.

O governador, reconhecendo grande competência em Tomé Pires, escolheu-o para desempenhar esta importante comissão.

Afonso de Albuquerque também o havia empregado em várias comissões importantes.

Concordam os nossos historiadores, que na Índia não havia outro homem mais competente para esta embaixada, porque além da sciência que possuía, gostava de aprender e examinar as coisas com um espírito vivo para tudo.

Tomé Pires foi conduzido na armada do governador Fernão Pires quando seguiu para a China, levando carta de D. Manuel e do governador junto com um rico presente para entregar ao rei daquele país. — «O seu desembarque em Cantão, dizem os historiadores, foi uma grande solenidade; foi recebido com uma estrondosa salva de artelharia e uma grande música de trombetas, e ostentosamente recebido pelas principais autoridades Chinesas, que lhe deram para seu aposento um dos melhores palácios da cidade.

Esteve em Janeiro de 1520 em Nankin e no de 1521 recebeu aviso para seguir para Pekin.

A embaixada de que foi encarregado não era daquelas legações em que o ministro vai contando com as grandes festas que se lhe hão-de fazer e com o prazer que espera

gozar. Para esta embaixada era necessário um homem de alta inteligência e de um saber positivo; tinha de observar os produtos do país e julgar dêles por comparação com os das outras regiões. Grande glória para a nação portuguesa que houvesse um português para semelhante embaixada, e muito honroso ainda para a classe dos farmacêuticos portugueses, que um dos seus membros fôsse julgado mais apto para tão difícil e alto encarrego».

Quem sabe quantos mais falaram nas drogas da Índia!

Querere et invenies, diz um escritor.

Quão dispersas as notícias das drogas da Índia!

Dispersas promìscuamente com outros assuntos históricos com que se relacionam!

E poderiam os nossos historiadores evitar estas digressões?

* * *

Felizes os dias de D. Manuel.

Não menos os do seu sucessor, que não desmentiu as esperanças de seu pai, pois não ignorava êste as obrigações que se lhe impunham, como rei.

A notícia das drogas mandada por Tomé Pires produziu um alvorôço nas côrtes.

Aberta a chave que D. Manuel confiara a Vasco da Gama para abrir os cofres dos tesouros da Índia, como diz o nosso épico, não ficou por muito tempo oxidada.

D. João III confiou-a aos outros para contagem dos valores existentes no cofre.

Pena foi que D. Manuel não vivesse para verificar os valores, mas D. João III seguiu as suas pisadas, como a ver vamos.

Prosseguiram no seu reinado as descobertas. Dilatou se o comércio português no seu tempo, sem que a indústria ca-

minhasse a par do desenvolvimento comercial, o que junto com outras circunstâncias concorreu para sua decadência.

Continuou todavia a manter-se a sua fama no Oriente a-pesar-de começar a manifestar-se a decadência do domínio português.

Realizaram-se no reinado de D. João III novas conquistas e descobertas, sendo a colonização do Brasil, o facto o mais importante, não se podendo deixar passar em silêncio outro, também importante, no principio do seu reinado.

Mandou el-rei ao fidalgo Cristovam Jaques explorar as costas daquela vasta região, incumbindo Martim Afonso de Sousa de proceder a novas investigações e repartir as terras aos fidalgos e nobres para as povoar à sua custa.

Ao grande escritor João de Barros coube nesta ocasião uma grande extensão de 50 léguas no Estado de Maranhão no Brasil.

Em vendo que a luz da civilização moderna inundava as outras nações da Europa, não quis deixar o país envolvido nas trevas da ignorância.

Após a escola naval em Sagres, transferiu a Universidade de Lisboa a Coimbra, introduziu as línguas grega e hebraica, convidou professores dos mais célebres para iniciar o estudo das sciências conforme o último progresso.

Deu D. João grande impulso à instrução em Portugal, à que havia já dado passo D. Manuel, introduzindo a cadeira de Astronomia na Universidade.

Foi na realidade tão grande o progresso, que diz o escritor D. António da Costa na sua *História da Instrução em Portugal,* donde se transcreve as seguintes linhas: «A Universidade, reflectindo o pensamento do tempo, tornou-se o grande centro das Letras pátrias. A medicina elevava-se. Liberta da escola árabe, que seguia o oráculo dos antigos, organizava nos princípios do século XVI uma escola nova, filha do desenvolvimento das sciências e das letras subsidiá-

rias, recém-cultivadas, e Brissot, restabelecendo em França a doutrina de Hipócrates, vinha a Portugal e fundava na universidade a *escola nacional de medicina,* secundada pelos distintos professores Cuelar, Veiga, Barbosa e outros... Os estrangeiros admiravam-se de ouvir os professores em Coimbra explicarem os prosadores e os poetas da antigüidade, como se os estivessem lendo nas antigas pátrias».

Sem pretendermos entrar nos detalhes do reinado de D. João, que não é êsse o nosso intento, há quem diga, que a prosperidade material de Portugal continuou durante todo o seu reinado.

Após as grandes reformas na instrução em Portugal, D. João III não deixou de volver a sua atenção a Índia, e nestes tempos Goa continuava a ser ainda o empório de todo o comércio do Oriente, o verdadeiro centro da conquista, navegação e comércio de Etiópia, Arábia, Pérsia e vários pontos da Índia.

Mal que assumira em 1521 as rédeas do Govêrno, el-rei mandou o seu físico-mór Dr. Diogo Lopes passar carta de físico a Garcia da Orta, Doutor em Medicina pelas Universidades de Salamanca e Alcalá.

A sua carta com chancela de D. João III — documento inédito, de alto valor, que se achava conservado na Tôrre do Tombo — foi pela primeira vez publicado em 1867 na *Gazeta de Farmácia* de Lisboa.

Como poucos têm conhecimento dêste valioso padrão, que deixa ver a alta consideração e estima que ao rei mereceu êste preclaro varão, trasladamos aqui as principais partes do documento que começa:

«D. João, etc. A quantos esta minha carta virem faço saber, que confiado eu nas letras e sciências do letrado Garcia da Orta, morador em Castelo de Vide, e no exame que fês meu fysico-mor... mando as minhas justiças, officiaes

e pessoas... que livremente o deixem curar da sua sciência, e haver os prois e precalças, honras e liberdades de que por seu graú, exame e sciência lhe direitamente pertencer e haver. E êle jurará... E mando que se algum fysico curar de fysica nos meus regnos e senhorios sem amostrar minha carta passada pelo fysico-mór, posto que agraduado seja, incorra em penna de tantas dobras contheudo em meu regimento. — El-rei o mandou pelo Doutor Diogo Lopes, Cavalleiro da Ordem de Christo etc. — 1525».

A êste documento juntou o erudito poeta português António Ribeiro dos Santos, apelidado entre os poetas *Elpino Duriense,* os versos que seguem:

«Eis um novo varão te pede a lyra,
Orta preclaro, physico sublime
Espanto d'Asia que primeiro poude,
Das gangeticas deusas inspirado,
Quebrar o gelo e vêr a natureza;
Que primeiro ensinou á rude Europa
Das espécies, das plantas, dos aromas,
Que a aurora cria no país do Ganges,
As virtudes beneficas e prestantes,
Não sabidas dos gregos e romanos».

Depois de ter por algum tempo ocupado o cargo de lente da Faculdade de Filosofia na Universidade de Lisboa, em 1535 D. João III mandou o Doutor Garcia da Orta como Físico de El-Rei.

Esteve na Índia desde 1534 a 1569 e durante êste tempo escreveu os seus *Colóquios dos Simples e Drogas,* impressos em Goa em 1563, o ano em que Clúsio fazia as suas excursões botânicas em Portugal.

Eis o título do livro — que reconhecem todos ser um *monumento* da antiga sciência, uma *preciosidade bibliográfica,*

fielmente trasladado da segunda edição que podemos ter à mão, julgando-nos felizes por se nos proporcionar o ensejo de prestar a nossa *homenagem* a êste ínclito varão depois de mais de três séculos e meio — publicado por deliberação da Academia Real das Sciências de Lisboa, pelo Conde de Ficalho, sócio efectivo da mesma Academia. Lisboa, Imprensa Nacional. 1891.

Coloquios dos Simples / e drogas he cousas medicinaes da India, e / assi dalgúas frutas achadas nella, onde / se tratam algúas cousas tocantes a me / dicina, pratica e outras coisas boas, pera / saber cõpostos pelo Doutor garcia / dorta, fisico del Rey nosso senhor, vistos / pello muyto Reuerendo senhor ho / licenciado Alexos diaz falcam / desenbargador da casa da / supricaçã, inquisidor / nestas partes.

Com priuilegio do conde viso Rey.

Impressos em Goa; por Joannes / de Endem aos x dias de / abril de 1563 anos.

Garcia da Orta esteve exercendo clínica na Ásia por 30 anos e curou diversidade de gentes. Foi companheiro do poeta Camões na Índia, onde morreu em idade avançada, supondo-se ser em 1570, deixando um monumento do seu estudo da Botânica indiana.

Compôs durante êste tempo o seu livro, que começou em Latim, como consta do prólogo do Dr. Dimas Bosque, e para que *a matéria do que se tratava,* diz êste doutor, *fôsse familiar a todos, e por ser importunado por seus amigos, resolveu escrevê-lo em português em forma do diálogo.*

Tão raro é o livro, que em Goa, onde foi impresso, não há sequer um exemplar do original, e baldados foram todos os esforços do erudito orientalista Dr. Cunha Rivara, que para os reimprimir varreu todo o Arquivo da Secretaria Geral, Fazenda, Biblioteca e Livrarias dos Conventos.

No reino e fora dêle não se conhecem, segundo diz Inocêncio da Silva no seu *Dicionário Bibliográfico*, mais que seis exemplares que se citam como seis relíquias: cinco em Portugal e um na Biblioteca Imperial de Paris: dos de Portugal, um fica na Biblioteca Nacional e o outro é propriedade da Tôrre do Tombo; o terceiro ocupa um distinto logar na livraria do Visconde de Fonte Arcada, o quarto na de Barbosa Marreca e o quinto na de Joaquim Maria da Costa.

Consta haver um exemplar mutilado na livraria da Sociedade das Sciências Médicas de Lisboa.

Na nossa Escola Médica, há 35 anos, vimos um exemplar da segunda edição de 1872, mas infelizmente hoje se encontra apenas o 1.º volume a que faltam as primeiras páginas, com a dedicatória, a ode de Camões etc.; mas emfim, entre tantos livros scientíficos, velhos e modernos, possui uma relíquia dum que foi outrora o *Espanto da Ásia*.

Os *Colóquios* de Garcia mereceram fama por tôda a Europa, tendo concorrido muito para sua divulgação a tradução do botânico Carlos Clúsio da epígrafe:

Aromatum et Simplicium aliquot Medicamentorum apud Indos nascentium Historia primum quidam Lusitanica Lingua per Dialogos conscripta D. Garcia ab Horta, Proregis Indiae Medico; deinde Latino sermone in Epitomen contracta & iconibus ad vivum expressis, locupletioribusque annotatiunculis illustrata a Carolo Clusio Atrebate. — Antuerpiae, apud Christophorum Plantium, 1567.

Esta obra, diz o Conde de Ficalho ter sido reimpressa em 1567, 1574, 1579, 1593 e 1605.

Clúsio, natural de Arras, que conhecia Garcia, e foi seu grande admirador, não satisfeito com a tradução dos *Colóquios*, publicou algumas notas com suas observações sôbre substâncias e drogas, informando-se de vários viajantes da-

queles tempos, especialmente do célebre navegador Francisco Drake, cujo título é:

Caroli Clusii Atreb. Aliquot notae in Garciae Aromatorum Historiam. — Antuerpiae ex oficina Christophori Plantini, com gravuras intercaladas no texto. — *1582.*

Consta-nos que existe um exemplar dêste na Biblioteca Nacional de Lisboa.

Na Biblioteca da Real Sociedade Asiática de Bombaim vimos, há 35 anos, um exemplar da tradução de Clúsio, edição de 1574, primeira obra, e consta-nos que na livraria da Academia das Sciências de Lisboa havia um exemplar que desapareceu. — Pena!

Os *Colóquios* foram também traduzidos em italiano por Francisco Ziletti de Veneza em 1582, e em francês, espanhol e outras línguas por escritores competentes.

Consta-nos que em 1913 foram os *Colóquios* traduzidos em Inglês por Sir Clements Markham.

Quanto à tradução de Clúsio, dizem os bibliógrafos, que êle se afastou muito do original português.

Como o livro é uma preciosidade, houve várias tentativas para sua reimpressão.

Vão mais de 50 anos que a Sociedade das Sciências Médicas de Lisboa tentou, mas não conseguiu levar avante a idea.

O Dr. Isidoro Emílio Baptista, natural da Índia, Lente que foi da escola Politécnica, com vários conhecimentos de Sciências Naturais, pensou na reimpressão dos *Colóquios* com algumas notas, mas, surpreendido por uma morte prematura, não o conseguiu também.

Os *Colóquios* do Dr. Garcia são incontestàvelmente o que diz o bibliógrafo Inocêncio da Silva:

Um livro estimável por diversos respeitos, e dos que mais

honra fazem à nação portuguesa pelo haver produzido. Monumento da inteligência e fadigas do seu benemérito autor, e nêle apareceu a primeira e mais exacta descrição do cólera morbus epidémico e várias outras, e igualmente notáveis e importantes, de plantas orientais até então desconhecidas.

Pelo que em 1862 escreveu o farmacêutico da 1.ª classe do Quadro de Saúde Militar e professor da Farmácia na Escola Médico-Cirúrgica de Nova-Goa, A. Gomes Roberto, no seu *Jornal de Farmacia e Sciencias Acessórias da India Portuguesa,* se vê que muito se trabalhou na segunda metade do século passado para a reimpressão do livro de Garcia: — «Não havendo pois outros escritos daquela ordem, parece-nos que seria de grande utilidade a reimpressão daquele famoso livro, o que só se poderá levar a efeito, intervindo nisso o Sr. Ministro de Marinha, mandando ao Sr. Governador Geral dêste Estado um dos exemplares que existem nas Bibliotecas Nacionais, de Lisboa ou de Évora Cidade, para encarregar aqui alguém da sua reimpressão, por exemplo o Sr. Dr. Joaquim Heliodo da Cunha Rivara, pessoa competentíssima, e que com êsse fim, consta-nos, passara já uma minuciosa revista às Bibliotecas dos Conventos, onde existira em época remota um exemplar, mas que desaparecera, estando talvez *em poder dalguma pessoa que não conhece o tesouro que possui.* O Sr. Rivara mostrou neste jornal o desejo que tinha de ver se reimprimia êste valioso documento, dizendo a propósito de Garcia da Orta: «Por mais que tenho procurado na Índia um exemplar dos seus *Colóquios dos Simples* — ainda me não foi possível encontrá-lo! O meu desejo era reimprimir o livro no mesmo logar, onde pela primeira vez saiu à luz, mas estou desenganado de que não possa satisfazer êste desejo».

Vêem já os leitores, que, a-pesar-dos melhores esforços, não se conseguiu, até Dezembro de 1871 — ano em que ficou

suspensa a publicação do *Arquivo de Farmácia* por o estado de saúde ter obrigado Gomes Roberto a retirar-se para o reino — a reimpressão da obra de Garcia em Goa, onde pela primeira vez foi editada, e no logar onde dormiu o sono eterno.

E por falta dum exemplar do original!

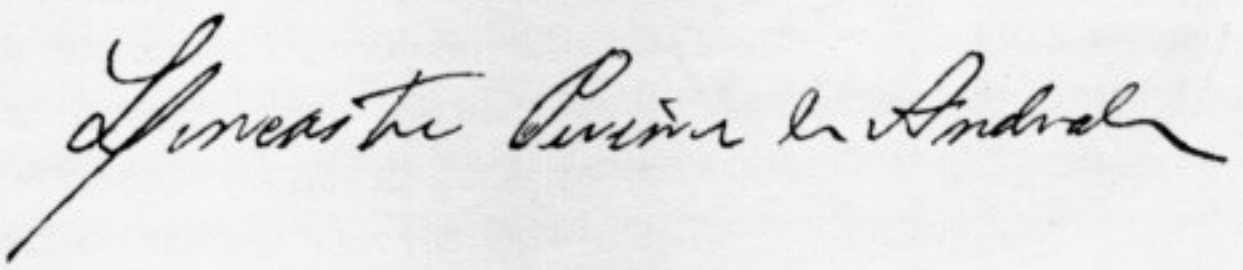
Que raridade!

Bem disse o Conde de Ficalho no seu *Garcia da Orta e o seu tempo:* — «... tirado assim, segundo parece, em número limitado de exemplares, escrito em uma língua de uso não muito geral, mas impresso e de uma leitura difícil pela multiplicidade de erros, o livro do diligente naturalista português *estava fatalmente condenado a ter uma publicidade restrita*, se não interviesse um notável homem de sciência, cujo nome está indissolùvelmente ligado ao nome de Garcia de Orta — Carlos de L'Ecluse, conhecido pelo nome latino de Clusius, o qual nós temos aportuguesado, chamando-lhe Clúsio».

Pelas datas, nos parece, que reservou Portugal para si a glória da reimpressão da obra-padrão da nação portuguesa.

(Conclue.)

Cansaulim, Índia Portuguesa.



A OBRA DE GUERRA JUNQUEIRO (1)

CAPÍTULO I

SUMÁRIO: — Factos e doutrinas. — Tendência da crítica. — O ideal da estética pura e o barro humano. — Elementos estaveis do método e variabilidade acidental. — 2. Objectividade crítica. — Plano do livro.

1. — Trabalho quási anómalo na minha actividade, labor talvez sem futuro, por não enquadrável na seqüência e no sistema de meus estudos preferidos, esta obra é sòmente fruto de uma semi-ociosidade, descuidoso aproveitamento de férias, longe de livros e preocupações de estudo, e tranqüilamente escrito sôbre a base, pouco menos que exclusiva, da memória. Limitei-me a verificar ulteriormente os passos de autores citados, o que pelas minhas notas era fácil. Só os livros do autor estudado estiveram



VIEIRA DE ALMEIDA

(1) Êste trabalho é o 2.º da série *Opuscula critica*, que o autor está publicando.

sempre presentes — como era imprescindível e a leitura de esta obra evidencia — até o momento de findar. Pareceu-me que realizaria de esta forma uma obra de leitura simples e talvez de leitura proveitosa, em um país que sôbre todos comprova a observação de G. Lanson: «A crítica está hoje quási substituída pelo noticiário jornalístico; o público prefere factos, biografias, história, a discussões doutrinárias, a estudos de estética. (*Hist. de la Litt. fr.*, 1918, pág. 1118).

De-certo mais importam muitas vezes os factos estéticos do que as teses estabelecidas. Um dos críticos mais doutrinários — e, poderia acrescentar-se, mais dogmáticos — Taine, reconheceu explìcitamente o papel do arbitrário — melhor se diria «pessoal» — na obra de arte. Em tôda sciência do real é o facto analisado, pedra polida do facto bruto, que constitui o ponto de partida, contra o qual não pode prevalecer quanto seja simplesmente uma teoria. Ora o facto nuclear é, neste caso, a obra de arte realizada; e embora, neste domínio, estejamos longe do da sciência experimental (a despeito do capítulo de estética assim denominado), e qualquer que seja o valor atribuído às doutrinas estéticas, é êsse facto que persiste, é êle a base de tôda crítica, a origem de tôda teoria. O que envelhece e cai em teses de estética é a sua parte normativa, prejudicial de criação nova; mas o próprio ponto de vista de essas teses fôra desacatado, desde que, em vez de formular os juízos de normatividade essencial, sôbre a base da psicologia humana — ainda assim falíveis — se procurara um juízo de normatividade formal, o que implicaria o afogamento de todo pessoalismo renovador, e do mesmo passo um conceito estático da arte, de encontro à realidade da sua evolução.

O que implicaria — na inteligência; mas a realidade foge ao molde estreito de certo raciocínio. E a reacção produz-se. As escolas literárias são o documento da impotência da doutrina para o domínio permanente dos espíritos.

Não pretendo eliminar ou desconhecer a importância de qualquer doutrina estética, ainda quando errada e excessivamente normativa, pois em arte literária principalmente — e de essa nos ocupamos aqui — elas parece terem tomado freqüente precedência; e ainda por serem, em última análise, factos históricos dignos de exame, marcos miliários no trilho da criação artística. Observo porém que sempre que uma doutrina parece fecunda (e emprego neutralmente o adjectivo, sem referência a uma escala de valores) a precedência foi ilusória, nada mais significando que o arremêsso de uma guarda-avançada aguerrida para aplanar o caminho à obra sobreveniente. O artista desdobra-se então; e procura formular, dogmàticamente, o cânon de uma obra — quanta vez, quem sabe! concluída já — e até (não é raro) um cânon aplicável de certo modo ao que projectara e não, em rigor, ao que pôde realizar.

Artistas máximos e menores — estes mais ainda do que aqueles — têm assim teorizado a própria obra. E como é rara a ligação do talento artístico, em grau variável, com a penetração crítica, feita de subtileza, capacidade analitica e impessoalismo máximo, qualidades inúteis ou muito vagamente necessárias na criação, e essenciais no exame crítico, sucede que até entre os génios ela difìcilmente se encontra. O imbecil é desprovido de capacidade crítica, por lhe ficar muito aquém; o homem de génio porque a ultrapassa. A crítica é uma zona média, relativamente à originalidade impetuosa do criador genial e à miséria autolátrica dos talentos... de sociedade; destina-se a estudar a superioridade do primeiro e a amargurar o triunfo e a vaidade do segundo.

O Prefácio de Cromwell foi uma ilusão e está em êrro; a doutrina da chamada escola realista foi outra miragem; a frase conhecida do nosso Eça de Queiroz, espírito de penetrantíssima delicadeza na apreensão do ridículo, sôbre «o processo scientífico do escárneo», faz hoje sorrir pela inge-

nuïdade da adjectivação. A análise de Corneille às suas tragédias é de visível pobreza. Inútil multiplicar exemplos.

Ricardo Wagner é de entre os poucos génios críticos talvez o mais completo. Entretanto é fácil ver que a sua doutrina abrange quási exclusivamente o aspecto sistemático da sua obra — isto é, a criação do drama musical —; não deriva porém do seu poder crítico a sublimidade de algumas de suas poderosas páginas, de assombrosa opulência e límpida emoção. A capacidade de análise do grande músico servia-lhe para poder comparar com extraordinária firmeza a obra alheia com a própria, não para criar a maravilhosa torrente do seu génio. Finalmente, o que ressalta de exemplos inúmeros, de sobra conhecidos, é que na hipótese, raro verificada, em que a agudeza crítica e o poder criador coexistem, não é aquela a determinante do que houve mais belo na obra do artista (1), que, se ultrapassar certo limite, de ela não precisa, pelo mesmo motivo por que um grande escritor não precisa de cuidar da correcção. Mas à maneira que passamos do génio para o simples talento e de êste para o artista menor, a capacidade de criticar torna-se cada vez mais necessária, entendendo-se por esta capacidade o exame impessoal da obra.

Permita-se-me aqui parafrasear aquele pensamento de Schopenhauer, sôbre a impossibilidade de o homem se conhecer como sujeito de conhecimento, visto poder só conhecer-se como sujeito de volição; eu direi que o artista não se reconhece como renovador, mas como criador; o que êle pretende é criar. Na melhor hipótese, êle poderá ulteriormente avaliar o que há novo na sua criação.

Aquele cujo fim capital é innovar, não só não innova,

---

(1) Isto seria uma inversão psicológica; mas preferi mostrar o lado concreto a desenvolver o absurdo lógico e psíquico da suposição contrária.

mas nem chega a produzir obra perdurável dentro do existente.

Pode hoje considerar-se anulada a luta de escolas. Anulou-se na literatura, como se atenuara na filosofia, onde o estudo filosófico universal, cristalizando em sistema laborioso, cedeu o passo ao estudo singular, variando as primitivas proporções de análise e construção. Hoje, pelo menos em princípio, — excepção feita de pequenas seitas impotentes — admite-se na literatura, aceita-se na arte, o desenvolvimento de múltiplas directrizes. Da ética afirmou Höffding que ela seria impossível, se o ser fôsse harmónico, rematado e imutável; tôda ética exige esfôrço. (*The problems of phil.*, 1913, pág. 151). Também da estética pode afirmar-se que seria impossível, se um cânon ou tipo definitivo pudessem achar-se; nem por isso a crítica fica diminuída na importância ou exausta na capacidade. Estabelecer as relações possíveis da obra nova, fixar-lhe novidade e caracteres, determinar se ela representa e como representa um cânon superior, tudo isto é vasto e não fácil; objecto de estudo aturado, e não alvo pronto acessível aos amadores da veleidade literária.

Até que ponto do exame de uma obra pode arrancar-se a norma estética para um ramo de arte; como, até onde, pode repetir-se a tentativa de Lessing com o «Laocoon», é questão que me abstenho de tratar; devo reconhecer no entanto que o ideal da inteligência de tudo conceber *sub specie æternitatis* se subtiliza e subjectiva cada vez mais. Sob a forma de intuïção, de crença, de aspiração, de conceito, sempre o interêsse despertado pelo transitório envolve ou expira uma atracção do permanente. Podemos voltar à doutrina de Heraclito. Podemos; mas para que tudo passe como um rio, sonhamos um elemento de fixidez contraposto à mobilidade da corrente. Do valor de êsse sonho é que não cumpre falar aqui.

Ora, assim como a linguagem popular é um documento notável no estudo da psicologia colectiva, assim a produção estética das épocas em que a obra artística é uma projecção imediata ou pouco mediata, livre de larga doutrinação, pode servir-nos de base para chegar a um conceito mais amplo e de maior horizonte de normalidade na arte. Sôbre tal pensamento, por vezes mal esboçado e indistinto, assenta a noção do «clássico». O êrro de quem teve ou tem pelos clássicos uma admiração refractária a tôda análise, consistiu em julgá-los modêlo inultrapassável e intangível no todo e no pormenor, em vez de considerá-los fonte especialmente rica para estudo crítico da literatura, na determinação dos caracteres constitutivos do «clássico». Isto corresponde, por um lado, a mutilar a evolução artística, hipostasiando-lhe uma parte, deslocada inteiramente do conjunto; por outro, ao êrro acima referido, de querer legislar para a arte em seu aspecto formal.

Os clássicos são clássicos, porque, segundo um ponto de vista nosso, quero dizer da actualidade (e cujo valor não discuto), representam certa perfeição formal e certo acôrdo com a sua orientação própria. Tratando-se de literatura, o clássico é tal pela linguagem e pelo pensamento, não pela peculiaridade da obra; e se são mestres é por clássicos e não pela natureza de esta. Para imitá-los há que proceder como êles procederam, não há que fazer o que êles fizeram.

E cabe agora distinguir entre «formal» de essência, que é tôda arte, porque tôda implica selecção, construção, individuação (i. é, «forma»), e «formal» de realização, aspecto derivado de aquele, mas através da noção, ou pelo menos do sentimento, do valor estético.

A verdade é que são raros, mais que muito raros, os capazes de guiar-se por motivos de estética pura. Êsse é um estádio tão requintadamente abstracto, que os profissionais

da crítica (ao número dos quais não pertenço, graças a Deus) muito por excepção o realizam. Há quási sempre interêsses de outra ordem a empanar-lhes a visão. E, tratando-se de uma construção mental, é de prever que o labor obscuro do sub-solo se traduza na perturbação, no aspecto, nas direcções do relêvo aparentemente imóvel, representado pela intelectualização doutrinária.

Em literatura, onde a parte nìtidamente intelectual pode ter uma expressão muito mais ampla, êsse interêsse predomina, baseando a preferência dada a qualquer escritor. A apóstrofe ignara do mais torpe versejador foliculário terá a eu lado um público de patente afinidade espiritual. Por muito que êsse facto irrite o demónio dogmatizante que todos — quem sabe se felizmente? — em nós trazemos, pode franco dizer-se de tal versejador que é o porta-voz de uma classe de inteligências, como Carlyle disse de Dante que êle fôra o *spokesman* da Idade-Média: *And so in this Dante had ten silent centuries in a very strange way found a voice* [*On heroes*... Lect. III]. E emquanto da parte de autores mediocres, sub mediocres e desclassificáveis, a arte fica submetida a propósitos de bem diversa índole, paralela e concordantemente o *seu* público, desprovido do sentimento de finalidade artística, prefere, ou antes, não reconhece senão uma forma deturpada de arte: o maneirismo especial da sua preocupação utilitária ou de prejuízo mental. Certo, ainda quando se procura disciplinar a arte, ou melhor, o artista, — e o neo-classicismo crítico é uma forma de êsse esfôrço — a melhor parte dos que o tentam, com o fim de obstar à anarquização da sensibilidade e da inteligência, afirmando a finalidade social da arte, nem por isso negam que ela tenha um fim em si. E são coisas independentes. Espíritos dos de mais aguda análise, e outros da moral mais rígida, concluem da mesma forma.

Fàcilmente se encontram, nesta plataforma comum, espí-

ritos sem parentesco visível, como Herculano (*Opusc.*, t. V, 1907, págs. 128 e 129) e Poincaré (*La valeur de la Science*, 1918, pág. 275). Não falo já de teóricos, como Hennequin (*La crit. Scient.*, 1888), que insiste sôbre o carácter específico da inactividade na arte e define a obra artística pelo objectivo de despertar uma emoção especial — a emoção estética — cuja particularidade é não se traduzir em actos, ser fim em si. (Págs. 26, 39–40, 207, 209–210).

Tenho por absurdo e vejo que é inútil, balisar a arte por fronteiras procuradas fora do interêsse estético; mas reconheço a dificuldade prática de repudiar inteiramente certos pontos de vista, quando se atende à formação de grupos mórbidos de sistema feito, pregoeiros de maximismo estético de onde os ingénuos esperam alguma coisa nova, como outros ingénuos esperam do maximismo social. E por fim, quási sempre a coisa nova e boa era velha como o velho mundo, e o resto um desastre quási inédito.

Acentuo:

Não sou neo-clássico ou neo-romântico; em crítica não sou senão um espírito independente. Tenho hoje a coragem necessária e suficiente para afirmar a superioridade «estética» (porque a mental é evidentíssima), de certa prosa do P.e A. Vieira — uma de minhas predilecções — sôbre a quási totalidade (e sou generoso) de prosadores modernos que se reputam «artistas»; mas também tenho perante cegos adoradores do clássico a serêna indiferença de afirmar a superioridade de uma ou outra obra moderna sôbre certas obras antigas consideradas modelares. Não quero exemplificar e discutir longamente, pois só refiro a circunstância como definidora de atitude.

A oposição de escola a escola, de um a outro cânon estético, pode entusiasmar os adeptos; aos outros, deixa-os frios essa como dialéctica vivida, porque a experiência lhes mostra quanto de ilusório esse esfôrço contém e a fatal de-

cadência que o espera. A escola é pouco mais que o tempo do mestre; depois o que havia real, isto é, a aproximação de certos espíritos, acordes em certas tendências, passa inevitàvelmente; e desde que a escola, em vez de ser a expressão de uma tendência comum, por motivos naturais de ordem histórica e psico-social, se transforma em cânon imposto aos epígonos, ela virtualmente desapareceu. Fica um exo-esqueleto *quási vácuo*, e dentro, em decomposição parasitária, o elogio-mútuo, o despeito, o ridículo. Já ponho de parte que são raros, em todo tempo, os grandes, ao contrário do que suporia quem se guiasse pelo que dizem uns dos outros, os elementos de grupo. Nesse estado, o mais insignificante devaneio de um confrade será julgado superior à maior obra contemporânea. Em tôda a história literária e na vida literária moderna (seu capítulo ainda *não* escrito) se encontram pobres diabos prometendo uns aos outros as asas da Fama e a imortalidade. Registre-se no entanto um fenómeno de evolução: modernamente já há quem a prometa a si próprio e venha dizer-nos: «sou grande artista e sei o que valho». Bem sei que já Horácio escreveu:

Exegi monumentum aere perennius;

disse-o porém de uma vez, incrustando êsse legítimo desabafo de orgulho justamente em uma obra de arte; não andou a repeti-lo, como os de agora, pelas esquinas, pelas conversas, pelos cartazes.

Disse Heveltius, observador arguto, embora filósofo de segundo plano: — «O filósofo que conviver com peralvilhos será ridiculizado entre êles; ver-se há caricaturado pelo mais insignificante bobo, cujos enxabidos *quolibets* passarão por ditos excelentes; porque o êxito dos gracejos depende menos da agudeza de espírito do autor que do cuidado em ridiculizar sòmente os vícios desagradáveis à sua sociedade. Os

gracejos, como as obras de partido, logram sempre a admiração da cabala.

Vem isto no *De l'esprit* (1). E é exacto.

2. — A questão da objectividade, em filosofia tão debatida (e é êsse o seu logar próprio), é um aspecto da controvérsia entre o realismo e o idealismo, crìticamente historiada em magistral resumo, por Schopenhauer. Também na crítica literária ela repercutiu sob forma especial e aplicada — de um lado os que pretendem por um método rígido, escrupulosamente seguido, sentenciar com rigor sôbre a obra literária, do outro os que sem ver a contradição nos termos da expressão «crítica subjectiva» proclamam com alguma razão, logo destruída com más razões, que êsse método é arbitrário, não é nem pode ser seguido, e que a feição especial da simpatia inteligente constitui o fulcro de tôda crítica.

Em verdade, após a falência da doutrina de Taine, é lícito pôr de reserva qualquer sistema que pretenda dar-nos um ângulo visual permanente, aplicável a tôda obra literária. Não sei se já no meu país, onde em tempos foi possível um lente da Universidade discutir sôbre textos a existência de delfins «ao mesmo tempo que em França viam a luz do mundo... o Tratado dos Estudos, de Rolin, as Cartas filosóficas de Voltaire e o Sistema da natureza, de Linneu», [C. Castelo Branco — *Coisas leves e pesadas* — «Folhetim scientífico» — *in-fine*] pode falar-se da falência de Taine, admiràvelmente analisado por Lacombe (*Rev. de Synthèse historique,* t. X, 1905) e a cuja doutrina Hennequin, admirador confesso, nega real valor, embora aceitando-a como método de investigação; e atribui à arte do escritor a verossimilhança da argumentação (*op. cit.*, págs. 95-96 e 121-122).

Na verdade, afirmar o predomínio da qualidade primacial,

---

(1) Discours II, Chap. VII.

deduzindo de ela a actividade do artista é, quando menos, um círculo vicioso; porque o processo único de determinar essa qualidade, supondo-a determinável, é a análise da obra; fácil é depois deduzir (?) que a obra obedece à qualidade dominante.

A questão do meio é mais ampla. O meio não é um facto; é um conceito-síntese, actualmente de acôrdo com o conjunto da nossa actividade mental. Não objectivemos ingènuamente. Alguém lembrou a propósito da conhecida frase — a função faz o órgão — que a função era apenas... o órgão a funcionar. Eu diria paralelìsticamente: o meio não faz o artista, porque o artista não é apenas um produto, mas um elemento (já não digo um factor) do seu meio.

Notou-se que os sociólogos — ingrato nome de obreiros de tarefa até hoje ingrata — se têm apartado das épocas de personalidades eminentes para estudar de preferência as do anonimato, em que só podem surpreender-se as manifestações da colectividade. Ainda em tal caso falta determinar-se há uma criação colectiva, espontânea e semi-consciente ou um fenómeno de propagação rápida e indiferenciada, vista a pronta assimilação simbiótica de uma sociedade restrita e rudimentar. Aponto a dúvida, relembrando que sôbre ela, a propósito da origem da lei, rolou a discussão Vico-Grotius. É porém de plena evidência que no fenómeno artístico a verdadeira causa específica é a psicologia do autor. «A individualidade é o princípio essencial da arte», diz Fierens Gevaert (*Essai sur l'art cont.*, 1903, pág. 27), que não deixa de acentuar a solidariedade do artista com a «longa cadeia histórica da etopeia da sua raça» (pág. 17) e com as gerações anteriores e contemporâneas (pág. 18). De aqui uma diferença entre o estudo do folk-lore e o da arte literária, isto é, da literatura tornada objecto de consciente esfôrço artistico. É êste elemento diferenciador o agente

imediato na evolução da arte literária. Personalidade e psicologia, tomo-as o mais concretamente possível, quero dizer, como implícitas no próprio facto da existência de uma obra; pois quanto a reconstruir completamente por ela o autor, é êsse um trabalho mal seguro que leva, quando generalizado, a própria crítica de restituïção a singulares extravagâncias.

Voltando à questão da objectividade:

Observou Poincaré (e com formas diferentes o pensamento foi algumas vezes expresso) que a objectividade consistia na identidade relacional; que não devia procurar-se em outra parte e punha em dúvida que chegássemos a ter ideia clara de qualquer outra. E de certos problemas mostrou que, resolvendo-os, não se recuara a dificuldade, mas se dividira, pondo a um lado o aspecto rigorosamente analisável e a outro o nevoeiro de uma realidade que nem sempre, nem com freqüência, se deixa reduzir à elegância analítica. Isto é mais geral do que pode supor-se.

Com efeito — e é êste o meu primeiro princípio — em tôda crítica de uma obra há dois elementos fundidos no juízo. Um, flútuo, menos consistente, com amplitude de oscilação quer nos indivíduos quer nas épocas, quer nas colectividades históricas, étnicas, ou simplesmente psíquicas; outro, mais rígido, mais acessível ao estudo, e que em parte explica, mas só em parte, a existência do primeiro.

Trata-se pois de separá-los, fazendo incidir sóbre o segundo o máximo do trabalho de análise.

O primeiro é o gôsto, a síntese obscura traduzida na vaga expressão — «agrada-me» —; o segundo são as proporções, a orientação, a correspondência entre o plano, o intuito, e a obra; a forma, estudada no ponto de vista da língua, da expressão, do estilo, etc. O primeiro é uma de aquelas «ideias confusas» teorizadas por Dupréel (*Rev. de Mét. et de Morale,* 1911) e para as quais a sociologia representa, segundo êsse autor, o mesmo que a lógica para as

ideias claras; o segundo é uma série de relações analisáveis.

E não é tudo.

A combinação de êstes dois elementos em proporções diversas determina ou representa diferentes atitudes críticas. Assim, em pleno Renascimento, foi sêcamente a regra — neste caso a imitação do antigo — que predominou. A tal ponto se atenuara a independência crítica no tocante ao prazer recebido da obra de arte que a própria emoção revestira, paradoxalmente, um ar convencional.

A tendência heterodoxa nem achava terreno onde desenvolver-se nem pábulo de onde arrancar a seiva. É o que se revela em certa uniformidade de juízo dos contemporâneos sôbre monumentais, colossalíssimas apoteoses de insipidez. O autor genial evade-se da cadeia, e isso em parte o caracteriza; mas os outros, os do sentir comum, caracterizam e exemplificam a corrente. Quando, pelo contrário, o primeiro elemento absorve sensibilidade e juízo, e o segundo se anula, a anarquia chega a proporções gigantescas.

Mas se falo em proporcionalizar dois elementos, um, objectivo, analisável, outro incerto, por conter uma resultante da psicologia diferencial, não será isto voltar à incerteza crítica, ao «agrada-me» erigido em sistema?

Não é.

Em primeiro logar eu postulo apenas a possibilidade de análise, deixando suspenso o rigor ou a aproximação de ela, porque só depois de feita isso pode verificar-se.

Em segundo logar, procuro adoptar um critério resultante da conjugação do meu conceito e da minha experiência com o objecto que pretendo analizar.

Em terceiro logar, como antes mostrei, dada a separação entre a face criticável com rigor, e a outra, se a proporção elemêntica fôr julgada má, basta disjungi-las e a primeira conservará o seu valor integral.

Em quarto logar, se a análise fôr justamente feita, ainde quando alguém a faça de outra forma, nem por isso ficará invalidada a relação que a minha exprime.

A objectividade consiste pois neste caso em separar quanto pode examinar-se independentemente do gôsto pessoal, do objecto especial de preferência. Mas o próprio gôsto individual não oscila ao acaso, tratando-se de espíritos modelados por idênticas origens de reacção psíquica. A diferença tem limite de amplitude, como se vê na redução aos tipos extremos do grotesco e do sublime.

E assim, quando grandes diferenças de critério se nos revelam, seria prudente, em vez de registá-las como argumento, *porque um facto nunca é uma prova,* tentar conhecer a formação dos espíritos que nelas se combatem.

Concretizemos a ideia por um exemplo extremo:

Se um barbeiro tiver visto a «Casa de Boneca» e ao ouvir um frèguez culto dizer a outro a sua admiração, declarar que prefere «A Morgadinha de Valflor», é evidente que a qualificação de voto impede contrabalancemos as duas opiniões. «O que importa a um homem, diz W. James, é a sua visão pessoal; entretanto — acrescenta, receoso talvez das conseqüências — nenhuma visão do universo é possível, sem o espírito se familiarizar com os processos intelectuais conducentes a êsse resultado».

O «agrada-me» não é facto-limite. Quando alguns críticos declaram que em última análise é o que fica, enganam-se grosseiramente. Êsse facto é um ponto de partida. Agrada, porquê? No «porquê» bem entendido reside a objectividade. Se pode existir alguém a quem a obra desagrade, a-pesar-do «porquê», êste subsistirá.

Demais, o problema: — porque agrada ou porque despraz — é precisamente o problema nuclear da estética e sôbre êle assenta a aspiração normativa.

Mas eu não escrevo um livro de estética, onde o prin-

cípio ou princípios gerais devam discutir-se e estabelecer-se; faço apenas o estudo simples de uma obra determinada.

Não pode ser uma aplicação, porque faltam os princípios estéticos dominadores de tôda obra de arte; não pode ser a base de uma larga generalização, porque de uma só obra seria arriscado querer concluir muito neste campo; é portanto a análise das condições estéticas de uma obra examinada na sua plena realidade; é trabalho monográfico, do qual, se fôsse perfeito, eu diria ser o modêlo de múltiplos trabalhos necessários a um seguro conhecimento geral.

Por isso o meu segundo princípio é de ordem técnica:

Devem aplicar-se às obras modernas que pretendemos estudar, os processos calmos e minuciosos que se aplicam às obras antigas, pois nada justifica a diferença.

O método é por certo pouco brilhante para os fanáticos da lantejoula, mais abundantes no campo da literatura do que em qualquer outro; mas a crítica não tem por fim brilhar de brilho falso. A situação apontada por Lanson, acima referida, é piorada entre nós. Nem história, nem simples registro descritivo se procura fazer. O sistema é outro. Um autor lança um poema, um romance, um livro qualquer. Vem a satelitagem vesga do noticiarismo e começa a bordar coisas muito adjectivadas para fingir que teve aquelas impressões, que na realidade custaram trabalho insano — e de todo perdido — a rebuscar.

Forma-se nova peça lantejoulada à custa dos reflexos da primeira. Um horror justificativo de bocejo interminável. E há hipóteses muito piores.

*
* *

É tempo de entrar no plano de êste livro, última parte de sua justificação. Sendo as regras acima expressas, uma genérica e prática, outra estritamente técnica, a directriz

deve ser procurada na própria obra de que se faz o estudo. Apresentarei entretanto um plano mais geral, aplicável em estudos monográficos, pois essa é condição imprescindível da sua utilidade e coordenabilidade em outros de mais largo horizonte.

Tal é o desenvolvimento sistemático do primeiro princípio apresentado, e agora pôsto em esquema:

Crítica
- Analítica (dos *meios* estéticos)
  - Interna (idealização)
  - Externa (execução)
- Sintética (dos *valores* estéticos)
  - quantitativa (irregularidades da obra)
  - qualitativa (apreciação do conjunto)

É fácil verificar no índice a observância do esquema. A parte sintética está reünida no último capítulo. Há que notar ainda a parte preliminar não compreendida no esquema, por se tratar de uma questão acidental, ao passo que o esquema pretende ser genérico. É a parte que intitulei «Doutrina». Guerra Junqueiro apresentou se desde logo — e é ainda hoje por alguns considerado — renovador em arte e, senão criador, pelo menos estudioso de mérito em coisas de filosofia. O juízo, se o é, não chega a ser um êrro; a um admirador inteligente do poeta ouvi eu chamar *filosofeiras* aos esforços do poeta nesse campo. Verdade é que êle também assim se considerava; mas isto seria o menos; porque — exemplifiquemos — do facto de um serralheiro hábil e analfabeto se considerar inventor scientífico, não nos corre a obrigação de examinar-lhe as manias, em vez de apreciar-lhe a resistência das ferragens. Neste caso, porém, Junqueiro pretendia — e expressamente o declarou (1) — que a sua arte era influen-

---

(1) ... explanarei as conclusões últimas do meu exame de consciência... como útil comentário da minha obra poética de que elas são verdadeiramente a alma essencial e geradora (*Os Simples*, pág. 124). Sôbre a doutrina estética, veremos adiante.

ciada já pela sua filosofia em geral, já pela sua doutrina estética em particular.

Era pois de evidente necessidade preceder a aplicação do meu esquema à sua obra de um exame das fontes onde declara ter bebido. Não há direito de recusar êsse exame de facto. Essa primeira parte da obra é pois a adaptação circunstancial de um plano genérico, ao caso particular de um autor dado.

Vieira de Almeida

VÁRIA

DISCURSO PRONUNCIADO PELO PROF. COSTA LOBO, COMO REPRESENTANTE DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA, NA UNIVERSIDADE DE SALAMANCA

No banquete realizado na Biblioteca da Universidade de Salamanca, e a que presidiu o Sr. General Primo de Rivera, depois da oração do Reitor daquela Universidade, Sr. D. Enrique Esperabé, e tendo o Sr. Rodriguez Aniceto dado conta de adesões afectuosas, como a do professor Del Vecchio, Reitor da Universidade de Roma; quando o espírito que anima os estabelecimentos universitários estrangeiros, como o de Cambridge, Oxford, Berlim e Coimbra, já se havia manifestado em frases de grande consideração para o de Salamanca, usou da palavra o único homem de sciência estrangeiro que ali se encontrava, o Sr. Dr. Costa Lobo, fazendo o seguinte discurso:

«Há dezenas de anos que tenho a honra de tomar parte em assembleias espanholas, e nelas tenho ousado falar no belo idioma castelhano. Hoje, porém, lembrando os preciosos conceitos que tive a fortuna de ouvir quando o meu inolvidável amigo, e grande homem, que debaixo de todos os pontos de vista o foi, D. António Maura, se dignou honrar-me presidindo à conferência que me foi dado pronunciar na Real Academia de Jurisprudência sôbre *as minhas teorias fisicas e a correlação com os fenómenos biológicos e sociais*, julgo ser do meu dever, como homenagem àquele admirável espírito, falar nesta ocasião em português. De facto, ao pôr o problema peninsular, pela forma mais precisa e distinta, observava o sábio estadista que bem poderia eu (que ia falar em castelhano) falar em português, *porque las lenguas habladas por los dos pueblos eran egualmente compreendidas por ambos, y esse era el lazo que los unia, que los hacia hermanos, pues la lengua es el alcaloide mas etereo, la esencia mas intima, mas castiça, mas genuina, mas derechamente emanada del alma de un pueblo;* e acrescenta a curiosa nota de que — *quando Dios quis dispresar los hombres, confundio las lenguas.*

«Pois se assim é, se de facto gozamos desta fortuna, é por assim dizer sòmente na pronúncia que os idiomas da península apresentam especiais singularidades, talvez porque o espanhol evolucionou mais nos alcantilados das montanhas, e seria preciso acentuar os tons para serem repercutidos pelos recôncavos das serras, emquanto que a língua portuguesa terá sido embalada pela suave melopeia das ondas do Oceano, onde os nossos antepassados viveram os seus melhores dias, eu penso neste momento de cordial confraternização, falando em português atendo áquelas saudosas observações e acentuo quanto são profundos os laços que unem os dois povos da península, com base exactamente no facto de possuírem línguas *que no los dispersan*, e demonstra que Deus os quere unidos.

«Meus Senhores: — Absterme-ei de lamentar-me por não possuir as necessárias qualidades para falar em presença de um público tão distinto. Isso pertence aos oradores, e todos os espanhóis o são, atingindo os mais altos graus da perfeição e encanto; e agore só lembrarei, dos que ouvi, alguns dos que já recordamos com saudade, Castelar, Moret, Maura. Moret, que em Granada nos prendeu com o seu talento académico, que na nossa memória gravava indelèvelmente os seus conceitos; Maura, cheio de doçura e ao mesmo tempo de encantadora energia, que distilava dos seus lábios os mais profundos conhecimentos e as mais elevadas e úteis proposições. Contudo em nada me regozijo por não possuir êsse merecimento, embora a oratória sofra hoje, por vezes, vivos ataques, o que pode ser justificado pelo muito que tem perturbado as assembleias políticas, como já hoje observou o nosso ilustre presidente, aproveitada para a *camouflage* de verdade, e é certo que nas assembleias académicas será sempre altamente apreciada, como sendo o perfume da sciência. Hoje sobretudo eu sinto não poder dispor das mais belas frases para testemunhar o entusiasmo e enternecimento que sinto ao assistir aos grandiosos actos que estão tendo lugar nesta gloriosa Universidade em homenagom ao eminente homem de Estado e valoroso militar Ex.mo Sr. Marquês de Estela, e para inauguração do novo ano académico, que anuncia um intenso labor scientifico; e também para significar o meu reconhecimento à generosa amizade, que tenho no mais alto aprêço, do meu ilustre amigo, douto e zelozo Reitor da Universidade de Salamanca, Ex.mo Sr. D. Enrique Esperabé, que com estas cerimónias marca uma data memorável nos anais desta célebre Universidade, estabelecendo sem dúvida a continuïdade do século XVI, em que esta Universidade atingiu o mais intenso brilho, e do século XX,

em que o seu prestígio vai refulgir, espalhando a jorros a prodigiosa sciência com que a actualidade nos deslumbra.

«Meus Senhores: — A evolução no sentido da perfeição deve ser, seguramente, a máxima aspiração da Humanidade. Contudo não devemos esquecer que deverá sempre presidir a êste movimento o espírito conservador. Os acidentes tumultuosos, por vezes revolucionários, só podem ser efémeros. São as tempestades que sobrevêm na atmosfera ionizada para a reporem no seu estado normal de equilíbrio.

«Ao mesmo tempo é lei que devemos respeitar a da conservação dos organismos. Porquanto se a destruïção é fácil, e esta por assim dizer à mercê das mais insignificantes influências, nenhuma fôrça existe para dar tradição ao que a não têm, para dar prestígio no passado ao que só desabrocha no presente. Poderão ser hoje lançadas à terra as sementes de originais e deslumbrantes plantas: só com séculos poderão atingir a grandeza dessas árvores majestosas que nos atestam o ilimitado poder da natureza.

«Ninguém, nem Deus, poderá fazer brotar carvalhos que nos lembrem as glórias do Povo Vasco, se os não formos produzir, recorrendo às raízes daquele carvalho histórico que hoje Guernica conserva como preciosa relíquia.

«Merecem, seguramente, desvelado carinho, profunda admiração, os jovens organismos intelectuais, pujantes de seiva e ardentes de entusiasmo scientífico; contudo, nunca nenhum dêles poderá desfrutar o prazer de ser uma Universidade de Salamanca, já nascida nos princípios do século XIII, florescente nos séculos XIV e XV, mundialmente afamada no século XVI, em que deslumbrou o mundo com o fulgor da sua sciência, a par de Bolonha, Paris e Oxford.

«É já hoje Madrid um centro scientífico notabilíssimo; será, sem dúvida, universalmente respeitado; porém, se a boa orientação persistir em Espanha, e tôda a confiança podemos ter em que assim sucederá, atendendo à admirável acção do soberano, que como el rei de Espanha, a quem respeitosamente saúdo, bem merece o carinho do seu povo e geral consideração, que aproveita todos os momentos para, com o maior zêlo e inteligência, fazer realçar a nobre nação espanhola, acompanhado por um homem que tem demonstrado as mais brilhantes qualidades de talento, coragem e patriotismo, hoje aqui justamente homenageado, S. Ex.ª o Marquês de Estela, digo, se a boa orientação persistir ao fim dêsse tempo também a Universidade de Salamanca será afamada, com a circunstância de merecer o respeito de mais alguns séculos de exis-

tência, vividos em épocas em que o valor scientífico era mais raro e por isso merecedor de maior aprêço.

«E o que sinto por Salamanca, sinto-o por Coimbra, a quem devo tudo o que sou, centro scientífico contemporâneo dêste, e que se criou com o alento dos mesmos ideais, dos mesmos objectivos de grandeza scientífica, moral e religiosa, tendo estes dois centros intelectuais vivido sempre em estreita comunhão de pensamento, trocando os seus professores e alunos para mais fôrça tomarem os laços de solidariedade scientífica e moral que os unia.

«É bem solene, por variados motivos, o momento que aqui estamos vivendo. Afirma-se a glória do passado e o empenho de a fazer reviver com extraordinário brilho para prestígio do presente. A Universidade de Salamanca, que dispõe de valiosíssimos elementos intelectuais, vai renascer para o seu antigo esplendor e tornar-se há uma jóia formosíssima. Ao mesmo tempo será sempre uma relíquia preciosa a atestar a antiga grandeza dêste admirável povo, que há tantos séculos marca um lugar primacial!

«E, assim como confio em que Coimbra e Salamanca estreitarão cada vez mais os laços de cordialidade, faço também votos para que igual caminho sigam os dois povos, que da Península espalharam abundante luz por todo o orbe, quando ainda a maior parte da Europa apenas despertava, e hoje, como sempre, dispõem das poderosas fôrças que as suas raças têm em todos os tempos gloriosamente afirmado. Emfim, para que êste momento tenha seguimento, para que êstes meus votos tenham mais assegurada a sua realização, em nome da Universidade de Coimbra, que tenho a honra de representar, e com as mais distintas saudações para o nosso ilustre presidente, e a segurança dos meus mais carinhosos sentimentos para os meus sábios colegas, tomarei a liberdade de propor que seja oportunamente adoptada a resolução de fazerem as Universidades da Península, periòdicamente, peregrinações scientíficas, alternadamente às Universidades de Salamanca e Coimbra, com a intensão de honrar estas irmãs mais velhas e contribuir para que adquiram a maior intensidade as relações scientíficas e cordiais entre os nossos meios universitários».

JUÍZOS SOBRE AS «CANTIGAS D'AMIGO DOS TROVADORES GALEGO-PORTUGUESES». EDIÇÃO CRÍTICA POR JOSÉ JOAQUIM NUNES. VOL II. COIMBRA: IMPRENSA DA UNIVERSIDADE. 1926. PÁGS. XVI + 471 (1)

The poetical interest of the great Portuguese song-books, the *Cancioneiro da Vaticana*, the *Cancioneiro da Ajuda* and the *Cancioneiro Colocci-Brancuti* has always centred in the *cantigas de amigo*, which include the parallelistic poems called for the sake of convenience *cossantes*. The *cantigas de amor* (in which the lover speaks) are monotonous and insipid and, when read in large quantities, wearisome in the extreme. The *cantigas de amigo* (in which the lover puts the words into the mouth of the loved one) are, on the other hand, full of charm and fresh variety. These have now for the first time been collected in an easily accessible volume issued by the Coimbra University Press. Vols I and III, containing the introduction and notes, are to follow and will be awaited with keen interest. No doubt the cream of these *cantigas* will be found in the *Oxford Book of Portuguese Verse*, and in his *Chrestomathia Archaica*, published twenty years ago, Dr. Nunes included about a hundred and fifty, while those of King Dinis (with fifty-five of which the present volume opens) have been critically edited by Dr Lang. But the present collection, which will be welcomed by all lovers of poetry, contains five hundred and twelve poems. The text has been edited with the greatest care, as one might expect from so scholarly an editor, who has had the advantage of being able to consult the *Cancioneiro Colocci-Brancuti*, now one of the most cherished treasures of the Lisbon National Library. Slips which were unavoidable in printing what is practically another language, the Galician-Portuguese of the thirteenth century, will easily disappear in a second edition. The Portuguese *m* has crept in frequently, and this is to be regretted because it might seem to lend countenance to the slovenly text of 1878. Thus we have 'coraçon' and 'coraçom,' 'gran' and 'gram,' 'sacan' and 'sacam' in the same poems. One of the more remarkable variants introduced is that in the second stanza of a poem by Joan Zorro, where for the unintelligible 'por amor da glosa' has been substituted 'por amor (es mui queixosa)'; but, as was pointed out in the *Modern Language Review*

---

(1) Volume publicado na *Biblioteca de escritores portugueses*, editada pela Imprensa da Universidade de Coimbra.

for January 1920, the word 'glosa' is no doubt a scribe's contraction: 'glōsa,' and we should read 'por amor da Gloriosa.' Exception may be taken to an alteration in another poem by Zorro. Dr Nunes reads 'Jus'a lo mar é o rio' ('Near the sea is the river'). This is certainly more definite, but it is less poetical than 'Jus'a lo mar e o rio' ('Near the sea and the river') and the alteration is unnecessary since Zorro must have been writing here, as elsewhere, of Lisbon, where the river is the sea. The printing of the last six lines as three in Airas Nunes' *pastorela* (here No. 256) is unfortunate, for both the poems quoted are well known, and both assonance and rhyme are lost in the new arrangement. To the new form given to the poem of King Sancho (No. 512) something of the same objection attaches, although here eight lines have been expanded into twelve. A few other flaws might be discovered here and there in the new text, but as a whole it shows the high-water mark of critical progress since the poems were originally published in a diplomatic edition by Ernesto Monaci in 1875. Anyone who doubts this has only to compare the text of 1926 with the strange chaotic text of the Portuguese edition of 1878. After comparing the two no one with any scholarship in him will fail to congratulate Dr Nunes heartily on his achievement.

S. João do Estoril, Portugal.

AUBREY F. G. BELL.

Transcrito do n.º IV do vol- XXI (1926) da *Modern Language Review*.

CANTIGAS DE AMIGO

Los cancioneros galaico-portugueses, como todas las primicerias muestras de la antigua literatura de los pueblos cultos, son materia inagotable para el estudio.

La transcripción del paleógrafo da ya motivo a la diversidad de opiniones, pues no todo en los textos aparece tan claro que elimine la possibilidad de más acertadas lecciones. La interpretación del filólogo y el análisis del crítico tienen en obras de tal género amplisimo campo para ejercitar el saber gramatical, la erudición histórica y literaria, la confrontación lingüística, el critério artistico y todas las sutilezas de la inteligencia y las capacidades afortunadas de la intuición.

Acerca de nuestros Cancioneros — el del códice de Ajuda, el de la Biblioteca del Vaticano y el de la Nacional de Lisboa (Colocci-Brancuti) — se han escrito libros, folletos, opúsculos, trabajos sueltos en revistas doctas, enfocando el estudio desde diversos puntos y con distinta orientación y amplitud. Desde Lord Stuart a Nobiling, pasando por nuestros Menéndez Pelayo y Menéndez Pidal, Murguía, Oviedo y Martinez Salazar, toda una serie de personalidades europeas y americanas de nota en este sector de la actividad cientifica, entre los que descolló la señora Michaëlis, han dedicado atención y talento al examen y comentario, conjunto o de detalle, de las preciadas colecciones poéticas.

Pero la materia no está agotada. Por si cupiera duda, viene a demonstrarlo brillantemente el doctisimo profesor de la Facultad de Letras de Lisboa, doctor José Joaquín Nunes con la obra cuyo volumen inicial acaba de llegar a nuestras manos.

Ha elegido el ilustre filólogo lisbonense, bien conocido de quienes en Galicia siguen el movimiento literario del pais hermano, un aspecto muy interesante de los Cancioneros: las cantigas llamadas «de amigo», diferenciadas de las «de amor» y de las «de escarnio o mal dizer», porque en las primeras la pasión amorosa es el motivo y la doncella enamorada la que expresa sus ansias y sus cuitas, dirigiéndose o añorando al galán. Al estudio, concienzudo y lleno de atractivos, de ese género de composiciones consagra Nunes su valiosa obra titulada «Cantigas d'Amigo dos trovadores galego portugueses».

Ha salido a luz el volumen II que contiene el texto poético. Son 512 cantigas extraídas de los apógrafos después de un sereno y detenido examen del carácter de cada una, confrontadas las diferentes lecturas, rectificados los errores, resueltas con exactitud las dificultades de transcripción y las adaptaciones ortográficas, presentando, en fin, cada cantiga con su medida regular y perfecto sentido, sin apartarse un momento de la fidelidad al manuscrito original.

Tras este volumen vendrán el I y el III, hoy en prensa, que comprenderán la «Introducción y Critica, Comentarios, Variantes y Glosario» de las poesias que ahora se publican.

La labor del doctor Nunes es digna de las mayores alabanzas, tanto por lo que supone de sabia tarea, larga y sesudamente preparada, reveladora del talento y clarísimo juicio, la gran cultura y seria erudición del ilustre profesor, cuanto porque a los no enterados de estas exquisitas muestras de nuestra lirica les ofrece ocasión propicia de conocerlas, ya que el volumen a que nos referimos, nitidamente editado en

la Imprenta de la Universidad de Coimbra, se halla al alcance de todas las fortunas.

El doctor Nunes ha tenido la gentilesa de dedicar este tomo «A las mujeres de Portugal y Galicia». Es para vosotras—les dice—este libro; pues, hablándose en él el lenguaje del corazon, nadie lo compreenderá meior que las sucesoras de aquellas en cuyos labios se pusieron estos cantares. Y así es: al cabo de seis o siete siglos, no ha cambiado tanto el medio de expresión poética que la mujer gallega de nuestros dias, al pasar la vista por estas páginas líricas, deje de vibrar a tono con la sensibilidad que transciende de las bellisimas seculares estrofas.

F. Martinez Moras.

Reproducido de *La Voz de Galicia* (Corunha), n.º 14.635, 20 de Novembro de 1926.

LIVROS RECEBIDOS

Muito se agradecem as seguintes publicações recebidas:

Frei Domingos do Rosário, Diplomata e Político (1595–1662), por Edgar Prestage. Coimbra, Imp. da Universidade, 1926.

The John Rylands Library Manchester: Catalogue of an exhibition of the earliest printed editions of the principal *Greek and Latin Classics* and of a few manuscripts. Manchester: The University Press.

O Imperador D. Pedro II, por Armando Dias de Azevedo. Porto Alegre, 1925.

Estatutos do Instituto Historico e Geographico do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1924.

O Rev. Padre Carlos Teschauer S. J., historiador do Rio Grande do Sul. Homenagem dos seus amigos e admiradores. Porto Alegre, 1926.

José Cadis (Romance de Costumes), por José Augusto de Barros, Rio de Janeiro, 1926.

Santa Clara-a-Velha de Coimbra, por Tomás da Fonseca, Coimbra, 1926.

Nosso Senhor dos Passos da Graça de Lisboa (Estudo histórico da sua irmandade com o título «Santa Cruz e Passos», pelo P.e Ernesto Sales. Lisboa, 1925.

Reconquista de Angola aos Holandeses (1648), por Simeão Vitória. Loanda, Imp. Nacional, 1926.

Durante a Guerra. Últimos ecos duma campanha económica, por Eduardo Moreira, S. I. C. e I. H. M. Edições «Portugal Novo». Porto, s. d.

Flores de Portugal — Colecção de 100 das mais lindas cantigas do Povo Português, por Cláudio Basto. Pôrto, L.a de Fernando Machado & C.a, 1926.

Introdução à Filosofia — Seu significado e valor, por Newton de Macedo, prof. da Universidade do Pôrto. Pôrto, Renascença Portugueza, 1926.

Universidad de Oviedo — Discurso leido en la solemne apertura del curso académico de 1926-27, por el Doctor Don Claudio Galindo Guijarro, catedrático de la Faculdad de Filosofia y Letras. Oviedo, 1926.

Acciones de Guerra en Venezuela durante su Independencia, por Dr. Vicente Dávila. Caracas, Venezuela, 1926

Conferencias dadas en el Centro de Intercambio Intelectual Germano-Español:

—— I. *Las Supersticiones en el «Quijote»*, por el Excmo. Señor Don Francisco Rodriguez Marin, de la R. Academia Española. Madrid, 1926.

—— II. *Los Archivos españoles y las investigaciones historico literarias*, por Angel Gonzalez Salencia. Madrid, 1926.

—— III. *Contribución para el estudio de las bibliotecas publicas en España*, por Vicente Castanêda y Alcover. Madrid, 1926.

—— IV. *Imagenes de Madrid*, por D. Pedro de Repide, Madrid, 1926.

—— V. *La vida de los escritorios españoles medievales*, por Zacarias Garcia Villada. Madrid, 1926.

—— VI. *La Colonizacion Alemana de Sierra Morena*, por Cayetano Alcazar Molina, Catedrático de História de España en la Universidad de Murcia. Madrid, 1926.

—— VII. *El Chascarrillo Andaluz*, por el Excmo. Sr. D. Juan Gualberto López-Valdemero y de Quesada, Conde de las Navas, de la R. Academia Española, Madrid, 1926.

—— VIII. *«La Vida es Sueño» y los Diez Segismundos de Calderon*, por Doña Blanca de los Rios de Lamperez, Directora de «Raza Española», Madrid, 1926.

O Médico Peçonha — Análise da diatribe antigeresiana «A Agua Veneno», por Campos Monteiro. Pôrto, Of. «Comércio do Pôrto», 1926.

LIVROS Á VENDA

Acham-se à venda na Administração do Instituto, os seguintes:

O Infante D. Henrique (1894) — Número comemorativo do 5.º centenário do Infante D. Henrique. Com a colaboração de J. M. Rodrigues, A. J. Teixeira, Sousa Viterbo, Brito Rebelo, J. M. Teixeira de Carvalho ..... 12$00

Fernão de Magalhães — Número comemorativo do 4.º centenário de Fernão de Magalhães. Com a colaboração de D. José Manoel de Noronha, Dr. Alves dos Santos, Dr. Oliveira Guimarães, Dr. Costa Lobo F. Brederode, Henrique Lopes de Mendonça, Ernesto de Vasconcelos, Dr. Fortunato de Almeida (1921) ..... 10$00

Os seis livros de Tito Lucrécio Caro, poeta romano, sobre a Natureza das Cousas, vertidos no verso solto portuguez, por Agostinho de Mendonça Falcão. Coimbra, Imp. da Universidade, 1890..... 15$00

Catalogo dos objectos existentes no Museu de Archeologia do Instituto de Coimbra. A cargo da Direcção de Archeologia do mesmo Instituto (1873-1877)..... 6$00

Idem — Suplemento 1.º (1877-1883)..... 4$50

Elogio histórico de A. Herculano, lido na sessão pública do Instituto de Coimbra, pelo Conselheiro Vicente Ferrer Neto Paiva. Coimbra, Imp. da Universidade, 1878..... 4$50

Noticia sôbre uma série de craneos da Ilha de Timor existente no Museu da Universidade, pelo Dr. J. G. de Barros e Cunha. Coimbra, Imp. da Universidade, 1895..... 5$00

Memória histórica e crítica sôbre a Revolução que em 1246 tirou a corôa a D. Sancho II, por Miguel Ribeiro de Almeida e Vasconcelos. Coimbra, Imp. da Universidade, 1856 ..... 4$00

Apontamentos de optica, pelo sócio Rodrigo Ribeiro de Sousa Pinto. Coimbra, Imp. da Universidade, 1856..... 3$00

Apontamentos biographicos sobre o nosso insigne poeta Luiz de Camões por Miguel Ribeiro de Vasconcelos. Coimbra, Imp. da Universidade, 1854..... ... . 3$00

O INSTITUTO

REVISTA SCIENTÍFICA E LITERÁRIA

FUNDADA EM 1852

O Instituto é uma publicação bimestral do *Instituto de Coimbra,* sociedade scientífica e literária fundada em 1852.

Cada número, com cerca de 100 páginas, publicará artigos acompanhados do retrato e fac-símile da assinatura dos autores e na língua por êles preferida; 5 números formam um volume com frontispício, índice e capa especial.

ASSINATURAS

Série de cinco números..... 2$00
Número avulso ..... 1$00

Só se tomam assinaturas a partir do número 1 de cada volume.

CORRESPONDENCIA

Tôda a correspondência deve ser dirigida para a Redação de *O Instituto,* Arco do Bispo n.º 1 — Coimbra — Portugal.

O INSTITUTO

REVISTA SCIENTÍFICA E LITERÁRIA

REDACÇÃO E ADMINISTRAÇÃO
ARCO DO BISPO, N.º 1 — COIMBRA

VOLUME 74.º

4.ª SERIE — VOLUME 3.º

NÚMERO 2

COIMBRA
IMPRENSA DA UNIVERSIDADE
1927

SÓCIOS BENEMÉRITOS

Cândido Sotto Mayor — Marquês de Jácome Corrêa — Ramiro de Magalhães — Conde de Felgueiras.

COMISSÃO DE REDACÇÃO

MEMBRO HONORÁRIO

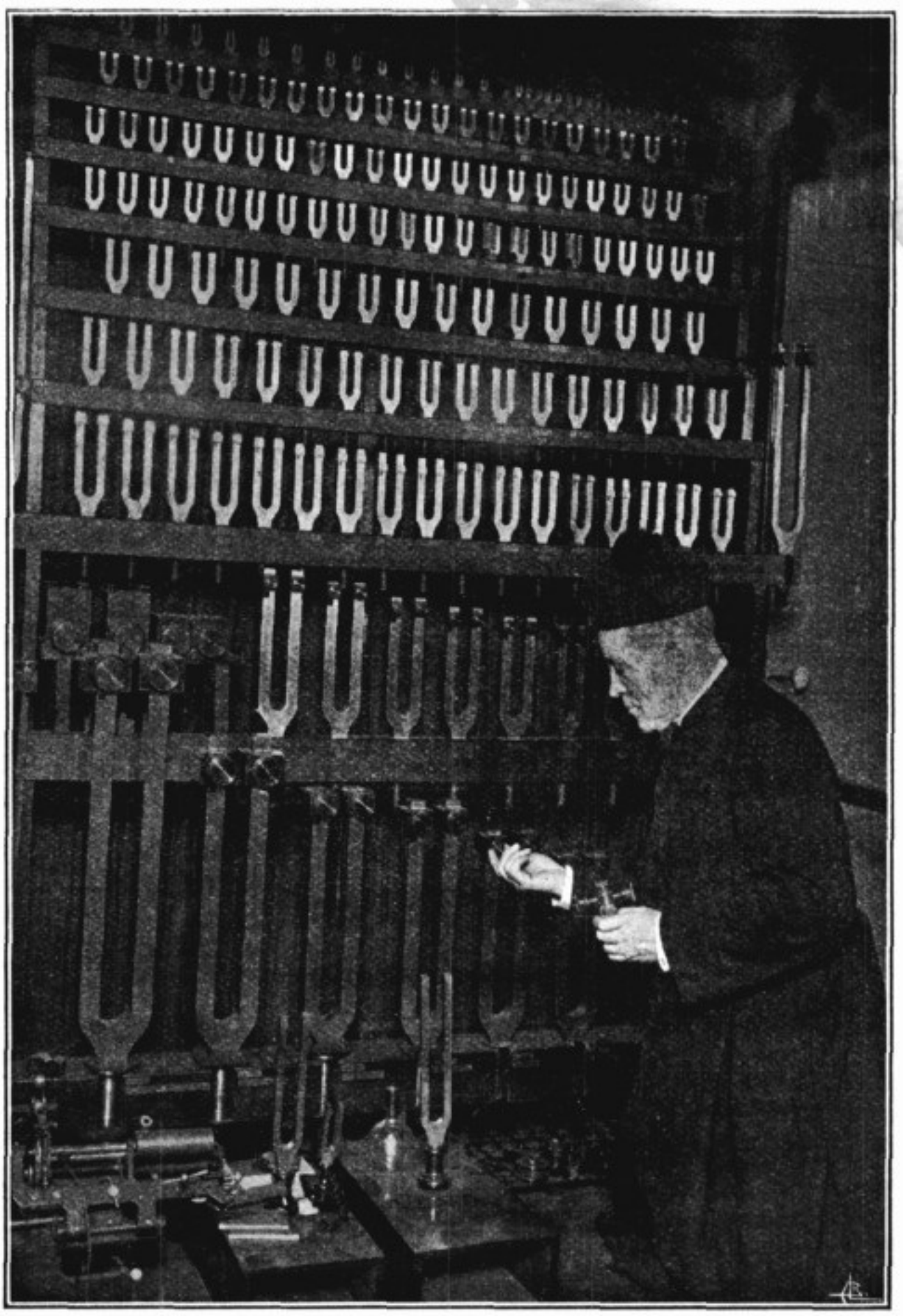
Prof. F. Gomes Teixeira, Reitor Honorário da Univ. do Pôrto, antigo Prof. da Univ. de Coimbra.

MEMBROS EFECTIVOS

Prof. Alberto Pessoa, da U. C., *Secretário*. — Prof. Amadeu F. de Carvalho, do I. I. C., *Secretário*. — Prof. Anselmo F. de Carvalho, da U. C., D. O. M., *Vice-Presidente*. — Dr. António Baião, D. A. T. T. — Prof. A. Augusto Gonçalves, da U. C., D. M. M. C. — Prof. J. G. de Barros e Cunha, da U. C. — Prof. Belleza dos Santos, da U. C. — Prof. Bento Carqueja, da U. P. — Dr. Bettencourt Rodrigues, A. M. — Prof. F. M. da Costa Lôbo, da U. C., D. O. A., *Presidente*. — Prof. Elísio de Moura, da U. C. — Prof. Eugénio de Castro, da U. C. — Prof. Ferrugento Gonçalves, D. I. S. T. — Prof. Fezas Vital, da U. C. — Prof. Fortunato de Almeida, do L. C. — Prof. Francisco Corrêa, D. I. S. C. — Almirante C. V. Gago Coutinho. — Dr. Jaime Cortesão, D. B. N. L. — Prof. Joaquim de Carvalho, da U. C., *Secretário Geral*. — Prof. Joaquim de Vasconcelos, da U. C. — Prof. Mendes Corrêa, da U. P. — Prof. D. Pacheco de Amorim, da U. C. — Prof. Paulo Merêa, da U. L. — Prof. Pedro J. da Cunha, R. U. L. — Prof. J. J. Pereira Dias, da U. C. — Prof. J. M. de Queiroz Velloso, D. F. L. U. L., D. G. E. S. — Prof. Ricardo Jorge, da U. L., D. G. S. — Prof. M. de Sousa da Câmara, D. I. S. A. — Prof. H. Teixeira Bastos, D. da Secção de Sciências Físico Químicas da U. C. — Prof. L. I. Woodhouse, da U. P.

SUMÁRIO

Applications de la phonétique expérimentale, por J. M.-Meunier 161
Teoria geral da integrabilidade riemanniana, por J. Vicente Gonsalves 186
La enseñanza secundaria en Portugal, por Ruben Landa 204
Linhas gerais da história da diplomatica em Portugal, por Pedro de Azevedo 226
A obra de Guerra Junqueiro, por Vieira de Almeida 243
O pneumotórax bilateral simultâneo, por José de Saavedra 375
A tôrre da Ladeia, por Luís de Figueiredo da Guerra 295
Explorações scientificas na Índia durante os reinados de D. Manuel, D. João III e D. Sebastião, Os primeiros naturalistas portugueses do século XVI, por Lencastre Pereira de Andrade 301
Licínio Cardoso, por Vicente Licínio Cardoso 330
Os Incunábulos da Biblioteca do Liceu de Coimbra, por António Gomes da Rocha Madahil 338
Boletim do Instituto 354
Vária: Secção de Coimbra da Sociedade Portuguasa de Biologia . 355
Publicações periódicas recebidas no Instituto de Coimbra 356



TONOMÈTRE DE KOENIG

Acheté par le Cardinal Dubois Archevêque de Paris
et donné à l'Université Catholique de Paris

APPLICATIONS
DE LA PHONÉTIQUE EXPÉRIMENTALE

À L'ÉTUDE

DES LANGUES ÉTRANGÈRES ET À LA THÉRAPEUTIQUE, C'EST À DIRE À LA CORRECTION DES VICES DU LANGAGE ET À LA RÉÉDUCATION DES SOURDS (1)



CHANOINE J.-M. MEUNIER

La phonétique est l'étude des sons de la voix, du langage. C'est une science universelle par son objet et sa méthode. D'elle relèvent, en effet, toutes les modifications sonores de la parole humaine en quelque lieu qu'elles se produisent, tombant sous nos sens, ou se révélant à notre intelligence. Dans son sens le plus large elle embrasse donc toutes les langues du monde. Ce n'est pas seulement la phonétique française, portugaise, anglaise, allemande ou malgache. Car, il n'y a pas, à proprement parler, plusieurs phonétiques; il n'y en a qu'une: *la phonétique humaine*.

---

(1) Conférence donnée le 24 Juin 1926 à l'Université de Coïmbre.

Elle est à la fois une branche de l'acoustique, des sciences naturelles, physiologiques, psychologiques et sociales.

La phonétique, comme étude des sons, est très vieille, puisque c'est d'elle que nous vient l'écriture alphabétique.

Malheureusement, la phonétique resta longtemps purement descriptive: d'abord chez les Indous, puis chez les Grecs et les Latins.

Même nos grammairiens de la Renaissance du XVI^e^ siècle se contentaient, pour le français, d'analyser les sons qu'ils entendaient. C'était bien quelque chose.

Bientôt, avec la grammaire comparée des langues indo-européennes et surtout des langues romanes, naquit la *phonétique historique,* qui expliqua l'évolution des sons dans la grammaire comparée des langues anciennes et romanes.

C'était un immense progrès.

Ainsi l'histoire nous apprend que le Portugais, comme le Français, est du latin, qui s'est transmis de bouche en bouche depuis deux mille ans.

Prenons deux mots latins et suivons les en français: le pronom personnel *me* et le substantif *regina,* devenus, le 1.^er^ *moi* et le second *reine,* en passant par ces principaux intermédiaires: *mẽ, mei, moi, moé, moué, moua; regina, redjina, rezine, reïne, rééne, rène, rèn (reine).*

Ces constatations phonétiques constituaient un immense progrès sur la science linguistique des siècles précédents. La science phonétique en était arrivée à ce point; elle était *historique et descriptive,* lorsque l'abbé Rousselot, mon illustre et regretté Maître, vint à Paris en 1880.

Il avait, trois ou quatre ans auparavant, fait quelques enquêtes linguistiques autour du plateau central de la France.

Ses pérégrinations de clocher à clocher lui permirent de constater la régulière évolution d'un lieu à un autre.

D'où, l'abbé Rousselot conclut que la méthode *historique et comparative* des langues devait être complétée. Il

crut que ce n'était pas suffisant d'étudier les textes livresques et morts, et qu'il fallait y ajouter l'étude de l'homme vivant et parlant sur son coin de terre, et suivre l'évolution du langage à travers l'espace. De là, *l'étude géographique* des patois, c'est à dire appuyée sur les variations et les modifications régulières de chaque région.

On suit bien ces évolutions linguistiques sur les cartes de chaque pays, en étudiant les noms de lieu.

Prenons un exemple sur la carte de France; et faisons, dans ce pays, un voyage de phonétique, qui ne nous coûtera pas cher, et où nous ne risquerons pas de dérailler. On sait que *Sabinus* était un nom de peuple voisin de Rome: *Sabini* les Sabins, nom qui devint un gentilice, c'est à dire nom de famille: *Sabinius,* comme *Albinius, Campanius, Severius, Julius.* Après la conquête de la Gaule, des Romains ainsi nommés, sont venus s'établir dans le pays conquis, et on a donné leur nom à leur propriété, qu'on a appelée *fundum Sabiniacum, Albiniacum, Campaniacum, Severiacum, Juliacum,* d'où les noms de lieux dans les pays de langue d'oc: *Savignac, Aubignac, Champagnac, Civrac, Juillac,* devenus dans le Puy de Dôme: *Savignat, Aubignat, Champagnat, Juillat,* ailleurs: *Savigné, Aubigné, Champagné, Juillé,* qui ont abouti dans une partie des départements de l'Ain, du Rhône, de la Loire et de l'Isère à: *Savigneux, Aubigneux, Champagneux,* tandis que dans une trentaine d'autres départements, du Centre en particulier et du Nord, ils sont devenus: *Savigny, Aubigny, Champigny, Juilly.*

Pareillement, un homme de la profession de forgeron ou d'artisan *(fabrum)* dans le département de la Vaucluse, s'appellera *Fabre,* dans la Drôme: *Favre,* en Auvergne: *Faure,* au Centre et au Nord de la France: *Fèvre* ou *Lefèvre.* De même nous trouvons des hommes du nom de *Dominicus,* parce qu'ils étaient nés le (dimanche). Leur nom est devenu au centre de la France: *Dimanche, Domange, Demange.* Ils

s'appelleront dans le Midi: *Dimenge, Domergue, Doumergue,* et en Portugal et en Espagne: *Domingo.*

Il en est de même pour les fleuves: *Garumna* est devenue suivant les lieux: *Garomme, Garonne, Djeronne, Djironde, Gironde;* de même *Meduana: Méaine, Maenne, Mayenne,* et ailleurs il est devenu *Maïne, Maine,* en sorte que la *Mayenne* et la *Maine* c'est la même rivière prononcée différemment dans des lieux différents. Pareillement pour les montagnes ou les forêts. La *Silva Arduina* de César a abouti à *Ardennes* et à *Argonne.*

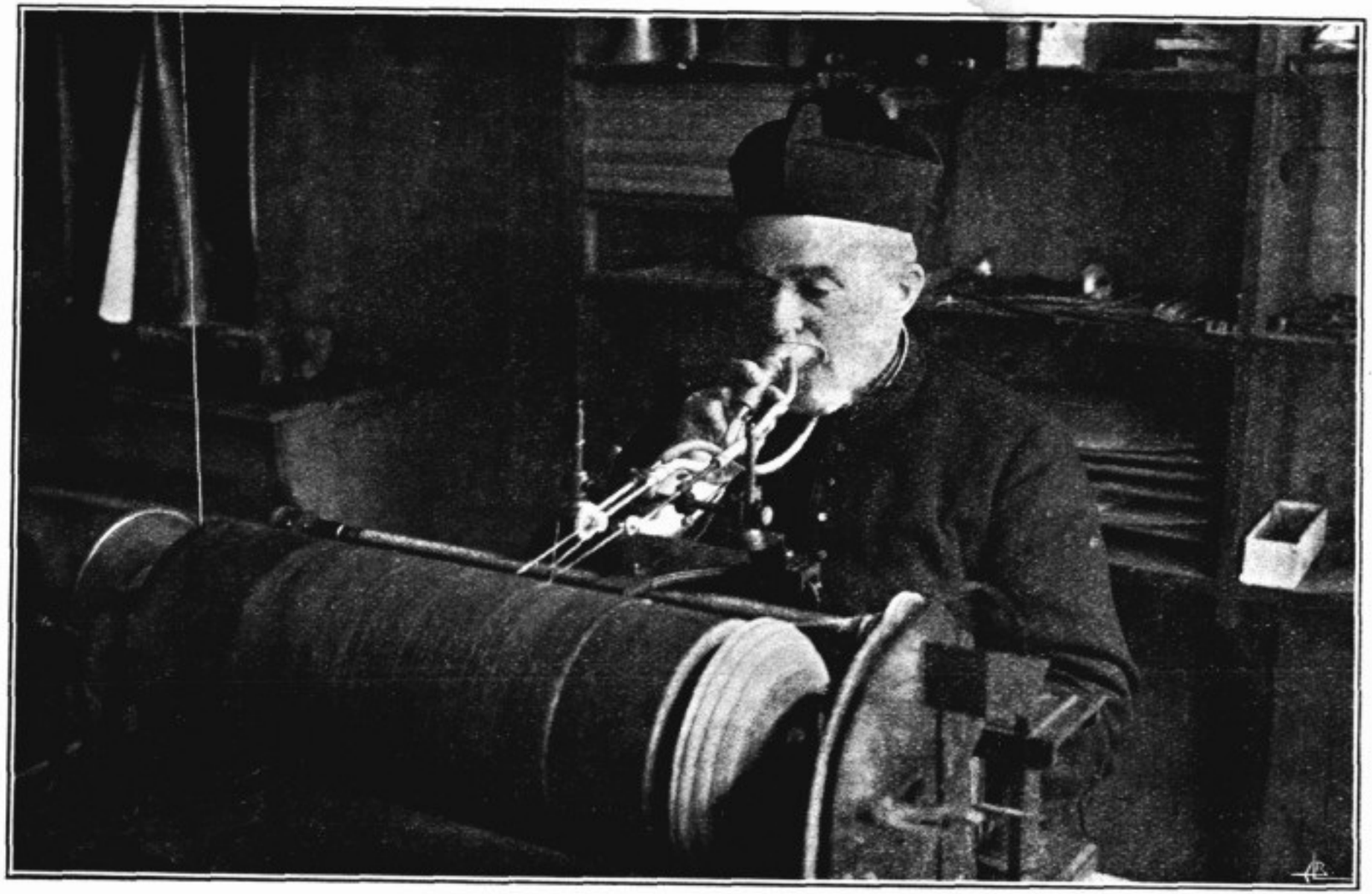
Bien plus, la phonétique nous apprend que les villes situées sur les confluents portent un nom transformé différemment suivant leur antiquité. *Confluentia (flumina)* a donné *Coblence*, voilà une des plus anciennes villes latines, de même *Couflens* (Ariège) de *confluens*, parce que ces villes n'ont pas *n* devant *f*, qui s'était amui peu à peu au temps de Cicéron. Après, *n* fut rétabli dans la prononciation, d'où les autres villes appelées *Conflans,* qui sont plus récentes. Pareillement les lieux appelés *Confolens* sont encore moins anciens; et *Confluent* (Indre et Loire) a été formé le dernier.

Ce n'est pas tout. Ces transformations phonétiques, qui s'opèrent à travers l'espace, s'accomplissent aussi de père en fils, c'est à dire dans la transmission du langage d'une génération à l'autre: un fils ne parle pas comme son père, ni à plus forte raison comme son grand père ou son arrière grand père, en sorte que, à l'*étude géographique* des patois il faut joindre l'*étude généalogique*, c'est à dire l'étude de la transmission de la langue d'une génération à une autre.

Il y a donc des différences de langage, minimes il est vrai, d'une génération à une autre.

Je vais en donner un exemple entre mille. J'ai entendu une grand mère, qui prononçait *lapin:* llapâñ, sa fille yapâñ, et sa petite fille yapây.

Mais ces différences ne sont pas toujours aussi faciles à



LE CHANOINE J.-M. MEUNIER

Dans son laboratoire de Phonétique expérimentale du Collège de France, faisant un triple enregistrement sur son parler nivernais. Il est assis devant un cylindre enregistreur, recouvert d'un papier noirci au noir de fumée et animé d'un mouvement très regulier de rotation. Les ondes de la *voix* sont reçues dans une embouchure, celles du *nez* au moyen d'une olive, et les vibrations du *larynx* par un petit tambour appliqué sur l'os thyroïde ou pomme d'Adam. Les ondes vibratoires sont conduites par des tubes de caoutchouc à de petits tambours, chacun armé d'une paille légère, terminée par une pointe minuscule reposant délicatement sur le cylindre et inscrivant les vibrations de la parole et les différents mouvements des organes phonateurs.



saisir avec notre oreille, car la parole est fugitive et variée, et notre ouïe, bien que délicate, demeure souvent insuffisante. De plus, elle a besoin quelquefois d'être corrigée, comme nos yeux d'être aidés.

Or, c'est pour venir au secours de nos organes défaillants, c'est pour saisir le mécanisme compliqué et fugitif de la parole humaine, que la phonétique expérimentale a été inventée.

Donc, à la *phonétique historique, géographique, généalogique,* il faut ajouter par surcroit, c'est à dire sans jamais abandonner les autres, *la phonétique expérimentale,* qui est l'étude des sons au moyen d'expériences, au moyen de l'expérimentation. C'est la parole humaine, c'est à dire d'un homme parlant, dont on inscrit le langage le plus fidèlement possible. En un mot, les phénomènes physiologiques de la parole, les modifications linguistiques produites par la *nature* de nos organes phonateurs, sont enregistrés par des appareils, pour être ensuite étudiés à loisir jusque dans leurs détails infiniment petits.

La part qui revient à chacun des organes de la voix: les muscles respiratoires, les ondes sonores de la bouche, du nez, les vibrations du larynx, les mouvements des lèvres, de la langue, des machoires, de la voûte palatine, en un mot tout le travail physiologique de la parole peut être recueilli et fixé sur un cylindre enregistreur, mû par un mouvement très régulier, tout cela est enregistré au moyen de plumes délicates, collées à des tambours, qui vibrent sous l'impulsion de l'air sortant par la bouche ou le nez.

On peut dire que la méthode graphique atteint la réalité en dehors de nous. Elle vient au secours de nos organes défaillants, elle étend leur champ d'action, multiplie leur puissance pour que rien ne leur échappe dans les sons émis. Là où ces mêmes sens sont impuissants, la méthode graphique triomphe. Non seulement elle enregistre jusqu'aux moindres

mouvements de nos organes, jusqu'à la plus petite vibration, mais, de plus, elle substitue la réalité objective à notre impression personnelle. Elle remplace les impressions incertaines des sens par les précises impressions des nombres et réduit tout mesurage à un calcul.

Disons-nous *médecin* avec un *d* ou un *t*, *abcès* avec un *b* ou un *p*, ou bien tantôt l'un ou tantôt l'autre? Il est très difficile à notre oreille de le savoir sûrement. Eh bien! la méthode graphique résout facilement ces problèmes.

Une fois enregistrés les mouvements et les vibrations de notre organisme vocal, une fois fixées les modifications délicates et fugitives des sons, on peut les étudier à loisir. Il nous est facile de les analyser, de les comparer, de les mesurer avec une précision merveilleuse, et d'attribuer à chacun des organes de la voix la part qui leur revient. On peut donc faire à la fois, au moyen de la méthode graphique, l'analyse et la synthèse de la parole.

Désormais (cette parole ailée, dont parlent les poèmes homériques, a beau franchir la barrière des dents), elle ne s'évanouira plus, son flux rapide sera fixé et photographié. Le phonéticien, après avoir immobilisé l'objet fugitif de ses recherches, pourra appliquer la règle, le compas, le microscope sur ces ondes sonores et ces tracés enregistrés, et son oreille et ses yeux centupleront ainsi leur puissance.

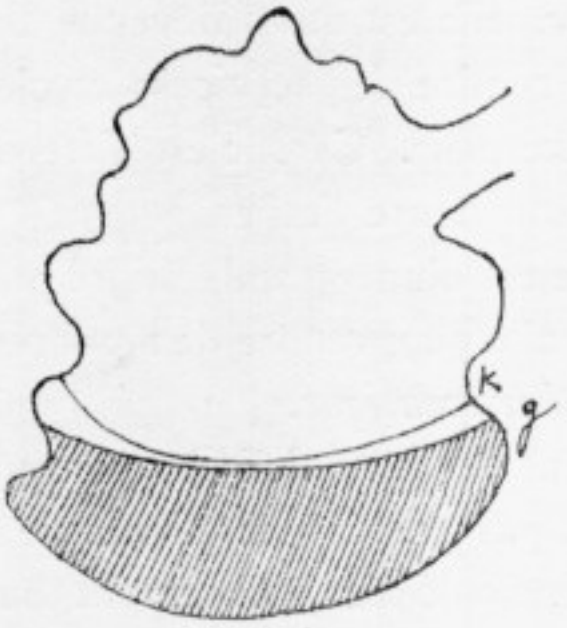
On parle beaucoup du téléphone et des disques du phonographe; mais combien leurs données sont imparfaites, en comparaison de celles qui nous sont fournies par la méthode graphique. Le téléphone et les disques du phonographe répétent les sons de la parole et nous donnent comme la synthèse du langage, c'est à dire les voyelles avec leur timbre, la plupart des consonnes aussi, sans doute avec assez de détails, mais pas toutes les consonnes. De plus, le phonographe peut reproduire les sons, et c'est là son rôle principal, mais malheureusement beaucoup de nuances et de détails lui

échappent et lui échapperont toujours. Qui ne connait les erreurs et les méprises du téléphone? Il est presque impossible de distinguer *Ivonne* de *Simonne; sa* de *chat;* Notre Dame *des Pleurs* de Notre Dame *des Fleurs; sœur* de *peur*, etc., etc.

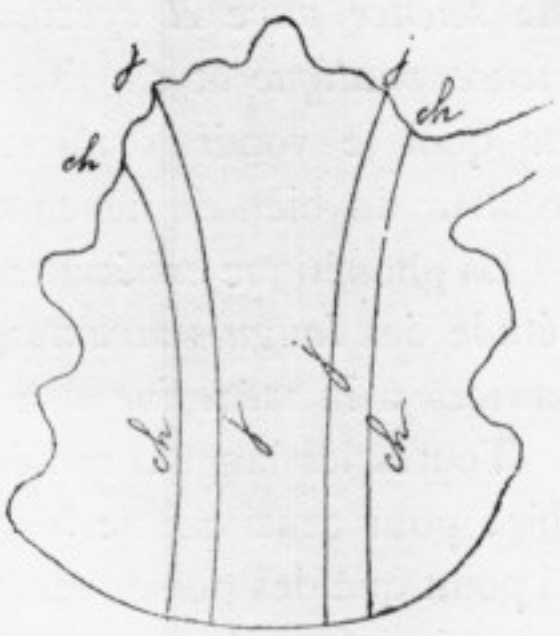
La méthode expérimentale a donc été inventée pour essayer de résoudre les problèmes de la linguistique, et les sons en particulier.

Or, vous savez que, dans tout son, on distingue quatre éléments principaux: *la durée, la hauteur, l'intensité et le timbre,* toutes choses très difficiles, pour ne pas dire impossibles à analyser parfaitement avec le seul secours de l'oreille, mais faciles à étudier sur les graphiques.

Avec l'appareil enregistreur il y a beaucoup d'autres moyens d'investigations linguistiques. Pour ne pas être trop long, je vous parlerai seulement du palais artificiel.



latin { campum / gente



français { champ / gent

Cet appareil représente le moulage de mon propre palais.

Voulez-vous savoir ce que sont devenus en français le *k* et le *g* latins?

Pour *campu* et *gente,* la langue touche par la racine le

fond de la voûte palatine et ferme complètement l'issue à l'air qui sort des poumons, tandis que, pour *champ* et *gent,* elle ne touche plus que sur les bords latéraux et laisse un passage libre à l'air, qui s'échappe par un canal au milieu du palais. Peu à peu les occlusives latines *k* et *g* sont devenues des continues *ch* et *j*. Puis la langue a continué à s'abaisser même sur les bords latéraux en Charente, et le *ch* et le *j* sont devenus de légères aspirations, de sorte que, dans cette région, (tous les *gens* sont dans les *champs*) se dit (tous les *hans* sont dans les *hams*, et ainsi *campos* et *gentes* ont abouti au même son, par une suite d'évolutions, qu'on peut suivre sur le palais artificiel.

Voilà donc, entre mille, une application du palais artificiel.

Ainsi tous les problèmes linguistiques et phonétiques peuvent être étudiés au moyen de la phonétique expérimentale.

Mais la phonétique expérimentale n'est pas seulement une *science pure et spéculative,* elle est aussi devenue une *science pratique* et capable de rendre des services; et c'est sur quoi je voudrais insister ce soir. Car, c'est l'éternel honneur du bien de devenir à son heure l'utile.

La phonétique expérimentale est d'une grande utilité pour l'étude des *langues vivantes,* et elle peut rendre de nombreux services à la *médecine* et à la *thérapeutique.*

Toutes les langues renferment des sons difficiles à reproduire pour ceux qui ne les ont pas parlées dès l'enfance, à tel point que des personnes, même cultivées, conservent toute leur vie, dans leur prononciation, des particularités défectueuses de leur province ou de leur nationalité. Toutes les langues, en effet, apprises un peu tard, s'accommodent à l'idiome maternel, dont elles empruntent en grande partie le système phonétique.

Aussi, l'indigène de telle province ou de tel pays se trahit souvent, dès la première syllabe qu'il prononce. L'oreille

croit reconnaître dans les langues étrangères des sons voisins de ceux auxquels elle est habituée et n'est pas frappée de la différence. De plus, l'œil trompé aussi par l'écriture persuadera une identité qui n'existe pas. Mais l'auditeur, dont on parle la langue, ne partage pas les mêmes illusions. Il entend aussitot qu'il a affaire à un étranger. Ce ne sont pas les sons purs de sa langue.

Or, la phonétique expérimentale nous donne les moyens efficaces pour enseigner rapidement ce qui le plus souvent échappe à l'oreille. Bien plus, elle met à la portée de l'élève un contrôle continuel, qui lui permet de rectifier ses exercices pratiques.

Pour être parfaite, la prononciation d'une langue doit en reproduire et les sons et la mélodie.

Or, ces deux choses demandent à être enseignées par deux méthodes différentes.

Pour les sons, on montre comment se fait l'articulation, quels sont les organes qui y prennent part, et l'on indique les moyens les plus simples de les mettre en jeu.

Pour illustrer cette méthode, nous allons choisir les exemples exclusivement dans le français. On se rappellera, comme l'enseigne l'abbé Rousselot, que les procédés qui conviennent à une langue peuvent être facilement appliqués aux autres.

N mouillée française présente de grandes difficultés aux peuples de langue germanique: *agneau, vigne, campagne, poignée,* etc.

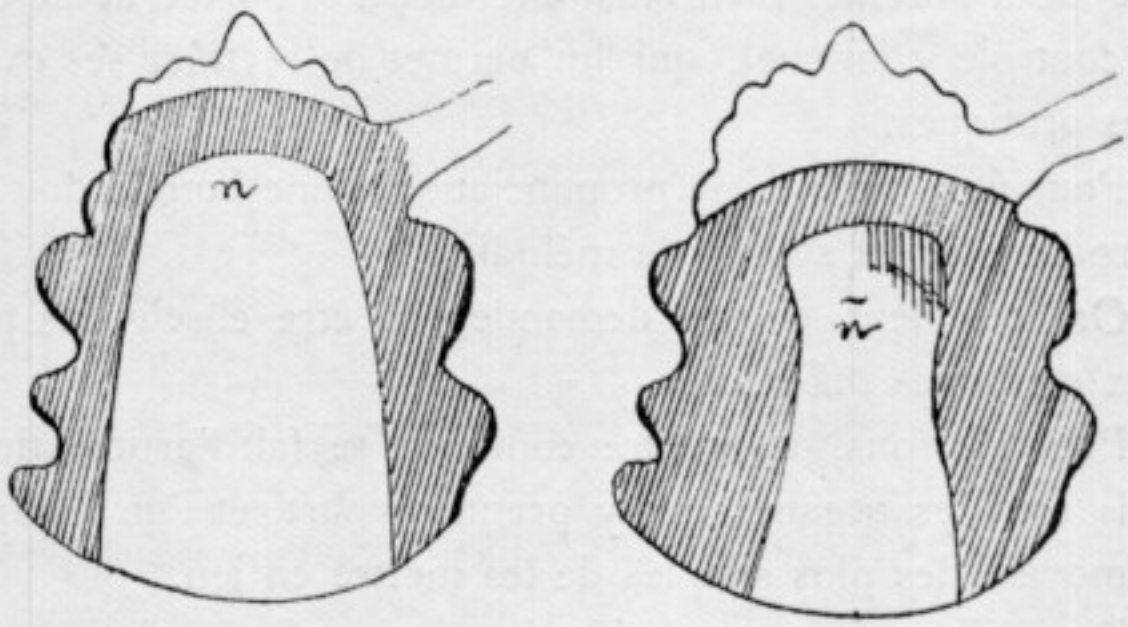
La consonne la plus voisine de ñ, que possèdent les allemands, est le *n* guttural. Mais on leur apprend depuis trois siècles à confondre notre ñ avec ny, ce qui est tout différent; il ne faut pas dire *aniau,* mais *agneau,* car notre verbe *nier* ne se prononce pas *gnier,* ni *Nièvre, gnièvre.*

Or l'appareil le meilleur et le plus simple pour enseigner notre ñ mouillée est le palais artificiel.

La partie ombrée représente le contact de la langue avec le palais.

Ces mêmes peuples germaniques prononcent *bain,* comme *pain* français. Leur *b* est à moitié sourd, à cause de l'effort exagéré de l'explosion et de la fermeture des lèvres, de même que leur *p* est suivi d'une explosion trop grande et d'une poussée d'air trop forte. La méthode graphique, en leur montrant leurs excès, les corrige vite.

Les Russes, comme les allemands, éprouvent aussi cer-



n dans *nier* — ñ dans *agneau*

taines difficultés à prononcer plusieurs sons français. Ainsi le français a des consonnes dures suivies d'un *i* ou d'un *u: nid, institut.* Les Russes les mouillent, c'est un défaut national, ils disent: ẽstitu, ñu, ñid, etc. Or l'articulation correcte peut facilement leur être enseignée par le palais artificiel.

Non seulement les Allemands et les Russes éprouvent une certaine difficulté à prononcer plusieurs sons français, mais les Anglais aussi sont souvent fort embarrassés pour prononcer, par exemple, notre *u* et notre õ. Ils disent *iou* pour *u* et *no* pour *non.*

Je les corrige en cinq minutes.

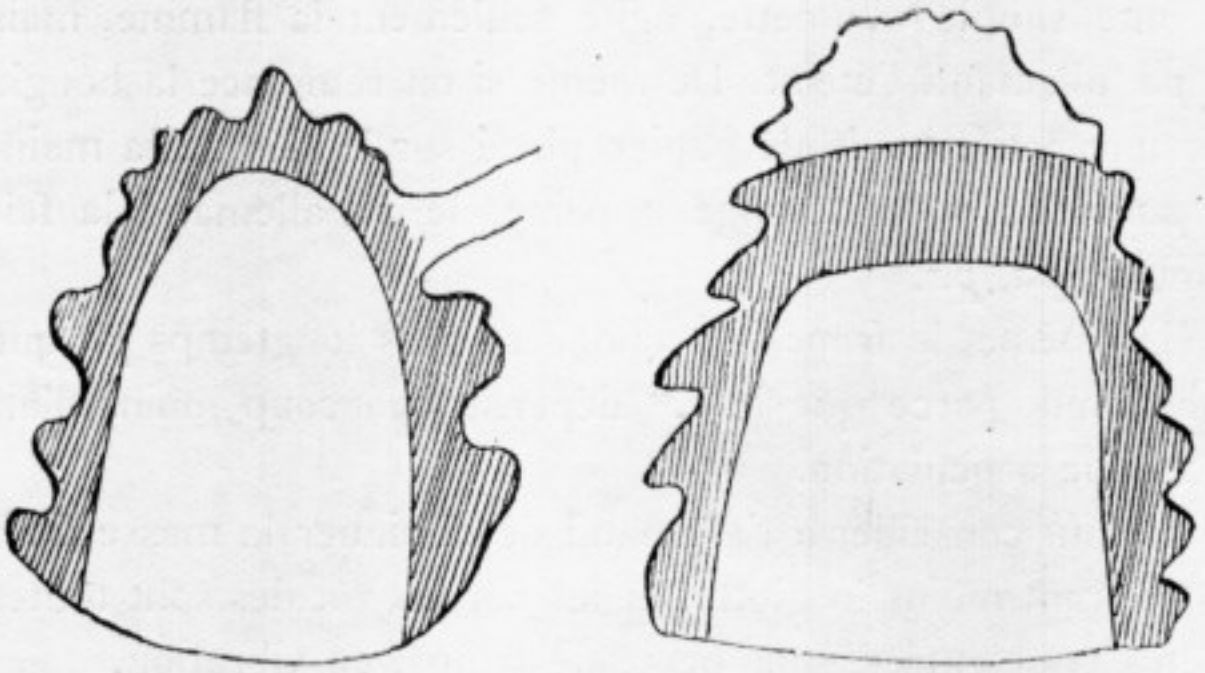
De même la prononciation de *t*, *ti* est caracteristique de l'anglais. En général, pour ces sons, l'articulation des anglais

est trop reculée. Il faut leur faire reporter la pointe de la langue vers les dents et articuler avec plus de force.

De même *l* des Anglais est aussi trop en arrière quand ils prononcent *l* français.

Il y a encore d'autres moyens pour enseigner *l* française aux Anglais, comme une petite ampoule avec un appareil indicateur.

Pareillement *l* anglaise à la finale est très sonore et presque vocalique. Cela vient de l'élévation exagérée, pour nous,



tr français *tr* anglais

de la racine de la langue. Il faut donc conseiller à l'anglais, qui veut prononcer *l* français, de porter la pointe de la langue en avant, plus même qu'il n'est nécessaire, et ainsi on provoquera l'abaissement voulu. On peut aussi conseiller très efficacement de faire suivre cette *l* d'un petit *e* muet. *L* alors cessant d'être finale, devient correcte, et l'*œ* que nous faisons entendre nous mêmes, dans une prononciation énergique, n'a rien de déplaisant: solennel*œ*, immortel*œ*.

Les étrangers sont aussi bien embarrassés pour prononcer l'*r* français. Ils ont le choix entre l'*r* dentale ou roulée et l'*r* grasseyée. Le plus simple est de leur conseiller l'*r* le

plus proche de ces deux *r* français. Au XVI^e^ siècle les dames de Paris prononçaient l'*r* comme *z*, et disaient: (mon mazi est à Pazis) pour: (mon mari est à Paris). On s'est tant moqué d'elles, que les Parisiennes, pour se corriger, au lieu d'élever un peu le bout de la langue pour prononcer *r*, ont élevé le dos de la langue, et l'*r* est devenue grasseyée: (mon mari est à Paris).

Les peuples d'origine germanique: allemands et anglais, prononcent aussi mal les occlusives sourdes françaises: *k*, *t*, *p*. Ainsi une syllabe pa française, émise devant une petite bougie ou une simple allumette, agite seulement la flamme, mais le *pa* allemand l'éteint. De même si on remplace la bougie par une petite boule de papier placé sur le dos de la main, le *pa* français la dérange à peine, le *pa* allemand la fait tomber: *pa, pa.*

De même, le français prononcera plus longtemps *pa* que l'allemand, parce que le 1.^er^ dépense beaucoup moins d'air à chaque articulation.

Il faut conseiller à l'allemand de diminuer la masse d'air en ouvrant moins la glotte, et les cordes vocales sont toutes prêtes pour entrer, sans perte de temps, en vibration.

Pareillement, les occlusives sonores françaises *g, d, b* sont d'une imitation fort difficile pour les peuples de langue germanique, surtout pour les indigènes de l'Alsace, du centre et du sud de l'allemagne, pour dire: mes *gants,* mes *dents,* un *bain,* ils prononcent: mes *camps*, mes *temps,* un *pain.* Toute la difficulté réside en ce que le larynx doit entrer en vibration pendant l'occlusion.

Pour obtenir ce résultat, il faut conseiller de modérer l'articulation et de porter tout l'effort sur le larynx pour le faire entrer en vibration pendant l'occlusion.

Je pourrais aussi parler de la façon de prononcer correctement les nasales françaises. Je n'en dirai qu'un mot. *n* est tombé à la finale en français: *bõ,* et dans le Midi *bôn,* mais

il est reste à l'intervoralique *boune*, tandis qu'il est tombé même dans cette position en portugais : Conimbra, Coímbra ; Lisbona, Lisbôa ; bona, bôa, etc.

La phonétique expérimentale peut aussi être employée à la thérapeutique, c'est à dire à l'art de guérir.

Je suis un des premiers, sinon le premier, à avoir appliqué la phonétique expérimentale à l'*éducation des sourds-muets*.

Dès l'année 1899, j'ai parlé, dans un discours des prix à à l'Institution Saint-Cyr de Nevers, de ma méthode ; et, en février 1900, l'abbé Rousselot me demanda un compte-rendu de mes expériences qu'il publia dans sa Revue *La Parole*, p. 65-85.

J'étais parti de ce principe : l'apprentissage de la parole se fait au moyen de l'oreille, et les muets ne parlent pas, parce qu'ils n'entendent pas. Si l'on pouvait leur faire voir le son, qu'ils n'entendent pas, et guider les mouvements des organes phonateurs par la vue, ils apprendraient le langage. La vue chez eux remplacerait l'oreille.

Je construisis de petits appareils destinés à montrer le travail caché des organes de la parole, qui communiquaient leurs mouvements ou leurs vibrations à des ampoules et à des tambours, qui indiquaient les sons à produire sur un tableau placé en face des aiguilles.

Ainsi, quand le sourd-muet prononce un son, il se rend compte, au moyen du tableau indicateur, si le son est exact.

J'ai commencé par les sons les plus faciles : *a, é, i, u, o, u* (ou).

Puis les labiales : *p, b, m, f, v.*

Les nasales *ã, ẽ, õ.*

Les dentales : *t, d, n, s, z*, en montrant les vibrations nasales, qui sortaient par le nez, au moyen d'une petite plume collée sur un tambour, ou bien en les leur faisant sentir avec

le doigt placé sur le nez, quand ils prononçaient *ã, ẽ, õ, m, n.*

Puis *ch, j, k, g,* etc.

On peut voir tous ces appareils représentés dans la *Parole.*

Les *aphasiques* sont les personnes qui ont perdu l'usage de la parole par suite de maladie et d'accident.

On refait leur éducation de la parole d'après les mêmes principes, en leur réapprenant les sons, en commençant par les plus faciles, et en procédant toujours d'un son voisin à un autre son voisin.

Les *hystériques* sont des personnes nerveuses, auxquelles il faut rendre la confiance. Il faut commander avec un ordre énergique et leur persuader qu'elles n'ont qu'un léger effort à faire pour recouvrer l'usage de la parole. Il importe de commencer par les articulations les plus faciles et de passer successivement aux autres suivant leurs affinités. On demandera avec autorité la voyelle *a* d'abord seule, puis unie à des consonnes dans des syllabes simples : *ba, ma, na, ta, da.* Ensuite, d'autres mots, enfin des phrases.

Éducation des sourds. Gymnastique de l'ouïe.

Un sourd n'est pas complètement sourd. Il entend quelques sons. Pour explorer le champ auditif d'une oreille, on se sert du tonomètre de Koenig. Cet appareil se compose d'une collection de diapasons avec résonateurs, permettant de reproduire tous les sons, de déterminer les résonances et de vérifier les synthèses avec des intervalles extrêmement petits et des variations d'intensités mesurables. Cette collection comprend 169 diapasons, chacun muni d'un curseur, excepté les 33 plus aigus. Elle peut donc, grâce à ces curseurs ou poids glissants, donner toutes les vibrations de toutes les gammes perceptibles, et bien au delà, puisqu'elle va de 16 vibrations doubles à 90.000! Cette précieuse collection de diapasons, merveilleux outillage de précision et arme scien-

tifique de premier ordre dans le domaine de l'acoustique, appartient actuellement à l'Institut catholique de Paris (1).

Mais l'éducation de l'oreille ne peut se faire utilement, par l'emploi de ces diapasons, que si l'organe ne réclame pas le secours de la médecine et si l'état général de la santé est satisfaisant. Le phonéticien ne vient qu'après le médecin on concurremment avec lui.

D'ordinaire, celui qui devient sourd, commence par ne plus entendre les sons graves. Aussi, si vous prononcez les voyelles *a, é, i, o, u* (*ou*), *u,* il est bien rare que le sourd distingue *u* (*ou*).

Si les voyelles seules sont perçues et non les consonnes, il y a des lacunes aux environs de 1000 v. d.

Le champ auditif des oreilles une fois examiné au moyen du tonomètre, il est facile de voir les points faibles. Ainsi, par exemple, un sourd entend 1500 vibrations et pas 2000; 800 et pas 500; 350 et pas 200, etc.

Or, l'éducation de l'oreille, a pour but de combler ces lacunes par des rappels à l'activité ou des suppléances.

Pour exercer le patient, il faut partir des sons qu'il entend, puis monter ou descendre progressivement en exerçant l'oreille par les diapasons, et peu à peu ces lacunes sont comblées par l'exercice.

L'éducation des sourds se fait, comme toutes les éduca-

---

(1) Ce tonomètre était logé provisoirement, 63 Rue Violet, dans le pavillon du Chanoine Meunier, directeur de la Clinique Chanoine--Rousselot pour la correction des vices du langage et la rééducation des sourds. Le docteur Arthur Vernes, directeur de l'*Institut Prophylactique* de Paris, vient d'offrir l'hospitalité à ce fameux tonomètre et à ses résonateurs, en accordant deux belles salles au Chanoine Meunier dans ce vaste Etablissement, reconnu d'utilité publique, fondé à l'Hôtel de Ville de Paris avec le concours de l'État, 36–38 Rue d'Assas. C'est là, près de l'Université Catholique, que sera transférée, dès le 1.er janvier 1927, la Clinique Chanoine-Rousselot.

tions qui, en prenant pour base la possibilité physiologique actuelle, enrichissent le fonds antérieur par de minimes, mais constantes acquisitions. Ce n'est pas des lacunes, mais de la partie saine de l'oreille qu'il faut partir.

Dans bien des cas il est même nécessaire de procéder vibrations par vibrations, et même, dans les sons graves, par fractions de vibrations.

Une vie calme et paisible, à l'abri de soucis, est une condition indispensable de succès.

L'éducation de l'oreille n'est pas malheureusement l'œuvre d'un jour. Il y faut de la patience et du temps. Et le succès n'est pas toujours assuré. Cela dépend de la gravité et de l'ancienneté du mal. Cependant, des exercices acoustiques bien conduits, alors même qu'ils n'auraient pas eu de résultats pratiques bien appréciables, servent toujours, ne serait-ce qu'à retarder les progrès du mal. Mais quand l'organe ne se prête pas à une éducation réellement efficace, on ne tarde pas à s'en apercevoir. La lenteur des progrès, s'ils sont constants, ne doit pas décourager, c'est plutôt un pronostic favorable.

On se rend compte des progrès au moyen d'une montre à secondes, en voyant le temps pendant lequel on entend les vibrations d'un mois à l'autre. On s'en rend compte aussi par la distance. Si les vibrations sont entendues d'abord à 0,20 centimètres et ensuite à 0,50, 1 mètre ou 2 mètres.

Les personnes âgées, qui ont depassé la cinquantaine peuvent bénéficier, dans une mesure plus ou moins large, des exercices acoustiques. Mais ce sont surtout les jeunes et les enfants qu'il y a intérêt à soigner. On prévient ainsi des surdités précoces, qu'il serait plus tard difficile d'enrayer.

Les vices de prononciation sont des indices certains que l'oreille offre des défectuosités. C'est le cas de les rechercher et de les guérir. Quelquefois le seul exercice de la parole correcte suffit à améliorer l'oreille. C'est sans doute pour

ce motif que les articulations étrangères ne sont bien entendues que si l'on a appris à les reproduire, et que c'est redresser l'oreille que de corriger ou d'enseigner les mouvements articulatoires. Mais parfois le mal est plus profond et demande l'excitation plus énergique des diapasons.

Le motif qui fait préférer les diapasons aux autres sources sonores, c'est qu'ils produisent des sons simples d'une intensité qu'on peut facilement modérer ou augmenter et même renforcer considérablement, au moyen de puissants résonateurs, qui en sont le complément indispensable, surtout pour les notes graves.

VICES DE PRONONCIATION

Les vices de prononciation sont *organiques* ou purement *fonctionnels*.

1.° Les *vices organiques* les plus communs sont dus à une perforation du palais et à une insuffisance du voile. Toutes les articulations sont alors nasalisées: les *p*, les *b* deviennent des *m*; les *t*, les *d*, des *n*. Les voyelles pures paraissent moins altérées parce qu'elles supportent toutes un peu de nasalité. *Papa* et *baba* sont *mama*, et *ton* et *don* deviennent *non*.

Le 1.er remède consiste en une bonne opération chirurgicale, qui sera suivie d'une rééducation totale de la parole; car l'enfant gêné par son infirmité n'a pu l'apprendre correctement. Si la substance manque et qu'il ne soit pas possible de fermer la voie nasale, le résultat sera forcément imparfait. On pose alors un palais artificiel muni d'une lame de caoutchouc en guise de palais.

2.° Les *vices fonctionnels* peuvent aussi intéresser le voile du palais. Cet organe peut ne présenter aucune défectuosité apparente, alors qu'on est affligé de nasonnement; on entend par exemple la *glwãre* pour *la gloire*.

Pour amener le voile du palais à un fonctionement normal, on peut faire souffler dans des trompettes, éteindre des bougies à des distances plus ou moins longues, ou bien placer dans l'une des narines une olive reliée à un tambour indicateur, boucher l'autre et souffler en faisant effort pour que le levier reste immobile.

Chez d'autres personnes, ce sont justement les consonnes nasales qui font défaut. Le remède est le même: il faut montrer les mouvements du voile du palais: *a*, *ã*; *o*, *õ*; *é*, *ẽ*.

Mais les vices les plus communs dépendent de la langue, qui, mal guidée au début par une oreille peu sensible, n'a pas trouvé les vraies places de certaines articulations.

Plusieurs de ces défauts ont reçu des noms. Ce sont:

1.° le *zézaîment* qui transforme le *ch*, *j*, en sifflantes *s*, *z*: un *sat* pour un *chat*, un *sou* pour un *chou*, un *zouzou* pour un *joujou*.

Ce défaut est commun aux enfants et ne disparait pas toujours avec l'âge.

Pour le corriger, il faut reculer un peu la langue et en élever la pointe.

2.° Un autre défaut c'est la *blésité*, qui consiste à prononcer *s*, *z* avec la langue allongée entre les dents.

Tous ces défauts et d'autres nombreux sont facilement guéris par un phonéticien.

Je vous rapporterai seulement deux guérisons, qui remontent à près de trente ans. Un de mes élèves confondait deux sons en apparence assez éloignés: *s* et *f*. Au lieu de dire *s* en touchant avec sa langue le bord de l'arcade dentaire, il prononçait cette lettre avec les lèvres, et la sifflante *s* se confondait pour lui avec la labiale *f*. Ainsi dans sa bouche *chaussons* ressemblait à *chauffons*, son ami *Suisse* était devenu *Fuife*, et *comme ça* était pour lui *cofa*. Aussi, au collège, ses petits camarades se moquaient de lui et le surnommaient *Cofa*. Cet enfant avait été souvent repris par ses parents

d'abord, et par ses maîtres ensuite. On l'avait même conduit chez les médecins: l'un lui avait coupé plus avant le fil de la langue, un autre lui avait limé les dents. Ces opérations avaient fait souffrir le patient, sans aucun résultat pratique, et rien n'avait pu vaincre sa mauvaise habitude. Ses efforts n'aboutissaient qu'à des contorsions de visage et à des grimaces affreuses. Son oreille ne distinguait pas ces deux phonèmes et il ignorait les mouvements organiques qu'il fallait exécuter pour prononcer *s*. Après lui avoir montré d'un côté, au moyen de la méthode graphique, la différence qui existe entre *chauffons* et *chaussons,* et d'un autre, les mouvements de la langue pour *s* laissés sur le palais artificiel, il fut guéri au bout de quelques jours d'exercice.

Le deuxième exemple, que je vous apporterai, concerne le courrier de la Charité sur Loire à Chaulgnes, mon pays natal. Cet homme confondait *ch*, *s* et *t*. Il n'avait que le son *t* pour représenter ces trois phonèmes. Il prononçait *champ* comme *temps, sa* comme *ta* et *chien* comme *tien.* En même temps que ce courrier apportait les lettres de la Charité à Chaulgnes, il se chargeait aussi de faire les commissions des paysans à la ville, moyennant une petite rétribution de 25 centimes. Comme, dans son langage, 25 centimes ou 5 sous était devenu *tinq tous,* les habitants de Chaulgnes et même ceux de la Charité ne le connaissaient que sous le nom de *Tintou.*

Pour faire distinguer à cet homme les trois phonèmes qu'il confondait, j'employai encore le palais artificiel et lui indiquai brièvement les mouvements organiques qu'il devait exécuter. Après quelques séances d'exercices, et grâce à son palais artificiel, qui lui indiquait la place, où il devait mettre la langue, le succès ne se fit pas attendre et le courrier distingua vite et prononça distinctement *ch*, *s*, *t*, trois sons qu'il confondait auparavant. Ses vices de prononciation disparurent, mais il garda toujours son surnom de *Tintou.*

Je pourrais multiplier les exemples, car la phonétique

expérimentale a déjà guéri de nombreux vices de prononciation.

Bien plus, elle est capable de guérir très souvent aussi le *bégaiement*. Dans cette infirmité, c'est d'abord l'appareil respiratoire qu'il faut soigner. Grâce aux conseils du phonéticien, le bègue apprend à respirer tranquillement, à émettre les sons les plus faciles, à s'arrêter net, si une syllabe fait obstacle, à respirer de nouveau et à ne reprendre la parole que quand l'équilibre fonctionnel aura été complétement rétabli. Les exercices respiratoires, les exercices vocaux bien dirigés suffisent, d'ordinaire, à quiconque possède une forte dose de bonne volonté, pour le guérir assez rapidement du bégaiement.

Non seulement la phonétique expérimentale peut corriger les vices de prononciation et guérir les bègues, mais elle peut aussi aider à faire le diagnostic de certaines maladies et insinuer des méthodes de gymnastique propres à les guérir et à contrôler les résultats.

Par l'étude des tracés que laisse la parole, elle peut même prévoir la parésie des cordes vocales, qui, dans cette affection, s'affrontent mal, et le phonéticien l'aperçoit aussitot dans les graphiques.

Il n'est pas rare que les personnes sourdes souffrent de *bourdonnements* d'oreilles, qui entravent beaucoup l'audition. Or, l'oreille bourdonnante peut être assimilée à une meule tournant sans avoir de grain, à un estomac grondant par manque de nourriture. Il suffit très souvent de lui donner la nourriture couvenable, le son correspondant à ses bourdonnements, pour l'amener peu à peu, par un fonctionnement normal, à rentrer dans le repos, dès que l'excitation extérieure cesserait. Pour cela, il faut faire entendre les diapasons avec les résonateurs, qui produiront un effet calmant, de préférence les diapasons de 200, 185, 50 vibrations.

A ces avantages médicaux je puis ajouter les progrès

que la phonétique expérimentale a fait faire au téléphone. En effet, la phonétique sait d'avance les sons qui passent ou ne passent pas dans les communications téléphoniques. Elle peut donc y remédier jusqu'à une certaine mesure. Quand sur les pressantes sollicitations de mon ancien maître, j'arrivai à Paris, pour l'aider dans ses travaux, il y aura sept ans en octobre prochain, on avait souvent occasion, dans la maison que j'habite encore, de demander *Passy* au téléphone, et la téléphoniste, trois fois sur cinq, donnait *Saxe*. Après que j'eus démontré, en théorie, comment *Passy* se confond avec *Saxe*, l'administration des téléphones, qui en était convaincue pratiquement, remplaca *Saxe* par *Ségur*. Depuis, il n'y a plus de confusion possible, les deux voyelles de *Passy* et de *Ségur* étant différentes, avec, en plus, deux consonnes sonores dans ce dernier mot.

Bien plus, la phonétique expérimentale intervient même dans les procès. Elle en a déjà fait gagner deux et elle en fera gagner bien d'autres. A cette occasion, permettez-moi de vous lire une lettre, que M. Léon Bérard, ancien Ministre de l'Instruction publique, m'écrivait le 13 février dernier:

CHAMBRE DES DÉPUTÉS

Paris le 13 de février 1926

MONSIEUR LE CHANOINE

L'histoire décidément ne cesse pas de recommencer. Il y a vingt et quelques années je consultais votre illustre Maitre, M. l'abbé Rousselot, sur une question de droit compliquée d'une question phonétique. C'est un service de même ordre, que je me permets de solliciter aujourd'hui de votre autorité et de votre obligeance. Alors, il s'agissait de phonographes; il s'agit aujourd'hui de marques de fabrique.

Un négociant de Bordeaux est titulaire d'une marque de fabrique consistant en cette dénomination Négrita et qui lui sert à désigner un Rhum dont il fait commerce Il prétend qu'un autre négociant en Rhum, mon client, lui fait une concurrence illicite en usant d'une marque essentiellement constituée par la dénomination Pépita. Mon adversaire soutient

qu'il y a entre Négrita et Pépita des ressemblances graphiques et phonétiques suffisantes pour entraîner des confusions dans l'esprit de la clientèle.

En réalité la réclamation ne me paraît pas sérieuse. J'ai à y opposer divers moyens de fait et de droit, celui-ci notamment que je vous prie de remarquer: c'est qu'en vertu d'un usage universel et fort ancien on se sert très généralement, dans l'industrie et le commerce du Rhum, de dénominations à désinence en -ita. Cependant, et puisqu'il est question une fois de plus, en justice, de votre science, j'oserai vous prier de me dire en quelques lignes qu'elles sont, au point de vue phonétique et sonore, les différences caractéristiques par lesquelles s'opposent Négrita et Pépita. La tendance de l'adversaire est de soutenir que dans ces deux vocables les voyelles seules comptent et non pas les consonnes Ce doit être peu scientifique.

Veuillez excuser mon indiscrétion, l'exemple de l'abbé Rousselot m'a prouvé qu'il n'y avait pas de petite question pour un savant. Et croyez, je vous prie, Monsieur le Chanoine, à l'assurance de mes sentiments les plus distingués et dévoués. — *Léon Bérard.*

Le jour même j'envoyai à M. Léon Bérard la réponse suivante:

Monsieur le Ministre:

Vous voulez bien me consulter sur une question de phonétique, à propos de marques de fabrique. Vous me demandez (au point de vue phonétique et sonore), les différences caracteristiques par lesquelles s'opposent Négrita et Pépita.

En général, tout le monde sait que dans les mots les voyelles sont l'élément le plus sonore et aussi le plus facilement transmis, soit par les ondes aériennes: voix et téléphonie sans fil, soit par les vibrations des simples téléphones.

Mais, il n'en est pas de même des consonnes. D'abord, parce que leur audibilité est moins grande, et ensuite surtout parce que leur transmission est moins fidèlement rendue. Cependant, si quelques consonnes, les sourdes en particulier — et même pas toutes les sourdes — peuvent être souvent confondues dans le téléphone, et quelquefois dans le simple langage articulé, il en est d'autres, qui ont un pouvoir sonore comparable aux voyelles elles-mêmes, et qu'il est difficile de confondre. Il ne faut donc pas dire (que les voyelles seules comptent dans un mot). Les

consonnes aussi, certaines du moins, dans la transmission de la parole, jouent un rôle, et parfois très grand.

Sans doute, les méfaits du téléphone, dans la transmission de la voix, sont nombreux, et le demeureront toujours, quelque perfectionnement qu'on puisse apporter aux appareils récepteurs et transmetteurs. J'en ai recueilli de nombreux exemples, que j'espère exploiter bientôt, et cela depuis la guerre Russo-Japonaise jusqu'à l'affaire récente du curé de Bombon. Ce jour là, certains correspondants de journaux ont entendu au téléphone et fait imprimer: (Notre Dame des *Fleurs*, pour Notre Dame des *Pleurs*).

Quoiqu'il en soit, pour les deux mots en question Négrita et Pépita, bien que la finale -ita soit identique, et que les trois voyelles E I A soient pareillement identiques et dans le même ordre, les deux mots seront toujours ***distincts et reconnaissables*** au point de vue phonétique et sonore, et cela à cause des consonnes différentes qui les accompagnent.

On doit remarquer, en effet, que Pépita ne contient que des consonnes sourdes, c'est à dire qui ne passent pas au téléphone, tandis que Négrita renferme, en plus du T sourd commun, ***trois autres consonnes sonores différentes***, dont N et R. Or, ces deux dernières consonnes sont rangées, depuis les grammairiens anciens, parmi les lettres liquides, c'est à dire celles qui coulent facilement, qui sont tellement sonores que souvent elles se transforment en voyelles, et cela non seulement dans les langues étrangères, mais aussi en français.

Par conséquent, il ne saurait y avoir de confusion possible entre Négrita et Pépita malgré l'identité des voyelles et leur ordre commun, d'abord au point de vue graphique, pour quiconque sait lire, et ensuite, pour quiconque n'est pas sourd, au point de vue phonétique et sonore, c'est à dire dans le téléphone ou bien dans la T. S. F. Dans Pépita on entend les voyelles E I A, chacune précédée d'un élément sourd explosif difficile à rétablir, pour quiconque ignore ce mot, tandis que pour Négrita tous les sons passent, excepté le T. En sorte que la finale seule — ITA est identique au point de vue acoustique comme au point de vue graphique, mais les premiers éléments de chaque mot suffisent pour les différencier. Ces deux mots résonneront donc différemment dans leur ensemble et sans prêter à confusion. Et si, comme vous le dites, (en vertu d'un usage universel et fort ancien on se sert très généralement, dans l'industrie et le commerce de Rhum, de dénominations à désinence en — ITA) la confusion finale du mot n'a aucune importance même pour l'oreille, pas plus qu'elle n'en a dans l'écriture pour les yeux, la tête du mot suffisant pour les distinguer.

Daignez agréer, Monsieur le Ministre, avec mes hommages respectueux mes sentiments tout dévoués. — *J. M. Meunier.*

Inutile de dire que, grâce encore à la phonétique, l'avocat M. Léon Bérard gagna cette seconde cause comme la première.

Non seulement la phonétique expérimentale peut être appliquée très fructueusement à l'étude des langues étrangères, à la thérapeutique, à la correction des vices du langage, à la rééducation des sourds et aux procès, mais de plus, pendant la guerre, elle a servi à la défense nationale.

Mon illustre maître, l'abbé Rousselot, crut pendant la guerre de 1914, que ses appareils, primitivement construits pour recevoir uniquement les ondes sonores de la voix, pouvaient aussi enregistrer les bruits des canons. Il commença par les modifier suivant les besoins. Plusieurs tambourins électriques, armés de membranes de différente tension et d'épaisseur variée, furent installés sur le chariot d'un cylindre enregistreur. Les expériences donnèrent pour la 1.ère fois en septembre 1915, l'image des trois sons caractéristiques d'un coup de canon: le coup de départ, le sifflement de l'obus et son explosion, permettant de déterminer, de la façon la plus précise, au moyen de ces ondes enregistrées, l'emplacement des canons, le nombre des pièces et leur calibre. Continuées plus tard ces expériences contribuèrent au repérage des Berthas.

Avec de nouveaux appareils, placés dans la coque des navires, l'abbé Rousselot découvrait aussi une méthode pour le repérage des sous marins.

Ainsi, la phonétique, pacifique de sa nature, conduisit l'abbé Rousselot à la *Balistique* et à la *défense nationale*.

Ce que je viens de vous dire suffit pour vous démontrer que la phonétique expérimentale, qui enregistre les sons, les étudie, les analyse en les mesurant avec une précision mathé-

matique, n'est pas seulement une science purement *spéculative,* mais qu'elle sait aussi descendre à la *pratique.* Grâce à elle on peut pénétrer non seulement plus intimement dans la connaissance du mécanisme du langage, le plus beau des dons que Dieu ait départis à l'homme, on peut connaître mieux les lois de la transmission de la parole et de ses modifications, mais de plus, la phonétique expérimentale est capable de nous apprendre rapidement et correctement les sons difficiles des langues étrangères. En outre, elle a des applications médicales variées. Elle vient facilement à bout des vices de prononciation, souvent elle corrige le bégaiement, et grâce au fameux tonométre de Koenig elle peut, la plupart du temps, améliorer les oreilles malades, sinon guérir complétement les sourds. Ces avantages pratiques, ajoutés à d'autres scientifiques de premier ordre, doivent être pour nous l'occasion de temoigner, à l'lilustre français, qui a créé la phonétique expérimentale, notre admiration et notre reconnaissance.

J. M. Meunier

TEORIA GERAL
DA INTEGRABILIDADE RIEMANNIANA

(Cont. do n.º 1, pag. 43)

V. — PROPRIEDADES DO INTEGRAL

18. — **O integral duma constante.** — Êste integral é manifestamente igual ao produto da constante pela medida do domínio D, como resulta da definição construtiva das somas σ.

Mais geralmente, *o integral do produto kf é igual ao produto da constante k pelo integral de f*:

$$\int_{D} kf dD = k \int_{D} f dD,$$

podendo pois as constantes sair de debaixo do sinal de integração. É também uma conseqüência imediata da mesma definição.

19. **Máximo possível do módulo dum integral.** — Se M fôr o módulo máximo de f em D e σ uma soma qualquer relativa a f e à decomposição D_i, a soma σ de M, também relativa à decomposição D_i, não pode nunca ser excedida pelo valor absoluto da primeira. Logo, *o módulo do integral de f não pode*

exceder o integral do módulo máximo de f, e teremos

$$\left| \int_{D} f dD \right| < Md.$$

20. **O integral da soma.** — Já vimos que a soma era integrável, quando o fôssem as suas parcelas; e, para achar a relação existente entre os respectivos integrais, bastará certamente considerar o caso de serem duas as parcelas. Ora, qualquer soma σ relativa a $f_1 + f_2$ desdobra-se aditivamente em duas somas do mesmo tipo, uma relativa a f_1, outra respeitante a f_2. Logo, *o integral da soma é igual à soma dos integrais das parcelas.*

Esta proposição tem uma grande importância em todo o cálculo integral, visto permitir a substituïção do cálculo do integral de f pela indagação de outros integrais mais facilmente calculáveis. Nela se baseia o *método de integração por decomposição em elementos simples,* cuja prática consiste precisamente em efectuar tal substituïção.

21. **Integração das séries uniformemente convergentes.** — Sob o ponto de vista do cálculo integral, *estas séries comportam-se como somas, podendo ser integrados têrmo a têrmo.* O teorema que estabelece êste resultado não é mais do que a generalização do precedente e pode demonstrar-se do modo seguinte.

Se, na igualdade

$$\int_{D} f dD - \int_{D} S_n dD = \int_{D} R_n dD,$$

supusermos $n > n_1$, será

$$|R_n| < \frac{\delta}{d}$$

e, portanto,

$$\left| \int_D R_n \, dD \right| < \vartheta.$$

Logo, teremos

$$\int_D f \, dD = \lim_{n=\infty} \int_D S_n \, dD = \lim_{n=\infty} \left[\int_D f_1 \, dD + \ldots + \int_D f_n \, dD \right]$$

$$= \int_D f_1 \, dD + \ldots + \int_D f_n \, dD + \ldots$$

Esta proposição, como o teorema correspondente do n.º 17, admite um ennunciado um pouco diferente.

Se as funções integráveis

$$f_1, \quad f_2, \quad \ldots \quad f_n, \quad \ldots$$

convergirem nniformemente para o seu limite f, os integrais correspondentes

$$\int_D f_1 \, dD, \quad \int_D f_2 \, dD, \quad \ldots \quad \int_D f_n \, dD, \quad \ldots$$

convergirão também para o integral limite

$$\int_D f \, dD.$$

Os símbolos de integração e limite são, portanto, permutáveis, no caso de a convergência ser uniforme.

22. **Subdivisão do dominio D.** — *Decompondo* D *em dois ou-*

tros domínios mensuráveis D′ *e* D″, *a soma dos integrais de f em* D′ *e* D″ *reproduzirá o integral de f em* D.

Observando, em primeiro lugar, que *f* é integrável em qualquer porção mensurável dum domínio em que tenha um integral, notemos também que adicionando duas somas σ de *f*, uma relativa a D′, outra relativa a D″, obteremos uma soma σ de *f* respeitante ao domínio primitivo D. Logo, virá

$$\int_{D} f\,dD = \int_{D'} f\,dD' + \int_{D''} f\,dD''. \qquad (D = D' + D'').$$

Mediante nova subdivisão operada sôbre D′ e D″, generaliza-se esta proposição para o caso de se decompor D em um número qualquer de domínios parciais.

23. **Importância do comportamento da função nos seus pontos de continuïdade.** — Dissemos, no n.º 13, que os pontos de continuïdade duma função integrável formavam um conjunto denso no campo de integração. Este facto tem uma importância capital no estudo das propriedades do integral, visto ser possível formar uma infinidade de sucessões σ), sem utilizar os pontos singulares da função integranda. Da simples análise do comportamento duma função ao longo do conjunto dos seus pontos de continuïdade, tiram-se variadíssimos teoremas sôbre as propriedades do seu integral.

Limitar-nos hemos aqui a ennunciar os de mais util aplicação.

24. **Funções diferentes com o mesmo integral.** — Se as funções *integráveis* f_1 e f_2 coincidirem ao longo dum conjunto denso em D, os seus integrais coïncidem também. É uma conseqüência imediata da primeira definição de integral, pois que é possível construir sucessões σ), utilizando apenas pontos em que as duas funções coincidam.

Em particular, se a função limitada f_2 fôr igual à função integrável f_1 em todos os pontos em que a oscilação desta última não exceda um positivo qualquer α, f_2 é integrável e o seu integral coincide com o de f_1, pois que a primeira função só pode ser descontínua onde a segunda o seja.

Seria, porém, êrro generalizar esta conclusão para $\alpha = 0$, porquanto podem obter-se funções limitadas não integráveis, alterando apenas os valores duma função integrável nos pontos em que ela é descontínua. Basta observar, com efeito, que as funções transformadas podem ser descontínuas em todos os pontos do domínio de integração. Podemos apenas afirmar que as funções transformadas, que sejam integráveis, possuem todas o mesmo integral.

25. **O integral das funções positivas.** — Se entre as funções integráveis f_1 e f_2 existir, ao longo dum conjunto denso em D, uma relação da forma

$$f_1 > f_2,$$

o integral de f_1 não é, certamente, inferior ao de f_2: *mas, se, nesse conjunto, houver um ponto em que a função*

$$f = f_1 - f_2$$

seja contínua, então o integral de f_1 é maior do que o de f_2.

Efectivamente, como a função f é positiva ao longo dum conjunto denso, o seu integral, quer em D, quer em alguma das suas partes, não poderá nunca ser negativo; mas êsse integral é necessàriamente positivo num pequeno domínio à volta dum ponto P′ de continuïdade, visto que, na porção de D interior a uma pequena esfera de centro em P′, essa mesma continuïdade permite escrever

$$f(\mathrm{P}) > \frac{1}{2} f(\mathrm{P}'),$$

e o integral de f não poderá, aí, ser inferior ao da constante positiva $\frac{1}{2} f(P')$. Logo, o integral de f, em D, é positivo e, portanto, vem

$$\int_D f_1(P)\, dD > \int_D f_2(P)\, dD.$$

Em particular, o integral duma função não negativa não poderá ser nulo, sem que a função se anule em todos os seus pontos de continuïdade; e *o integral duma função positiva é sempre positivo.*

Como aplicação importante desta doutrina, registemos a relação

$$\left| \int_D f(P)\, dD \right| \leqq \int_D |f(P)|\, dD,$$

na qual a igualdade só é possível, quando f guarde um sinal invariável nos pontos em que fôr contínua.

26. **Teorema do valor médio.** — Sejam f e φ duas funções integráveis em D, onde a primeira admite os limites l e L e a segunda é nula ou positiva ao longo dum conjunto denso. Como, nos pontos dêsse conjunto, nenhuma das funções

$$(L - f)\varphi, \quad (f - l)\varphi$$

seja negativa, obtemos imediatamente as desigualdades

$$l \int_D \varphi\, dD \leqq \int_D f \cdot \varphi\, dD \leqq L \int_D \varphi\, dD,$$

que nos dão dois limites entre os quais está compreendido o integral do produto $f \cdot \varphi$. É muitas vezes útil exprimir êste

resultado debaixo da forma

$$\int_{D} f \cdot \varphi \, dD = k \int_{D} \varphi \, dD,$$

designando então k um número não superior a L, nem inferior a l.

No caso particular importante de φ se reduzir à unidade, vem simplesmente

$$\int_{D} f \, dD = kd = [l + \theta (L - l)] \, d,$$

pondo

$$0 \leqq \theta \leqq 1.$$

A constante k, tanto nesta fórmula como na precedente, *representa um valor da função* f, *tôdas as vezes que esta função seja contínua em* D.

Se o domínio D pudesse ser decomposto, para que qualquer valor de n, em n partes $D_1, \ldots D_n$, de medida comum $\frac{d}{n} = d_i$ e diâmetro arbitràriamente pequeno, a fracção

$$\frac{f(P_1) + \ldots + f(P_n)}{n} = \frac{f(P_1) d_1 + \ldots + f(P_n) d_n}{d}$$

representaria uma espécie de média dos valores de f nesse domínio, e, por outro lado, tenderia, quando n aumentasse, para o limite

$$\frac{1}{d} \int_{D} f(P) \, dD = k.$$

É êste o motivo por que se dá o nome de *teorema do valor médio* ou *teorema da média* à proposição que acabamos

de demonstrar: a constante k é, efectivamente, o limite para $n=\infty$ da média a que nos referimos.

VI. — VÁRIAS EXTENSÕES

27. **As somas σ generalizadas.** — O integral duma dada função não é apenas o limite das correspondentes somas σ: outras somas há que dêle se aproximam tanto quanto se queira.

Retomando, com efeito, a notação do n.º 15 e designando por

$$H_i^{(1)},\quad H_i^{(2)},\quad \ldots\quad H_i^{(k)},$$

quaisquer valores compreendidos entre os limites das funções integráveis

$$f_1,\quad f_2,\quad \ldots\quad f_k$$

no domínio D_i, verifica-se sem nenhuma dificuldade, reproduzindo o raciocínio do n.º 12, que a diferença

$$\Sigma\varphi(H_i^{(1)},\ \ldots,\ H_i^{(k)})\,d_i-\Sigma\varphi\left(f_1(P_i),\ \ldots\ f_k(P_i)\right)di$$

tende para zero com o diâmetro de D_i, logo que φ seja contínua.

Em particular, quando seja $k=1$ e $\varphi(f)$ se reduza a f, vê-se que o integral desta função pode calcular-se por meio de somas da forma

$$\Sigma H_i d_i, \qquad (l_i \lesseqgtr H_i \lesseqgtr L_i)$$

ou, mais particularmente ainda,

$$\Sigma l_i d_i,\quad \Sigma L_i d_i.$$

A estas últimas deu Darboux o nome de *soma inferior* e

soma superior relativas à função f e à decomposição que se considerou. Elas desempenham um papel muito importante no estudo elementar do problema da integrabilidade.

As somas

$$\Sigma = \Sigma \varphi(H_i^{(1)}, \ldots H_i^{(k)})\, di,$$

consideradas inicialmente, denominam-se *somas σ generalizadas ou somas Σ.*

28. **Integrais paramétricos.** — Seja $f(P, \alpha)$ uma função integrável em D, qualquer que seja o valor do parâmetro α no intervalo (α_0, A).

Pondo

$$\varphi(\alpha) = \int_D f(P, \alpha)\, dD$$

(pois que a cada valor de α corresponde um integral), procuremos as condições em que as propriedades de f a respeito de α se reflectem sôbre a função φ.

Em primeiro logar, é evidente que $\varphi(\alpha)$ será contínua tôdas as vezes que a desigualdade

$$|f(P, \alpha+h) - f(P, \alpha)| < \delta$$

seja uma conseqüência da limitação, independente de P,

$$|h| < \varepsilon,$$

pois que, nesse caso, virá

$$|\varphi(\alpha+h) - \varphi(\alpha)| = \left| \int_D [f(P, \alpha+h) - f(P, \alpha)]\, dD \right| < \delta D.$$

A verificação dessa desigualdade exige, porém, que a con-

tinuïdade de f em ordem a α se manifeste sempre do mesmo modo a respeito de P, pois que o número ε deve ser independente das coordenadas dêste ponto. Esta espécie particular de continuïdade, conhecida pelo nome de continuïdade uniforme, é manifestamente realizada quando f é contínua com relação ao grupo (P, α), mas apresenta-se também quando f admite uma derivada limitada em ordem a α, pois que se tem, então,

$$|f(\mathrm{P}, \alpha+h)-f(\mathrm{P}, \alpha)| = |hf'_\alpha(\mathrm{P}, \alpha+\theta h)| < \mathrm{M}|h|. \quad (0<\theta<1)$$

Neste caso, porém, pode-se ir geralmente mais longe, porquanto, recorrendo às igualdades

$$\frac{\varphi(\alpha+h)-\varphi(\alpha)}{h} = \int_{\mathrm{D}} f'_\alpha(\mathrm{P}, \alpha+\theta h)\, d\mathrm{D} = \int_{\mathrm{D}} f'_\alpha(\mathrm{P}, \alpha)\, d\mathrm{D} + \int_{\mathrm{D}} [f'_\alpha(\mathrm{P}, \alpha+\theta h)-f'_\alpha(\mathrm{P}, \alpha)]\, d\mathrm{D}$$

e aplicando a f'_α o que se disse a respeito de f, vê-se que o integral

$$\mathrm{H}(\alpha, h) = \int_{\mathrm{D}} [f'_\alpha(\mathrm{P}, \alpha+\theta h)-f'_\alpha(\mathrm{P}, \alpha)]\, d\mathrm{D}$$

tende para zero com h, e $\varphi(\alpha)$ tem derivada. Por conseguinte, se $f'_\alpha(\mathrm{P}, \alpha)$ fôr contínua com relação ao grupo (P, α) ou admitir uma derivada limitada $f''_{\alpha^2}(\mathrm{P}, \alpha)$, teremos

$$\varphi'(\alpha) = \int_{\mathrm{D}} f'_\alpha(\mathrm{P}, \alpha)\, d\mathrm{D},$$

resultado que se enuncia ràpidamente dizendo que *o integral da derivada é igual à derivada do integral.*

No caso de nos interessar apenas a derivabilidade de $\varphi(\alpha)$ num ponto $\alpha = \alpha_1$, é manifesto que as nossas hipóteses podem limitar-se, na parte relativa a α, às vizinhanças do ponto α_1 considerado.

Esta doutrina, que se generaliza fàcilmente para o caso de a função integranda depender dum maior número de parâmetros, dá origem a aplicações do mais alto interêsse teórico e prático, como veremos no capítulo seguinte.

29. **Integrais impróprios.** — Outra notável extensão da teoria da integrabilidade é a que tem por objecto atribuir um integral às funções não limitadas. Demos uma idea das suas linhas gerais.

Se uma função $f(P)$, que não é integrável no domínio D, admitir no entanto um integral em qualquer porção dêsse domínio em que não haja pontos de certo grupo integrável de Jordan, os pontos U dêste grupo são necessàriamente infinitos da função, pois que, em virtude da natureza de (U), essa circunstância é a única que pode prejudicar a existência do integral em tôda a extensão do domínio considerado.

Ora, há casos em que, não obstante a ilimitabilidade de f na vizinhança de (U), o integral desta função, estendido a todos os elementos D_i que não contenham pontos U, tende para um limite determinado, independente da decomposição $[D_i]$, quando o diâmetro dessa decomposição converge para zero. Quando isso se der, muitas das propriedades do integral variável manter-se hão no limite, pelo que é vantajoso alargar neste caso a primitiva definição de integral, considerando a função f integrável em D e o referido limite como seu integral nesse domínio.

Para distinguir os novos integrais daqueles que temos estudado até aqui, designá-los hemos pelo nome de *integrais impróprios*.

30. **Extensão de alguns resultados fundamentais.** — Já dissémos que os integrais impróprios gozavam de muitas das propriedades dos integrais ordinários, como, de resto, era de esperar, em virtude da sua definição. Vamo-nos ocupar do estabelecimento de duas dessas propriedades.

Decompondo D *em duas partes* D′ *e* D″ *por meio duma fronteira* F, $f(P)$ *será integrável em cada uma delas e teremos ainda*

$$\int_{D'} f(P)\,dD + \int_{D''} f(P)\,dD = \int_{D} f(P)\,dD.$$

Efectuemos duas decomposições do domínio D em partes, dividindo para isso D′ e D″ em elementos D_i' e D_i'', na primeira, e, na segunda, em elementos D_i' e Δ_i'', respectivamente.

Somando os integrais ordinários de f em todos os elementos da primeira decomposição que não contenham pontos U, e procedendo do mesmo modo a respeito da segunda, obtêm-se dois integrais ordinários, cuja diferença, em virtude da suposta integrabilidade de f, deve tender para zero com os diâmetros das decomposições praticadas. Mas, nessa diferença, destroem-se os integrais relativos aos domínios D_i', que são comuns às duas decomposições, e ficam apenas os dois integrais ordinários relativos aos elementos D_i'' e Δ_i'' aproveitados em D″. Então, $f(P)$ é integrável neste domínio, pois que os dois integrais arbitrários considerados têm necessàriamente um limite comum.

Do mesmo modo se estabelecia a integrabilidade de f em D′, e a igualdade que desejávamos demonstrar apresenta-se agora como uma conseqüência do teorema sôbre a soma de limites.

Inferindo-se dêste teorema (prévia e fàcilmente generalizado) que f só poderá ser integrável em D quando existam

todos os integrais relativos aos domínios $D_i(U)$, em que haja pontos do conjunto (U), segue-se que a soma de qualquer número dêstes integrais deve tender para zero com o diâmetro da decomposição $[D_i]$.

Demonstremos agora que, *recìprocamente*, f será integrável em D, desde que o seja em D′ e D″.

Para isso, mostraremos que, tendo efectuado uma decomposição $[D_i < \varepsilon]$, o integral ordinário correspondente em D difere por tão pouco quanto se queira da soma dos dois integrais (impróprios) de f em D′ e D″.

Ora, as parcelas desta última soma que não figuram naquele integral ou são integrais ordinários ou são integrais impróprios. A soma dêstes últimos, como já vimos, tende para zero com ε; e, como os primeiros dizem necessàriamente respeito a certas porções de domínios $D_i(F)$, que são parcialmente limitadas pela fronteira F, o nosso teorema ficará demonstrado desde que se prove, como vamos fazer, o teorema seguinte:

Em qualquer decomposição $[D_i < \varepsilon]$, *efectuada num domínio* D *de fronteira* F, *a soma de qualquer número de integrais ordinários do tipo*

$$\int_{D_i(F)} f dD$$

tende para zero como positivo ε.

Seja ε_0 um número tal que a soma de quaisquer integrais impróprios, tomados em domínios de diâmetro inferior a ε_0, tenha um valor absoluto inferior a δ; sejam $\Delta_1, \ldots \Delta_r$, r domínios que contenham F e cujo diâmetro seja menor que ε_0; e, emfim, designemos por M o módulo máximo de f naqueles domínios Δ_i que não contenham pontos U (domínios próprios).

Efectuemos agora uma nova decomposição $[D_i < \varepsilon < \varepsilon_0]$,

escolhendo porém o número ε de modo que todos os elementos $D_i(F)$ fiquem compreendidos no domínio determinado pelos elementos auxiliares Δ.

Na soma de integrais próprios que desejamos avaliar, há uma parte que provém de certos elementos ou porções de elementos $D_i(F)$ existentes no domínio em que o valor absoluto de f admite o limite M. Podemos supor que esta parte é inferior a δ em valor absoluto, pois ela tende manifestamente para zero com o positivo ε.

Os restantes integrais, cujo número designaremos por s, dizem necessàriamente respeito a determinados domínios ou porções de domínios existentes nos elementos impróprios $\Delta_i(U)$ e a sua soma tenderá comprovadamente para zero, desde que se demonstre que ela difere por tão pouco quanto se queira de certa soma de integrais impróprios tomados nos domínios $\Delta_i(U)$.

Consideremos, então, em primeiro lugar, os integrais (ordinários) tomados em porções Δ_i' daqueles domínios impróprios Δ_i em cada um dos quais haja a considerar apenas um integral. Há certamente um segmento da fronteira de Δ_i' que é também fronteira dum domínio impróprio contido em Δ_i: a supressão dêsse segmento (que é uma operação equivalente à adição dum integral impróprio a cada um dos integrais considerados) conduzir-nos há a um novo integral, que é também impróprio. Consideremos agora os integrais tomados em porções Δ_{i_1}' e Δ_{i_2}' dos domínios Δ_i, em cada um dos quais haja a considerar apenas dois integrais. Se cada um dos domínios Δ_{i_1}' e Δ_{i_2}' possui um segmento de fronteira que limite um domínio impróprio contido em Δ_i, a supressão dêsse segmento levar-nos há ainda a um integral impróprio; no caso contrário, a fronteira dum dêsses domínios existe num domínio em que não há pontos U, no qual, portanto, o valor absoluto de f admite um limite M_i: nós podemos, então, ligar Δ_{i_1}' a Δ_{i_2}' por meio dum domínio auxiliar de me-

dida inferior a $\frac{\delta}{s\,\Sigma M_i}$ e recaímos no caso anterior, mediante a adição duma quantidade inferior a $\frac{\delta}{s}$ aos integrais considerados (1). Prosseguindo sempre do mesmo modo, verifica-se que, adicionando aos integrais propostos um certo número de integrais impróprios tomados nos elementos Δ e alguns positivos de soma inferior a δ, se obtém ainda um certo número de integrais impróprios tomados nos mesmos elementos Δ. Logo, o valor absoluto da soma dos referidos integrais é certamente inferior a 3δ, e o teorema fica demonstrado, pois que o positivo δ é arbitrário.

31. **Integrais paramétricos impróprios.** — Emfim, *a doutrina do n.º 28 pode também aplicar-se, com ligeiras modificações, aos integrais paramétricos impróprios.*

Designemos por D_u a porção de D formada pelos domínios $D_i(U)$ e, retomando as notações do referido número, escrevamos

$$H(\alpha, h) = \int_{D-Du} [f'_\alpha(P, \alpha+\theta d) - f'_\alpha(P, \alpha)]\, dD$$

$$+ \int_{Du} [f'_\alpha(P, \alpha+\theta h) - f'_\alpha(P, \alpha)]\, dD.$$

Uma vez construído o domínio D_u, cuja medida pode supor-se tão pequena quanto se queira, a primeira parcela de $H(\alpha, h)$ pode considerar-se proveniente dum integral ordinário e, beneficiando da doutrina relativa a êsses integrais,

---

(1) A ligação a que nos referimos só é possível se o domínio D tiver duas ou mais dimensões. É essa realmente a hipótese que analisamos, porquanto, se êsse domínio se reduzisse a um segmento de arco ou de recta, os integrais que consideramos não poderiam existir, desde que o positivo ε fôsse suficientemente pequeno.

tende para zero com d_u, mediante certas condições; tudo se reduz, pois, a indicar uma hipótese que assegure a mesma convergência à segunda.

Consegue-se êsse objectivo, admitindo que o integral

$$\int_{D-D_u} f'_\alpha(P,\alpha)\,dD,$$

converge uniformemente para o seu limite, o que se dá quando a desigualdade

$$\left|\int_{D-D_u} f'_\alpha(P,\alpha)\,dD - \int_{D} f'_\alpha(P,\alpha)\,dD\right| < \delta$$

seja condicionada pela limitação (independente de α)

$$D_i < \varepsilon.$$

Neste caso, com efeito, a desigualdade

$$\left|\int_{D_u} [f'_\alpha(P,\alpha+\theta h) - f'_\alpha(P,\alpha)]\,dD\right| < 2\delta$$

é verificada nas mesmas circunstâncias e, supondo respeitadas as condições relativas ao integral ordinário que forma a primeira parcela de H, podemos utilizar a regra da derivação paramétrica, pois que esta função tende para zero com h.

Embora tenhamos suposto, neste estudo, que (U) não varia com α, não há inconveniente em admitir a hipótese contrária, desde que $\big(U(\alpha+h)\big)$ tenda para $\big(U(\alpha)\big)$, ao convergir h para zero. Neste caso, com efeito os pontos $U(\alpha+h)$, para valores suficientemente pequenos de h, são interiores aos domínios $D_{u(\alpha)}$ e a demonstração prossegue sem nenhumas alterações.

Problemas

1. Sejam s, S e s', S' os dois pares de somas de Darboux relativas a duas decomposições $[D_i]$ e $[D_i']$ do domínio D em partes. Se a decomposição $[D_i']$ se pode obter a partir de $[D_i]$ pela fragmentação de alguns elementos D_i, as quatro somas consideradas estão dispostas do modo seguinte

$$s \geqslant s' \geqslant S' \geqslant S.$$

2. Chamando I_1 ao limite superior das somas s e I_2 ao limite inferior das somas S, a condição necessária e suficiente para que $f(P)$ seja integrável em D é expressa pela igualdade

$$I_1 = I_2.$$

Os números I_1 e I_2 são os integrais de $f(P)$ por defeito e por excesso, respectivamente, e representam-se pelos símbolos

$$I_1 = \underline{\int_D} f(P)\, dD, \qquad I_2 = \overline{\int_D} f(P)\, dD.$$

3. Seja (Q) um conjunto de pontos de D e $\varphi(P)$ uma função que é igual à unidade em (Q) e a zero nos restantes pontos de D. ¿Qual é a interpretação geométrica dos correspondentes integrais I_1 e I_2 e da sua igualdade?

4. Seja S um arco rectificável existente no plano XOY e $f(z)$ uma função (limitada) de variável imaginária, definida em todos os seus pontos. Se subdividirmos S em partes S_h, de extremidades z_h e z_{h+1}, e em cada uma delas tomarmos um ponto z_h', tôdas as somas

$$\Sigma f(z_h')(z_{h+1} - z_h)$$

tenderão para um limite único, se $f(\zeta)$ respeitar a condição de integrabilidade de Du Bois-Reymond. Êsse limite, que se representa pelo símbolo

$$\int_S f(\zeta)\, d\zeta,$$

denomina-se *integral de* $f(z)$ *ao longo do arco* S.

LA ENSEÑANZA SECUNDARIA EN PORTUGAL

(Cont. do n.º 1, pág. 85)

La legislación posterior á 1895 (1)

Decreto de 29 de Agosto de 1905. — Las modificaciones más importantes que introduce la reforma de 1905 son las siguientes:

a) Bifurcación á partir del año sexto ó sea en el curso complementario. Establece un curso complementario de letras y otro de ciencias. El primero comprende las enseñanzas siguientes:

Lengua y literatura portuguesa,
» latina,
Inglés ó alemán,
Geografia,
Historia y
Filosofia.

---

(1) Se prescinde del Decreto Hintze-Ribeiro de 1901, primer intento para crear la escuela normal superior, y del de 3 Octubre 1902 sobre el curso de habilitacion para enseñar en los liceos (alterado por el Decreto de 9 de Octubre de 1907), porque rigiendose actualmente la formación del profesorado de 2.ª enseñanza por el Decreto de 21 de Mayo de 1911. (V. mas adelante) aquellas disposiciones ofrecen un interés muy secundario.

El segundo:

Inglés ó alemán,
Geografia,
Fisica,
Quimica,
Ciencias naturales y
Matemáticas.

b) Altera el plan de estudios de los cinco primeros años aproximandolo al llamado bachillerato moderno. Coloca el comienzo del latin en el año 4.º en lugar del 1.º. En cambio de más extensión á las ciencias fisicas y naturales y á las lenguas vivas: 5 años de francés á partir del 1.º (en lugar de 4 á partir del 2.º) y 6 de inglés ó alemán partir del 2.º (en lugar de 3 y 5 respectivamente á partir del 3.º).

c) Introduce la educación fisica, principalmente gimnasia sueca: 3 horas semanales en los cinco primeros años y dos en los cursos complementarios.

d) Reduce el número de horas de clases teóricas, en el curso general á 26 horas semanales (introduciendo 3 de dibujo y 3 de gimnasia) en lugar de 24, 27 y 28 que establecia el regimen anterior y en el complementario á 22 (induzendo 2 de gimnasia) en lugar de 27. El máximo de servicio exigido á los profesores pasa á ser 12 horas semanales de 24 que era antes.

e) Tambien se reduce el número de alumnos admisible como máximo en un aula: 40 en las tres primeras clases (ó años); 30 en la cuarta y en la quinta y 25 en las dos últimas.

f) Como medio para facilitar la relación de las familias con el liceo se introduce el «cuaderno escolar». Cada alumno tiene el suyo. Es un registro de todas las notas y observaciones á el referentes.

g) Se distinguen tres secciones. La primera comprende

los tres primeros años (ó clases); la segunda el cuarto y el quinto y la tercera el curso complementario. Habrá exámenes sólo al final de cada sección. El paso de un año a otro de la misma sección se hará atendiendo á las notas obtenidas durante el curso. Se suprimen asi los exámenes que el decreto de 1894 establecio al final de los años segundo, cuarto y sexto.

h) Los alumnos que obtienen el diploma de la sección primera pueden ingresar en las escuelas normales, aspirar á determinados empleos públicos y solicitar pasage gratuito para las colónias. El diploma de la sección segunda habilita para ingresar en los institutos superiores de industria y comercio.

i) Se suprime el régimen del libro único. Podrá adoptarse como libro de texto cualquiera de los aprobados y adquiridos por el Estado.

Las alteraciones más importantes que se introducen en los programas son las siguientes:

Portugués. —Se exige el libro de gramática. En la clase sexta, historia de las literaturas antigua, media y moderna en sus relaciones con la portuguesa. En la sexta y septima, gramática histórica.

Latin. —Clases cuarta y quinta — *Trozos,* pasajes sencillos de C. Nepote y fábulas de Fedro. Sexta: Parte de tres de estas obras: *La guerra de las Galias, Metamorfosis de Ovidio, Discursos de Ciceren, Salustio, y de Virgilio, la Eneida y las Bucólicas.* Clase séptima: Parte de tres de estas obras: *Tito Livio,* principalmente los libros 21 y 22; *Anales de Tácito, Geórgicas de Virgilio y Odas y Arte poética de Horacio.* Retroversiones.

Lenguas vivas. —Predominio del método directo. «El uso oral de la lengua extranjera precederá á los ejercicios escritos». En inglés y alemán desde el segundo curso la lectura constituirá el centro de la enseñanza como objetivo

principal. Clase séptima: Obras de Shakespeare, Schiller y Goethe.

Historia. — Clase primera: Historia sumaria de Portugal hasta 1580. Segunda: Id. id. hasta 1889. Tercera: Revisión. Exposición rápida de la historia general. Cuarta: Antiguedad oriental y clásica. Quinta: Edades media, moderna y contemporánea. Sexta: Historia de Portugal. Séptima: Historia general de la civilización.

Geografia. — Clase primera: Ejercicios de cartografia. Recomienda la «observación directa», pero no habla de excursiones. Segunda: Elementos de geografia matemática referentes á posición. Geografia fisica general. Geografia de la Peninsula Ibérica. Tercera: Regiones polares, Europa, Africa, Asia, América y Oceania. Cuarta y Quinta: Revisiones unidas á la enseñanza de la Historia. Sexta: Geografia general. Séptima: Geografia de Portugal. Historia de la Geografia.

Fisica. — «El estudio de la Fisica en la clase tercera es práctico; en la cuarta y quinta descriptivo; en la sexta y séptima general». Clase tercera: «La Fisica práctica tiene por objeto familiarizar al alumno con la observación de los fenómenos fisicos y proporcionarles un conjunto de conocimientos intuitivos acerca del empleo de algunos instrumentos y aparatos usados con frecuencia en la economia doméstica é industrial». Clases cuarta y quinta. «La Fisica descriptiva tiene por objeto complementar el estudio de la Fisica práctica con nociones téoricas que permitan comparar los fenómenos bajo el punto de vista cuantitativo y preparar al alumno para el estudio de las transformaciones de la energia, objeto de la Fisica general. Describirá los hechos é inducirá las leyes; pero sin entrar en explicaciones teóricas *à priori* por medio del cálculo. Por eso debe revestir siempre un carácter práctico experimental. — Clases sexta y séptima: Revision general y sintesis. Problemas teóricos y ejercicios prácticos todas las semanas.

Química. — Clase tercera: Introducción. Nociones elementales. Estudio elemental del hidrógenio, oxigeno, nitrógeno, aire y agua. Experiencias con aparatos sencillos. Iniciación en el manejo del material de laboratorio. — Clase cuarta: Continuación. Quinta. Continuación. Quimica orgánica. — Sexta: Revisión. Hipótesis atómica. Determinación de los pesos moleculares y de los pesos atomicos. Disociación del agua. — Séptima: Geometria. Principales funciones de la Quimica orgánica. Revisiones.

Ciencias naturales. — Desarrollo del hábito de observación. Enseñanza práctica en las tres primeras clases, descriptivas en la cuarta y quinta y general en la sexta y séptima. Clase primera. Zoologia: El hombre y los demás vertebrados (siempre con ejemplares preparados ó con láminas). Botánica: conocimiento intuitivo de las fanerógamas. — Clase segunda. Zoologia: Comparación de los animales ya estudiados para formar las primeras nociones de clasificación. Botánica: Conocimiento intuitivo de las criptógamas. — Clase tercera: Desarrollo de las nociones sobre clasificación. Aplicaciones: productos, higiene, economia. Nociones muy elementales de geologia. Pocas más comunes y terrenos. — Clase cuarta: Anatomia y fisiologia animal e vegetal. Higiene. Mineralogia. — Clase quinta: Continuación. Geologia. — Clase sexta: Anatomia e fisiologia animal y vegetal. Mineralogia: Cristalografia. Clase séptima: Continuación. Ejercicios de clasificación. Geologia y mineralogia.

Matemática. — Aritmética y algebra: En las clases segunda y tercera contabilidad comercial. El algebra se comenzará en la clase tercera, la demonstración de teoremas en la sexta y la trigonometria plana en la séptima. — Geometria: En las clases primera y segunda nociones prácticas; en la tercera, cuarta y quinta, teoremas; en la sexta, revisión y secciones cónicas; en la séptima, breves nociones de

los métodos geométricos y nociones elementales de geometria analitica plana.

Dibujo. — Excepto alguna copia de fragmentos decorativos en yeso todo lo demás que se exige es dibujo geométrico.

Filosofia. — Es considerada como una «sistematización y la más alta generalización de todas las ciencias».

Juicio sobre la reforma de 1905. — Trata de hacer en el régimen vigente desde el 94 algunas modificaciones que aconsejaba la experiencia de diez años; por ejemplo, la supresión del régimen del libro único. La introducción de la gimnasia y algunas otras disposiciones significan tambien un progreso. Pero en general constituye un retroceso en cuanto no nace, como la de 1894, del propósito de dar una determinada orientación pedagogica á la enseñanza. Por el contrario, su origen ha de buscarse en el movimiento de protesta, ajeno á motivos pedagógicos, que se produjo contra la reforma del 94 entre las personas cuyos intereses heria, entre los profesores á quienes imponia más trabajo y un régime para el que no estaban preparados, y entre los alumnos y sus familias al exigir un esfuerzo mayor para la obtención de los titulos secundarios. La reforma de 1905, más que la obra de pedagogos inspirados unicamente en razones técnicas, es una solución *politica*, una transacción, para aplacar ciertas protestas que nada tenian que ver con los verdaderos intereses de la enseñanza; significa sobre todo disminución de trabajo para los profesores y los alumnos. Que el estado de espiritu á que responde aun está vivo lo prueba el hecho de que los estudiantes no aceptasen la introducción de nuevas enseñanzas en el curso complementario ordenada en el decreto de Abril de 1917.

Los programas nuevos mantienen en sus lineas generales los de 1895. Por lo común el reformador se limita á adaptarlos á la nueva distribución de las disciplinas. Desaparece

la minuciosidad con que estaban redactados los anteriores, de tal modo que los nuevos ocupan la mitad del número de páginas que aquellos. Los programas antiguos *buenos,* por ejemplo, el de geografia y el de portugués, pierden en la nueva redacción. Se suprimen las «observaciones» que en algunos casos daban una excelente orientación al profesor. No se habla ahora de excursiones y parece darse más importancia que antes al libro de texto. Se exigen algunos, como el de gramática portuguesa, de que se prescindia en los programas del 95. Falta la recomendación, tan repetida en estos, de no basar la enseñanza en el aprendizaje de un compendio. En cambio la enseñanza de las lenguas vivas, que antes partia de la lectura y la traducción, se mejora haciendo que predomine en ella el método directo.

Decreto de 31 de Enero de 1906 creando el liceo femenino de Maria Pia. — Este decreto en realidad lo que hace es trasformar en liceo el antiguo colegio de Maria Pia el cual proporcionaba ya á sus alumnas una instrucción que les permitia adquirir, mediante exámen en los centros oficiales, los titulos secundarios. El mismo profesorado de la escuela de Maria Pia se conservó para las cátedras del nuevo liceo. Segun el régimen actual las vacantes deben ocuparlas unicamente personas que posean el diploma de la Escuela normal superior.

El liceo Maria Pia se fundó con la categoria de *nacional,* comprendiendo, por tanto, solo el curso general (los cinco primeros años del bachillerato). Las alumnas que querian hacer el curso complementario lo estudiaban en los liceos femeninos. Posteriormente fué elevado á liceo central.

El plan de estudios es el siguiente:

CURSO GENERAL

Cursos ó clases	1.ª sección			2.ª sección		Todas de lecciones de 50 minutos
	I	II		IV	V	
Lengua y literatura portuguesa.	4	3	3	3	2	15
Francés.	3	3	3	2	2	13
Inglés ó alemán.	–	3	3	3	3	12
Latin (facultativo).	–	–	–	3	3	6
Geografia é Historia.	2	2	2	2	2	10
Ciencias fisicas y naturales.	2	2	3	3	4	14
Matemática.	4	3	3	3	3	16
Moral, economia, higiene y arte culinario.	2	2	2	1	1	8
Pedagogia.	–	–	–	2	2	4
Total	17	18	19	22	22	98
Dibujo y caligrafia	2	2	2	2	2	10
Música	2	2	2	1	1	8
Trabajos manuales.	2	2	2	2	2	10
Educación fisica.	2	2	2	2	2	10
	25	26	27	29	29	136

Decretos de 29 de Mayo y de 19 de Agosto de 1907.—Por el decreto de 29 de Mayo se destinan cien contos anuales (aproximadamente medio millón de pesetas) para pensionar á profesores y alumnos que estudien en el extranjero. Se limitan las pensiones á los estudios sobre ciencias, lenguas modernas y actividades económicas. En el preambulo se dice: «procuraremos aprovechar la experiencia de los paises más cultos de Europa enviando á sus escuelas modelos una numerosa colonia de estudiantes portugueses... y cuando estos regresen á Portugal... han de constituir por la importancia de su número un nucleo resistente, activo y fecundo de reforma que vendrá á apoyar y reforzar, con la mejor garantia de éxito, las tentativas internas de reconstitución».

El decreto de 19 de Agosto reorganiza los servicios su-

periores de Instrucción y «autoriza al gobierno para contratar 16 profesores extranjeros, conocedores de la pedagogia moderna, á fin de que presten servicio, 10 en la enseñanza primaria y 6 en la secundaria».

Decreto de 21 de Mayo de 1911 (gobierno provisional de la república) *creando Escuelas normales superiores anejas á las facultades de letras y ciencias de las Universidades de Lisboa y Coimbra.* — La Escuela normal superior tiene por fin promover la alta cultura pedagógica y habilitar para el magisterio de los liceos, de las escuelas normales primarias, de las escuelas primarias superiores y para aspirar á los puestos de inspectores de enseñanza.

La Escuela normal superior tiene tres cursos diferentes:

a) Curso de habilitación para el magisterio liceal;

b) Curso de habilitación para el magisterio normal primario.

c) Curso de habilitación para el magisterio primario superior.

Todos estos cursos comprenden dos años distribuidos del modo siguiente:

1.° año de preparación pedagógica.

2.° año de iniciación en la práctica pedagógica.

El curso de habilitación para el magistério liceal de la sección de letras comprende:

En el primer año: Pedagogia (con ejercicios de pedagogia experimental); Historia de la pedagogia; Psicologia del niño; Teoria de la ciencia; Metodologia de las ciencias del espiritu; Organización y legislación comparada de la enseñanza secundaria; Higiene general y especialmente la higiene escolar; Moral é instrucción civica superior.

En el segundo: Metodologia especial de las disciplinas que se proponga enseñar el alumno; Práctica pedagógica en un liceo.

En el curso de habilitación para la enseñanza de la sección de ciencias, en lugar de la metodologia general de las

ciencias del espiritu se estudia la metodologia general de las ciencias matemáticas y de las ciencias de la naturaleza.

Durante el año de preparación pedagógica, además de las lecciones magistrales, habrá, una vez por semana, conferencias de los alumnos, seguidas de discusión, que versaran, ya sobre obras clásicas de pedagogia (del siglo XVI en adelante), ya sobre libros ó articulos pedagógicos publicados recientemente en Portugal ó en el extranjero, ya sobre cuestiones de metodologia, higiene ó disciplina escolar.

Habrá también, durante el año, los siguientes trabajos prácticos:

a) ejercicios escritos en las clases sobre puntos escogidos por los profesores;

b) preparación de lecciones modelos dadas ante los profesores de pedagogia ó de historia de la pedagogia, seguidas siempre de una critica razonada.

c) ejercicios de pedagogia experimental;

d) estudios de psicologia del niño hechos, como los ejercicios anteriores, en los laboratorios de psicologia de las facultades de letras.

La iniciación en la práctica pedagógica comprende dos periodos:

1.º Desde el comienzo del curso hasta Navidad los candidatos asisten á las clases de los liceos donde practiquen, cuyos profesores les dan las nociones indispensables sobre la metodologia especial de las respectivas disciplinas. Cada uno de los candidatos debe dar clase por lo menos una vez por semana preparando las lecciones por escrito bajo las indicaciones del profesor que le dirija. A estas lecciones seguirá la critica del profesor.

2.º En el resto del curso la enseñanza la darán exclusivamente los candidatos bajo la fiscalización de los profesores. Los candidatos asistirán á las reuniones de los profesores del liceo y á los exámenes.

Tanto en el primero como en el segundo año de la Escuela normal superior se harán excursiones, visitas á museos y monumentos, fábricas, etc.

Para ingresar en la Escuela es preciso ser licenciado *(bacharel)*.

Al terminar el año de prácticas se juzgará la habilitación pedagógica del candidato por medio de un exámen de Estado con tres pruebas: 1) Desarrollo de dos temas (en media hora cada uno) sacados á suerte en el momento del exámen; 2) dar una clase á alumnos de liceo sobre un tema sacado á la suerte con veinticuatro horas de anticipación; 3) presentar una disertación sobre un punto de didáctica de la enseñanza secundaria elegido por el candidato.

Decreto de 6 de Mayo de 1914 concediendo autonomia administrativa á los liceos. — El decreto de 29 de Agosto de 1905 habia autorizado á los liceos para administrar con relativa autonomia la dotación anual que les consigna el Estado; pero esta disposición no llegó á ejecutarse. Este decreto de 6 de Mayo de 1914 trata de hacer efectiva esa autonomia (por lo demás muy limitada, como se verá) creando en cada liceo un consejo administrativo constituido por el rector y dos profesores, uno de cada sección, elegidos por el consejo escolar al final de cada año económico. Le compete la administración económica del liceo, especialmente de la dotación que le asigna el presupuesto del Estado y que se aplicará con preferencia á la conservación del edificio, á la adquisición y conservación de mobiliario y de material didáctico, á sanidad escolar y á auxiliar las excursiones pedagógicas, las fiestas escolares y las asociaciones educativas. El consejo administrativo elaborará el proyecto de presupuesto y lo someterá á la aprobación del consejo escolar.

Decreto de 20 de Mayo de 1914 concediendo autonomia pedagógica á las liceos. — Según este decreto al rector le compete: *a*) la dirección pedagógica del liceo, con los direc-

tores de clase y el consejo escolar; *b*) su administración económica mediante el consejo administrativo; *c*) ejercer la autoridad disciplinaria sobre los profesores, los alumnos y el personal subalterno conforme á las leyes y reglamentos vigentes.

Procederá, con los directores de clase y con el médico escolar, á la división de los alumnos en *turmas* (los distintos grupos en que se distribuyen los alumnos de un mismo año ó curso para evitar la aglomeración en las clases), al señalamiento de lecciones y ejercicios prácticos y á la fijación del horario. El desarrollo del programa de cada disciplina lo acordará con los profesores respectivos y el horario será sometido á la apreciación del consejo escolar. En caso de divergencia decide el ministro. El rector nombra anualmente á los directores de clase y los reune para oir sus informes y coordenar la labor de todos ellos; ejerce la inspección de las clases y de los trabajos prácticos y publica la memoria anual sobre el liceo.

Decreto de 20 de Mayo de 1914. — Contiene entre otras algunas disposiciones acerca de los procedimientos que deben emplear los profesores para mantener la disciplina entre los alumnos: relación paternal; convivencia asidua; participación en sus asociaciones; tendencia á desarrollar el sentimiento de responsabilidad.

Decreto n.º 3.091 de 17 de Abril de 1917. «Ordena, reforma y completa» las disposiciones vigentes sobre enseñanza secundaria en vista de lo propuesto por la comisión nombrada con este objeto. La reglamentación minuciosa de toda la vida de los liceos, inspirada, al parecer, en la experiencia del liceo Pedro Nunes de Lisboa, y la introducción de las ciencias en el curso complementario de letras y de la filosofia en el de ciencias, son las modificaciones más importantes que establece este decreto. Por lo demás, en lo esencial, no es más que una recopilación de la legislación vigente sobre segunda enseñanza.

Contra este decreto se levantó una viva protesta que obligó á suspender durante algunos meses las clases de los liceos. Fué derogado á poco de triunfar la revolución de diciembre de 1917.

Decreto de 14 de Julio de 1918. — Se regulan en él casi todas las cuestiones de enseñanza secundaria. Señalaremos unicamente las principales disposiciones que alteran el régimen anterior. Las modificaciones más importantes son las que afectan al plan de estudios y á la situación del profesorado.

Los cuadros siguientes indican la nueva distribución de las disciplinas:

CUADRO I — CURSO GENERAL

Cursos ó clases	1.ª sección		2.ª sección			Total
	I	II	III	IV	V	
Portugués	–	–	3	3	3	19
Narraciones históricas	5	5	–	–	–	
Latín	–	–	4	3	3	10
Francés	4	3	3	3	3	16
Inglés	–	3	3	3	3	12
Geografia	3	2	1	1	1	8
Historia	–	–	2	2	2	6
Matemática	5	4	3	3	3	18
Ciencias fisico-quimicas	–	–	2	3	3	8
Ciencias naturales	3	3	1	1	1	9
Gimnasia	(*a*) 2	(*a*) 2	(*a*) 2	(*a*) 2	(*a*) 2	10
Total	22	22	24	24	24	116
Dibujo	3	3	3	3	3	15
Trabajos manuales educativos	(*b*) 3	(*b*) 3	(*c*) 2	(*c*) 2	(*c*) 2	12
Canto coral	2	2	1	1	1	7

(*a*) En cuatro sesiones de treinta minutos cada una.
(*b*) En dos sesiones de hora y media cada una.
(*c*) En una sola sesión.

CUADRO II — CURSO COMPLEMENTARIO

Cursos ó clases	Letr s		Ciencias	
	VI	VII	VI	VII
Portugués y literatura portuguesa.	4	4	3	3
Latin y literatura latina.....	5	5	–	–
Inglés	3	3	3	3
Alemán.....	(4)	(4)	(4)	(4)
Geografia.	2	2	2	2
Historia.....	3	3	–	–
Matemática	–	–	4	4
Ciencias fisico-naturales	3	3	–	–
Ciencias naturales.....	–	–	2	2
Fisica.....	–	–	3	3
Quimica.....	–	–	3	3
Propedeutica filosófica..	2	2	2	2
Gimnástica.....	1	1	1	1
Total.....	23 ó 24	23 ó 24	23 ó 24	23 ó 24
Dibujo.....	–	–	(*a*) 2	(*a*) 2
Trabajos prácticos,.....	(*b*) 1 1/2	(*b*) 1 1/2	6	6
Clases prácticas de lenguas.....	(*c*) 6	(*c*) 6	–	–

La sección primera comprende ahora solo dos años ó clases y la tercera tres: los tres últimos del curso general. Se funde en la sección primera la enseñanza de la historia con la del portugués en forma de narraciones históricas; se establece un año más de latin y se introducen los trabajos manuales y el canto coral.

En el curso complementario se aumenta el número de

(*a*) En una sola sesión.
(*b*) Geografia.
(*c*) Francés, inglés y portugués.

disciplinas; en el de letras con las ciencias fisico-naturales y en el de ciencias con portugués y literatura portuguesa y propedéutica filosófica. La gimnasia podrá reemplazarse en esta sección por juegos u otros procedimientos de educación fisica.

Las enseñanzas del curso complementario no deben darse en los liceos que no tengan gabinetes ó laboratorios con material suficiente para trabajos prácticos individuales de quimica, fisica, mineralogia, geologia, ciencias biológicas y geografia.

La dirección de los trabajos manuales debe ser confiada á los profesores de dibujo. Se prepararán para esta enseñanza en escuelas del extranjero ó en cursos que se abrirán en Portugal. En adelante los nuevos profesores de dibujo harán este aprendizaje en las Escuelas normales superiores.

En las *turmas* de las tres primeras clases ó años el número de alumnos no pasará normalmente de 25; en las de los años siguientes de 30. Cuando en una *turma* haya 6 alumnos de exceso sobre las cifras consignadas se dividirá en dos. Ninguna *turma* tendrá más alumnos de los que permita la cubicación del aula que ocupe.

El personal docente de los liceos está formado por dos categorias de profesores: efectivos y agregados. Los profesores efectivos riciberán un sueldo de 900 escudos (4.500 pesetas aproximadamente) por año que se aumentará en 180 escudos anuales tres veces: al cumplir cada uno de los tres primeros quinquenios de servicio. A los profesores de Lisboa, Oporto y Coimbra se les concede un subsidio de residencia de 180 escudos.

Cada profesor está obligado á dar semanalmente doce horas de clase, excepto los que tengan más de veinte años de servicio, para los cuales se reduce este número á diez. Pero además podrán encargarse voluntariamente de otras

seis horas de clase y de uno ó dos *tiempos* de trabajos individuales de fisica, quimica, ciencias naturales ó geografia ó de prácticas de lenguas vivas cuando lo exija la conveniencia de la enseñanza. Este servicio se remunera con la gratificación mensual de 6 escudos por cada hora semanal de clase.

Se concede al profesorado de los liceos quince pensiones de 600 escudos para que estudien en el extranjero los métodos de enseñanza de sus disciplinas. El estado proporcionará tambien á los profesores de geografia y de ciencias naturales los medios indispensables para hacer excursiones dentro de Portugal con objeto de estudiar las distintas regiones del pais.

Los profesores agregados serán nombrados por el gobierno mediante concurso documental entre los individuos que hayan obtenido el titulo de la Escuela normal superior y se encargarán de dar las clases cuando no puedan hacerlo los profesores efectivos ó cuando se desdoblen las clases en cursos paralelos. Se les asigna un sueldo anual de 720 escudos y el mismo subsidio por residencia y gratificación por trabajos extraordinarios que á los profesores efectivos.

Las vacantes de profesores efectivos se proveerán mediante concurso documental entre los profesores efectivos y los agregados.

Se crea un liceo femenino en Coimbra.

Para los liceos masculinos no podrán ser nombradas profesoras.

Inspeccionarán la enseñanza de los liceos el rector y los directores de clase y cuando el ministro considere necesario una inspección extraordinaria, profesores de las Esculas normales superiores elegidos por el ó el jefe del negociado de instrucción secundaria, si es un profesor efectivo de liceos. El rector tiene la obligación de asistir á las clases de todos los profesores.

Todos los liceos serán instalados en edificios apropiados con terrenos immediatos para los recreos de los alumnos y los ejercicios de educación fiisica y convenientemente dotados de mobiliario escolar y de material didáctico. Los liceos tendrán gimnasios, balnearios y piscinas de natación y en los que sea posible se instalará un cinematógrafo.

Se autoriza al gobierno para crear en Lisboa, Oporto y Coimbra, liceos con internados.

Los programas correspondientes á esta reforma revelan una elaboración más unitaria que los anteriores. Como no llegaron á regir más que durante un curso y eso solo para las clases del primer año, no hacemos una referencia especial de ellos para no dar una extensión excesiva á esta memoria (1).

La reforma de 1919 (2). — Afecta solo al plan de estudios y á los programas. Las modificaciones que introduce no alteran los caracteres esenciales de la segunda enseñanza portuguesa. He aqui sus disposiciones más importantes:

---

(1) Los trabajos preparatorios, decretos orgánicos, reglamentos y programas de la reforma de 1918 fueron publicados en un volumen titulado *Instrução Secundaria. — Reforma de 1918.* (Imprensa Nacional de Lisboa, 1919).

(2) Vid. el *Diario do Governo,* I serie, n.º 261 (23 de Deciembre de 1919), págs. 2.562-2.576.

CUADRO I — CURSO GENERAL

Cursos ó clases	1.ª sección		2.ª sección			Total
	I	II	III	IV	V	
Portugués é historia	5	5	–	–	–	19
Portugués	–	–	3	3	3	
Francés	4	3	3	3	3	16
Latin	–	–	3	3	3	9
Inglés	–	2	3	3	3	11
Historia	–	–	2	2	2	6
Geografia	3	3	2	3	2	13
Ciencias naturales	3	3	0	–	–	18
Ciencias fisico-naturales	–	–	4	4	4	
Matemáticas	4	4	3	3	3	17
Total	19	20	23	24	23	109
Dibujo	3	3	3	3	3	15
Trabajos manuales	3	3	2	2	2	12
Canto coral	2	2	1	1	1	7
Gimnasia	2	2	2	2	2	10
Total	10	10	8	8	8	44

CUADRO II — CURSO COMPLEMENTARIO

Cursos ó clases	Letras		Ciencias	
	VI	VII	VI	VII
Portugués	4	5	3	–
Latin	5	5	–	–
Inglés	4	3	4	2
Alemán	4	3	4	2
Historia	–	4	2	–
Filosofia	–	3	3	–
Geografia	4	–	–	4
A transportar	21	23	16	8

Cursos ó clases	Letras		Ciencias	
	VI	VII	VI	VII
Transporte..... ..	21	23	16	8
Ciencias naturales.....	–	–	–	5
Quimica.....	–	–	3	3
Fisica.....	–	–	3	3
Matemáticas.....	3	–	3	4
Total.....	24	23	25	23
Trabajos prácticos.....	(*a*) 1 1/2	(*a*) 1 1/2	(*b*) 9	(*b*) 9
Clases prácticas de lenguas.....	(*c*) 3	(*c*) 3	(*c*) 3	(*c*) 3

Como puede verse este plan de estudios conserva las lineas generales del anterior. Las novedades más importantes que establece afectan al curso complementario, en el cual tiende á concentrar el estudio de algunas asignaturas en un solo curso en lugar de distribuirlo entre los dos. Asi á la geografia se destinan 4 horas semanales durante un solo curso en lugar de 2 horas semanales durante los dos cursos. Lo mismo se hace con el portugués, la historia, la filosofia y las ciencias naturales.

En la sección de letras se suprimen las ciencias fisico-naturales y se introducen las matemáticas; en la de ciencias se introduce la historia. En las dos se suprime la gimnasia.

Los programas de casi todas las asignaturas son reproducción de los anteriores. Entre los nuevos debe señalarse sobre todo el de geografia que en la parte elemental se apro-

---

(*a*) Geografia.

(*b*) Geografia, dibujo ciencias naturales, quimica, fisica y matemáticas.

(*c*) Francés é ingles.

xima al excelente de la reforma del 94 redactado, como queda dicho, por el Dr. F. A. Coelho.

Decreto de 18 de Junio de 1921 (1). — Tampoco introduce alteraciones importantes. Establece el siguiente plan de estudios:

CURSO GENERAL

Cursos ó clases	1.ª sección		2.ª sección			Total
	I	II	III	IV	V	
Lengua portuguesa	–	–	3	3	3	18
Narraciones historicas	5	4	–	–	–	
Lengua latina	–	–	3	3	3	9
Lengua francesa	4	3	3	3	3	16
Lengua inglesa	–	3	3	3	3	12
Historia	–	–	2	2	3	7
Geografia	3	3	2	3	2	13
Ciencias naturales	3	3	–	–	–	6
Ciencias fisico-naturales	–	–	4	4	4	12
Matemáticas	5	4	3	3	3	18
Dibujo	3	3	3	3	3	15
	23	23	26	27	27	126
Gimnasia	2	2	2	2	2	10
Canto coral	2	2	1	1	1	7
Trabajos manuales	3	3	2	2	2	12

(1) Decreto n.º 7.558. *Diario do Governo,* I serie, n.º 123, de 18 de Junio de 1921.

CURSO COMPLEMENTAR

Cursos ó clases	Letras		Ciencias	
	VI	VII	VI	VII
Lengua y literatura portuguesa....	4	5	3	–
Lengua y literatura latina.....	5	5	–	–
Lengua y literatura inglesa.....	4	3	4	2
Lengua y literatura alemana.....	4	3	4	3
Historia.....	–	4	–	–
Filosofia.....	–	3	3	–
Geografia.....	4	–	–	4
Ciencias naturales.....	–	–	–	5
Quimica.....	–	–	3	3
Fisica.....	–	–	3	3
Matemáticas.....	3	–	4	4
Dibujo.....	–	–	1 1/2	1 1/2
	20	20	21 1/2	22 1/2
Trabajos prácticos individuales (de geometria, ciencias naturales, quimica y fisica).....	1 1/2	1 1/2	6	6
Aulas prácticas (de francés, inglés y matemáticas).....	3	3	4 1/2	4 1/2

Aunque no son nuevos en el mundo, sino, por el contrario, generalmente admitidas desde hace tiempo, queremos recoger aqui algunas disposiciones de este Decreto porque todavia hay paises que pueden aprender algo de ellas: Las clases terminan para la mayoria de los cursos el 30 de Junio y para los demas el 20 del mismo mes (art. 15). En el examen de ingreso se exige que se lea correctamente y que se analice el sentido de las palabras y de las frases (arts. 23 y 24). En él las contestaciones sobre geografia siempre habran de ir acompañadas de indicaciones en los mapas

art. 29). El número de alumnos en cada clase no pasará en los tres primeros cursos de 31 y en los siguientes de 36 (art. 45). Las clases no son públicas (art. 59). El capitulo XXVI trata de los médicos escolares.

(Continúa).

RUBEN LANDA.

LINHAS GERAIS DA HISTÓRIA DA DIPLOMÁTICA EM PORTUGAL

Os estudos relativos à Idade-Média são, como agora geralmente se reconhece, de grande importância para a história dos Estados modernos, porque datam dêsse tempo os gérmens de que provem as actuais potências.



PEDRO DE AZEVEDO

Sem o conhecimento das instituïções daquelas épocas muito afastadas dos nossos tempos e que só podem ser conhecidas à luz dos raros documentos que restam, não poderíamos interpretar e corregir os dizeres das velhas crónicas e anais.

É, portanto, necessário recolher cuidadosamente os documentos medievais, catalogá-los com minúcia e publicá-los com o máximo rigor de leitura e de comentário.

Não deixaria de ser curioso escrever o que se tem feito em Portugal nesses estudos, mas isso seria longo; por tanto contentar-me-ei com apontar em poucas palavras a participação portuguesa numa sciência, que todos os medievalistas dignos dêsse nome são obrigados a praticar e que por assim dizer constitui o esqueleto dos estudos medievais.

A sciência que tem por objecto êste estudo chama-se

diplomática(1), termo que é derivado de *diploma,* uma das duas divisões dos *actos* e nome dos documentos reais e dos emanados dos grandes senhores ou donatários. A outra divisão não menos importante compreende *chartas* ou *cartas* e refere-se a documentos particulares ou privados.

A análise minuciosa dos *actos,* tanto diplomas como cartas, oferece aos entendidos uma soma considerável de notícias, que nenhuma outra fonte de história, a maior parte das vezes ministra. Independentemente do facto histórico ou contrato que o documento pretende registar para o futuro, há uma infinidade de matérias, que os outorgantes ou escreventes involuntàriamente fixaram e que os diplomatistas e em seguida os historiógrafos hàbilmente aproveitam para a sciência.

Um documento de 1200(2) diz isto pouco mais ou menos e mais exemplos redigidos vàriamente se podiam publicar. O que aquele diz é o seguinte:

«Quoniam bona qua fiunt intentione firmiter ut maneant sepe uel uetustate rerum uel longitudine temporum solent obliuione deleri et a mortalium mentibus alienari nisi in scriptis fuerint redactura et posteris conseruata...» (3).

---

(1) Em 1836 António Fernandes Pereira no *Index histórico do Elucidário de Santa Rosa de Viterbo* escreveu o que se segue: «O Elucidário de Gradiz foi aceito aos Sábios pela explicação dos nossos vocábulos antigos... e que o fazem huma obra de muito mérito, não só para o Fôro, mas também para a história e para a Diplomacia». Como se sabe diplomática e diplomacia são cousas diversas.

(2) *Livro Preto,* fl. 226 v.

(3) Um documento português de 2 de Janeiro de 1327 (caixa 100 da *Col. Especial,* da Tôrre do Tombo) exprime a mesma idea: «Porque a memória dos omẽes he esteragauil, achado foy o remedio da Escritura em tal tempos feitos dos mortaes fossem firmes e fossem aguardados os testemunhos delles pera os que ajam de viijr».

Por intermédio da diplomática obtemos informações de absoluta confiança a respeito da cronologia das festas dos santos, do onomástico, do toponomástico, da genealogia, do latim medieval, da língua vulgar primitiva (romance), da sigilografia, da numismática, dos sinais dos tabeliães, da metrologia, do pergaminho, das tintas, das fórmulas dos documentos, das instituïções reais, senhoriais, municipais e eclesiásticas, etc.

Entre nós podemos apontar como o nosso por assim dizer único, mas grande, diplomatista o Dr. João Pedro Ribeiro.

Na falta de cultores exclusivos da diplomática portuguesa, darei uma lista de autores dos nossos tempos nos trabalhos dos quais, relativos à Idade-Média, se acham notícias valiosas, que caem dentro daquela sciência.

São êles: Herculano, Gama Barros, Braamcamp Freire, Alberto Sampaio, Michaëlis de Vasconcelos, Leite de Vasconcelos, José Joaquim Nunes, Joaquim da Silveira, David Lopes, António de Vasconcelos, António Joaquim Anselmo, Mgr. José Augusto Ferreira, Borges de Figueiredo, Carlos Bocage, Luciano Cordeiro, Paulo Merêa, António de Vasconcelos, P.e Francisco José Alves, Sousa Viterbo, A. A. Cortesão, Benevides, Alberto Feio, Figanière, Ribeiro de Vasconcelos, o hespanhol Albernoz Menduiña e o norte americano Barnum (1).

Autores de obras de síntese são: Teófilo Braga, Silva Costa Lobo, Oliveira Martins, Teixeira de Aragão, Fortunato de Almeida, Cristóvam Aires, D. Tomás de Almeida e o general Morais Sarmento.

Como disse nenhum dêstes investigadores se aplicou,

---

(1) Omito os nomes dos autores de monografias de terras, algumas delas importantes, para não alongar a lista, bem como os de assuntos arqueológicos e artísticos. Das monografias locais não se podem omitir as de Baião sôbre Ferreira de Zezere e Heleno sôbre Monte Real.

porém, em especial à diplomática, o seu labor consiste em trabalhar sôbre documentos originais ou cópias dêles para extrair notícias históricas, gramáticais, lexicológicas, etimológicas, artísticas, genealógicas, etc. Cabe aqui dizer que de tôdas as sciências auxiliares da história as mais cultivadas entre nós são a numismática, a heráldica e a genealogia.

Com esta resenha de autores fica-se formando uma idea mais ou menos vaga do que seja a diplomática, segundo os recursos dados pela bibliografia histórica portuguesa medieval.

Cingem-se mais á diplomática as publicações de catálogos de documentos e dos próprios documentos.

Os autores das primeiras são: o Visconde de Santarém, Franklin, Aires de Campos, Gabriel Pereira, Oliveira Guimarães, Pedro de Azevedo; das segundas Braamcamp Freire, Paiva Manso, Abranches, Aires de Sá, Gabriel Pereira, Oliveira Guimarães, Francisco José Alves. Além da Academia das Sciências, *O Instituto* de Coimbra, *Sociedade Martins Sarmento,* Arquivo distrital de Braga, tem-se notabilizado nestas publicações as Câmaras de Lisboa (em parte), Pôrto, Guimarães e Coimbra.

Em 1921, o Dr. Teixeira de Carvalho publicou o *Index da Fazenda* do Mosteiro de Celas, datado aproximadamente de 1650 e que é um índice minucioso dos documentos daquele mosteiro cisterciense.

Apesar do modesto número de documentos e sumários publicados em Portugal da época medieval, elês são, na falta de manuais da especialidade, importantes para o estudo da diplomática portuguesa.

Antes de apresentar os inícios da nossa diplomática darei um curto resumo do seu nascimento em França ao findar o século XVII.

A diplomática deve a existência a Dom João Mabillon, beneditino pertencente à congregação de São Mauro (em português Santo Amaro), chamado em 1664 para ajudar o

bibliotecário Dom Lucas de Achery na delicada missão que estava realizando na biblioteca da abadia de Santo Germain-des-Prés em Paris. Aqui se encontrava Mabillon quando o P.e Daniel van Papenbroeck (1), da Companhia de Jesus e director da preciosa colecção de *Acta Sanctorum*, publicou em 1675 o *Propyleum antiquarium circa veri ac falsi discrimen in vetustis membranis*, Papenbroeck, atacava a fundo a validade dos antigos diplomas, que se guardavam nos cartórios dos conventos afamados, dizendo que era impossível conservarem-se documentos tão remotos sem serem substituídos por cópias, que muitas vezes não reproduziriam o teor primitivo dos diplomas. A ordem mais atingida foi a de S. Bento e dela saiu o campeão, que veiu rebater palavra por palavra o autor do *Propyleum*. Foi em 1681 que Mabillon publicou o trabalho magistral *de re diplomatica libri VI*, no qual lançava os princípios essenciais da validade dos diplomas, sem perder a serenidade necessária aos trabalhos scientificos. Todos os eruditos e o próprio P.e Papenbroeck aplaudiram o trabalho, áparte alguns recalcitrantes, que não tiveram eco. O impulso estava dado e os estudos continuaram debaixo da inspiração da *Re diplomatica*. Dois religiosos da mesma congregação de Mabillon, chamados Dom Toustain e Dom Tassin publicaram de 1750 a 1765 seis grossos volumes intitulados *Nouveau Traité de Diplomatique*. Estes dois autores estavam longe de terem a crítica de Mabillon, apesar-de aproveitarem largamente o progresso que a obra de aquele maurino tinha dado à diplomática. Todavia foi acolhida com não menos entusiasmo do que a de Mabillon e graças a ser escrita em françês poude ser compulsada pelos menos versados na lingua latina. Com a Revolução cessaram os estudos

---

(1) Papenbrochio mantinha correspondência com Portugal. A sua possível influência aqui e a dos antecessores de Mabillon ficarão para outro estudo.

históricos, que só vieram a ser renovados com a criação em 1821 de *l'École des Chartes.*

O que o scepticismo de Papenbroeck e dos seus sequazes não tinham podido produzir, fê-lo o espírito da revolução, fazendo perder aos diplomas o valor jurídico.

Giry (1) escreve: «As mudanças consideráveis no estado social de França e na constituïção política da Europa feitas pelas revoluções e pelo Império tiraram aos documentos medievais quási todo o valor jurídico e prático. O direito internacional baseado desde então quási ùnicamente sôbre as estipulações de tratados recentes, o direito público resultante de constituïção e de leis orgânicas novas, o direito particular renovado por codificações, as corporações, os estabelecimentos e os donatários a que pertenciam a maior parte dos cartórios e que tinham ocasião de se servir dêles suprimidos, resultou que só raras vezes se precisou invocar, quer nas relações internacionais, quer nos tribunais, a autoridade dos textos antigos. As cartas passaram dêste então a ter caracter puramente histórico e o estudo delas foi despido de tôdas as preocupações extra-scientíficas; de que se não tinham libertado os sábios dos séculos passados, mesmo os mais ilustres».

Na Alemanha o gôsto pela diplomática desenvolveu-se logo nas universidades e publicaram-se obras valiosas sôbre a diplomática, marchando hoje aquele Estado na frente dessa sciência.

Em Espanha o beneditino Joseph Perez publicou em 1688 as *Dissertationes ecclesiasticas de re Diplomatica.*

Em quási todos os paises fundaram-se no século passado escolas de arquivistas, em que naturalmente entrava a diplomática, mas a tendência agora é a de abrir aquela carreira aos alunos formados nas faculdade de letras.

---

(1) *Manuel de Diplomatique,* pág. 68.

*
* *

Não está ainda averiguado quem introduziu em Portugal a sciência da diplomática, nem disso ainda ninguém se ocupou. Em *A theoria da historia e os progressos da historiografia scientifica,* publicada em 1922, António Ferrão, a pág. 305, escreve que a Academia Real de História fundada em 1720: «inaugurou entre nós os processos de investigação séria dos documentos conforme já então se usava em França, Espanha etc.». De facto a cada passo nos grossos volumes da *Colecção dos documentos, estatutos e mais memorias da Academia Real da Historia Portuguesa* se encontram recomendações a respeito de documentos e arquivos e numas reflexões sôbre o estudo académico, se determina: «como os titulos dos archivos são as provas mais seguras se devem imprimir no fim de cada volume das memorias todos os que corroborão o que o autor refere». Durante alguns anos choveram literalmente na secretaria da Academia as cópias e extractos dos documentos, a grande maioria dos quais desapareceu dos cartórios em que se guardavam (1). Foi um trabalho febril de cêrca de 20 anos, a que se seguiu o marasmo.

Nos referidos trabalhos académicos sente-se muito bem a influência directa ou indirecta da obra de Mabillon, mas raras vezes êle é mencionado. As poucas vezes que o seu nome ou a sua crítica aparecem, antes das reformas pombalinas, devem-se só a quatro académicos.

---

(1) Em 1734-1749 publicou Pedro de Sousa de Castelo Branco uma tradução dos *Elementos da História,* de Abade de Vallemont. Nem o autor, nem o traductor, nem os censores, alguns dêstes académicos da Academia Real, falam nos documentos como essencial ao estudo da história.

O académico Martinho de Mendonça de Pina e Proença em carta datada de 2 de Abril de 1723 da cidade de Vizeu ao Director da Academia de História, diz-lhe «nesta cidade não há pessoa que tenha uso de Diplomatica». Pina e Proença foi deputado do Conselho Ultramarino, Guarda-mor da Tôrre do Tombo e bibliotecário do rei D. João V. Faleceu em 1743, havendo viajado largamente pelas principais cidades da Europa.

O bem conhecido Conde da Ericeira (1673-1743) em 23 de Agôsto de 1724 escrevendo no vol. III dos *Documentos e Memorias da Academia Real da Historia Portuguesa,* a respeito da veracidade dos livros do Conde do Vimieiro diz «não terem anacronismos, ou outras faltas de chronologia, e regras de que escreverão os authores da *re diplomatica,* da Paleographia e da critica».

O Doutor Manuel Pereira da Silva Leal (1694-1733), Lente de cânones da Universidade de Coimbra e deputado da Inquisição de Lisboa, era um talento sólido como se vê dos seus escritos. A pág. 11 da *Dissertação exegetica critica... contra o concilio, intitulado Primeiro Bracarense,* publicada nas *Memorias para a historia ecclesiastica do Bispado da Guarda,* em 1729, encontra-se um trecho, que prova que Leal tinha conhecimento directo da obra de Mabillon:

«havemos de advertir (*Mabil. Supplem. de Re diplomat.* cap. 4. à n. 1. usque ad 3.), que ha grande differença entre os instrumentos, codices, ou documentos interpolados e falsos; consiste esta, em que os interpolados se fazem taes por adjecção, que não mude a substancia, immutação leve, ou êrro em os transcrever: os falsos porem são ou os que de novo espontaneamente se fingem, e se adulterão em pontos essenciais, ou finalmente se exemplã de outros mudando lhe a substancia...».

Seja o penúltimo dos académicos citados o cisterciense

Fr. Manuel da Rocha (1676–1744), autor do *Portugal renascido, tratado historico-critico-chronologico, em que á luz da verdade se dão manifestos os sucessos de Portugal do seculo decimo... tirados da confusão, e descobertos para gloria deste Reyno, por Escritores authenticos, e intelligencia genuina dos autores de melhor nota,* de 1730. No *Ao leitor* lê-se:

«Reconheço, que divulgadas aqui algumas escrituras, de que até agora não havia noticia, se poderão fazer sospeitosas àquelles criticos que demasiadamente escrupulosos, só ao que vem, dão inteiro erudito; mas os mesmos pergaminhos, a sua antigüidade, e a sua letra, que estou prompto a mostrar quando seja necessario, me livrão de todo o susto, e me darão fidelissimo abono; nem a mais melindrosa critica pode negar, ou nega, que ainda se ocultam muitas importantes noticias nos cartorios, os quaes se huma vez se resolvessem com pleno exame, darião muita luz, e tirarião grande trabalho aos historiadores».

Pertencia Fr. Manuel a Alcobaça, e êste convento apesar da riqueza dos seus códices e dos seus documentos, não receou fabricar alguns, graças aos quais êle adquiriu a má fama, que foi posta em relêvo por João Pedro Ribeiro. Aquele académico para confirmar a genuinidade dos documentos que publicava, proclamou que os mostraria a quem os desejasse ver.

D. António Caetano de Sousa (1674-1759), clérigo teatino, publicou uma das mais importantes obras da Academia Real de História, ainda hoje consultada com proveito, se bem os documentos não sejam transcritos com perfeição. A pág. XVII do tom. I (1735), de *Historia Genealogica da Casa Real,* denuncia conhecimentos diplomáticos pela seguinte forma:

«... não me satisfaço de tudo facilmente, como alguns que cuidão, que qualquer papel antigo tem tanta authoridade como huma Escritura, e como não tem pratica de manuscritos, a todos reputão por de igual fé

allegão por autores humas copias, sem nenhuma authoridade, e sem mais de que hum treslado de hum para outro curioso, que gastão o tempo em o escrever que he o que basta para o constituir Genealogias...».

*
* *

A Academia Real de História tinha cumprido a sua missão, que era a de renovar os estudos históricos apoiados estes em documentos; mas dela não saiu ainda nenhum trabalho que compilasse as notícias diplomáticas espalhadas nos seus livros, obtidas pela experiência dos respectivos autores. A energia, porém, com que a Academia tinha iniciado os seus trabalhos exauriu-se, o rei D. João V e o Conde da Ericeira tornaram-se valetudinários e só alguns académicos iam trabalhando para concluir as obras, que haviam começado. A maioria dos académicos considerava as suas funções como mero ornato, como se deve admitir que as exerceria Sebastião de Carvalho e Melo, o futuro ministro de D. José. O seu nome é aqui referido por constituir uma espécie de traço de união entre os estudos da Academia Real de História meramente scientíficos e os estudos escolares, mais apreciados pelo temperamento realista e prático do Marquês de Pombal. João Pedro Ribeiro não esquece esta sociedade e na *Dissertação X* escreveu: «No Reynado do Senhor D. João V, o estabelecimento da Academia Real de Historia Portuguesa fez trabalhar sôbre os nossos cartorios; e muitos dos Documentos ali existentes forão extractados ou publicados por inteiro nas obras dos Sócios, alguns com pouca exactidão».

No reinado de D. José I (1750-1777), sob a ditadura (1) de Pombal não se observou o mínimo progresso nos estudos

(1) A ditadura pombalina não é mais do que a reacção contra a anarquia dos últimos anos do reinado de D. João V.

diplomáticos, apesar dos esforços meritórios empregados para os desenvolver no fim de aquele reinado.

No reinado de D. Maria I (1777–1816) é que cai a idade de ouro da diplomática, graças à Academia Real das Sciências e a um pequeno grupo de cultores, entre os quais avulta o Doutor João Pedro Ribeiro, autor das *Observações* (1798) e das *Dissertações Chronologicas e Criticas* (1810 a 1836). Êste sábio professor traçou uma breve notícia dos estudos diplomáticos de que me aproveito.

Na *Dissertação X* refere-se João Pedro Ribeiro a umas teses sôbre diplomática presididas por Fr. Francisco Vanzeler, sem dar pormenores sôbre elas, mas José Silvestre Ribeiro na *Historia dos Estabelecimentos,* II, pág. 112 oferece um curto resumo do que elas diziam, que é o seguinte:

«No anno de 1787 presidiu em publico Fr. Francisco de Jesus Cloots Vanzeller a umas theses — De criterio veritatis, no convento de N. S. das Mercês.

«Havia quatro theses sôbre as principais causas de se acharem muitas vezes *adulterados os originais;* outras quatro sôbre serem as *copias muitas vezes interpoladas;* e outras quatro sôbre as leis necessarias para se investigar, *se um diploma é genuino ou espurio, se está inteiro ou viciado.*

«É allegado o facto da sustentação destas theses, como prova de que os conhecimentos da Diplomatica não erão extranhos aos portugueses».

João Pedro Ribeiro cita ainda Fr. Manuel da Conceição, falecido em 1796 como autor de um glossário sôbre diplomática, publicado no *Recebedor Instruido.* Mais cita o cónego regrante D. Bernardo da Encarnação como autor de vários manuscritos sôbre estas matérias.

Versam também assuntos que tocam à diplomática os seguintes autores, alguns dêles transviados pela política do tempo dos seus labores: António Caetano do Amaral (1747–1819), António Joaquim de Gouveia Pinto (1833), José Anás-

tásio de Figueiredo (1766–1805), Fr. Francisco de São Luís, patriarca de Lisboa (1766-1845), Fr. Fortunato de S. Boaventura (1778-1844), Fr. Joaquim de Santo Agostinho Brito França Galvão, abade de Lustosa (1767–1845) e Barbosa Canaes (1804–1857).

Para instigar o estudo da diplomática reimprimiu em 1773 Fr. Manuel do Cenáculo a parte 8 do *Nouveau Traité de Diplomatique;* e provàvelmente a êle se deve a publicação do *Indiculus artis diplomaticae,* de 22 páginas apenas e sem logar de impressão. Êste opúsculo não mencionado por João Pedro Ribeiro é citado por J. Silvestre Ribeiro. Em 1792 publicou no Pôrto Fr. José Pedro da Transfiguração uma *Dissertação,* ou *Breve Tratado sobre algumas regras mais necessarias de Hermeneutica e Diplomatica,* e em 1797 deu à luz José Anastásio da Costa e Sá (1825) os *Elementos de Diplomatica.*

D. Tomás Caetano do Bem nas *Memorias dos Clerigos Regulares,* publicadas em 1792, refere-se ao *doutissimo tratado* de Mabillon nos prefácios ou anti-loquios dos dois tomos onde traça um método de escrever a história.

Finalmente em 1855 o Dr. Bernardino José da Silva Carneiro (1806–1867), publicou as *Primeiras linhas de hermeneutica juridica e diplomatica,* dizendo no prefácio que estava regendo a cadeira de *Hermeneutica juridica; analyse de textos de direito patrio, romano e canonico; diplomatica.*

Para êste trabalho folheou sôbre diplomática Vaynes, Mabillon e os *Novos Diplomaticos,* servindo-se com particularidade das *Dissertações* de João Pedro Ribeiro, «sendo ellas, como são, um resultado dos conhecimentos deste nosso escriptor, applicados aos nossos documentos antigos, intendi, que não podia ir beber a melhor fonte».

*
* *

Como vimos entre 1750 e 1765 publicou-se o *Nouveau Traité de Diplomatique,* obra fácil de consultar e que caiu no agrado do público ilustrado, ao mesmo tempo que se dava em Portugal o movimento do fortalecimento do poder real, chamando a si a corôa os serviços, que estavam na mão das corporações religiosas, como era entre outros o ensino. Não é aqui lugar para discutir a acção de Pombal nas suas inovações, o certo é que a situação scientífica e literária do reino era deplorável e aqueles a quem impendia o melhoramento e progresso dos estudos e das investigações não cumpriam o seu dever, como alguns religiosos puseram a claro. Com as reformas pombalinas em que largamente colaboraram homens da Igreja, os estudos ficaram actualizados, mas como êles se fizeram na última década do reinado de D. José I, os frutos resultantes das modificações só vieram a colher-se no reinado seguinte.

Na parte literária das reformas pombalinas encontra-se como seu promotor Fr. Manuel do Cenáculo (1724–1814), franciscano, lente da Universidade de 1751 a 1755, provincial da sua ordem em 1768, bispo de Beja e depois arcebispo de Évora e presidente da Junta de Providência Literária, criada para a reforma dos estudos (1).

No plano dos estudos da Ordem Terceira de S. Francisco, no § 3.º (doc. I) introduzem-se as regras principais da arte diplomática, por influência do seu provincial, que fora Fr. Manuel do Cenáculo.

---

(1) Dêle dizia o ministro da côrte de Viena em Lisboa «ist ein gelehrer Mann, aber noch mehr Intriguant und Creatur des Marquis». Duhr, *Pombal,* pág. 136.

No *Compendio historico,* de 1771, são acusados os jesuítas de não terem promovido o estudo da diplomática, esfragística, numismática e lapidária (doc. II). Não seria mesmo fácil à Companhia criada no meado do século XVI interessar-se pelos estudos medievais, posto que os bolandistas a ela pertençam.

Em 1772 propõe-se a instituïção de um professor com aula de ensinar a ler caracteres antigos, cuja notícia é necessária para outros e diferentes usos (doc. III).

No mesmo ano publicaram-se os *Estatutos* da Universidade de Coimbra e lá se encarecem e recomendam as luzes da diplomática (doc. IV). Noutro lugar dos mesmos *Estatutos* torna-se a recomendar o exame dos diplomas e a leitura de *elucidarios* da língua (doc. V).

Em 1773 é criada em Lisboa uma cadeira de ortografia diplomática e nela provida José Pereira da Silva (doc. VII e VIII), que logo faleceu.

Em 1796, já fora da influência de Fr. Manuel do Cenáculo, é nomeado o Dr. João Pedro Ribeiro (1760-1839) mestre da cadeira de diplomática da Universidade de Coimbra, o qual publicou em 1798 as *Observações historicas e criticas para servirem de Memorias ao systema da Diplomatica Portuguesa. Publicadas por ordem da Academia Real das Sciencias.*

No mesmo ano publicou Fr. Joaquim de Santa Rosa de Viterbo (1744-1822), franciscano, o *Elucidario,* no qual a pág. XX diz o seguinte:

> «Ninguem duvida, que a Diplomática se tem cultivado em Portugal: já não são demasiadamente raros os que podem ler, e manuziar com acerto os Monumentos da Antiguidade veneravel, ajuntando as reflexões Nacionais com as muitas Paleográficas dos nossos vizinhos, tem-se aplanado esta vereda, que tão umbrosa parecia. Porém vai larga distancia entre o ler os caracteres antigos, e o entender sem erro o que nellas se contem: a êste fim se dirige o nosso trabalho. E esta he a grande, e geral utilidade que delle se pode seguir».

Em 1801 é transferida a cadeira de Diplomática para o Real Arquivo e declarada unida e incorporada inteiramente à faculdade de cânones da mesma Universidade, gozando o seu professor tôdas as honras e prerogativas de Lente da Universidade (doc. IX e X).

Nesse mesmo ano foi nomeado José Anastásio de Figueiredo (1766-1805), oficial da secretaria dos negócios do Reino, lente substituto da cadeira de diplomática (doc. XI).

Garção Stockler no projecto sôbre a instrução no Brasil (*Obras*, tôm. II, pág. 291, datado de 1826), diz no art. 10, «O professor de Hermeneutica e Diplomática ensinará metódicamente todos os critérios, pelos quais se distinguem os livros e diplomas, e todo o género de monumentos genuinos dos apocriphos».

Em 1836 (1), havendo mais de cinco que a aula de diplomática se achava vaga, com prejuizo público, foi nomeado o oficial maior de Real Arquivo José Manuel Severo Aureliano Basto (1789-1866) (2) para ler um curso de diplomática, com a gratificação anual de 200.000 réis, metade do que o respectivo professor recebia (doc. XV). Sucederam-lhe na regência do curso sucessivamente os seus dois filhos João e José Basto. A situação da aula de diplomática era singular depois da vinda para Lisboa e principalmente depois da aposentação de Ribeiro e por isso em 1844 no decreto de reorganização da instrução secundária de 20 de Setembro dêsse ano se inseriu o «Art. 53.º As cadeiras de diplomática e de tachigraphia, creadas em Lisboa, considerar-se-hão anexas

---

(1) J. S. Ribeiro, *Historia*, VI, pág. 255. Por esta forma deixava a aula de diplomática de ser curso superior, como de facto já estava, por ser regida por um simples funcionário.

(2) O Dr. Francisco Ribeiro Domingos Guimarães foi também professor de diplomática, segundo diz José Silvestre Ribeiro, *Historia, etc.*, VI, pág. 254.

ao Lyceu, para o fim somente de serem inspeccionados pela mesma auctoridade (1)».

Já na reforma de instrução firmada por Manuel da Silva Passos em 5 de Dezembro de 1836, se decretara o ensino de diplomática, paleografia e taquigrafia num dos dois liceus de Lisboa, então criados (2).

Em 1855 criou-se a cadeira de numismática, com sede na Biblioteca Nacional e em 1901, a de paleografia, as quais com outras cadeiras posteriormente fundadas constituem um determinado curso, que não é objecto do meu estudo.

Com a remoção da cadeira de diplomática, era preciso chamar alunos para ela, porque decerto os bachareis não viriam até Lisboa para estudar debaixo da regência do Dr. Ribeiro aquela sciência, tanto mais que o prestígio do lente ainda era pequeno. Foram considerados por isso alunos obrigatórios da aula, os funcionarios do Real Arquivo e os tabeliães de Lisboa, passando ela, portanto, a burocratizar-se. Alguns nomes ilustres acham-se, comtudo, entre os alunos dêsse tempo. A menção de um só, bastará por emquanto: Herculano.

No alvará com fôrça de lei de 11 de Julho de 1801 (doc. X) determina-se que «serão reputados ouvintes obrigados da mesma aula todos aqueles que aspiram a ser ocupados nos empregos e escrituração da mesmo Real Archivo da Tôrre do Tombo e em officios de tabelião de notas da cidade de Lisboa; e não podendo ser provido ou empregado nos mesmos officios e ministerios pessoa alguma depois de seis annos de exercicio desta cadeira sem que primeiro mostre competentemente ter frequentado com apro-

---

(1) *A origem dos Bastos, funcionarios da Tôrre do Tombo,* no *Boletim da Segunda Classe da Academia*, VIII, pág. 449.

(2) F. Adolfo Coelho, *O ensino historico, philologico e philosophico em Portugal até 1858*, em *O Instituto*, vol. 47.º (1900), pág. 458.

veitamento a mesma aula ao menos por tempo de um ano». Além dêstes alunos, a lei dava preferência nos logares de letras aos bachareis nela habilitados e recomendava-se aos prelados das congregações que mandassem instruir os seus subditos, que se destinassem a empregar como cartorários ou cronistas. Era esta a única ocupação scientífica que o regulamento da aula reconhecia.

A habilitação prévia que os alunos tinham de apresentar era o conhecimento da língua latina, quando não tivessem já sido aprovados para frequentar a aula da Universidade.

Meio século depois em 15 de Setembro de 1856 «mandou o govêrno ouvir o Conselho Superior de Instrução Pública, sôbre o tempo de freqüência necessário para obter a carta de perito em paleografia (1).

(Continúa).

Pedro A. Azevedo

(1) J. Silvestre Ribeiro, *Historia*, etc., vol. X (1882), pág. 313.

A OBRA DE GUERRA JUNQUEIRO

(Cont. do n.º 1, pág. 150)

I

DOUTRINA

CAPÍTULO II

Atitude filosófica

Sumário. — Reacção literária no outono romântico. — Sciência-ídolo e sciência-ilusão. — Epigonismo comteano e confusão de atitudes. — Metafisicismo teatral de Junqueiro. — Enigmas e decifrações. — Ilogismo congénito. — Uma definição de filosofia. — Perspectivas junqueirianas. — Notas de um professor obscuro de filosofia às locubrações de um que dizem filósofo ilustre; ou Notas às «Notas à Margem».

Guerra Junqueiro afirmou-se em época de reacção tenaz e muito justa contra o pieguismo ultra-romântico dos caudatários de Castilho, que à sombra de êste se acolhiam, ficando muito longe de êle na capacidade de realizar. Castilho — tôda a sua obra o grita — era incapaz de criar e, se dava largas a uma imaginação sem asas, com freqüência e largamente se espraiava no ridículo. Os *Ciumes do bardo,* as *Cartas de Eco e Narciso,* a melifluidade viscosa de certos louvores são testemunho constante e patente do que digo. Como crítico, assalta-me forte dúvida de sua sinceridade. A sua acrimonia despeitada nem por velar-se de mansidão exterior era menos venenosa; mas a resgatar êsse e outros defeitos de que não cumpre agora falar, êle era de uma extraordinária virtuosi-

dade; e o documento mais poderoso de sua mestria são as traduções, como a dos *Fastos,* de *O medico à força,* de *As Sabichonas* (apesar de alguns passos tècnicamente inferiores) (1) e pouquíssimos passos do *Fausto.* Nêste, quando o pensamento de Goethe se eleva ou requinta, Castilho já não pode acompanhá-lo, e a generalidade das críticas provocadas pelo aparecimento da tradução, é inabalável. Entretanto, e no sentido em que o poeta merece louvor, podem citar-se ainda nêste último poema o «Prólogo no céu», de grande riqueza harmónica, e a balada do rei de Thule, fidelíssima, essa, e a melhor de quantas há em português (a de Antero é visivelmente inferior, apesar de ser das melhores) pelo tom popular e ingénuo que o poeta consegue dar-lhe e pela frescura de sensibilidade quási infantil que nela transparece.

Tudo isto porém veio parar aos «contos rimados», insulsos de significação e escovadinhos de métrica, de Tomás Ribeiro, às «Doidas de Albano», com punhais, juramentos, mães ferozes, e versos de redondilha armados em sextilhas de uma rima só, de Xavier Cordeiro, ou àqueles salteadores heroicos de Luís Palmeirim (o romantismo teve um fraco pelos bandidos e pelas voragens) que diziam e faziam coisas de muito assombro e maravilha em noites caliginosas, quando, segundo sua própria expressão, de bem vincado orgulho profissional,

Era noite sem lua, sem nada.

Sem lua, sem nada!! Não se diga que destoa do arranque do valente o apuro declamatório de seu profundo exprimir.

O quadro era tão grotesco e desorbitado, que a-pesar-de

(1) Como certas falas de — Jorge. —

alguns admiradores caducos, era desnecessário grande esfôrço para derrubar ídolos de tão grosseiro barro; a discussão do «bom-senso e bom gôsto» deveu-se ao despeito de Castilho e à grandeza de Antero, que, como todos os convictos de espírito superior, atribuíu ao adversário uma fôrça imaginária e prestes a perder-se. A transição era de tal modo natural, que me lembra ainda de ter passado, — e o mesmo sucedeu a muitos, — da admiração pelo D. Jaime ao repudio global do autor, sob a influência imediata da obra de G. Junqueiro. O benefício (fácil de receber por melhor caminho) foi o de libertar-me de aquele romantismo frívolo e inferior. Guerra Junqueiro veio portanto em uma época extremamente favorável ao movimento que na poesia portuguesa pretendeu iniciar; podia ter tido, como de V. Hugo disse Brunetière, o génio da colocação. Ora, não parece que a obra corresponda à situação admirável, a-pesar-de o êxito ser enorme, êxito revelador da sêde do público, culto ou inculto, consciente ou não, perante as águas salobras do nosso romantismo (1).

Antero porém não foi apenas o pregoeiro do movimento, à maneira de um Bacon na orientação da filosofia. Prègou, mas realizou; essencialmente poeta e artista, (veja-se a sua prosa admirável) o que se chamou a «filosofia de Antero» aínda era a sua poesia. Espírito absorvido pelas mais nobres angústias da inteligência, as suas ideias tinham de revestir interêsse filosófico; mas a obra é — tôda ela — obra de poderoso e raro artista. Leiam a maravilha do *Entre Sombras* os que depois da leitura dos Sonetos alguma dúvida tiverem.

---

(1) Não esqueçamos porém que a maior popularidade de G. Junqueiro se deveu à aura política, sôbre o poeta reflectida. O facto está em sua generalidade registrado no capítulo I; e é no nosso caso inteiramente aplicável.

Parece-me até que deve ter sido essa preocupação álacre do seu espírito, essa inquietude do aspirar, expressa em permanente vivacidade interrogadora, essa consciência nítida do incerto, do transitório, essa verdadeira aristocracia da sua mentalidade, que o salvou de um êrro vulgar e de uma atitude lastimável: êrro e atitude dos adoradores feiticistas da sciência, ajoelhados perante o seu altar, como o selvagem curvado perante o feitiço poderoso.

É — ou foi durante largos anos — do número de tais fanáticos o poeta G. Junqueiro. A sciência aparece-lhe duplamente aureolada, como aspiração e obra máxima do espírito, fonte de certeza e fonte de verdade, e como orientadora e até renovadora da arte. Tal a ideia dominante em grande parte do Prefácio de *A Morte de D. João,* na «Nota» ao mesmo poema, em vários passos de essa obra, em vários de *A Velhice do Padre Eterno* e até em aquela de suas obras que por natureza mais longe parecia de prestar-se à fúria apoteótica: *Musa em férias.* Aí, repetindo em verso, com intenção de sublinhar pitorescamente, pouco mais ou menos o que no prefácio de *A Morte...* dissera em prosa, estabelece uma relação estético-scientífica nestes termos:

> Se a musa, emfim, quer entrar
> Do mistério a porta escura
> Diz à sciência: — Vae buscar
> A chave da fechadura.

Na mesma obra, o soneto *Ruínas* põe acima de tudo com uma veneração que parece, e o poeta julgou, heroica e hoje se vê ser... ingénua, êsse ideal da sciência, antropomorfizada com um ímpeto não só extra-scientífico, mas irracional:

> Ó Sciência! Ó *minha amante!* Ó sonho bello!
> .....
> Caia a fé, caia Deus, sendo preciso
> Em nome do direito e da *Verdade!*

De passagem referirei que êste apaixonado da sciência e da razão diz, no mesmo livro, e na poesia já citada:

E a Musa, vendo-se então
Sòzinha na noite imensa,
Entre um *naufragio* — a razão —
E um *salva-vidas* — a crença —

Procura fugindo à morte
O doce olhar de Jesus (1).
.....

— Vejamos um pouco o soneto característico, verdadeiro espécimen, como mostrarei, do pensamento de Junqueiro:

A loucura idolátrica da sciência é, como ninguém ignora, uma prova de escassa cultura scientífica. O sábio mais profundo, que nela vê um fim bastante de vida, aquêle que lhe sacrifica esfôrço e tempo, aquele que se condena «a longos e duros trabalhos» (2) não venera, objectivando-a de forma grosseira, essa pseudo-divindade; e como, além da relatividade inerente ao conhecer, de que não precisa recordar-se, pois esse pensamento é nêle permanente, apreende do mesmo passo o mundo ignorado, de que porventura outros virão a penetrar algum recanto, nunca êsse conceito de sciência se lhe resolve em alegoria ingénua de triunfante majestade, por isso que nela vê — modesto e realista — uma expressão transitória de um longo evoluír, ou, para falar à Hegel, nela vê um momento dialéctico do indefinido processo mental da

---

(1) G. Junqueiro, que pouco reflectia, tece as mais extravagantes contradições. Também em matéria religiosa os absurdos são palmares. Cortei de êste capítulo o que dizia sôbre o seu pensamento religioso, pórque êle está muito bem tratado em um livro de António Sérgio, a que adiante faço referência.

(2) A frase é de H. Poincaré.

humanidade. Pode alegar-se, para atenuar a responsabilidade de G. Junqueiro nêste pecado intelectual, que outros escritores caíram no mesmo beatífico estado de espírito. E êsse estado derivou, na época, essencialmente da vulgarização da obra de Comte e de certo exagêro e desvio na sua interpretação. Comte definira, é certo, a sua época, como a «época positiva», em que os conhecimentos adquiridos e a sua sistematização filosófica substituìriam o devaneio da metafísica (*Cours*... 3.ª ed. 1869, tomo VI, liç. 56 e 57); mas nenhum outro pensador beijou mais fervoroso e humilde aquêle muro fatal, o limite do espírito (aliás em Comte muito estreito) contra o qual se revoltava impotente e formidável o génio de Dostoiewsky, na luta contra as evidências, o que basta para mostrar quanto o seu mundo era mais vasto que o de Comte. A limitação voluntária, metodológica — e arbitrária — do conhecimento, levou o próprio fundador do positivismo a êrros graves de visão (como o da impossibilidade da observação interna)(1) e a outros não menos graves de previsão (como o de afirmar que nunca se saberia e de nada valeria saber a constituïção química do Sol). Datou porém de Comte aquêle feiticismo scientífico, ainda hoje aproveitado por certos caixeiros viajantes da Inteligência, que usam com tocante afêrro o traje desbotado da mentalidade de seus maiores (cujo valor era o mesmo) e se supõem desvanecidamente no rigor da moda... intelectual.

Erro seria afirmar que na doutrina de Comte se contenham, podendo deduzir-se de ela, tôdas as conseqüências derivadas na realidade sempre deturpadora, do contacto dos espíritos. É sorte comum das doutrinas bafejadas por exces-

---

(1) *Cours*... tom. III, liç. 45, e tom. I, liç. 1. Como se sabe a primeira refutação importante de êste êrro de Comte, que não interpretou bem a própria expressão, deve-se a Stuart Mill, cuja doutrina a evolução da psicologia confirmou.

siva aura; e W. James chegou a considerar a mór parte das discussões filosóficas um protesto contra a incompreensão; o certo é ter ficado, não como traço característico do pensamento de Comte, mas como seu alicerce, a afirmação da supremacia indisputada da sciência. Esta nova explosão do «scientismo», desenvolvida no século XIX, ligou-se com a tradição confusa da Enciclopedia, com a qual tinha de facto pontos de contacto importantes; eram-no a crença na autolibertação da humanidade pela continuïdade do progresso, a doutrina da perfectibilidade social, reflexo da perfectibilidade mental, indefinidas ambas, e a preocupação de dar como pábulo exclusivo à inteligência o fruto do saber positivo, postos de lado todo transcendente, todo sobrenatural, todo influxo divino; e, nêste ponto, a Enciclopedia quebrava a tradição cartesiana — o que não surpreende, dada a influência de Locke — pois a «dúvida metódica» se transformava em «atitude sistemática» e onde Descartes pusera como segurança de sua construção, a certeza — por êle julgada superior à de muitas proposições matemáticas demonstradas — da existência da divindade, o Enciclopedismo pusera a *Historia natural da alma,* de La Mettrie, ou a negação escarninha e superficial de Voltaire. O positivismo arvorou depois um *nescimus* indiferente.

Celebrada em vários tons na revista «O Positivismo», de que eram alma o psiquiatra Dr. Júlio de Matos, adepto fervoroso e inteligente, e o Dr. Teófilo Braga, curiosa celebridade entre os que nada sabiam, a doutrina, mais ou menos deturpada, alastrou e conquistou alguns espíritos, e reflectiu-se na arte. Ramalho Ortigão, a quem um espontâneo bom senso, por vezes um tanto superficial, salvou de excessos caricatos, não ficou indemne ao virus; mais tarde Fialho de Almeida havia de chasquear das «biologices» e «sociologices» de *As Farpas;* e tôda a corrente realista portuguesa, como em França fôra, vibrou nesta adoração da sciência, de que é

aspecto derivado a tecnicidade da forma. Também Fialho foi seu defensor e por vezes praticante exagerado, sendo que é êsse o lado fraco da sua obra de estilista, por vir reforçado pela veemência, às vezes alucinada, da sua visão.

Junqueiro pretende também ser representante de esta directriz espiritual. Entretanto, não só não é realista — senão muito à superfície e exteriormente, — como a aspiração religiosa — rasto étnico ou simples cunho pessoal? — o não abandona completamente e surge, hesitante, em algumas obras suas. Ele próprio se diz uma «natureza inquieta de religioso e de metafísico», frase que, a-pesar-de campanuda e teatral, escrita com a transparente finalidade de «marcar» aos olhos do leitor, contém uma verdade, patente em grande parte da obra. Pode até verificar-se que tal pensamento o domina alternadamente com a tendência iconoclastica, e que de um a outro extrêmo se agita quási pendularmente; e como uma característica do autor é a contradição flagrante, visível até na própria realização literária, isso o conduz a atitudes conciliatórias, de cuja sinceridade chegamos a duvidar, para não termos de aceitar a alternativa de que no seu espírito não há o mais tenue clarão de lógica. Assim, em a *Nota* de *Os Simples,* pretende explicar esta obra como complemento de *A Velhice...*, declarando que o lirismo da primeira é o reverso da sátira, e a indignação de esta o comentário do tom elegíaco de aquela. Este comentário, anterior ao seu objecto, é, como ideia, um cahos; e *Os Simples* só podem agravá-lo; é que ali não há nexo lógico ou real; há, depois da obra concluída, a preocupação de ligá-la, tão desconexa ela se apresenta a um vago instinto de harmonia do seu autor, preocupação que o obriga a querer jungir o disperso e interpretar orgânicamente o disparatado. Mas a preocupação é evidente, e há que recebê-la como facto bem estabelecido e aspecto multiafirmado da fisionomia espiritual de Junqueiro.

*
* *

Comecemos pela «Nota» de *Os Simples*.

Fala o poeta de uma crise angustiosa e fisiológica por que passou e revela-nos que «revolveu no cérebro escandecido todos os enigmas torturantes». — *Todos?* O autor estaria certo de que a crise passara quando escreveu isto? É certo que o *todos*, linhas antes, é — «o problema *do além* como agora se diz» — e a propósito do qual o autor considera que — «o problema da morte é, no fundo, o problema da vida» —.

No fundo e à superfície. Se considerarmos a vida um problema, a morte nada mais é que um aspecto de êsse problema; e pode ser o inverso: considerada a morte um problema, a vida será apenas uma face da questão.

Mas, «escandecido o cérebro» e depois de ter «questionado a razão» (quem é que questionava a razão?) e de «ouvir a consciência» (quem é que ouvia a consciência?) e de ter pedido «à história natural» (isto é, a uma sciência descritiva!) o «segredo íntimo das coisas», conseguiu o que desejava; e foi — apenas isto! — ter da vida e do universo *uma ideia metódica e definitiva!!*

É difícil tratar a sério coisas tais, que dariam tom suficientemente pitoresco a uma dissertação escolar de principiante, fadado para curtos vôos; o tom da crítica, importa notá-lo, é dado em parte pela obra criticada; e esta não é das próprias para elevá-lo.

Ora, logo que a «história natural» revelou a G. Junqueiro, por inexplicável capricho feminino, o tal segredo íntimo das coisas, que nunca aos verdadeiros naturalistas quis dizer, a ponto de êles já não pensarem em preguntar-lho, o beneficiado, em vez de comunicá-lo ao mundo absorto, guardou-o

também, e aproveitou-o para formar (não lhe bastava na rudeza nativa) uma *ideia metódica e definitiva* da vida e do universo. Nem se vê em que pode tal ideia diferir do *segrêdo* supracitado, solução do problema pôsto a si próprio pelo autor.

Guardou pois Junqueiro o *segrêdo íntimo* e construiu, «não um sistema de filosofia humana» mas uma «metafísica *para uso próprio!*»

Qualquer que seja o valor atribuído à metafísica, porque êle vai nos pensadores e filósofos, desde o zero da escala de Comte, ao máximo da escala de Wundt, em um ponto existe acôrdo: em que a metafísica tem por objecto a máxima generalidade do ser; a sua transcendência não é um caracter possível de sistematização, mas o aspecto necessário da sua universalidade. Pois foi precisamente uma metafísica pessoal e de uso interno o que Junqueiro diz ter construído.

Acrescenta que não se afastou muito, com esta invenção, do que já pensava antes de ter inventado; sòmente «o que era intuïção tornou-se certeza» (Junqueiro parece crer que intuïção e hipótese se predicam reciprocamente) «e o que era hipótese, mais ou menos sentimental e imaginária, transformou-se num corpo de doutrina raciocinado e lógico».

Sem acentuar a série de êrros de expressão e a flutuação dos termos, vejamos com algum cuidado o sentido da frase citada.

Quere o autor dizer que conseguiu transformar as suas hipóteses (que, imaginárias por essência, não podem ser outra coisa, sendo por isso desnecessário e impróprio o *mais ou menos* da frase) em uma doutrina lògicamente demonstrada (*tornou-se certeza...*). Pena é ser tudo *para uso próprio,* o que nega o carácter da demonstrabilidade.

Poderá dizer-se: — Não é êsse o pensamento do poeta. O que êle fez foi coordenar as suas dúvidas, bater-se contra as suas hesitações e dar-lhes uma resposta. O seu raciocínio

não se encadeou segundo a lógica demonstrativa, mas segundo a sua atitude psíquica; ou, mais simples: orientou, definiu, consolidou o conjunto da sua crença.

Muito bem. Nesse caso, as palavras *certeza, corpo de doutrina lógico* etc. não têm o significado exacto e pediam nota ou substituïção. Tudo isto para dar a entender que a intuïção rude do povo — aliás cheia de figurativo, e quanta vez! de materialização grosseira, fàcilmente encaminhavel para a idolatria — é sublime e profunda, ao passo que na Igreja católica é materialidade e crime a interpretação do Evangelho!

É que no pensamento de G. Junqueiro nunca há unidade; superficial e verbalista, é ingenitamente ilógico. Tal carácter pode encontrar-se nas pseudo-ideias gerais que se compraz em espalhar, nos poemas comparados e em cada um de êles, nas diversas partes do mesmo poema, dentro de cada página e até, com maior freqüência do que pode julgar-se, dentro de cada verso. Tudo fia da sonoridade pura (1), carácter exterior, e inferior da palavra. Vê-lo hemos. Entretanto, é bom não esquecer que é o poeta que pretende ser scientífico e filosófico, e não eu que tenho por necessário que êle ou outro o seja; mas apresentando-se como tal, é forçoso receber a afirmação e averiguar do seu direito.

Antes de prosseguir: — que entende êste filósofo por filosofia? Ele o diz: (*Prosas dispersas,* pág. 91). «A filosofia é a sociologia do universo, a história ordenada dos encadeamentos da existência, da evolução do amor». Isto é, Junqueiro opina que o Universo se compõe de existências encadeadas, que representam a fenomenalidade de uma mesma essência — o amor —. Ideia pueril, já conhecida, mas aqui mais mal expressa. E assim como o amor da humanidade,

---

(1) Sonoridade, na mór parte dos casos, brutalmente rítmica, ruìdosa, mas pouco musical, no sentido superior da palavra.

realizando-se, dá o objecto da sociologia, assim o amor universal, em sua realização no tempo e no espaço, dá o objecto da filosofia.

Temos pois, segundo Junqueiro:

Amor, — encadeamento das existências, cuja evolução é ordenada.

Sociologia — estudo da evolução do amor humano.

Filosofia — sociologia do Universo.

Não é feio nem obscuro. Continuemos a citação.

«E como a vida da natureza (Junqueiro tem uma preocupação explicativa constante) só chega à síntese na ideia de Deus, é claro — [nada tem de claro] — que o santo ou o grande poeta conhecem melhor a vida do que o filósofo, pois que êles mesmos são a vida na escala mais alta e no estado nascente».

Esforcemo-nos por desembrulhar:

A vida da natureza chega à síntese — síntese de elementos reais, pois não se trata do conceito de Vida — não em Deus, como seria de esperar do flutuante e contraditório panteísmo do poeta (1), mas na *ideia de Deus*. Se o autor afirmasse que

---

(1) Exemplos: — Em *O Melro (Velhice..) a única Bíblia verdadeira* é a Natureza, conclusão importante para o autor, visto pô-la na boca do padre, convertido à doutrina junqueiriana... pela asa do melro; e «*há mais Deus nos cardos secos* do que na Bíblia. Em *Os Simples*, o povo interpreta sublimemente, porque o seu cristianismo «é *feito* (*sic*) com a ignorância absoluta do dogma e a intuïção *humana* dos Evangelhos», sendo assim que êle entende o *divino* espírito de Jesus. Simultaneamente declara sentir em si redobrar, um *desenvolvimento progressivo* de misticismo naturalista. Na *Oração à luz* estabelece uma gradação que vai da areia *num momento* ao lodo, à seiva, ao fruto, à carne, ao sangue, ao pensamento. E em *A Velhice*, na Introdução, declara acreditar em um Deus que premeia e castiga, e na imortalidade da alma. Monismo, livre exame, panteísmo, concepção católica de Deus pessoa e juiz, aversão ao catolicismo, naturalismo, misticismo (êste um pouco mais literário do que real) tudo se enevoa e confunde na muitas vezes incoercível

o conceito da Vida só chega à síntese na ideia de Deus, a coisa era inteligível, embora frouxa. Tal qual a escreveu a frase não dá sentido que se aproveite. E de uma frase sem sentido conclui G. Junqueiro [— *é claro* —] que o santo ou o grande poeta conhecem melhor a vida etc.

Conhecem? Porquê? Por causa da síntese?! O autor continua e dá uma razão que deve ser modalidade da primeira, visto explanar o que apresenta como conseqüência de aquela; e diz: — «pois que êles mesmos são a vida na escala mais alta e no estado nascente».

Seja. A estrutura do período é esta:

Como *A* só se sintetiza em *B*, *C* e *D* conhecem melhor *A*, porque *C* e *D* são *A* no estado *x*.

Uma confusão inextricavel. *Conhecem* melhor a vida (da natureza?) porque *são* a vida (da natureza ainda?) na escala mais alta, visto como a vida só chega à síntese na ideia de Deus. Límpido. Quanto à *escala mais alta,* apenas é de lamentar que os filósofos, ao que parece, não passem de vida na escala mais baixa e no estado moribundo.

Outro exemplo, porque para não tornar o trabalho interminável, devo limitar-me às provas eliminatórias.

— «A vida (*ibid.*, pág. 92) aparece na obra do filósofo descrita por cálculos, ordenada por argumentos e por ideias».

Ora, nem pode descrever-se a vida por cálculos, nem ela aparece necessàriamente na obra do filósofo, nem é ordenada por ideias. As ideias é que devem ser sempre ordenadas e muita vez o não são. A frase não dá sentido no conjunto e nos pormenores é lastimável.

Entretanto — quem o pensaria? — o autor declara (*Morte...* pág. 319) que «a química, a física, a história, a linguística,

---

concepção do autor. E não menciono já os passos de ateísmo declarado, que embora igualmente contraditórios e frouxos, são inúmeros, a-pesar-das afirmações em contrário.

a etnografia, a astronomia, a filosofia, *em summa*, tôdas as sciências humanas são milhares de raios luminosos que se cruzam, interceptando-se num *unico* ponto. O passo lembra com impressionante semelhança, a fala de Teodora na tradução de *Les femmes savantes,* até por a série apresentada, embora muito mais curta, não derivar com maior nexo (1).

Nesse ponto (*unico,* diz redundantìssimamente Junqueiro) deve estar o poeta. Pois vejamos o poeta nesse centro de perspectiva.

Perspectiva química:

1.º exemplo:

> «Almas da água, quando se casaram
> Foi com beijos de luz que se beijaram».

Passo da «Oração à luz» que deixa boquiabertos os semi-ignorantes, e talvez esteja dentro de aquela doutrina estética (*Morte*... Pref.) que atribui à sciência o papel de dar «o convencimento, a certeza» e à poesia o de dar (2) (melhor se diria exprimir) a «emoção, o entusiasmo». O dístico, pela imaginação é frouxo, por adstrito à imagem real que lhe deu

---

(1) Relembro essa fala, que não se encontra em Molière, mas é dos passos felizes de Castilho:

> ... venha quanto maná dar possam as sciências:
> leis, política, história, a cirurgia, a ética,
> o cálculo, a geodesia, a oratória, a dialectica
> a história natural, a física, a gramática,
> a estratégia, a obstetrícia, a náutica, a aerostática,
> a simbólica, a higiene, o comércio, a ginástica,
> necromância e higromância, a estética co'a plástica
> a agronomia...
>
> (Acto II, Scena VII).

(2) É certo que aquele *dar* pode significar *transmitir*. Sendo assim recuso-me a examinar o papel ridículo da poesia e dos poetas, segundo essa concepção do autor, a quem prefiro não atribuir tal dislate.

origem; como comentário poético é uma curiosidade; o seu interêsse é o do exotismo, laivado de um tom de extravagância, e briga, no poema a que pertence, com o intuito de alta metafísica do autor, e com o tom de nobre devaneio que êle desejava imprimir-lhe. Excepção feita da mania scientífica, a impressão de curiosidade resultante é análoga à do verso de Rostand, em *Chantecler,* empregado pelo melro para caricaturar a borboleta:

On prend un W qu'on met sur un Y

É a impressão da *trouvaille,* do bem achado. Mais nada.

2.º exemplo — que entra também... na geologia:

«Lança-se-lhe um carvão e faz um diamante».

Tenho por inútil comentar.

3.º exemplo — referido ao espírito humano:

«É feito de potassa e feito de calcáreo».

É certo que esta frase se atribui no poema aos homens sem moral, incapazes de reconhecer a espiritualidade da vida; mas a sciência é visivelmente de Junqueiro, não só pela analogia com centenas de exemplos, mas ainda porque não é para repudiá-la, mas para tirar de ela outras conclusões, que se lhe refere neste logar.

4.º exemplo:

«Musgos, liquens, fetos, *química* incessante...
Fazem montões de almas de essa podridão».

Como se disséssemos:

«Vacas e carneiros, *biologia* eterna
Vão roendo as hervas e fazendo sangue».

Junqueiro escreveu aqui como se ignorasse que é o homem quem faz química no seu laboratório e que a natureza não faz, nem deixa de fazer *química,* porque êste é o nome de uma sciência, de um *campo de estudo* metòdicamente delimitado. É certo empregar-se às vezes o mesmo nome para designar a realidade-objecto de uma sciência e a sciência que estuda essa realidade; mas atenda-se ao desorbitado da frase, à imponência da afirmação, à palavra na situação de apôsto, para se ver que a sugestão partiu da sciência para a natureza (o que está de acôrdo com a concepção integral do poeta e em especial com o seu erradíssimo conceito de lei scientífica, como veremos) para se verificar a justeza da minha interpretação. Cesário Verde escreveu: (*Nós* pág. 92 ed. de 1901).

E ter riqueza química no sangue.

Embora êste verso não seja dos mais felizes do notável e semi-esquecido poeta apresento-o para mostrar a diferença entre ambos.

Exemplos de perspectiva... histórica:

1.º «Pedi à história natural (única história verdadeira) etc.».

Jogo impróprio de palavras? Lapso na distinção fundamental, disfarçada na identidade superficial do têrmo? Dispenso-me de optar.

2.º «Sabes o que é a História? Uma mulher sombria» etc.

Não importa neste capítulo averiguar a realização literária de esta figura alegórica (aliás vulgar). Mas deve observar-se que a concepção do poeta, enamorado da sciência e das realidades é, muito agravada com o seu impeto próprio, a concepção romântica da história-juiz. Com a sua tendência deformadora e descompassada, deixa de ser em Junqueiro a

história-juiz, para ser a história-carrasco. É uma virago formidável que anda nos cemitérios a desentulhar «ossadas de impérios» (coisa bem trivial e romântica, traduzida em campanudo) como consta de pág. 42 de *A Morte*... e em momentos de furor se põe a esbofetear os Caíns, residentes, segundo parece, nos

... «antros infernais, cheios de pesadelos».

E para quê, Senhor! Para fazer um terramoto espantoso, pondo «sentinas onde estão trofeus», abrindo «cabeças de heróis» e «ventres de sepulturas» e concomitantemente dar sua bofetada nos Caíns, no que é eficazmente auxiliada pelo Remorso (ao que se vê em *A Caridade e a Justiça* de *A Velhice*). Ela

... «espalma-lhes no rosto a grande mão pesada»;

e êle

«azorraga-os co'a luz febril do seu olhar
dando-lhe um pontapé».

Como a cronologia, até para Junqueiro, é a alma da história, darei exemplos da cronologia.

1.º «Tomemos o oceano como objecto de um poema (1). Se êsse poema *for feito* (2) há mil anos... não poderá comparar-se com igual poema (3) feito em 1876. O mar, para o

---

(1) Para notar que êste «revolucionário scientífico» [*a forte poesia revolucionária*, como êle diz no Prefácio de *A Morte*...] fala de «objecto de um poema» com o significado concreto, pesado, que um retardatário ultra-romântico lhe daria.

(2) O «raio luminoso» da linguística não exigiria que o autor aqui dissesse: *tiver sido* feito?

(3) Como se vê é o objecto — no sentido material e grosseiro que

poeta do ano de 800 seria simplesmente» — [êsse pouco!] — «um abismo habitado por *deuses*, monstros, e ficções...».

Ora em 800, ano da coroação de Carlos Magno e época de dilatação da fé católica, a superstição pode encher o mar de monstros, mas não de deuses. E quási oito séculos depois, um homem que já não acreditava nos monstros e nas ficções e que vira claramente visto o que é o mar com sua fúria, seu atractivo, seu perigo, sua grandeza, sua tragédia, enchia o mar de deuses e ficções e criava o Adamastor.

2.º

«É uma ideia que cai do alto de *seis mil anos* (*Morte*..., pág. 24)

Fala da Liberdade. Não admira que nos tenha chegado tão escalavrada.

3.º A Bíblia da Verdade está

«Há seis mil anos já nos nossos corações» (*Morte*..., pág. 27)

4.º O sol da liberdade descreve «há *seis mil anos*» a *ecliptica gigante,* cujas constelações (é extraordinário!) são Prometeu (1) (a divindade mítica) Dante, Cristo — (o sol já deu

---

acima vemos — que torna os poemas «iguais». Esta incapacidade do valor expressional, da gradação lógica é já mau sintoma. Adiante veremos onde êste defeito enquadra.

(1) Decerto, uma figura mítica presta-se muitas vezes a representação simbólica à escolha do autor, dentro de certos limites. Das possíveis em Prometeu, G. Junqueiro escolheu — se é que tinha conhecimento das outras — a mais trivial: a do revoltado contra Jove. Quanto à série de nomes é visivelmente falha de todo significado e *a fortiori* de aquêle que o poeta quis dar-lhe. Prometeu, segundo o autor, é a revolta. Seja. E Dante? É por ser gibelino? Longa história seria a de mostrar que a liberdade não estava ao lado de estes. E Cristo? Que analogia tem com Prometeu, como o poeta o prefere? Galileu, claro, é por ter sido perseguido; mas a lista não é de mártires. Washington defendeu

uma volta) — Galileu, Washington (o presidente da grande república norte-americana) Pascal, Newton, Voltaire (!!) (*Ibid.* pág. 28).

«Mr. voilà de l'astronomie» — diria a personagem da comédia de Musset.

5.º É preciso derrubar Jehovah, que

> «Há *seis mil anos* quási assombra a humanidade (*Ibid.* pág. 39)

6.º O abutre tirania

> «Há *seis mil anos* já devora noite e dia
> O Prometeu antigo» (*Ibid.* pág. 40).

7.º A cândida inocência desapareceu do mundo sem deixar rastro, *há quási seis mil anos* (Ibid. pág. 307).

8.º O remorso diz que anda na sua tarefa *há mais de seis mil anos* (*Velhice,* pág. 27).

9.º E, finalmente, há um papão, residente detrás da porta do Infinito, que não faz a barba há *seis mil anos* (*Ibid.* pág. 43).

Exemplo de cosmografia:

> . . O pelago suspenso
> Dos astros e dos mundos (*Ibid.* pág. 26).

---

a liberdade dos Estados Unidos contra a Inglaterra; mas é da liberdade nacional que se trata? Então e o Prometeu? e Cristo? Pascal e Newton a que vêm? O primeiro vem como filósofo? Antes de êle e depois de êle quantos há! Ou vem apenas por ter discutido com os jesuítas? Newton está no zodiaco da liberdade porque estabeleceu a lei da atracção? Voltaire, emfim, compreende-se; prègou a tolerância e escreveu algumas chalaças; é portanto, salva ainda assim a diferença visível, da classe espiritual de G. Junqueiro. As oito constelações do *zodiaco imortal* (porque o verso não deu licença de pôr lá doze) não têm sentido que preste.

Exemplo de geologia:

> Ao crebro latejar das tuas pulsações [do mar]
> Abrasam-se de fogo as bocas dos vulcões. (*Morte*, pág. 2)

Mas para que prolongar? Talvez tudo isto se explique por outra doutrina do autor. É que o pensamento humano, depois de ter *andado pelo infinito,* como fica exarado a pág. 29 da «*Morte...*» interrogou *a historia, os ventos, o granito* (singularíssima série de oráculos) e veio dizer-nos que Jesus, Sócrates, Platão (outro grupo curioso) tinham falado verdade. Ainda bem que a prova jurídica do testemunho complexo os iliba da culpa de trapaça. E falaram verdade, porque existe *uma razão, uma ideia, uma lei* (dir-se hia que são sinónimos) misteriosa (!) e etérea (!) a que tudo obedece. — Coisa de picaresco sabor que nenhum de êles afirmou. E o século XIX que no parecer do poeta (*Morte...* pág. 316) foi estupendo, descobriu entre outras coisas «a lei das correntes marítimas», a «lei das tempestades (!)» a «lei da história (!!)» *viu* o infinitamente pequeno com o microscópio e *viu* o infinitamente grande com o telescópio. Deve ter sido aquela ignorada lei da história que ensinou ao poeta a obsediante data dos seis mil anos (1).

Para concluír, exemplos de filosofia. Procuro-os em o

---

(1) Darei um só exemplo, que seria fácil multiplicar, da extravagante concepção de lei scientífica, de G. Junqueiro. Lê-se a pág. 318 de *A Morte...* «Qual é nos povos civilizados a lei de justiça que domina o amor? O casamento. Qual é a que domina a política? A liberdade [!!] *Qual é a* que domina a natureza? *As leis* físicas, descobertas e *interpretadas* pelas *sciências naturais*». Comentário inútil. Apenas lembro, porque é pormenor fácil de passar despercebido, que no tempo do poeta e dada a origem da sua cultura, ninguém empregava — e hoje muito poucos empregam — a expressão «sciências naturais» no sentido da palavra alemã *Naturwissenschaften*, o que torna mais errada a última frase.

número do Natal do *Diario de Noticias* (25-XII-1922) que as publicou como quem as considerava admiráveis.

1.º «Unificar a vida na matéria, que absurdo! É como se eu quisesse unificar-me nas minhas unhas ou nos meus calos».

Esta frase, insulsa como gracejo, exautora definitivamente quem a escreve a sério.

Revela que não houve compreensão do problema, nem capacidade de estudo, nem respeito pela inteligência alheia, nem consideração pela própria, nem conhecimento dos dados elementares. Ninguém pretendeu *unificar a vida na matéria.* O materialismo não é, nunca foi, nem pode ser a doutrina de essa unificação. O materialista apenas se recusa a aceitar para a vida uma explicação transcendente, pretendendo que ela se explique pelas propriedades físico-químicas e também orgânicas, da matéria viva; não é pois *unificar na matéria,* é diversificar a matéria; é alargar o conceito de matéria. Demais, a comparação de Junqueiro é de uma impropriedade ridícula (e outrotanto lhe sucede constantemente em verso). Entre a pessoa do poeta e a sua keratina não há uma relação identica à outra. E decididamente a posição do materialismo não se combate com os calos de quem quer que seja.

2.º «Vaidosos psicólogos, que pretendeis analizar exaustivamente a alma humana, lembrai-vos que às vezes, numa gota de água, há três milhões de infusórios»!

É caso para os psicólogos estarrecerem de assombro esta novidade analógica.

A afirmação não pode ser tomada a sério, mas, quando o fôsse, Junqueiro parece ignorar que a existência verificada dos infusorios é exaustiva. Três ou três milhões a qualidade é a mesma e feito o cálculo da quantidade, está concluida a análise. Se a alma humana fôsse a actividade simultânea de três milhões de impressões e reacções idênticas e nessa hipó-

tese pudesse subsistir a nossa capacidade analítica, há muito que a análise «exaustiva» teria ficado concluída. Quanto à vaidade, que não é qualidade inerente aos psicólogos (pode havê-los vaidosos e modestos, tal qual nos poetas) vê-se que ela existe nêles em especial por não se lembrarem dos infusórios nas gotas, e teimarem (já é birra!) em analisar a alma humana, apezar do prudente aviso dos poetas-filósofos, que trazem sempre debaixo de ôlho a bicharia microscópica, muito elucidativa e de boa lição, como acabamos de ver.

3.º e último.

«A nossa vida é feita de instantes, de cisco de tempo»...

A vida, que não se unifica na matéria, é construída de cisco imaterial, que são os instantes. Imagem bonita; e consoladora, porque logo acrescenta que o cisco «vivido em Deus, pode ser eterno».

Chama-se a isto *Notas à margem de uma filosofia*. Qual a filosofia, o alto pensamento inspirador do marginista? Estes ciscos, cimentos armados, momentos eternos, tapeçarias, etc. de onde surgiram? — Vão lá saber! —

Pois é a êste palavrear informe, fácil de vencer pela informação superficial de qualquer almanaque bem feito, que chamam filosofia os marçanos das letras, admiradores cegos do poeta e que porfiam em chamar-lhe águia, como se para isso bastasse a típica aduncidade hebraica do seu perfil.

CAPÍTULO III

Visão estética

Sumário: — Esgrima no vácuo. — Definição de poeta, dada por G. Junqueiro. — Pequena confusão de «normas» e «conseqüências». — Papel da poesia. — Um dilema... singular. — Nesga da teoria junqueiriana da evolução poética. — Um ponto secundário em arte literária. — Pedras, patamares e assuntos. — Panteísmo e arte. — Números que se evaporam.

A propósito da figura extraordinária de Spinoza, alguém disse que a sua filosofia estava afinal tôda no *quatenus*, por êle empregado em freqüentes distinções. Semelhantemente, na forma, e com muito maior razão no fundo, pode dizer-se que todo o vigor mental de Junqueiro está no *como* e no *porquê* da sua fúria explicativa. É incrivel a facilidade com que êle acumula os «pois», os «é evidente», os «é claro», quando pretende enunciar uma frase sem grande nexo.

Começo pelo Prefácio de *A Morte*...

Rompe de forma charlatanesca de declamador de praça: — «É para vós êste prólogo, dignos e honrados chefes de família» —.

E diz que estes chefes de família têm mulher e filhos a quem dão a ler de quando em quando «um romance, um drama, um poema, em suma, um livro de recreio, uma obra de arte».

Ora estes «bons críticos» que o são sem dar por isso, como diz o poeta, e que recorrem ao cura ou ao sobrinho amanuense para levar aos filhos livros de leitura amena, são pura criação do autor, que não vê o burguês acima do nivel do merceeiro, quando, pelo contrário, o burguês fino, o janota, cheio de pompa e com seu fumo de estética, é o mais ridículo e perigoso. A-pesar-de que alguns se encontram capazes de distinguir *livro de recreio* de *obra de arte*.

À maneira de certo *clown* do Coliseu, que lutava sòzinho, fazendo esforço incrível para derrubar o adversário ideal, Junqueiro nêste prólogo ataca-se e defende-se, o que é de grande comodidade, sendo apenas de notar que nem assim se livre de percalços. Quando resume a «opinião caluniosa» formada em volta do seu livro, expõe:

— «*A Morte de D. João* filia-se num género de poesia, cujos assuntos, tratados em artigos de fundo, seriam excelentes».

— «As especulações scientíficas nada têm de comum com os devaneios poéticos».

— «As liras não se fizeram para cantar direito público ou leccionar Economia Política. As questões sociais são efectivamente importantíssimas, mas nem é a cítara que as resolve, nem são os alaúdes que as devem discutir».

Pondo de parte a abundância instrumental de liras, citaras e alaúdes, cujo ridículo o autor parece não desconhecer, pois são frases atribuídas aos seus *carissimos inimigos,* as três opiniões, contra o que êle pretende, são justas. E tanto êle próprio o sentiu que não as atacou directamente; ali se resumem verdades de senso comum (esfera modestíssima que a discussão, posta naquele pé, não ultrapassa) e a incongruência retórica teve de deixá-las de pé. Os burgueses, se disseram aquilo mesmo, falaram com acêrto, e eu — «sem vergonha o não digo» — estou do lado do burguês. Aceito a doutrina, abstraindo do palavriado, que, demais, pertence a Junqueiro.

Continua êle, com procuração do burguês:

— «*Chorar, crer, amar*, eis o triângulo luminoso, dentro do qual está encerrado o destino do poeta» —.

Isto é de Junqueiro também, e exclusivo. Onde se viram os burgueses (que, segundo julga, até consultam o cura e o sobrinho para dar a ler livros aos filhos) aconselhar os poetas a não «morder os frutos venenosos da sciência»?

Refira-se entretantó uma definição, dada pelo poeta com o fim de insurgir-se contra ela — atribuída também ao burguês — e que lhe saiu perfeita e inatacável, porque a tendência fundamental de Junqueiro — a sátira — servida (e prejudicada também) pela exuberância desequilibrada do seu verbo, não consegue senão casualmente focar o grotesco ou sublinha-lo. Cria-o. É esta:

— «Desde esse momento [desde que morde os tais frutos] o poeta ficará sendo apenas um energúmeno retórico, sovando, a golpes de alexandrinos, o zabumba das filantropias sociais» —.

Exacto. Junqueiro autofotografou-se na obra de «tamborileiro revolucionário». E enfático termina: «Eis a acusação; —[É falso]— agora a defesa». Isto sim, que é de êle. Vamos ver.

— «A poesia é a verdade, transformada em sentimento» (!)

A verdade, resultante de um acto mental, relação entre um juízo e o seu princípio, *transformada* (laboratório mágico!) em sentimento, estado psíquico. Não admira que os coribantes do jornalismo ou da populaça julguem compreender; julgam, porque, embora desconexo, está disposto de modo dogmático e conciso, em que a impressão de conjunto substitui a verdadeira compreensão. Conhece-se o passo de Byron:

> *I live not in myself, but I become*
> *Portion of that around me; and to me*
> *High mountains are a feeling...*
>
> (Child Harold's Pilgrimage, III, LXXII)

admirável expressão poética do estado de contemplação puro estética, em que as impressões se fundem, o objectivo sensorial parece diluir-se, transluzir, fluidificar-se, abolindo a vontade, como diria Schopenhauer, e deixando apenas a vibração espiritual acorde com a natureza espiritualizada. É exacto, e se nem todos somos Byrons para dizê-lo, alguns

somos almas caladas capazes de senti-lo. Mas... «a verdade! A verdade transformada em sentimento!» Pode, evidentemente, uma descoberta qualquer despertar o entusiasmo de um artista; êle não transforma porém essa verdade em sentimento; tem uma vibração espiritual determinada, provocada por um objecto que neste caso foi o achado de uma verdade — que aliás amanhã pode deixar de ser verdade, ou passar a se-lo por outra forma ou em diferente escala; a noção da verdade de Junqueiro é revelha e errada. Sem falar já agora de que a frase, redigida para significar a *obra realizada,* o *poema feito*, dir-se hia antes a definição da poesia-sujeito, da poesia-estado, do *tonus* espiritual que benévola ou hipòcritamente se supõe seja a origem das obras poéticas e a que Camões alude chamando-lhe «fúria», que no caso especial deseja «sonorosa» e não «agreste ou ruda». Em *La Samaritaine,* Rostand põe na boca de um admirador de *Photine* uma resposta curiosa:

UN JEUNE HOMME

Comme elle est belle en ce moment!

UN AUTRE

C'est que sur elle

L'esprit vient de souffler!

UN AUTRE

Mais non! C'est qu'elle est belle!

Não é a verdade que vem iluminar a poesia; demais, haveria sôbre a relação entre verdade estética e verdade scientífica muito que repetir e que dizer, se tal fôra o fim de êste livro. Não é o espírito-santo da verdade que desce a dar brilho à arte; *é que ela é bela.* Houve, é certo, um homem chamado Boileau, que em versos córneos pretendeu ensinar os outros a fazer versos; êsse deixêmo-lo à boçal admiração de pedagogos incapazes de sentir a beleza. As montanhas não podem, no sentido corrente, tornar-se um sentimento. Entretanto, a *ver-*

dade poética, a realidade psíquica profunda de êste verso são admiráveis; nada têm no emtanto que ver com a verdade scientífica, para estabelecer a qual pode servir êsse facto, essa correspondência, tão vivamente sentida e expressa pelo poeta. A definição platónica, tão citada, e nem sempre bem interpretada, considera justamente o belo certo poder da verdade, que não é a verdade mesma, nem uma sua transformação. Poder-se hia muito mais fàcilmente buscar o ponto de contacto entre o conceito platónico (parcialmente verdadeiro) e o verso byroniano (inteiramente exacto) do que entre esta doutrina (?) estética de Junqueiro e qualquer realidade poética.

Admitamos porém que a expressão é infeliz — e grande infelicidade a de um escritor que atraiçoa sempre o seu pensamento — e só quere dizer o que Junqueiro pouco antes afirmara: «que a poesia moderna deve ter um caracter scientífico».

Se Junqueiro estivesse habituado a pensar com rigor, não confundiria uma *norma*, com uma *consequência*. Se a poesia moderna *deve* ter êsse caracter impõe-se a explicação de *porque deve* e mais ainda *como deve* e não basta vir expor como prova uma pseudo-definição de poesia, pois se limita nêsse caso a repetir como definição o que avançara como regra. É evidente que a definição de poesia, a definição de essência, não prova que a poesia *moderna* deva ter êsse caracter ou outro. Supondo a definição verdadeira, ela só poderia servir para se ver qual a forma de realizar em dada época, o carácter permanente, fixado na definição. Ora como esta definição não é convencional, determinada apenas por necessidades lógicas, mas condicionada por elementos reais, impõe-se a análise do que é e do que tem sido a poesia. Nessa altura a definição de Junqueiro perde até o direito de ser discutida. A história da poesia (isto é, das obras poéticas, pois a poesia subjectiva, de pura contemplação, quási não tem história) não é evidentemente a história do esfôrço humano para *transformar em sentimento* as verdades do respectivo saber.

Junqueiro põe até a questão de modo que mostra desejar a poesia a acompanhar os resultados da sciência, ordenhando-lhes o leite do entusiasmo, porque a sciência — coitada! — se limita a verificar estritamente que êle lá está.

Mas — meu Deus! — já houve de isto. O antigo poeta de paço e aristocracia, orbitado como satélite obscuro ao astro da fidalguia, cantando-lhe as prendas em dia de fausto natalício ou nobre enlace auspicioso, foi afinal o precursor humilde da doutrina estética de Junqueiro. Não falava rijo na sciência, por não estar no ponto perspectivo do nosso poeta, mas «transformava em sentimento» — apre! — coisas que não eram menos verdadeiras, socialmente, do que a sciência, para que o poeta Junqueiro apela como fonte máxima de inspiração. Deixa de haver poetas; passa a haver «tiradores de consequências» (pág. X) morais sociais e religiosas, *traduzindo-as em uma forma sentimental!*

«A nossa época, — diz êle — (pág. XIII) é uma época de análise, de crítica, de observação» (nada de isto se fizera no mundo) «e a poesia, *como todas as artes* há-de *infalivelmente* obedecer a essa tendência *irresistivel.*

Nada mais peremptório. A música, a pintura, a arquitectura, etc. não têm remédio senão ir com a tendência irresistível. Certo que a pobres mortais que não são poetas de génio, apetece preguntar a que veio nesse caso o combate normativo de Junqueiro, quando só há que deixar obrar a natureza.

«Cantem pois — acrescenta —... a natureza, mas interpretando-a pelos resultados da sciência que a tornam mais bela e mais poética e não copiando uma série de tropos infantis e de madrigais adocicados»...

Aqui há um como dilema absurdo, e ridículo, se o supusermos de boa fé. O conselho retórico e infantil implica uma alternativa inexistente. Pensava Junqueiro que ou se havia de ser scientífico ou adocicado. Pois lamentemos a sua ignorância da história da literatura nacional e até da litera-

tura sua contemporânea. Manes de Antero, homem de tão robusto e nobre pensar, que nunca foi scientífico! De Cesario Verde, sempre de fluente exprimir, de pictural propriedade, de sugestão viva, que nunca foi scientífico! De António Feijó, magnífico lapidário, que nunca foi o que Junqueiro pretende que o poeta seja! Para que exemplificar mais? Parece que a Junqueiro, em vez de fornecer moldes à poesia do seu país, melhor fôra declarar que pretendia ser fundador e presidente de uma nova academia poética: — «a dos scientíficos». Valha-nos o «déspota sagrado», como êle chama ao Jehovah de seu invento, esquecendo que só pode ser *sagrado* aquilo que por essência não é *divino*.

A sciência de Guerra Junqueiro é porém a mais pitoresca das ficções poéticas.

E, aplicada à estética, dá o mesmo que dera em outro campo.

Exemplos:

1.º «O que é a *Légende des Siècles* senão a síntese poética de um certo número de verdades históricas? O que é o *Fausto* senão a psicologia humana dramatizada» (1)?

Faltou mostrar aqui o que se entendia por síntese poética, as verdades históricas por ela abrangidas e em que consistira ali a *transformação em sentimento* de êsse certo número de verdades. Faltou dizer o que se entendia por psicologia humana dramatizada, dado que igual afirmação pode fazer-se de tôdas as grandes obras de todos os grandes poetas, de todos os grandes romancistas, de todos os grandes trágicos. A não ser que Junqueiro chamasse drama ao aspecto exterior do diálogo. Ainda assim ficava muito. Não posso, porque me alongaria em excesso, mostrar pormenorizadamente o êrro de aquelas frases, para o que seria preciso

---

(1) O «raio luminoso» da sciência da linguagem exigiria que se dissesse: «— Que é a *Légende*, etc.».

mostrar a diferença entre tipo humano e símbolo humano, impressão vivida e impressão analisada, verdade histórica e reconstrução histórica, urdidura imaginativa e núcleo concepcional, e aplicar tudo isso às obras citadas.

Isto e o mais que tenho de calar só se explica talvez pela circunstância curiosa de Junqueiro (como se vê a páginas XI) se servir da «imaginação» para «deduzir»; é natural que quem «deduz concepções» *por meio das faculdades imaginativas* haja de chegar a surpreendente resultado.

Agora, um pensamento do autor sôbre evolução poética:

2.º — ... «sendo a verdade a base da poesia, segue-se que esta será tanto mais elevada, quanto maior fôr o adiantamento das sciências. Pode um poeta do século XIII ser maior que todos os do XIX. Mas o nosso século fornece às imaginações assuntos artísticos muitíssimo superiores aos dos precedentes. Que haja quem os execute é *um ponto secundário*».

É o que lá está. *Ponto secundário.* É na página XI. Não se perca o logar em que um artista crítico afirma que os assuntos hoje são muito superiores e que é secundário que haja quem os utilize! Tanta celeuma levantou a escolástica não só entre os renovadores — o que é justo — mas entre os que não entendiam nem uma nem outros — o que é o mal inevitável das reformas —, tão ridiculizada foi a sua maneira de tudo distinguir, a ponto de o melhor poeta satírico português — Nicolau Tolentino — dizer em uma de suas quintilhas:

> E armado do *a parte rei*
> Tudo a eito distinguia,

para afinal se ver que tanto distinguidor não chegou a ensinar certos modernos a distinguir o que deviam. *Ponto secundário?* Pois que é que demonstra a superioridade de um assunto senão a sua superior utilização? Não nos iludamos. Quando alguém, falando de um tema, o declara superior, é

porque entrevê mais ou menos claramente a forma de utilizá-lo. É o relâmpago de uma scena, de uma interpretação, de uma frase, de uma visão plástica, o que lhe diz da superioridade do tema, que, aliás, como é evidente, não constitui uma coisa-em-si.

Demos porém que assim não é. O que em todo caso é fundamental é haver quem o realize, porque a arte não é um cacho de possibilidades. Eu sei que Junqueiro aduz o exemplo do «bloco de mármore», de que pode fazer-se «o patamar de uma escada ou a Venus de Milo». Isto é, para Junqueiro, o assunto é alguma coisa tangível e independente; o artista cinzela-o apenas; e Junqueiro não vê que o assunto do Laocoonte ou do Moysés não é a pedra de que são feitos, mas a ideia que realizam. Um Laocoonte de madeira, seria artisticamente o mesmo, e um Laocoonte heroico, morrendo estoicamente, dominando a tortura, seria outro Laocoonte.

— «Qual é mais poético e mais sublime — pregunta Junqueiro (pág. XII) — Neptuno dentro de uma concha, puxado por cavalos marinhos, ou o homem descendo com uma lâmpada na mão às maiores profundidades do oceano»? —

Isto de sublime não é questão solúvel por meio de preguntas retóricas (processo muito do nosso autor) a que se supõe dada resposta. «Poético» e «sublime» não são sinónimos nem coexistentes de necessidade. Quanto à plástica, quereria eu saber se há quem prefira ao Neptuno mítico o escafandro moderno. E só nêste sentido podem comparar-se porque não há outro ponto comum. De isto conclui Junqueiro que — «o poeta tem pois [*pois,* é curioso] obrigação de ser homem do seu tempo [que remédio!] e que «as suas odes, *isto é o seu sentimento,* deve estar *exactamente paralelo* aos resultados scientificos (!)»

Nas *Prosas dispersas* tem Junqueiro entre vários passos de monótono repisar, estas afirmações:

«A arte, quando é grande, é religiosa e panteísta. Sente

infinito, exprime infinito, sugere infinito. Universaliza indivíduos, evapora números, eterniza momentos».

Vejamos.

Que quer dizer aquele *quando*? É igual a *para ser*? Trata-se outra vez de uma norma ou de uma afirmação de facto? Em ambos os sentidos é falsa e mal expressa, apezar da máscara de tom declamatório. Julgaria Junqueiro a *Heroica* ou a *Pastoral,* de Beethoven, religiosas e panteístas? Parecer-lhe hia a *Divina Comedia* panteísta? Consideraria o Macbeth ou o Rei Lear religiosos? A catedral gótica panteísta? A Gioconda panteísta e religiosa?

Sente e sugere infinito! Sim, a arte sugere, mas não sente. Que extravagante antropomorfismo é êste? Não pode estar *a arte* em vez de *o artista*, porque é aquela e não êste que se pretende caracterizar. *Exprime infinito!* Mas estas duas palavras *hurlent de se trouver ensemble.* E para coroar esta obra singularíssima, a arte... *evapora números.* Parece que depois de corrigir Leibniz, como disse aí algures não sei quem, provavelmente por só conhecer o nome de Leibniz e talvez não todo, o poeta passou a caricaturar involuntariamente uma sombra já caricatural de Pitágoras.

Tal o cunho da doutrina estética de Junqueiro, que noutro meio não teria dado um passo com ela, sem expor-se a comentário escarninho; tal a maravilha, perante a qual a maioria do público português, sem reflexão nem critério, derrancado na sensibilidade e lazeirento na inteligência, se fica embebida e feliz, a ver... «evaporar números» e eternizar «cisco de tempo»!

(Continua).

Vieira de Almeida

O PNEUMOTÓRAX BILATERAL SIMULTANEO

ESTADO ACTUAL DO PROBLEMA

La réalisation d'un pneumothorax bilatéral est aujourd'hui une notion bien établie».

E. SERGENT.

«On en est parfois recompensé».

RIST ET CHABAUD.

A colapsoterapia é de tôdas as terapêuticas contra a tuberculose pulmonar a que melhor tem resistido à crítica e ao tempo, e que dia a dia vê aumentar as suas aplicações como meio terapêutico.

Limitada primitivamente às formas unilaterais evolutivas da tuberculose pulmonar, o seu domínio foi-se estendendo aos casos de tuberculose pulmonar bilateral, quer consecutiva a um pneumotórax unilateral, quer às tuberculoses francamente bilaterais.



JOSÉ DE SAAVEDRA

O primeiro a empregar o pneumo bilateral foi o próprio inventor do método, Forlanini, pneumotórax de detenção, por lesões do pulmão oposto consecutivas a pneumos unila-

terais. As suas experiências foram porém esquecidas, no meio das críticas severas levantadas contra o próprio pneumo unilateral. O professor M. Ascoli, no Congresso Internacional contra a Tuberculose, em Abril de 1912, em Roma, apresentou os primeiros casos tratados pelo pneumo bilateral. Parry Morgan (de Cardiff) publicou, pela mesma época, um caso favorável, e, em 1917, dois novos casos de pneumo bilateral com resultados favoráveis.

Em 1913, Maragliano apresenta 8 casos, com dois resultados favoráveis. Em 1914, Faguioli, 12 observações, com 3 casos favoráveis.

Em 1917, Gwerder Pedoja, de Davos, citado por Tobé e Terrasse, «sob o nome de pneumotórax de detenção publicou as indicações e os resultados duma técnica, cuja aplicação reservava aos casos bilaterais avançados; provocava prudentemente o descolamento do pulmão mais atingido, com o único fim de proporcionar ao doente um alívio temporário: tratava-se, em resumo, duma intervenção puramente simtomática, que o autor entendia dever opor ao colapso total. Constatou com surpresa que os sinais funcionais e gerais diminuíam com uma extrema rapidez desde o comêço do descolamento pleural, e que muitas vezes as bolhas do gás se localizavam de preferência à volta das lesões em actividade, realisando assim uma libertação electiva das partes doentes. Nas quatro observações publicados os resultados imediatos e posteriores foram notáveis, e ultrapassaram muito os que havia a esperar duma simples operação paliativa». As mesmas razões e mais algumas, como adiante se verá nas 4 observações que publico, e sem ter conhecimento dos trabalhos de Pedoja e dos outros autores que o antecederam ou se seguiram, até ao caso relatado por Bezançon, me levaram em começos de 1925 à prática do pneumotórax bilateral. Depois, Abott, Barlow, Kramer, A. Bergmann (de Buenos Aires), Clemente Ferreira e Lafayette

Stokler (do Rio de Janeiro), Samson (de Berlim) apresentaram casos análogos.

Em França, Ameuille, e sobretudo Bernou, em 1923. Finalmente, um caso relatado por Bezançon e Jacquelin, numa tuberculose aguda bronco-pneumónica, o único de que tive conhecimento antes de realizar a minha primeira insuflação. Em fins de Maio de 1925, Coulaud, por intermédio de Rist, apresentou à Sociedade Médica dos Hospitais um caso de pneumotórax *bilateral total,* com óptimos resultados.

Mais tarde, Rist e Chabaud publicam o resultado de 20 casos, com 7 mortos, com sobrevida de 8 meses após o pneumo bilateral, dois agravados, cinco estacionários, e seis em boa evolução. Em Dezembro de 1925, Rist, Chabaud e Coulaud apresentam mais casos de pneumo duplo. Tobé e Terrasse em Agôsto de 1926. Sergent em 1924, apresenta ao Congresso de Lausanne três casos de pneumo bilateral simultâneo e incompleto, e, mais tarde (Janeiro de 1926), mais 5 observações em grávidas tuberculosas ou suspeitas, como meio preventivo da evolução da tuberculose pulmonar do *post-partum.*

Foi em Fevereiro de 1925 que tratámos o primeiro doente pelo pneumotórax bilateral. Devemos desde já justificar os motivos que nos levaram a tentar esta arrojada, para o tempo, intervenção terapêutica (o adjectivo é de Rist), visto que nessa data ignorávamos os trabalhos isolados que um ou outro tisiólogo tinha feito no mesmo sentido. Com efeito datam do meado de 1925 os primeiros trabalhos sistemáticos publicados sôbre a colapsoterapia bilateral, na maior parte pneumotórax de detenção e não simultâneos em tuberculoses «d'emblée» bilaterais como os que tive ocasião de executar.

Eis as razões que nos levaram à prática do pneumotórax bilateral:

1.º Era freqüente observar, a-pesar-do emprêgo de pressões negativas e insuflações progressivamente crescentes, o

aparecimento de lesões do pulmão oposto ao colapsado, após um tempo mais ou menos longo a seguir ás insuflações do pulmão doente.

2.º Em certos casos de tuberculose pulmonar unilateral que tive ocasião de tratar pelo pneumotórax artificial, nos quais por motivo de aderências era impossível o colapso completo do pulmão, pude verificar o efeito benéfico do colapso incompleto do pulmão sôbre a evolução das lesões.

3.º Kingdberg, num artigo da *Presse Médicale,* de Março de 1924, chamava a atenção para os trabalhos, principalmente dos autores americanos Hennel e Stivelmann, Barlow e Kramer e franceses sôbre o *pneumotórax electivo.* Observaram estes autores que, em muitos casos, a insuflação de um gás na pleura tinha uma certa electividade para as lesões do pulmão, isto é, comprimia as partes doentes respeitando as partes sãs. Gwerder-Pedoja, Barlow e Kramer insuflavam quantidades pequenas de azote mas freqüentemente.

Hennel e Stivelmann, Bernou e Kindberg faziam o colapso completo do pulmão, diminuindo a seguir a pressão intrapleural por forma a deixar reexpandir as partes sãs, conservando-se as partes doentes colapsadas. O pneumo incompleto era portanto, em muitos casos, capaz de comprimir eficazmente as partes lesadas.

4.º É sabido, da fisiologia, que a vida é possível quando se conserva pelo menos um décimo da superfície pulmonar.

5.º Bezançon e Jacquelin, em Setembro de 1924, publicaram na *Presse Médicale* um caso de tuberculose bronco-pneumónica tratado com sucesso pelo pneumotórax bilateral. Todavia estes autores não recomendavam o seu emprêgo nas outras formas de tuberculose pulmonar.

Estávamos portanto em presença de um problema, cujas incógnitas eram como se segue:

a) ¿Como se comportará o aparêlho respitório e circula-

tório e, de uma maneira geral, o estado geral do doente perante a compressão bilateral incompleta?

b) ¿Não seria idêntico o processo por que actuava o pneumo de um só pulmão ou dos dois ao mesmo tempo, (embora êste fôsse de resultados menos satisfatórios), em doentes entregues a uma evolução muito provável das suas lesões, e na maior parte impossibilitados de fazerem uma cura higieno-dietética conveniente, quer num sanatório quer mesmo fora dêle?

c) ¿Não seria o colapso bilateral incompleto, como em alguns casos unilaterais, suficiente, senão para curar, pelo menos para melhorar ou fazer estacionar a evolução das lesões, realizando num ou nos dois pulmões, quando fôsse possível, o pneumotórax electivo?

Estudei num doente com lesões extensas dos dois pulmões e mau estado geral, as modificações que a insuflação muito lenta e com pressões negativas provocava no seu aparelho respiratório, circulatório, e, de uma maneira geral no seu estado geral.

Eis a observação resumida:

Obs. I. — *Manuel Pereira,* de 33 anos de idade, solteiro. Sem antecedentes tuberculosos. Sarampo e gripe. Há um ano aproximadamente, começou a enfraquecer. Ligeira tosse sem expectoração. Anorexia intensa, que persistiu durante todo o tratamento, a-pesar-de ter tentado as mais variadas dietas. Pontadas nos dois pulmões. Pouco a pouco o seu estado foi piorando, a tosse aumentou, expectoração, suores nocturnos, inaptidão para o trabalho, calor, principalmente à tarde.

Foi internado a 4 de Fevereiro de 1925.

Estado geral mau, temperatura entre 38 a 40°, irregular. Pêso 49k,3 — Perímetro toráxico, 75. Auscultação, lesões extensas bilaterais, principalmente à esquerda; à direita, mais acentuadas na base.

Exame radioscópico: hemitórax esquerdo — extensa sombra de densificação pulmonar. No hemitórax direito: pequenas sombras disseminadas, separadas por espaços claros. Vértices não eliminam com a tosse. Expectoração: B de Koch (IV escala de Grafty). R. de W. negativa.

1.º Pneumo, à esquerda no dia 17 (300 ^{cm3}) Pressão — 4.

O segundo à esquerda e alternadamente á esquerda e à direita, regulando as insuflações pelo exame radioscópico. Fizemos do lado esquerdo, em que as lesões eram mais extensas, uma compressão maior do que à direita, insuflando no pulmão direito quantidades de gás inferiores à do esquerdo. Ao todo, cinco pneumos à esquerda e cinco à direita.

Ciclos respiratórios depois da operação	20
Pulsações	100
Ciclos respiratórios depois da operação	20
Pulsações	112

Antes da insuflação do pulmão direito:
Ciclos respiratórios, 22 — Pulsações 88.
Depois da insuflação — 22 — 90.
Tensão arterial (Pachon) — 8 e 13.
Não se fêz o exame spirométrico.

Os exames posteriores, antes e depois da intervenção eram sensìvelmente idênticos. O doente não acusava dispnneia nem perturbações subjectivas.

A expectoração a princípio aumentou, para diminuir sensivelmente depois. Os suores noturnos atenuaram-se, e a temperatura, que a princípio oscilava entre 38 e 40°, manteve-se entre 37,5 e 39.

O pulmão esquerdo colapsado menos de metade, o direito menos. Nenhuma influência sôbre a anorexia. Interrompemos o tratamento em vista da anorexia quási completa do doente.

Se neste doente, que propositadamente escolhemos pelas suas extensas lesões para melhor podermos estudar os efeitos do pneumo bilateral sôbre a circulação e respiração, não pudemos evitar a evolução das lesões, devido em grande parte à sua anorexia quási absoluta, anterior à intervenção, mostrou-nos, que o pneumotórax foi bem suportado, tendo tido uma ligeira influência sôbre a temperatura e a expectoração.

Obs. II. — *Rosa de Oliveira,* solteira, de 18 anos, criada de servir. Nada de importante nos seus antecedentes. Há um ano começou a sentir pontadas, mais intensas à direita do que à esquerda, tosse sêca, en-

rouquecimento, fraqueza geral. Alguns meses depois começou a expectorar, abundantes suores noturnos, emmagrecimento progressivo. Como estes simtomas se acentuassem cada vez mais, foi por mim observada em Junho de 1925.

Auscultação: ralas de fusão em tôda a altura do hemitórax direito com pequena caverna no têrço médio. Sub-matidez. Refôrço das vibrações vocais. Hemitórax esquerdo: ralas sub-crepitantes no têrço médio; córtico-pleurite do vértice. Sub-matidez. Exame radioscópico. Sombras de densificação pulmonar por bacilose em tôda a altura do hemitórax direito. Hemitórax esquerdo: sombras de bacilose no têrço médio — vértice opaco.

Tuberculose laríngea.

Expectoração: B. de Koch (V escala Graffty).

Urina — normal.

Sangue: Hemoglobina 80.

Polinucleares neutrófilos	66,1 %
Glóbulos vermelhos	3 milhões
Linfocitos	27,6 %
Grandes mononucleares	2,8 %
Polinucleares eosinófilos	3,3 %

R. de W. negativa. Temperatura: algumas décimas de vez em quando. Como a doente, submetida a princípio ao repouso, não melhorasse dos seus sintomas, foi-lhe feito o pneumotórax, alternadamente à direita e à esquerda. Pressões iniciais negativas, depois ligeiramente positivas.

Algum tempo depois, desaparecimento da expectoração, aumento de pêso, desaparecimento dos suores noturnos. Nenhuma influência sôbre a tuberculose laríngea. Pulsações e ciclos respiratórios sensìvelmente iguais antes e depois da operação.

Não houve derrame pleural.

A doente, sentindo-se muito melhor, pediu alta, após um ano de tratamento. Tendo-se estabelecido fortes aderências pleurais à esquerda, há uns dois meses, tivemos de interromper o pneumotórax. Devido talvez a êste facto, ao aparecimento de uma diarreia de que a doente se não queixou, e duma acentuada anorexia, a doente perdeu pêso, e piorou um pouco do seu estado geral.

Poder-se há argumentar que as melhoras nítidas obtidas

pela doente (anteriormente à interrupção do pneumotórax, a doente pediu por várias vezes alta, julgando-se curada) eram devidas ao regímen e à forma pouco evolutiva da sua tuberculose. De facto. o regimen de repouso e alimentar são muitas vezes suficientes para obter, em curas sanatoriais, melhoras importantes, mas só lentamente, quando as lesões são muito extensas, como na nossa doente e com um regímen severo.

Ora, a nossa doente, depois de um certo repouso, nenhumas melhoras sensíveis obteve, e depois da intervenção não foi possível, a-pesar-de tôdas as ameaças, conseguir que a doente fizesse uma cura de repouso absoluta. Era raro conservar-se deitada ou sentada; transportava, contra tôdas as ordens, volumes de um certo pêso, etc.

A sua tuberculose, a-pesar-de quási apiretica, era francamente evolutiva, com fenómenos de fusão bastante intensos.

As melhoras apareceram pouco depois de estabelecido o pneumotórax bilateral.

Obs. III — *Florinda Ferreira*, solteira, 42 anos. Sem antecedentes tuberculosos. Teve variola, sarampo, febre tifóide, gripe pneumónica, pneumonia em Novembro de 1295.

Em Janeiro entrou com uma tuberculose do têrço médio do pulmão direito. Temperutura entre 36°,5 e 37°,5. Tratamento pelo pneumotórax.

Em Março, ligeira infiltração do pulmão esquerdo, junto à região bilar. Temperatura entre 37° e 38°. Pneumotórax de detenção à esquerda. A temperatura baixou ligeiramente. Aumento de pêso. Desaparecimento dos suores noturnos. Sentindo-se melhor, pediu alta um mês depois para retomar o seu trabalho.

Neste caso, cuja história clínica apresentamos resumidamente, as melhoras podem ser atribuídas ao repouso e alimentação. Pela brevidade do tratamento, nenhuma conclusão podemos tirar que não seja a perfeita tolerância pela doente

do pneumotórax bilateral simultâneo. Nenhumas perturbações circulatórias nem respiratórias.

Obs. IV — *M. de A.*, casada, natural de Celorico. Sem antecedentes tuberculosos. Há uns anos, aproximadamente, começou a enfraquecer, suores noturnos, tosse e expectoração ligeira, pontadas no pulmão direito.

Consultou um médico, que lhe disse ter umas ralas no vértice direito, e prescreveu-lhe uma terapêutica apropriada. Sentindo-se enfraquecer progressivamente, consultou-me em Fevereiro de 1926. Ralas sub-crepitantes no vértice e nos dois terços superiores do pulmão direito. Bases relativamente livres.

Pulmão esquerdo — ralas no têrço médio, principalmente depois da tosse.

O exame radioscópico do tórax revelou lesões dos dois terços superiores à direita, com pequena mobilidade do diafragma. À esquerda, ligeira sombra no têrço médio. Hemidiafragma com boa excursão. Expectoração com B. de Koch (IV escala Graffty). R. de W. negativa. Urina normal.

Temperatura entre 37 e 37,5. Como, depois de uma cura de repouso, a doente não sentisse melhoras, insistiu para ser tratada pelo pneumotórax. Observada a doente em conferência médica, acedeu-se em lhe fazer o pneumotórax, ressalvadas tôdas as responsabilidades do seu êxito. Pequenas oscilações manométricas devidas a aderências pleurais, que necessitaram insuflações com pressões positivas, no intuito de desfazer progressivamente as aderências, o que não conseguimos.

Pneumo à esquerda, com pressões negativas. Ao fim de dois meses de tratamento, desaparecimento dos sinais estetoscópicos e radioscópicos à esquerda. Passámos a fazer então as insuflações apenas à direita.

A expectoração desapareceu, bem como a pequena temperatura, os suores, o que não conseguíramos de entrada com o simples repouso. Em Agôsto foi por nossa indicação fazer uma cura de altitude.

Nesta doente pudemos, portanto, transformar uma tuberculose bilateral numa unilateral, porque as lesões à esquerda eram incipientes. O prognóstico seria favorável, se as aderências à direita permitissem um colapso completo do pulmão.

As observações acima apresentadas sobrepõem-se sen-

sìvelmente ás de Gwerder Pedoja, de Davos. Nas quatro observações de Pedoja «os resultados imediatos e posteriores foram notáveis, e ultrapassaram muito os que eram de esperar duma simples operação paliativa».

O pouco tempo de tratamento dos nossos doentes não nos permite tirar conclusões sôbre os efeitos posteriores da intervenção.

Todavia os efeitos imediatos foram sensíveis. Uma cura sanatorial de altitude, com um rigoroso regímen higieno-dietétrico, tem muitas vezes resultados satisfatórios sôbre o estado geral dos doentes, mas nem êsse regímen foi nos casos apresentados seguido devidamente, nem os resultados são tão rápidos, sobretudo com lesões pulmonares tão extensas. Não nos foi possível fazer radiografias dos pulmões dêstes doentes, que melhor documentariam a sua apresentação. Todavia, no pulmão mais lesado, na II observação, levámos o colapso do pulmão além de metade do hemitórax. No pulmão menos lesado, por uma justificada prudência, a compressão foi muito menor.

Porém, os trabalhos recentemente publicados pelos diferentes autores (em especial o caso apresentado por Chabaud de pneumo bilateral completo) levam-nos a crer na maior eficácia duma compressão maior dos pulmões em mãos experimentadas na técnica do pneumotórax, caso o doente possa ser freqüentemente, direi mesmo diàriamente observado, radiografado com pequenos intervalos, medida a sua capacidade respiratória, examinados cuidadosamente os seus aparelhos respiratório e circulatório, o seu estado geral, etc.

Reservando para o final dêste artigo a apreciação em conjunto dos resultados obtidos até hoje com êste novo método terapêutico, as suas indicações e contra-indicações, poderemos afirmar, que nos casos por nós tratados, o pneumotórax bilateral foi perfeitamente tolerado pelos doentes,

tendo exercido uma acção favorável sôbre os diferentes sintomas e permitindo, no último caso, a transformação de uma tuberculose bilateral numa unilateral.

Técnica:

«Des problemes très complexes et très immediats se posent ainsi devant le medecin, et ce ne seront pas les précédents, ni l'enseignement des classiques qui l'orienteront sur la conduite à tenir dans une situation si nouvelle. Il faut agir pour le mieux à ses risques et périls. On en est parfois recompensé» (Rist et Chabaud).

De facto, é difícil apresentar uma técnica geral para todos os casos de tuberculose pulmonar bilateral. Cada caso tem a sua técnica especial. Indicaremos, porém, de uma maneira geral, segundo os autores citados e a observação pessoal, a que me parece mais indicada, consoante as diferentes formas de tuberculose bilateral.

Pneumotórax bilateral alternado (1):

Se as lesões não são muito extensas, localizadas a um lobo pulmonar, podemos tentar um pneumo electivo. Êste, como atrás ficou dito, pode-se obter, ou comprimindo ràpidamente o pulmão completamente, e deixando reabsorver-se o gás até à obtenção do pneumo electivo, ou por compressão progressiva do pulmão.

---

(1) O têrmo de pneumotórax bilateral alternado parece-me impróprio, visto que o pneumotórax é alternadamente *unilateral*, assim como a designação de pneumotórax bilateral simultâneo não me parece exacta, pois o pneumotórax bilateral simultâneo não é, como o seu nome parece indicar, feito nos dois pulmões ao mesmo tempo, mas com alguns dias de intervalo. Parecem-me mais exactos os nomes de *pneumotórax unilateral alternado*, o primeiro; e *pneumotôrax bilateral alternado*, o segundo.

A primeira técnica, excelente nas lesões unilaterais, parece-me perigosa nos casos bilaterais, em que se queira empregar o pneumo bilateral alterado. De facto, é necessário, segundo Kindberg e Vaucher, comprimir o pulmão durante um certo tempo, uns dois meses, nos casos por êle observados. Nós sabemos, porém, quanto é freqüente a evolução das lesões do pulmão oposto ao colapsado, na maioria dos casos, mesmo o aparecimento de lesões no pulmão são, consecutivamente a pneumotórax unilaterais completos. A segunda técnica parece-me, pois, preferível.

Pneumotórax bilateral simultâneo:

Nas tuberculoses bilaterais, consecutivas a pneumos unilaterais, poderemos, conservando o colapso completo dum pulmão, fazer um de detenção no outro pulmão, vigiando o aparelho circulatório e respiratório, prontos a diminuir o colapso completo, se quaisquer perturbações o indicarem. É nestas formas que esta terapêutica me parece mais eficaz. Quanto mais recentes forem as lesões, mais favorável é o seu prognóstico.

Nas formas *bronco pneumónicas* (caso de Bezançon) uma compressão igual dos dois pulmões parece-me indicada, salvo se as lesões forem mais extensas num pulmão.

Nas formas mais frequentes, *bilaterais «d'emblée»*, devemos ter em conta: *a*) a extensão das lesões; *b*) o grau de compressibilidade do pulmão; *c*) o caracter evolutivo das lesões; *d*) o desvio do mediastino, além do exame geral do doente acima indicado.

Duma maneira geral, fizemos uma insuflação maior do lado em que as lesões eram mais extensas, onde em regra o pulmão era menos compressível. Se as lesões de um pulmão evolucionam mais ràpidamente do que no outro, impõe-se uma maior compressão do primeiro lado. O desvio

do mediastino, maior ou menor, segundo os doentes, é, regra geral, corrigido pela compressão do lado oposto.

Deve-se todavia notar, que a insuflação de uma pleura num pneumo bilateral aumenta bastante a pressão do pneumo oposto. Certas perturbações digestivas podem aparecer como consequências de altas tensões por abaixamento do diafragma.

Devemos começar por pequenas quantidades de gás (3oo$^{cm.}$) e aumentar progressivamente. Após duas ou três insuflações numa pleura, com pequeno intervalo, e depois de «contrôle» radioscópico, fazíamos o pneumo do outro pulmão menos lesado e alternadamente dum lado ou outro, conforme as indicações radiológicas.

¿Que distância deve haver da parede interna toráxica ao coto pulmonar? Bezançon recomenda não ultrapassar 3$^{cm.}$. Pruvost vai até 5$^{cm.}$, Chabaud, num caso, até ao colapso completo. Não há regras absolutas. Tudo depende da tolerância do doente, da superfície pulmonar lesada, do grau de enfisema, do estado do aparelho circulatório, etc.

Só o exame cuidadoso, clínico e radiográfico, o poderá indicar.

Quando não houver aderências, devemos conservar sempre pressões negativas.

Quando as pleuras não estiverem livres e na impossibilidade de empregarmos o método de Jacobœus (pleuroscopia), ou a frenicectomia, poderemos tentar *prudentemente* o descolamento das pleuras com pressões positivas.

Com o fim de simplificarmos a técnica do pneumotórax, fizemos construir um aparelho portátil de pneumotórax artificial, cuja descrição foi publicada na *Presse Médicale*, n.º 42, de 27 de Maio de 1925, e que a seguir transcrevemos:

«La collapsothérapie est, de l'avis de la plupart des phtisiologues, avec le régime hygiéno-diététique, le moyen le

plus sûr de combattre la tuberculose. Nul médecin ne peut l'ignorer. Toutefois sa pratique était loin d'être généralisée, par manque d'un appateil portatif qui pût être transporté facilement chez les malades.

«Le système à deux flacons, outre ses dimensions, son poids et son prix élevé, est fragile pour le transport, et il n'est pas souvent très facile de remplacer les pièces en verre.

«Quelques modèles portatifs ont été proposés.

«J'ai imaginé un dispositif, qui permet de réduire l'appareil à une petite boite très portative, tout en restant très exacte.

«Voici en quoi consiste l'appareil:

«Sur la face interne du couvercle d'une caisse rectangulaire (environ (3o cm. × 15 cm.), est adaptée une planchette *démontable*, sur laquelle est fixé un *manomètre,* en U, dont la branche droite se recourbe en dedans et se prolongue avec une des embouchures d'un *robinet à trois voies.*

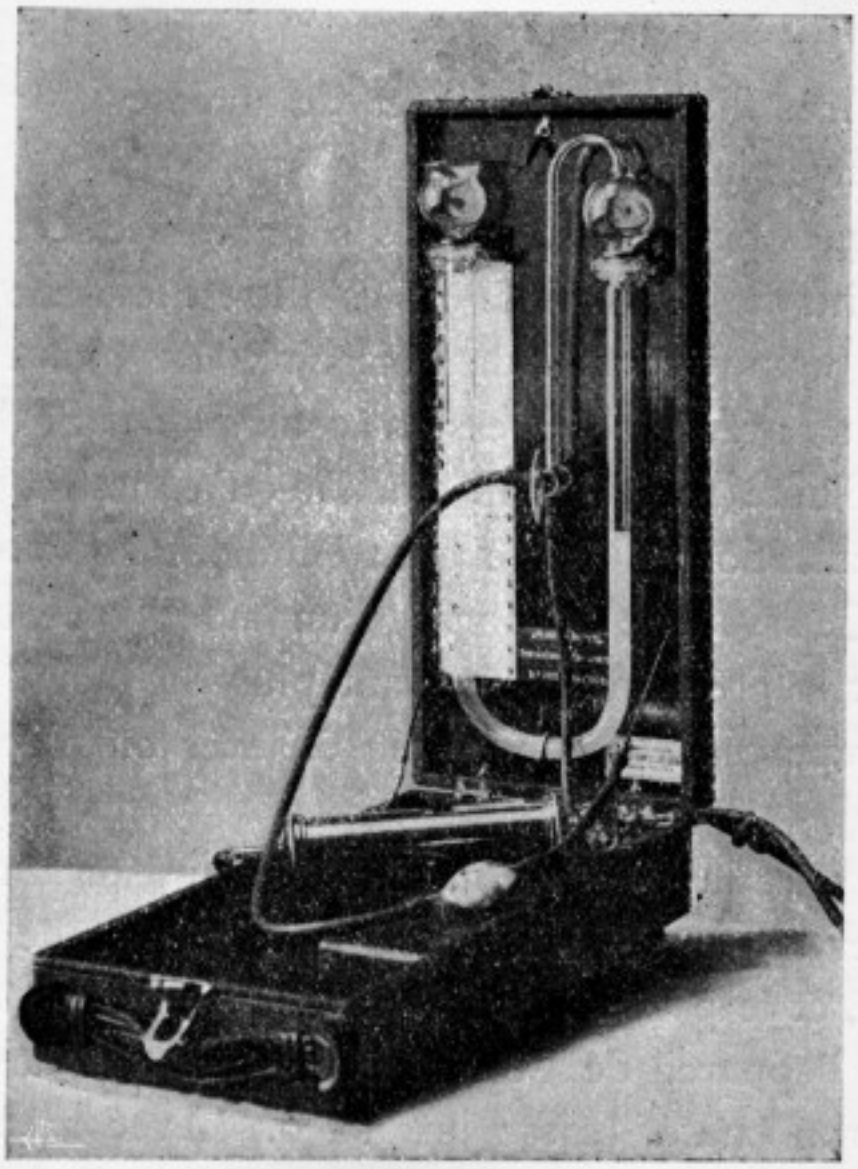
«Les autres embouchures du robinet sont en comunication, au moyen de tubes en caoutchouc, l'une avec l'aiguille de ponction, l'autre avec une *pompe aspirante et foulante.* Deux robinets, placés aux extrémités du manomètre, empêchent le liquide de se répandre quand on ferme la boîte.

«Le manomètre est à eau, ce qui est utile à cause de ses grandes oscillations, pour la première ponction et pour la plupart des pneumothorax, surtout quand le collapsus devient plus fort.

«Toutefois, pour mieux déterminer la pression moyenne et pour pouvoir tracer des courbes d'insufflation, on doit amortir les oscillations. Pour ce faire, on se s'ert d'un robinet amortisseur, en remplaçant le corps du robinet par un autre avec deux conduits plus étroits. On peut aussi se servir du mélange à l'huile de ricin et chloroforme de Bertier.

«Pour des pressions très fortes, on remplace l'eau par le mercure, chaque centimètre étant égal à 13 cmc 6 d'eau.

«*La pompe aspirante et foulante,* en métal, est d'une capacité de 100 cmc, avec un embout latéral pour l'aspiration



et l'autre terminal pour la sortie du gaz. Le piston *en métal* assure sa facile et parfaite mobilité dans le corps de la pompe, ce qui est indispensable à une bonne régularisation de la pression. Deux filtres assurent l'asepsie du gaz.

«COMMENT OPÉRER? — La boîte ouverte, l'appareil est prêt à fonctionner. Le robinet à trois voies faisant communiquer seulement le tube de l'aiguille et la manomètre (ou bien les trois branches), on ponctionne la plèvre. Lorsque les oscillations sont bien nettes, on met les trois branches en com-

munication (si elles ne le sont pas encore), l'apareil étant placé devant l'opérateur. Alors, on insuffle le gaz, en regardant toujours le manomètre. Comme les trois branches sont en communication, on lit toujours dans le manomètre la pressión employée. Pour déterminer la pression moyenne, on remplace le corps du robinet par l'autre aux conduits étroits.

«Il est très facile de régler et de maintenir la pression constante avec la main.

«Quelques petites oscillations son régularisées par l'aiguille étroite de la ponction et les filtres, comme l'affirme Dumarest pour l'appareil de Forlanini. Le gaz entre, par conséquent, avec une pression constante. Si l'on veut vider la plèvre rapidement, on n'a qu'à mettre seulement en communication la plèvre avec l'embout aspirateur de la pompe. Ce système dispense d'un aide: on peut élever ou baisser la pression en pressant plus ou moins le piston de la pompe, sans avoir besoin d'élever ou d'abaisser les flacons.

«Pour faire la première insufflation par aspiration, on n'a qu'à placer la pompe horizontalemente. Le gaz de la pompe est aspiré, et le piston très mobile chemine dans la pompe.

«Avec l'appareil de Forlanini, Brauer, etc., la pression, d'abord trop haute, baisse jusqu'à o. Avec mon appareil on peut régler de la simple aspiration, en passant par de très faibles pressions positives (1/2 cm.) aux plus fortes pressions.

«*L'appareil peut être transformé en un aspirateur de Potain.* Il suffit d'un bouchon supplémentaire comme celui du Potain, mais plus étroit, de façon à être adaptable à toute bouteille d'un litre, ce qui évite le transport d'un flacon spécial. Le manomètre est aujourd'hui indispensable pour le diagnostic et traitement des pneumothorax spontanés, à valvules, pleurésies, pyopneumothorax, etc.

«*La pompe de l'appareil peut servir aussi à l'oxygénation sous-cutanée, pneumopéritoine,* en adaptant le tube aspirateur au ballon d'oxygène, et l'autre au tube de l'aiguille. J'ai fait construire aussi un petit appareil complémentaire, que j'appelle *Thermo-régulateur*, qui sert à régler la température du gaz à insuffler.

«Parmi les causes probables de la pleurésie, si fréquente et si gênante au cours du traitement par le pneumothorax, je crois (bien que les auteurs n'en parlent presque jamais) que l'insufflation de l'air ou d'un gaz à la température de 10 à 15° dans une plèvre malade (si sensible au froid), et à une forte température de 39° ou plus, doit compter pour une part dans l'étiologie de ces pleurésies.

«Sans pouvoir dans cette notice développer ces idées, je crois, cependant, qu'il y aurait intérêt á multiplier les observations à ce sujet, en inscrivant toujours, à côté de la quantité et de la pression du gaz, la température du sujet au moment de l'opération et celle du gaz insufflé. Quelle serait, alors, la température optima du gaz?

«On ne saurait le dire, sans une longue observation. Je crois, cependant, que lorsque la température du sujet oscille entre 37° et 38°, on pourrait insuffler à la température normale.

«Lorsque la température est au-dessus de 38°, on pourrait injecter 1°5 à 2° au-dessous de la température du sujet. Il y aurait là, peut-être, un perfectionnement dans la méthode de Forlanini.

«Espérons que mon appareil (1) pourra faciliter la collapsothérapie aux tuberculeux (et ils sont légion) qui ne peuvent pas bénéficier de la cure dans les sanatoria».

---

(1) Appareil, breveté, pour tous les pays.

¿Que método seguir: Pneumotórax alternado ou simultâneo?

Gendrou, Ameuille, Rist e Chabaud praticaram o pneumo alternado, com alguns resultados satisfatórios.

Dumarest, numa carta que recentemente me enviou, mostra-se mais partidário desta técnica. Porém Rist e Chabaud, mais tarde, optaram pelo pneumo simultâneo.

Já atrás deixámos esboçada a nossa maneira de ver sôbre o assunto.

Duma maneira geral, a estatística dos casos até hoje tratados pelo pneumo simultâneo é mais favorável do que a dos alternados. Em 20 casos de Rist, apenas 6 tiveram evolução favorável, 5 estacionários ao fim de 15 meses, 2 agravados e 7 mortos.

Por outro lado, Rist e os seus colaboradores mostraram, na tese de Naveau, que a bilateralização das lesões (90 %) é a principal causa do insucesso do pneumotórax unilateral. Para Leuret, Delille, Marie e Lévy, a unilateralidade *absoluta* das lesões é condição indispensável para o sucesso do pneumotórax unilateral. Ora, esta unilateralidade absoluta apenas existe, segundo Roubier, em 1,4 % dos casos. Para Leon Bernard, Salomon, Dumarest, bastaria a unilateralidade *relativa*, com lesões discretas do outro pulmão, limitadas ao vértice, sem tendência evolutiva. Brauer, Burnand, Pierry admitem a unilateralidade *evolutiva* das lesões.

¿Mas como avaliar da integridade do pulmão oposto ou o catácter não evolutivo das lesões dêsse pulmão? Muitas vezes (como o afirma Bezançon, e é de observação corrente), o pulmão oposto parece são, e apenas estabelecido o pneumotórax e sem que êle possa ser incriminado, vêem-se as lesões opostas, latentes até então, começarem a evolucionar. Outras vezes, pelo contrário, constatam-se estetacustica e radiológicamente focos suspeitos no pulmão oposto, e contudo essas lesões não evolucionam.

Naveau, em 9 casos de bilateralização predominando muito num dos pulmões, teve 8 mortos e 1 só caso de cura. Estabelecido o pneumotórax, é frequente observar, ou *acidentes congestivos benignos córtico-pleurais* da base ou das cisuras, devidos a uma «poussée» conjectiva pleural «simpática» (Burnaud), ou o aparecimento de *lesões latentes* devidas ao *hiperfuncionamento* do órgão não colapsado, ou *embolias brônquicas,* sobretudo na pneumonia caseosa e na forma pneumónica da tuberculose aguda.

O exame físico e radiológico, repetidos freqüentemente, permitem, com uma certa aproximação, estabelecer o grau evolutivo das lesões, mas devemos ter como mais freqüente a evolução bilateral das lesões. O pneumotórax bilateral simultâneo pode então em muitos casos curar ou, pelo menos, estacionar a evolução das lesões.

Sergent empregou com êxito o pneumotórax bilateral como meio profilático contra a evolução das lesões tuberculosas do *post-partum.*

Isto faz supor que não virá longe o tempo em que um pneumo profiláctico se estabelecerá sistemàticamente do lado oposto ao colapsado, para evitar a evolução de lesões mínimas lá existentes ou prevenir a sua aparição.

O oleotórax, pela fraca reabsorção do óleo de parafina, embora por emquanto o seu emprêgo esteja limitado às complicações do pneumotórax, sobretudo derrames purulentos, parece-me reservado a um papel importante na colapsoterapia bilateral, evitando ao médico e ao doente as insuflações repetidas, que tornam o método de difícil manutenção.

Havendo aderências filiformes dos pulmões, o método de Jacobeous (pleuroscopia), parece-me preferível ao emprêgo de fortes pressões com o fim de as desfazer.

Nos casos de aderências irredutiveis de um pulmão sobretudo da base, a frenicectomia, operação benlgna, asso-

ciada ao pneumo incompleto do outro pulmão, parece-me perfeitamente indicada.

O mesmo não direi da toracoplastia (operacão de Sauerbruch), mesmo em dois tempos, excelente nas tuberculoses unilaterais aderenciais, em doentes com bom estado geral, dificilmente observado em fórmas generalisadas.

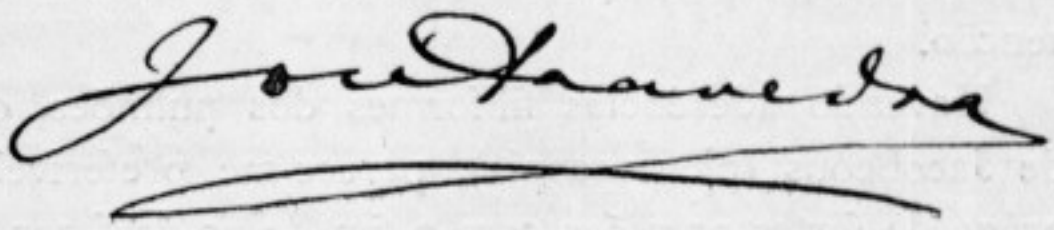
Os resultados do pneumotórax bilateral são tanto mais satisfatórios quanto mais recentes são as lesões. A nossa Obs. IV assim o mostra para o pulmão esquerdo.

É portanto no pneumotórax de detenção que se observam os melhores resultados. ¿Quere isto dizer que o não devamos tentar nas tuberculoses «d'emblée» bilaterais?

São estes, sem dúvida, os casos que mais frequentemente aparecem ao tisiólogo e as clínico, e contra os quais apenas dispomos duma ineficaz terapêutica sintomática. Segundo Bacmeister e Piesbergen, os cavitários nenhum benefício tiram do sanatório, a não ser com cavernas recentes.

Na falta de uma terapêutica específica anti-bacilar, o pneumotórax bilateral simultâneo (e as observações de Pedoja, de Davos. assim o fazem crer) constitue, a meu ver, a *spes unica* do tuberculoso pulmonar bilateral.

«A colapsoterapia, no dizer de Tobbé e Terrasse, não disse ainda a sua última palavra: quanto mais se aperfeiçoam, com efeito, certos pormenores técnicos, tanto mais nos convencemos da inocuidade do método entre mãos experientes, e das imensas e legítimas esperanças que nêle depositamos».



A TÔRRE DA LADEIA

As ruínas dêste antiquíssimo alcácer amontoam-se no fundo do vale da freguesia do Alvôrje, no concelho de Ancião, sôbre os limites dos distritos de Coimbra e de Leiria, distando 28 quilómetros para o sul daquela cidade, e 9 para o poente da vila de Penela.

A povoação tomou-lhe o nome, pois que *albôrge* em arábigo significa — *a torrinha* —, sendo construída para guarda da fonte próxima.

Na doação que D. Afonso Henriques fez em 1166 ao Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra achamos especial menção da herdade da Ladeia e da sua tôrre (1).

Nos Cónegos Regrantes continuou alguns séculos, sempre isenta e previlegiada, como consta das *Inquirições* de D. Afonso II, D. Afonso III, e D. Denis, e subseqüentes documentos.

Santa Rosa de Viterbo (2), e ùltimamente o distinto escritor Dr. António Baião (3) não souberam localizar a Ladéra, ou Ladea, Ladeia, convertida agora em Ladeira.

Dos diplomas medievais apenas consta que jazia no Reguengo do Rabaçal.

Não se confunda a quinta da Tôrre com a granja da Lá-

---

(1) *Historia Eccles. Lusitaniae*, de D. Tomás da Encarnação, vol. III, pág. 103.

(2) *Elucidário de palavras antigas*, vol. II, pág. 74.

(3) *Arqueólogo Português*, vol. XVI, pág. 70.

dea, que, D. Afonso III, deu em 1254 às Donas do Mosteiro de Santana de apar a ponte de Coimbra (1).

No meiado do século XVI uma das mais preclaras famílias de Leiria (2) aforou aos frades agostinhos a velha propriedade, e em 1609 trazia-a um fidalgo pombalense, Sebastião Gomes de Abreu, casado com D. Jerónima Soares da Guerra, e a quem a Bula pontifícia (3) chama D. Sebastião, Conde de Pombal.

D. Jerónima era tia paterna de D. Pedro Vieira da Silva, Secretário de Estado, de 1643 a 1670 (4), depois Bispo de Leiria, de 1671 a 1676 (5).

*
* *

A Tôrre da Ladeia, de planta rectangular, com aparelho de pedra calcárea, lamelar, e cantaria guarnecendo as pequenas janelas, media vinte metros sôbre dez por lado, e os seus três andares, bastante elevados, destacavam-se a grande distância.

Encostada à casaria, no canto sudoeste, a face principal olhava o meio dia, assentando todo o edifício em terreno inclinado.

---

(1) *Índices da Câmara de Coimbra*, do Dr. Aires de Campos, parte II, pág. 173.

(2) *Corografia Portuguesa*, 2.ª edição, vol. III, pág. 63.

(3) Pergaminho n.º 31, na Gaveta 3.ª, maço 2.º, no Cartório da Secretaria da Universidade de Coimbra. Vide *Catálogo* respectivo, de Gabriel Pereira, 1881, pág. 27.

(4) *História Genealógica da Casa Real*, vol. XII, parte II, págs. 759–760.

(5) *Couseiro*, ou *Memórias do Bispado de Leiria*. Braga, 1868, págs. 343–344.

*
* *

O Rabaçal, fértil território entre Condeixa e Ancião, Redinha e Penela, formava nos séculos XII e XIII um *Reguengo* composto das cinco vizinhas freguesias, incluindo o Alvôrje, e com área aproximada de 10 quilómetros quadrados. Em 1222 formou Concelho, cujo senhorio mais tarde obteve primeiro o Conde de Tentugal, e por fim os últimos Duques de Cadaval. Extinto em 1852 passou para o Concelho de Penela.

*
* *

Pelas informações do *Dicionário Geográfico,* manuscrito, colecção de *Memórias paroquiais de 1758,* formando 42 volumes, arquivados na Tôrre do Tombo, e cujo extrato do mais interessante publicou (1) o douto arqueólogo, oficial da Biblioteca Pública de Lisboa, o Senhor Pedro de Azevedo, notas estas completadas pelas que editou o académico Delfim de Almeida (2), sabemos que — «a Tôrre e casa forte do Alvôrje, do tempo de Trajano, defendia a fonte que nasce a pequena distância; quando a possuía Pedro de Figueiredo da Guerra tinha três andares, e pela demasiada altura, êste a reduziu a dois, com pirâmides nos cantos, deixando ficar o resto da fortaleza em um só sobrado», acrescentando-lhe a galeria de entrada e a varanda junto à capela.

Sessenta anos mais tarde, — em 1729 a quinta do Al-

---

(1) *Arqueólogo Português,* nos primeiros dez volumes; e sôbre *Ladeia,* no vol. II, pág. 191.

(2) *Notícias de Penela,* Lisboa, 1884, e *Suplemento* de 1886, págs. 482, e 84.

vôrje pertencia a Melchior Carneiro Sotomaior de Figueiredo Guerra, vindo depois em 1748 para seu genro Pedro José de Salasar Jordão da Cunha de Eça, mas extinguindo-se êste ramo em 1795, voltaram os bens para José de Figueiredo da Guerra, que sendo Capitão-mór de Coimbra, não pôde residir na Ladeia.

O derradeiro administrador da Tôrre foi seu neto José Joaquim de Figueiredo da Guerra, que de menor idade, quando estudava em Coimbra, morreu afogado no pôrto dos Bentos, a 11 de Julho de 1857.

*
* *

A casa da quinta abandonada, e entregue a caseiros desde o referido ano de 1795, começou a ruir, e os seus destroços aumentaram depois do falecimento de meu primo carnal, e os parentes para evitar pleito judicial resolveram alienar a herança.

Assim a Tôrre de Ladeia e suas grandes dependências foram adquiridas em 1857 pelo Dr. Adriano Augusto Lopes Vieira, Médico, e por dois proprietários, do Alvôrje, recolhendo então a imágem de Nossa Senhora do Pilar, Padroeira da vetusta capela, à quinta de S. Tomé, de Condeixa-a-Nova.

*
* *

Nas nossas visitas ao montão de ruínas do solarengo edifício debalde procuramos a inscrição imperial da fundação, e, procedendo a minuciosas investigações nos papeis de família, concluímos que a lápide, a ter existido, desapareceu antes das obras de 1670, porque era natural que reformador Capitão-mór (bem diferente do da Morgadinha de Vale Flôr), letrado e amigo de antiguidades, a conservasse com todo o

cuidado, relevando-a no meio da pedraria, ou a colocasse em logar de realce.

*
* *

É certo que os restos da *Conimbriga*, de Condeixa, escaparam à fúria dos bárbaros e dos árabes, persistindo até à idade moderna; não nos devemos admirar que a sua vizinha Tôrre do Alvôrje chegasse até nós, devido a circunstâncias fortuitas, como têm sucedido nos demais países.

*
* *

Os Romanos costumavam erguer tôrres para vigiar as fontes e as nascentes de água mais importantes, quadradas e altas de alguns andares, por vezes isoladas na planície.

Lembraremos o torreão de Alcabideque, junto ao tanque ou reservatório, onde finda o aqueduto da velha *Conimbriga*, hoje demolido na parte superior.

*
* *

O *Arqueólogo Português* (1) mostra as gravuras das ruínas de Condeixa-a-Velha (2), a que se referem os artigos dos Drs. Augusto Filipe Simões, José Leite de Vasconcelos e Borges de Figueiredo.

No campo dos arredores da cidade de Roma aparece uma esguia tôrre de três pavimentos, solitária, donde perto brota um manancial de água, no meio de arvoredo, abrigo dos rebanhos que pastam nas proximidades.

---

(1) Volume VIII, págs. 152 e seguintes.

(2) Segundo as fotografias do Dr. Martins de Carvalho.

Conhecemos outro torreão da época imperial latina, que se levanta ainda altivo entre as imponentes ruínas de um palácio senhorial; demora nos montes Taunus, em Königstein, ao norte de Wiesbaden, na junção da estrada que vem de Frankfort sôbre o Mêno, sítio pitoresco, e cujo delicioso panorama atrai os viajantes que visitam as famosas Termas, e as margens do lendário Rheno.

Viana, Agôsto de 1926.

Luiz de Figueiredo da Guerra.

EXPLORAÇÕES SCIENTÍFICAS NA ÍNDIA DURANTE OS REINADOS DE D. MANUEL, D. JOÃO III E D. SEBASTIÃO

OS PRIMEIROS NATURALISTAS PORTUGUESES DO SÉCULO XVI

(Cont. do n.º 1, pag. 133)

Para si reservou Portugal a *glória da trasladação da relíquia* do eminente Garcia, como vamos a vêr, reportando-nos ao Conde de Ficalho na falta de outros documentos.

Para se vingar a idea da reimpressão da obra em melhores condições, diz o Conde de Ficalho, há perto de meio século a Sociedade de Sciências Médicas de Lisboa empenhou todos os esforços; dirigiu então alguns homens notáveis na literatura e sciências, entre outros, Almeida Garrett e Fr. Francisco S. Luís, pedindo-lhes os seus conselhos.

Garrett imediatamente, e, com *entusiasmo abraçou a idea da Sociedade para promover a reimpressão dos Colóquios, documento português, infelizmente mais avaliado até aqui dos estrangeiros, do que dos portugueses.*

Sendo em seguida consultado o erudito prelado respondeu êste, manifestando também todo o interêsse pela reimpressão da obra que, disse: *Deve dar grande nome e crédito, mòrmente, se ao texto se junta sem algumas notas importantes, à que ela oferece largo campo e feliz oportunidade.*

O governo, tomando em consideração a opinião, e os decididos empenhos dêstes dois eruditos, decidiu auxiliar a emprêsa patriótica da Sociedade, determinando que a reim-

pressão fôsse feita na Imprensa Nacional sob a direcção do Conselheiro João Baptista de Almeida Garrett.

Infelizmente, porém, por várias circunstâncias não se conseguiu lançar mão à obra senão em 1872.

Foi neste ano que o profundo investigador, Visconde de Pôrto Seguro deu à luz a segunda edição dos *Colóquios* na Imprensa Nacional de Lisboa, a cujo respeito escreve o Conde de Ficalho: «A obra *não satisfaz ao desideratum* de consultar, porque há muitas lacunas e imperfeições; porque o Visconde não identifica as plantas mencionadas por Orta com os seus nomes scientíficos e porque *há erros botânicos grosseiros*».

Decorreram alguns anos sem que houvesse nova tentativa para a reimpressão da obra do Garcia nos termos da original, mas anotada e posta a par do progresso moderno da Botânica, porque diz o Conde de Ficalho: — *Os Colóquios são um livro destinado a uma classe, muitíssimo restricta de leitores instruídos.*

Não se descobriam mais exemplares da obra que continuava a ser uma raridade, e, preciosidade como era, sendo citada pelos homens de sciência, *havia uma necessidade de se reimprimir.*

As traduções francesas e italianas, nem mesmo a de Clusio satisfaziam o *desideratum dos estudiosos,* que quisessem consultar a obra e calcular a influência dos portugueses no século XVI.

Ao demais a tradução de Clusio não era uma tradução, mas um *epitomen muito diferente do original*, como diz o Conde de Ficalho.

Nestas alturas muito bem vinda seria a reimpressão da obra bem anotada.

Muito bem seria empregada a despesa a fazer com a reimpressão do documento, levantando-o do pó do esquecimento.

Sem dúvida muito melhor gasto, do que tanto que o Estado gasta noutras obras, alguma das quais não consegue dar muitas vezes mais vida do que um pirilampo dá luz em noites de calmaria!

Até que por fim a Academia Real das Sciências de Lisboa fez o *Fiat lux*, deliberando em 27 de Maio de 1841 publicar nova edição, e encarregou desta honrosa, mas árdua missão, de que talvez outros fugiram por ser espinhosa, ao erudito Conde de Ficalho que a aceitou por entender como diz: «não só uma necessidade urgente para os estudiosos, mas uma obrigação do *decoro nacional*».

Após a deliberação da Academia, traduzindo o conceito agudo do poeta Dante: — *Necessitá'l c'induce, e non diletto* pôs mãos à obra imediatamente, e em 1886, como primeiro resultado apresentou o livro — *Garcia da Orta e o seu tempo* — que constitui uma introdução aos *Colóquios*, que apresentou mais tarde em 1891, cheia tôda de notas que revelam grande paciência e alta erudição.

Desta vez disse Almeida Garrett: — *A obra de que se trata reune à importância scientífica o interêsse literário e histórico: quero dizer não é sòmente um tratado de sciência, é também um monumento da história, da arte e da linguagem.*

Seguindo à risca o preceito do prelado Fr. Francisco mandou o seu trabalho à imprensa, conservando a nomenclatura vulgar de plantas e drogas, nomes arábicos, indianos, etc.: — *Com a doutrina, linguagem e ortografia do autor e expurgado tão sòmente dos erros que se julgaram meramente e manifestamente tipográficos.*

A obra do Dr. Garcia, locupletada com muitas notas histórico-scientíficas, empresa a que o Conde do Ficalho se abalançou, impulsionado ùnicamente pelo amor à pátria e às sciências, por necessidade e não por prazer no dizer do Dante, é um *precioso repositório* em que o leitor a par da

classificação das plantas, encontra muitas notas históricas; é um tesouro, que sentimos imenso não possuir para lhe dar o logar de honra que de direito lhe pertence, entre poucos livros raros que possuímos entre a *Pharmacopoeia of India* por Dr. Waring publicada em 1868 e a *Matéria Médica of Hindoostan* por Dr. Ainslie, publicada em 1813.

Para a elaboração dêste trabalho foi a obra do Conde de Ficalho para nós um grande auxiliar entre várias outras.

*
* *

Do alto valor dos *Colóquios* falam os importantes documentos que prefaciam a obra genial do autor.

Por não ser esta obra acessível a todos, damos dêles um ligeiro conhecimento, completando dêste modo a nossa modesta homenagem ao varão preclaríssimo.

O primeiro documento que segue ao título do livro é o *Alvará* do privilégio para sua impressão, assinado pelo Conde Vice-Rei da Índia, D. Francisco Coutinho, 3.º Conde do Redondo, vigéssimo Governador da Índia, e oitavo que veio à Índia em 1561; passou o *Alvará* em 5 de Novembro de 1562, chegou a ver a impressão da obra no Abril de 1563, e infelizmente faleceu no Fevereiro de 1564.

O licenciado Aleixo Dias Falcão, desembargador da suprecação a quem o autor se refere na epígrafe e por quem foram revistos os *Colóquios,* é um dos dois inquisidores do *Tribunal do Santo Ofício,* que veio à Índia junto com o primeiro Arcebispo D. Gaspar, sendo o outro Francisco Marques, como consta do *Oriente Conquistado.*

Depois do *Alvará* vem a *Dedicatória* ao seu amo e amigo Martim Afonso de Sousa que segue: -- *Ao Muito Ilustre e Senhor Martim Afonso de Sousa Do Conselho Real, Senhor das Vilas de Alcuentre e o Tagarro, seu criado o doutor*

Orta lhe deseja perpetua felecidade com immortal fama para os seus descendentes.

«He aprovada de todos a sentencia de Salustio em que encomenda aos homens que trabalhem exceder e ter priminencia sobre os outros animaes, que não passem a vida em silencio, como fazem os brutos que não tem mais cuidado que de comer e beber... Determinei de fazer êste breve tratado; mas temia o oçioso povo e mordaces linguoas, por onde o tratado tinha neçessidade de hir arrimado a quem o defendesse dellas, assi como fazem os esprementados agricultores que, querendo plantar algumas dellicadas plantas as arrimam a alguns fortes arvores pera que as defendam dos tempestuosos ventos e fortes chuivas e asperas geadas, assi quis eu plantar esta fraca planta debaixo do emparo de vossa senhoria, com o qual será defendida de toda a mór parte do mundo, pois a vossa fortaleza he tam conhecida, não tam somente por todas as tres partes do mundo, mas polla outra quarta parte, que aguora os cosmografos acreçentam, etc.».

Garcia parece ter lido nas estrêlas o nome que devia escolher para a dedicatória.

E acertou no prognóstico!

Acabava de chegar à barra de Goa a 6 de Maio de 1542, na nau Capitânia, o Governador Martim Afonso de Sousa, que trazia também o *Grande Apóstolo do Oriente*.

Garcia, que nestes tempos estava na Índia, soube das relações de Martim Afonso com o Santo Xavier, e dedicou-lhe o seu trabalho de trinta anos, fruto de minuciosas e pacientes observações sôbre drogas, de que botânicos antigos e do seu tempo tinham escassas notícias.

S. Francisco promulgou o Evangelho até os confins do mundo!

Percorreu Garcia a maior parte das terras pisadas pelo Santo na Ásia!

A sua obra, qual outro Evangelho, fêz eco por tôda a parte do mundo e trouxe-lhe grande fama.

O Santo prègou os segredos para cura das *doenças de alma,* Orta para as *doenças do corpo.*

Martim Afonso de Sousa, filho mais velho de Lopo de Sousa, Alcaide-mor de Bragança, como Governador da Índia deu, ainda muito novo, indícios dos seus generosos brios que o alentavam ao *desprezo de oiro em comparação a honra,* dizem os cronistas do seu tempo. Muito escrupuloso na administração dos fundos da Fazenda Real e *liberalíssimo* com a sua, como prova o facto de, ao voltar para Portugal, não deixar meter na nau matalotagem a pessoa alguma e dar a todos mesa abundante, ainda mesmo aos grumetes; muito piedoso e amigo sincero dos Religiosos da Companhia, particularmente de S. Francisco Xavier, que foi *seu Panegirista* nas suas Epístolas, em que a cada passo se encontra um elogio dêste *Cristianíssimo Capitão,* em cujo tempo com o seu patrocínio cresceu tanto a Cristandade em Goa, que se lê nas *Memórias de Martim Afonso de Sousa no Oriente Conquistado* — «só por êste motivo devia ser mais invejado dos seus sucessores do que Aquiles e Alexandre».

Não satisfeito com a Dedicatória a êste piedoso varão, compôs um *Soneto,* de conceitos sublimes, concluído com chave de oiro. — Ei-lo:

DO AUTOR FALANDO COM O SEU LIVRO.
AO SENHOR MARTIM AFONSO DE SOUSA

Seguro livro meu, daqui te parte,
Que com huma causa justa me consolo
De verte oferecer o inculto colo,
Ao cutelo mordaz, em toda a parte:

Esta é, que daqui mando examinarte
Por um Senhor, que de um a outro polo
Só nelle tem mostrado o douto Apolo
Ter competência igual co'o duro Marte.

Ali acharás defensa verdadeira,
Com força de razões, ou de ousadia,
Que uma virtude a outra não derrogua;

Mas na sua fronte a palma e a oliveira
Te diram que elle só, de igual valia
Fez, co'o sanguino arnez, a branca togua.

Trasladamos agora o quarto documento, tão importante como os outros, que muito honra o autor dos Colóquios.

Não tendo Luís de Camões conseguido o privilégio da impressão da obra, compôs uma *Ode* ao Vice-Rei da Índia, — que se diz ter sido a sua primeira composição — em que, sublimando Orta, pediu a impressão do *Grão-volume,* como se vê na estância X do poema: — O qual está pedindo vosso favor e ajuda ao Grão-volume, que agora em luz saindo, dará de medicina novo lume, descobrindo irá segredos certos a todos os Antigos encobertos.

ODES DE CAMÕES

AO VICE-REI DA ÍNDIA, D. FRANCISCO COUTINHO 3.º CONDE DE REDONDO

Aquele unico exemplo
De fortaleza eroyca e de ousadia
Que mereceo no templo
De eternidade, ter perpetuo dia,
O grão-filho de Tetis, que dez anos
Flagello foi dos miseros Troianos;

Não menos insinado
Foi nas ervas e Medica noticia,
Que destro e costumado,
No soberbo exercicio da Milicia:
Assi que as mãos que a tantos morte deram,
Tambem a muitos vida dar poderam.

E não se despresou
Aquelle fero e indonito mancebo
Das artes qu'ensinou,
Para o languido corpo, o intonso Phebo:
Que se o temido Heitor matar podia,
Tambem chaguas mortaes curar sabia.

Tais artes aprendeo
Do semiviro mestre e douto velho,
Onde tanto cresceu
Em virtude, sciencia, e conselho,
Que Thelepho, por elle vulnerado,
Só delle pôde ser despois curado.

Pois ó vós, excellente
E illustrissimo Conde, do Céu dado
Pera fazer presente
De Heroes altos o tempo já passado;
Em quem bem trasladada está a memoria
De vossos ascendentes a honra e gloria:

Posto que o pensamento
Ocupado tenhais na guerra infesta,
Ou do sanguinolento,
Taprobano Achem, que o mar molesta
Ou do Cambaico, oculto imiguo nosso;
Que qualquer delles treme ao nome vosso

Favorecei a antigua
Sciencia que já Aquiles estimou;
Olhai que vos obrigua,
Verdes que em vosso tempo se mostrou
O fruto d'aquella Orta onde florecem
Plantas novas, que os doutos não conhecem

Olhai qu'em vossos annos
Produze huma Orta insigne varias ervas,
Nos campos Lusitanos,
As quais, aquellas doutas e protervas
Medea e Circe nunca conheceram,
Posto que as leis da Magica excederam

E vede correguado
De anos letras e longua experiencia
Um velho, qu'insinado
Das Guangeticas Musas na sciencia
Podaliria subtil, e arte siluestre
Vence o velho Chiron, d'Achiles mestre.

O qual está pedindo
Vosso favor e ajuda ao grão volume,
Que agora em luz saindo
Dará da Medicina um novo lume;
E descobrindo irá segredos certos,
A todos os antiguos encubertos

Assi que não podeis
Neguar como vos pede benina aura,
Que se muito valeis
Na polvorosa guerra Indica e Moura
Ajudai, quem ajuda contra a morte
E sereis semelhante ao Greguo forte.

Segue agora o prólogo do licenciado Dimas Bosque, que veio para a Índia com o Vice-Rei D. Constantino, filho do Duque de Bragança, «um dos mais celebrados Heróis da nação portuguesa, denominado o *terceiro Apóstolo da Índia*».

Tendo nestes tempos notado o Vice-Rei, que *era desarrazoado o preço das mèzinhas,* informou-se dos oficiais e em particular de Dimas Bosque, nomeado físico de el-Rei em 1562, e encarregou-lhe de organizar *nova pauta das drogas* em 1573.

PRÓLOGO

Do Licenciado Dimas Bosque / Medico valenciano / ao leitor.

«Comum doutrina foi de todos os filósofos, prudente leitor, os homens, por causa e razão dos próprios homens serem nascidos, e de seu próprio nascimento, terem obrigação de aproveitar aos outros: isto sentia o divino Platão quando

dizia, não ser nascido homem só para si, mas também para pátria e amigos, e ainda que os homens, cumprindo com sua humana inclinação, aproveitando aos outros, façam aquilo para que naturalmente gerados foram, contudo se lhes deve muito, pois não receando trabalhos, puseram suas fôrças em descobrir a verdade, tirando a névoa e véo que impedem os humanos entendimentos no perfeito conhecimento dela, e, o que mais é para arrecear, sujeitar-se a opinião de tantos e tão diversos pareceres.

«E verdadeiramente que, se os que vivemos, vivemos aos passados, devemos muito por seus trabalhos se endereçarem a nosso proveito, não podemos negar esta obrigação e dívida ao Dr. Garcia da Orta, cuja curiosidade e trabalhos neste livro se vê claramente, quanto proveito e fruto o curioso leitor alcançará.... Saindo, ensinado nos príncípios de sua faculdade, das insignes Universidades de Alcalá e Salamanca, trabalhou de comunicar o bem da Sciência que nas terras alheias tinha alcançado com sua própria pátria, lendo nos estudos de Lisboa por alguns anos com muita diligência e cuidado, e exercitando-se na cura dos doentes até vir a estas partes de Ásia, onde esteve por espaço de 30 anos, curando diversidade de gente.... o qual teve começado em língua Latina, e para ser mais familiar a matéria de que escrevia, por ser importunado de seus amigos e familiares para que o proveito fôsse mais aproveitado, determinou escrevê-lo na língua Portuguesa a modo do diálogo e isto causa, algumas vezes, afastar-se da matéria medicinal e tratar de algumas coisas que esta terra tem dignas de serem sabidas.

«Não pôs seu trabalho em estilo elegante, nem em palavras reitóricas, aprazíveis às orelhas.

«Receba pois, o discreto leitor, o fruto que desta orta de simpres e frutas da Índia, o Dr. Garcia de Orta lhe oferece para que, satisfazendo com o ânimo grato a seus trabalhos, tenhamos ousadia, seus amigos, de o importunar para que

em coisas maiores de mais quilate se ocupe. — Em Gôa aos dois dias de Abril de 1563».

Após o Prólogo vem o sexto «Documento — *A epistola do Dimas Bosque* ao Dr. Tomé Rodrigues, Lente da Universidade de Coimbra.

Conforme o Conde de Ficalho, *Thomæ Roderico* é sem dúvida Dr. Tomás Rodrigues Veiga, que se havia doutorado na Universidade de Salamanca, tendo ocupado o logar do professor nesta Universidade e posteriormente por muito tempo foi lente de Medicina na Universidade de Coimbra.

Praestantissimo Doctori Thomae Roderico, in Conimbricensi Academia medicorum primo Dimas Bosque, medicus valentinus S. P. D.

«*Simplicium medicamentorum originem et facultates artificiose Dyoscorides Anazarboens descripsit, sed Graecorum more graeca brevitate usus, plantarum historiam alioque amplissimam, obscuram fecit, et earum, virium cognitionem obscura discendi norma difficilem redidit...*

«*Eia igitur, praestantissime doctor, audeat liber tuo clipeo munitus, et tanti viri auctoritate fraectus inter doctos procedere, Zoilum non timens cunctas Europae Academias peragrare, ut Indiae fructus et simplices medicinas sincera veritate depictas medica recipiat juventus.*

«*Vale Goae primo nonis Aprilis*».

Completamos a nossa modesta homenagem ao preclaro Doutor e insigne Filósofo, nestas páginas trasladando o documento final, cheio de conceitos agudos, que vem a ser uma *chave de oiro, encrustada com pedras preciosas.*

Foi a impressão da obra abraçada com tôdas as solenidades e aparatos literários, que raros chegam a ver, e ninguém talvez — pelo menos, não nos consta.

Com entusiasmo foi aceita a impressão da obra, suprindo-se a salva dos canhões pelas peças literárias que prefaciam a Obra do Grande Orta, mais duradouras que a fumaça dos canhões.

Os *Colóquios* vieram a lume com imponente cortejo.

Nada faltou e veio com tôda a guarda de honra, composta de vultos insignes: — *Alvará* para impressão (coisa rara), a *Dedicatória* ao Herói de alta envergadura, e a êste um *Soneto;* a *Ode* do grande épico português, o *Prólogo* do insigne Dimas Bosque e a sua carta ao lente da Universidade.

Destinos há em tudo!

Foi a obra impressa em Goa com um Alvará, e o último abraço pelo feliz evento, coube ao Tomé Caiado, insigne latinista de quem falam, entre outros, Diogo de Couto, *Ásia,* VI, IV, 6 (Conde de Ficalho).

Diogo de Couto, descrevendo a entrada triunfante de D. João de Castro em Goa, depois do levantamento do cêrco de Diu, diz: «pôsto tudo em ordem, abalou o Governador do Cais em meio do Capitão e Vereadores, e chegando à porta do muro que rompeu, achou um cidadão, chamado Tomé Dias Caiado, que lhe dirigiu um eloqüente discurso em Latim, louvando a vitória».

A *um filho da Índia,* parece ter a Providência reservado a *glória* de fazer a *chave ao grão-cofre* com o *Epigrama* que segue:

Ad Garciam ab Horto Medicum Apud
Indos doctoremque clarissimum,
Epigrama Thoma Caiado auctore.

India quos fructus, gemmas et aromata gignat,
Garcia perscribit Dortius illa brevi.

Hoc opus, ó medici, manibus versetur ubique,
Quod veteres olim non valuere viri.

Multa quidem vobis, per quae medicina paratur,
Occurret, tenebris quae latuere diu

Rarus honus, doctor, tantas aperire tenebras!
Plinius es terris atque Dyoscorides.

Qui, quamvis ausi magnis de rebus uterque
Scribere, judicio cedet uterque tuo.

Namque potens herbis, toto Podalirius orbe,
Diceris, et vera laude parare decus.

Forsitan et quaeras, cur non sermone latino
Utitur, ó lector; consulit indocili.

Floret utraque nimis lingua, cùm postulat usus,
Excellens medicus philosophusque simul.

*
* *

Não prosseguiremos sem deixarmos registado nestas páginas um e outro facto importante, a que se acha ligado o nome do ínclito físico.

Decorreram 362 anos após a publicação dos *Colóquios,* escritos como Platão, sob a forma de diálogos.

Da sua importância scientífica falam os documentos que acabamos de trasladar: *Alvará* do Vice-rei para impressão de obra e o *Epigrama,* concluído com o conceito agudo, *Excellens medicus, philosophusque simul,* peças que com as outras formam um honroso exórdio aos *Colóquios.*

Muito pouco temos que acrescentar, que possa deslustrar o mérito do alto génio de antigüidade, da baliza que o espírito humano não pôde ultrapassar, nem na antigüidade, nem no tempo moderno, e em tôrno da qual se encontram tôdas *as investigações da verdade.*

Tempos houve em que os médicos estavam imbebidos

em erros, alguns dêles tão crassos que a sciência moderna aceitaria como disparates.

Pelos meados do século XVI o naturalista napolitano Giovani Della Porta, na sua *Phytoguomia,* teve uma idea extravagante e julgou que as plantas deviam ter virtudes medicinais em razão das suas formas.

Por conseguinte, aquelas cujas fôlhas tinham forma do fígado deviam curar as moléstias hepáticas, as que representavam os dedos deviam curar a gota, as das fôlhas cordiformes eram indicadas nas doenças cardíacas e assim!

Muitas excentridades fantásticas foram naqueles tempos publicadas, como se pode ver, reportando-se a Farmacopeias antigas.

Tratando de *assa-fétida*, escreveu em um dos seus Colóquios: «Não vos deixarei com êsse êrro ir avante, porque se quereis saber minha intenção, é necessário que deiteis de vós as afeições que tendes a estes escritores novos e, folgueis de ouvir minhas verdades, ditas sem côres retóricas, porque *a verdade se pinta nua*».

Deixa Garcia ver que varreu tôda a literatura médica desde o século VII ao XII.

Deixa ver também que consultou os principais escritores latinos, gregos, árabes, turcos e persas daqueles tempos, porque corrige o que se acha escrito naquelas obras. Faz referências a Hipócrates, o *Pai de Medicina,* que escreveu várias obras sôbre medicina; a *Historia Plantarum* de Teofrasto, filósofo e botânico grego, reputado então como *Pai de Botânica;* a Dioscórides, médico e botânico, cujo nome, para honrar, deu Plumier a um género de plantas *Dioscorea* com suas dez variedades; ao filósofo Aristóteles e Galeno; fala ainda de Plínio, naturalista e botânico, que, na sua *História Natural* em dez livros, tratou da história de plantas, e em cinco, dos seus usos terapêuticos. Dos escritores árabes cita os filósofos Averróis e Avicena, e os médicos Avenzoar,

Mesue, o naturalista e médico Serápio, e Rhazes, médico e superintendente do hospital de Bagdhad, o primeiro que descreveu a varíola que no reinado do califa Omar pela primeira vez grassou no Egito.

E não nos parece que lhe teriam escapado as obras de Rabbi Moisé e Hali Abbas, que também escreveram sôbre plantas medicinais.

Consultou Garcia as obras dêstes escritores e descobriu-lhes os erros, como por exemplo do filósofo Averróis, que escreveu, ser «*âmbar espécie de cânfora* e que esta substância nasce no mar e nada sôbre água dêle».

Mais outro crasso quanto ao *Benjoim* que nos vem de Sião e Sumatra, a cujo respeito o milonês Ludovico Vartomano, que esteve na Índia penitenciando com traje de moiro, escreveu coisas extravagantes. A seu respeito escreve Garcia: «Eu tinha êste Ludovico por homem de verdade; e depois, vendo o seu livro, acho que escreveu, o que à vontade lhe veio; porque falando de Ormuz, disse que era uma ilha ou cidade a mais rica que podia ser, e tinha as mais suaves águas do mundo; e quanto a Malaca, que não havia água nem madeira alguma. Tudo isto é falso».

Não lhe passaram desapercebidos os erros de Dioscórides, Plínio, Avicena e outros, que longo seria ennumerar.

Os *Colóquios,* rasgando o véu da obscuridade, deram impulso ao estudo de plantas, e, mais tarde, com a nova direcção e desenvolvimento da Fisiologia, contribuíram para o progresso da Botânica, que nos séculos posteriores se elevou a uma categoria superior à das sciências puramente descritivas, porque se aplicou cada vez mais a seguir o movimento da vida animal e da vida vegetal, a perscrutar os fenómenos íntimos que se davam no curso da vida.

Às observações de Garcia seguiram com o decorrer de alguns anos as descobertas de Mohl, Hofmeister, de Bary,

Sachs e outros que abriram à Botânica novos horizontes, graças ao aperfeiçoamento e ao emprêgo cada vez mais assíduo do microscópio.

Deixou Garcia à parte a sciência dos autores que se deixaram transviar com fantásticas extravagâncias. Com a sua intuïção imediata, com o seu espírito penetrante, enriquecido de vastos conhecimentos, descobriu e corrigiu os erros, tentou fazer penetrar a luz no caos da sciência, rompendo o véu da ignorância.

Por longos tempos ninguém o excedeu, poucos o igualaram nos séculos seguintes, e raros grangearam para si nos anais modernos página tão brilhante.

Foi por algum tempo a sua obra um poderoso auxiliar aos médicos, não só do seu tempo, mas aos sucessores.

E só depois que Cornarius, professor em Wittemburg, restabeleceu o texto de Hipócrates, é que a Medicina scientífica produziu, seguindo os vestígios dos antigos mestres, auxiliando-se da *Anatomia,* fundada por Vasale, médico de Carlos V, e da *Botânica,* que o restaurador da *História Natural,* Conrado Gessner e outros haviam aprendido nos autores antigos e ampliado com observações próprias.

Esperamos ser relevados por esta longa digressão.

Garcia da Orta é um nome que invoca saudades!

Um nome que resume uma época, nome que fêz eco durante o meado do século XVI, proporcionando vasto material à geração imediata para mais sólidas construções.

Com êle alvoreceu a aurora da emancipação na Índia, e deve por isso o seu nome ser com orgulho inscrito no rosto de uma das páginas brilhantes da história pátria.

Para colhêr informações exactas sôbre virtudes de muitas drogas percorreu diferentes países da Ásia, informou-se dos viajantes, mercadores, boticários e físicos árabes, turcos, persas e outros; familiarizou-se com diversas línguas da

Ásia, andou pelos sertões da Índia, mais de 200 léguas como diz, nunca permanecendo por muito tempo em um logar, podendo-se dêle dizer o que Martial disse no seu *Epigrama*, VII, 73: — *Quisque ubique habitat, Maxime, nusquam habitat.*

A sua obra atraíu a atenção dos naturalistas Clúsio, Ziletti, Collin, Frampton, Rhede, Rumfio, Bontius, Piso, Walt e outros, que a reputaram como clássica e de alto valor scientífico.

*
* *

Mas não é só ao estudo das drogas que se acha ligado o nome de Garcia.

Não se limitou apenas a isso a sua acção na Índia. O nome desta personalidade se acha também ìntimamente reacionado com alguns factos históricos da Índia, que foi outrora o teatro de grandes façanhas dos nossos antepassados, heróis da Europa e do mundo, sobretudo neste século.

Assistiu Garcia a alguns dos triunfos da maravilhosa epopeia dos portugueses nesses tempos.

Apenas de leve tocaremos os pontos capitais dum e doutro, sem entrarmos nos detalhes, que isso levaria páginas.

Veio Garcia de Orta no reinado de D. João III, como físico de el-Rei à Índia, para essas regiões trópico-orientais, para estudar as drogas e plantas da Índia, das quais pouco conhecimento tinham os botânicos antigos e do seu tempo.

Foi em Setembro de 1534 que a armada, em que vinha Garcia, lançou ferro na barra de Goa, no surgidouro das naus do reino, como dizem os escritores Leitão, nas suas *Noticias Chronologicas,* e Figueiroa, nas suas *Memorias da Universidade*, citados por Conde de Ficalho.

Há neste ponto uma divergência, devendo ser esta a data

certa, visto constar ter êle feito parte da comissão que assinou o *Tratado da entrega de Baçaim.*

Corria o ano de 1534.

Desde 1529 continuava a governar a Índia o intrépido Nuno da Cunha, cognominado o Scipião Português, que em todos os actos do seu govêrno mostrou uma extraordinária energia.

Era o seu principal objectivo o estabelecimento dos portugueses em Diu, valentemente defendida por outro herói afamado, António de Silveira.

Nuno da Cunha, informado de que Malik Tocar, filho de Malik Ayaz, senhor de Baçaim, andava ocupado em fortificar a sua cidade, o que transtornava o seu plano, marchou em 1533 com uma poderosa frota de 150 velas e tripulação de quatro mil homens, metade europeus e metade goeses, e conseguiu derrubar as muralhas de Baçaim, guarnecida por quinze mil homens de infantaria e cavalaria.

A atitude dos portugueses compeliu Malik Cafur a entrar em pazes, mas Nuno da Cunha recusou as condições.

Sob o comando de Diogo da Silveira e Manuel de Macedo, os portugueses, trepando os baluartes, precipitaram-se sôbre os adversários, pondo-os em debandada, e Nuno da Cunha, derrubando o baluarte, voltou a Goa com 400 canhões para prosseguir novo assalto a Diu.

Era êste o estado em que se achavam as coisas na Índia durante os dez anos em que o leme do govêrno estava nas mãos de Nuno da Cunha.

Viera em 1516 à Índia o primeiro naturalista, Tomé Pires, e haviam os portugueses conseguido consentimento para uma feitoria em Chaúl, cuja construção começou em 1532, depois de ratificado o tratado entre o Nizam de Deccão e Diogo Lopes.

Grandes feitos heróicos praticaram os portugueses durante o tempo de Nuno da Cunha. A conquista de Mombassa,

devastação de Baçaim e Damão, conquista de Diu, etc., etc., etc., que longo seria ennumerar.

Em Chaúl, a que Garcia faz referências constantes, muito sangue se derramou, e, na frase de Camões,

O mar todo em ferro e fogo fervia

Por estes tempos andavam os portugueses em lutas constantes por terra e por mar, bombardeando cidades, ora batendo o inimigo em pleno mar, ora perseguindo-o ao longo da costa, trabalhando pelo engrandecimento e consolidação do vasto edifício cujo plano deixara traçado o grande Albuquerque.

Em 21 de Janeiro de 1509 haviam os portugueses visitado Bombaim pela primeira vez, de caminho a Dabul. Em 1529, sob o comando de Lopo Vaz, se travou entre os portugueses e os mouros um furioso combate naval, em que Heitor da Silveira reduziu e fêz Shah Ali, Thanadar de Thana, tributário dos portugueses, e voltou com os seus companheiros a Bombaim, onde entre ovações baptizou a *Heptanésia* com o nome da *Ilha de Boa Vida*, que mais tarde passou ao célebre Garcia de Orta.

O Sultão de Bahadur de Guzerate e o imperador Humayun, para remediar as discórdias, aliaram-se com os portugueses. O Sultão, vendo que se achava já consolidado o poder dos portugueses ao norte, não tardou em travar com estes relações de amizade. Concordou em 1533 ceder-lhes Baçaim com tôdas as suas dependências, e imediatamente mandou seu embaixador para negociar um tratado de paz.

A Garcia de Orta coube, logo após a sua chegada, a honra de fazer parte da magna comissão que assinou o célebre tratado da cessão de Baçaim a bordo do galeão

S. Mateus, junto com Martim Afonso de Sousa a outros, em 23 de Dezembro de 1534, tratado que depois dum ano foi ratificado com outro de paz e comércio entre o Sultão e Nuno da Cunha.

Em 1536 assistiu Garcia ao cêrco de Cochim pelo Samorim de Calicut com Martim Afonso, a quem acompanhou em tôdas as campanhas.

Conheceu Garcia todos os heróis do seu tempo.

Era êste o scenário nos tempos em que viera à Índia Garcia, a quem foi reservado papel especial no drama que continuava a ser representado.

Muito sangue se derramou nas lutas entre os portugueses e os mouros. Em várias partes atroavam canhões; ouvia-se o estridor das armas e o clangor de trombetas; e, nas batalhas disputadas, não raras vezes ficava o campo juncado de cadáveres.

Chegou nestes tempos Garcia, como que por destino para acudir aos mortos, pensar os feridos e curar as chagas dos que das batalhas sangrentas voltavam com balas mortíferas.

Antes do meado do século os portugueses assenhorearam-se de tôda a costa do reino de Guzerate.

As referências ao mouro Coge Çofar, que numa ocasião convidou Garcia em Surrate onde provou *inhames pequenos;* aos Rumes; e as freqüentes referências ao Samorim de Calicut, ao Sultão Bahadur, a quem acompanhou na guerra, junto com Martim Afonso, e ao Nizam Maluk, rei de Deccão, deixam ver que era de todos querido e por muitos procurado na Ásia.

A propósito de Nizam Maluk, cujo médico era êle, que muitas vezes curara a seu pai e algumas vezes ao seu filho, escreve: «*Recebi mais de doze mil pardaus, e dava-me quarenta mil pardaus de renda por que o visitasse alguns meses do ano, os quais não aceitei*».

Estas e outras referências nos fazem lembrar dos versos do poeta Oliver Goldsmith:

«A man he was to all the country dear,
And passing rich with forty pounds a year;
Thus to relieve the wretched was his pride,
And even his failings leaned to Virtue's side.
But in his duty prompt at every call,
He watched and wept, he prayed and felt for all».

Teve Garcia a recompensa a que tinha direito.

«*Dande et accipiendi beneficii comercium, sine quo vix vita hominum constat, perdit et tolit, quisquis bene merito parem referre gratiam negligit*», disse Valério Máximo.

Ao contrário do seu pai, guiou-se D. João III por êste apotema do historiador romano.

Marcou o reinado de D. Manuel uma era feliz para Portugal.

O céu parece ter querido auxiliar êste príncipe com os mais raros favores.

D. Manuel, porém, foi ingrato para com muitos que no seu reinado prestaram relevantes serviços na guerra, na política, na literatura, na navegação e nas sciências, concorrendo para o engrandecimento do seu reinado.

Tratou D. Manuel com ingratidão os homens que ilustraram o seu reinado, como Duarte Pacheco, que morreu na miséria no hospital de Lisboa. Sem nenhuma recompensa do seu ingrato soberano morreram também miseráveis neste hospital, Albuquerque e Almeida, que só com um braço defrontavam exércitos!

Não tiveram estes heróis uma recompensa que mereciam pelos seus relevantíssimos serviços à pátria, vindo aqui a propósito a sentença de Plauto:

«*Improbus est homo qui beneficium scit sumere, et reddere nescit*».

* *
* *

Um dos factos importantes do reinado de D. João III foi a distribuïção das terras conquistadas e descobertas para remunerar os serviços prestados, facto de maior importância, que, se não deu tamanho brado como as conquistas na Índia, foi de-certo muito proveitoso, porque deu estímulo aos nobres e ricos para as povoar à sua custa, reservando certos direitos que delas deveriam pagar-se à coroa, como, por exemplo, o Brasil, que foi dividido em dez capitanias de cinqüenta léguas cada.

Em 1530 deu D. João III ao fidalgo Duarte Coelho, em remuneração dos serviços prestados na Índia, a capitania de Pernambuco, e não se esqueceu de Francisco Pereira Coutinho pelos seus relevantes serviços na Índia, dando-lhe a baía de Todos os Santos.

A de S. Vicente, onde foi fabricado o primeiro açúcar, donde outros povos levaram a cana para propagar noutras terras, foi dada a Martim Afonso.

Contemplou ainda entre outros o insigne cronista João de Barros com o Estado de Maranhão.

Na Índia, à aquisição de Heptanésia seguiu a distribuïção das terras aos que com tôda a lealdade serviram a bandeira nacional.

Em 1548 a ilha de *Mambai,* composta de sete ilhas, outrora povoada pelos *Kolis* e *Shelaris,* foi arrendada a Garcia de Orta por £ 85, onde êle construíu uma casa com horta de plantas económicas e algumas plantas medicinais que trazia das suas longas excursões. Nestes tempos Garcia foi foreiro desta ilha. «*Terra e ilha de que el-rei nosso senhor fêz mercê, aforada em fatiota. Col. 22*». Ilha que até 1563 pertenceu a Garcia, antes de ser dada em dote à infanta D. Catarina em 1661.

Garcia, que era senhor ou enfiteuta de Bombaim por

concessão do Vice-Rei, tinha aqui a sua vasta *quinta* ou *granja*. Os seus paços eram cercados de vastas avenidas e hortas, que Dr. Fryer, na sua *New Account of East India and Persia,* descreveu como: — *a delicate garden voiced to be the pleasantest in India.*

Neste seu palacete costumava o Doutor descançar após as suas longas excursões pela Índia e vários países da Ásia, onde era procurado pelos Rajás, Sultões e Príncipes que se socorriam do seu conselho.

Ficava o seu palacete na Caçabé de Bombaim, como diz Simão Botelho, atrás da actual *Town Hall,* onde agora se vêem o castelo e arsenal, como diz o orientalista Dr. Gerson da Cunha no seu livro *The Origins of Bombay.*

Na sua residência em Bombaim consta ter-se hospedado com êle o seu amigo Camões, que em Goa foi o seu vizinho e era seu hóspede freqüente.

Conservava em sua casa diferentes produtos económicos, como se vê dum dos seus *Colóquios,* em que manda a sua serva Antónia trazer uma *carambola em conserva* para apresentar a Ruano.

Conhecia também virtudes de algumas pedras preciosas que possuía, como se vê num dos *Colóquios:*

Moça, tira o pano atado com pedras e apresenta a Ruano.

A sua referência ao *Agnocasto,* que manda sua serva vir da sua horta, deixa ver que, além de laranjeiras, cidreiras, limoeiros, etc., havia também algumas plantas medicinais.

Transcrevemos aqui a seguinte passagem dum *Colóquio,* muito engraçada, em que diz a Ruano:

«Desta varanda vereis nesta horta minha as árvores; aquelas foram postas, etc.

«*Serva* — Um homem está ali, que traz recado do rendeiro de Bombaim.

«*Orta* — Venha cá.

«*Capitão* — Estes cestos me deu o vosso rendeiro e êste cesto de *jamgomas*.

«*Orta* — As cartas lerei depois, a fruta provemos, e apertai-a primeiro entre os dedos, porque se quer assi.

«*Ruano* — Sabe ler, e parece na feição como *sorva*, e em sabor como ameixa».

Tinha Garcia no seu palacete excelente livraria de obras filosóficas e médicas.

A ilha de Bombaim foi naqueles tempos dividida em enfiteuses aos fidalgos, que tinham seus palacetes com vastas hortas, e avenidas, onde se entretinham em *consaziones* literárias e scientíficas no século XVI, em que os portugueses tinham chegado aos zenite da sua glória.

*
* *

Em ordem da antigüidade temos agora o naturalista *João Fragoso*, Médico do século XVI, Cirurgião-mor da raínha D. Catarina, mulher de D. João III, que nessa qualidade acompanhou a imperatriz Isabel quando partiu para se casar com Carlos V.

Escreveu várias obras médicas em Latim e Espanhol, publicadas em Madrid, de que se vê uma notícia no *Dicionário de Maximiano Lemos*.

É digna de menção a seguinte obra, feita debaixo das vistas dos *Colóquios* de Garcia, dedicada a D. Joana de Áustria, Princesa de Portugal e Infanta de Castela:

«*Discursos de las Cosas Aromaticas, arbores y frutales y de otras muchas medicinas simples que se traem de lai India Oriental, y siruem al uso de medicina.*

«*Madrid em casa de Francisco Sanches, ano 1572*».

* *
* *

O reflexo da glória do ínclito Orta foi doirando o último quartel dêste século.

Emquanto os *Colóquios* estavam sendo apregoados aos quatro ventos, vemos no vasto horizonte despontar outro naturalista, não tão insigne, nem menos insigne, para maior glória da nação portuguesa.

Ao ocaso dum astro, se vê fulgir outro asteróide na vasta abóbada celeste.

Em 1557 faleceu D. João III, não tendo tido a dita de ver publicada a obra genial do Garcia, a quem em 1535 mandara à Índia.

Conquanto se começasse a manifestar a decadência do império português no reinado de D. João III, não descançaram os portugueses após a sua morte.

Com grande valentia fôra conquistada Seuta em 1415, e D. Sebastião, com um grande exército, desembarcando em Tânger, nas costas de Marrocos, atacara os Mouros nos campos de Alcácer-Kibir em 1578, sofrendo embora uma espantosa derrota em que 12.000 dos seus ficaram estendidos no campo, sendo um dêles o próprio rei, cujo cadáver nunca se descobriu.

Disse Camões na Est. 17, I:

> Em vós se vem da olimpica morada
> Dos dois avôs as almas, cá famosas,
> .....
> Em vós esperam vêr-se renovada
> Sua memória e obras valerosas;
> E lá vos tem logar, no fim da idade,
> No tempo da suprema eternidade.

Se desastrado foi, porém, o seu reinado sob um aspecto, memorável foi sob outro.

No reinado de D. Sebastião «*Maravilha fatal da nossa idade, dada ao mundo por Deus*», como diz o poeta, aumentou muito o número dos crentes na religião cristã que era pequeno em comparação com a população dos vastos domínios de Portugal que eram naqueles tempos alumiados pelo sol durante todo o seu percurso.

Nutria Camões esta esperança; agourava que o piedoso rei governaria todo o mundo para dar grande parte dêle a Deus.

Que se realizou a esperança do poeta, confirmam as cartas de El-rei ao Arcebispo Primaz da Índia, D. Gaspar, que deixam ver o zêlo da propagação da fé que ardia nos corações dos que então governavam a menoridade de El-rei, escritas de Lisboa em 11 de Março de 1562 e 21 de Março de 1563. (Vid. *Oriente Conquistado, I*, div. II. pág. 86).

Não olvidaram os portugueses as suas gloriosas tradições, porque uma nação fàcilmente não risca da memória as velhas tradições de quási cinco séculos.

Um acaso favoreceu o seu reinado para alguém seguir as pisadas de Orta.

Das terras africanas, quer de Seuta, quer de Tânger, onde El-rei nos campos de Alcácer-Kibir deixara sua vida, acontece surgir outro varão ilustre para prosseguir os estudos das drogas indianas.

*
* *

Na série dos naturalistas dêste século vem agora o nome dum português de raça, e africano de nacionalidade *Christovam da Costa,* que se intitulava médico e cirurgião. Dizem uns que nasceu na África do Norte, em Seuta ou em Tânger, outros dão-no como nascido em Moçambique.

Quando aquelas cidades ao norte de Barbária eram pos-

sessões portuguesas, passou Cristóvam, formado em medicina, em 1568, na comitiva do Vice-rei D. Luís de Ataíde, a quem El-rei recomendou quando partia para governar a Índia: — «*Ide e governai como governou D. Constantino*».

Deve portanto a Índia muito a D. Sebastião.

Em Goa encontrou-se êle com o velho Orta «*Varon grave y peregrino in genio*». Teve ocasião de ler os *Colóquios* e informou-se das notícias dadas pelo velho Garcia. Por bom tempo esteve na Índia em *longas peregrinações,* como êle próprio diz, e sofrendo duros cativeiros na Ásia, África e China, como diz o licenciado Juan Costa. Voltando mais tarde à Europa, foi estabelecer-se em Burgos, onde, com as informações colhidas na Índia sôbre as drogas, nos *Colóquios,* confirmadas pela sua experiência, e várias outras notícias, compôs o seu livro em língua espanhola, e após a morte de sua mulher terminou os seus dias tomando o hábito de religioso.

Eis o rosto do seu livro:

«*Tractado de las Drogas, y medicinas de las Indias Orientales, con sus plantas debuxadas al bivo por Christoual Acosta medico y cirujano que las vio ocularmente. En el qual se verifica mucho de lo que escrivio el Doctor Garcia de Orta. Dirigido a la muy noble y muy mas leal ciudad de Burgos, cabeça de Castilla y camara de sua Magestad. En Burgos por Martim de Victoria impressor de su Magestad, M.D.LXXVIII: com priuilegio*», em que se vê o retrato do autor gravado em madeira, com o seu nome abaixo, *Christophorus Acosta Africanus,* com gravuras representando arbustos e árvores da Índia, seus frutos, raízes e dois elefantes.

Esta obra, ilustrada com gravuras, é muito rara. A nossa Biblioteca não possui um exemplar dêste livro, tão apreciado como o de Garcia e citado por alguns naturalistas ingleses, entre outros o Dr. Dymock na sua *Pharmacographia Indica,*

que faz referência a Cristóvam da Costa, tratando da *Anacardium Occidentale*, indígena do Brasil, introduzida na Índia pelos portugueses e conhecida em Goa desde 1550, onde abunda; e da *Biophytum sensitivum,* a cujo respeito escreve Rumphio:—«*Ipse enim Acosta narrat et declarat Bracmanem ipsi spopondisse sub conditione magni certaminis, sesse per hanc herbulam effecturum ut mulier*»....

Estas e outras referências levam a crer que em alguma de tantas Bibliotecas da Índia inglesa haja um exemplar desta obra a que Dymock pôde reportar-se.

A obra é reputada como clássica no seu género e uma autoridade na História Natural de drogas medicinais.

Não nos sendo possível ver esta obra, aproveitamos a apreciação que dela faz o erudito Diogo Barbosa Machado com o seu brilhante estilo, na *Biblioteca Lusitana*:

«Escrita numa linguagem simples e claríssima é esta obra cheia de muita erudição; o autor enleia e confronta as notícias e provas que colheu na Índia, com o que escreveram os mais insignes médicos e naturalistas, antigos e do seu tempo; a propósito de cada assunto chama a barra, para esclarecer a verdade, enganos, os erros, ou os factos da sciência certa de Plínio, Dioscórides, Aristóteles, Galeno, dentre os gregos e os romanos; Avicena, Mesue, Averróis dentre os árabes; Amato Lusitano e Garcia da Orta, dentre os nossos; a respeito dêste último, porém, são abundantes por tôda a obra os maiores louvores, que bem mostram o muito auxílio que Cristóvam teve no livro dêle para suas indagações scientíficas.

«No entanto *sou levado a crer, ao contrário* do que alguns autores pensam, que os dois livros, o de Garcia da Orta e o de Cristóvam da Costa, *são dois monumentos de sciência* de lei, inteiramente distintos, não só na forma, mas na substância; cada qual muito para ser estimado pelo muito que vale.

«Cristóvam foi mais feliz do que Orta no método com que escreveu o seu livro; a forma puramente descritiva, sem divagações, alheias ao assunto, tornam a leitura dêle mais amena e proveitosa; acresce que está bem escrito, se atendermos a época, e com gravuras que, pôsto que imperfeitas, esclarecem o texto e convidam a lê-lo, qualidades estas que infelizmente faltam nos *Colóquios,* cuja leitura é por vezes problemática e outro tanto ininteligível».

Clúsio traduziu também o livro de Cristóvam da Costa, dando-lhe o seguinte título:

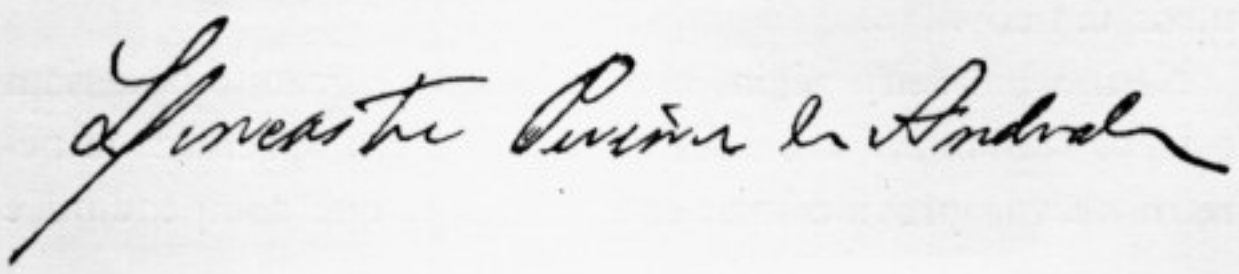
«*Cristophori a Costa Medici et Chirurgi aromatum, et medicamentorum in Orientali India nascentium liber plurimum, lucis afferens iis, quae a D. Garcia ab Horto in hoc genere scripta sunt Caroli Clusii Atrebatis opera ex Hispano Latinus factus, etc. Antuerpiae, ex officina plantiniana apud Joanem Moretum, 1582*».

Diz Barbosa Machado que foi esta obra reimpressa algumas vezes, como também traduzida em italiano e francês.

No ano imediato ao da impressão da tradução latina dos *Colóquios,* chegou à Índia o holandês Lean Hugues de Linschot, que esteve em Goa desde 1583 a 1589.

Na sua *Histoire de la Navigation aux Indes Orientales,* reimpressa em Amsterdam em 1619, fala da terrível *cólera-morbus* espasmódica, a que os indígenas chamam *mordexim,* como também doutras epidemias e suas curas.

Índia Portuguesa — Cansaulim, 25 de Outubro de 1926.



LICÍNIO CARDOSO

Não falará aqui o filho caro, duramente torturado pela ausência da presença do pai amantíssimo e venerado. Tampouco o amigo, debruçado sôbre o corpo do melhor e maior de seus amigos. Agora, haverá de falar aqui o escritor apenas, para render a sua homenagem humilde e ampla de admiração e de respeito a uma das mentalidades mais robustas, mais raras e generosas que o Brasil tem produzido.

Poderia invocar a imagem do granito inalterável ao tempo, como estrutura basilar de seu carácter, cujo bloco poderoso tivesse sido por êle próprio a vida inteira trabalhado, como obra imperecível de vida inesquecível.

Poderia invocar ainda, de igual sorte genuïnamente brasileira, a palma régia cuja fronde altaneira procura o sol sem temer olhá-lo e cuja sombra protectora não esmaga nem perturba as árvores outras menores da mata que lhe circundam a vida, como a registar a beleza original do tronco ousado e forte.

Prefiro, porém, aos símbolos a própria realidade dos factos. Por isso digo que a vida de Licínio Cardoso no scenário brasileiro foi uma lição puríssima e admirável no atestar recursos maravilhosos da raça, perspectivas de vulto desafogado, ousadias magníficas que nos fazem pensar com alvorôço sàdio na possibilidade dos milagres da Grécia de outros tempos.

Nem a palmeira régia, nem o bloco de granito poderiam de facto simbolizar a beleza da vida de um aprendiz de pedreiro de vila provincianamente humilde, que compendiou e

assimilou depois, não só a sciência e a filosofia do seu tempo — sem desnaturalizar-se cìvicamente — como pensou, mais tarde ainda, no domínio das sciências matemáticas e biológicas, com o auxílio sàdio de sua própria cabeça de homem culto.

Espiritualizando a argila humana riquìssimamente modesta que recebera com a vida, pelo amor de seus pais, a sua energia austera realizou exuberantemente o ciclo óptimo e raro da vida evolutiva dos sêres vivendo em sociedade: *êle foi, de facto, um temperamento, um carácter, um homem, em suma.*

Independentemente do pai admirável, independentemente do amigo inolvidável, companheiro inesquecível de repouso mental das horas duras da vida, eu reverencio pois agora, respeitosamente constrito, a inteligência ampla e generosa — formada de cultura enciclopédica, emmoldurada de modéstia casta mas defendida por carácter severíssimo — que eu aprendi a admirar desde cedo, com o melhor de meus fervores, choro em suma a personalidade eminente que o Brasil acaba de perder quando, sem alarde mas com coragem rara, procurava levar à Europa a cultura da palavra brasileira.

Foi Licínio Cardoso, na melhor e mais ampla acepção do termo, um *autodidacta,* com a bravura compatível aos casos ricos de energia formados nos scenários das democracias americanas. No Brasil não minguam tais exemplos, convenhamos jubilosamente, conquanto expontânea e naturalmente escassos. Demais, documentam êles, mais do que outros, a vitalidade da raça, embora caótica ainda nos seus caracteres diferenciais evolutivos, dada a complexidade do processo transcendente de cruzamento dos elementos heterogéneos fundidos ao calor do nosso sol.

Muitos expoentes brasileiros têm sido em verdade fruto exclusivo de seus próprios esforços, com ascendências humí-

limas, com acanhadíssimos recursos iniciais de vitalidade, ameaçadoramente sufocados até mesmo em ambientes sociais de condições por demais precárias.

Licínio Cardoso pertenceu de facto a essa nobilíssima família de homens modelados por si mesmos, humildes por nascimento, grandes pelos seus feitos, nobres pelos seus actos, notáveis por suas vidas. Filho de campónios, órfão de mãe aos 8 anos, cabeça de uma irmandade numerosa, êle não trouxe do berço nada que lhe facilitasse a vida, a não ser as suas próprias qualidades orgânicas. Nascido numa aldeia humilde, hoje ainda vila, não logrou ter, tampouco, ambiente propício ao desenvolvimento exigido pela vibratilidade de seu espírito. Daí a beleza e severidade da luta cedo iniciada. Pobre, ausente o braço protector do pai atirado aos azares da guerra desabafando como voluntário da pátria a sua dor de viúvo, compreendeu o menino, por ser o mais velho, que lhe competia não protelar o ganho da própria vida, sem cogitar portanto na possibilidade aleatória de recursos alheios. Tudo experimentou, conscientemente poderia afirmar mais tarde, se não fôra a inconsciência da própria reacção de seu espírito, procurando um caminho de vitória. Tropeiro privado, batelador improvisado de ouro nos córregos circunvizinhos, aprendiz de pedreiro na matriz de sua vila natal, teve também tempo para procurar o alimento acanhadíssimo que lhe poderia ser ministrado na escola pública do arraial provinciano. Sacristão, sem honorários, tornou-se depois aluno dilecto do vigário, e insaciado discípulo também do farmacêutico da vila, fazendo dias das noites, pois que a um caixeiro de armarinho modestíssimo não sobravam horas muitas de recreio.

E, dominado depois o seu próprio ambiente, por carência de outros estímulos, por inexistência em suma de outros alimentos úteis ao seu espírito, cedo veio o desejo de

emigrar e, com êle, a perspectiva de ser soldado, meio único de ter na Côrte a instrução cobiçada.

Emigrar quere dizer romper com o presente, assinando promissórias ousadas de lucros para o futuro. Era o seu caso. Lavras era logarejo humilde e apagado. Longínqua a Côrte, separada por dias vários de viagem, ora por terra, ora por mar. Tudo difícil. Quis, porém, o destino que tivesse o emigrante um bom padrinho de partida, mas quis também, para vigorizar o seu espírito, que se tornasse o mesmo um mau padrinho em chegando ao Rio, tanto assim que abandonou na via pública, com direcção incerta de um cocheiro, o moço inexperiente, atordoado, atónito, e sem recursos outros que as magras pratas ofertadas por um avô solícito.

O que não fêz porém o padrinho do prometido, realizaram duas cartas modestamente trazidas. Mas, é de todo certo, sumariando os factos, e dominando-os explicativamente, que, mais do que as cartas, falou — talvez até mesmo sem palavras — a energia do moço adolescente. Êle queria. Era por assim dizer o impossível. Mas venceu. Ninguém diria que dentro de envólucro tão canhestro brotava alma tão pura defendida por carácter tão enérgico. Lutou, novato, com tudo que era novo ao seu espírito. Mas venceu. Primeiro a moléstia, acobardado que não ficou depois de salvo da febre amarela que o atacara: depois o ambiente da Côrte que o não distraíu nem atemorizou: os estudos insuficientes que até então fizera: as aulas da Escola Militar começadas, e com elas a perspectiva ingrata, em suma, de desligamento ao fim do ano com serviços forçados no batalhão e o atestado irremediàvelmente insultuoso de imprestável para os estudos.

Veio, porém, o fim do ano e, com êle, a vitória. Depois um ano mais. Um só. E com êle a alforria do avô materno, em minguadíssimos mas inestimáveis auxílios para

aquela época. Explicador de seus próprios colegas, encontrara cedo o emigrante a profissão jàmais abandonada em sua vida: professor.

Mudaram as disciplinas, variaram as searas dos conhecimentos abarcados, sem que jàmais perdesse em verdade Licínio Cardoso o fogo sagrado da profissão nobremente escolhida com generosa energia.

Doutor em sciências fisicas e matemáticas pela Escola Militar, começara a leccionar matemática elementar (arimética, álgebra e geometria) logo que terminados os seus preparatórios e antes que conquistasse por concurso (1880) a cadeira de matemática elementar na referida Escola. Professor particular de matemática superior (cálculo diferencial e geometria integral) obteve depois (1887), por concurso tornado célebre pelo número e valor dos concorrentes, a cadeira de Mecânica Racional na Escola Politécnica, cuja regência manteve ininterruptamente (com excepção de dez meses passados em estudos na Europa em 1890) durante 36 anos. Prendem-se a êsse grande tirocínio, entre outros, os seguintes trabalhos: *Teoria elementar das funções* (1885); *Teoria da rotação dos Corpos* (1887); *Equações diferenciais da Mecânica* (1904); *Condição geral da existência da função de fôrças* (1920); *Teoria geral da Mecânica dos Fluidos* (1920).

Transferido (1890), por aclamação de seus pares, para a cadeira de Sociologia e Moral então criada pela reforma republicana de Benjamim Constant, só começou a leccioná-la em 1893, em conseqüência dos acontecimentos da Revolta, continuando nesse cargo do magistério a atitude mental de Benjamim Constant como propugnador dos ensinamentos da Escola de Augusto Comte, fundador da Sociologia, tarefa que exerceu com grande elevação mental e cívica até ao ano de 1898, quando uma nova reforma trouxe à Escola a disponibilidade daquela cadeira.

Na Escola Politécnica, o feitio filosófico de seu espírito

aliado à sua cultura especial de matemática superior acabou permitindo uma concepção nova da Mecânica Racional, reagindo contra preceitos pouco lógicos dos compêndios tornados clássicos. Fazia de facto Licínio Cardoso a exposição da Mecânica subjectiva sem carecer dos princípios de Lagrange (velocidades virtuais) e de d'Alembert (equilíbrio de fôrças aplicadas e fôrças de inércia) ou de qualquer outro princípio ou lei indutiva — o que dava ao curso um carácter reaccionário ao algebricismo matemático, subordinados que ficavam os problemas da sciência a um encadeamento lógico e filosófico. Sob o duplo apoio de uma *base lógica* (instituïções subjectivas da inércia e das fôrças) e de uma *base física* (o conjunto das três leis fundamentais, lei da equivalência, lei da persistência, lei da coexistência) fazia emanar a *equação fundamental da mecânica*, a qual equação tratada por desenvolvimentos e transformações subseqüentes permitia obter tôdas as fórmulas e teoremas da mecânica sintética concernentes à teoria do movimento e, *ipso facto,* ao caso particular conseqüente da teoria do equilíbrio.

Pertencia Licínio Cardoso a uma das gerações mais interessantes formadas no Brasil: aquela de *cidadãos-soldados* cuja alma fôra modelada pela figura austera e magnânima de Benjamim Constant, a geração que tomou parte activa na instituïção do regímen republicano, a geração que forjou o idealismo cívico dentro das próprias fôrças armadas da nação, exigindo, como resultado imediato, a elaboração da Constituïção republicana cujos princípios tanto nos honram no scenário dos povos civilizados, e permitindo depois indirectamente — como conseqüência do enfraquecimento militar dos primeiros decénios da República que Rio Branco (um imperialista sem ponto de apoio) executasse a obra esplêndida de delimitações de nossas fronteiras, obra óptima de pacifismo opulentíssimo com que a República corrigiu erros

graves do Império no tratar com as repúblicas irmãs e limítrofes do continente americano.

A história daquela geração deveras interessante não foi ainda, todavia, relatada. A ela referiu-se uma vez Felisberto Freire quando prendeu, com sabedoria e originalidade numa subordinação de facto a facto, a génese dos eventos republicanos à influência insofismável de dois espíritos proeminentemente cultos sôbre a mocidade das escolas de seu tempo: Tobias Barreto e Benjamim Constant. Um reformando o ensino jurídico, importando escolas filosóficas da Europa e ensinando ao Brasil uma palavra nova de raciocínio: outro, o evangelizador da mocidade militar de seu tempo, o guia mental especialmente moral, dada a austeridade de sua figura, dessa geração original, desafogada e robusta de provincianos de norte a sul do Império seleccionados e republicanizados dentro dos muros da Escola Militar da Côrte.

De discípulo, fêz-se depois Licínio Cardoso amigo caro de Benjamim Constant, apontado, entre colegas do magistério, como um dos herdeiros legítimos dos ensinamentos do mestre.

E o era. Isso explica a razão, proclamada a República, por ocasião da reforma da Escola Militar, de haver sido aclamado em congregação como professor da cadeira de Sociologia recém-criada, e nomeado em seguida em comissão do govêrno, para na Europa aprofundar os seus estudos antes de inaugurá-la.

Soldado e oficial do Império, não tivera Licínio Cardoso nenhum pendor para a carreira das armas. Seguia porém com dignidade, e por certo teria sacrificado a própria vida com estoicismo selvagem, se acaso fôsse isso exigido do seu carácter.

Era êsse o seu feitio. E por isso, logo que pôde, documentou pùblicamente não se querer prevalecer em sua vida das regalias de militar. Queria a sua liberdade ampla

de agir e de pensar. Dêsse modo, com respeito e dignidade, acreditou dever despir a mesma farda a que honrara com o melhor de seu estímulo. Não foi um trânsfuga. Não foi um arrependido. Tão pouco um desiludido.

Ao contrário, abandonou a carreira, capitão de engenheiros, quando só lhe sorriam vantagens. Era o tempo da agitação militar republicana. Era a época em que vários oficiais sentiam prestes o dia em que teriam em suas mãos os destinos da República almejada. Licínio Cardoso foi, porém, inflexível. Nomeado (1887) para a Escola Politécnica, vitorioso depois de concurso renhido (1886), requereu a baixa desejada como prometera a si próprio, inabalável do ânimo, a-pesar-da intervenção de alguns amigos solícitos não concordes. Era êsse o recibo que o seu carácter exigia como demonstração pública flagrante de que só servira o país como soldado para ter direito à instrução, já que humílimos eram os seus recursos de família, impotentes para permitirem a sua matrícula em qualquer instituto de ensino do país.

Professor de duas escolas superiores, espírito culto e respeitado no seio de seus pares, amigo caro de Benjamim Constant, poderia, quando quisesse, fazer valer a sua situação privilegiada de republicano convicto. Não entendeu porém assim o seu carácter. Isolou-se. A própria revolta encontrou-o depois, gravemente enfêrmo, pairando acima dos horrores da luta fratrícida, a-pesar-dos irmãos caros nela dignamente empenhados.

(Continúa).

VICENTE LICÍNIO CARDOSO.

OS INCUNÁBULOS
DA BIBLIOTECA DO LICEU DE COIMBRA

> ... plusieurs de ces éditions, et en particulier les éditions *princeps* des classiques anciens, ont un mérite bien plus réel que celui de la rareté: elles reproduisent exactement le texte des vieux manuscrits actuellement perdus, ou tout du moins égarés, et elles offrent ainsi des secours précieux aux savants qui cherchent à établir de bons textes de ces mêmes auteurs.
>
> BRUNET, prefácio do *Manuel du Libraire*.

A notabilíssima riqueza bibliográfica da Livraria de Santa Cruz de Coimbra, que, em 1822, Adrien Balbi computava em 41.000 volumes — corrigida embora por Teixeira de Carvalho para 22.532, existência referida a 1827 — veio a sofrer, após 1834, o vergonhoso desbarato acarretado a tôdas as suas congéneres de Portugal.



A. G. DA ROCHA MADAHIL

Na desorientada voragem aberta pelas transformações sociais que no nosso país tiveram o seu início em 1820, e que os próprios historiadores contemporâneos, e, mais tarde, Oliveira Martins, tão severamente haviam de jul-

gar, pouco se salvou, dos bens e preciosidades das Congregações extintas.

Era a conseqüência dum movimento cujas ideas propulsoras tinham sido mal compreendidas e mal adaptadas, como em todos aquêles a que a precipitada política portuguesa, na sua eterna deturpação do figurino francês, tem arrastado a Nação.

Serenamente executada a extinção das Congregações religiosas — se o pudesse ter sido — ter-se-iam prèviamente acautelado os interesses nacionais por um cuidadoso estudo do destino a dar aos bens confiscados, e com tôda essa imensa riqueza bibliográfica de Santa Cruz, junta ao que as restantes livrarias conventuais durante séculos tinham entesourado e que os restos de seus catálogos permitem ainda hoje avaliar, organizar-se-hia com tôda a facilidade uma Biblioteca erudita assombrosamente opulenta (1); o que sucedeu, todavia, era fatal, atentas as circunstâncias tumultuárias em que decorreu todo o Liberalismo português até então: criminosamente desfalcado, todo o recheio das livrarias se dispersou por um sem número de Bibliotecas, públicas e particulares, nacionais e estrangeiras.

Coimbra, já então na sua indolência hoje proverbial, nem sequer se empenhou em salvar para a Biblioteca da sua Universidade tôdas as espécies manuscritas, e muitas outras da mais alta raridade, exemplares únicos que assim perdeu para todo o sempre; houve, é claro, comissões encarregadas de estudar, de escolher; entretanto, outras cidades mais di-

---

(1) Pinho Leal refere: «os livros dos extintos conventos ocupam o pavimento inferior do antigo colégio das Artes, hoje Liceu, e sobem a 150.000 volumes» 1

Do místico *Tomás de Kempis* se conhece o aforismo: «convento sem Biblioteca é mesa sem iguarias, jardim sem flores, bolsa sem dinheiro»; e mais antigamente se escreveu — *claustrum sine armario quasi castrum sine armamentario.*

ligentes libertavam Coimbra dos *pesados trabalhos* da selecção, e os livros iam desaparecendo...

O que foi essa dispersão vergonhosa, dizem-no quantas referências se lhe conhecem, e, mais do que elas, a documentação inédita ainda hoje existente, e que esperamos, um dia, tornar conhecida também.

*
* *

A Livraria de Santa Cruz — sabe-se hoje, e compreende-se bem, de resto — era particularmente rica, áparte as suas preciosidades manuscritas, de que nêste momento nos não ocupamos, em espécies das primeiras produções tipográficas; a opulência de bens do Mosteiro, as suas relações com a Côrte e com a Nobreza do Reino que tantos filhos dentro de seus muros contava, as viagens de Cónegos ao estrangeiro, no desempenho de missões diplomáticas, em aprendizagens junto das mais afamadas Universidades, ou em visita a Mosteiros da Ordem, os estudos humanísticos ministrados no Convento, que desde tão cedo lhe grangearam fama de inegualáveis em Portugal e que vieram a provocar o estabelecimento definitivo da Universidade em Coimbra, em 1537, a conhecida cultura de seus Cónegos, cujos livros de uso, por sua morte, revertiam à Livraria conventual, tudo eram factores que concorriam para o seu aumento em qualidade e em quantidade.

A par de todos êles, e ainda, o natural reflexo e acolhimento que na Casa os novos processos da Imprensa teriam encontrado, divulgando e tornando acessíveis os Clássicos indispensáveis aos estudos que até então apenas corriam em cópias manuscritas excessivamente caras, reflexo tal que chegou a traduzir-se pelo estabelecimento duma tipografia dentro do próprio Mosteiro em 1530 — a primeira da cidade.

Pela concorrência destas razões, portanto, ou até porque, cedo, os seus ilustrados Bibliotecários se apercebessem do interêsse que reside na conservação e estudo das primeiras manifestações duma Arte cuja formidável expansão trouxe ao Mundo novos horizontes, o certo é que a relação dos incunábulos pertencentes a Santa Cruz é considerável, a avaliarmos pelo que deles resta em Bibliotecas conhecidas, e da sua menção, incompleta mesmo, exarada no catálogo manuscrito que o Bibliotecário D. Pedro da Encarnação deixou, e actualmente na posse da Universidade.

Dêsses incunábulos, conserva avultado número a Biblioteca Municipal do Pôrto, a da Universidade de Coimbra, alguns também a Nacional de Lisboa, e mal podemos hoje avaliar o que o estrangeiro nos levou, e o paradeiro de determinados números do catálogo.

Como um dos últimos écos do que foi essa dispersão desordenada e tumultuária, surge ainda a creação da Biblioteca do Liceu de Coimbra, por volta de 1860, à custa do inesgotável depósito dos livros das Congregações extintas; posteriormente a ela, e como remate condigno a tanta insânia, vem então o leilão de 1870 por conta do livreiro francês Demichellis que ao Govêrno comprou, a troco de nove contos de reis, o que particulares e entidades oficiais já não queriam nem souberam escolher durante 36 anos!

As vastas salas do Colégio dos Paulistas, à Rua Larga, onde por fim amontoaram tudo, estavam atulhadas, até à altura de mais de metro, de livros que nem sequer materialmente era fácil revolver: o Govêrno nunca soube o que vendeu; e Demichellis levou para França e Alemanha os manuscritos preciosos, as iluminuras sôbre pergaminho, colecções de Clássicos e obras de Museu, e o resto dos livros ficou por Coimbra, pela rapaziada das Escolas, leiloado a vintém e a pataco...

*
* *

É nesta Biblioteca do Liceu, tão injustamente esquecida e desprezada desde a sua creação até há bem pouco tempo, e onde existem, protejidas pelo Acaso, verdadeiras raridades *mundiais,* que fomos encontrar, tantos anos decorridos, os incunábulos cuja descrição constitui o objecto deste catálogo; da Biblioteca, pode o leitor curioso fazer uma idea pelo relato *sumaríssimo* que nos *Anais das Bibliotecas e Arquivos* publicámos (N.º 24, vol. VI); *dos incunábulos, não sabemos que alguem se lhes tenha jamais referido, ou deles, mesmo, tivesse conhecimento anterior à inventariação e preparativos de catálogo que nós executámos* por deliberação do Conselho Escolar do Liceu, de 11 de Fevereiro de 1925, cujos resultados um dia contaremos, pois têm também a sua história.

Reitorava a êsse tempo o Liceu o professor Dr. Alberto Álvaro Dias Pereira, e exercia as funções de Bibliotecário regulamentar o professor Dr. Eugénio de Albuquerque Sanches da Gama: ao primeiro se devem as muitas facilidades materiais com que procurou desenvolver a Biblioteca, acolhendo sempre os nossos alvitres e acompanhando com interêsse a realização dos nossos trabalhos; ao segundo, a iniciativa dêsse mesmo desenvolvimento e um inexcedível carinho e amparo moral sem o qual não teríamos aceitado o honroso mas ingrato encargo do Conselho, diligenciando sempre conjurar com a sua nunca desmentida amizade e correcção, quantas dificuldades — e tantas foram elas! — se levantaram ao regular prosseguimento do nosso amargurado trabalho. Mais uma vez, e como sempre, *habent sua fata libelli...*

A Biblioteca do Liceu, sôbre a qual, positivamente, uma fatalidade pesa desde nascença, há-de ainda ser compreendida e conhecerá então vida próspera; com tôdas as con-

dições para isso, o seu *momento* ainda não chegou. Não obstante, temos fé que êle virá; o impulso agora dado há-de frutificar, embora só mais tarde. E até estas linhas públicas para isso concorrerão... A semente fica lançada, e por muito ingrato que o terreno e o ambiente sejam, ela germinará.

Mesmo, porque, felizmente, os homens passam e as Instituïções é que ficam; é da sabedoria das Nações...

*
* *

Como cronologia para o objecto do presente catálogo, perfilhamos por limite o ano de 1500, entendendo, como o velho Johannes Vogt nos seus curiosos e muito aproveitáveis *Axiomata historico-critica de raritate librorum,* que «rari & rarissimi omnium recte sententium judicio sunt: I. Libri ab artis typographicae primordiis ad annum usque 1500. typis exscripti» (1).

Igual limite foi adoptado por Hain, Brunet, Haebler, e, modernamente, pela comissão prussiana encarregada de publicar o assombroso *Gesamtkatalog der Wiegendrucke,* seguramente o mais inteligente e perdurável monumento à memória dos inventores dos tipos móveis, abençoada por quantos algum dia sentiram necessidade ou anceio de conhecer e penetrar o vário pensamento humano.

Testemunham a formidável actividade literária e tipográfica que na segunda metade do século quinze encheu o velho mundo, os seguintes números: em 18 a 20.000 calculava Brunet as edições anteriores a 1501; pois bem: o *Gesamtkatalog,* em publicação, anuncia o inventário de 40.000!

---

(1) In-*Catalogus historico-criticus librorum rariorum;* tivemos presente a 4.ª edição: Hamburgo, 1753.

Sendo, em face do exposto, estultícia da nossa parte pretender trazer novidades em tal assunto, uma utilidade fica ainda de pé às despretenciosas linhas que se seguem, e nela resumimos todo o seu interêsse: a de revelar a existência numa Biblioteca portuguesa de espécies até agora ignoradas dentro do nosso país.

Da metodologia aplicada na redacção dos presentes verbetes, apenas diremos que nos pareceram de tão seguro juízo e tão práticos os preceitos de método e de crítica histórica apresentados para trabalhos em Arquivos e Bibliotécas pelo erudito espanhol Garcia Villada, que procurámos pô-los aqui em prática tanto quanto possível, diligenciando, todavia, apresentar trabalho individual compatível com a rigidez da técnica, para que êste catálogo não fôsse, portanto, uma cópia pura e simples dos registos que noutros inventários se encontram.

O material auxiliar de que nos socorremos foi também muito deficiente, razão pela qual a investigação de certos incunábulos ficou aquém do que se tornava necessário; fica, porém, realizado o nosso principal objectivo integrando na riqueza bibliográfica das nossas Bibliotecas um núcleo de obras que são os únicos exemplares existentes em Portugal, algumas delas, porventura, únicas na Península, e, em todo o caso, de alta raridade em todo o mundo. Na própria Biblioteca a que pertencem lhes não encontrámos catálogo, verbete, *ou registo de qualquer espécie;* vieram ao nosso conhecimento porque, *um a um, folheámos os dez mil volumes que aproximadamente possui.*

1—ARISTOTELES.—[*Opera, graece*. Veneza, Aldo Manucio, Fevereiro de 1497](1).

É a *editio princeps* das obras de Aristoteles impressas em grego e distribuídas por cinco volumes independentes. Aquele de que nos estamos ocupando é o 2.º.

Rosto tipográfico formado por 15 linhas de caracteres gregos enumerando o conteúdo da obra, e traduzidas abaixo por outras tantas em latim, transcrevendo nós apenas estas últimas para maior facilidade de compreensão:

Eorum quae hoc uolumine continentur nomina & ordo.
Aristotelis uita ex laertio.
Eiuſdem uita per ioannem philoponum.
Theophraſti uita ex laertio.
Galeni de philoſopho hiſtoria.
Ariſtotelis de phyſico auditu, libri octo.
De coelo, libri quator.
De generatione & corruptione, duo.
Meteorologicorum, quator.
De mundo ad alexandrum, unus.
Philonis iudaei de mundo, liber unus.
Theophraſti de igne, liber unus.
Eiuſdem de Ventis liber unus
De ſignis aquarum & uentorum, incerti auctoris.
Theophraſti de lapidibus, liber unus.

No v. desta folha, e continuando até o v. da segunda, uma carta do editor cujo *incipit* é:

Aldus Manutius Baſſianâs Romanus Alberto Pio / principi Carpenſi. S. P. D.

---

(1) Vide Nota A no fim do catálogo.

A colecção *Aldina* desta Biblioteca é considerável, avultando, principalmente, na *qualidade* das suas espécies; carece, neste momento, de organização própria.

Pifiſtratus tyrannus, uir multa doctrina & eloquentia. liberalium diſci- / plinarum libros Athenis publice ad legẽdum præbuiſſe primus dicit, / ac duosde qnquaginta libros Homeri Iliada & Odyſſeã, diſpſos, ac cõ / fusos...

Na folha 3.ª, encimado por um ornato, começa o texto grego, ocupando 32 fls. inumeradas e 268 com numeração árabe (1), na última das quais se lê o cólofon nas mesmas duas línguas da portada e cujas inscrições latinas dizem:

Sunt omnes Quaterni exceptis. ⁎ & C Γ & K. illi. n. terni. / Excriptum Venetiis manu ſtamnea ī domo Aldi manutii Romani, & / græcorum ſtudioſi. Menſe Februario. M. III D. /

Impetratũ eſt a dominis Venetis idẽ in hoc quod in cæteris impreſſis / græce domi noſtræ.

Assinaturas: ⁎ ||||, ✕ ||||, + ||||, ος ||||, *a* ||||—*i* ||||, *k* ||||—*u* ||||, *x* ||||—*ī* ||||, *&* ||||, A ||||, C ||, D ||||—I ||||, K ||, e não como se diz no registo final, onde se atribuem apenas 3 fls. à assinatura ⁎.

Mancha tipográfica duma só coluna medindo 208✕122mm; folhas de 296✕197; tipo redondo; vinhetas à cabeça dos capítulos e capitais ornamentais, de laçaria. Bom papel de linho, de vergaturas muito unidas, optima conservação; marcas de água: A, Aδ, uma serpente enroscada numa cruz assente sôbre uma cabeça de boi, uma balança dentro duma circunferência rematada por uma estrela de 6 raios, uma cruz de dupla haste transversal firmada numa circunferência. Encadernação inteira de carneira, vulgar, do século XVIII; lombada dourada, de 6 nervos: entre os 2 primeiros, e sôbre fundo encarnado, a ouro — ARISTOT. / ET. ALIOR. / LIB. VAR.

---

(1) Entre as fls. 87 e 89, há uma em branco que não entra para a numeração, mas contada para a formação do caderno *l*.

No pé da portada, o pertence manuscrito, da época: *Da liuraria de Sctã Cruz*, a que letra posterior acrescentou *de Coimbra*.

2 — AVICENA. — Metaphyfica auicẽ- / ne ſiue eius prima philoſophia ~ [Veneza, Bernardino Veneto, Março de 1495].

Constituem as 3 primeiras linhas acima a portada da obra e a sua primeira folha; verso em branco, e na seguinte, assinada aii,—.*T. primi. Primi libri. Captm primũ*, à cabeça do texto, a tôda a largura da fl.

Composição a 2 colunas; no alto da 1.ª, 3 linhas de *incipit* impresso a encarnado:

¶ Jncipit liber auicẽne de phia pª ſiue ſcia diuina: / Captm primũ de inquiſitione ſubiecti prime phie ad / hoc vt oſtendatur ipſa eſſe de numero ſcientiarum.

Segue o texto, ocupando 40 fls. inumeradas; no verso da 41.ª, portanto, e na 2.ª col. lê-se o FJNJS, imediatamente acompanhado do cólofon:

¶ Explicit metaphyſica Auicẽne ſiue eius pª phia / optime Caſtigata per Reuerẽdũ ſacre theologie ba- / chalariũ fratrẽ Frãciſcũ de macerata ordinis mi-no*rum* / ꝛ ꝑ excellẽtiſſimi artiũ doctorẽ dñm Antoniũ frachã / tianũ vicentinũ phiam legentẽ in gymnaſio patiuino / Jmp̃ſſa Uenetiis ꝑ Bernardinũ Uenetũ expenſis / viri Jeronymi durãti. ãno dñi. 1495. Die 26. Martii. /.

Regiſtrum

a	*d*	*g*
prima alba	pacientis	videlz vt
¶ Jncipit	Tu. n. diffinies	mis eſſentialib⁹
cipium	nis eo q	primũ. Nõ

b	*e*	*h*
eſt corpi	q.^{d} ꝛtinet	eſſentia ꝛ ab
uero non	in ea bis	intellectu
ymaginetur	nõ est niſi	motorẽ ſine
c	*f*	*i*
per ſe	ꝛ pone tꝑis	nobiliore
Color igitur	ymaginatur	tm̃ ita
ſuiſ dimẽſiõib^{9}	ſpectu fui	ĩpediens

Remata a obra o emblema de Jeronimo Duranto constituído por um duplo rectángulo envolvendo uma cruz estilizada, de dupla haste transversal, acompanhada das iniciais .I. e .D. a ladear-lhe a parte que entra num coração (?) em que vem firmar-se.

Assinaturas; mancha tipográfica de 240 × 156^{mm}, exceptuado o encabeçamento explicativo dos capitulos e as assinaturas; colunas de 240 × 74; folhas de 304 × 205. Tipo gótico; a meio do espaço reservado às capitais ornamentadas, que não tem, uma inicial de corpo igual ao do texto.

Encadernação inteira de carneira, ornamentada a lavores Renascença, de ferros batidos a quente, a camafeu; na lombada, de 5 nervos, lê-se, a ouro, EUCLI / DES (1), e uma florinha aviva os restantes intervalos.

3 — BENEDICTUS. — [Libellus de conſeruatione ſanitatis]
s. l. n. d.

54 fls. inumeradas de 195 × 138^{mm}; a 1.ª em branco, e na 2.ª, rosto e verso, a-pesar-da absoluta falta de numeração, o índice das matérias a 2 col, por capítulos, encimado pela rubrica ¶ *Tabula huius libri.*, e terminando por ¶ *Tabula ſuper / hoc opuſculo. Fi- / nit feliciter.*

---

(1) Para o conhecimento das restantes obras encadernadas nêste mesmo vol., veja-se a nota B no fim do catálogo; na 1.ª delas lê-se o pertence ms. da *Liuraria de S^{ta} Crus.*

No topo da 3.ª fl.:

℄ *Jncipit libellus de conſeruatione ſanitatis. ſecun- / dum ordinez Alphabeti distinctus. Per eximiũ docto / rem magiſtrũ Benedictum compoſitus. /*
℄ *De Aere. Capitulum primum. /*
(S) Ummo decet ſtudio emergentes morborum /...

A última linha do texto, no rosto da fl. 54, diz:

... tionem iuuamentum preſtat. / A seguir,
℄ *Finit feliciter.* / e, a acabar a página, o

℄ *Regiſtrum Foliorum.*

℄ *Primum vacat.*	℄ *Et omnis.*
Jncipit libellus.	
℄ *Recipe.*	℄ *Eſt vinum.*
eſt digeſtiua.	*cat. parui.*
℄ *Reſidentia.*	℄ *Trimento.*
	cialibus.
℄ *De citrulli.*	℄ *Admirtarum.*
Quouſqz.	*dicimus.*

É esta obra a última duma miscelânea de 11, das quais apenas 2 estão, pela sua data de impressão, fora do século XV (1). Não diz, esta, onde foi impressa nem quando; escasseiam, também, em Coimbra, elementos para uma segura identificação; servindo-nos, todavia, do método comparativo cujos resultados levaram *Proctor* e *Haebler* à creação dum verdadeiro sistema de Tipologia, e, visto que nenhum dos inventários de incunábulos nem dicionários bibliográficos que pudemos consultar menciona o *Libellus*, é em face do exame comparativo a que procedemos que o incluímos no presente catálogo, submetendo a nossa atribuição ao parecer de quem disponha de maior número de elementos.

(1) Nota C, no fim no catálogo.

Com efeito, pelo exame dos diversos corpos de tipos usados pelos impressores no século xv, documentam-se hoje como incunábulos muitos impressos s. l. n. d., exemplares da protohistoria, digamos assim, da imprensa de todo o mundo; é desta forma que o *Libellus* nos parece dever atribuir-se à imprensa italiana, da qual nesta miscelanea existem exemplares bastantes; acresce ainda que o proprio papel em que está impresso apresenta marca de água em tudo igual à do incunábulo nêste catálogo descrito sob o n.º 6, confirmado por todos os dicionaristas, e impresso, possivelmente, em 1487, ou ainda em 1486.

54 fls. de 195 × 138^{mm}. Mancha tipográfica medindo 142 × 86^{mm} e 33 linhas. Tipo gótico, pequeno, igual ao da *Aureola*, de *S. Jeronimo*, e ao da *Oratio* de *Antonio Geraldino*, aqui recenseadas ambas.

Papel encorpado, de vergaturas muito unidas; 3 marcas de água: uma flor de lis circunscrita por uma circunferência, uma rosa com seu pé, uma ave de azas entreabertas.

Os cadernos, assim constituídos: o 1.º, 2.º, 4.º, 6.º e 7.º — 4 fls. duplas; o 3.º e o 5.º — 2; o 8.º — 3.

Sem reclamos nem assinaturas; ao texto faltam todas as capitais, tendo ficado em branco o espaço destinado a recebê-las manuscritas, a côr, como de costume.

Temos conhecimento dum Johannes Benedictus, médico alemão que exerceu a sua profissão em Roma, Veneza e Bolonha, e escreveu *Libellus novus de causis et curatione pestilentiae* — Cracovia, 1521 — e *Regimen de novae et prius Germaniae inaudito morbo*, — 1530 —, mas ignoramos o que haverá de comum entre êle e o *doctor magister Benedictus* do *Libellus de conservatione sanitatis*.

4 — CORA (AMBROSIUS DE) — Orationes de conceptione Virginis.
s. l. n. d.

10 fls. inum.; no tôpo da 1.ª, o seguinte encabeçamento:

Ad Reuerendiſſimũ in chriſto patrẽ et do / minũ dñm Guilielmũ Ep̃m Oſtienſem ſa / cro ſancte Romane ecclie Cardinalez Rot / homagenſez. Ambroſii Corani ſacre theo / logie profeſſor ordinis diui Auguſtini p̃ / fatio ſuper orationez de conceptione Virginis. Feliciter Incipit.

Diz a última linha do registo de indulgências com que as *Orationes* terminam:

... tiis miſericorditer relaxantur.

Segundo a atribuição de Hain (n.º 5685) o opúsculo foi impresso em Roma por *Johannes Gensberg*, não diz em que data; deve acrescentar-se que no verso da 1.ª fl. o *incipit* da 1.ª *oratio* menciona a ocasião em que ela foi recitada, tudo levando a crer que a sua impressão coincidisse algum tanto com essa data; com certeza, pelo menos, com a vida do Pontifice que ouviu as *orationes* — Sixto 4.º faleceu em 1484.

Diz Ambrosius de Cora que a oração foi proferida...

corã / Sixto .IIII. maximo Romano *(rum)* põtifice ꝛ Cardi / nea Senatoriaqz corona ſexto ydus decẽbri ãno ſanctiſſime natiuitatis xp̃i M.CCCC.LXXII. / in tẽplo diue Marie de populo ordinis...

Sem assinaturas nem reclamos, nem registo de cadernos. Faltam as capitais. Mancha tipográfica de 147 × 89mm, de 30 linhas. Tipo romano. 1 só caderno de 5 fls. duplas, medindo o opúsculo 195 × 138mm.

Marca de água, 1 flor de liz.

5 — GASPAR (FR.) — DEſtructorium repetitionis nuper edite a quodam / magr̃o ordinis predicatorũ cõpoſitũ per venerabi / lem pr̃em fr̃em gaſpar dum legionenſem ordinis fr̃um / minorum de obſeruantia in conuentu ſalmantino tunc tẽ / poris cõmorantem in quo ad amuſim exploratur queſtio / de premijs que debetur meritis mortificatis per peniten / ciam dignam tñ viuificatis.
s. l. n. d.

12 fls. 195 × 138mm, a 1.ª das quais ocupada pelas 7 linhas acima transcritas, começando, no verso, uma espécie de exordio às *conclusiones* que o autor se propõe tratar, pelas palavras:

TAnta eſt virtus pacis vt in ei⁹ dignitate aptus omnes

ſuas / eplas ſcripſerit dicẽs pax vobis. hanc ꝑ teſtamẽto chriſtꝰ a /....

Termina o texto de Fr. Gaspar pelas palavras:

... [im /] ponendo qõi pz ex predictis veritas mearum concluſionũ.

Como dissemos para o n.º antecedente, da mesma forma desconhecemos registo desta obra, que atribuimos à tipografia espanhola do século XV.

Papel muito encorpado, de grossas vergaturas; como marcas de água, a mão de 68mm de comprimento e de 2 variantes na largura, com a estrela de 6 pontas no prolongamento do dedo médio.

Assinaturas aij, aiij, bij, biij em 2 cad. de 3 fls. duplas. Mancha tipográfica de 160×97mm, de 35 linhas; sem registo de cadernos. Tipo gótico. À margem do exordio, duas identificações mss., a tinta encarnada, referentes a frades da ordem dos Pregadores, e de Salamanca, segundo supomos.

6 — GERALDINUS (ANTONIUS) — Oratio Antonii Geraldini prothonotarii apoſtolici Poeteqz / Laureati: Ac Regii oratoris. Jn obſequio canonice exhibito ꝑ / Jlluſtrem Comitẽ Tendille. per protonotarium Metimnẽſem / ⁊ per ipſum protonotarium Geraldinũ nomine Sereniſſimo*rum* / Ferdinandi Regis ⁊ Heliſabeth Regine Hiſpanie Jnnocent. / Octauo eius nominis Pontifici Maximo.
s. l. n. d.

8 fls. medindo 195×138mm, inumeradas; sem assinaturas, nem reclamos, nem registo final; forma tudo 1 só caderno.

A *oratio* propriamente dita (que o *Repertorium* de Hain atribue à tipografia de Steph. Plannck, de Roma) termina, no verso da fl. 7.ª, pelas palavras: *Habita Rome .xiii. kl. Octobris. Anno ſalutis Sexto et Octo- / geſimo ſupra. CCCC. et. M. / Dixi:* curiosa forma de datar que merece ser apontada. Na fl. seguinte, há ainda uma dedicatoria seguida

duma composição métrica cuja última linha é: *Heroico cecini miſtyca ſacra pede.* Mancha tipográfica medindo 145 × 87^{mm}, de 33 linhas; tipo meio gótico. Papel de vergaturas unidas, marcado a água com uma ave de azas entreabertas.

Há, desta *Oratio*, 2 edições, correspondendo esta ao n.º 7612 de Hain — a 1.ª das duas. — Nicolau Antonio parece ter desconhecido qualquer delas.

Na relação sumaríssima que, nos Anais das Bibliotecas e Arquivos, publicámos da Biblioteca do Liceu de Coimbra, apresentavamos já êste incunábulo e o que adiante vai descrito sob o n.º 10, como particularmente interessantes; com efeito, se a *oração de obediencia* recitada pelo enviado do nosso D. João II perante o pontífice Inocêncio 8.º é obra da maior raridade e tem servido largamente aos nossos historiadores, esta de que nos ocupamos, proferida porventura no ano seguinte à de Lucena, perante o mesmo pontífice e em nome dos *reis catolicos* Fernando e Isabel de Espanha, é, por igual, de extrema raridade, interessa-nos como termo de comparação da política expansionista dos dois paizes, e, áparte os elevados termos oratórios em que está redigida e que fazem dela uma curiosa peça de eloqüência, contém uma descrição da ocupação romana na Espanha, desaproveitada, quanto sabemos, por arqueólogos peninsulares.

Ignoramos, nêste momento, quantos exemplares existirão da *Geraldini oratio* em bibliotecas da Península, não lhe conhecendo nós refefências em catálogos; à cultura dos dois paizes interessa a publicação integral das suas *Orationes*, que muitas são; mas estas duas — das mais antigas, impressas, segundo cremos — justificam largamente uma reprodução facsimilada acompanhada da respectiva tradução, tendo como modêlo os notáveis trabalhos que ao bom gôsto e à benemerência de Eugénio do Canto o nosso país ficou devendo.

(Conclue.)

António Joaquim da Rocha Madahil

BOLETIM DO INSTITUTO

ASSEMBLEIA GERAL DE 7 DE NOVEMBRO DE 1926

Aos 7 de Novembro de 1926 reüniu-se a Assembleia Geral do Instituto de Coimbra, sob a presidência do prof. Costa Lobo.

O Sr. Presidente, começando por se referir à deliberação tomada pelo Instituto no sentido de promover a difusão da cultura inglesa em Portugal, a qual merecera gerais aplausos, comunica ter convocado expressamente esta assembleia para lhe submeter uma proposta no sentido de Sir Lancelot Douglas Carnegie, embaixador de Sua Majestade Britânica em Lisboa, ser eleito sócio honorário do Instituto. Todos os sócios presentes se congratularam com as palavras do Sr. Presidente e procedendo-se em seguida à votação, deu, por unanimidade, o seguinte resultado:

SÓCIO HONORÁRIO ESTRANGEIRO

Sir Lancelot Douglas Carnegie, embaixador de Sua Majestade Britânica em Lisboa.

De nada mais se tratou nesta sessão, da qual eu Cabral de Moncada, lavrei a presente acta.

(aa.) F. M. da Costa Lobo.
Cabral de Moncada.

VÁRIA

SECÇÃO DE COIMBRA
DA SOCIEDADE PORTUGUESA DE BIOLOGIA

Em 28 de Janeiro, a convite dos sócios da Sociedade Portuguesa de Sciências Naturais residentes em Coimbra, Srs. Antero de Seabra, Aurelio Quintanilha, Geraldino Brites, Luís Wittnich Carrisso e Maximino Correia, reüniram-se numa das Salas de «O Instituto» estes e os Srs. Afonso Pinto, Alberto Cupertino Pessoa, Feliciano Guimarães e João Gualberto de Barros e Cunha, tendo justificado a sua falta os Srs. Drs. Bernardo Aires e João Marques dos Santos. Não compareceu o Sr. Dr. Eusébio Tamagnini. Ponderado o alvitre que aos signatários do convite tinha sido apresentado pelo Sr. Dr. Marck Athias, secretário da Sociedade Portuguesa de Biologia, filial de *Société de Biologie* de Paris, organizou-se a Secção de Coimbra desta Sociedade.

Para a sua Direcção foram eleitos os Srs. Antero F. de Seabra, presidente, Dr. Luís Wittnich Carrisso, vice-presidente e Dr. Geraldino Brites, secretário-tesoureiro.

As sessões realizar-se hão no Instituto de Coimbra.

PUBLICAÇÕES PERIÓDICAS RECEBIDAS NO INSTITUTO DE COIMBRA

Desde Julho a Dezembro de 1926 o *Instituto de Coimbra* recebeu as seguintes revistas e publicações periódicas, de permuta com o seu Jornal.

PORTUGAL

Academia das Sciências de Lisboa — Boletim da Classe de Letras — Vols. XV e XVI.

A Aguia — Orgão da Renascença Portuguesa, n.os 37 a 48, Julho de 1925 a Junho de 1926.

Anais do Club Militar Naval — Outubro a Dezembro de 1925. 7. I, II, III, 1925.

Arquivos de Clínica Médica — Director Prof. Tiago de Almeida, t. I, n.º 2, 1926. Porto.

Biblos — Revista da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1926, Vol. II, n.os 6-11.

Boletim da Agência Geral das Colónias — Ano II, Lisboa 1926, n.os 14-18.

Boletim da Biblioteca Pública e Arquivo Distrital de Braga — Vol II, n.º 2, S. D.

Boletim da Faculdade de Direito — Universidade Coimbra. Ano IX, n.os 81-90 (1925-1926).

Boletim do Instituto Alemão da Universidade de Coimbra — 1.º ano, 1926, n.º 2.

Boletim de Minas. — Ministério do Comercio e Comunicações. Direcção geral de Minas e serviços geológicos. Julho e Agôsto de 1926. Lisboa.

Boletim da Sociedade Broteriana — Publicação do Instituto Botânico da Universidade de Coimbra. Vol. III (II série) 1925. Coimbra.

Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa — Série 44, 1926. n.os 1-6, Janeiro-Junho. Lisboa.

Brotéria — Série Mensal: Fé — Sciências — Letras. Vol. III, fasc. II, VI, Agôsto-Dezembro, 1926. Caminha

Cámara Portuguesa de Comércio e Indústria do Rio de Janeiro — Boletim Mensal. Ano XIV, 1926, Outubro. n.º 10. Rio de Janeiro.

Comunicações dos Serviços Geológicos de Portugal — Tomo XV. Lisboa.

Estudos — Revista mensal de cultura e formação católica. Coimbra, Ano IV, n.os 49-50 e Ano V, n.º 51.

Folia Anatomica Universitatis Conimbrigensis — Vol. I, n.os 9-12. Coimbra. 1926.

Gazeta da Relação de Lisboa — Revista crítica dos Tribunais. Ano 40, n.os 9-12. Lisboa, 1926.

Jornal da Sociedade Farmacêutica Lusitana — Série 17.ª, Março de 1926, Série XVII, Tomo 2.º. Lisboa, Maio de 1926.

Labor — Revista bimestral do Liceu de Vasco da Gama e orgão provisório do professorado liceal. Directores José Tavares e Alvaro Sampaio. Ano II, n.º 5.

Lisboa Médica — Jornal mensal de medicina e cirurgia, Ano III, n.os 6-9, Junho-Setembro de 1920, Lisboa.

A Medicina Contemporânea — Hebdomadario Português de Sciências Médicas. Ano XLIV n.º 20-24 de Junho de 1926, n.º 95 de Dezembro de 1926, Lisboa.

Memórias e Noticias do Museu Mineralógico e Geológico da Universidade de Coimbra — N.º 4, 1926, Coimbra.

O Missionário Católico — Boletim Mensal dos Colégios das Missões Religiosas Ultramarinas dos Padres Seculares Portugueses. Ano II, n.os 13-28, Junho-Novembro de 1926. Couto de Curujães.

Ordem Nova — Ano I, n.os 4-8, Junho-Outubro, 1926. Lisboa.

Revista de Guimarães — Publicação da Sociedade Martins Sarmento. Vol. XXXVI, n.º 3 Julho-Setembro, 1926.

Revista de Legislação e Jurisprudência — Ano 59, n.º 2317, 1926. Coimbra.

Revista Militar — (2.ª Época) Ano LXXVIII, n.os 5-6. Maio-Junho, 1926, n.os 11-12. Novembro-Dezembro, de 1926, Lisboa.

Revista de Obras Públicas e Minas — Revista da Associação dos Engenheiros Civis Portugueses, n.os 634-637. Dezembro de 1925 a Setembro de 1926. Lisboa.

O Sol — Lisboa, Ano I, n.os 2-6.

O Rosário — Ano XIX, n.os 193-194, 1926. Lisboa.

Trabalhos da Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia — Vol. III, fasc. I. Porto, 1926.

ALEMANHA

Aus Natur und Museum — Senckenbergische Naturforschender Gesellschaft 56. Bericht Helft 7-12, 1926. Frankfurt A. M.

Bremisch Iahrbuch — (Schriften der Bremer Wissenschaftlichen Gesellschaft). Herausgegeben von der Historischen Gesellschaft des Künstlervereins. Band XXX. Bremen, 1926.

Iberica — Organ des Ibero-Americanikanischen Instituts, Band V, Helft 1-4. (April-September). 1926, Hamburg.

Senckenbergiana — Wissenschaftliche Mitteilungen herausgegeben von der Senckenbergischen Naturforschenden Gesellschaft. Band 8. Helft 3–4. Fraukfurt A. M. 1926.

Sitzungsberichte der Matematisch — Naturwissenschaftlichen Abteilung der Bayerischen Akademie der Wissenschaften, Helft I-II. München. 1925.

Sitzungsberichte der Bayerischen Akademie der Wissenschaften — Philosophisch — philolog. — histor. — Klasse Iahrgang 1926. Abhandlung. I. München.

ARGENTINA

Anales de la Sociedad Cientifica Argentina — Director: Julio R. Castiñeiras. Tomo CI, Entregas I-VI. Janeiro-Junio 1925. Buenos Aires.

BELGICA

Analecta Bollandiana — Tomus XLIV, Fasc. I et II. Bruxelles. 1926.

Revue de l'Université de Bruxelles — 32.ª année, 1926-1927, n.º 1, Octobre-Novembre, 1926. Bruxelles.

BRASIL

Revista da Academia Brasileira de Letras — Ano XVII, n.os 54-60. Junho-Dezembro. 1926. Rio de Janeiro.

Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul — Porto Alegre, 1926, I-II trimestres, ano VI.

Revista trimensal do Instituto do Ceará — Sob a dírecção do Barão de Studart. Tomo XL 1-4 trimestres. Ceará. 1926.

Revista de Filologia Portuguesa — Ano II. S. Paulo. Setembro-Dezembro de 1925, n.os 21-24.

CHILE

Anales de la Universidad de Chile — Segunda Série. Año IV, 1.º e 2.º Trimestre de 1926. Santiago de Chile.

Boletin de la Sociedade Agricola del Norte — Año 16, n.os 8-10. La Serena. Chile, 1926.

COLOMBIA

Revista de Industrias — Publicacion del Ministério de Industrias. Vol. II, n.os 26-29. Julio-Octubre de 1926. Bogotá.

CUBA

Revista bimestre cubana — Editada por la Sociedad Económica de Amigos del Pais. Vol. XXI n.os 3-5. Julho-Octubre, 1926. Habana.

EQUADOR

Anales de la Universidad Central — Tome XXXVI, Abril-Junio, 1926. Quito.

ESPANHA

Archivo Ibero-Americano — Revista de Estudios Historicos. Publicacion trimestral de los Padres Franciscanos. Año XIII, n.os LXXVI-LXXVI, 1926. Madrid.

Ayuntamiento de Madrid — Revista de la Biblioteca, Archivo y Museo. Año II, n.º 12, Octubre. Madrid, 1926.

Boletim de Acción Católica de la Mujer en Vizcaya — Organo de la Junta Provincial. Año II, n.º 23. Novembro de 1926. Bilbao.

Boletin Arqueologico de Orense — Tomo VII, n.º 167-168. Marzo-Junio de 1926. Orense.

Bolleti Excursionista de Catalunya — XXXVI n.º 374, July-Nov. de 1926. Barcelona.

Boletin Mensal del Observatorio del Ebro — Enero Marzo, vol. XVII, n.os 1-6, Tortosa. 1926.

Boletin de la Real Academia de la Historia — Tomo LXXX, Caderno I-II, 1926, Madrid.

Boletin de la Real Sociedad Geografica — Madrid, 2.º e 3.º trimestre de 1926.

Boletin de la Sociedad Castellonense de Cultura — Tomo VII, Cuadernos IV-VI. Castellon, 1926.

Boletin de la Sociedad de Estudios Vascos — 2.º e 3.º trimestres, 1926. San Sebastian.

Boletin de la Real Academia Gallega — Año XXI, n.ºs 185-189, Coruña, 1926.

Bolleti de la Societat Arqueologica Luliana — Abril-Setembre de 1926. Palma. Mallorca.

La Ciudad de Dios — Revista quincenal religiosa, cientifica y literaria publicada por los P. P. Agustinos. Epoca 4.ª, n.ºs 1276-1286 Escorial, 1926.

La Escuela Moderna — Revista pedagógica y administrativa de primera enseñanza, n.ºs 7-9, Octubre de 1926, — Suplemento a la Escuela Moderna XXXVI — n.ºs 3076-3122, 8 de Diciembre de 1926.

La Rábida — Revista Colombina Iberoamericana. Año XIII, n.ºs 144-149, 1926. Huelva.

Los Negocios — Revista Hispano-Americana, Barcelona, Año 47, 25 de Agosto de 1926.

Nós — Boletin mensual de cultura gallega, Año VIII, n.º 29 e 36, Orense, 1926.

La Nueva Ciencia — Cadiz. Año I, n.º 2.

Razon y Fé — Revista quincenal hispano-americana. Año 26, n.ºs 305-314. Madrid. 1926.

Revista de Filologia Española — Director: Ramon Menéndez Pidal, Tomo XIII. 1926, Cuaderno 2.º Madrid.

Revista de las Españas — Publicada por la Union Ibero-Americana en Madrid. Año I, n.ºs 2-4. Agosto-Dezembro. Madrid. 1926.

Revista Internacional de los Estudios Vascos — Publicacion de Eusko-Ikaskuntza: Sociedad de Estudios Vascos. Año 20. Tomo XVII, n.ºs 2 e 3 Abril Septiembre 1926. San Sebastian.

Revista Juridica de Catalunya — Publicació de l'illtre Collegi d'Advocats i de la Academia de Jurisprudencia i legislació de Barcelona. Vol. XXXII, Mayo-Agosto de 1926.

Revista Matemática Hispano-Americana — Publicada bajo los auspicios de la Sociedad Matemática Española y del Laboratório-Seminário Matemático. Madrid, 2.ª Série, Tomo I, n.ºs 4-8, Abril-Octubre de 1926.

Revista de Obras Publicas — Órgano de los Ingenieros de caminos, canales y puertos. Publicado por su Escuela especial, n.ºs 13-24, Madrid, 1926.

Revista de Segunda Enseñanza — Informacion universitaria y de institutos. Director: Dr. J. Rogerio Sánchez, Cat. del Instituto de San Isidro, n.os 25-27. Madrid. 1926.

Universidad — Revista de Cultura y vida universitaria. Publicacion trimestral. Zaragoza, Año III, n.º 3. Julio-Septiembre de 1926.

ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA DO NORTE

Report of the United States National Museum — Smithsonian Institution. Washington, 1925.

FRANÇA

Études — Revue catholique d'intérêt général. 63.e année, Tome 188.º, n.os 14-24. 1926. Paris.

Revue Économique Française — Publiée par le Société de Géographie Commerciale de Paris, Tome XLVIII, n.º 3, Juillet-Septembre 1926. Paris.

INGLATERRA

Bulletin of the Institut of Historical Researchs — Vol. IV, n.os 10 e 11. 1926. London.

Bulletin of the John Rylands Library — Vol. 10, n.º 2, July 1926. Manchester.

The Geographical Journal — Vol. LXVIII, n.º 1-6 July-December, 1926. London.

ITÁLIA

Colombo — Revista bimestrale dell'Istituto Cristoforo Colombo. Ano I, fasc. II, Agosto 1926. Roma.

Diritto e Politica — Directore Carmelo Grassi. Anno XVI, n.os 1-4. Catania.

Rassegna Italiana Politica, letteraria ed artistica — Diretta da Tomaso Sillani fax. CIII, Dicembre 1926, Roma.

Rivista Internazionale di Scienze Sociali e discipline ausiliarie — Ano XXXV, vol. CV, fax. CDII e CDIII; Ano XXXV, vol. CVI, fax. CDIV e CDV. Luglio-Ottobre 1926. Roma.

L'Universita Italiana — Rivista del l'Istruzione Superiore. Anno XXII, 1926. Bologna.

JAPÃO

Folia Anatomica Japonica — Band IV, Helft 3 e 4 July, 1926 Yotsuya, Tokio.

PERU

Revista Universitaria — Organo de la Universidad del Cuzco. Año XVI, tercer trimestre de 1926, n.º 52 Cuzco.

RUSSIA

Bulletin de l'Institut des recherches biologiques et de la Station biologique à l'Université de Parm — Tome IV, Livraison 8, Tome V, Livraisons I e II, 1926. Perm.

URUGUAY

Anales del Museo de Historia Natural de Montevideo — Serie II, Tomo II, Entrega II, 1926.

VENEZUELA

Boletin de la Academia Nacional de la Historia — T. IX, n.ºs 34 e 35. Junio e Setiembre de 1926. Caracas.

Boletin del Archivo Nacional — Tome V, n.º 17 Julio-Agosto de 1926. Caracas.

LIVROS Á VENDA

Acham-se à venda na Administração do Instituto, os seguintes:

O Infante D. Henrique (1894) — Número comemorativo do 5.º centenário do Infante D. Henrique. Com a colaboração de J. M. Rodrigues, A. J. Teixeira, Sousa Viterbo, Brito Rebelo, J. M. Teixeira de Carvalho ..... 12$00

Fernão de Magalhães — Número comemorativo do 4.º centenário de Fernão de Magalhães. Com a colaboração de D. José Manoel de Noronha, Dr. Alves dos Santos, Dr. Oliveira Guimarães, Dr. Costa Lobo F. Brederode, Henrique Lopes de Mendonça, Ernesto de Vasconcelos, Dr. Fortunato de Almeida (1921) ..... 10$00

Os seis livros de Tito Lucrécio Caro, poeta romano, sobre a Natureza das Cousas, vertidos no verso solto portuguez, por Agostinho de Mendonça Falcão. Coimbra, Imp. da Universidade, 1890..... 15$00

Catalogo dos objectos existentes no Museu de Archeologia do Instituto de Coimbra. A cargo da Direcção de Archeologia do mesmo Instituto (1873-1877)..... 6$00

Idem — Suplemento 1.º (1877-1883)..... 4$50

Elogio histórico de A. Herculano, lido na sessão pública do Instituto de Coimbra, pelo Conselheiro Vicente Ferrer Neto Paiva. Coimbra, Imp. da Universidade, 1878..... 4$50

Notícia sôbre uma série de craneos da Ilha de Timor existente no Museu da Universidade, pelo Dr. J. G. de Barros e Cunha. Coimbra, Imp. da Universidade, 1895..... 5$00

Memória histórica e crítica sôbre a Revolução que em 1246 tirou a corôa a D. Sancho II, por Miguel Ribeiro de Almeida e Vasconcelos. Coimbra, Imp. da Universidade, 1856..... 4$00

Apontamentos de optica, pelo sócio Rodrigo Ribeiro de Sousa Pinto. Coimbra, Imp. da Universidade, 1856..... ..... 3$00

Apontamentos biographicos sobre o nosso insigne poeta Luiz de Camões por Miguel Ribeiro de Vasconcelos. Coimbra, Imp. da Universidade, 1854..... ... . 3$00

O INSTITUTO

REVISTA SCIENTÍFICA E LITERÁRIA

FUNDADA EM 1852

O Instituto é uma publicação bimestral do *Instituto de Coimbra,* sociedade scientífica e literária fundada em 1852.

Cada número, com cerca de 100 páginas, publicará artigos acompanhados do retrato e fac-símile da assinatura dos autores e na língua por êles preferida; 5 números formam um volume com frontispício, índice e capa especial.

ASSINATURAS

Série de cinco números..... 2$00
Número avulso ..... 10$00

Só se tomam assinaturas a partir do número 1 de cada volume.

CORRESPONDENCIA

Tôda a correspondência deve ser dirigida para a Redação de *O Instituto,* Arco do Bispo n.º 1 — Coimbra — Portugal.

O INSTITUTO

REVISTA SCIENTÍFICA E LITERÁRIA

REDACÇÃO E ADMINISTRAÇÃO
ARCO DO BISPO, N.º 1 — COIMBRA

VOLUME 74.º

4.ª SERIE — VOLUME 3.º

NÚMERO 3

COIMBRA
IMPRENSA DA UNIVERSIDADE
1927

SÓCIOS BENEMÉRITOS

Cândido Sotto Mayor — Marquês de Jácome Corrêa — Ramiro de Magalhães — Conde de Felgueiras.

COMISSÃO DE REDACÇÃO

MEMBRO HONORÁRIO

Prof. F. Gomes Teixeira, Reitor Honorário da Univ. do Pôrto, antigo Prof. da Univ. de Coimbra.

MEMBROS EFECTIVOS

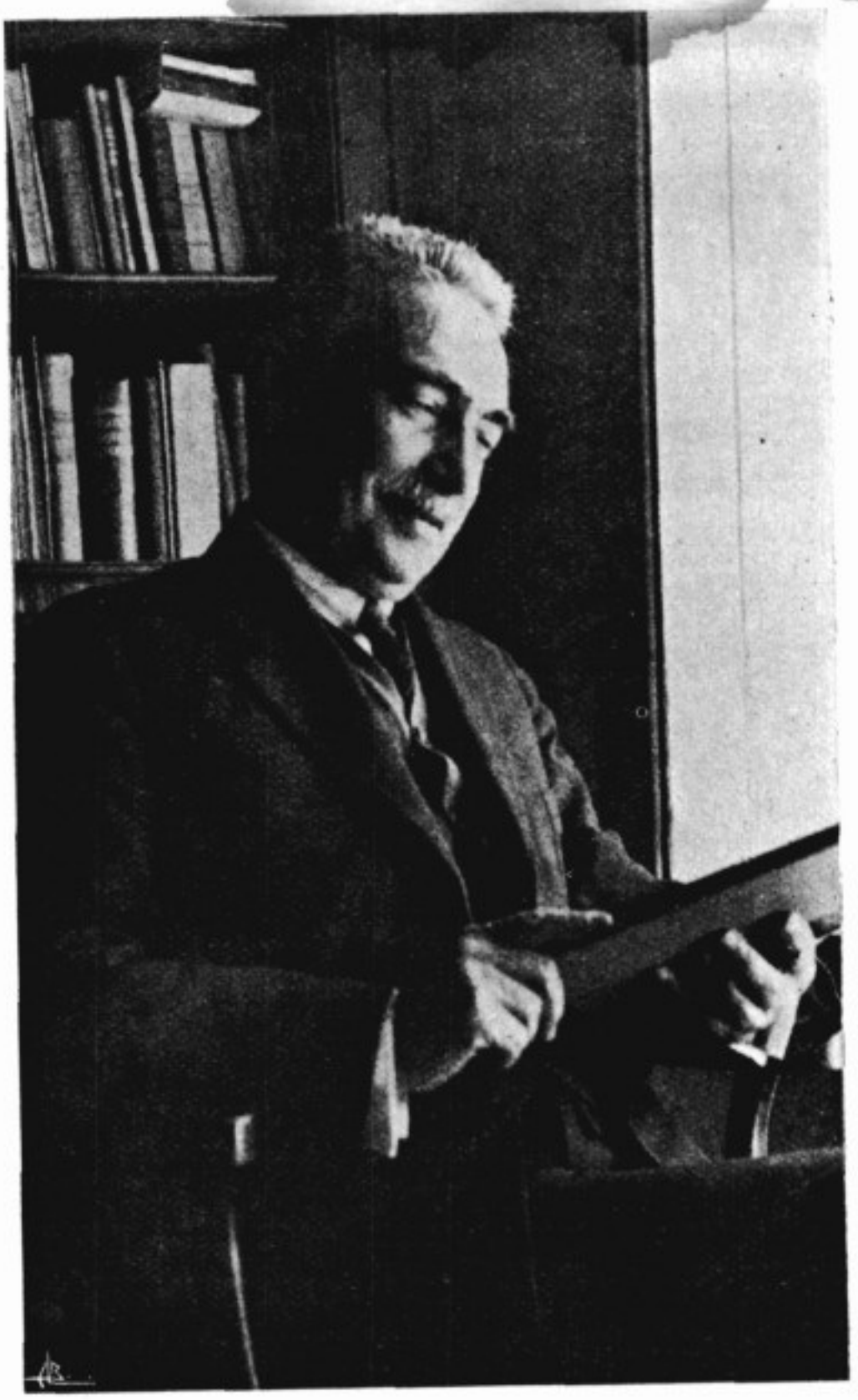
Prof. Alberto Pessoa, da U. C., *Secretário.* — Prof. Amadeu F. de Carvalho, do I. I. C., *Secretário.* — Prof. Anselmo F. de Carvalho, da U. C., D. O. M., *Vice-Presidente.* — Dr. António Baião, D. A. T. T. — Prof. A. Augusto Gonçalves, da U. C., D. M. M. C. — Prof. J. G. de Barros e Cunha, da U. C. — Prof. Belleza dos Santos, da U. C. — Prof. Bento Carqueja, da U. P. — Dr. Bettencourt Rodrigues, A. M. — Prof. F. M. da Costa Lôbo, da U. C., D. O. A., *Presidente.* — Prof. Elísio de Moura, da U. C. — Prof. Eugénio de Castro, da U. C. — Prof. Ferrugento Gonçalves, D. I. S. T. — Prof. Fezas Vital, da U. C. — Prof. Fortunato de Almeida, do L. C. — Prof. Francisco Corrêa, D. I. S. C. — Almirante C. V. Gago Coutinho. — Dr. Jaime Cortesão, A. D. B. N. L. — Prof. Joaquim de Carvalho, da U. C., *Secretário Geral.* — Prof. Joaquim de Vasconcelos, da U. C. — Prof. Mendes Corrêa, da U. P. — Prof. D. Pacheco de Amorim, da U. C. — Prof. Paulo Merêa, da U. L. — Prof. Pedro J. da Cunha, R. U. L. — Prof. J. J. Pereira Dias, da U. C. — Prof. J. M. de Queiroz Velloso, D. F. L. U. L., D. G. E. S. — Prof. Ricardo Jorge, da U. L., D. G. S. — Prof. M. de Sousa da Câmara, D. I. S. A. — Prof. H. Teixeira Bastos, D. da Secção de Sciências Físico-Químicas da U. C. — Prof. L. I. Woodhouse, da U. P.

SUMÁRIO

Dr. Luciano Pereira da Silva, por F. M. da Costa Lobo 365
O Dr. Luciano António Pereira da Silva — Notas biográficas, por H. Teixeira Bastos 369
Luciano Pereira da Silva e a sua obra, por Joaquim Bensaúde 377
Dr. Luciano Pereira da Silva, por Alberto d'Oliveira 409
Dr. Luciano Pereira da Silva, por Frederico Oom 415
Dr. Luciano Pereira da Silva, (Algumas palavras sôbre o historiador e o homem), por João Grave 424
El Doctor Don Luciano Pereira da Silva, por Pedro de Novo y F. Chicarro 431
Saüdade e Meditação, por Agostinho de Campos 433
O Prof. Luciano, por Joaquim Costa 437
Algumas palavras, por Pedro de Azevedo 440
Rememorando, por Manoel Ramos 442
Doutor Luciano António Pereira da Silva, por L. de Figueiredo da Guerra 444
Elogio dum egoista, por Eugénio de Castro 448
O Dr. Luciano Pereira da Silva e os estudos camonianos, por José Maria Rodrigues 455
Luciano Pereira da Silva, por Franz Hümmerich 466
Instrumentos náuticos da Época dos descobrimentos marítimos: sua importância histórica, por António Barbosa 470
Un poeta de la exactitud, por Carlos Pereyra 535
Um exemplo, por Manuel da Silva Gaio 541
Luciano Pereira da Silva, por J. de Carvalho 550

Dr. LUCIANO PEREIRA DA SILVA

IN MEMORIAM



DR. LUCIANO PEREIRA DA SILVA

(Último retrato)



Dr. LUCIANO PEREIRA DA SILVA

Vai ainda bem perto o momento em que, tendo a honra de falar na nossa Universidade, eu observava, pensando no que então era já passado, que os acontecimentos passam vertiginosamente por nós *assinalados pelas mais variadas impressões, ora vincados em profundas dôres, raras vezes em fugitivas alegrias.* Infelizmente os factos posteriores empenham-se por confirmar aquela apreciação e o doloroso acontecimento que determina esta publicação, vem dar-lhe impressionante actualidade.

Num curto praso de tempo à antiga Faculdade de Matemática foram arrebatados a maior parte dos seus membros, ainda há pouco vigorosos e pujantes de valor intelectual, que lhes marcava um distinto logar na sciência.

Para todos esses ilustres companheiros vai a sincera expressão da minha profunda saüdade. Mas é impossível deixar de destacar aqueles que comigo ao mesmo tempo viram raiar a aurora da sciência, e embora me encontre num momento em que especialmente deva referir-me ao que a sorte impiedosa ùltimamente nos roubou, não posso deixar de juntar-lhe nesta piedosa evocação o companheiro Querido, o Dr. Henrique de Figueiredo, que o foi constantemente do Dr. Luciano Pereira da Silva, agora perdido, e daquele que comovidamente escreve estas palavras de ternura, lembrando os condiscípulos nos quais, desde os primeiros passos na nossa Universidade, encontrou sempre os mais acrisolados tesouros de carácter e de afecto, aliados às mais distintas

qualidades de talento, tornando-os brilhantes ornamentos da Universidade de Coimbra e valores mundiais de subido aprêço.

Reünindo-os agora aqui num infindo abraço de saüdade, não só dou satisfação aos meus mais íntimos sentimentos de carinho pelos meus Queridos companheiros, mas também dou sem dúvida uma grande consolação à sua memória, tão unidos sempre se encontraram.

Quis a sorte que eu ficasse para cumprir êste sagrado dever de tributar à sua memória as honras que à sua vida coberta de glórias pertencem. Bem teria estimado que outro tivesse sido o curso dos acontecimentos, porque tantos e sucessivos rudes golpes de todo fazem perder o interêsse pela vida, e compungidamente pregunto porque: me reservou a Providência tão dura provação? Terá Ela querido demonstrar o seu grande aprêço por aqueles que desapareceram, conservando quem os chore, e lembre o alto valor do seu carácter, e da sua notável intelectualidade?

Quaisquer que sejam os desígnios da Providência forçoso é curvarmo-nos, mas ao menos permita-se-me um profundo lamento ao lembrar a trágica morte do Dr. Luciano Pereira da Silva, vítima da incúria dos homens, quando ainda se encontrava na plenitude do seu elevado talento e na execução de uma obra admirável, em que já brilhavam formosas jóias, que ficam a atestar a sua grande capacidade, e ao mesmo tempo a aumentar o nosso pezar com a afirmação que nos demonstram do muito que perdemos. Falar do Dr. Luciano Pereira da Silva como aluno ou como Professor, é lembrar uma série de triunfos que ràpidamente se sucederam, passando dos bancos do aluno para a cátedra em que o Professor encantava os cursos com a beleza da sua exposição.

Mas a acção do Dr. Luciano Pereira da Silva estendeu-se muito mais longe. Os seus estudos astronómicos foram apro-

veitados num campo em que brotaram encantadoras flores, e amadureceram ótimos frutos, que ficam espalhados pelas suas publicações, nas quais os princípios da Astronomia foram expostos com grande clareza e elegância, e que atestam o enorme valor que a sciência astronómica atingiu em Portugal nos tempos sublimados pela grandiosa obra os *Lusiadas,* padrão immorredouro da glória inexcedível da raça portuguesa, gravado em termos que demonstram os profundos conhecimentos do seu autor. Assim foi pôsto em relêvo pelo Marquês de Ficalho relativamente à Botânica, e pelo Dr. Luciano Pereira da Silva em relação à Astronomia. Do monumento literário fala bem alto a própria obra, que no Dr. José Maria Rodrigues encontrou um comentador digno de tão alto cometimento.

Mas os trabalhos do Dr. Luciano Pereira da Silva não se limitam a trazer à sciência elementos de grande valor, são também altamente apreciáveis pela sua acção patriótica. Investigando a obra dos nossos antepassados, afirmam em forma levantada, e com acertada interpretação, o grande valor dessa pléiade de homens que, pelas suas descobertas, encaminhadas por profundos conhecimentos scientíficos, ennobreceram o nome português, e demonstram cabalmente quanto se deve à acção dos Reis e dos Príncipes portugueses que, animados por um acendrado patriotismo, pessoalmente se ocuparam de dilatar a fama e domínio de Portugal.

Agora só lembrarei a clara demonstração com que o Dr. Luciano Pereira da Silva reivindica já para D. João I a honra da orientação que immortalizou os Principes seus Filhos, concluindo com tôda a segurança que aquele Rei possuíu profundos conhecimentos sôbre os mais importantes estudos astronómicos da sua época.

Muito quereria ainda dizer para rememorar a obra do Dr. Luciano Pereira da Silva, mas bem deve ser compreen-

dido que êsse meu íntimo desejo é embargado a cada instante pela profunda comoção que me toma, tendo de mais me convencer ao traçar estas linhas que é um facto consumado a sua irreparável perda.

F. M. da Costa Lobo.



DR. LUCIANO PEREIRA DA SILVA

(Nos primeiros anos de professor)

O Dr. LUCIANO ANTÓNIO PEREIRA DA SILVA

NOTAS BIOGRÁFICAS

Luciano António Pereira da Silva, nascido em Caminha em 21 de Novembro de 1864, matriculou-se na Universidade de Coimbra em 15 de Outubro de 1879, contando portanto 15 anos incompletos.

Cursou durante quatro anos seguidos a Faculdade de Matemática, tendo-se bacharelado em 13 de Junho de 1883, com as seguintes classificações:

1.º accessit em cálculo infinitesimal, mecânica racional e geometria descritiva; *accessit sem gradação* em física (1.ª parte) e física (2.ª parte); *distinção sem gradação* em química inorgânica; *3.ª distinção* em botânica.

Quando em 26 de Julho de 1882 o Conselho da Faculdade de Matemática procedeu, em conformidade com a portaria do Ministério do Reino de 3 de Agôsto de 1853, à classificação numérica dos alunos que, tendo concluído o 3.º ano, podiam dar ingresso na Escola do Exército como candidatos às armas especiais, foi Luciano António Pereira da Silva classificado na 1.ª classe, em 2.º logar.

Por isso, uma vez obtido o grau de bacharel, matriculou-se na Escola do Exército em 1883-1884, como alferes aluno.

Findo o curso de engenharia militar e promovido a tenente, voltou a matricular-se na Universidade de Coimbra, freqüentando em 1886-1887 o 5.º ano da Faculdade de Ma-

temática, que abrangia então a mecânica celeste, a física matemática e a mineralogia e geologia.

Concluíu a sua formatura em 16 de Junho de 1887 com um prémio e a informação final de M. B. 18.

Animado por esta informação, resolveu apresentar-se aos actos grandes da Faculdade de Matemática.

Fêz exame de licenciado em 9 de Janeiro de 1888 e acto de conclusões magnas em 29 e 30 de Outubro do mesmo ano, mantendo num e noutro a informação de 18 valores.

Doutorou-se em 13 de Janeiro de 1889.

Concorrendo a seguir a uma vaga de lente substituto, foi o tenente de engenharia Luciano António Pereira da Silva despachado lente substituto de Matemática por decreto de 25 de Abril de 1889, tomando posse 5 dias depois, a 30.

Tendo falecido em 14 de Janeiro de 1893 o Dr. José Joaquim Pereira Falcão, director e 1.º astrónomo do Observatório Astronómico da Universidade, originou êste falecimento uma vaga no quadro dos astrónomos, indo o Dr. Luciano ocupar o logar de 3.º astrónomo, para que foi nomeado por decreto de 13 de Julho de 1893 (posse em 25 do mesmo mês e ano).

Foi despachado lente catedrático por decreto de 9 de Janeiro de 1902, tomando posse 7 dias depois, a 16. Foi colocado na cadeira de cálculo diferencial e integral.

Pelo falecimento em 1904 (2 de Agôsto) do Dr. Rocha Peixoto, catedrático de mecânica celeste e 1.º astrónomo, foi o Dr. Luciano transferido para esta cadeira, sendo nomeado também 2.º astrónomo.

A partir de Março de 1913, acumulou com o serviço da sua Faculdade o de professor da Escola Normal Superior, onde regeu as cadeiras de metodologia das sciências matemáticas e história da pedogogia. Nomeado director desta escola por decreto de 20 de Novembro de 1915, exerceu

êste logar até à extinção da mesma (decreto de 22 de Outubro de 1924).

Restaurada a Escola por decreto de 7 de Fevereiro de 1925, recusou-se a continuar na sua direcção, não obstante as instâncias dos colegas, tendo sido nomeado director o Dr. Eusébio Tamagnini (decreto de 14 de Março de 1925).

Quási ininterruptamente até ao seu falecimento exerceu o Dr. Luciano o magistério. Há a descontar apenas, no triénio de 1901-1903, os meses em que funcionou o Parlamento, onde tomou assento como deputado (1), e ainda o ano decorrido de 20 de Janeiro de 1909 a 20 de Janeiro de 1910, em que exerceu as funções de Governador civil de Coimbra (2).

*

* *

Durante cêrca de 13 anos regeu o Dr. Luciano, como substituto, várias cadeiras da sua Faculdade, principalmente álgebra superior e mecânica celeste. Regeu álgebra superior, em substituïção do Dr. Souto Rodrigues, desde os fins do ano lectivo de 1890-1891 até o encerramento das aulas no ano lectivo de 1891-1892; e regeu ainda uma das turmas em que passou a ser desdobrada a mesma cadeira nos períodos seguintes: desde 28 de Fevereiro de 1898 até ao fim de Dezembro de 1899, 1 dia em Janeiro de 1900, desde Março dêste ano (3 dias) até Dezembro imediato e de 13 de Novembro de 1901 a 17 de Janeiro do ano seguinte.

Em Março de 1893 (4 dias) e em Maio do mesmo ano regeu a cadeira de mecânica celeste, no impedimento do

---

(1) Foi publicado em folheto (Lisboa, 1903) o seu discurso sôbre instrução secundária, proferido em sessão de 13 de Janeiro de 1903.

(2) Nomeado por despacho de 14 de Janeiro de 1909, tomando posse a 20. Exonerado por despacho de 20 de Janeiro de 1910.

Dr. Rocha Peixoto; e regeu a regularmente desde Outubro de 1893 até Outubro de 1897, por ter durante êste período aquele professor passado a servir, em comissão, no Observatório Astronómico da Tapada.

Regeu ainda transitòriamente, como substituto, as seguintes cadeiras:

física matemática, em Abril de 1893;

geometria descritiva, em 30 de Maio de 1893;

cálculo, em Outubro (23 a 29), em Novembro e em Dezembro (2 dias) de 1897; em Janeiro (8 dias), e Fevereiro (5 dias) de 1898; em Janeiro, Fevereiro e em Março (11 dias) de 1900;

astronomia, em Junho de 1901 (3 dias).

*
* *

Como catedrático de cálculo, regeu esta cadeira em 18 de Janeiro de 1902 e desde 19 de Maio do mesmo ano até à abertura das côrtes em Janeiro de 1903.

Encerradas as côrtes em Maio, e terminada a legislatura, passou o Dr. Luciano a reger regularmente cálculo até ser transferido no comêço de 1904-1905 para a cadeira de mecânica celeste, vaga pelo falecimento do Dr. Rocha Peixoto em 2 de Agôsto de 1904. Nela se fixou definitivamente.

*
* *

Publicou o Dr. Luciano os seguintes trabalhos académicos:

Dissertação inaugural «Pressões desenvolvidas no interior dos líquidos em movimento» Coimbra, 1888; *dissertação de concurso* «Equilíbrio astatico» (Coimbra, 1889).

Em 1913 (1913–1915) começou a publicar na *Revista da Universidade* o trabalho que lhe deu mais renome *A Astronomia dos Lusíadas*, saído depois em *Separata*.

Escreveu ainda na *Revista da Universidade:*

«O livro do Sr. J. Bensaúde — *L'astronomie nautique au Portugal à l'époque des grandes découvertes* — apreciado pelo Sr. L. Gallois» (1914).

«*Os dois doutores Pedros Nunes*» (1913-1914).

É notável a sua colaboração na *História da Colonização portuguesa no Brasil*, onde escreveu os capítulos 1.º e 4.º do 1.º volume, respectivamente *A arte de navegar dos portugueses desde o Infante a D. João de Castro* e *Duarte Pacheco Pereira, precursor de Cabral*.

Foi colaborador assíduo da *Lusitânia;* do *Jornal das Sciências Matemáticas, Físicas e Naturais; Boletim da Segunda Classe da Academia das Sciências de Lisboa* e do *Boletim Bibliográfico da Biblioteca da Universidade de Coimbra*.

Colaborou acidentalmente na *Águia*, na *Revista de História*, no *Arquivo de História e Bibliografia* e na *Ilustração*.

*
* *

Penas autorizadas farão a análise dos seus escritos, reveladores de grande talento investigador e notável senso crítico. A *Astronomia dos Lusíadas* marca uma nova fase na actividade scientífica do Dr. Luciano, tornando-se a astronomia náutica na época das grandes descobertas a preocupação dominante do seu espírito.

Foram os seus trabalhos neste campo restrito que deram o maior relêvo ao seu nome, tanto no país, como no estrangeiro, sobretudo na Espanha, na Alemanha, no Brasil e na Argentina.

Mas não podem deixar-se no olvido os eminentes dotes de professor do Dr. Luciano, que tinha a arte de tornar atraentes todos os assuntos que na cátedra versava.

O homem completava o professor.

Quer no convívio académico com os colegas ou os discípulos, quer no trato social, a sua afabilidade natural, a sua bonomia inalterável, a sua conversação constantemente polvilhada de humor, faziam dêle um autêntico *charmeur*. De resto, amava ternamente os seus livros, o seu *home* de celibatário, a sua querida Caminha, onde possuía uma velha casa, de ares lavados e rasgados horizontes, que era todo o seu enlêvo, e cujo recheio êle ia acrescentando dia a dia com desvêlo.

Últimamente acariciava a idea de em breve, reformado como general, poder acabar tranqüilamente os seus dias, na risonha vila minhota onde nascera, entre livros queridos e paredes amigas.

Era um feliz, cheio de saúde, de planos de trabalho, de alegria de viver. Dêle se pode dizer com verdade, à maneira francesa: *il goûtait le bonheur*.

*
* *

Entretanto vagueava livremente em Caminha o doido perigoso que em 15 de Agôsto último o feriu mortalmente.

Três dias depois, às 3 horas da tarde de 18, morria o Dr. Luciano!

Grande perda sofreu a Nação. Irreparável é a sofrida pela Universidade de Coimbra.

Do país e do estrangeiro afluíram cartas e telegramas de condolências à Faculdade de Sciências. Do eminente professor de Göttingen, Dr. Hermann Wagner — o decano dos

geógrafos alemães — recebeu esta Faculdade a seguinte carta, que merece registo especial:

Göttingen, 15 Sept. 1926. An die Faculdade de Matemática da Universidade de Coimbra. Coimbra.

Sehr geehrte Herren!

Soeben hörte ich durch Dr. Hümmerich in München die mich überaus betrübende Nachricht vom Tode des ausgezeichneten Forschers, Professor Luciano Antonio Pereira da Silva.

Es drängt mich der Facultät, deren Zierde er large Iahre gewesen ist, ein Wort aufrichtigster Teilnahme über den schweren Verlust, den sie durch diesen Tod erlitten hat, auszusprecheu.

Ich selbst betrauere diese unerwartete Kunde in hohem Grade. Denn mit ihm vereinigte mich das Interesse an der Entwicklung der Nautik im Zeitalter der Entdeckungen, welche professor Pereira in meisterhafter Weise zu fördern gewusst hat. Ich vendanke ihm daher reiche Belehrung und hoffte, seit ich mit ihm in persönliche Beziehung gekommen bin, durch ihn noch über so manche Punkte aus jenen dunklen Zeiten aufgeklärt zu werden.

Wenn heute die grossen Verdienste, welche sich Portugal im frühen Zeitalter der Entdeckungen besonders auf dem Gebiete der wissenschaftlichen Nautik erworben hat, in heller Licht gerückt sind, auch in den Augen der anderen Nationen, so verdankt dieses Ihr Vaterland zu nicht geringem Teil Ihrem verstorbenen Kollegen. Ich selbst werde Luciano Pereira da Silva ein dankbares Andenken bis an mein Lebensende bewahren!

Professor Dr. Hermann Wagner, Professor emeritus der Geographie an der Universität Göttingen (1).

---

(1) Tradução:

Göttingen, 15 de Setembro de 1926. À Faculdade de Matemática da Universidade de Coimbra. Coimbra.

Ex.mos Srs. — Com o maior pesar acabo de saber pelo Dr. Hümmerich, de Munich, que faleceu o distinto investigador professor Luciano António Pereira da Silva.

Não posso deixar de dirigir à Faculdade, cujo ornamento êle foi por tantos anos, a expressão mais sincera das minhas condolências pela grave perda que com esta morte sofreu. É que muito me magoa esta inesperada notícia: ligava-nos o interêsse comum pelo desenvolvimento da

O nome do Dr. Luciano será sempre relembrado com saüdade pelos discípulos, pelos colegas, pelos numerosíssimos amigos, que não poderão esquecer fàcilmente o brilho do seu espírito ricamente facetado e o seu coração de oiro do melhor quilate. Mas os seus últimos trabalhos, a partir da *Astronomia dos Lusíadas,* perdurarão na literatura portuguesa como um monumento de patriotismo construtivo, todo feito de inteligência e de saber.

Amava o seu país, o velho Portugal das descobertas, friamente, lògicamente, com o amor do matemático por um elegante e laborioso teorema da sua lavra.

Rareiam estes altos patriotas num país de meridionais impulsivos como o nosso.

Por isso, sem vislumbre de exagêro, a morte do Dr. Luciano foi verdadeiramente uma perda nacional.

Oxalá venha a frutificar o seu exemplo!

Coimbra, Outubro de 1926.

H. Teixeira Bastos.

---

náutica na época dos descobrimentos, a cujo estudo êle soube dar impulso duma maneira magistral. Devo lhe nesta matéria copiosa informação; e, tendo-me relacionado com êle, esperava ser ainda esclarecido sôbre muitos pontos obscuros daquele período.

Se Portugal bem merece pelos seus grandes serviços nos primeiros tempos das descobertas — sobretudo pelo que respeita à náutica scientífica — se hoje, até aos olhos das outras nações, estão êles bem patentes, deve-o o vosso país em grande parte ao vosso falecido colega.

De Luciano Pereira da Silva conservarei grata memória até ao fim da minha vida.

Prof. Dr. Hermann Wagner, prof jubilado de geografia na Universidade de Göttingen.

LUCIANO PEREIRA DA SILVA E A SUA OBRA

Vivia em Berne totalmente entregue aos meus estudos, quando em 1913 começaram as minhas relações com Luciano Pereira da Silva. Tenho cuidadosamente arquivada em minha casa em Lisboa tôda a sua interessantíssima correspondência. A colecção preciosa das suas cartas bastaria para mostrar em côres bem vivas a sua dedicação ao estudo, o crescer dos seus entusiasmos pela causa nacional, a que consagrava intensamente as suas fôrças e o seu saber. Actualmente no estrangeiro não me é possível ter à mão as deliciosas cartas repletas de detalhes e de pequenos episódios que tanto honram a sua memória, girando todos em volta da história da sciência náutica portuguesa.

Vou recapitular sucintamente como nasceram, e como cresceram, as nossas cordialíssimas relações. Havia então muitos anos que eu concentrava tôda a atenção a investigar a origem misteriosa da sciência náutica dos descobrimentos. Organizei o plano de estudos, bastante vasto para abranger todo o campo histórico a explorar. Procedi lentamente, sem urgência, para ir seguro, e percorri assim vários e bem diversos capítulos: a história da astronomia peninsular, sôbre a qual as obras monumentais de Steinschneider continham um manancial de revelações sensacionais; a história dos instrumentos náuticos primitivos, que circulava desfigurada na bibliografia alemã; a história do descrédito ao saber dos marinheiros portugueses começada por Humboldt, e que os

seus discípulos transformaram num recinto acastelado de aparência inexpugnável, e finalmente a biografia do célebre Behaim, que Ravenstein começara a pôr a claro em 1899.

Percorrendo na biblioteca de Berne um artigo do professor S. Günther sôbre a balestilha, fui surpreendido por uma lacónica referência a um Regimento do Estrolábio existente na biblioteca do Estado em Munich.

A indicação era vaga, mas o título, em português, dos mais sugestivos. Segui a preciosa pista, examinei o livro recordando-me dum artigo que Luciano Cordeiro publicara em 1883 sôbre um Regimento semelhante existente em Évora. Pedi cópias do texto e das tábuas náuticas do livro de Évora, e, confrontadas essas cópias com o Regimento de Munich, reconheci que me encontrava em terra firme e que estava resolvido o tenebroso problema da sciência náutica. Surgia todavia nova dificuldade, eu era historiador e não astrónomo, e o estudo do Regimento impunha conhecimentos da astronomia do século xv, que eu não possuía, e que mesmo entre astrónomos dedicados à sciência moderna não são freqüentes. Valeu-me nesta conjuntura o excelente amigo Dr. Alberto de Oliveira, então ministro de Portugal em Berne.

Por êle obtive uma apresentação do govêrno suiço para o professor A. Wolfer, Director do Observatório de Zurich, reputado entre os professores suiços como o melhor conhecedor de astronomia antiga. Encontrei assim o mentor, o mestre e o amigo dedicado que me guiou e acompanhou com um zêlo inexcedível na espinhosa tarefa. Em 1913, pouco antes de concluir a impressão do meu livro *L'Astronomie nautique au Portugal,* etc., iniciava Luciano Pereira da Silva a série memorável de artigos sôbre a *Astronomia dos Lusíadas* na *Revista da Universidade de Coimbra.* Começou então a nossa correspondência.

O Dr. Luciano enviava-me os seus artigos e eu remetia-lhe os textos finais, ou as provas dos meus trabalhos.

Pelos esplêndidos comentários do Dr. Luciano ao Regimento do Astrolábio, realizei com enorme prazer ter nêle um colaborador ideal.

Profundo conhecedor da matéria astronómica, português, embebido de entusiasmos patrióticos e de dedicação pela grande causa, era uma deliciosa surpresa, e de-certo a que eu menos esperava. Nasceu assim a nossa colaboração e, ouso dizer, a nossa camaradagem.

Não éramos oficiais do mesmo ofício; Luciano Pereira da Silva entrava para a sciência náutica com todo o seu profundo saber; eu entrava como historiador e com a solução do problema que me absorvera muitos anos. A minha admiração pelo Dr. Luciano cedo se transformou na mais sincera e leal simpatia e amizade, a que êle correspondia com inalterável dedicação.

Em 1915 concluía Luciano Pereira da Silva a *Astronomia dos Lusíadas,* a sua obra magistral, que ficará para sempre como uma pérola scientífica da bibliografia portuguesa dos tempos modernos. Creio que ao plano genial desta obra clássica não terá sido estranha a sua íntima convivência com o Dr. José Maria Rodrigues, benemérito professor e mestre exímio dos estudos camonianos, cujos primorosos trabalhos são outro exemplo admirável de estudo, de dedicação e de profundo saber.

A outras vozes autorizadas incumbe o prazer de apreciar a *Astronomia dos Lusíadas* em tudo que a obra encerra de alcance histórico, e de alto valor em sciência astronómica.

Sentir-me-ia com alguma competência para apontar nos brilhantes estudos de Luciano Pereira da Silva tudo o que êles contêm de novidade e de progresso para a história da sciência náutica, mas mesmo essa emprêsa não é realizável dentro do tempo prescrito, sobretudo quando nem tenho à mão a colecção dos seus trabalhos.

Foi, creio eu, em 1919 ou 1920 que surgiu a necessidade dum estudo sôbre sciência náutica para a *História da Colonização do Brasil.*

Respondendo ao pedido que me dirigira o excelente amigo Carlos Malheiro Dias, insisti terminantemente para que êsse honroso encargo fôsse confiado ao professor Luciano Pereira da Silva. Ele, melhor de que eu, com o seu saber, com os novos pontos de vista que se lhe desvendavam, daria mais brilho, mais novidade ao trabalho desejado.

Com a colaboração do Dr. Luciano Pereira da Silva na *História da Colonização do Brasil,* avolumava-se prodigiosamente a sua actividade scientífica e histórica, e assim realizou dentro dum curto prazo de 13 anos (1913 a 1926) a lista de estudos, que aqui recapitulo. Independente do que esta simples ennumeração encerra de profundos conhecimentos, de dedicação e de patriotismo, esta lista deixa-nos entrever como teria sido grandiosa a sua obra se a morte o não tivesse arrebatado na flor da vida aos seus trabalhos.

PUBLICAÇÕES DE LUCIANO PEREIRA DA SILVA

Astronomia e sciência náutica

1913 a 1915. *A Astronomia dos Lusíadas,* Coimbra (1).

1914. *A astronomia náutica das descobertas portuguesas. Estudo e transcrição do artigo do prof. L. Gallois* (Sorbonne) *sôbre o livro «L'Astronomie nautique» de J. Bensaúde,* Coimbra (1).

1914. *Os dois doutores Pedro Nunes,* Coimbra (1).

1916. *As tábuas náuticas portuguesas e o Almanach perpetuum de Zacuto,* Lisboa (2).

---

(1) *Revista da Universidade de Coimbra.*

(2) *Boletim de 2.ª classe da Academia das Sciencias.*

1916. *O livro do Sr. J. Bensaúde «L'Astronomie nautique» apreciado pelo Sr. Pedro de Novo y Colson na Real Academia de História de Madrid*, Pôrto (1).

1917. *O astrolábio náutico dos portugueses*, Pôrto (2).

1917. *Astrolábios existentes em Portugal*, Lisboa (3).

1919. *A Estrela Vénus nos Lusíadas*, Pôrto (2).

1920. *As edições fac-similadas do Sr. J. Bensaúde*, Coimbra (4).

O Regimento do Estrolabio (Munich).

Tratado del Esphera y del Arte de marear de Francisco Faleiro.

O Regimento do Estrolabio (Évora).

1921. *A primeira edição dos tratados latinos sôbre a Arte de navegar de Pedro Nunes*, Lisboa (5).

1922. *A arte de navegar dos portugueses desde o Infante a D. João de Castro*, Pôrto (6).

1924. *O astrolábio da Sociedade de Geografia e o nónio de Pedro Nunes*, Lisboa (7).

1924. *Kamal, Tábuas da Índia e Tavuletas náuticas*, Lisboa (8).

1924. *O Regimento de Navegacion de Pedro de Medina*, Coimbra (4).

1924. *O astrólogo João Gil e o Livro de Monteria*, Lisboa (8).

1925. *A Regra geral das festas mudáveis de Gonçalo Trancoso*, Coimbra (4).

---

(1) *Revista de História.*
(2) *A Águia.*
(3) *Fôlhas douro.*
(4) *Boletim da Biblioteca da Universidade de Coimbra.*
(5) *Anais das Bibliotecas e Arquivos.*
(6) *História da Colonização do Brasil.*
(7) *Academia — Jornal de Sciências Matemáticas.*
(8) *Lusitânia.*

1925. *As obras de Pedro Nunes, sua cronologia bibliográfica*, Coimbra (1).
1925. *Pedro Nunes espoliado por Alonso de Santa Cruz*, Lisboa (2).
1925. *A concepção cosmológica nos Lusíadas*, Lisboa (2).
1926. *Um astrolábio náutico do século XVI*, Lisboa (3).
1926. *Um astrolábio do século XVII*, Lisboa (2).
1926. *O astrolábio universal da Sociedade de Geografia de Lisboa*, Lisboa (4).

História dos descobrimentos

1920. *O Esmeraldo de Duarte Pacheco — Razão dêste título*, Coimbra (5).
1923. *Duarte Pacheco Pereira precursor de Cabral*, Pôrto (6).
1924. *A propósito das leituras do Infante*, Lisboa (2).
1925. *O Roteiro da primeira viagem do Gama e a suposta conjuração*, Coimbra (7).
1926. *João Dias de Sólis, piloto português*, Lisboa (2).

A lista precedente foi-me amàvelmente fornecida pelo Dr. António Barbosa, ilustre e distinto discípulo de Luciano Pereira da Silva.

Nela separei os estudos sôbre história da astronomia e da sciência náutica, de outros relativos à história dos descobrimentos.

---

(1) *Arquivo de História e Bibliografia.*
(2) *Lusitânia.*
(3) *Ilustração.*
(4) Academia — *Jornal de Sciências Matemáticas.*
(5) *Anais das Bibliotecas e Arquivos.*
(6) *História da Colonização do Brasil.*
(7) *O Instituto* (Coimbra).

Na primeira secção foi prodigioso o fogo sagrado do Dr. Luciano.

Na sua grande obra, *Astronomia dos Lusíadas,* na *Arte de navegar dos portugueses,* nos excelentes estudos sôbre instrumentos astrológicos, no admirável resumo da *Concepção Cosmológica dos Lusíadas,* em todo o vasto certâmen penetrou mais e mais no domínio da astronomia peninsular, campo que possuía como mestre, em que lhe estavam reservados futuros e brilhantes sucessos.

Se a sua morte prematura foi uma perda irreparável para a história da astronomia da Península, foi ainda maior o desastre para a sciência náutica portuguesa. Luciano Pereira da Silva reünia em si um conjunto raríssimo de encontrar. Tinha tôda a dedicação e todo o saber, tôdas as qualidades de investigador necessárias para concluir o que ainda falta realizar. Dominava todo o campo náutico e conhecia a exuberante abundância de elementos hoje disponíveis, sabia o que havia de grande, de belo e de tentador nos horizontes que lhe estavam abertos.

Levará de-certo, e infelizmente, muito tempo antes de se encontrarem de novo reünidas em uma pessoa, o saber e as eminentes qualidades de trabalho que êle possuía.

Na secção sôbre história dos descobrimentos abrem-se-lhe novos pontos de vista; o matemático sente a necessidade de ir aprofundando assuntos puramente históricos. Alargava assim o domínio das suas pesquisas meditando sôbre assuntos interessantíssimos, como as leituras do Infante, a nacionalidade de João Dias de Sólis, a viagem de Duarte Pacheco ao Brasil, etc. Seguiu por êste mesmo rumo um outro distintíssimo matemático, o Dr. Duarte Leite, que, não obstante o seu alto cargo de embaixador de Portugal no Brasil, encontrou tempo e repouso de espírito para se dedicar com tanto brilho aos notáveis estudos históricos com que contribuíu para a *História da Colonização do Brasil.*

Quando em 1919 regressei da Suíça, uma das minhas primeiras preocupações foi pôr o Dr. Luciano ao facto da grave propaganda de descrédito às glórias nacionais, que desde os tempos do Visconde de Santarém se alastrava de forma assustadora na bibliografia estrangeira sôbre os descobrimentos.

A devastação que mina por tôda a parte teve e tem por base as obras de Humboldt. Podem resumir-se em quatro capítulos as teses em que se fundou a perniciosa emprêsa de Humboldt e de seus sucessores: as dúvidas sôbre a prioridade dos descobrimentos do Infante na costa africana; a pretendida origem alemã da sciência náutica; a eliminação total e completa da obra marítima de D. João II, e finalmente tôdas as infindas fantasias sôbre Cristóvão Colombo.

O Visconde de Santarém liquidou de vez o primeiro capítulo, relativo à obra marítima do Infante. Seguiu-se a sciência náutica portuguesa, já hoje consagrada em tôda a Europa e inclusivamente na própria Alemanha. São as duas primeiras teses deprimentes para a história portuguesa que foram vencidas e derrotadas. Todo o resto falta, e falta muito.

Pedi um dia, aí por 1920, ao Dr. Luciano para percorrer com atenção as obras de Humboldt e de ir notando aqui e ali as frases curtas, incisivas, entre as quais algumas há que ferem a memória dos navegadores portugueses como tiros de grossa artilharia. Tempos depois voltou o Dr. Luciano a Lisboa, apenas entrava em minha casa preguntou-me cheio de indignação: «Conhece a passagem do nosso amigo Humboldt sôbre a *ignorância dos conquistadores?*»

Eis a célebre frase:

«Ce n'est pas à la foule guerrière et peu civilisée des *conquistadores* que l'on doit faire honneur des progrès scien-

tifiques qui ont incontestablement leur principe dans la découverte du nouveau continent. . .» (*Cosmos,* tom. 2, pág. 332).

Estas palavras tiveram um sucesso enorme. Encontrámo-las novamente nos livros de Ziegler, de Gelcich, nas obras popularíssimas de Günther e de mais meia dúzia dos discípulos de Humboldt. Todos as repetem e cada qual acrescenta mais uns pontinhos tornando-as mais apimentadas, mais deprimentes, mais humilhantes!

Trilhando por êste caminho, surgiu Ruge com a sua afirmação categórica de que na Península não existia sciência cosmográfica na época dos descobrimentos marítimos, emquanto Peschel proclamava os alemães como os fundadores da geografia moderna!

Estas poucas linhas traçam todo o plano espoliador: á ignorância dos conquistadores (então os navegadores portugueses) segue-se a ignorância das nações peninsulares e finalmente entrega-se o espólio à Alemanha!

Os tiros de canhão de Humboldt, as suas fantasias, tôda a obra de devastação que inaugurou e que fere o que os portugueses têm de mais sagrado na sua história, tudo isso era conhecido pelo nosso grande defensor, o Visconde de Santarém.

Humboldt tinha então já um prestígio universal; Santarém não podia atacar de frente tôda a sua obra. Tomou a si um dos 4 capítulos acima referidos, estudou-o e esclareceu-o. Foi assim a terra o primeiro castelo, e com êle tôdas as insinuações e injustiças feitas à obra do Infante. A luta foi longa e renhida e terminou numa memorável sessão do Instituto de França. O que se passou naquela sessão devia ser gravado em letras de ouro na memória dos portugueses.

Acabou o debate sôbre a prioridade dos descobrimentos do Infante, quando todos os membros do Instituto, de pé e em volta do Visconde de Santarém, com uma ovação

ruïdosa faziam calar o célebre d'Avezac, representante do govêrno francês e defensor da tese de Humboldt. Havia nesta luta quaisquer interêsses da diplomacia colonial francesa no Senegal, que motivavam a intervenção do Ministério da Marinha.

Mas o Instituto repudiou e baniu do seu seio interêsses alheios e suspeitos, consagrou a vitória ao sábio Visconde porque defendia uma causa mais elevada, o culto sagrado da verdade histórica. Fervilhavam então em Portugal os entusiasmos pelas glórias nacionais. Rodrigo da Fonseca Magalhães, então ministro dos Negócios Estrangeiros, escrevia cartas admiráveis a Santarém aprovando os planos, prodigalizando-lhe elogios, animando-o à luta. O govêrno abriu os cofres do Estado pondo à disposição do benemérito português as verbas necessárias para a execução do *Atlas* e para as suas publicações.

Santarém vivia uma vida de actividade febril.

Em uma carta dirigida ao seu sobrinho, Conde da Ponte, exclama o sábio português que era necessário «arrancar até ao último cabelinho» aos detractores dos heróis dos *Lusíadas*. As felicitações que o nosso defensor recebia de vários centros scientíficos eram logo remetidas ao ministro, que radiante e em termos dos mais carinhosos, agradecia ao patriota a sua obra admirável. Alguns dos melhores artigos de revistas estrangeiras, cheios de aplauso e elogios, eram logo traduzidos e textualmente publicados no *Diário do Govêrno!* Tôda a correspondêneia relativa a essa primeira defesa da causa nacional é profundamente emocionante e comovente.

Produz desânimo e desalento ler tôdas aquelas cartas tão nobres, trocadas entre o ministro Rodrigo da Fonseca Magalhães e o Visconde de Santarém, dois inimigos políticos que se abraçavam no campo das glórias portuguesas.

Produz desânimo e desalento porque anda hoje dormente em Portugal aquele sentimento de dignidade nacional, que então impôs ao govêrno o dever de defender a memória dos heróis dos descobrimentos. Hoje, que essa corrente de descrédito, se alastrou prodigiosamente, tudo anda ignorado, tudo segue pela estrada da indiferença e do mais doloroso abandono.

Como fazer reviver o interêsse, como preparar o plano, como realizar a defesa do património nacional?

Fomos vítimas das injustiças de Humboldt, seguidas desde então com incomparável tenacidade. Precisamos dum plano bem meditado, construído sôbre as bases sólidas e inexpugnáveis da realidade histórica que possuímos. Não há que fechar os olhos ou encolher os ombros; quanto mais demorarmos, mais difícil será a luta, e, se chegarmos tarde de mais, porventura será impossível pôr côbro ao desastre!

Estas minhas considerações servem de introdução, de prólogo ao que eu chamo a *obra íntima* de Luciano Pereira da Silva, conhecida e apreciada de poucos em todo o seu enorme alcance.

Muito antes de familiarizado com os detalhes de campanha de descrédito à obra marítima dos portugueses, já o professor e o pedagogo reconhecera a necessidade de levar estes assuntos de magna grandeza para o ensino universitário. O Dr. Luciano inaugurava assim a idea fecunda, a estrada redentora única que pode resolver o grande problema; utilizar o ensino universitário para fazer reviver o amor, os entusiasmos, os sacrifícios pelas grandezas passadas da nação, dessa corrente surgirão então milagrosamente os colaboradores, os defensores que saberão fazer face a tôdas as propagandas insensatas e humilhantes para a causa nacional.

A obra íntima do patriota — As nossas palestras

Luciano Pereira da Silva era um feliz. Totalmente alheio a aspirações políticas, afastado das lutas da vida ou de encargos e deveres que tantas vezes esmagam as tendências ou os prazeres do estudo, o Dr. Luciano gozava aquela atmosfera ideal que criara e que lhe enchia a alma.

Na sua inalterável fisionomia risonha não havia nuvens perturbadoras, a vida corria-lhe plácida e serena.

Depois de cada ausência de Lisboa, ou depois de cada viagem ao estrangeiro, trazia-me satisfeitíssimo as suas impressões, essas narrativas sôbre algum instrumento astrológico ou náutico que encontrara, os livros de estudo que descobrira, as bibliotecas que visitara; — cada detalhe, por pequeno que fôsse, enchia-o de contentamento.

A penúltima vez que o vi em minha casa, vinha particularmente satisfeito. Sabia de antemão a surpresa e o prazer que me dava com as provas da sua excelente memória sôbre as espoliações de Alonso de Santa Cruz à obra de Pedro Nunes.

Esses entusiasmos duma existência de estudo eram o reflexo do que havia de mais puro, belo e generoso no seu carácter. Luciano Pereira da Silva gozava as suas fadigas intelectuais, davam-lhe vida.

Cada vez que nos encontrávamos, eram longas, intermináveis as nossas deliciosas palestras. Cada qual tinha alguma novidade, algum detalhe interessante a narrar, mas o que mais me interessava era ouvir o progresso da sua propaganda universitária, a sua obra íntima, que crescia fecunda e prometedora. Eu seguia-a com o mais vivo interêsse, não só pelos brilhantes resultados obtidos, mas porque via nela a certeza, a garantia de futuros sucessos para a causa nacional.

As glórias marítimas dos portugueses não são sòmente uma página majestosa da história de Portugal, pertencem à história da náutica e da geografia, como um dos maiores acontecimentos da história da humanidade.

Infestadas de teses falsas ou erróneas, espoliadas ou repletas de fantasias que circulam por êsse mundo, Portugal precisa, há muito, um plano profundamente concebido para restabelecer tôda a realidade histórica e deitar por terra tudo o que desfigura a grande obra nacional.

O Visconde de Santarém, com os seus memoráveis trabalhos, inaugurou um período de justiça para as emprêsas marítimas de D. Henrique, dedicando-se em seguida aos seus estudos clássicos sôbre cosmografia e cartografia, que deram brado em toda a Europa.

Cessaram então no estrangeiro os trabalhos de defesa do património nacional, deixando intactas e de pé tôdas as restantes falsas teses da lavra de Alexandre de Humboldt. O ilustre português, nosso defensor, não nos deixou as normas, não definiu a orientação, o plano que nos deviam guiar em futuros trabalhos de defesa. Continuaram, mas com redobrada intensidade, a devastação e o descrédito, salientando-se duas teses do mais vasto alcance: a origem da sciência náutica dos portugueses e a obra colonial de D. João II, um esfôrço assombroso do grande rei, que Humboldt, por assim dizer, eliminava totalmente. O prestígio enorme de Humboldt ofuscou e confundiu a consciência nacional. Os nossos historiadores, depois da defesa de Santarém, caíram pouco a pouco no desânimo, na descrença hàbilmente provocada por uma propaganda tenaz da bibliografia alemã contra as glórias portuguesas. Emquanto nós dormiamos o sono da inconsciência, paralisaram-se os nossos esforços, caímos no doloroso silêncio e no abandono da causa nacional. Só por estudos nossos, só pelo nosso trabalho, pela nossa dedicação, poderemos reivindicar e consagrar na história universal tôda

a grandeza, tôda a realidade da epopeia portuguesa. Não serão certamente estrangeiros que virão explorar os arquivos portugueses, para pôr a claro o que nós próprios deixamos à revelia. Nos centros competentes do estrangeiro sabia-se perfeitamente que, desde os tempos memoráveis de Santarém, estes assuntos andavam em Portugal ao abandono.

A política colonial alemã entrou em campo, elevou-se um monumento a Behaim em Nuremberg e, nisto, a Royal Geographical Society, presidida por Sir Clements Markham, subsidiava os excelentes estudos de Ravenstein sôbre Martim da Boémia (1899).

Entretanto, entrava em scena o venerando mestre Sousa Viterbo e iniciava, com os seus *Trabalhos Nauticos,* o período de renascimento de estudos sôbre os nossos navegadores.

Entre nós, continuava-se porém a ignorar o que se passava no estrangeiro. Em tudo de bom ou de excelente que se publicou em Portugal, a começar pelos admiráveis trabalhos de Viterbo, não houve a mais leve alusão a essa grave propaganda que lavrava no estrangeiro, e que aluía nas suas bases a obra marítima portuguesa. Continuávamos sem plano, sem rumo, sem orientação.

Rodolfo Guimarães, historiador das matemáticas em Portugal, atacava enèrgicamente os trabalhos de Ravenstein.

Oliveira Martins, com todo o seu prestígio, proclamava o papel eminente da sciência alemã nos descobrimentos marítimos dos portugueses. Sousa Viterbo, iludido, como tantos outros, pelo prestígio de Humboldt, começa os seus admiráveis *Trabalhos Nauticos* com um hino de glória a Martim Behaim, que proclama o mestre de astronomia náutica dos nossos sublimes marinheiros. Em Viterbo, sôbretudo, eram particularmente dolorosas essas honras concedidas

ao aventureiro Behaim, que Humboldt impunha a nós e ao mundo como guia scientífico dos descobrimentos marítimos.

Qual foi a causa, como nasceu a propaganda contra as glórias portuguesas, que lavra há quási um século?

Fiado no seu prestígio, Humboldt quis realizar de vez a grande partilha das glórias dos descobrimentos marítimos. Quis contentar o maior número e sobretudo contemplar a Alemanha, foi o que realizou, mas à custa de Portugal. Começou por aluir a obra do Infante concedendo à França as honras da pretendida prioridade das navegações dos normandos. À Itália e a Castela deu o quinhão de Cristóvão Colombo, enchendo-o de infindas fantasias e de leviandades. Desnorteou a história dos descobrimentos, pondo na primeira plana a descoberta da América quando a mola real das emprêsas marítimas do século xv fôra encontrar o caminho da Índia. Atribuiu o plano da descoberta a uma inspiração milagrosa saída das leituras de Colombo, e assim proclamou a independência dêsse plano do meio criador e clássico que o nutrira: a escola marítima dos portugueses. Arrazou com umas linhas mordentes a sciência e o saber dos marinheiros portugueses, e finalmente eliminou a obra grandiosa de D. João II.

Colombo passou desde então a figurar em tôdas as obras de história como a alma das emprêsas marítimas do seu século. Mesmo assim, Humboldt fazia certas reservas, salientando a ignorância do Almirante em assuntos de sciência náutica. Sobejavam pois êsses bocadinhos de ouro que tinham outro destino: a sciência náutica dos portugueses fôra importada da Alemanha, as honras scientíficas passavam para Behaim e para Regiomontanus. Esta tese provocou um verdadeiro delírio nas universidades alemãs; trabalhou-se loucamente para a consolidar. A bibliografia alemã sôbre a história dos descobrimentos cresceu prodigiosamente, domi-

nando desde então em todo o mundo. Eis como nasceu o formidável caos em que hoje nos encontramos; foi a partilha das glórias em Nuremberg que tudo falseou.

Surge emfim a obra marítima de D. João II em tôda a sua grandeza, e tôda ela ainda ignorada. Cresce cada vez mais a confusão na história dos descobrimentos marítimos e crescem as dificuldades para impor a realidade histórica. Durante a defesa de Santarém o mal estava circunscrito, mas desde então até hoje uma bibliografia vastíssima propagou erros, omissões, leviandades dificilimas a destruir sem uma organização bem concebida. Portugal com o seu glorioso passado não pretende praticar injustiças nem lesar interessados; o que pretende é pôr a claro tôda a realidade histórica que a memória dos seus heróis lhe impõe. A campanha de descrédito feita à sciência náutica portuguesa basta como exemplo. Hoje o que se precisa é chamar às armas tôdas as fôrças latentes, despertar a consciência nacional, criar o meio, preparar e organizar a defesa, provocar investigações modelares que imponham respeito pelo rigor da crítica, pelo escrúpulo da documentação. Sem isso a memória dos navegadores portugueses está condenada a figurar para sempre na história dos descobrimentos como uma paródia mesquinha da realidade.

Precisamos uma entidade à altura da grande tarefa que se impõe, precisamos uma organização superior modelar que prepare, que guie a obra de defesa que nos tem faltado. Precisamos produzir muito, e isso que se realizar levá-lo em todos os paizes aos centros aonde estes estudos são necessários. Precisamos uma longa série de monografias, tôdas sólidas, documentadas e profundas sôbre problemas ainda tenebrosos, muitos dêles de sensação — todos destinados a revolucionar a história dos descobrimentos portugueses, como ela hoje circula.

Ontem desconheciamos que a obra scientífica dos nossos

marinheiros fundara na Europa essa vastíssima sciência náutica que hoje domina em todos os mares do globo. Ignoramos ainda por completo tôda a obra colonial grandiosa de D. João II. Já está esclarecido o capítulo da sciência náutica que êle criou como um auxiliar, um acessório dos seus planos assombrosos, mas ignoramos o que há de grandioso e de sensacional na escola prática das navegações dos mares austrais que o rei desenvolveu de 1471 a 1495, isto é, durante um período de 25 anos, em que estão incluídos os 21 anos que precedem o descobrimento da América, em 1492.

Precisa-se uma entidade oficial que tenha a seu cargo desfazer no estrangeiro tôdas as tentativas de descrédito, por pequenas que sejam, que promova trabalhos de valor, esclarecendo tantos pontos tenebrosos que infestam a história dos descobrimentos, da navegação e da geografia. Então, e só então, poderemos dormir descansados.

Para encaminhar para estes campos as fôrças latentes que entre nós abundam, o caminho único é o ensino escolar e universitário; incutir por essa via nas novas gerações a noção exacta, o amor, a dedicação pelo que há ainda de grande e de belo a realizar.

Luciano Pereira da Silva viu com clareza, inaugurou esta orientação auspiciosa e fecunda, que nunca fôra utilizada para êste fim em Portugal. Começou pela sciência náutica, campo dos mais aptos para o ensino universitário. Reproduziu e divulgou pelo país o astrolábio náutico de Coimbra, o quadrante náutico, a balestilha, desvendou o mistério das célebres tábuas da Índia — e, quando a morte o arrebatou à sua obra patriótica, projectava uma grande colecção de instrumentos náuticos para a Universidade, semelhante à que actualmente existe na Royal Geographical Society de Londres, fundada há pouco por Sir Clements Markham, o inolvidável amigo e admirador das glórias portuguesas.

O esfôrço de Luciano Pereira da Silva, reünido à longa série dos seus brilhantíssimos estudos, inaugurou de vez o período de reivindicação histórica no mundo escolar e universitário. É essa a sua obra íntima que é urgente alargar e desenvolver. Por esta via se completará a sciência náutica desde o *Regimento* primitivo até à obra de D. João de Castro; é êsse conjunto que constitui a relíquia scientífica que nos resta dos tempos áureos da nação.

Por esta orientação nova e salutar, inaugurada em Portugal, se liquidarão também tôdas as lendas, as fantasias, as espoliações que hoje andam espalhadas em 10 ou 12.000 volumes da bibliografia dos descobrimentos marítimos.

Não tivemos a fortuna de ver o professor Luciano Pereira da Silva à frente do seu patriótico esfôrço durante um longo prazo, mas isso que êle realizou marca, nos anais da nossa história, uma fase brilhante que seria um crime deixar cair no abandono.

O maior serviço que se pode prestar à memória de Luciano Pereira da Silva é reünir, em volta do seu nome, tôdas as fôrças, o estado, a academia, os colegas, os admiradores e os amigos, para nutrir, manter e desenvolver a obra que iniciou, assunto de magno interêsse nacional que se impõe pela grandeza do seu alcance.

O pesadêlo da origem misteriosa da sciência náutica que paralizou os esforços dos historiadores portugueses desde os tempos de Santarém, deixou de existir. Êsse facto basta para fazer renascer a confiança, a admiração, o culto do passado, incutir nos novos a dedicação aos estudos históricos, para destruir de vez essas dolorosas injustiças e espoliações que atrofiam a história dos descobrimentos portugueses. Bem longe estava eu de trazer a público a essência das nossas deliciosas palestras, que giravam tôdas em volta dêste magno problema nacional.

A morte do querido amigo impôs-me o dever de pôr em relêvo todo o alcance do plano fecundo que concebeu e inaugurou, o único que pode um dia conduzir à solução de todos os problemas históricos, que pesam mais e mais como um dever sagrado sôbre a nação.

Instituïção Nacional para o estudo e defesa das glórias marítimas de Portugal

Liquidado de vez o mistério da sciência náutica que durante quási 80 anos aluira à fé, a confiança no saber dos navegadores portugueses, ficou desde logo aberto e acessível um campo fecundo de estudos sôbre o período da administração colonial de D. João II em que tudo está por fazer.

A paralização dos estudos históricos em Portugal que se seguiu à vitória do Visconde de Santarém, deu o resultado de nos encontrarmos hoje em frente de terra virgem, repleta de problemas históricos de vasto ou vastíssimo alcance, todos desconhecidos e ignorados da história dos descobrimentos.

Na tarefa que se impõe há porém um princípio fundamental a seguir. Cada novo problema a tratar, cada novo capítulo a esclarecer tem de ser apresentado com tôda a minúcia dos detalhes e com o máximo rigor da crítica. Só assim, com uma documentação segura, sólida e inatacável, se realiza trabalho definitivo, sôbretudo quando se trata de aniquilar flagrantes injustiças históricas propagadas, enraïzadas e quási consagradas.

Qual a forma prática de realizar esta vasta emprêsa com segurança e rapidez?

A intervenção do govêrno é de-certo necessária, é indispensável; mas se contarmos só com ela, e se neste momento sôbretudo formos pedir ao Estado sacrifícios que êle não pode fazer, nada se realizará.

Se o govêrno quiser tomar a peito estes assuntos patrióticos dando um exemplo salutar, só seguia a brilhante orientação tomada pelo ministro Rodrigo da Fonseca Magalhães para com o Visconde de Santarém. O ministério dispõe dum vasto campo em que hoje pode desenvolver uma acção utilíssima quási sem aumento de despesa. A êle compete promover o ensino da sciência náutica portuguesa nas universidades do país; de estudar com os corpos docentes das universidades os meios de desenvolver os estudos históricos sôbre os descobrimentos marítimos; de mandar proceder nos Arquivos da Tôrre do Tombo à urgente colecção de documentos sôbre o período de D. João II, etc.

Propuz, haverá dois anos, ao ilustre académico Sr. Pedro de Azevedo de tomar eu a meu cargo as despesas de publicação dêstes documentos, se êle os coligisse nos Arquivos Nacionais. Mantenho essa proposta que então não foi possível realizar por se não ter alcançado a nomeação do Sr. Pedro de Azevedo para essa utilíssima missão que lhe devia absorver uns seis meses de pesquizas na Tôrre do Tombo.

Eis a razão porque ainda não existe a preciosa colecção de documentos que o Sr. Pedro de Azevedo com o seu saber, com a sua excepcional competência e dedicação estava então disposto a empreender, resolvendo assim êste importantíssimo problema da história do grande Rei.

*
* *

Como alcançar os recursos financeiros para se organizarem os estudos em vasta escala?

Olhemos serenamente para o exemplo que dão os Estados Unidos da América. É incrível, é assombroso o que naquele grande país se conseguiu sem o mínimo auxílio

do Estado. A Columbia University de New York constitui só por si uma cidade dentro de New York com os seus 30:000 estudantes. A Harvard University de Boston, a Yale University de New Haven têm cada uma entre 10.000 a 15.000 estudantes. Ao todo existem mais de 50 universidades nos Estados Unidos.

Todo êste conjunto colossal, todos estes focos de sciência e de ensino são mantidos por donativos e legados de particulares; o Estado é inteiramente alheio a essa enorme actividade universitária. Todos nós conhecemos o espírito prático «à outrance» dos Estados Unidos; muitos apontam aquela grande nação como a mais egoísta do mundo, e é ela contudo que dá hoje o maior exemplo de sacrifícios cívicos, duma generosidade, dum idealismo em favorecer a sciência e o ensino como não há memória em qualquer outro país. E não se trata ali ùnicamente das universidades, porque são fabulosas as somas e donativos destinados a todo o género de fundações beneméritas, a hospitais, a bibliotecas, a investigações scientíficas de todo o género, a excavações históricas, etc. E não são menos fabulosas as verbas que saem cada ano dos Estados Unidos para favorecer empreendimentos idênticos por todo o mundo.

Os nomes de Vanderbilt, de Carnegie e de Rockfeller representam uma corrente espalhada por todo o país e genuïnamente nacional.

Será realmente impossível provocar em Portugal uma corrente semelhante em pequeníssima escala para cumprirmos condignamente êsse dever sagrado que temos para com a memória dos navegadores portugueses?

Não é ao estado a quem nos devemos dirigir mas sim aos portugueses por tôda a parte aonde êles se encontrem.

E nosso dever encarar de frente essa corrente de descrédito que se alastra há quási um século e que vai minando a história dos heróis dos *Lusíadas*. É nosso dever esclarecer

até aos mínimos detalhes tôda a obra dos «gloriosos gigantes» de que fala Santarém. É nosso dever expor ao povo português a urgência duma fundação nacional de estudos históricos, destinada a reconstruir tôda a realidade, tôda a beleza dessa época única da história da humanidade.

Basta para isso uma meia dúzia de professores de incontestável competência e dedicação para organizar e dirigir os trabalhos necessários. Para se alcançarem donativos e legados em abundância, há uma única dificuldade prática a vencer, despertar a máxima confiança dos doadores.

Ponham à testa dêste movimento nacional uma comissão escolhida entre professores de tôdas as universidades do país, entregue-se o plano desta tarefa benemérita à venerável universidade de Coimbra, a alma mater universitária tão querida de todos os portugueses; coloquem à frente dessa comissão um nome respeitado, admirado e venerado como o do Dr. José Maria Rodrigues, ilustre e benemérito historiador dos *Lusíadas*. Essas garantias bastarão para provocar uma corrente de entusiasmo nacional que acabará de vez com êsse problema histórico que pesa, aflige e deprime a nação.

Criem prémios destínados a recompensar condignamente os trabalhos de valor que forem aparecendo; facultem aos novos a possibilidade de abrirem carreira pelo estudo dêstes assuntos; afastem o campo malfadado da política, e cedo, muito cedo, teremos em Portugal uma legião de habilíssimos e dedicados colaboradores.

Sirva de exemplo essa fundação de investigações scientíficas recentemente criada em Lisboa por um opulentíssimo legado instituído pelo benemérito cidadão brasileiro José Bento da Rocha Cabral e que está sendo admiràvelmente dirigida pelo Dr. Ferreira de Mira.

A obra brilhantíssima que hoje temos devida aos esforços de Carlos Malheiro Dias, a *História da Colonização do*

Brazil, obedecendo a um outro plano, já mostrou como foi possível despertar o interêsse no Brasil e em Portugal. Surgiram recursos financeiros e mais ainda surgiu uma preciosa série de novos colaboradores entre os quais figuram dois professores ilustres, o malogrado Dr. Luciano Pereira da Silva e o Dr. Duarte Leite. O exemplo benemérito de Carlos Malheiro Dias, basta. Sigam-se as suas pisadas com o objectivo único de reconstruir com o maior rigor tôda a realidade histórica sôbre «aqueles colossos capazes de concebir, preparar e levar a feliz término una labor de titanes» assim se refere o Sr. Pedro de Novo y Colson à obra dos navegadores portugueses.

O programa dos estudos necessários

Conheci na Biblioteca Nacional de Lisboa, haverá uns 12 anos, um hábil investigador, bom paleógrafo, entusiasta por pesquizas históricas e por trabalhos árduos dos arquivos que me impressionou profundamente com o seguinte pedido.

Desejava que lhe indicasse um problema de importância histórica a que queria dedicar-se. Esta pregunta caracteriza o que se tem passado há muitos anos em Portugal sôbre a história dos descobrimentos marítimos. Temos aptidões, temos trabalhadores utilíssimos, temos um campo histórico admirável a explorar, só nos falta guiar e canalizar as fôrças latentes, divulgar um programa bem concebido dos estudos mais urgentes de que carecemos.

Os professores da história da geografia, da cosmografia ou astronomia nas universidades alemãs e suiças adoptaram há muito uma orientação fecunda de que se tem colhido resultados surpreendentes. Cada qual dá uma lista de problemas obscuros a esclarecer em que o estudante escolhe um

como tese do doutorado. Obtiveram-se por esta forma monografias preciosas. O número de estudos hoje publicados em teses de doutorado é muito considerável; eu possuo umas 150, de grande valor, entre as quais figuram muitas que se relacionam com as navegações e descobrimentos marítimos.

Cada vez que se adiantou um passo na nossa defesa, refutando uma lenda de Humboldt, cada vez existiu um programa maduramente concebido. O plano e os sucessos do Visconde de Santarém estão hoje minuciosamente tratados em dois volumes da sua correspondência e no belo livro de Jordão de Freitas sôbre o *Atlas*. Apareceu assim a surprêsa de duas preciosas cartas de Humboldt ao benemérito Visconde, exaltando o seu profundo saber e aludindo à derrota que lhe fôra infligida na pretendida prioridade das navegações dos Normandos.

Os excelentes estudos de Ravenstein que libertaram a história nacional do pesadêlo de Martin Behaim, obedeceram a um plano organizado pela Royal Geographical Society de Londres, então presidida por Sir Clements Markham.

A sciência náutica portuguesa ficou esclarecida, graças a um programa de trabalhos concebido e executado com método e persistência.

As espoliações, as fantasias que desfiguram a história dos descobrimentos portugueses obedecem a um plano organizado e seguido com incrível tenacidade por umas dúzias de professores alemães.

Como seria hoje possível destruir tôdas essas lendas que circulam enraïzadas ou quási consagradas, sem uma organização bem montada, sem uma orientação bem definida?

Trata-se de revolucionar de alto a baixo a história dos descobrimentos marítimos do século xv como ela é hoje propagada; eis o que representa pôr a claro a obra colonial de D. João II. Seria inexperiência ou leviandade imaginar por

um momento que uma emprêsa de tal monta, tão árdua, tão difícil, se poderia realizar sem uma organização modelar, sem um plano de trabalhos. Acresce ainda que na própria história da sciência náutica portuguesa há importantes capítulos a completar. Eis ao correr da pena uma série de investigações que fui notando no decorrer de longos anos de pesquizas. Esta lista, só por si, dá uma idea da vastidão do campo a explorar. Nela indico estudos de crítica histórica e estudos de documentação indispensáveis como trabalhos preparatórios e auxiliares.

Sciência Náutica

1.º Evolução do Regimento do Astrolábio desde a sua criação até às obras de Pedro Nunes e de D. João de Castro.

2.º Impressão dos Regimentos ainda desconhecidos e das respectivas táboas náuticas existentes nos Atlas de Vaz Dourado e Lázaro Luís, Regimento de Wolfenbüttel, Táboas náuticas da cosmografia de Saintonge (1544) e outros documentos semelhantes existentes na Tôrre do Tombo.

3.º Colecção das listas conhecidas das latitudes e suas confrontações. Listas dos regimentos, a lista de Magalhães, do Esmeraldo de Duarte Pacheco e do livro de Marinharia.

4.º Instrumentos náuticos — colecções dos textos já impressos e impressão dos que existem ainda em manuscritos (Biblioteca Nacional).

5.º Bibliografia dos roteiros impressos e impressão dos roteiros inéditos.

6.º História do cálculo das longitudes desde as primeiras tentativas marítimas até D. João de Castro.

7.º A exactidão do cálculo das longitudes na lista do Almanach perpetuum de Zacuto (1473-1478).

8.º Estudo do cálculo das longitudes no texto manuscrito

de Pigafeta (hoje impresso), único extracto conhecido do Regimento das longitudes entregue por Rui Faleiro a Fernão de Magalhães.

9.º Utilizações dos sinais marítimos no alto mar para a determinação aproximada das longitudes.

10.º Apontamentos sôbre os autores que estudaram complementos e ampliações do regimento até D. João de Castro.

11.º Lista cronológica dos cartógrafos portugueses, cartas hoje conhecidas ou ignoradas.

12.º A sciência náutica dos pilotos orientais na época dos descobrimentos.

13.º Utilização no oriente pelos navegadores portugueses de Roteiros e cartas árabes que lá encontraram.

A justiça da causa nacional na reivindicação da sciência náutica dos descobrimentos foi proclamada sem restrições em França (1914 e 1916), em Inglaterra (1915), em Espanha (1916), na Holanda (1916) e na própria Alemanha (1918). Espanha teve para com os portugueses um gesto penhorador de generosa lealdade consagrando a vitória da nossa causa num esplêndido relatório da Academia de Madrid.

Ficou definitivamente provado e documentado que a sciência náutica dos portugueses se baseia sôbre a astronomia peninsular e não como se pretendia sôbre elementos scientíficos importados da Alemanha. Dêstes estudos surgiu um outro problema de vastíssimo alcance, a existência duma intensa actividade astronómica na Península entre 1100 e 1500, de que as devastações inquisitoriais eliminaram totalmente todos os vestígios existentes em Espanha e Portugal.

As obras monumentais de Steinschneider revelaram a surprêsa de se encontrarem nas grandes bibliotecas europeias não peninsulares, abundantíssimas cópias dos trabalhos dos astrólogos da Península. Essas cópias tornaram enfim possível

completar a astronomia peninsular com obras de alto valor que no decorrer dos séculos se estraviaram. A Academia de História de Madrid já pôs em foco todo o valor dos interessantíssimos, mas difíceis trabalhos a realizar.

Incumbe aos historiadores portugueses o dever de colaborarem quanto possível na reconstrução da história da astronomia peninsular, campo novo e admirável que vai cobrir de glória o país vizinho como o centro propagador da astronomia durante a idade média, não só na Península mas em tôda a Europa.

Na actividade scientífica febril dos astrólogos de Castela, encontraram os portugueses os elementos teóricos para criarem a sciência náutica. Êsse conjunto, essa colaboração dá um brilho dos mais intensos à cultura peninsular. Dela nasceu a grandiosa realidade da época dos descobrimentos marítimos.

Não foi só o saber dos navegadores portugueses que Humboldt feriu com a partilha das glórias dos descobrimentos como êle pretendeu realizar. Feriu, desfigurou e ignorou por completo a cultura scientífica da Península em que Castela ocupa um logar brilhantíssimo. Trata-se de rehaver para a família peninsular tudo o que hàbilmente se lhe pretendeu expoliar. O objectivo dos historiadores de Castela e de Portugal só pode ser um: colaborarem unidos na rigorosa reconstrução de tôda a realidade histórica, pôr em evidência o que a Península produziu de grande e de admirável em sciência e em progressos geográficos.

*
* *

Em 1471 começou um período de actividade marítima que cresceu com intensidade. Cerca de 1484 criou-se o Regimento do Astrolábio. A experiência acumulava as obser-

vações, destas surgiam grande número de novos problemas representando novos capítulos e aperfeiçoamentos a juntar ao Regimento.

Tudo que se produziu em Portugal em sciência náutica desde a nascença da obra original até aos trabalhos clássicos de Pedro Nunes e de D. João de Castro, representa a *Evolução do Regimento do Astrolábio.* Os melhoramentos das tábuas náuticas, a exactidão crescente do cálculo das latitudes, as observações magnéticas, o aperfeiçoamento dos instrumentos náuticos, o Regimento do Cruzeiro do Sul, tôdas as tentativas do cálculo das longitudes e finalmente as cartas náuticas, os estudos dos ventos, das correntes, o conhecimento dos perigos da navegação nos portos e nas costas, tudo representa um vasto conjunto cujo progresso se deve seguir por ordem cronológica até chegar ao período brilhante em que D. João de Castro deixou a sciência náutica portuguesa.

Administração marítima e colonial de D. João II

Arrancar ao esquecimento a figura majestosa de D. João II, estudar a sua obra com o máximo de documentação e com todo o rigor da crítica, eis a grande emprêsa histórica que hoje se impõe aos portugueses. Ver-se há então o que tem havido de injustiças flagrantes para com a memória do grande Rei e como foram justos, justíssimos êsses termos elogiosos de exaltação que nos deixaram os contemporâneos do Príncipe Perfeito ou os historiadores do século XVI.

Rui de Pina, Duarte Pacheco, Garcia de Resende, o italiano Angelo Policiano, o alemão Jeronymo Münzer, João de Barros, Damião de Gois, Jerónimo Osório, todos em suma, e cada qual com exclamações de louvor, de admiração, de assombro todos exaltaram a obra marítima de D. João II que os portugueses ainda hoje não conhecem.

Camões define admiràvelmente o Príncipe Perfeito nestas palavras do Gama que tanto dizem:

> Porem, despois que a escura noite eterna
> Afonso aposentou no ceu sereno,
> O Principe que o reino então governa
> Foi Joanne segundo e Rei trezeno.
> Este por haver fama sempiterna
> Mais do que tentar pode homem terreno
> Tentou, que foi buscar da rosa aurora
> Os terminos, que eu vou buscando agora.
>
> (*Lusíadas*, canto 4.º).

A justiça histórica conservou bem marcado o logar de honra que pertence ao grande Rei. Faltou até hoje na história a obra gigantesca realizada entre 1471 e 1495; faltou o guia genial, a mão organizadora, faltou o plano da realização, e a grande actividade marítima que se seguiu à morte do Infante D. Fernando em 1470.

Quando essa acção fôr estudada e divulgada na história, então chegará o dia em que D. João II será proclamado como a alma das grandes empresas marítimas e como o vulto mais notável do seu século.

Abri há dias ao acaso um livro precioso de Oliveira Martins, *A Vida de Nun'Alvares*, e deparei com estas linhas no final da introdução:

«Repito e concluo, se tiver vida, fôrça, inteligência e repouso de ânimo, para acabar de compor a história do tempo de Aviz, morrerei ao menos com a convicção de não ter sido inteiramente inútil a minha existência, pois terá servido para compreender e contar um dos fenómenos mais nobremente interessantes da passagem dos homens sôbre a terra».

Era no *Príncipe Perfeito* que o grande Oliveira Martins ia tratar do período áureo dos descobrimentos que culminou, que atingiu o auge em tôda a sua grandeza durante a administração colonial de D. João II.

Havia em Oliveira Martins duas entidades perfeitamente distintas, o historiador e o artista. O historiador afasta-se por vezes dos processos de investigação moderna que hoje se aproximam mais dos cálculos das probabilidades do matemático do que da concepção poética do artista.

Blasco Ibañez define admiràvelmente estes novos métodos de investigação histórica designando-os como «una labor lenta de perforación» e acrescenta «el artista sólo necessita ver una parte de la verdad. El resto de la verdad lo adivina por inducción».

O poeta Oliveira Martins abunda em rasgos de intuïção histórica, tão reais, tão verídicos, tão maravilhosos que êles só por si apresentam em poucas linhas ao leitor todo o brilho de uma época inteira. São estes rasgos de intuïção, brilhantíssimos clarões em plena noite, mais ainda do que a lenta tarefa do investigador, que dão aos quadros históricos de Oliveira Martins o seu imenso valor que os torna tão sujestivos, tão preciosos, tão admiráveis.

Devo a esses quadros históricos o prazer, os entusiasmos que me tem dado o estudo da obra colonial de D. João II; vivi nesse período uma vida intensa de admiração sempre crescente e provàvelmente seguirei o exemplo do mestre que morreu sonhando com o grande Rei sem concluir a difícil emprêsa do seu *Príncipe Perfeito.*

A obra colonial de D. João como hoje a conheço dá-me a impressão dum mato bravo que cobre os túmulos duma grande geração de heróis de sublime grandeza — são os poetas da acção e da realização. Em qualquer ponto em que se escave neste campo sagrado surgem surprêsas, planos duma beleza peregrina, a dedicação, o sacrifício, a admiração, o culto dêsses heróis pela figura majestosa do Rei, o seu guia, o mestre, cujos conselhos pareciam divinos, assim o escreve Duarte Pacheco.

Tudo o que encerra êsse campo sagrado, até mesmo o culto que animava essas figuras gigantescas pelo seu Rei — tudo anda ainda disperso ou quási ignorado na história dos descobrimentos. Realizou-se em suma a profética previsão de Angelo Policiano contida na primorosa carta dirigida a D. João II suplicando-o de mandar escrever para salvar do olvido a história minuciosa dos seus feitos gloriosos, que ofuscavam o que havia de mais memorável na história da humanidade.

Mas o grande Rei seguia outro rumo: visava antes de tudo a realização da grande obra e não à divulgação dos planos que o guiaram.

A importância do comércio da Guiné e da Mina, as diligências leoninas para desenvolver o comércio africano e chegar a Timbouctu, a maior feira de ouro do mundo; a experiência assombrosa adquirida pela escola prática de navegação dos mares austrais; a política colonial insondável do patriota, o tratado de Tordesilhas, essa maravilhosa obra de arte, de perspicácia e de previsão que legava à nação o monopólio da Índia; a própria existência do Brasil de cujo conhecimento há claríssimos vestígios no célebre tratado, tudo, tudo está por estudar e esclarecer. Mais ainda, a mola real, a fôrça que formou uma geração de heróis de sublime grandeza, ainda não foi estudada.

A côrte de D. João foi a grande escola dêsses poetas do patriotismo. A mão firme e austera do Rei, o exemplo que êle próprio dava de dedicação sem limites pela prosperidade nacional, esses sacrifícios pessoais comoventes que lhe minaram a vida mas que se lhe impunham como uma necessidade inevitável para utilisar e concentrar tôdas as fôrças na fundação dum vasto império colonial, tudo anda mal apreciado ou repleto de injustiças.

Foi dêsse ambiente maravilhoso da escola da côrte que surgiu uma geração de heróis, tão bela pela sua grandeza

moral, pela dedicação, pelos sacrifícios patrióticos, elementos indispensávis aos planos do grande Rei.

É todo êsse conjunto, essa atmosfera generosa de patriotismo ideal dos tempos de D. João II que constitui o que há de mais belo no «fenómeno dos mais nobremente interessantes da passagem do homem sôbre a terra» de que fala Oliveira Martins.

Eis o campo a explorar em tôda a sua peregrina beleza e em tôda a sua vastíssima amplitude.

Para trabalhos de tal monta não basta um programa detalhado dos estudos a realizar. Precisamos alargar o campo de acção, desenvolver o meio, captar aptidões, despertar a dedicação, o entusiasmo das novas gerações, então aparecerão os investigadores e defensores que nos têm faltado.

Luciano Pereira da Silva inaugurou brilhantemente em Portugal o plano fecundo e prometedor, o caminho único, seguro e certo para lá chegarmos. Precisamos revolver a alma portuguesa para que a obra íntima do patriota se não atrofie e não definhe, precisamos apelar para que a nação tome generosamente a seu cargo êsse pesadêlo que hoje se impõe como um dever sagrado; a reconstrução histórica da epopeia portuguesa sôbre bases sólidas, profundas e inatacáveis; pôr de vez a claro tôda a realidade, tôda a beleza da obra comovedora dos navegadores portugeses e dos seus admiráveis organizadores.

Contemplei em silêncio e cheio de esperança os esforços do professor ilustre e do amigo. A fatalidade pôs em perigo a sua benemérita obra universitária; eis o que me arrancou êste aviso salutar sôbre graves problemas das glórias nacionais que infelizmente têm andado entregues a um doloroso abandono.

Paris—Dezembro 1926.

Joaquim Bensaúde.

Bruxelas 26 de Dezembro de 1926.

Meu caro Dr. Joaquim de Carvalho:

Aqui venho, como prometi, espargir as tristes flores da minha saüdade sôbre o túmulo do nosso querido e chorado amigo Dr. Luciano... A última vez que o vi, por uma noite já primaveril de Março dêste ano, aí em Coimbra, sob as árvores do lindo Parque novo da Estrada da Beira, estava êle na sua companhia. Juntos conversámos por algum tempo e fiz-lhes a ambos as minhas despedidas com a suavidade de quem não partia para muito longe e supunha não exorbitar do possível apelando para um novo encontro próximo. Mas a vida arbitrária e traiçoeira não permite a ninguém sacar, sôbre qualquer futuro, nem a parcela mais módica de ilusão ou confiança. Aquele bom e tranqüilo amigo, que conosco saboreava essa doce noite de primavera, não veria muitas outras. Um final de tragédia esperava, numa das mil esquinas do Acaso, a sua existência moça e robusta, decorrida no trabalho sereno e desambicioso, sobranceira sempre às lutas e paixões dos homens, comprazendo-se na meia obscuridade e amando o silêncio. *Talis vita finis ita* foi ditame de antiga sabedoria. Mas aqui temos de lhe pôr grande errata. Nunca uma morte se pareceu menos com uma vida. O senador romano tinha razão de contar, entre os seus fins prováveis, com o que viesse a traçar-lhe o punhal dum assassino. Quem viveu na paz, na amenidade, quem desdenhou as regalias mas também se esquivou às agruras da ambição e da glória, algum direito tinha a ver os seus dias prolonga-

dos, mais extensos justamente quanto menos desperdiçados, e a acabar sem tormenta nem sobressalto a sua remansosa navegação por êste mundo. Mas a lógica é outra invenção nossa de que não cessa de rir-se, sem chegar nunca a ensinar-nos, a feroz realidade. Feroz e estúpida, malfazeja e perdulária, ela que deixa vegetar e até medrar tantas vidas inúteis ou nefastas e logo foi ceifar esta, que era prestante e fecunda, e nos faz tanta falta.

Luciano Pereira da Silva parecia não tomar logar, tão discreta era a sua presença. Maior é ainda o vazio que nos causa a sua brusca ausência. Não cabe à minha ignorância apreciar o que perdeu nele a Sciência nacional. Os seus pares dirão, e os seus discípulos confirmarão, as virtudes e méritos do professor, a capacidade e segurança do investigador. Mas aqui lhe trago o meu singelo depoïmento, a que pode faltar competência mas não experiência, sôbre o escritor, o patriota, o homem e o amigo.

Entre as muitas coisas que êsse Sábio sabia, apontarei esta, que não julgo supérflua: sabia escrever. Há quem pretenda que a sabedoria séria e profunda exclui, ou ao menos dispensa, a nitidez e harmonia da linguagem. Eu então acho que dum cérebro impregnado de sciência só pode irromper clareza, equilíbrio e luz. Não preciso de invocar Camões, Barros, Vieira, Herculano. O simples bom-senso me diz que saber é ver, é escolher, é distinguir, e todos estes verbos são inimigos natos da complicação e da obscuridade. Quem expõe confusamente é que também confusamente sabe e dêsse modo reflete, sem o querer, a perplexidade e a desordem do seu espírito. Não basta entesoirar conhecimentos: e filtrá-los, coordená-los, transmiti-los, é tanto sciência como arte. Não há abismos entre esta e aquela. Dos grandes matemáticos se sabe que com freqüência os fascina a música, assim como que filósofos e poetas foram sempre bons vizinhos. Nunca se provou que

a imaginação teça obras mais perfeitas no tear da ignorância que no da sabedoria. O homem produz sucessiva ou simultâneamente utilidade e beleza, fantasia e realidade, como a árvore dá flor e dá fruto, sombra e perfume, dentro da mesma regra e sob a responsabilidade da mesma raiz.

Creio por isso render novo culto ao homem de sciência que era Luciano Pereira da Silva fazendo o elogio da fluência e do poder comunicativo e estimulante da sua linguagem. Nunca êle teve, estou bem certo, a menor pretenção ou preocupação literária. Mas a prosa saía-lhe da pena segura, sã, iluminada e rítmica, por não serem outras as feições da sua clara e disciplinada erudição. Veja-se essa modelar *Astronomia dos Lusíadas*, livro para sempre encorporado à bibliografia universal, estudo escrupuloso, completo, onde nada escapou à agudeza do especialista e do crítico. Mas que leitura frutuosa e amena até para ignorantes! O autor tóma-nos do braço e guia-nos pelos espaços celestes sem nunca nos deixar tropeçar nos números e cálculos que topamos pelo caminho. E aquele tratado astronómico absorve-se quási como um poema. Os versos são os de Camões, mas tão profundamente os penetrou o intérprete, e tanto sumo de poesia nova extraíu dêles, e tão naturalmente os intercalou nas suas glosas, que sem exagêro diremos que saem do livro mais vivos, mais expressivos, como que ressuscitados do marasmo em que a rotina automática os deixara caír.

Vem-me à memória um artigo de revista consagrado pelo Dr. Luciano à sua terra, à linda, branca e risonha Caminha. Tem-no presente? Ninguem escreveria melhor aquelas páginas espelhadas, cristalinas, em que havia história bem peneirada, natureza bem vista e bem descrita, gôsto e graça no balancear dos períodos, e uma sensibilidade filial vibrando da primeira à última linha, e dando luz e calor, sem lhes tirar verdade, a tôdas elas.

E assim sou levado a falar já do patriotismo do Dr. Luciano, que um momento se fêz meigo e lírico para evocar a sua vila natal, mas que se eleva a mais largos horizontes em tantas obras de estudo e de investigação que consagraram o seu nome. Os temas nacionais constituíram sempre a base dos seus trabalhos. Realçar a sciência portuguesa, encarnada nos seus grandes homens, reflectida na sua história, era o seu persistente objectivo. E outros dirão, com a autoridade que me falta, que graças ao seu esfôrço muitos factos novos foram revelados, muitas interpretações novas se encontram hoje justificadas, sem as quais continuaria mergulhada na sombra dos arquivos a história verdadeira, e mais gloriosa ainda do que supúnhamos, das navegações e dos descobrimentos dos nossos maiores.

Quando fui ao Chile, em honrosa embaixada, assistir à inauguração do monumento erigido a Fernão de Magalhães nas margens do estreito que lhe conserva o nome, foram os livros de Luciano Pereira da Silva e os de Joaquim Bensaúde as credenciais complementares com que naquele país amigo representei, de cabeça e coração bem altos, a nossa Pátria. Fiz presente dêsses livros, em sessão solene expressamente convocada, à Universidade de Santiago: e ao ennunciar, em breve alocução, as importantes novidades scientíficas que da sua leitura resultavam, compreendi logo, no interêsse e grata surpresa dos meus cultos ouvintes, que Portugal lhes aparecia ainda maior e mais glorioso nas minhas palavras e que não era só pelos heróis dum remoto passado, mas também pelos nossos historiadores, sábios e escritores contemporâneos, dignos da herança recebida, que faziamos jus aos seus aplausos.

E em tôdas as partes do mundo, na roda restrita mas selecta dos historiadores e geógrafos, os nomes de Bensaúde e Luciano são hoje conhecidos e as suas obras consultadas. A celebridade dos homens de sciência não tropeça, como a

dos homens de letras, no escolho da língua, e alastra ràpidamente, desde que seja legítima. Cada tese nova, cada esclarecimento ou revelação sòlidamente demonstrados, circulam logo em tôdas as direcções, não conhecem fronteiras nem países, e recolhem o prémio e o proveito da universalidade, por mais obscura e incógnita que tenha sido a sua origem.

Essa tão bem ganha consagração não alterou, inútil é dizer, em coisa alguma, a natural modéstia e tão simpática despretenção de Luciano Pereira da Silva. Ninguém esperasse encontrar nêle, nem a sobranceria do sábio que creia sempre tratar com ignorantes, nem o orgulho susceptível, nem a crítica mordaz ou ciumenta. O Dr. Luciano, se foi juiz severo alguma vez, foi só de si próprio, cuidadoso como era em apurar até ao extremo tudo o que lhe saía da pena. Mas para com outrem a sua regra firme era a amenidade e a indulgência.

De olhos sempre risonhos, e um trato de perfeita educação e deferência, êsse exemplar professor nada tinha de doutoral nem de distanciador nas suas maneiras. O convívio íntimo dos livros não o tornou livresco, não o desumanizou, não o fêz esquecer de que a vida se aprende vivendo-a, e não apenas lendo-a. Nenhuma misantropia no seu modo de ser, antes um afectuoso bom humor, um espírito largamente compreensivo, uma sensibilidade pronta e aberta, o são equilíbrio dum homem que sabia especializar-se nos seus trabalhos sem ficar alheio a tudo quanto, ao seu redor, fôsse merecedor da sua atenção ou solicitasse o seu gôsto e o seu aprêço.

Mais parecia um estudante, de mocidade constantemente renovada, do que o lente de Coimbra da tradição. E até na simplicidade satisfeita com que vivia. Tendo em Caminha uma senhorial e opulenta residência, aí em Coimbra a sua casa dos Palácios Confusos era a casa dum estudante,

só mobilada com livros, cuidada exclusivamente pela *servente* clássica, e onde apenas um candieiro de luz eléctrica e um aparelho telefónico poderiam indicar que também as comodidades da Civilização lhe eram familiares.

E certo é que tudo na civilização lhe era familiar, e não só de ouvido ou de leitura. O Dr. Luciano viajou muito e viu muito, compreendendo que conhecer o mundo directamente e pelos seus olhos era colhêr uma sciência e uma experiência que por nenhuma outra pode substituir-se.

E emfim, e a-pesar-de solicitado por tantas e tão absorventes formas de actividade, ainda lhe sobrou tempo, inteligência e coração para ser extremoso e leal amigo. E por aqui devia eu ter começado estas linhas, pois se em verdade nêle admirei o sábio, me deleitei com o escritor e apreciei e respeitei o homem, mais atraído me senti ainda pelo encanto e pelo fervor da sua amizade.

E por isso, ao vê-lo roubado tão iníqua e prematuramente a uma vida que tão bem soube aproveitar e a uma terra onde há tão poucos que se lhe equiparem, tenho de deplorar ao mesmo tempo a perda dum dos mais úteis, fecundos e completos Portugueses do nosso tempo e a de mais um amigo, a juntar às outras que cada ano que passa me vai infligindo... Cada vez se alarga e se povoa mais, à minha volta, o cemitério, o «outro mundo» que nos espera a todos, e cada vez a crescente solidão em que ficamos nos incita e nos ajuda a partir para lá mais depressa.

Creia-me com a maior estima, e bem perto de si nesta dorida saudade e nesta justa homenagem, seu admirador e amigo muito obrigado

ALBERTO D'OLIVEIRA.

Nunc omnia pulvis.

Conhecíamo-nos há quarenta anos, desde os bancos da velha Escola do Exército, nessa camaradagem militar e académica, nessa amizade de condiscípulos que nunca mais se apaga, e deixa pela vida fora um perfume de suavidade a que só os velhos conseguem dar todo o seu alto valor.

Depois dessa remota época, os baldões da vida levaram-nos por muitos anos para lados diversos; êle iniciando o brilhante sacerdócio pedagógico que lhe havia de ser sempre coroa de glória e modêlo de probidade scientífica e de zêlo profissional, entremeada essa actividade com outras passageiras situações a que o seu raro merecimento já o ia prontamente elevando: deputado, governador civil, etc. Nas férias, longas e interessantes viagens que mais lhe iam exornando o luminoso espírito, igualmente contribuíam para nos apartar um do outro longos meses ou anos a fio.

Solicitado pelos fundadores da *Revista da Universidade de Coimbra,* e pela instigação de alguns amigos, empreendeu êle em 1913 a publicação dêsse estudo sôbre a *Astronomia dos «Lusíadas»,* que por largos anos tinha meditado na preparação das suas lições de Mecânica Celeste. Imediatamente, desde os primeiros artigos, brilhou a forma clara, apropriada e elegante como o autor ia encarando e versando a questão, com uma competência, uma erudição e uma pureza de linguagem que desde logo se impunham à atenção e ao agrado dos leitores; foi-se avolumando o número dêstes e afirmando-se cada vez mais o alto valor dêste trabalho.

Ficámos, como tantos outros, desde logo fascinado por êsse brilhante estudo, já por se ocupar precisamente da especialidade scientífica que mais nos podia interessar; já pela clareza com que expunha os intrincados assuntos, mostrando à evidência com luminosa sagacidade a perfeita obediência de Camões a tôdas as regras da sciência astronómica do seu tempo; já pela perfeita compreensão artística da obra excelsa camoniana, e ainda pelo profundo cunho de verdadeiro patriota, cioso de apontar sempre e enaltecer devidamente todos os títulos de glória que nos podem justamente envaidecer.

Foi êsse o estímulo que suscitou novamente uma aproximação dos nossos espíritos e um reavivar dessa velha amizade. Manifestámos-lhe a nossa sincera admiração; pedimos-lhe exemplares da futura separata dêsses belos artigos que já tanto iam prometendo de maior interêsse ainda. Com a condescendência extrema que era uma das divisas do seu belo carácter, imediatamente acedeu aos nossos desejos, e levado por uma generosa cegueira de amizade, desde então quási que não deixou de nos tornar sabedor de quantos trabalhos e investigações ia tomando entre mãos e mesmo dos que planeava para o futuro.

Doloroso é hoje recordarmos êsse atraente convívio, essa encantadora revelação de tantas importantes soluções achadas para vários intrincados e abstrusos problemas histórico-scientíficos. Melhor fôra que nunca tivéssemos conhecido as fulgentes irradiações dêsse espírito de eleição, incansável, fecundo, dominador. Melhor fôra, sim! Não teríamos disfrutado o requintado prazer intelectual dessas tantas horas de enlevada admiração e de agradável ensinamento, mas ao menos ser-nos-ia agora poupada sôbre a dôr de perder um amigo querido a profundíssima mágoa de ver aniquilados sem remédio êsses vastos e luminosos trabalhos cujos amadurecidos planos ia gizando e aperfeiçoando dia a dia,

com o conhecimento seguro e vastíssimo que tinha adquirido sôbre todos os pormenores e circunstâncias dos problemas a estudar.

¡E que formosíssimas esperanças êsses rutilantes planos nos iam fazendo conceber!

Era em primeiro lugar essa nova edição revista, aumentada, absolutamente completa da admirável *Astronomia dos «Lusíadas»*, obra inicial que lhe suscitara o gôsto pelas investigações históricas sôbre a sciência dos nossos astrónomos e navegadores. Em numerosos trechos dessa obra, já de si perfeitíssima, o autor havia de acrescentar eruditos desenvolvimentos, relacionar factos do máximo interêsse, afirmar ainda mais fundadamente o génio e a sciência de Camões.

Era também a publicação do célebre *Roteiro* da viagem de Vasco da Gama. Lamentável dano é para a sciência e para a nossa pátria não se ter podido efectivar tal publicação. Ali se veriam em eruditos comentários explicados todos os pontos mais ou menos controvertidos relativamente a essa preciosa mas rude narrativa, que, aliás, na própria rudeza encontra um dos seus melhores títulos de merecimento histórico. ¡E que interessantes confrontos não tiraria o sábio comentador entre as verdades resplandecentes da ingénua descrição e as suas geniais paráfrases na nossa grande epopeia nacional!

Era ainda a compilação geral de tôda a sciência náutica, astronómica ou cartográfica de que os nossos grandes navegadores, pilotos e cosmógrafos tinham sido os incontestáveis autores. Para êste género de investigação tinha o Dr. Luciano P. da Silva títulos especiais de rara competência, não só pelos seus profundos conhecimentos técnicos, como pelo incansável cuidado e critério com que ia constantemente investigando e explicando tôda a evolução scientífica e histórica dessas práticas e dos seus progressos.

Basta o aniquilamento destas três obras não só planeadas mas já quási elaboradas na mente do ilustre autor, para classificarmos como verdadeira perda nacional a desgraça sem nome que arrebatou dentre os vivos o Dr. Luciano P. da Silva, na plena e luminosa pujança do seu brilhante e lúcido talento, na plena robustez de uma saúde feliz que prometia confiadamente dar-lhe vida e fôrças para levar a cabo com brilho e êxito inexcedíveis os ideais em que pusera a mente.

Fragilidade insanável das coisas humanas, que às vezes parece assim escolher os mais ilustres exemplos para melhor nos provar o seu incoercível domínio.

A par dêsses trabalhos capitais donde havia de jorrar uma clara luz sôbre muitos dos mais interessantes problemas que ainda obscurecem a história da nossa acção predominante no século dos descobrimentos — trabalhos que, como dissemos, se achavam por assim dizer completos no vasto e lúcido espírito do sábio professor — a par dêsses verdadeiros monumentos de saber, critério e erudição já quási a desabrochar em preciosas edições, tinha êsse incansável talento de investigador vários outros projectos, menos importantes, mas de-certo igualmente elucidativos, sôbre correlativos assuntos. Assim, lembram-nos as notas que tinha mentalmente preparadas para uma crítica completa, da obra do falecido almirante Morais e Sousa, *Sciencia nautica dos pilotos portugueses,* na qual, a par de valiosíssimos subsídios, se encontram freqüentemente asserções menos justas que muito conviria não passarem em julgado na história das nossas navegações.

Também sôbre astrolábios nos recorda ouvirmos os planos de novos estudos ampliando e dando maior interêsse e clareza ao conhecimento dêsses curiosos instrumentos, hoje abandonados na prática e relegados às montras dos museus arqueológicos, mas cuja construção e profusas indicações

prestaram durante muitos séculos constante auxílio a todos os astrónomos e depois também aos navegadores, por sugestão dos portugueses, inteligentemente aproveitada e desenvolvida pelos pilotos e pelos cosmógrafos, imitada e plagiada repetidamente pelos nossos émulos e rivais.

E a tal respeito recordemos que ainda no 8.º fascículo da *Lusitânia,* quási ao escapar-lhe da mão para sempre a fecunda pena, êle afirmava lealmente que nenhum interêsse temos em procurar para nós mais títulos de glória do que os que legìtimamente nos cabem, pois pelo contrário, quanto mais justiça houver nas apreciações histórico-scientíficas, maior será o nosso quinhão de merecimento, não invejando aos outros nada do que em verdade lhes pertence.

Aqui vemos nós um exemplo patente de uma das qualidades mais firmes e mais louváveis do insigne professor: uma intransigente probidade. Nenhum engôdo de vaidade patriótica ou scientífica o poderia desviar um ápice dessa invariável linha de rígida imparcialidade, e de impecável rectidão. Na sua vasta obra de escritor profundo e versátil nem uma só vez encontramos uma asserção que fôsse mal fundada, duvidosa, ou sujeita a incerto critério. Esta é uma das características da sua obra e do seu feitio: a mais absoluta rectidão.

Outra feição igualmente saliente e que lhe trouxe, a nosso ver, alguns dos seus melhores triunfos, era a rara sagacidade com que ia descortinar, em questões para todos obscuras ou duvidosas, a verdadeira interpretação. Muitos exemplos disso poderíamos apontar rebuscando a vasta e erudita obra do malogrado escritor, mas apenas citaremos dois que nos acodem aos bicos da pena, talvez por terem sido os que mais entusiasmo despertaram no nosso espírito.

Um é a célebre questão das lunações, durante a viagem de Vasco da Gama de Lisboa à Angra de Santa Helena. Todos sabem que essa viagem levou precisamente quatro

meses, de 8 de Julho a 8 de Novembro do ano de 1497. ¿Como é que os *Lusíadas* diziam nesse caso que a Lua

> ... Cinco vezes apressada,
> Agora meio rosto, agora inteiro,
> Mostrara emquanto o mar cortava a armada?

Quanto mais se estudava a obra camoniana — e o Dr. Luciano P. da Silva bem tinha tido ocasião de o fazer, em difíceis especialidades -- mais se ganhava o convencimento de que êle era sempre absolutamente verídico no que afirmava. Mas de Julho a Novembro não podiam dizer-se que iam cinco meses, sem êrro grave.

Aqui interveio a inspiração sagaz do inteligente comentador. De facto, indo ver as fases da Lua naquele período e sujeitando a letra dos *Lusíadas* à interpretação mais evidente, torna-se claro que, efectivamente, tendo sido quarto crescente na véspera da partida da armada do Tejo, e igualmente poucos dias antes de avistarem terra de África, era pela *quinta vez* que a Lua passava de *meio rosto* para *rosto inteiro,* no mencionado espaço de tempo. Isto é um verdadeiro «ôvo de Colombo». Depois de explicado torna-se luminoso, indubitável. Mas para se chegar a esta clara explicação foi preciso, ao cabo de séculos de comentadores e críticos esbarrando com tal dúvida, o fulgente espírito do Dr. Luciano P. da Silva para desencantar a verdadeira, simples, e límpida solução, que mais uma vez vinha reivindicar para Camões os títulos da mais inquebrantável exactidão scientífica em tudo quanto afirma.

Outro exemplo análogo foi o da interpretação a dar ao trecho do *Esmeraldo de Situ Orbis,* de Duarte Pacheco, onde, com uma simples mudança de vírgulas, o Dr. Luciano P. da Silva pôde reconstituir a frase anacolútica donde se conclui quási insufismàvelmente que aquele nosso grande

navegador, sábio cosmógrafo, e valente soldado tinha visitado o continente Sul-Americano antes de Cabral em missão secreta de D. Manuel.

E ainda no mesmo género, pôsto que talvez sem tanta importância, quantos mais exemplos vemos dessa mesma luminosa sagacidade, que logo tornava transparentes alguns duvidosos e contestados trechos. Lembra-nos, por exemplo, o caso de João Gil, citado quatro vezes por D. João I no seu *Livro de Montaria* como sendo um grande astrónomo autor de um famoso tratado. Ninguém conseguia descobrir quem poderia ter sido êsse personagem, cuja existência e escritos eram sem dúvida reais, mas impossível de identificar. Lá foi porém o nosso saüdoso investigador descobrir a explicação, e o que resta dessa obra, num manuscrito da biblioteca Colombina de Sevilha, catalogado sob um título mui diferente, deduzindo-se dêstes factos a certeza de íntimas e sólidas relações scientíficas entre o soberano catalão e o português.

O poder dedutivo do talento raro de Luciano P. da Silva tinha até, digamos assim, o condão de atrair inesperadamente a menção de factos explicativos de antigas e insolúveis dúvidas. Haja vista o caso do «Kamal» ou «tavoletas náuticas» a que se referiram João de Barros e o *Livro de Marinharia,* mas por forma tão vaga e confusa que nada se podia inferir de certo sôbre o que seria êsse aparelho auxiliar da navegação nas mãos dos pilotos do Oceano Índico. Quási fortuitamente, num acaso de correspondência, apareceu-lhe a notícia de existirem essas tavoletas no museu de Hamburgo. E o caso é, que desfiando um pouco mais essa meada, com o seu espírito claro e o seu conhecimento profundo da questão, logo o sábio investigador pôde encontrar a explicação completa, do aparelho e dos trechos obscuros que a êle aludiam.

E neste exemplo temos ainda a impressionar outra qua-

lidade rara e eminente que, a nosso ver, distinguia o talento de Luciano P. da Silva. Referimo-nos ao seu vasto e erudito saber. Não era sòmente na teoria scientífica que interessava aos assuntos por êle tão proficientemente tratados que êle conhecia a fundo tudo quanto ao assunto se referisse. Também estava inteiramente a par do que sôbre êle havia sido estudado pelos vários autores, embora as respectivas ideas tivessem mais tarde sido modificadas. Era um conhecedor profundo da história da sciência que se relacionava aos assuntos da sua investigação, e causa redobrada lástima pensarmos que êsse vasto saber, ponderado e perspicaz, assim desapareceu para sempre num momento de imensa fatalidade, obscurecendo de vez a clara visão dos factos e das suas concatenações tão viva nesse cérebro privilegiado e já dominando por completo estes assuntos!

Êste conhecimento geral e, por assim dizer, enciclopédico, de tudo quanto se referia aos problemas das nossas nevegações e à técnica scientífica dos audazes capitães e pilotos, conjugado com o são e judicioso critério que presidia a tôdas as afirmações do seu espírito, davam a Luciano P. da Silva uma autoridade de-certo sem igual na solução das questões relativas a tal assunto. E, por isso, confrangia-se-lhe muitas vezes o ânimo ao ver correrem mundo, e até gozarem foros de alta valia, algumas afirmações não só infundadas, mas provadamente erróneas. Sôbre um dos exemplos mais frisantes — e dos mais nocivos pela divulgação a que está talvez destinado — tinha êle resolvido fazer um rigoroso e severo comentário, provando, com os irrespondíveis argumentos de que dispunha, a falsidade absoluta de algumas dessas afirmações. Lastimosa perda para a verdade scientífica e histórica foi ter perecido com o seu autor êsse trabalho ainda só gizado na mente e de que, ao que julgamos, nem mesmo apontamentos haverá.

¡Lastimosa foi, em verdade, em tudo e por tudo, a perda

fatal dessa privilegiada individualidade! Quando assim tinha atingido uma situação de absoluta e universal autoridade; quando, como dissemos, na sua memória tinha armazenado um vastíssimo saber, erudito e documentado, dominando absolutamente todo o campo das investigações relativas aos assuntos da sua predilecção; quando a vida lhe sorria na satisfação da obra já realizada, na esperança fagueira do muito que ainda se propunha e tinha a certeza fundada de vir a realizar; quando tinha quási completado e embelezado a seu gôsto, artístico e scientífico, a sua querida casa de Caminha; quando, emfim, gozando da mais robusta saúde, da mais clara inteligência, da consideração geral, parecia que só lhe restava ir colhendo palmas e triunfos em sucessivas produções, — surge inexorável e tirânica a mão do destino, e num momento de fatalidade sem nome subverteu para sempre tôdas essas perspectivas e esperanças. ¡Insondáveis decretos da Providência, que tantas vezes parecem porfiar em assim pôr em evidência dolorosa e pungente a irremediável e suprema instabilidade das cousas terrenas!

«Non, l'avenir n'est à personne
... l'avenir est à Dieu!
A chaque fois que l'heure sonne
Tout ici-bas nous dit adieu.»

V. Hugo.

¡Paz à grande alma, ao laborioso e fecundo espírito do ilustre sábio, do benemérito português, do querido e saudoso amigo!

Lisboa, Tapada, 1926, Dezembro.

Frederico Oom.

DR. LUCIANO PEREIRA DA SILVA

(Algumas palavras sôbre o historiador e o homem)

Não sei como Quinet, que considerava o assassinato uma verdadeira obra de arte, definiria o atentado sombrio dum louco contra uma personalidade do superior relêvo intelectual do dr. Luciano Pereira da Silva, que consumiu os seus melhores e mais floridos anos em meditações permanentes, curvado sôbre as páginas dos livros em que está arquivada tôda a sciência humana. Para mim, porém, êsse atentado é uma bem lúgubre ironia, aliando um lado trágico ao que nela há de fúnebre. O Destino, que é sempre enigmático, poz precisamente no sítio por onde um desvairado teria de passar uma das figuras de mais brilhante elevação mental da nacionalidade a que pertencia: — e o criminoso, aproximando-se vagarosamente dêsse homem ilustre, abateu-o com um golpe certeiro. Foi um minuto apenas; e, todavia, êste minuto fatal eliminou uma entidade verdadeiramente notável, nos domínios luminosos da inteligência criadora!

Três dias antes de ser ferido por um inconsciente sem responsabilidade moral, ainda o dr. Luciano Pereira da Silva estivera comigo por alguns instantes, falando acêrca da publicação, já nessa altura decidida, de dois manuscritos pertencentes às colecções da Biblioteca Pública Municipal do Pôrto, intitulados: *Tratado do uso da Sphera,* e *Uso do Astrolabio,* de Rainer Gemma, professor de matemática em Lovaina, no século XVI, e de Cornélio Gemma, seu filho, que

em 9 de Novembro de 1572 descobriu a estrêla nova da Cassiopeia, compondo sôbre ela um vasto trabalho. Durante o tempo em que conversámos, ocupando-nos dum assunto que muito nos interessava a ambos — porque o dr. Luciano devia prefaciar os dois volumes e fazer uma revisão das provas — mostrou-se êle sempre jovial e confiante, esboçando largos planos de obras a realizar que mais ampliariam a sua extensa bibliografia e maior celebridade lhe imprimiriam ao nome. O seu optimismo era completo e, no entanto, já a morte insidiosamente seguia os passos do homem eminente que foi, primeiro que tudo, um alto valor. ¿Não haverá qualquer coisa de sinistramente humorístico em tudo isto?...

*
* *

Nas páginas de reconstituïção de épocas extintas que nos legou e que foram por êle vistas mais pelos seus aspectos puramente scientíficos do que históricos, o dr. Luciano Pereira de Silva não revelou, de-certo, um gôsto muito vivo pelos acontecimentos de menor importância, como queria Taine — porque êsses acontecimentos são, muitas vezes, essenciais. Os episódios e as circunstâncias distintivas que transmitem à narração o colorido especial mereceram constantemente um absoluto desdém ao seu espírito de scientista preocupando-se mais com o conjunto do que com os detalhes. ¿E porque? Porque o crítico e o investigador, que lùcidamente provou que Duarte Pacheco Pereira fôra um precursor de Cabral, não era nem um biógrafo nem um cronista e, muito menos, um evocador de costumes. Ia direito ao facto preciso, sem desvios e sem hesitações, apoderava-se dêle, penetrava-o a fundo, formulava sôbre êsse facto o seu juízo seguro, no que era admiràvelmente auxiliado por um saber inexgotável.

Eu sei perfeitamente que são certas particularidades consideradas como insignificantes que distinguem uma época da outra, com as suas personalidades, as suas tendências, os seus scenários, os seus sentimentos, as suas crenças, as suas aspirações, as ascensões ou as quedas da sua mentalidade. Estas particularidades é que, na afirmação do autor da *História da Revolução Francesa*, marcam a espécie e o gráo das paixões dominantes que, pela familiaridade, produzem a ilusão, e, pela sua fôrça, excitam o interêsse. O dr. Luciano Pereira da Silva, porém, foi um historiador doutra classe. A sua história, contìnuamente em relações estreitas com a sciência, era feita com os factos circunstanciados e nus, exprimindo nìtidamente uma quantidade: — e, por mais apagados que fôssem, nenhuns êle omitia. Sob êste ponto de vista, os dois capítulos com que colaborou na *História da Colonização Portuguesa do Brasil* são admiráveis. Não pretendeu, ao traçá-los, fazer arte mas sciência, e por isso, o que nêles se denuncia claramente não é nem o pintor nem o psicólogo, mas o sábio.

De resto, ¿que queria o dr. Luciano Pereira da Silva afirmar? Que os portugueses, ao partirem para a prodigiosa aventura das descobertas, que deu uma consciência ao globo e que constituíu o acontecimento culminante da Renascença, sabiam o que desejavam, indo, portanto, perfeitamente apetrechados para as suas temerárias jornadas oceânicas: e isto comprovou-o êle com uma solidez indestrutível. Sendo sobretudo um matemático e um astrónomo, o dr. Luciano era, por isso mesmo, um espírito exacto — e um espírito exacto recusa-se sistemàticamente a mesclar os géneros. Quando se propõe atingir um fim determinado, utiliza-se apenas dos documentos incontestados e de provas insofismáveis, mantendo uma rigorosa unidade. Dêste modo, o que nas suas realizações faltar em interêsse anedótico, em esplendor plástico, em elementos de suges-

tão, em eloqüência, será amplamente compensado pela exactidão.

*
* *

Como historiador, o dr. Luciano Pereira da Silva teria chamado sôbre si a atenção de Taine. Com efeito, nada mais claramente exposto e com maior nitidez julgado do que os seus trabalhos de ordem histórica. Tôdas as partes dêsses trabalhos são sustentadas por um equilíbrio perfeito; cada período, como Taine justamente exigia, alcança a sua idéa geral; cada página reüne, numa conclusão única, êsses períodos. Além disso, os factos esparsos transformam-se num tecido contínuo de raciocínios. A preparação filosófica que lhe tornava fácil a agrupação dos pensamentos dava-lhe também a faculdade superior de manejá-los.

Não era um temperamento artístico, o dr. Luciano Pereira da Silva. O seu estilo não tem, por vezes, ritmo, som, vibração, côr. No entanto, possui a concisão, a sobriedade e a limpidez. Sente-se que a narrativa que êle nos serve é a imagem real e pura dos acontecimentos. E a história, se é uma arte, é também uma sciência, na expressão dum pensador excelso. Ela não exige só inspiração aos que a elaboram; exige-lhes, acima de tudo, reflexão. É preciso, incontestàvelmente, que a forma em que essa história fôr vasada, seja correcta, pelo menos, e bela, se o poder ser: — mas é igualmente indispensável que as suas divisões sejam marcadas com tanto rigor, as suas leis tão irrefutàvelmente provadas e as suas induções tão precisas como as da história natural. Ora, o dr. Luciano Pereira da Silva tinha a sciência por método. A sua filosofia encontrava sempre o caminho verídico, por mais oculto que êle estivesse.

Morrendo em plena maturação da inteligência e tendo começado tarde, deixou ao seu país, entretanto, uma obra

avultada. Na realidade, o dr. Luciano começou a ser discutido com mais calor quando, em 1914, publicou um folheto, denominado *Os dois doutores Pedro Nunes*. O notável matemático português, tão aplaudido naqueles dias triunfais em que a nacionalidade meditava nos continentes ignorados que ficavam para àlém dos mares, foi uma das maiores admirações do dr. Luciano Pereira da Silva, que o glorificou, que lhe defendeu a nobre memória, que organizou a cronologia bibliográfica dos seus escritos e que mostrou, por uma documentação cerrada, a espoliação de Alonso de Santa Cruz ao autor do *Nónio*.

Depois disto, consagrou-se ao estudo de Camões com paixão absorvente. O dr. Luciano tinha pelo cantor genial da viagem marítima de Vasco da Gama um verdadeiro culto, especialmente pelo Camões astrónomo que, no seu imortal poema, cinzelado em estâncias de ouro e de bronze, se nos afirma na posse de tôda a sciência da era em que viveu, nas suas mais variadas modalidades, sendo de-certo uma das maiores figuras dêsses homens do Renascimento que, na Itália, eram conjuntamente inventores extraordinários, filósofos, geómetras, estatuários, pintores, músicos, poetas, arquitectos, engenheiros, críticos, cantores, como Leonardo de Vinci, e que revelavam em tudo uma flagrante originalidade. O poema épico em que se historiam em estrofes maravilhosas as glórias nacionais deu ao dr. Luciano Pereira da Silva dois livros: *A astronomia dos Lusíadas* e *A estréla de Venus nos Lusíadas*. Seguidamente, intensificou mais a sua actividade de publicista, para pôr em evidência incontestável o valor da raça a que pertencia, a sua heroicidade, a sua rara audácia. Os antepassados gloriosos que, nos séculos XV e XVI, saindo dos portos lusos a bordo das caravelas e dos galeões, traçaram as rotas para as longínquas Américas e para as distantes Índias, entusiasmavam o Mestre que a faca dum louco prostrou. Por isso é que êle empregou alguns dos

seus melhores anos a demonstrar que os vitoriosos feitos dos portugueses não derivaram de modo algum duma acção desconexa e sem finalidade ou dum mero acaso, sendo, pelo contrário, o resultado fecundo duma paciente e longa elaboração. Não erravam incertamente pelos imensos desertos de água, perseguidos por Adamastores terríveis: — iam em busca de terras que deviam necessàriamente existir. E, não contente com isto, que era já tão importante, o dr. Luciano Pereira da Silva ainda quis deixar bem esclarecido que os instrumentos náuticos, de que os navegantes nacionais se serviram, foram por êles inventados ou aperfeiçoados.

Com Joaquim Bensaúde, o professor insigne que tanto nobilitou a sua cátedra foi, sem dúvida, um dos mais célebres historiadores da Epopeia marítima de Portugal — e a sua obra é excepcional como investigação, consistência, lógica e interpretação scientífica.

*

* *

Não tenho, porém, o intuito de fazer, nestas resumidas e apressadas notas, um estudo crítico do ilustre morto e da sua obra, para o que me falta tôda a competência. Êsse estudo outros mais autorizados o realizarão e com um brilho que eu não possuo. Escrevendo estas ligeiras linhas sôbre o dr. Luciano Pereira da Silva, pretendi ùnicamente relembrar mais uma vez o homem que não conheci na intimidade, mas que admirei, pela vastidão dos seus conhecimentos. E estou a vê-lo, neste instante. Era um espírito fino, arguto, apanhando as coisas no ar. Em frente das outras pessoas, não falava, sòmente; observava também. Havia sempre um vago sorriso a iluminar-lhe a máscara a que os olhos, penetrantes e inquietos de curiosidade, transmitiam uma poderosa expressão. O seu julgamento era pronto e subtil; a

sua exposição salientava-se por uma clareza que a tornava acessível a todos os entendimentos; o seu verbo, lento mas fácil, exteriorizava-lhe com justeza o pensamento, por mais dúbio ou indeciso que fôsse. Á prímeira vista, dava a impressão dum scéptico e dum ironista que dispuzesse do poder de dominar a sua ironia. Tratado mais de perto, parecia um crente e, por baixo da sua frieza aparente, adivinhava-se um fundo calor de bondade. Pelo menos, foi por esta feição que eu sempre o vi até ao momento em que pela última vez nos encontrámos, três dias antes da morte, que já lhe espiava os passos, lhe cortar dum golpe brutal o fio da vida — uma vida que constantemente procurou encontrar a Verdade pela sciência...

João Grave.

EL DOCTOR DON LUCIANO PEREIRA DA SILVA

Como para todos los que lo conocían fué para mi penosísimo estupor el saber la aleve muerte del Doctor Pereira; es una de esas fatalidades que suscitan la protesta que pudiera formularse de este modo: ¿porqué ha desaparecido tan de súbito quien tanto merecia vivir?

Grande es la obra de Pereira y permite vislumbrar la labor que aún de él se esperaba: la admirable síntesis que sin duda hubiera escrito como resultado de una notable série de análisis científico-históricos, tales como *Os dois doutores Pedro Nunes, As Tábuas náuticas portuguesas* e o *Almanach Perpetuum de Zacuto, O Astrolábio náutico dos portugueses, O Astrolábio da Sociedade de Geografia* e o *Nónio de Pedro Nunes, O Roteiro da primeira viagem do Gama.*

Es difícil imaginar parecida preparación para un profundo trabajo: existencia tranquila y reposada, libre, al parecer, de las vulgares preocupaciones del vivir cuotidiano; alto prestígio; acabada armonía de conocimientos literarios y científicos, tan variados los primeros, tan sólidos los segundos; conocimiento de lenguas y países; amor a la patria portuguesa y clara visión del problema que se esforzaba en dilucidar: a saber, el estado y valor de la ciencia portuguesa en los siglos XV y XVI, el cual, como consecuencia, muestra el de la española; en suma el de la peninsular, desde Mallorca a Sagres, pasando por Sevilla y Salamanca. Aquella época que siempre contemplamos colmada de gloria marí-

tima, guerrera, mística y literaria y que la pluma de Bensaúde, luego las de los autores de la *Historia da Colonização Portuguesa do Brasil,* y en particular la de Pereira da Silva nos han mostrado llena también de espiritu científico para las concepciones teóricas y prácticas.

Cada estudio de nuestro llorado amigo era un alegato más a favor de nuestra Península, que, acaso por su cultura antes que por otras razones, mereció que la providencia la eligiese para descubrir y conquistar un hemisferio.

Y esta obra queda truncada.

Así como Portugal premia con dolor y alabanzas la obra de Pereira, todo español que la conozca la agradecerá con igual afecto que puse en el último abrazo que hace año y medio le dí en la estación de Coímbra.

¡Dios haya premiado al ilustre sábio aquella otra condición suya, aún mejor que su ciencia: su bondad!

Madrid, diciembre de 1926.

PEDRO DE NOVO Y F. CHICARRO.

De la Real Academia de Ciencias Exactas,
Físicas y Naturales de Madrid.
C. de la Academia de Ciencias de Lisboa
y del Instituto de Coimbra.

SAUDADE E MEDITAÇÃO

Terna memória deixou Luciano Pereira da Silva em quantos o conheceram e trataram; mas aqueles que, mais felizes, se ligaram com êle de amizade, chorarão emquanto vivam a amargura de o ter perdido.

Nada pode haver mais amargo do que perdermos o mais doce dos amigos; e o igual, o equilibrado, o pontual, o discreto, o macio e suave Luciano forrava de plumas fôfas o lugar que lhe tínhamos guardado nos nossos corações, e daí influía como calmante ou bálsamo nas nossas almas tanta vez sacudidas de agitações, impaciências e desesperos.

Luciano Pereira da Silva acolchoava a realidade à sua volta, ao mesmo tempo que os sêres e os factos perdiam suas asperezas e arestas para o servirem, amoldando-lhe a vida como estôjo onde êle se aconchegava deliciado. E parece não haver mais sarcástico paradoxo da Fatalidade, do que encerrar-se tão branda e cautelosa existência com o ponto final de uma facada.

Se tal homem tivesse pôsto em doutrina a filosofia que viveu, o esquema desta não seria «a luta pela vida», mas «a vida na paz e no sossêgo». Em trinta anos ou mais que convivemos, nunca lhe ouvi dizer mal de ninguém uma só vez ou um só momento. E, por outro lado, as tragédias políticas e sociais do nosso tempo, assassínios e revoluções, crises e guerras, incertezas e ameaças, sobressaltos e perigos — tôdas as reviravoltas que tanta vez têm repercutido na alma e na despensa, na vida económica ou sentimental do portu-

guês mais alheio às actividades colectivas — nada disso o feriu nem roçou, tudo passou por êle como a sombra pela água.

Algum dia a Política o foi buscar e o fêz governador civil e deputado; mas Luciano ficou, então como antes e depois, distante da política batalhadora e alheio a ela; porque tudo o que fôsse, ou pudesse vir a ser discórdia ou luta, resvalava no seu temperamento isolador de transtornos e incómodos. Êste feitio fêz dêle, naturalmente, o mais desambicioso dos homens; mas, como o homem é por natureza o mais ambicioso dos sêres, êle organizou as suas ambições de maneira que pudesse atingi-las sòzinho ou quási sòzinho, isto é: com uma boa casa, uma boa cozinha e uma boa biblioteca, metendo-se o menos possível na vida dos outros, e metendo os outros o menos possível na sua vida.

Daqui vem talvez que nunca quis casar-se; daqui vem que, trabalhador, inteligente e activo, procurou trabalho e actividade naquelas regiões de onde os homens estão longe: no céu cheio de astros que aos nossos olhos se movem na harmonia do silêncio; e na história, que nos mostra sem barulho os fantasmas do barulho de outros tempos.

Se quiserem chamar-lhe egoísta e sibarita, deverão atribuir estes mesmos epítetos a todo o carácter fino, avêsso às desordens da gente grosseira, apaixonada ou fanática, e a todo o anacoreta, que no deserto procura a paz do coração e do espírito, escorraçada do mundo. Luciano fêz-se um dos luminares do renascimento dos estudos históricos e literário-arqueológicos em Portugal; e essa corrente de erudição, tão notàvelmente reforçada entre nós de há quinze para vinte anos a esta parte, é obra de emigrantes ou exilados — de gente que emigrou para o passado e nêle se exilou, porque o presente se lhe tornava intransitável. Não é só para automóveis e carroças, mas também para cérebros úteis e corações bem formados, que não temos estradas agora.

No entanto importa muito acentuar que, social e nacionalmente, tais existências de abdicação e retraïmento estão erradas; e que a morte de Luciano deve ser lida e atendida como boa errata para os que ficam. Nela se aprende que, emquanto os homens de escol, as inteligências de equilíbrio e os mais nobres caracteres se refugiam nos seus casulos de ermitões, vai crescendo cá fóra o número e a importância dos inferiores e dos medíocres. Se a melhor moeda se expulsa a si própria da sociedade, a pior triunfa, impondo o seu livre curso, mais fàcilmente ainda que na lei de Bentham. E, visto que os sábios largam em mãos de sapateiros o rabecão do govêrno comum, nada há mais simbólico e instrutivo, embora dolorosíssimo, do que ver o sábio vitimado pela faca de sapateiro.

— ¡Que morte estúpida! — foi a primeira exclamação que a todos nos rompeu do peito magoado e indignado, porque então só víamos o que directamente se via: a bondade, a inteligência, o talento, o saber e o patriotismo útil, altos valores insubstituíveis, de um lado; de outro lado a bêsta homicida, muito senhora de meditar e cumprir o que queria, e apenas incapaz de compreender ou sentir o que assim roubava ao seu país e ao seu tempo. E parecia não haver mais sarcástico paradoxo da Fatalidade, do que encerrar-se tão branda e cautelosa existência com o ponto final de uma facada.

Agora, reflectindo melhor, descobriremos talvez aqui em exercício a velha função divina de escrever direito por linhas tortas. Talvez concluamos que, se os homens como Luciano se juntassem, em vez de se isolarem, saindo da contemplação não já para a luta, mas para as mil formas de intervenção intelectual e moral — a nossa pobre terra seria bem mais rica, mais feliz e mais digna. Entre outras belas coisas poderíamos ter algum tribunal corajoso, que a tempo nos protegesse ao menos dos bandidos mais evidentes.

Disse o aforístico Chamfort que há duas cousas muito desejáveis: o silêncio dos tolos e a preguiça dos maus. Aprendamos com a morte de Luciano Pereira da Silva que a inacção ou indiferença social dos melhores é muito perigosa para todos — a começar por êles próprios.

AGOSTINHO DE CAMPOS.

O PROF. LUCIANO

A-pesar-de conhecer há muito tempo o Doutor Luciano Pereira da Silva, só entrei verdadeiramente na sua intimidade cinco anos antes da sua morte trágica.

Era um homem afável, profundamente comunicativo, pondo no seu convívio requintes de gentileza e extremos de amizade inalterável. A mais insignificante atenção deixava-o para sempre penhorado; e estou certo de que procurou de preferência as suas relações entre aqueles a quem pudesse transmitir alguns dos conhecimentos que laboriosamente adquiria, estudando e trabalhando sem cessar.

Em regra, os homens de erudição são enfadonhos e monótonos, na comunicação das suas ideias. Com o Doutor Luciano Pereira da Silva nada aconteceu de semelhante. As suas investigações, efectuadas lentamente, davam-lhe uma grande alegria; e parece que a sua mocidade remoçava e o seu humor renascia, à medida que os seus estudos avançavam e êle podia trazer para a luz mais uma vitoriosa descoberta.

Havia no fundo da sua natureza uma nobre elegância moral; e se a sciência lhe ensinou o processo mais lógico de trabalho, o amor pelo classicismo aliou à precisão da sua escrita o culto pelas formas literárias mais brilhantes, em cujo convívio a inteligência não pode permanecer inerte. Até mesmo a sua preferência por determinados assuntos de história acentuava o realce e a graça do seu espírito.

Ignoro se foi o seu entusiasmo pelas matemáticas que o levou mais fàcilmente a fixar a directriz dos seus estudos

nas grandes épocas dos descobrimentos portugueses, ou se foi a sua predilecção pela obra de Camões que indirectamente o conduziu ao conhecimento das viagens da Renascença.

Fôsse como fôsse, a verdade é que o sábio completou e fêz reviver a obra do erudito: e o professor de matemática aparece, em quási todos os seus trabalhos, fornecendo subsídios a uma inteligência que dá às suas investigações a base mais séria e mais racional.

Considerando um pouco mais atentamente o carácter da sua obra de publicista, ressaltam, desde logo, os conhecimentos de fundo matemático, e especialmente os dados astronómicos, que constituem a essência dos seus melhores trabalhos.

A Astronomia dos Lusíadas é, a êste respeito, perfeitamente elucidativa. O comentário erudito não anda apenas à volta de um processo humanístico, nem se perde em paralelos em que a cultura literária exclusivamente se patenteie. É quási sempre o saber preciso da sciência que o encaminha; e a obra dos matemáticos e dos astrónomos que o precederam invoca-a constantemente em reforço das suas próprias explicações da máquina do mundo.

Alguns dos seus capítulos são, neste sentido, completamente exaustivos; mas os seus pontos de referência acentuam um saber profundo e a mais vasta erudição literária.

Julgo ser êste o seu melhor livro, ou pelo menos aquele em que o grande professor da Universidade de Coimbra mais singularmente exaltou a sua cultura.

A Arte de navegar dos portugueses desde o Infante a D. João de Castro, que êle fêz aparecer na *História da Colonização Portuguesa, do Brasil,* é porventura o desenvolvimento, mais preciso, dos problemas que já havia tratado anteriormente. Êsse estudo evidencia, pelo menos, tendências análogas e uma erudição do mesmo carácter.

Revê cuidadosamente os regimentos de navegação, e mostra como os nautas lusitanos utilizaram o astrolábio, na observação da altura do sol ao meio dia, sem necessidade de relógio. Estabelece as características dos vários astrolábios, quadrantes, balestilhas, mostrando também como se preparavam as tábuas solares.

Longe de mim a idea de resumir a obra extraordinária do professor insigne, ao fazer a história scientifica das navegações portuguesas. Outros acentuarão mais completamente o valor dos seus conhecimentos e o rigor das suas observações.

No capítulo sôbre *Duarte Pacheco Pereira, precursor de Cabral,* o professor Luciano Pereira da Silva é mais pròpriamente um historiador, sem renunciar por completo às características que marcaram com relêvo a sua obra scientifica. Nada lhe esquece na evocação da nobre figura épica, que tão alto fulgor imprimiu ao heroísmo português, estudando-a quer como navegador e cosmógrafo, quer como perito na conferência de Tordesilhas, quer, finalmente, como precursor de Cabral, em demanda das terras do Brasil.

Tôda a investigação séria que haja de fazer-se sôbre as navegações portuguesas não dispensa o conhecimento directo dos trabalhos do professor Luciano Pereira da Silva e o cabedal de erudição com que êle esclareceu os problemas que a tal respeito versou.

Eu creio que a morte interrompeu a sua actividade de estudioso, porventura na fase mais proveitosa e definitiva da sua carreira. Vi-o ainda, semanas antes de morrer, esboçando planos, coligindo novos elementos de informação, e falando da sua obra futura com uma confiança inabalável e uma fé transfiguradora. Isto acentua a importância moral do seu trabalho e exalta nobremente a sua memória de escritor e de scientista.

JOAQUIM COSTA.

ALGUMAS PALAVRAS

Os trabalhos do dr. Luciano Pereira da Silva são de natureza essencialmente scientífica e têm por objecto a investigação dos antigos conhecimentos náuticos e astronómicos dos portugueses. Como fontes dêstes trabalhos estudou não só os tratados fundamentais de Pedro Nunes, Duarte Pacheco, etc., mas até trabalhos literários, como os de Camões, que nos *Lusíadas* faz alardo dos seus conhecimentos nesta matéria.

Concomitantemente com estas investigações, procurou também caminhar com a segurança, que a educação matemática lhe dera, no campo histórico, deixando-nos primorosos estudos sôbre Duarte Pacheco e Solis.

Torna-se preciso salientar aqui a nobreza de ânimo de Pereira da Silva, que procurou corrigir os que tinham trilhado anteriormente o assunto, sem de qualquer forma ferir a memória dêles. Assim Epifânio Dias e Esteves Pereira receberam os máximos encómios.

O dr. Luciano Pereira da Silva projectava fazer uma edição crítica do *Esmeraldo* e por isso muito bem conhecia as edições de Rafael Basto e de Epifânio. A primeira teve o mérito de chamar a atenção dos estudiosos sôbre um texto importante para o estudo das navegações, que o editor acompanhou de alguns documentos ministrados pelo general Brito Rebêlo, incansável pesquisador dos depósitos da Tôrre do Tombo, e nome que é necessário ir recordando às novas gerações.

Rafael Basto não tinha, porém, preparação para fazer

uma edição dêste género, como Epifânio apontou na segunda edição, por vezes acremente, esquecendo que lhe devíamos ser gratos por ter metido os ombros a tal emprêsa e ter engrandecido a figura já de si notável de Duarte Pacheco.

A biografia dêste português notável ainda está por fazer, jazendo os materiais para ela dispersos em muitos documentos ainda ignorados. Há pouco tempo encontrei em um livro da *Chancelaria de D. João III* uma carta dêste rei a confirmar um alvará de cavaleiro concedido a certo indivíduo, que acompanhara Duarte Pacheco, quando êste andava no cruzeiro do estreito de Gibraltar.

No trabalho sôbre Dias de Solis, o Dr. Luciano teve de corrigir com a sua habitual serenidade o orientalista Esteves Pereira, autor também de um breve estudo sôbre Cristovam Jaquês.

É muito pouco o que posso agora dizer do prestimoso sábio, mas nem por isso é menor o respeito e consideração que lhe consagro.

PEDRO DE AZEVEDO.

REMEMORANDO

Em 1879 entrava eu para a Universidade onde me matriculava nas Faculdades de Filosofia e Matemática com destino às armas especiais, ou scientíficas, como então se dizia. Comigo entraram outros académicos que deviam assinalar-se mais tarde nas mais diversas esferas de actividade. Lembro quási ao acaso Rodrigues Braga, o «Braguinha», como lhe chamávamos pela sua pequena estatura, organização complexa que se manifestou nas revistas do tempo quási de fugida, como matemático e poeta; Ascenção Guimarães, que morreu oficial de Engenheiros e foi o primeiro dos nossos orquidiógrafos; Henrique Teixeira Bastos e Costa Lôbo, dois dos mais notáveis representantes do nosso ensino universitário; Vicente de Sousa Brandão, inteligência penetrante e cultíssima, que ocupou o primeiro logar na cristalografia matemática; Joaquim Mousinho de Albuquerque, cujo simples nome diz mais do que tudo o que eu poderia dizer. E finalmente Luciano Pereira da Silva, prostrado há pouco num lance trágico que ainda hoje faz vibrar de comoção os que apenas o conheceram de nome e produz calafrios nos que de perto puderam apreciar os tesouros da sua inteligência e os da sua inexgotável bondade.

O moço estudante era então um rapaz delgado, esbelto, com a cabeça bem erguida e ágil, nos seus movimentos, como a cabeça de uma ave.

Vinha precedido de uma reputação brilhante desde os bancos do liceu. Na Universidade conquistou ràpidamente

um alto logar pela admirável lucidez do seu espírito, elegância de exposição e excepcional perspicácia. O tempo havia de levar estas faculdades ao máximo requinte, e a sua obra incomparável aí está para o atestar.

Há bons 20 anos surgiu-lhe no espírito o pensamento que havia de polarizar tôda a sua esplendente floração intelectual.

Começava a acariciar a idea de um comentário astronómico dos *Lusíadas*. O velho professor de Geografia, Augusto Luso, fizera uma primeira tentativa dêste género no opúsculo intitulado, salvo êrro, *Uma leitura dos Lusíadas*, prefaciado por Pedro de Amorim Viana. Fiz conhecer êste opúsculo a Luciano Pereira da Silva. O meu glorioso e desventurado amigo notou as deficiências e imperfeições de aquele trabalho, o que mais o radicou no seu propósito. E em 1915 saía a lume *A Astronomia dos Lusíadas*, que constitui um monumento entre nós, único no seu género, e certamente digno do trabalho similar que Angelitti realizou sôbre a *Divina Comédia*, e de que o comentador português teve conhecimento pelo insigne Gomes Teixeira.

Paralelamente com êste trabalho e em relação mais ou menos estreita com êle, elaborou Luciano Pereira da Silva a sua preciosa série de monografias sôbre o instrumental náutico dos séculos XV e XVI, tão ligado à evolução scientífica da navegação de alto mar, alargando sucessivamente o domínio das suas investigações, estabelecendo em bases inabaláveis as reivindicações de prioridade, pouco mais do que esboçadas pelos seus predecessores e levantando à glória dos nossos séculos de ouro um padrão indestrutível.

A obra de Luciano Pereira da Silva adquire por êste facto um valor incomputável, impondo o seu autor ao reconhecimento nacional que lhe é devido como sábio e como cidadão.

MANOEL RAMOS.

DOUTOR LUCIANO ANTÓNIO PEREIRA DA SILVA

No extremo setentrional da nossa costa, entre as fózes dos rios Minho e Coura, estende-se a pequena Vila de Caminha.

A maioria dos seus habitantes vivem do comércio marítimo e das pescarias; e a-pesar-de limitado trato, na labuta diária nota-se actividade e aceio doméstico, que lembra uma povoação holandeza.

As tradições locais denunciam a origem de Caminha, como também no-la atesta a antiqüíssima Confraria dos Mariantes, a mais importante da região.

Os estaleiros caminhenses gosavam outrora fama, e ainda há cinquenta anos vimos aí construir embarcações de longo curso.

O Doutor Luciano, educado desde a infância em tal meio, ressentiu-se tôda a vida dessa influência, tomando gôsto e predilecção pelas navegações, descobertas, astronomia, e trabalhos náuticos dos portugueses, a cujos estudos se dedicou de alma e coração, até ao último momento; assim produziu admiráveis monografias, que revelam os seus vastos conhecimentos e são critério.

Estimava sobremaneira a sua terra natal, aproveitando tôdas as ocasiões de a engrandecer e tornar conhecida, coleccionando materiais para escrever os *Anais Caminhenses*. — Chegou a publicar na revista portuense *A Aguia*, n.^{os} 73 e 74, Janeiro a Junho de 1918, um primoroso capítulo, im-

pregnado de feição local: — *De Roca ao Norte* —; e ainda ùltimamente o número da *Ilustração*, de Lisboa, do primeiro de Maio do corrente ano, insere uma substanciosa notícia sôbre a Matriz da Vila, preciosa jóia do estilo renascença nacional.

Colheu bastantes elementos para os *Anais*, que devem existir, inéditos, no seu espólio, e oxalá sejam editados à custa do Concelho tão valiosos estudos do mais douto filho desta terra minhota.

*
* *

O nosso saudoso Amigo nasceu na foz do rio Minho, no dia 21 de Novembro de 1864, sendo filho de António Pereira da Silva, conhecido pelo *farmacêutico velho,* e de sua esposa D. Isabel Joaquina Coelho da Silva, ambos naturais e residentes na vila de Caminha, e esta irmã do antigo Recebedor do Concelho, António Agostinho Coelho da Silva, outrora piloto na carreira do Brasil.

Teve duas irmãs, uma, D. Maria Rita, falecida solteira, e a outra, D. Maria das Dôres, casada com João Lourenço Tôrres, farmacêutico, pais do Dr. João Luciano Tôrres, médico do partido municipal e Sub-delegado de saúde; e de D. Maria Ermelinda, farmacêutica; D. Cristina Maria, e D. Isabel Maria, todos solteiros; e também do capitão de infataria 3, Ernesto Luciano Tôrres, falecido em 1918, e que desposara D. Zulmira Galeão Roma, deixando três filhos; dois estudantes, e uma menina de 11 anos.

Foram estes sobrinhos, que o ilustre Matemático tanto estimava e protegia, os seus herdeiros, sendo certo que o rápido desenlace do cobarde atentado, não lhe permitiu testar nem dispor, à sua vontade, de seus livros.

*
* *

Feito o exame de Instrução primária em Viana, aqui estudou os preparatórios com o hábil professor José Ramos Paz, que afinal concluíu no Colégio de S. Carlos do Pôrto, em Julho de 1879, e logo em Outubro matriculou-se na Faculdade de Matemática da Universidade de Coimbra.

A nossa vila fronteiriça possui a egreja Matriz que é uma maravilha, e que nós há anos, em 1903, descrevemos em *A Arte e a Natureza,* rica edição de Emílio Biel, do Pôrto.

No seu largo principal, chamado vulgarmente *o Terreiro*, existe um formoso chafariz, imitação do de Viana; aí, à parte do nascente, no canto, onde começa a Calçada de Santo António, vemos duas casas conjuntas, ambas de dois andares, e com três janelas em cada pavimento. No prédio do sul, e, onde ainda hoje se acha a farmácia, nasceu o Doutor Luciano; o outro pegado, por muitos anos Estação telegráfica do Cabo submarino inglês — *The Eastern Telegraph Company* —, pertencia ao nosso biografado, e o doara no ano findo, aos sobrinhos, vindo aí acabar seus dias, entregue aos seus desvelos.

O palacete da residência do Doutor Luciano fica no mesmo Terreiro, mas no lado oposto às preditas casas, sôbre a Estrada Nacional de Viana a Valença, e próximo à medieval Tôrre do relógio.

Êste edifício de nobre aparência, certamente um dos melhores do Largo, e mesmo da Vila, mereceu particular cuidado ao sábio escritor, que o havia transformado em cómoda vivenda.

Destaca-se pelo elegante alçado, de arquitectura clássica, a vistosa fachada, com cinco amplos balcões, e mais dois

voltados ao norte, coroados por pequenos frontões de empenas em espiral; suportam as soleiras das sacadas consolos bem desenvolvidos, donde pendem os três denticulos triangulares da ordem dórica, que se relevam sôbre os dintéis das portas e janelas do pavimento térreo.

Foi mandado edificar em 1715 por Pedro da Rocha Vale, Mestre de obras, natural da freguesia de Sôppo, no Concelho de Vila Nova da Cerveira, que ganhou fortuna nas empreitadas das fortificações raianas, dos fortins marítimos, e do aqueduto das freiras de Santa Clara de Vila do Conde, sob as ordens do Mestre de Campo de Engenheiros, Manuel Pinto de Vila Lobos, que lhe deu o projecto, cuja obra se concluiu no seguinte ano.

Êste pedreiro enriquecido comprou quintas, e até o ofício de Escrivão da Alfândega da foz do rio Minho, e aí casou fidalgamente com D. Filipa Maria Leite Pereira, do ramo da família dos Pitas, e por isso pôs no frontispício do prédio os brazões da mais antiga família local, as bandas e castelos dos Pitas, da Ortigueira galega, picados em 1889.

A última descendente dos fundadores, D. Maria Bernarda Freire Leite Pita, com geração nos Pitas Negrões, de Azurara de Vila do Conde, vendeu em 1864 esta casa ao mercador João Elias Gonçalves Franco; por sua morte os herdeiros a passaram em 1883 a António Agostinho Coelho da Silva, e por falecimento dêste, em 1916, foi o prédio arrematado, em hasta pública, por seu sobrinho Doutor Luciano, nosso inolvidável Amigo, de perdurável memória.

Viana, 30 de Outubro de 1926.

L. de Figueiredo da Guerra.

ELOGIO DUM EGOÍSTA

Coimbra, Agôsto de 1926.

Esfaqueado por um louco, faleceu há dias em Caminha, onde muito sossegadamente estava passando as férias, e no momento em que, à porta da sua casa, esperava o automóvel que devia conduzi-lo em aprazível passeio a uma praia vizinha, o meu velho amigo Luciano Pereira da Silva, professor da Faculdade de Sciências da Universidade de Coimbra.

O inesperado e violento epílogo duma vida serena e metódica por excelência, e que por isso mesmo oferecia aparentes probabilidades de excepcional dilatação, e a circunstância de serem de alto quilate os dotes de espírito que distinguiam a vítima, ainda cheia de vigor físico e intelectual, imprimiram a êsse episódio provinciano, banalíssimo se o assassinado tivesse sido um anónimo, todo o carácter duma grande desgraça nacional, e suscitaram conseqüentemente exaltados protestos contra as autoridades locais, que deixaram doidejar à sôlta um doido de terríveis precedentes, e também contra o Destino que decretou essa cruel brutalidade ou que estava a dormir quando ela foi cometida.

Dolorosamente abalado pelo prematuro desaparecimento dêsse homem superior, que tão nobremente honrou a sua pátria e o seu nome, dêsse homem de quem tanto se esperava ainda e a quem me ligava uma afectuosa estima, que em perto de quarenta anos não teve uma hora de esmorecimento, com indignação me associo aos protestos contra os

que, encarregados de velar pela segurança pública, desleixadamente deram azo à perpetração do inconsciente mas deplorável atentado. Lamentando com lágrimas o sucedido, ao que eu não posso associar-me, por dignidade de espírito e por dever de consciência, é ao côro de imprecações neste momento vociferadas por uns contra a Fatalidade, por outros contra a Providência e por todos contra a entidade abstracta e misteriosa que rege os destinos humanos desde o dia, consideràvelmente remoto mas eternamente funesto, em que Adão, segundo reza a Bíblia, tendo perdido a inocência, fêz cair sôbre a terra a chuva de misérias que para sempre devia atormentar os homens.

Depois do nascimento, nada há tão certo e tão natural como a morte, que é amiga de fazer surpresas e que, deixando o caminho por atalhos, muitas vezes chega quando menos é esperada. Lá o diz a *Imitação de Cristo: Ah stulte! quid cogitas te dia victurum, cum nullum diem habeas hic securum? Quam multi decepti sunt et insperate de corpore extracti! Quoties audisti a dicentibus, quia ille gladio cecidit, ille submersus est, ab alto ruens, cervicem fregit, ille manducando obriguit, ille ludendo finem fecit!*

Há porém muitos homens que ignoram ou fingem ignorar essa verdade de tão simples e freqüente verificação, e que, esquecidos, além disso, de que aos seus semelhantes se deve a manipulação dos venenos, a fabricação das metralhadoras, das pistolas e dos punhais e a invenção doutros engenhos mortíferos, muito indignados se mostram contra as fôrças ocultas que nos dominam, sempre que vêem morrer alguém de morte violenta, atravessado por uma bala, dilacerado por uma adaga, corroído por um tóxico, caído dum andaime, arrebatado por uma onda ou carbonizado num incêndio, como se um tiro, uma punhalada, uma pitada de arsénico, uma queda fatal, uma vaga furiosa e uma chama desvairada fôssem, neste mundo sempre cheio de ódios, de

desgraças e de acidentes infaustos e imprevistos, coisas muito menos vulgares e aceitáveis do que uma pneumonia, um cancro, um aneurisma ou uma tuberculose.

Humildemente devo confessar, que não sei se os crimes e as catástrofes que tão repetidamente mortificam e enlutam a humanidade constituem factos naturais e espontâneos, inerentes à própria natureza humana, ou se, pelo contrário, com raízes místicas, elas derivam dum poder sobrenatural e oculto, que muito propositadamente os promove para realização dos seus altos mas impenetráveis desígnios.

No caso presente, como noutros análogos, de que tenho tido conhecimento, o que me parece pressentir é a intervenção irònicamente coerciva de quem nos governa ocultamente, e que, de quando em quando, para ilustração e escarmento da maioria, fulmina com uma sentença retumbante os rebeldes que não se submetem resignadamente à triste condição em que nasceram e da qual baldadamente procuram evadir-se.

Luciano Pereira da Silva, homem tão inteligente como tenaz, abafando, talvez com doloroso heroísmo, os ímpetos afectivos da sua alma e renunciando de vez às ternas doçuras da família, inabalàvelmente assentou um dia em ficar celibatário, para nessa condição mais desembaraçadamente poder realizar o seu plano de vida. Sem filhos, cuja chilreada infantil perturbasse as suas locubrações eruditas, e sem uma espôsa afável que tôdas as manhãs florisse com uma rosa fresca a sua mesa de trabalho, o estudo foi sempre o mais deleitoso emprêgo dos seus dias, e assim conquistou, sem pressa mas sem desleixo, uma vastíssima cultura, que, saindo do distrito scientífico em que se especializara por dever de ofício, fêz dêle um dos mais notáveis humanistas do seu tempo.

Muito amigo de viajar, correu quási todos os países da Europa e visitou o Egito e a Palestina, trazendo sempre das

suas viagens uma larga provisão de observações profundas e de anedotas hilariantes, que mostravam, umas ao pé das outras, como nêle coexistiam, acamaradando fraternalmente, um sábio austero e um sibarita de bom-humor.

Dotado de nobres instintos, vestia-se com esmêro, mandando fazer os seus fatos no mais afamado alfaiate de Portugal, ou comprando-os no estrangeiro, e não era insensível aos prazeres da culinária, folgando de ver os seus melhores amigos em volta da sua mesa, onde o primor dos acepipes e dos vinhos corria parelhas com a graça da conversa.

Mas, em todos os passos da sua existência, debruçado sôbre os livros em que estudava ou debruçado sôbre as vitualhas que lhe serviam ao almôço, provando um vinho delicado ou conversando com uma mulher bonita, vestindo-se, para ir fazer uma visita, ou percorrendo pela primeira vez uma cidade estrangeira, o que principalmente caracterizava êste sábio sempre lhano e risonho era a rigorosa moderação de todos os seus actos e atitudes. Tinha a paixão do estudo, uma grande fome e uma grande sêde de saber, mas nunca leu ao ponto de tresler; tinha o paladar delicado e exigente, mas nunca ninguém o viu comer ou beber em demasia; achava as mulheres encantadoras, quando não eram feias, mas por nenhuma se deixou escravizar; era um homem elegante, mas duma elegância discreta, sem exageros de alfenim; gostava muito de viajar, mas de viajar paulatina e còmodamente, sem perder noites, sem alterar a hora habitual das refeições e preferindo sempre deixar de ver um monumento célebre a vê-lo à custa dum esfalfamento.

Êle detestava, ou pelo menos, procurava evitar todos os excessos do espírito, do coração e do corpo, por saber como êles são nocivos, como perturbam e abreviam a vida.

Semelhante amor por êste *vale de lágrimas,* que para Luciano Pereira da Silva era um maravilhoso *vale de rosas*,

fazia com que a mais ligeira enfermidade, uma enxaqueca ou uma coriza, escuresse tràgicamente a sua alma com tôdas as ameaças duma morte iminente. De aí vinha o cuidado com que êle velava pela sua saúde, escogitando e praticando os mais recentes preceitos da higiene, fazendo-se auscultar a miúde e andando em contínua peregrinação pelos consultórios dos médicos especialistas.

Gostava muito da vida, e como, com infinita mágua sua, não via jeito de escapar à morte, empregava todos os meios para viver o mais que possível fôsse.

Naturalmente, a ordem e compostura da sua vida física e moral avivaram o admirável senso administrativo com que a natureza o dotara e graças ao qual, só com as suas economias pacientemente acumuladas e inteligentemente colocadas, conseguiu amealhar uma pequena mas sólida fortuna, que o sossegava quando se punha a pensar na invalidez da extrema velhice, e lhe permitiu comprar, na sua vila natal, um velho e lindo palácio, que pertencera a uma família ilustre, e que êle enlevadamente andava mobilando, enchendo-o de belas coisas, na fé de que, aposentado, lá iria passar o último quartel da vida e lá morreria, quási centenário, segundo os seus cálculos, na leve agonia dos macróbios, que é quási sempre como a agonia mansa e imperceptível dos passarinhos.

Como êle se enganou!

Foi lá, com efeito, no seu querido palácio de Caminha, que êle morreu, a 18 do corrente, mas contando apenas sessenta e dois anos incompletos, com o figado golpeado pela faca dum doido...

Bem certo é que o «homem põe e Deus dispõe», nada tendo servido a Luciano Pereira da Silva os cuidados com que rodeou a sua pessoa e que, havendo sido vãos em relação ao fim que visavam, a longevidade, ainda por cima lhe granjearam, no espírito dos que o conheciam superficial-

mente, a fama, explicável mas exagerada e portanto injusta, de ser um grande egoísta.

Ao passo que o verdadeiro egoísta consome consigo próprio todo o pecúlio de afectos abocetado no seu coração, Luciano Pereira da Silva, sendo na verdade e com razão muito amigo de si mesmo, teve porém grandes amigos que serviu desinteressadamente e que até serviria com sacrifício, se preciso fôsse, atraíu, agasalhou e guiou paternalmente os parentes que necessitaram do seu patrocínio, compadeceu-se e foi liberal com muitas desgraças, e amou ferverosamente a sua pátria, consagrando à exaltação das glórias dela o melhor da sua inteligência, do seu saber e da sua actividade.

Depois de se ter distinguido como professor, regendo brilhantemente, na Universidade de Coimbra, a cadeira de Mecânica Celeste, notàvelmente se estreou nas letras, publicando, em 1915, a *Astronomia dos Lusíadas,* monografia modelar, que de improviso o colocou entre os mais insignes camonistas, e na qual, revelando a assombrosa cultura de Camões, conjuntamente revelou a sua, assombrosa também.

Êsse trabalho exaustivo, duplamente valioso pelas investigações e interpretações literárias e scientíficas que encerra, e singularmente interessante pela sugestiva evocação dos aspectos mais característicos da vida intelectual dêste país na época da Renascença, teve, além doutros méritos, o de haver levado o seu autor a especializar-se na história da sciência náutica dos descobrimentos portugueses.

Optimamente orientado e documentado, êle publicou, depois da *Astronomia dos Lusíadas,* uma série de estudos, que, sendo modernos, bem merecem já a qualificação de clássicos, e nos quais, desfazendo a velha tradição, que via apenas nas descobertas portuguesas o resultado feliz do espírito aventureiro e audacioso dêste povo, plenamente de-

monstrou que essas descobertas derivaram, pelo contrário, duma longa, paciente e sagacíssima preparação scientífica, demonstrando também que os instrumentos náuticos de que nos servimos foram, em parte, invenção inteiramente nossa, e, em parte, aperfeiçoamento nosso de invenções alheias.

Os dois doutores Pedro Nunes, A concepção cosmológica nos Lusíadas, O astrólogo João Gil, Pedro Nunes espoliado por Alonso de Santa Cruz, Duarte Pacheco Pereira, precursor de Cabral, João Dias de Solis, piloto português, Um astrolábio do século XVII e ainda outras publicações de menor extensão mas do mesmo interêsse pertencem a êsse grupo de preciosas monografias, que iluminaram com grandes jorros de luz vários pontos obscuros ou controversos da história portuguesa, e que, pela importância decisiva da sua contribuïção, fizeram do seu autor um verdadeiro benemérito da pátria.

Depois disto, não será exagerado afirmar que, se êle foi um egoísta, como pretendem os que só de longe o conheceram, bem iria a Portugal se, entre os seus filhos, houvesse sempre muitos tão egoístas como Luciano Pereira da Silva.

EUGÉNIO DE CASTRO.

O DR. LUCIANO PEREIRA DA SILVA E OS ESTUDOS CAMONIANOS

Ao investigar quais as obras de que se tinha servido Camões para a elaboração dos *Lusíadas,* reconheci em breve a necessidade de descobrir o livro ou livros onde êle tinha ido buscar as noções cosmográficas que tão profusamente se acham dispersas por todo o poema e que constituem até o assunto exclusivo de algumas estâncias do canto IX.

E não me foi difícil apurar que o autor dos *Lusíadas* conhecia (como aliás *a priori* se podia supor) o *Tratado da Sphera,* publicado por Pedro Nunes em 1537, e dêle fizera largo uso.

Lembro-me ainda que uma das primeiras dificuldades para que achei a solução na obra do cosmógrafo salaciano foi a do emprêgo do verbo *senhorear* na est. VI do c. III. Ao determinar a situação geográfica da Europa diz aí o Poeta:

> Entre a zona que o Cancro senhorea,
> Meta septentrional do Sol luzente,
> E aquella que por fria se arrecea
> Tanto, como a do meyo por ardente,
> Jaz a soberba Europa, etc.

¿Porque é que êle emprega o verbo *senhorea*? ¿Porque é que o trópico de Cancer domina a zona tórrida ou lhe está sobranceiro?

A resposta deu-ma êste passo do *Tratado da Sphera:* «Auemos de notar que estando o sol no primeiro ponto de

cancro que he ho solsticio do estio: pello mouimento do primeiro mobile faz hum circulo que he ho derradeiro que ho sol faz da parte do norte: & chamase circulo do solsticio estiual pella razam sobredita: & chamase tambem tropico estiual: & veo este nome de tropos que quer dizer volta: porque entam começa ho sol a fazer volta pera o hemispherio debayxo» (cap. II, § V, *Dos quatro circulos menores*).

Como se vê por estas últimas palavras, Pedro Nunes considera aqui a esfera na chamada posição paralela, em que o equador coincide com o horizonte racional, em que o trópico de cancer, portanto, senhoreia a zona tórrida. E o mesmo faz Camões.

Êste e outros lugares me levaram à conclusão de que tínhamos na obra de Pedro Nunes mais uma das fontes dos *Lusíadas;* mais quando me propús redigir o respectivo capítulo, foram tantas as dificuldades que a falta de preparação adequada fêz surgir no meu espírito, que deliberei deixar o assunto para mais tarde.

Foi por isso grande o meu alvorôço quando, em Setembro de 1912, o Dr. Luciano me deu notícia do trabalho que projectava publicar e que viria preencher uma grande lacuna nos estudos que eu trazia entre mãos.

Claro é que nada lhe disse da minha infrutuosa tentativa nem do que resolvera fazer em um futuro mais ou menos próximo. Seria ridículo, seria até uma falta de pudor, que eu falasse no meu projecto ao lente de Mecânica celeste da Universidade de Coimbra. Estimulei-o, porém, como era dever meu; ponderei-lhe calorosamente a importância do serviço que ia prestar aos estudos camonianos e ofereci-me sem reservas para lhe ministrar quaisquer esclarecimentos que tivesse colhido das minhas leituras e lhe pudessem ser úteis para o novo trabalho (1).

---

(1) À nossa conversação se refere o ilustre professor com a meti-

Meses depois começava a *Revista da Universidade de Coimbra* a publicar a *Astronomia dos Lusíadas,* que posteriormente apareceu em separata *(Coimbra, Imprensa da Universidade, 1915).*

Não me referirei ao lisonjeiro e merecido acolhimento que esta obra teve da parte das pessoas competentes, tanto no país como no estrangeiro. Também me não compete apreciá-la sob o aspecto puramente scientífico. Mas posso afirmar que na história dos estudos camonianos está reservado à *Astronomia dos Lusíadas* um lugar primacial, pelos serviços importantíssimos que veio prestar à interpretação do poema.

*
* *

Depois de transcrever a elogiosa apreciação que Alexandre de Humboldt faz de Camões como pintor da natureza, sobretudo dos fenómenos que nos oferece a vasta extensão dos mares, observa o Dr. Luciano que a descrição da grande máquina do mundo é o trecho astronómico mais importante dos *Lusíadas*, mas que, além disso, há por todo o poema muitas referências a factos astronómicos sempre sob uma forma bela e precisa (p. 5). Explicar desenvolvidamente aquele trecho e provar que o Poeta é sempre exacto quando alude aos fenómenos celestes — tal é o escopo do autor da *Astronomia dos Lusíadas.*

Mas trata-se, é claro, da exactidão relativa, isto é, os

---

culosa probidade scientífica que o caracterizava: «Tendo conversado em Setembro de 1912, na praia de Ancora, com o Dr. José Maria Rodrigues acêrca de leituras que a tal respeito *(Astronomia dos Lusiadas)* andávamos fazendo, incitou-nos êle a começarmos a publicação. E depois... acompanhou-nos sempre com os seus conselhos e indicações». (*Astronomia dos Lusiadas,* p. XIV-XV).

fenómenos observados são bem descritos, mas a sua explicação — nem outra se poderia exigir — é a que era corrente no tempo de Camões e não a que posteriormente havia de prevalecer.

Para demonstrar isto, recorre o Dr. Luciano ao *Tratado da Sphera* do Dr. Pedro Nunes, tradução anotada da clássica *Sphaera* de João de Sacrobosco (Holywood), monge inglês do século XIII, e a outras obras, como os *Libros del saber de Astronomia del Rey D. Alfonso X de Castilla,* as *Theoricas dos planetas* de Purbáchio, a *Margarita philosophica* de Gregório Reisch, o *Repertório dos tempos* de André do Avelar, que, como Pedro Nunes e depois dêle, também foi professor de matemática na Universidade de Coimbra, etc.

O Dr. Luciano expõe pormenorizadamente e com amplas citações as doutrinas aceites em astronomia no tempo em que os *Lusíadas* foram escritos e chega à conclusão de que as ideas que nestes se acham expostas sôbre a matéria «são as do texto de Sacrobosco, com as modificações contidas nas notas de Pedro Nunes» e que por isso «o *Tratado da Sphera* dêste ilustre matemático se pode considerar a principal fonte astronómica dos *Lusíadas*» (p. XI).

Mais uma vez se confirma que, ao escrever a sua epopeia, Camões nos quis legar um monumento duplamente nacional: pelo assunto e pelos livros a que principalmente recorreu. Desde o padrinho dos *Lusíadas* — André de Resende — até os poetas do *Cancioneiro geral*, desde os nossos cronistas e historiadores até o matemático Pedro Nunes, tudo colaborou nos *Lusíadas;* de todos se poderiam apontar os materiais com que para êles contribuíram.

Mas voltando ao ponto: Nem é de estranhar o facto de que o Poeta seguisse as doutrinas tradicionais do seu tempo, a-pesar-de Copérnico já ter apresentado o sistema que havia de suplantar essas doutrinas. «Não há que censu-

rar o Poeta por não seguir o sistema de Copérnico, cuja obra *De revolutionibus orbium coelestium* foi publicada em 1543. A doutrina copernicana, longe de ser logo aceite, foi até o fim do século XVI objecto de grande discussão. Só no século XVII ela foi definitivamente adoptada depois que Galileu inventou a luneta, com a qual se viram as fases de Venus, os satélites de Júpiter e as manchas do Sol, que tornaram manifesto o movimento de rotação do globo solar. Não se pode exigir de Camões o que não fez o célebre matemático Pedro Nunes, que, conhecendo a teoria de Copérnico, continuou a seguir a de Ptolomeu» (*Astronomia dos Lusíadas,* p. XI).

E subordinando o assunto a certos títulos (o triplo movimento da oitava esfera, as estrêlas, a esfera, a grande máquina do mundo, o zodíaco, etc.), o Dr. Luciano percorre tôdas as estâncias dos *Lusíadas* que *ex professo* ou por incidente se referem a doutrinas astronómicas ou empregam termos pertencentes a êste ramo do saber humano, e com tôda a clareza elucida o texto do poema, resolve dificuldades que tinham escapado aos comentadores e por vezes descobre no Poeta conhecimentos mais precisos do que seria para supor a respeito de certos fenómenos astronómicos.

É o que acontece, por exemplo, com o que se lê em V, 24, 1–4:

> Mas já o planeta que no ceo primeiro
> Habita, cinco vezes apressada,
> Agora meyo rosto, agora inteiro,
> Mostrara, em quanto o mar cortava a armada.

«Esta passagem (diz-se na *Astronomia dos Lusíadas*, p. XII) nunca foi devidamente explicada. Acabámos por averiguar que Camões exprime êste facto verdadeiro: nos *quatro* meses, decorridos entre a partida de Lisboa e a chegada à Angra de Santa Helena, *cinco* vezes a lua passara de quarto crescente a lua cheia... Folheando as páginas do

lunário contido no *Almanach perpetuum,* de Zacuto, obra famosa impressa em Leiria no ano de 1496, o poeta fixou a sua atenção na tábua relativa ao ano de 1497 e exprimiu naqueles quatro versos a informação assim colhida. É um exemplo notável do seu amor pela verdade e do interêsse que os fenómenos celestes lhe mereciam» (Cf. p. 74-80).

Mas outros casos como êste se encontram nos *Lusíadas.* Assim o ilustre astrónomo, Sr. Frederico Oom, dando conta da obra do Dr. Luciano (*Anais da Academia Politécnica do Porto,* t. XIII), informa-nos que no dia da batalha do Salado a estrêla de Venus fulgia à tarde, ao terminar

> ...o claro dia memorado,

como nos dizem os *Lusíadas* (III, 115), e que, quando Vasco da Gama chegou à Índia,

> ...a amorosa estrêla scintilava
> Diante do Sol claro, no horizonte,
> Mensageira do dia...
> (*Lus.,* VI, 85).

Baseado nestes casos e ainda no de I, 56(1), colige o Dr. Luciano que «a fonte em que o poeta colheu as informações astronómicas de que usou tão escrupulosamente foi o *Almanach perpetuum* de Abraham Zacuto, onde podia ver

---

(1) «Quando chegaram a Moçambique em 2 de Março de 1498, também a lua ia na passagem de quarto crescente para rosto inteiro, que atingiu no dia 7. Com plena verdade descreve o poeta o findar daquele dia:

> Nisto Febo nas aguas encerrou
> Co carro de cristal o claro dia,
> Dando cargo á Irmã que alumiasse
> O largo mundo, enquanto repousasse.
> (I, 36)

Com efeito, naquela tarde, de 2 de Março de 1498, o sol desaparecia no poente e já a lua prateada ia alta sôbre o mar a oriente do meridiano». *A estrêla Venus nos Lusíadas,* p. 15 (separata da *Águia,* v. XV).

os tempos de entrada do Sol nos signos, as conjunções e oposições da Lua e do Sol e onde, por um cálculo elementar, podia saber, em qualquer época a posição relativa dos dois astros companheiros» (1).

E o Dr. Luciano mostra no que consistia êsse cálculo elementar, quer o Poeta se utilizasse da 1.ª, quer da 2.ª edição do *Almanach perpetuum* de Zacuto, com a diferença de que nesta, publicada em Veneza no ano de 1502, encontrava «como novidade uma regra mais fácil para se achar o logar de Venus na eclíptica, regra denominada *Canon Alfonsi,* por ser seu autor o astrónomo Alfonso de Cordova» (*A estrêla de Venus nos Lusíadas,* p. 5) — regra dedicada pelo seu inventor ao bispo de Évora, D. Afonso de Portugal, pai do 1.º conde de Vimioso.

*
* *

No interessantíssimo capítulo da *Astrononomia dos Lusíadas,* relativo ao astrolábio (p. 109-148), ocupa-se o Dr. Luciano do uso dêste instrumento, já conhecido dos gregos e dêstes transmitido aos árabes, e mostra como os portugueses o aplicaram à navegação, para saberem por meio do sol a latitude de qualquer logar. Não foi Martim Behaim que o introduziu em Portugal, não foram as *Ephemerides* de Regiomontano que forneceram os elementos para as tábuas do sol, usadas pelos nossos navegadores. Não são os números destas tábuas (23° 30′), mas sim as do *Almanach* de Zacuto (23° 33′), que, para a obliqüidade da eclítica, se encontram no chamado *Regimento* de Munich (2). «A obliqüidade de 23° 30′ só foi adoptada muito mais tarde (1537), por Pe-

(1) *A estrêla de Venus* cit., p. 15–16.

(2) À benemerência do Sr. Joaquim Bensaúde se deve a reprodução fac-similada dêste e doutros livros, tão importantes para o estudo da sciência náutica dos nossos descobridores.

dro Nunes. As tábuas náuticas portuguesas provêm pois de fonte peninsular. O astrolábio plano, donde derivou o astrolábio náutico, era conhecido na península séculos antes da vinda de Behaim» (p. 148). Como expressamente o declara João de Barros (Déc. I, 4, 2), citado a p. 133 e 147, foi «em êste reyno de Portugal (que) se achou o primeiro uso (do astrolábio) em a navegáçã» e é assim que devem entender-se as palavras do Poeta em V, 25-26:

> E pera que mais certas se conheçam
> As partes tão remotas onde estamos
> Pello novo instrumento do Astrolabio,
> Invençam de sutil juizo & sabio,
>
> Desembarcamos logo na espaçosa praia etc.

«O que é novo, e invenção de juízo subtil e sábio (comenta o Dr. Luciano), não é o instrumento em si, reduzido a uma simplicidade primitiva, mas sim o seu uso náutico. Êste é o sentido do poeta» (p. 147).

*
* *

Digno também de menção especial é o cap. IX, subordinado à epígrafe *Novo ceu,* sugerido por estas tão patrióticas como verídicas palavras de Pedro Nunes, no *Tratado em defensam da carta de marear*, que acompanha o *Tratado da Sphera:* «Nam ha duuida que as nauegações deste reyno de cem ãnos a esta parte: sam as mayores: mais marauilhosas: de mais altas & mais discretas conjeyturas: que as de nenhũa outra gente do mundo. Os portugueses ousaram cometer o grande mar Oceano. Entrarã por elle sem nenhũ receo. Descobriram nouas ylhas: nouas terras: nouos mares: nouos pouos: & ho que mais he: nouo ceo: nouas estrellas». E em seguida o Dr. Luciano transcreve os passos

dos *Lusíadas* que se podem considerar como explanação das últimas palavras que ficam citadas, merecendo-lhe especial atenção, como era natural, os primeiros quatro versos da est. 14, c. V:

> Ja descuberto tinhamos diante
> La no nouo Hemisferio noua estrella,
> Não vista de outra gente, que ignorante
> Alũgs tempos esteue incerta della...

E a propósito cita os conhecidos versos de Dante (*Purgatorio*, I, 22-24):

> Io mi volse a man destra e posi mente
> All'altro polo, e vidi quattro stelle
> Non viste mai fuor che alla prima gente.

¿Que quatro estrêlas são estas?

¿Serão as do Cruzeiro do Sul, ficando assim o nosso Poeta contraditado pelo autor da *Divina Comédia*?

Depois de uma longa e eruditíssima discussão, o Dr. Luciano chega ás seguintes conclusões:

1.º) A interpretação que considera fictícias as estrêlas dantescas é a que satisfaz a tôdas as indicações do poeta. 2.º) É inaceitável a identificação destas estrêlas com o *Cruzeiro do Sul*. 3.º) Foram os marinheiros portugueses que souberam destacar no firmamento êste grupo estelar, tão próprio para lhes servir de guia nas navegações austrais. E como observação final: «Camões enaltece, no seu imortal poema, êste honroso facto, que bem prova o saber náutico dos navegadores portugueses, os quais descobriram não só as novas terras e novos mares, mas, «o que mais é, novo céu, novas estrêlas» (p. 226).

*
* *

No capítulo epigrafado «A grande máquina do mundo», faz o Dr. Luciano um lúcida exposição histórica do assunto; declara que o chamado sistema de Ptolomeu merece a nossa admiração e não deve provocar o desdém daqueles que familiarizados hoje com a concepção heliocêntrica de Copérnico, se julgam capazes de ter podido dar algum conselho ao célebre astrónomo de Alexandria, e o comentário das respectivas instâncias dos *Lusiadas* leva-o a esta afirmativa: «Do sistema ptolomaico não há em língua nenhuma tão grandioso e belo resumo como a descrição que nos deixou a lira de Camões» (p. 52).

E o estudo intitulado *A concepção cosmológica nos Lusiadas* (separata do fascículo camoniano da *Lusitânia*), em que se encontra resumidamente exposta a evolução das teorias astronómicas, termina também por estas considerações: «Não resta dúvida que (a cosmografia dos *Lusiadas*) é rigorosamente scientífica, tão scientífica no seu tempo como hoje o são as teorias mais modernas. E quanto mais se estuda o poema, cada vez se verifica melhor a exactidão de tôdas as referências astronómicas, como nos tem acontecido. ...Fruto da elaboração dos séculos, em que colaboraram as melhores inteligências de várias raças e religiões, a máquina do mundo dos *Lusiadas* fica marcando um dos mais importantes estádios na evolução da sciência dos astros. A descrição que o poeta faz, concisa e bela, conserva o rigor das que se encontram nos livros dos sábios, seus contemporâneos. Pierre Duhem dá à obra a que já nos referimos, *Le système du monde,* o sub-título: *Histoire des doctrines cosmologiques de Platon à Copernic.* Quem queira de novo escrever a história da evolução da astronomia nos tempos que precedem a adopção do sistema

de Copérnico, principiando também com Platão, poderá muito bem intitular essa obra: *História das teorias cosmológicas desde o Timeu de Platão até Os Lusíadas de Camões*» (p. 26).

*
* *

O que fica dito é suficiente para mostrar a importância dos serviços que o Dr. Luciano prestou aos estudos camonianos. E o estúpido assassínio do ilustre homem de sciência constituíu uma perda irreparável para estes estudos, que tanto tinham ainda a lucrar com os trabalhos que êle com um zêlo e carinho inexcedíveis trazia entre mãos.

José Maria Rodrigues.

LUCIANO PEREIRA DA SILVA

Als ich bald nach Kriegsende die briefliche Verbindung mit der nun auch vor mehr als Jahresfrist aus dem Leben geschiedenen Frau Dr. Carolina Michaëlis de Vasconcellos wiederherstellen konnte, der freundlich hilfsbereiten Landsmännin, die meinen Arbeiten zur portugiesischen Geschichte immer eine fördernde Teilnahme entgegengebracht hatte, machte sie *mich* alsbald auf die interessanten und wertvollen Veröffentlichungen des Dr. Luciano Pereira da Silva in der *Revista da Universidade de Coimbra* aufmerksam, von denen ich infolge der Absperrung Deutschlands in den Kriegsjahren keine Kenntnis erhalten hatte; und da meine um diese Zeit in der Ausarbeitung begriffenen *Studien zum «Roteiro» der Entdeckungsfahrt Vascos da Gama* wiederum *ihn* lebhaft interessierten, so kam durch ihre freundliche Vermittlung ein unmittelbarer schriftlicher Gedankenaustausch zwischen Dr. Luciano und mir zustande, der von Januar 1921 bis wenige Tage vor seinem jähen, für die Freunde so überaus schmerzlichen Ende gedauert hat. Von Angesicht habe ich Dr. Luciano nie gesehen, kannte ihn nur aus dieser brieflichen Aussprache und aus seinen wissenschaftlichen Arbeiten, aber der Gelehrte wie der in jeder Lebensäusserung vornehme Mensch waren mir in gleicher Weise fesselnd und liebenswert.

Das wissenschaftliche Verdienst seiner Arbeiten zur Geschichte der Nautik, seinem eigensten Forschungsgebiete, werden Berufenere ins Licht setzen; mir ist an seiner

Astronomia dos Lusiadas wie an der *Arte de navegar dos Portugueses desde o Infante a D. João de Castro* immer die sichere Gestaltungskraft und die lichtvolle Klarheit bewundernswert erschienen, mit der er den umfangreichen und für eine weiteren Kreisen verständliche Darstellung doch immerhin spröden Stoff zu meistern verstanden hat. Diese schriftstellerische Begabung prägt sich auch in den trefflichen Beiträgen aus, die er als Mitarbeiter der gehaltreichen *Lusitania* zu deren Heften seit ihrem Bestehen geliefert hat. So zu gestalten vermag nur, wer seinen Gegenstand völlig beherrscht, wer die Probleme mit dem wissenschaftlichen Ernst und der Ehrfurcht vor der Wahrheit durchgedacht hat, wie sie ihm eigen waren. Er besass in hohem Grade die Fähigkeit vorurteilsfreier und selbstloser Hingabe an seinen Gegenstand, und wo dieser Gegenstand die grosse Vergangenheit Portugals ist, das epochemachende Verdienst seines Volkes um die Förderung des nautischen Könnens und um die Erweiterung der geographischen Horizonte in der beginnenden Neuzeit, da durchweht seine Arbeiten zugleich erwärmend der Hauch echter Vaterlandsliebe. Er hatte fremde Kulturländer und -völker gesehen, wusste unvoreingenommen ihren Wert und ihre Leistungen zu schätzen, aber die engere und weitere Heimat ging ihm doch über alles. Mit Stolz und Bewunderung sah er zu den grossen Männern ihres Heldenzeitalters empor. Bevor in *O Instituto* der durch meine *Studien zum Roteiro* veranlasste und meine Untersuchungen über die angebliche Verschwörung gegen Gama weiterführende Artikel Dr. Lucianos über *den Roteiro der ersten Reise Gamas und die angebliche Verschwörung* erschien, schrieb er mir mit Beziehung auf den Gegenstand: «Ich kann nicht glauben, dass Männer, die für eine vom König befohlene Reise mitgenau festgesetztem Ziel eigens auserlesen waren, sich getraut oder auch nur daran gedacht hätten zu meutern. Auflehnung gegen Gama bedeutete Auflehnung

gegen den König; und der Roteiro spricht von etwas derart nicht... So sehe ich die Dinge an; vielleicht täuscht mich dabei die Bewunderung für Gamas Begleiter, wenn ich sie, Portugiese wie ich bin, für unfähig einer Verschwörung gegen den Führer halte; aber wenn diese Ansicht ein Irrtum ist, so ist er gewiss entschuldbar, meinen Sie nicht?» Allein diese Ansicht *war* kein Irrtum; von dem Gefühl war sie ausgegangen, gewissenhafte Forschung aber hat sie dann überzeugend begründet. Ich habe in der Tat keinen Zweifel, dass Dr. Luciano recht hatte, wenn er hier Verwechslung mit unrichtig aufgefassten Vorgängen der Reise des Bartolomeo Dias sah. Zu der von ihm geplanten, längst notwendigen Neuausgabe des *Roteiro*, für die er in jeder Beziehung der berufene Mann gewesen wäre, hat sein vorzeitiger Tod ihn nicht mehr kommen lassen — für die Wissenschaft ein bedauerlicher Verlust.

Gemeinsames Interesse für die grossen überseeischen Entdeckungen der Portugiesen, Liebe meinerseits zu seinem Vaterland und Volk, die ich in jungen Jahren während eines einjährigen Aufenthaltes in Portugal gefasst hatte und die meinen wissenschaftlichen Studien dauernd die Richtung gegeben hat, haben mir seine Freundschaft erworben. Und er verstand es Freund zu sein. Liebenswürdig und feinfühlig, wusste er in seinen Briefen zur Aussprache anzuregen, auf fremde Gedanken und Empfindungen verstehend einzugehen, fremde Arbeit durch teilnehmendes Interesse, durch warme Anerkennung neuer Ergebnisse, durch Mitteilung aus dem Reichtum seines eigenen Wissens zu fördern, Rat zu geben und, wo er selbst dazu nicht in der Lage war, ihn zu vermitteln. Er scheute keine Mühe, wenn es galt einem Freunde für wissenschaftliche Arbeit schwerer erreichbare Bücher oder sonstige Hilfsmittel zugänglich zu machen. So ist mir der Verkehr mit ihm nicht nur eine Quelle wertvoller Anregung und Förderung und ein Ansporn in meinen Arbeiten

zur portugiesischen Geschichte gewesen, sondern mir im Lauf der 5 ½ Jahre auch eine liebe und freundliche Gewohnheit, eine Art Gemütsbedürfnis geworden. Es ist ein schmerzlicher Gedanke, dass das nun zu Ende ist. Aber die Wirksamkeit einer Persönlichkeit wie Luciano Pereira da Silva ist nicht auf den engen Raum des Lebens beschränkt, und ihn gekannt und seine Freundschaft genossen zu haben betrachte ich als einen unverlierbaren Gewinn.

München.

Franz Hümmerich.

INSTRUMENTOS NÁUTICOS DA ÉPOCA DOS DESCOBRIMENTOS MARÍTIMOS: SUA IMPORTANCIA HISTÓRICA (1)

I PARTE

Vários historiadores, tanto nacionais como estrangeiros, tem-se ocupado da sciência náutica da época dos descobrimentos marítimos, nos séculos XIV, XV e XVI e, em especial, dos trabalhos dos cartógrafos, cosmógrafos e matemáticos colaboradores do Infante D. Henrique e de D. João II.

---

(1) A primeira parte dêste trabalho, em que se faz a descrição dos instrumentos náuticos, é reproduzida do nosso trabalho — *Elementos de Cosmografia. Instrumentos astronómicos e náuticos: sua história, descrição e uso* — Coimbra, 1926.

Para um estudo mais completo dos instrumentos náuticos da época dos descobrimentos, vejam-se as seguintes obras:

Luciano Pereira da Silva:

Astronomia dos Lusíadas, Coimbra, 1915.
Astrolábios existentes em Portugal.
O astrolábio náutico português.
O astrolábio da Sociedade de Geografia e o nónio de Pedro Nunes.
Kamal, Tábuas da India e Tavoletas náuticas.
Um astrolábio do Século XVII.

Joaquim Bensaúde:

L'astronomie nautique au Portugal à l'époque des grandes découvertes, Berne, 1912.
Histoire de la science nautique portugaise (resumé), Genève, 1917.
Les lègendes allemandes sur l'histoire des découvertes maritimes portugaises, Genève. 1917–1920.

Diversas causas contribuiram para tornar difícil o estudo dêste assunto, designadamente a desorganização e devastação dos arquivos, e a política de mistério e segrêdo seguida por D. João II, para evitar a concorrência da Espanha.

O desconhecimento da língua portuguesa e a falta de consulta de importantes documentos respeitantes ao assunto, contribuiram para que um grande número de historiadores estrangeiros, que se dedicaram ao assunto, tenham emitido hipóteses sôbre a origem e evolução dos conhecimentos astronómicos e náuticos, na península, que não correspondem à verdade dos factos.

À quási totalidade dos historiadores, passaram despercebidos documentos de súbido valor para o exacto conhecimento da origem e evolução da sciência náutica, como os *Libros del Saber,* redigidos no século XIII, por ordem do rei Afonso X de Castela; o *Almanach perpetuum* de A. Zacuto; o *Regimento do Estrolabeo,* o primeiro *tratado de navegação* conhecido, redigido porvávelmente antes de 1485, pelos colaboradores de D. João II; a *Arte del Marear* (1535) de Francisco Faleiro; e outros documentos de importância.

Do desconhecimento dêstes importantes documentos e do exame superficial de alguns escritos da mesma época, historiadores de vulto, como Humboldt, Ritter, Günther, Ruge, etc., concluiram que a sciência náutica portuguesa tinha tido a sua origem e fundamentos nos trabalhos de Regiomontanus e no mérito scientífico e auxílio de Martim Behaim, como colaborador de D. João II.

Em 1883, Luciano Cordeiro chamou a atenção para uma obra existente na Biblioteca Pública de Évora e que podia, na sua opinião, contribuir para esclarecer a história ainda obscura da geografia e das explorações marítimas dos portugueses. Tratava-se do «*Regimento do Estrolabeo*», edição de 1517, de que ainda hoje se conhece o exemplar único da Biblioteca de Évora.

Em 1899, aparece o primeiro trabalho de G. Ravenstein sôbre Martim Behaim. Poucos anos depois, em 1908, o mesmo autor publica o seu novo trabalho *Martim Behaim, his life and his globe,* que deixou muito deminuidos os méritos scientíficos daquele personagem.

Em Portugal, aparecem, poucos anos depois, e quási simultâneamente, dois eruditos investigadores da sciência náutica da época dos descobrimentos; o Sr. Joaquim Bensaúde e o doutor Luciano Pereira da Silva, demasiado conhecidos nos meios scientíficos nacionais e extrangeiros, pelos valiosos trabalhos produzidos nêste campo de investigações.

Os valiosos trabalhos de investigação histórica do doutor Luciano Pereira da Silva, concordando com as conclusões a que também havia chegado o Sr. Joaquim Bensaúde, sobretudo na questão dos instrumentos náuticos e Tábuas astronómicas, tiveram o grande mérito de esclarecer, de modo bem preciso, a sua origem e fundamentos, na península, assim como o uso que os nossos pilotos dos grandes descobrimentos fizeram de tais instrumentos e Tábuas astronómicas.

Na primeira parte dêste artigo, fazemos uma resumida descrição dos quatros instrumentos náuticos auxiliares da resolução do problema das latitudes.

Procuramos reproduzir os modêlos da época quinhentista assim como o modo como eram usados.

Na segunda parte do artigo, baseado nas opiniões insuspeitas dos melhores pilotos e cosmógrafos dos séculos XV, XVI e XVII, demonstraremos que são insustentáveis as opiniões dos historiadores que pretendem reivindicar para Regiomontanus e Martim Behaim o mérito de terem contribuído, com os seus trabalhos, para o início e desenvolvimento da sciência náutica portuguesa.

BALESTILHA

Notícia histórica. — A notícia mais antiga que conhecemos sôbre a balestilha, em Portugal, é o *Regimẽto pera tomar ho sol pella balhestilha,* que se encontra no *Livro de Marinharia* (pág. 41), que é, como se sabe, um códice contendo documentos que vão desde fins do século xv até 1530. Ensina-se ali o modo de tomar a altura meridiana do sol com êste instrumento para resolver o problema da latitude, «*tirando altura da decrinação ou a decrinaçã daltura asy como no estrolabio*».

No *Regimento de Munich* (1509) e no *de Évora* (1517) só se fala no astrolábio e no quadrante.

A balestilha aparece, depois, citada no *Tratado em defensam da carta de marear* do ilustre matemático doutor Pedro Nunes, publicado em 1537 (pág. 126 da edição fac-similada do *Tratado da esfera*).

Na sua obra *Petri Nonii Saliciensis opera,* cuja primeira parte é a tradução para latim dos seus tratados de 1537, mais ampliados e modificados, Pedro Nunes considera a balestilha bôa *para medir distâncias angulares entre dois astros.* Na ordem cronológica, segue-se João de Barros (escreveu em 1539) que, narrando o encontro de Vasco da Gama com o piloto mouro que o grande navegador levou na esquadra, de Melinde até Calecut, diz que o mesmo piloto mostrou ao Gama «*instrumentos de latão de figura triangular, e quadrantes, com que tomavam a altura do sol, e principalmente da Estrella, de que se mais serviam em a navegação*» esclarecendo «*que servem a elles naquella operação que ora acerca de nós serve o instrumento a que os mareantes chamam balhestilha*».

D. João de Castro, em nota escrita depois da segunda viagem à Índia, no seu Roteiro de Lisboa a Goa (pág. 354

da ed. de 1882), mostrando a dificuldade que tinha de tomar a altura meridiana do sol, quando êste astro estava perto do zenite, recomenda «*q̃ em taes tempos senão deue usar do estrolabeo, mas aproveitar-nos da balestilha, e estrela do norte: e se caso for que venhamos estar debaxo do sol da banda do sul da linha, então podemos obrar com a balestilha pello cruzeiro: e ate nos apartarmos do sol 6 gráos conhecidamente, não deixaremos o estormento da balestilha, e destes 6 gráos por diante tornaremos a usar do estorlabeo por ser o melhor estormento de todos*».

Em 1595 publica-se o *Regimento nautico* de João Baptista Lavancha, «cosmógrafo mor de El-Rei», em que o autor, dirigindo-se «ao pratico navegante», lhe pede três coisas: «*A primeira que para tomar a altura da Strella Polar, ou de qualquer outra, não vſeis da ordinaria Baleſtilha, porque poſto que he inſtrumento certo, & verdadeiro, não o he o ſeu vſo para o mar, aſi por cauſa do continuo movimento da Nau, com o qual ſe não pode juntamente & no meſmo tempo, por muita que ſeja a deſtreza, ver o Horizonte pella ponta de baixo da ſoalha, & pella de riba a ſtrella, como do deſconhecimento do horizõte, não ſe differenciando de noute, o Ceo do mar*».

Pede, por isso, que em seu lugar façam uso do quadrante e do astrolábio.

Na *Cronografia* de Manuel de Figueiredo, impressa em 1603, ensina-se, no *Cap. primeiro da Fabrica da Balestilha ou Radio Astronomico,* a maneira de construir o instrumento com uma só soalha.

O mesmo autor, na sua *Hidrografia — Exame de pilotos, no Qual se contem as regras que todo o Piloto deve guardar em ſuas navegações...*, impressa em 1614, dando as regras para saber a altura do polo pela estrêla polar, diz (fls. 31): «*Esta estrela polar se costuma a tomar com a balhestilha, a qual eu reprovo pellos muitos inconvenientes que dahi nascem.*

Primeiramente, serem as balhestilhas feitas de pao, e a graduação nellas muito defficultosa, a segũda, pella inquietação da nào no mar, a terceira pela incerteza da vista, poder infalivel, tomar dous pontos, Orizonte, & Estrella, pello que não he certa a altura q̃ por ella se toma no mar».

Entre a publicação destas duas obras de Manuel de Figueiredo, apareceu a *Arte de Navegar* de Simão de Oliveira (1606), em que se condena o emprêgo da balhestilha «*de que os navegantes usam, por nela* (altura observada com o instrumento) *haver erros de importancia*».

Em 1681 imprimiu-se a *Arte de Navegar* de Luís Serrão Pimentel, onde de descreve minuciosamente o modo de operar de costas com a balestilha. Êste segundo modo de medir a altura do sol, porque só com o sol podia ser usado, tinha grandes vantagens sôbre a maneira primitiva de operar com o instrumento.

Para terminar, transcrevemos da *Arte de Navegar* de Manuel Pimentel (1712 pág. 142) a seguinte descrição da balestilha:

«A grandeza do virote, e soalhas da Balestilha he arbitraria, pode-se fazer do tamanho que cada um quizer; porem o virote de mais de quatro palmos de comprido, posto que tem a vantagem de ter os graos maiores, não se pode bem manear, quando ha vento; e sendo de menos de 4 palmos não se podem nele sinalar os graos com bastante distinção e largueza. Pela qual razão nos parece se faça o virote dos ditos 4 palmos de comprimento, ou pouco menos.

«A soalha maior, ou primeira se fará do tamanho da metade do virote; a segunda, ou do meio do tamanho da metade da primeira; a terceira da metade da segunda e a quarta que se chama martinete, da metade da terceira, posto que esta proporção se pode variar fazendo a segunda soalha do tamanho dos dois terços da primeira».

Julgamos que fica bem esclarecido o merecimento em que os nossos navegadores tinham o instrumento. A sua invenção atribui-se a Levi bem Gerson, judeu da Catalunha, que viveu entre os anos de 1288 e 1344.

A primeira descrição conhecida encontra-se no seu *Tratado* sôbre a balestilha, que foi traduzido para latim, em 1342, por Pedro de Alexandria e dedicado ao papa Clemente VI de Avinhão.

Regiomontanus, matemático e astrónomo alemão da segunda metade do século xv, tinha no seu observatório astronómico de Nuremberg, depois de 1471, balestilhas, astrolábios, cartas e globos, alem de outros instrumentos.

João Vernério e Pedro Apiano fizeram observações com a balestilha, medindo distâncias lunares para o cálculo das longitudes. Apiano deixou-nos na sua *Cosmografia,* impressa em 1524, a descrição «*dela fabrica del dicho Báculo* (balestilha) *por artificio geometrico*» (1) e o processo de calcular as longitudes pelas distância lunares.

Mais tarde (1554) Sidi Ali bin Hussein, almirante do Egipto do imperador Soleimão I, escreveu um tratado de náutica e roteiro do oceano Índico, em que descreve a balestilha não só com a forma simples da figura 1 mas também com a disposição para observar o sol de costas (fig. 4).

É só depois do segundo quartel do século xvi que a balestilha nos aparece na sua fase de maior aperfeiçoamento.

As pretensões de Breusing (1885) e M. Günther (1890) sobre o papel preponderante do uso da balestilha nas navegações dos portugueses, com a qual teria sido resolvido o problema da determinação das latitudes, mesmo antes de ser usado o astrolábio e quadrante, tiveram o mérito de chamar a atenção de M. Ravenstein sôbre êste assunto. M.

---

(1) *La Cosmografia* de Pedro Apiano corregida y añadida por Gemma Frisio, ed. 1575, fôlhas 13 e 14.

Ravenstein, a quem devemos o melhor trabalho sôbre o papel de Behaim em Portugal como auxiliar da «Junta dos Matemáticos» de D. João II, conclui pelo nenhum valor que os serviços do pretencioso Behaim exerceram na obra scientífica da referida «Junta».

A completar a obra de M. Ravenstein vieram depois os

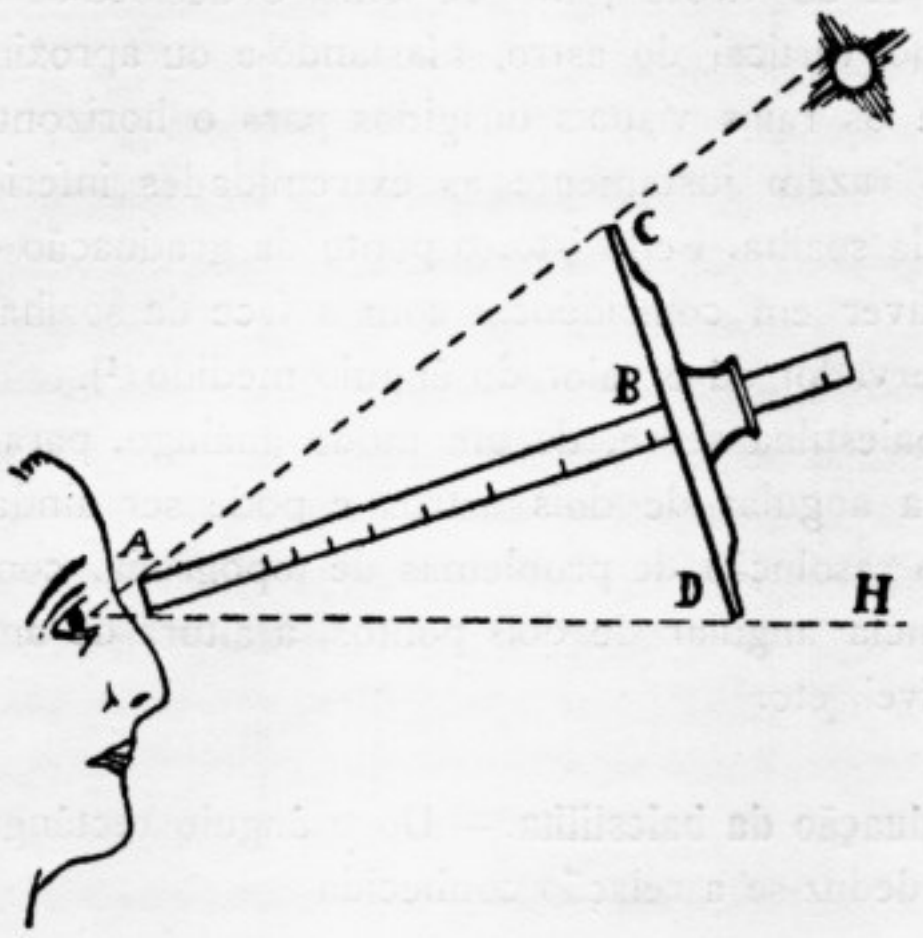


Fig. 1

explendidos trabalhos do Sr. J. Bensaúde e do Dr. Luciano Pereira da Silva, que acabaram por mostrar o insignificante papel que devemos atribuir aos trabalhos e mérito scientífico de Martim Behaim.

Definição. — A balestilha, na sua forma mais simples, consta de uma régua AB de madeira, de secção quadrada, com $0^m,80$ a $0^m,90$ de comprido, chamada *virote* (1), em que

(1) Damos a nomenclatura usada em Portugal na época dos descobrimentos. A balestilha também era conhecida com os nomes de *rádio astronómico, báculo, cruz geométrica* e *bastão de Jacob.*

se enfia por um agulheiro quadrado, uma outra peça menor CD, chamada *soalha,* que corre perpendicularmente ao longo do virote (fig. 1).

Numa das faces do virote estão marcados traços com a graduação dos ângulos medidos com o instrumento.

Para observar a altura de um astro, coloca-se a extremidade A do virote junto do ôlho e desloca-se a soalha no plano vertical do astro, afastando-a ou aproximando-a, até que os raios visuais dirigidos para o horizonte e para o astro razem justamente as extremidades inferior e superior da soalha. Feito isto, o ponto da graduação do virote que estiver em coincidência com a face da soalha do lado do observador dá o valor do ângulo medido (1).

A balestilha serve, de um modo análogo, para medir a distância angular de dois astros e pode ser ainda empregada na resolução de problemas de topografia, como sejam a distância angular de dois pontos, a altura de um objecto inacessível, etc.

Graduação da balestilha. — Do triângulo rectângulo ABC (fig. 1) deduz-se a relação conhecida

$$AB = CB.\ \text{cotg}\ CAB \ldots\ldots\ldots\ldots\ (1)$$

em que o lado CB, igual ao comprimento da semi-soalha, é conhecido. Dando ao ângulo CAB da fórmula (1) sucessivos valores desde zero graus, vêm outros tantos valores para AB, que dão as posições correspondentes da soalha ao longo do virote.

---

(1) Deve escolher-se sempre um ponto do horizonte que esteja no mesmo plano horizontal em que está o observador. A linha do horizonte a alguns quilómetros do observador, em terrenos pouco acidentados, satisfaz perfeitamente.

O ângulo observado CAD é duplo do ângulo CAB. Portanto, para termos a leitura directa do ângulo observado, marcamos sôbre o virote, nas sucessivas posições

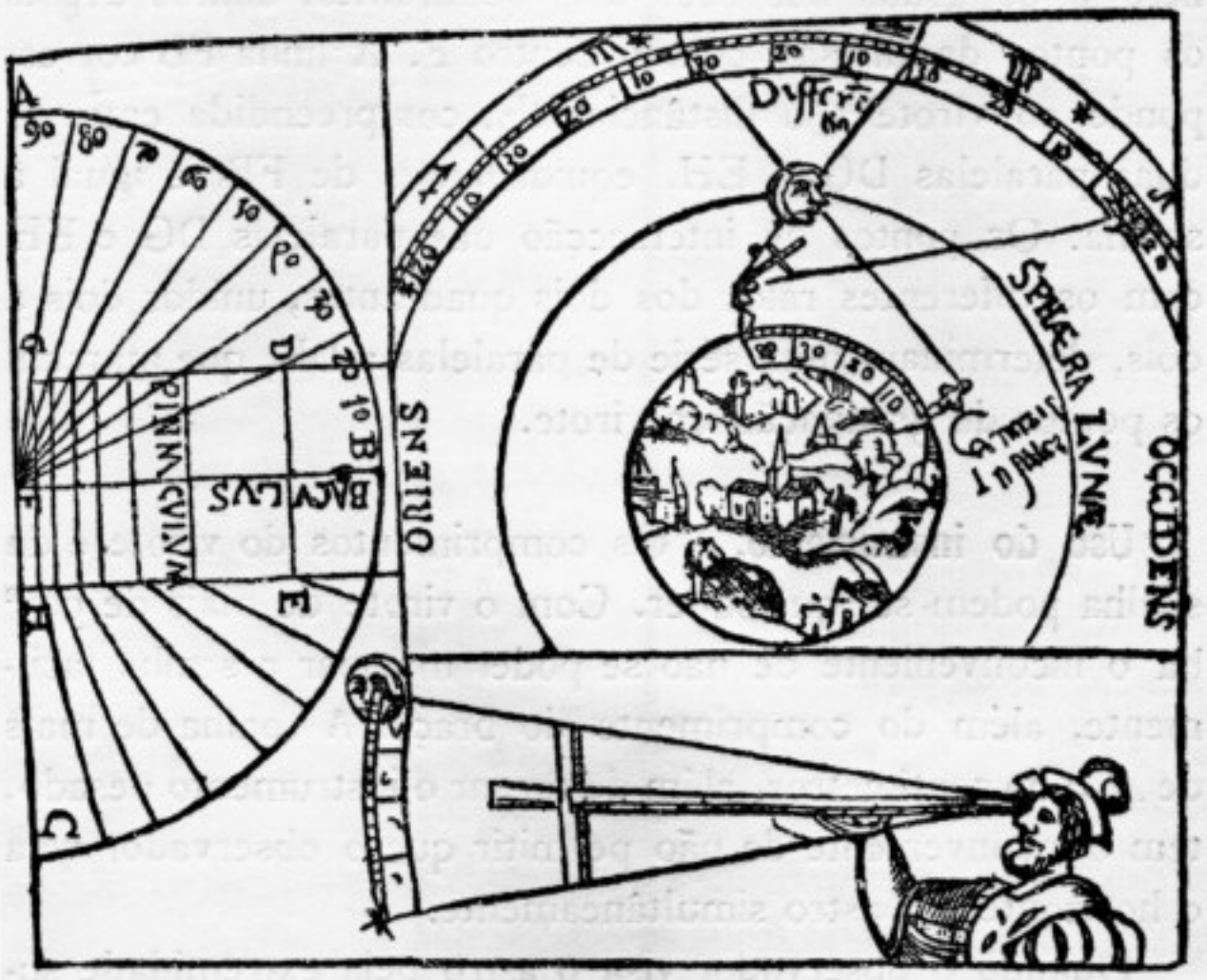


Fig. 2 — Fac-sfmile da figura do livro de Pedro Apiano

que encontrámos para a solha, pela fórmula (1), valores duplos dos que atribuímos ao ângulo CAB.

Por exemplo, para uma soalha de 44^{cm} e ângulo $CAB = 20^{\circ}$ é:

$$AB = \frac{44^{cm}}{2} \times \operatorname{cotg} 20^{\circ} = 60^{cm},43.$$

Portanto, a partir da extremidade A, medimos um comprimento igual a $60^{cm},43$ e marcamos 40° no traço correspondente da graduação, visto o ângulo observado ser

$$CAD = 2 \times CAB = 2 \times 20^{\circ} = 40^{\circ}.$$

A figura 2 indica, à esquerda, o processo geométrico

de graduar a balestilha. Êste processo tem o inconveniente de ser menos rigoroso. Consiste em descrever uma semi-circunferência de raio arbitrário ABC, que se divide de zero a 90 graus nos seus dois quadrantes, unindo depois os pontos de divisão com o centro F. A linha FB corresponde ao virote e a distância DE, compreendida entre as duas paralelas DG e EH, equidistantes de FB, é igual à soalha. Os pontos de intersecção das paralelas DG e EH com os diferentes raios dos dois quadrantes, unidos dois a dois, determinam uma série de paralelas a DE, que marcam os pontos da graduação do virote.

Uso do instrumento. — Os comprimentos do virote e da soalha podem ser quaisquer. Com o virote de mais de 90^{cm} há o inconveniente de não se poder manejar a soalha fàcilmente, além do comprimento do braço. A soalha de mais de 40 a 50 centímetros, além de tornar o instrumento pesado, tem o inconveniente de não permitir que o observador veja o horizonte e o astro simultâneamente.

Quando o observador visa o astro pela extremidade superior da soalha, deixa de ver o horizonte, o que pode ser causa de erros apreciáveis na medida dos ângulos.

Uma soalha de pequenas dimensões tem o inconveniente de não servir para ângulos muito grandes.

Para remediar estes inconvenientes, usou-se, como dissemos, empregar até quatro soalhas de comprimentos diferentes com as correspondentes graduações nas quatro faces do virote. O observador escolhe então a soalha que melhor convém à grandeza do ângulo a medir.

Podemos assim medir ângulos entre 2 e 50 graus.

É impossível medir a altura do sol dirigindo o raio visual para o centro do astro, por causa do seu brilho.

Toma-se, por isso, a altura do bordo superior (fig. 1) e subtrai-se 16 minutos de arco ao ângulo medido, valor médio

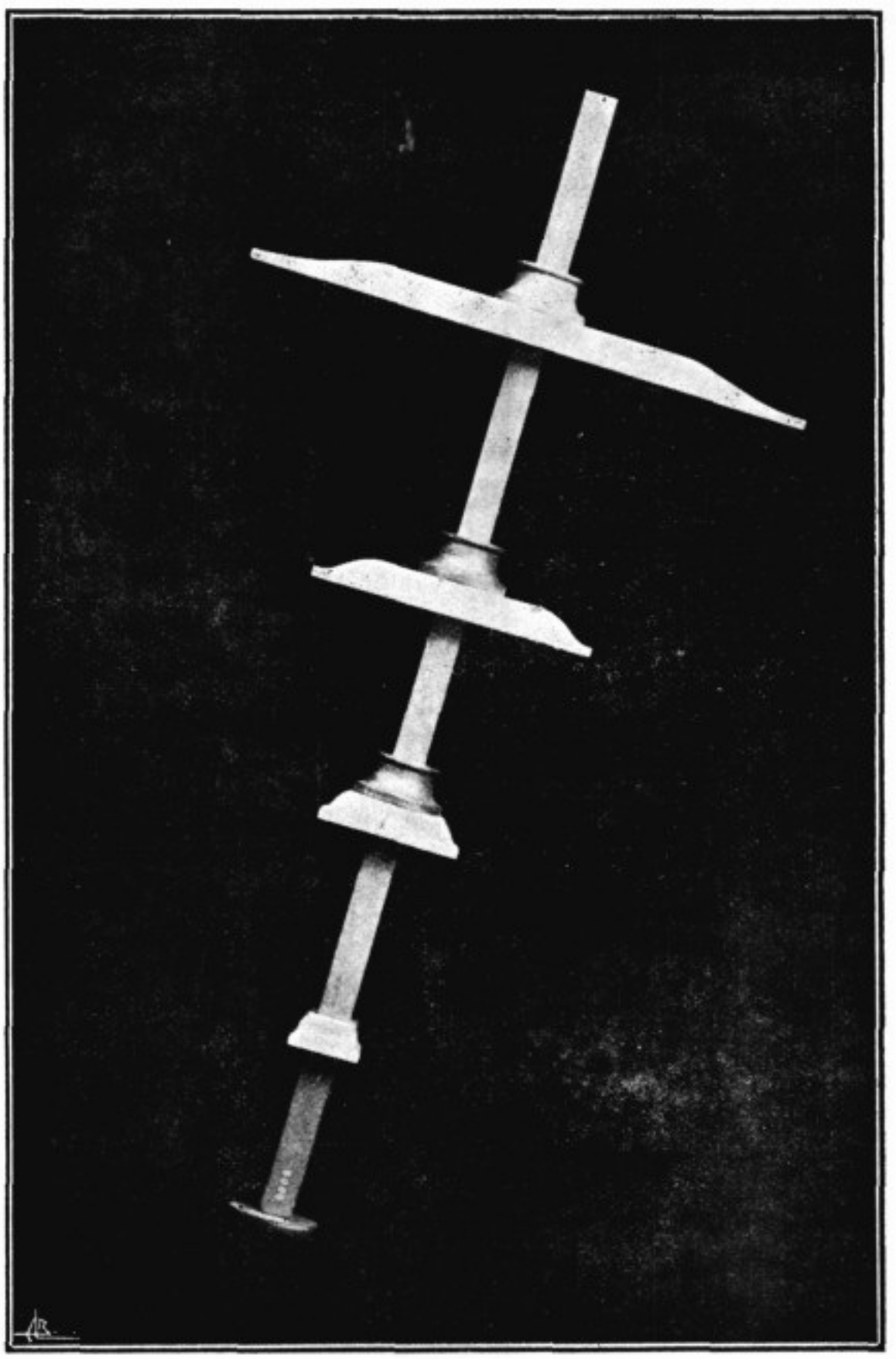


Fig. 3 — A BALESTILHA COM AS QUATRO SOALHAS

do semi-diâmetro aparente do astro, para termos a altura reduzida ao centro.

Há uma certa dificuldade em tomar justamente a altura do bordo superior do sol. Por isso, à observação com a cara virada para o astro (fig. 1), *observação directa,* é preferível operar *de costas,* como mostra a figura 4.

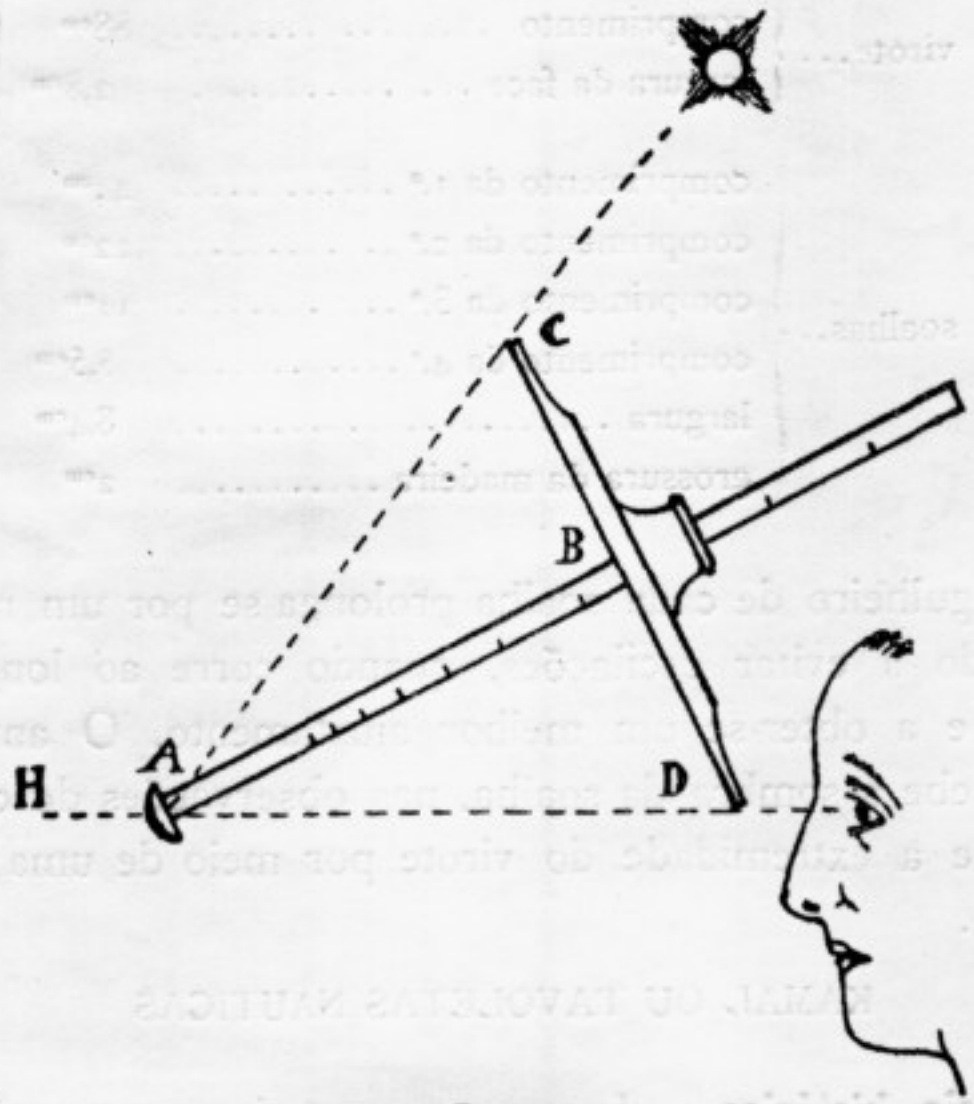


Fig. 4

Neste caso regula-se a posição da soalha de forma que a sombra produzida pela sua parte superior cubra a metade inferior do anteparo colocado na extremidade do virote, até tocar o raio visual dirigido para o horizonte. Êste modo de observar, só possível com os astros que produzam sombra, como o sol, tem a vantagem de necessitar só a mirada para o horizonte.

Comparando as figuras 1 e 4, vê-se que o ângulo obser-

vado é igual, quer se observe com a cara virada para o astro quer se observe de costas.

A largura das soalhas deve ser tal que tapem completamente o sol segundo o seu diâmetro horizontal.

Na última fase do seu aperfeiçoamento a balestilha era usada com as seguintes dimensões:

virote...	comprimento	88cm
	largura da face	2,8cm
soalhas..	comprimento da 1.ª	44cm
	comprimento da 2.ª	22cm
	comprimento da 3.ª	11cm
	comprimento da 4.ª	5,5cm
	largura	8,4cm
	grossura da madeira	2cm

O agulheiro de cada soalha prolonga-se por um refôrço destinado a evitar oscilações, quando corre ao longo do virote, e a obter-se um melhor ajustamento. O anteparo que recebe a sombra da soalha, nas observações de costas, ajusta-se à extremidade do virote por meio de uma ponta roscada.

KAMAL OU TAVOLETAS NAUTICAS

Notícia histórica. — Ignora-se quem inventou o instrumento conhecido com o nome de kamal (fig. 7), e desde quando foi usado na medida de alturas dos astros, como instrumento náutico.

Embora mais rudimentar que a balestilha, tanto podemos considerar o kamal como instrumento mais antigo do qual a balestilha resultou substituindo o cordel com os nós pelo virote com a sua graduação, e em que a soalha representa a tabuínha, como podemos considerar o kamal como sendo uma balestilha mais portátil.

O kamal também foi usado pelos navegadores portugueses, na época dos descobrimentos, que o conheciam com os nomes de «táboas da Índia» e «tavoletas náuticas».

Havia a «tavoleta pequena», que media ângulos desde 5 a 14 gráus e a «tavoleta grande», que media ângulos desde 15 gráus.

As «táboas da Índia» foram usadas na armada de Pedro Álvares Cabral, quando, em 1500, fêz a sua viagem para o Brasil.

Em 1497, Vasco da Gama, na sua primeira viagem para a Índia, vira o mesmo instrumento usado pelo piloto mouro que levou na esquadra, de Melinde até Calecut.

Lê-se, no *Livro de Marinharia,* a que já fizemos referência (pág. 37):

Das tauoletas

«It. Deues ssaber que quamdo quer que tomares altura da estrela pela tavoleta pequena tereis aviso que ao fazer da cõta heisde meter cimquo e com eles e com os noos que estiuerem dos dentes pera baixo tirando ou metẽdo os que a estrela estaa abaixo.

«It. tomãdo pela tavolleta grande tereis aviso que na conta heis de meter — 15 — e com eles e com os da estrella que hey de tirar ou meter farey a conta dos demtes pera baixo e tamtos quamtos achar tamtos estarey da canũcial pera a parte donde esteuer».

A leitura destes *itens* do precioso códice mostra que havia dois instrumentos designados com os nomes de *tavoleta grande* e *tavoleta pequena* com que se media a altura dos astros.

Em que consistiam os dois instrumentos e como eram usados é que o códice não diz nem se deduz da sua leitura.

A explicação encontrou-a, porém, o doutor Luciano Pe-

reira da Silva, identificando as *tavoletas* com as *tabuas da India,* que os portugueses levavam na armada de Cabral, em 1500, como consta da carta que Mestre João, piloto da expedição, escreveu ao Rei D. Manuel, do porto de Vera Cruz:

«antes me paresce ser impossibel en la mar tomarse altura de ninguna estrella porque yo trabaje mucho en eso e por poco que el nauio enbalance se yerran quatro, o cinco grados, de guisa, que se non puede fazer synon en terra, e outro tanto casy digo de las *Tablas de la India* que se non pueden tomar con ellas sy non con mui mucho trabajo, que si vosa alteza supyese como desconcertauan todos en las pulgadas reyrya dello mas que del estrolabio».

Como vimos, a propósito da balestilha, João de Barros (Década I) diz que o piloto mouro que Vasco da Gama levou de Melinde até Calecut mostrou ao grande navegador um instrumento «de que se elle (mouro) servia» e que era de três tábuas, fazendo as observações com êle de um modo semelhante ao usado pelos nossos navegadores com a balestilha.

Foi êste instrumento, que Vasco da Gama, certamente, tornou conhecido em Portugal e logo ficou sendo designado pelo nome de *Tablas de la India,* como diz o piloto de Cabral.

São estas as únicas referências conhecidas sôbre as *tavoletas náuticas,* que o Dr. Luciano Pereira da Silva identificou com um instrumento análogo, o kamal, usado pelos pilotos do Oceano Índico, de que existem dois exemplares no Museu Etnográfico de Hamburgo.

Descrição. — O kamal consta de um pequeno rectângulo de madeira ou metal, com um buraco no centro, por onde passa um cordel em que estão dados vários nós (fig. 5). A

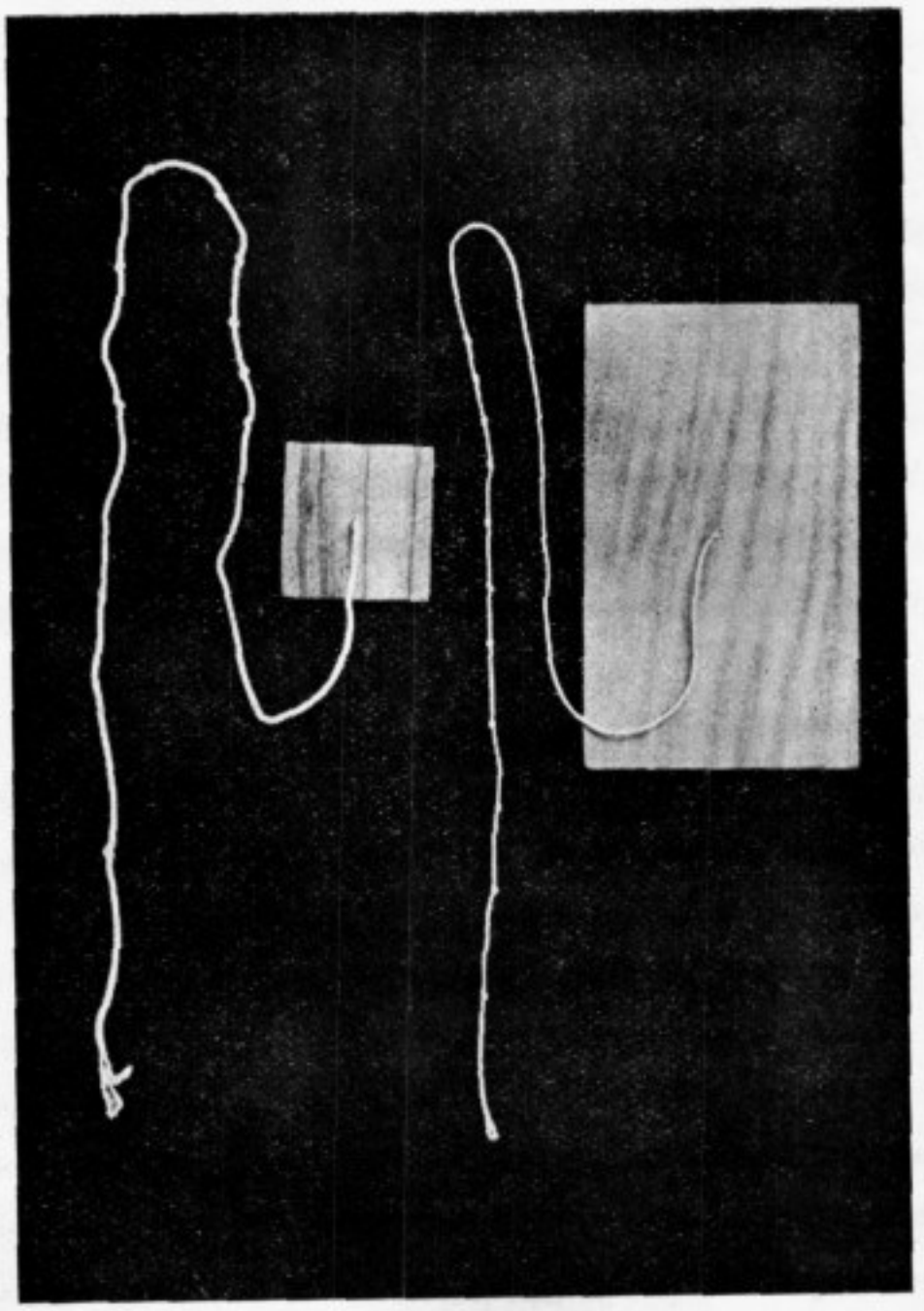
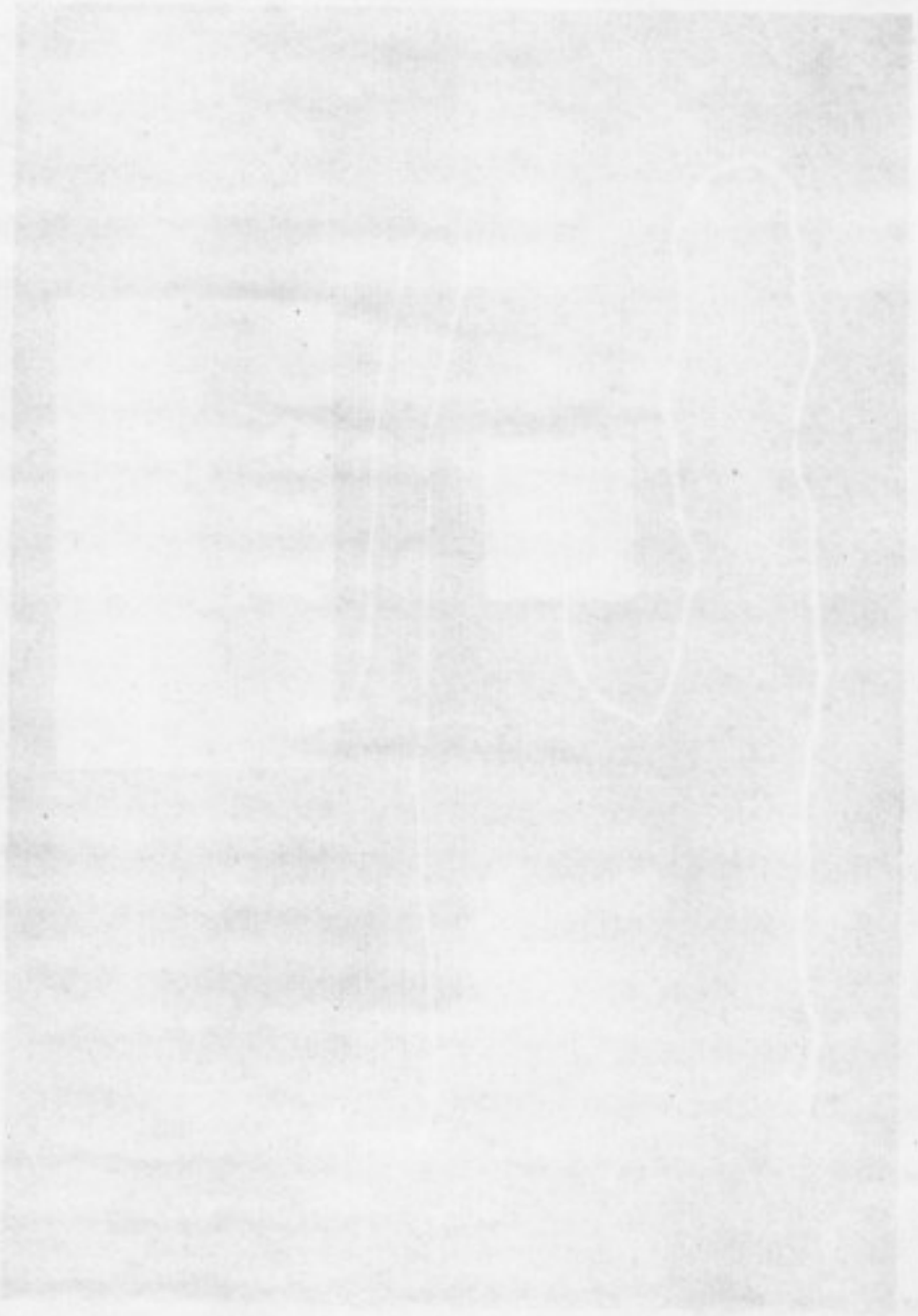


Fig. 5 — «TAVOLETAS NÁUTICAS» OU «TÁBOAS DA ÍNDIA»



observação da altura de um astro faz-se de um modo análogo ao que empregamos com a balestilha.

Toma-se a tabuínha numa das mãos e o cordel na outra, encostada à cara, ou seguro nos dentes por qualquer dos nós (fig. 7). Conservando a tabuínha *vertical,* afasta-se ou aproxima-se da cara até que se veja o horizonte pela face

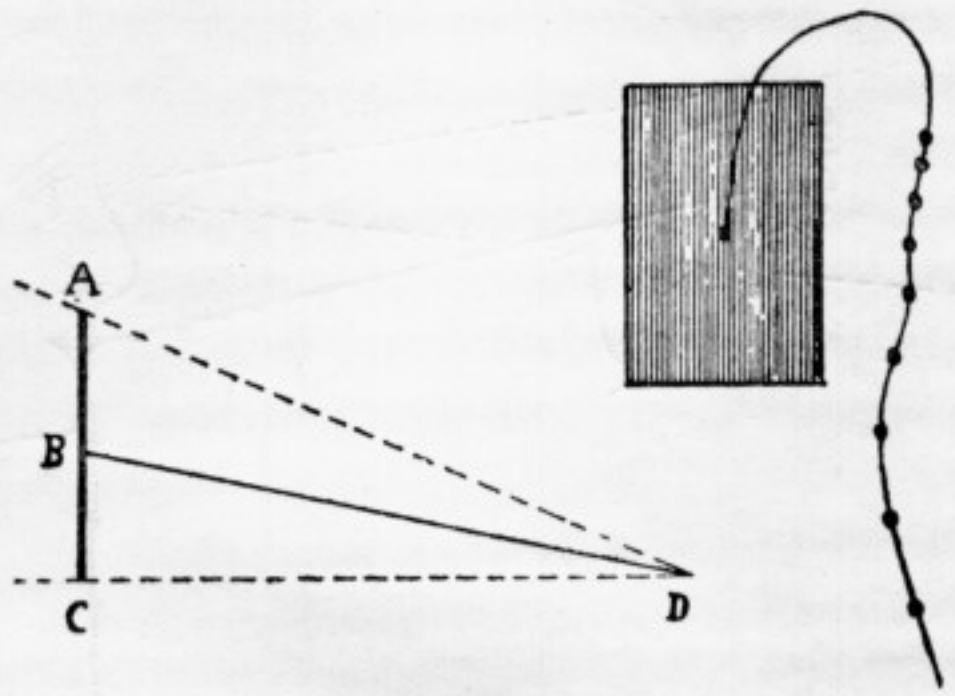


Fig. 6

inferior e o astro pela face superior. A grandeza do ângulo medido depende da porção de cordel retesado que fica entre a tabuínha e a mão ou os dentes e é conhecida pelo nó em que seguramos o cordel.

Observando com a tabuínha perpendicularmente ao cordel, a posição dos nós, de gráu em gráu, ao longo do cordel, calcula-se pelo processo que indicámos para graduar o virote, empregando a fórmula (1). O kamal usava-se pondo a tabuínha na posição vertical (fig. 6 e 7).

Nestas condições é (fig. 6):

$$AB = BC,$$

$$ACD = 90^{0},$$

$$AC = CD \text{ tang } ADC \text{ ou } CD = \frac{AC}{\text{tang } ADC} \quad (2),$$

$$BD^{2} = BC^{2} + CD^{2} \quad \ldots\ldots\ldots\ldots\ldots\ldots \quad (3)$$

As relações (2) e (3) dão o valor BD da distância da tabuínha ao nó correspondente a determinado ângulo ADC.

Fazendo, sucessivamente, na fórmula (2), ADC igual a 5, 6, 7, etc. gráus, obtem-se os correspondentes valores para CD, que, substituídos em (3), dão as respectivas distâncias dos nós à tabuínha (1).

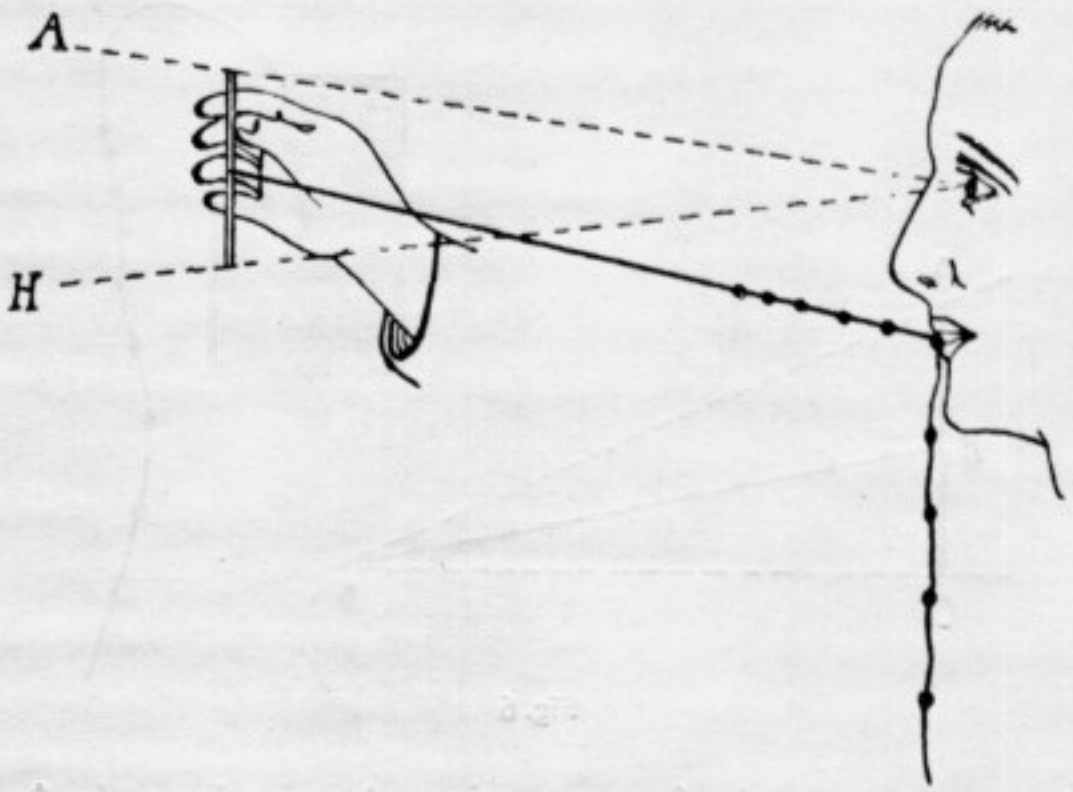


Fig. 7

Na impossibilidade de registar, junto de cada nó, o valor do ângulo que lhe corresponde, como se faz no virote da balestilha, procede-se do seguinte modo:

Fixa-se de memória o número de gráus do ângulo correspondente ao nó mais afastado da tabuínha: *o valor do ângulo observado com qualquer nó, é igual ao ângulo correspondente ao nó mais afastado, aumentado de tantas unidades quantos os nós que ficaram na parte do cordel pendente dos dentes ou da mão.*

---

(1) Rigorosamente, para os cálculos resultantes da fig. 6 serem aplicáveis à fig. 7, era necessário que o cordel fôsse da tabuínha ao ôlho do observador. O êrro resultante de o cordel ser seguro nos dentes é, porém, insignificante e não influi nos resultados das medidas.

Supõe-se, é claro, que a graduação do cordel está feita de gráu em gráu.

Se o ângulo correspondente ao último nó é de 5 gráus, uma observação tal como está representada na figura 7, corresponde a um ângulo de $5+4=9$ gráus.

É êste o caso da *Tavoleta pequena* referido no primeiro *item* do Livro de Marinharia.

Observando com a *tavoleta grande,* do segundo *item,* em que o último nó do cordel corresponde a um ângulo de 15 gráus, o valor do ângulo medido seria de $15+4=19$ gráus.

Para obter os gráus de altura do polo, que é igual à latitude do lugar de observação, temos que entrar em linha de conta «*com os da estrela que hei de tirar ou meter*».

Isto é, ao valor do ângulo observado há-de tirar-se ou juntar-se a *distância polar* da estrêla, conforme ela vai na passagem meridiana superior ou na passagem meridiana inferior, no momento da observação.

É êste modo de calcular a latitude, pela medida da altura de uma estrêla circumpolar, que os dois *itens* do *Livro de Marinharia* imprecisamente descrevem.

¿Quais as dimensões dos dois exemplares das *tavoletas* usadas pelos navegadores portugueses?

Também podemos chegar a uma conclusão, sabido o modo como eram usadas.

A distância da tabuínha ao nó mais afastado do cordel tem de ser um pouco menor que o comprimento normal do braço estendido, para se poder retesar o cordel, quando se observa com êste nó seguro nos dentes.

Admitindo ser de 65^{cm} o maior afastamento a que podemos colocar o último nó, na hipótese da *tavoleta pequena,* em que o ângulo observado com êste nó seguro nos dentes é de 5 gráus, a tabuínha mede, aproximadamente, $5^{cm},6$ (fórmulas 2 e 3).

Se considerarmos a *tavoleta grande,* em que se observa

um ângulo de 15° com o nó colocado à distância de 65^{cm}, obtem-se 17^{cm} para altura da tabuínha.

Podemos, pois, concluir, sem grande êrro, que as duas *tavoletas* de que fala o *Livro de Marinharia*, constavam de um cordel em que estavam dados 10 nós, tendo enfiada uma tabuínha de 5^{cm},6 × 5^{cm},6 na *tavoleta pequena* e 17^{cm} × 10^{cm} na *tavoleta grande.*

ASTROLÁBIO

Notícia histórica. — O nome de astrolábio (do grego *astron,* astro, e *lambanein,* tomar) dado a vários instrumentos antigos e modernos, de forma e empregos diversos, foi primeiro dado a um instrumento de forma esférica, *astrolábio esférico,* destinado, principalmente, a representar os movimentos e posições dos astros na esfera celeste.

Êste instrumento, cuja invenção se atribui aos caldeus, serviu a Hiparco (século II a. C.) para descobrir o fenómeno da precessão dos equinócios.

O astrolábio esférico ou redondo compõe-se de uma esfera destinada a representar o hemisfério celeste que assenta sôbre o horizonte da localidade onde se observa. Sôbre a esfera assenta uma meia-esfera, chamada *rêde,* geralmente de latão, destinada a representar o hemisfério celeste situado ao norte da eclítica, com algumas das principais estrêlas. Esta parte do instrumento, móvel em tôrno do polo do equador, dá a imagem do movimento diurno da esfera celeste. Por cima da *rêde,* em tôrno de um eixo colocado no ponto que representa o zenite do lugar, move-se uma alidade de pínulas destinada a tomar a altura dos astros.

O astrolábio plano. — Do astrolábio esférico, pouco cómodo e transportável, resultou o *astrolábio planisférico* ou *plano,* fazendo-se, sôbre o plano do equador, em projecção

estereográfica, a representação dos círculos da superfície esférica, que são os diferentes círculos considerados na esfera celeste, como o equador, o horizonte, os trópicos, os círculos verticais, etc.

O astrolábio planisférico ou plano foi inventado por Eudóxio de Cnido, cêrca de 350 anos a. C. Êste instrumento, de origem grega e trazido para a Europa ocidental pelos árabes, já era conhecido, no século XIII, na península ibérica.

O astrolábio plano representado na figura 8 compõe-se de um disco de latão, cavado, com o bordo graduado de 0° a 90°, nos seus quadrantes. Na parte cavada assenta um disco, também de latão, chamado *disco de latitude,* contendo a projecção estereográfica dos círculos da esfera celeste.

Sôbre êste disco assenta uma peça de alumínio, móvel em tôrno do centro, chamada a *aranha.* Finalmente, sôbre a aranha, move-se a *alidade* com duas pínulas furadas, que é a régua cujas extremidades ponteagudas correm ao longo da graduação do bordo.

O *disco de latitude* contém uma série de circunferências e arcos de círculo envolvendo um ponto colocado no diâmetro vertical de suspensão do instrumento, acima do centro, que representa o zenite do lugar. Essas circunferências e arcos de círculo são as *almocântaras* ou *paralelos de altura,* secções feitas na esfera celeste por planos horizontais de 5 em 5 graus. A maior de tôdas, por baixo da qual se lê «horizonte de Coimbra», é a projecção do horizonte de qualquer localidade situada sôbre o paralelo da latitude de Coimbra, isto é, de 40° e 12′ de latitude norte.

Os arcos de círculo que se interceptam no zenite, são os *círculos verticais,* que marcam os azimutes, de 15 em 15 graus, no horizonte.

O meridiano do lugar é representado pelo diâmetro vertical do «disco de latitude».

No «disco de latitude» está representada a rêde de cír-

culos correspondentes ao sistema de coordenadas horizontais.

As curvas da parte inferior do «disco de latitude» dão as horas desiguais ou planetárias.

Na *aranha,* que na gravura corresponde à parte mais clara, vêem-se quatro círculos concêntricos que representam, a partir do centro, que é o polo norte, o círculo polar ártico, o trópico de Câncer, o equador e o trópico de Capricórnio.

O círculo excêntrico, tangente ao trópico de Câncer na parte inferior do instrumento e ao trópico de Capricórnio na parte superior, representa o zodíaco com os 12 signos divididos em graus. Os dois pontos de tangência do zodíaco com os trópicos correspondem aos solstícios.

Segundo o diâmetro horizontal há dois pontos de intersecção com o equador: são os pontos equinociais.

Os diferentes dentículos da *aranha* representam as projecções de outras tantas estrêlas de primeira e segunda grandeza, conforme as posições médias que actualmente ocupam na esfera celeste. O resto da *aranha* foi cortado e limado para se poder ver a rêde de linhas e circunferências traçadas no «disco de latitude». No dorso do instrumento estão traçadas duas circunferências concêntricas: uma delas está dividida em 360 graus e a outra em 365 partes iguais, correspondentes aos 365 dias do ano, e combinadas de modo que o zero da graduação em uma das circunferências está em correspondência com o dia 21 de Março, na outra circunferência. Esta data corresponde, como se sabe, à passagem do sol no ponto vernal, em que a ascenção recta do astro é nula. Temos assim, no instrumento, indicada, dia a dia, a posição do sol ao longo da eclítica.

Vamos indicar, resumidamente, como podem ser resolvidos alguns problemas com êste instrumento.

a) **Altura de um astro.** — Elevando o instrumento à altura

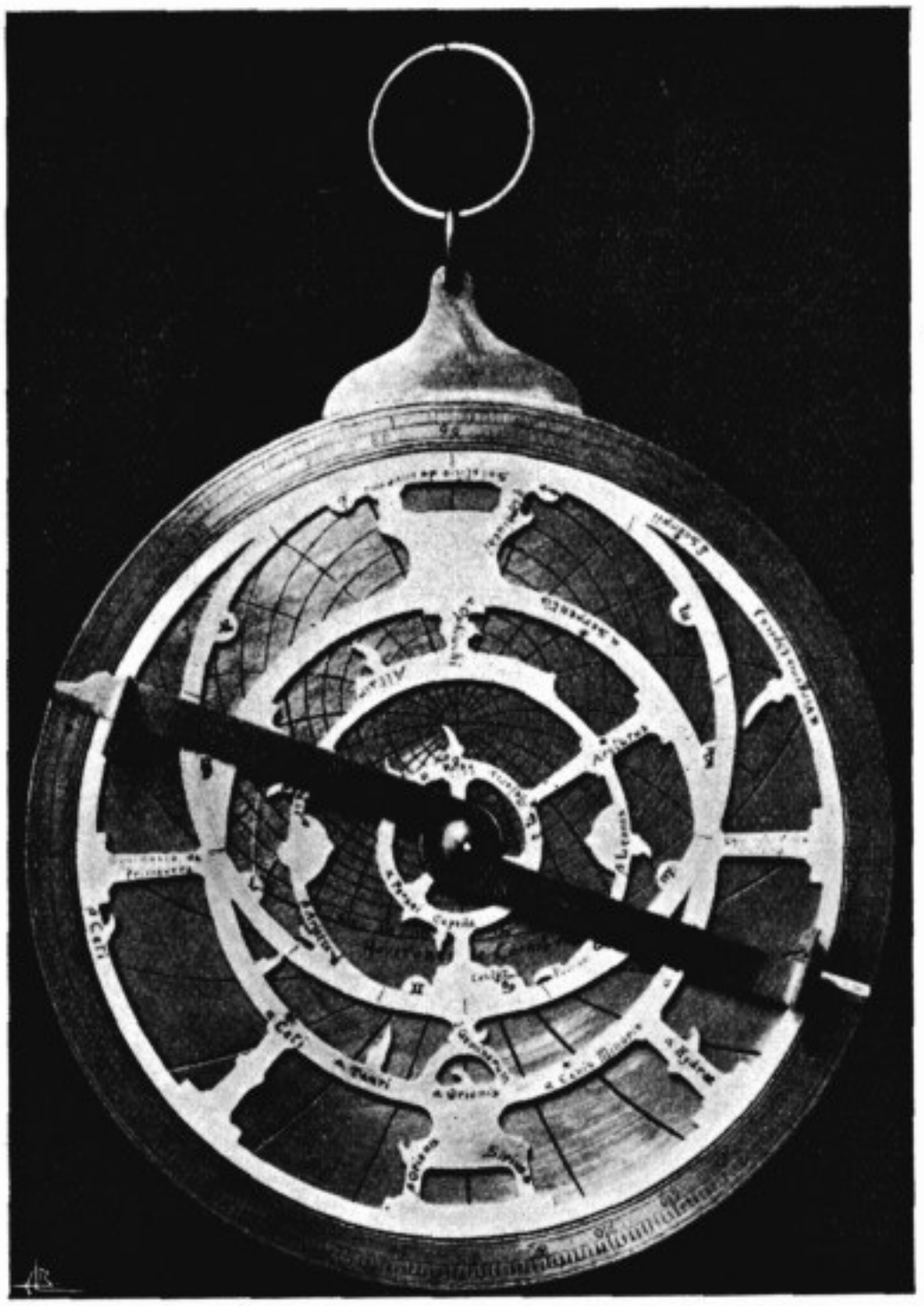
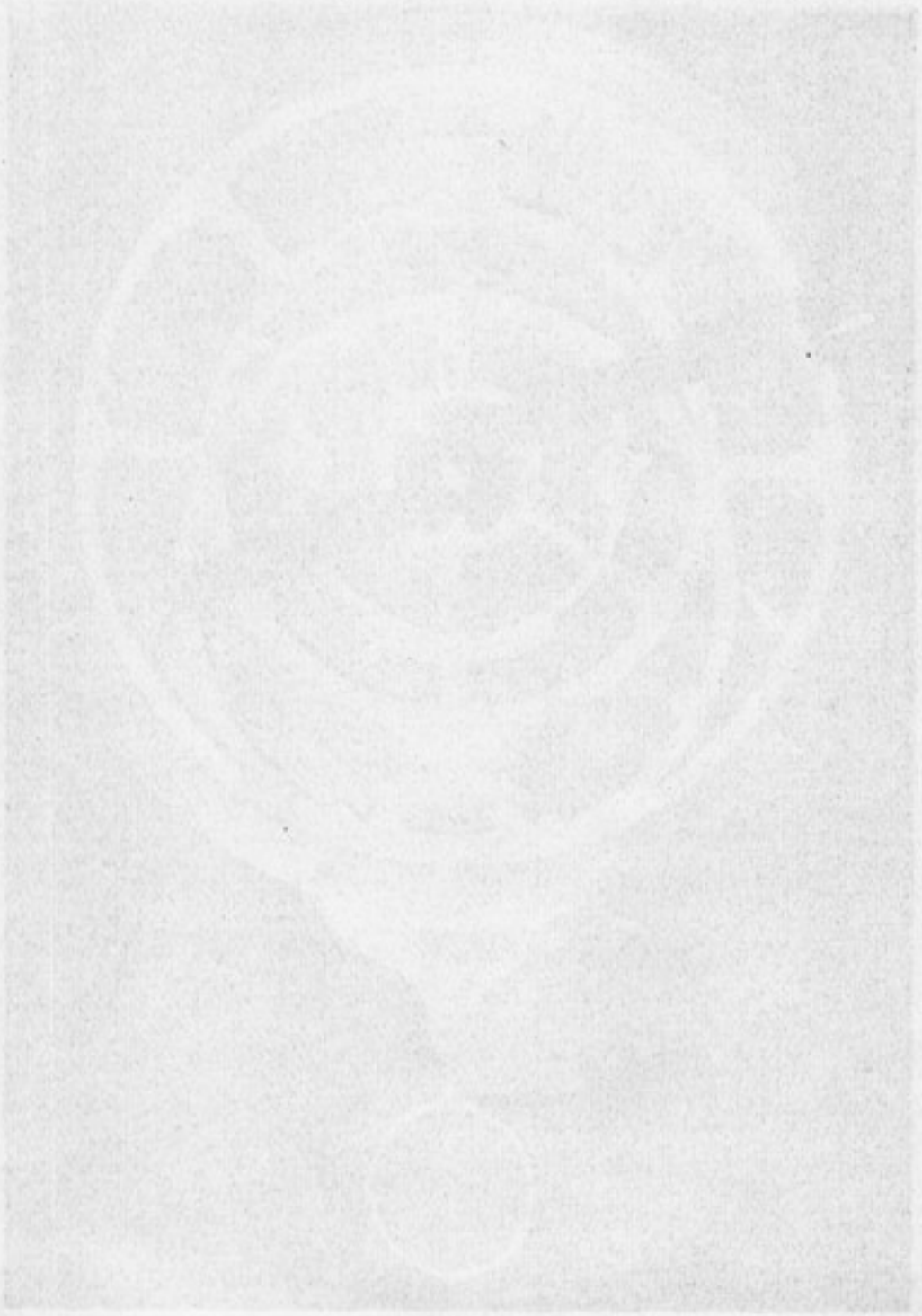


Fig. 8 — ASTROLÁBIO PLANO DE LATÃO E ALUMÍNIO

Construído pelo autor, para a latitude de 40° norte.



da cara, suspenso pelo anel, faz-se pontaria para o astro, pelos buracos das pínulas da alidade. Mais adiante explicamos como se opera, nos diferentes casos. O raio visual assim dirigido para o astro, forma, com o plano horizontal, um ângulo que é a *altura* do astro acima do horizonte (veja fig. 11) e que se lê no bordo graduado do instrumento, desde o zero, que está no diâmetro horizontal, até à alidade.

b) **Azimute do astro.** — Se o astro de que tomamos a *altura* está representado na aranha, ou é um planeta cuja posição no zodíaco nós conhecemos, é fácil conhecer o seu *azimute.*

Tratando-se, por exemplo, da estrêla α da constelação *Boötis,* brilhante estrêla de primeira grandeza, chamada *Arcturus,* medida a sua altura, move-se a aranha até a estrêla ir ocupar, acima do horizonte, o «círculo de altura» correspondente à altura tomada, à direita ou à esquerda do diâmetro vertical, conforme o astro se acha a oriente ou a ocidente.

Pelos arcos de círculo que concorrem no zenite se vê, imediatamente, o *azimute* da estrêla.

Arcturus tem, na figura, 39° graus de altura e 95° de azimute. A estrêla *Vega* ou α da *Lyra* está em 85° de altura e 90° de azimute.

A observação da altura de um astro é suficiente para colocarmos a aranha na posição em que nos dá a imagem da esfera celeste no instante da observação.

Com o astrolábio plano resolvem-se, mecânicamente, dezenas de problemas de astronomia e topografia, como sejam, o cálculo da hora do dia e da noite, alturas dos astros, azimutes, as horas do nascer e pôr do sol, das estrêlas, etc.

Na Escola Naval, em Lisboa, existe um belo exemplar de *astrolábio planisférico,* construído em 1616. Na Sociedade

de Geografia existe um outro cuja data, embora desconhecida, é anterior a 1582.

O Dr. Luciano Pereira da Silva deixou um exemplar do astrolábio plano, que descreveu na revista *Lusitania*.

Quando os portugueses, no século XV, começaram a estender as suas navegações pelo mar dentro e reconheceram a necessidade de conhecer a posição da nau, em cada dia, foi o astrolábio que, principalmente, utilizaram na determinação da latitude geográfica, medindo com êle a altura do polo acima do horizonte e a altura meridiana do sol.

Os restantes problemas que o *astrolábio plano* podia resolver não interessavam à navegação. Por isso, os nossos pilotos simplificaram o instrumento, suprimindo o disco de latitude e a aranha, além de outras modificações que introduziram e de que tratamos adiante.

Ficaram assim com um instrumento mais simples, a que se chamou *astrolábio náutico,* que esteve em uso na navegação de todo o mundo, até fins do século XVII, em que foi substituído pelo sextante. O Observatório Astronómico da Universidade de Coimbra possui um exemplar do astrolábio náutico, de latão, com $0^{m},50$ de diâmetro e 10 quilos de pêso.

O astrolábio náutico foi usado por Diogo de Azambuja, em 1481; por Colombo, antes de 1484; por Bartolomeu Dias, em 1487; por Vasco da Gama, em 1497; e por Cabral, em 1500.

Em 1482, calculou Diogo de Azumbuja a latitude do Castelo de S. Jorge, de Lisboa, medindo a altura da estrêla polar. O Dr. Pedro Nunes determinou a latitude de Évora, em 1535, que achou de 38° e um têrço aproximadamente. A latitude de Évora é de 38° e meio aproximadamente (38° 35′). Com o mesmo instrumento achou 40° 3o′ para latitude de Coimbra.

Desenvolvemos o estudo sôbre o astrolábio, em conse-

qüência do papel importante que êste instrumento desempenhou nas navegações dos portugueses, nos séculos XV, XVI e XVII, e para conhecermos as modificações nêle introduzidas pelos nossos pilotos daquela época.

ASTROLABIO NAUTICO

Descrição. — Segundo a nomenclatura usada pelos pilotos portugueses da época quinhentista, o astrolábio náutico compõe-se de duas partes principais: a *roda* e a *medeclina* (figs. 9 e 10).

A *roda* é um círculo com os quadrantes graduados de zero a noventa graus e munido de um anel para suspensão do instrumento.

A *medeclina* é uma alidade móvel no plano da *roda*, em tôrno do centro do instrumento, tendo, junto das extremidades, duas pínulas furadas.

Os buracos P e P′ das pínulas estão situadas de modo que a linha que une os centros é paralela ao plano da *roda* e passa pelo centro do instrumento (fig. 11).

A princípio os zeros da graduação da roda estavam nos extremos do diâmetro horizontal e o instrumento dava directamente a *altura* HOA do astro. Nos astrolábios portugueses mudou-se, depois, o comêço da graduação de cada um dos quadrantes para o diâmetro vertical e o astrolábio dava a *distância zenital* ZOA, complemento da *altura*.

Uso do astrolábio. — O astrolábio náutico, descrito no número anterior, prestou grandes serviços nas navegações dos séculos XV, XVI e XVII.

Se o instrumento é de grandes dimensões e bastante pesado, suspende-se de um tripé, como se vê representado na figura 10.

O plano da roda deve ficar vertical e o fio de prumo,

suspenso do extremo superior do diâmetro vertical, deve passar pelo centro.

Orienta-se o instrumento até que o limbo da roda coin-

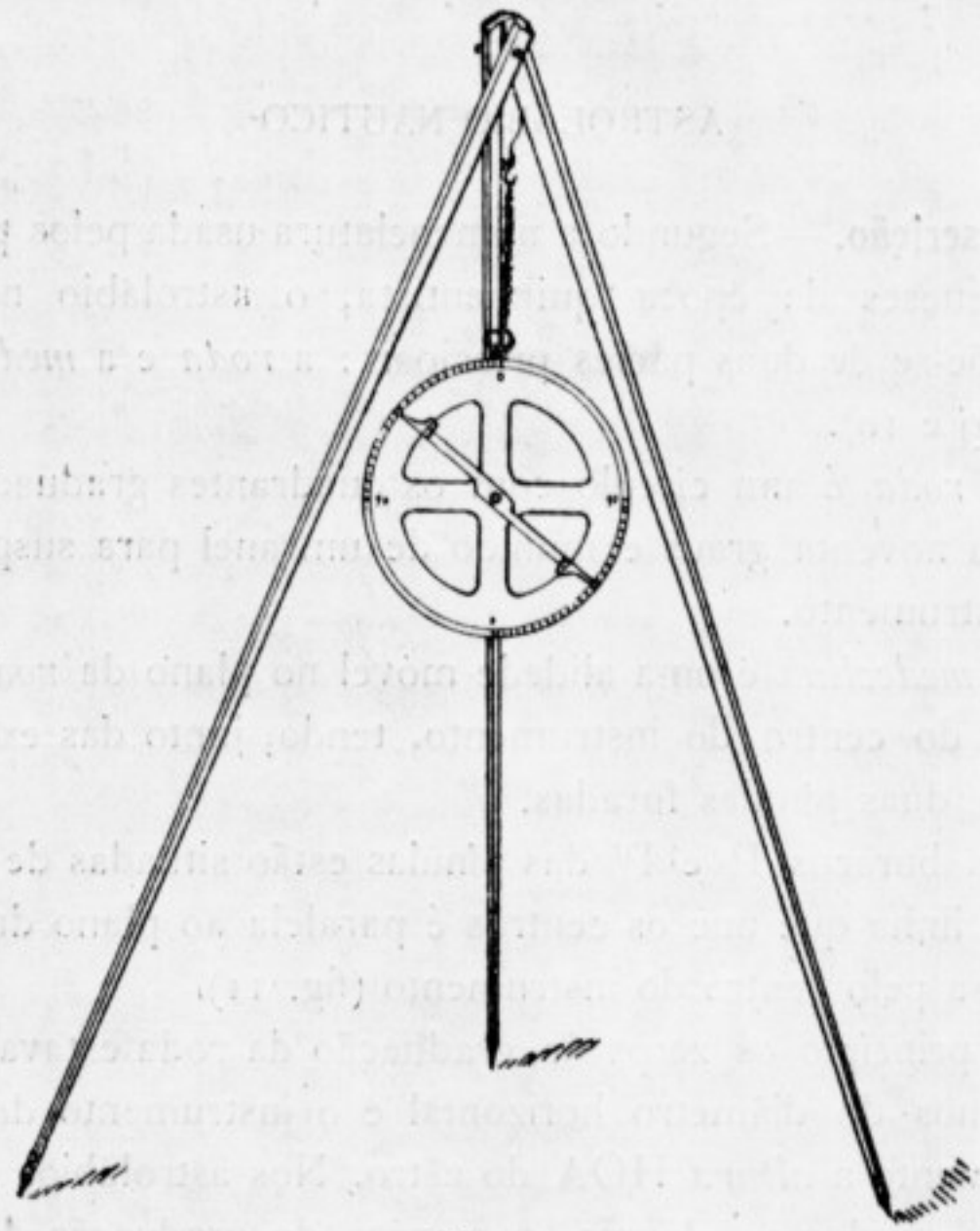


Fig. 10

cida com o plano vertical do astro, que supomos ser o sol, e move-se a alidade até que a sombra da pínula alta cubra a pínula baixa (1).

O feixe luminoso que então passa pelo buraco da pínula

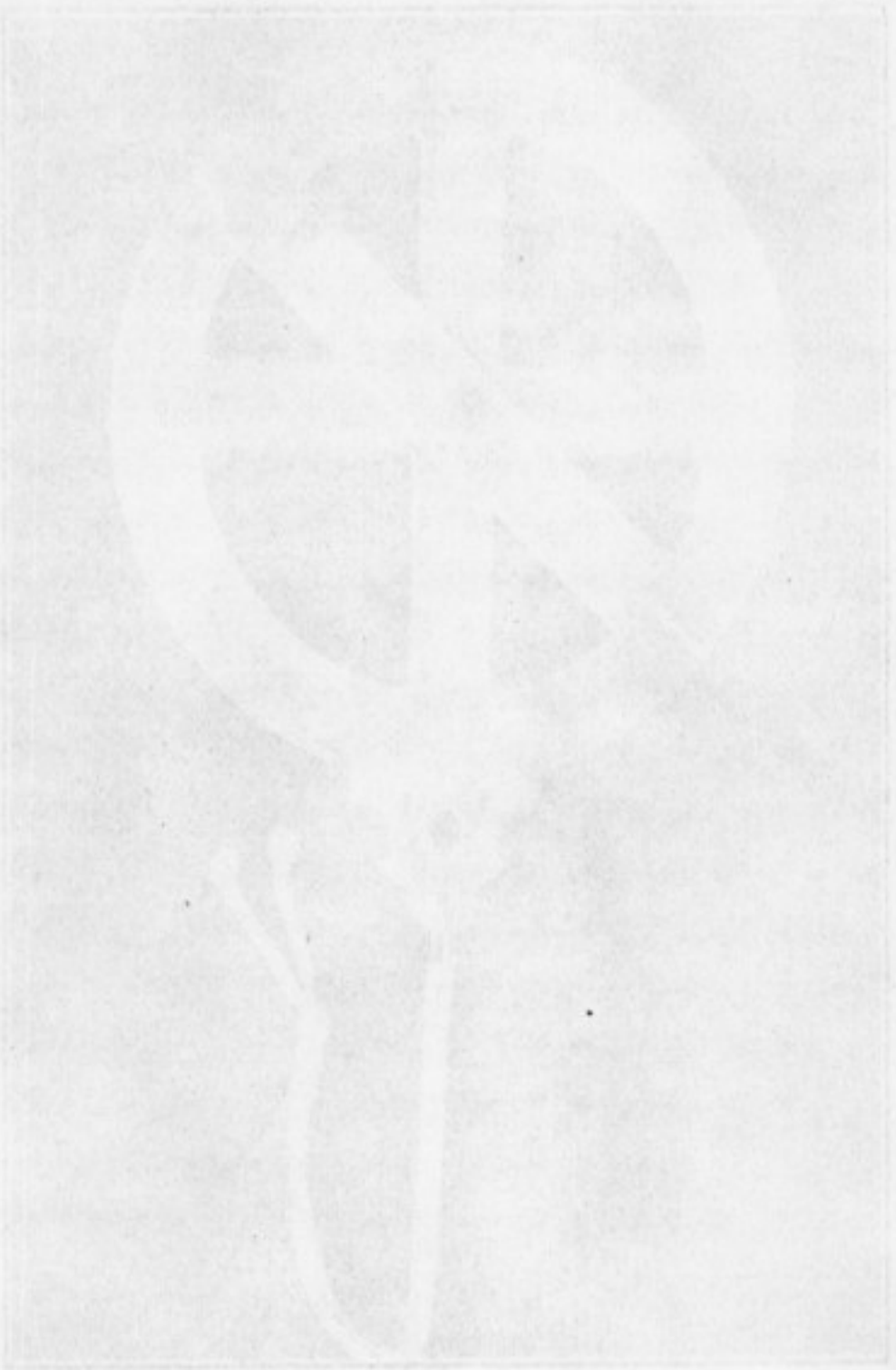
---

(1) Estando o sol acima do horizonte, a medeclina toma sempre uma posição cruzada com o diâmetro horizontal, de modo que uma das pínulas fica acima dêste diâmetro (pínula alta) e a outra (pínula baixa) está da parte de baixo do mesmo diâmetro.



Fig. 9 — ASTROLÁBIO NÁUTICO DE LATÃO

Construído no Liceu Central de Coimbra



alta vem cair no buraco da pínula baixa (fig. 11). O ângulo ZOA assim observado é igual à *distância zenital* do astro, se o contamos desde o extremo do diâmetro vertical (zenite) até à medeclina: se a contagem é feita a partir do diâmetro

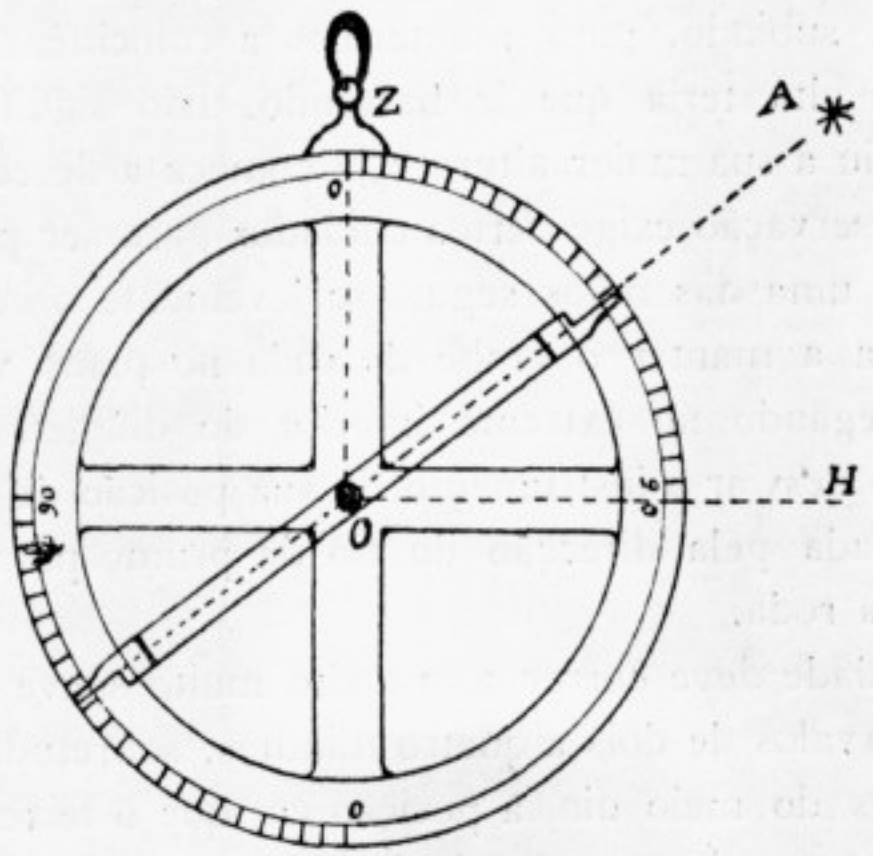


Fig. 11

horizontal (horizonte) até à medeclina, temos a *altura* HOA do astro. Interessa-nos conhecer, sobretudo, para a resolução de vários problemas, a *altura meridiana* do sol, isto é, a *altura* do sol no momento da sua passagem pelo meridiano do lugar, que é ao meio dia verdadeiro.

Convém começar a observação meia hora a um quarto de hora antes da passagem do sol pelo meridiano.

Como o astro vai ainda subindo, quando começamos a observá-lo, e a sua altura vai aumentando, é necessário ir movendo a alidade, para conseguirmos manter o feixe luminoso que passa pelo buraco da pínula alta em coinci-

dência com o buraco da pínula baixa. Chega um instante em que o feixe luminoso, depois de estacionar, começa a desviar-se da linha dos buracos das pínulas, em sentido contrário, de modo que teríamos de mover a alidade em sentido contrário daquele em que a deslocávamos, quando o sol ia subindo, para mantermos a coincidência; isto é, a pínula alta teria que ir baixando. Isto significa que o sol atingiu a sua maior altura e já começa a descer.

A observação exige certos cuidados para ser precisa.

Com uma das mãos segura-se levemente o instrumento de forma a manter o limbo da roda no plano vertical do astro, pegando no extremo inferior do diâmetro vertical, para não desviar o instrumento da sua posição de equilíbrio, que é dada pela direcção do fio de prumo passando pelo centro da roda.

A alidade deve correr com atrito muito suave e levar-se com intervalos de dois a quatro minutos, sobretudo nas proximidades do meio dia, à posição em que o feixe luminoso coincida com o buraco da pínula baixa.

Em vez de mover a alidade com a mão, será preferível fazê-lo com leves pancadas dadas junto da pínula alta, com uma chave, lápis, ou qualquer objecto pouco pesado.

Ao mesmo tempo que mede a altura meridiana do sol, o astrolábio dá também o instante do meio dia verdadeiro.

Se o astrolábio é de pequenas dimensões, suspende-se da mão por meio do anel e segue-se o processo que acabámos de expor.

Querendo observar uma estrêla ou qualquer outro astro que não projecte sombra, eleva-se o instrumento à altura da cara e, encostando um dos olhos à pínula baixa, mira-se o astro pelos buracos das duas pínulas.

Para estas observações servem outros buracos, maiores que os primeiros e em que o da pínula alta, de maior diâmetro, pode ter dois fios cruzados no centro.

Modificações feitas no astrolábio plano. — Só a resolução do problema das latitudes pela observação da altura dos astros interessava aos navegadores dos séculos XV e XVI. Os restantes problemas que podiam ser resolvidos com o astrolábio planisférico não interessavam à navegação, motivo por que êste foi simplificado e melhorado para a resolução do problema das *alturas*.

Essas modificações resumiram-se, principalmente, no seguinte:

a) supressão do *disco de latitude* e *aranha,* dispensáveis na resolução dos problemas náuticos;

b) a chapa metálica (*mãe* do astrolábio planisférico), com o seu bordo graduado de 0° a 360°, passou para o astrolábio náutico com a forma que apresenta a *roda* com os dois diâmetros. Foi, portanto, *vazada* para que o vento, incidindo sôbre ela, não prejudicasse as observações;

c) o diâmetro da *roda* foi consideràvelmente aumentado, sobretudo nos astrolábios de madeira, para tornar o instrumento mais pesado e aumentar o tamanho das divisões da graduação;

d) a graduação do limbo da roda, nos quatro quadrantes, substituiu a graduação desde 0° a 360° do bordo.

Foram os portugueses que mudaram o zero da graduação dos extremos do diâmetro horizontal para diâmetro vertical.

O astrolábio náutico de madeira, para observar com tripé, pode ser construído com as seguintes dimensões:

Roda	diâmetro	0m,50
	largura do limbo	0m,053
	grossura de madeira	0m,025
Medeclina	comprimento	0m,490
	largura	0m,020
	grossura	0m,007

Pínulas ...	largura	$0^m,040$
	altura	$0^m,040$
	buracos para o sol (diâmetro)	$0^m,003$
	» » para outros astros..	$0^m,005$

Um astrolábio de latão, de $0^m,25$ de diâmetro, constitui um bom exemplar para observar com êle suspenso da mão.

QUADRANTE NAUTICO

Notícia histórica. — Não se sabe quem inventou êste instrumento astronómico, que os árabes tornaram conhecido na Europa ocidental. Na segunda metade do século XIII, já o *quadrante* era conhecido na península ibérica. Êste instrumento era, então, empregado na resolução de vários problemas de astronomia e topografia, principalmente no cálculo da *altura* dos astros e da hora do dia, pela medida da áltura do sol. Do uso muito freqüente do quadrante para o cálculo da hora, resultou a designação de *quadrantes* (quadrantes solares, lunares, etc.) para qualquer superfície destinada a dar a hora, pela direcção da sombra projectada por uma vara, sôbre a superfície.

Quando houve necessidade de fazer observações astronómicas para uso da navegação, observações que se limitavam à medida da altura dos astros para o cálculo das latitudes, o quadrante e o astrolábio foram os dois instrumentos mais empregados pelos navegadores dos séculos XV e XVI.

Simplificou-se o instrumento até então usado e a que podemos chamar *quadrante astronómico,* deixando-lhe só a parte necessária à medida da altura dos astros. Êste instrumento, assim simplificado, ficou conhecido com o nome de *quadrante náutico* e continuou em uso até que foi substituído pelo *sextante.*

Diogo Gomes, piloto português, levava consigo o quadrante, para observações astronómicas, quando, em 1462, fêz a sua viagem à Guiné.

Fernão de Magalhães, em 1519, levava na armada, entre outros instrumentos, vinte e um quadrantes de madeira, seis astrolábios de metal e um de madeira.

Descrição e uso. — O quadrante náutico é um quarto de círculo, com o limbo graduado de zero a noventa graus, limitado por dois raios perpendiculares. Junto dos extremos do raio em que termina a graduação, levantam-se duas pínulas furadas, como as da alidade do astrolábio, para a observação da altura dos astros. Do centro do limbo pende um fio de prumo que marca, sôbre a graduação, o valor dos ângulos observados.

Para medir a altura do sol, toma-se o quadrante verticalmente com as duas mãos e orienta-se o limbo no plano vertical do astro, com a face graduada voltada para o observador e o bordo em que se levantam as pínulas para o lado oposto àquele em que se encontra o sol (fig. 13).

Conservando o limbo no plano vertical do astro, inclina-se o instrumento convenientemente, de modo que o feixe luminoso que atravessa o buraco da pínula alta venha cair no buraco da pínula baixa. O fio de prumo marca então, na graduação do limbo, o valor da altura do sol.

A figura 13, em que HH' representa a linha do horizonte, a' a altura do astro e a o ângulo medido pela direcção do fio de prumo, mostra que $a = a'$.

Para observar qualquer astro que não projecte sombra, levanta-se o quadrante à altura dos olhos e visa-se o astro pelos buracos das duas pínulas, encostando a cara à pínula baixa.

Os buracos destinados às observações solares não servem para observar outros astros, por serem muito pequenos.

Cada pínula tem, por isso, outro buraco de maior diâmetro e nas mesmas condições em que se encontram os da mede-clina do astrolábio, para o mesmo fim.

De noite, sobretudo, em que é impossível ver o ângulo medido pela direcção do fio de prumo, ao mesmo tempo

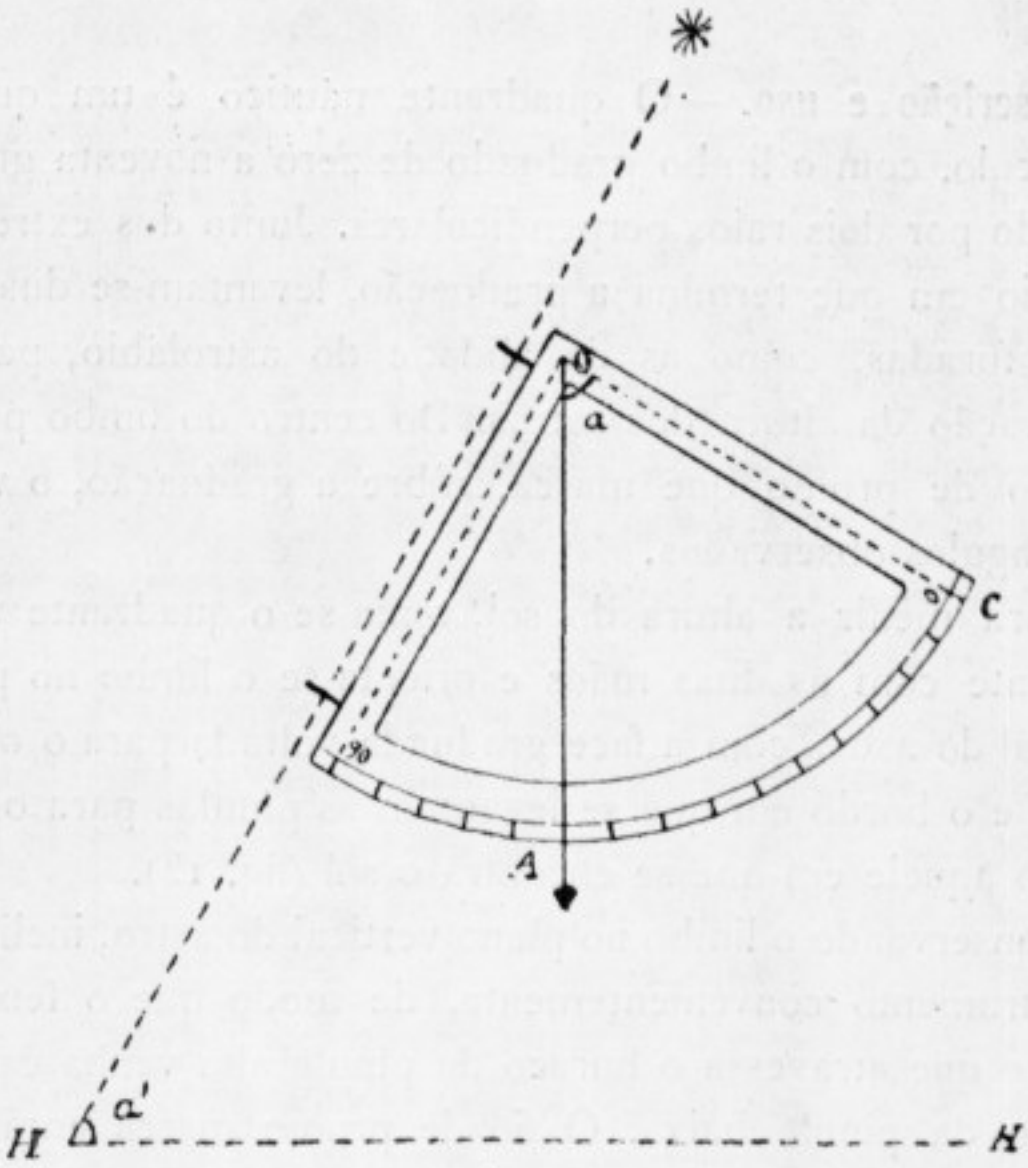


Fig 13

que se observa o astro, uma das mãos segura o quadrante pelo limbo, junto do fio de prumo, de modo que o dedo polegar, calcando-o, fixa a sua posição sôbre o limbo gra-duado.

Pode então retirar-se o quadrante depois da observação e ler a altura observada sem o fio de prumo sair da posição em que o fixamos.

Em vez de um só par de pínulas é mais cómodo usar um

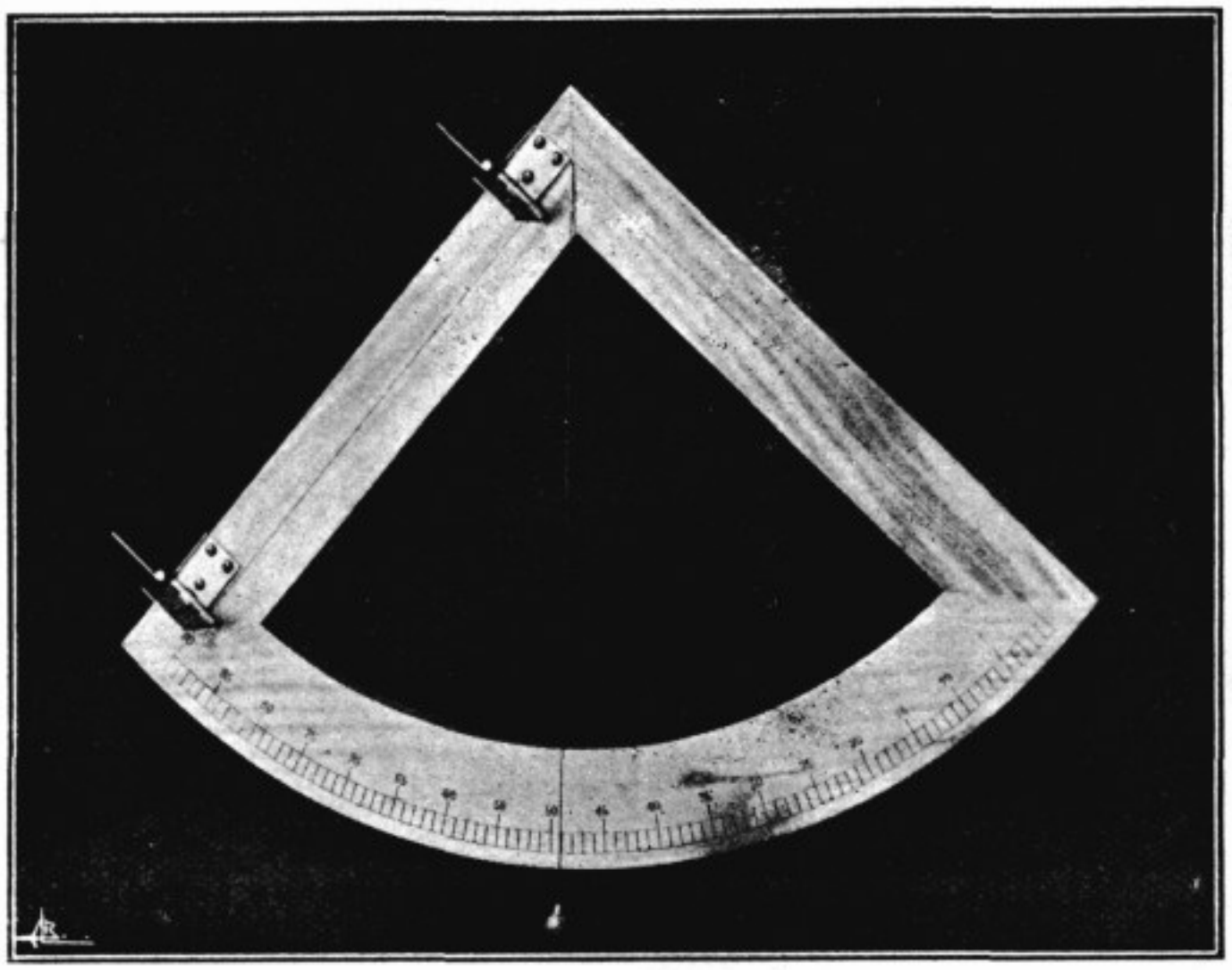
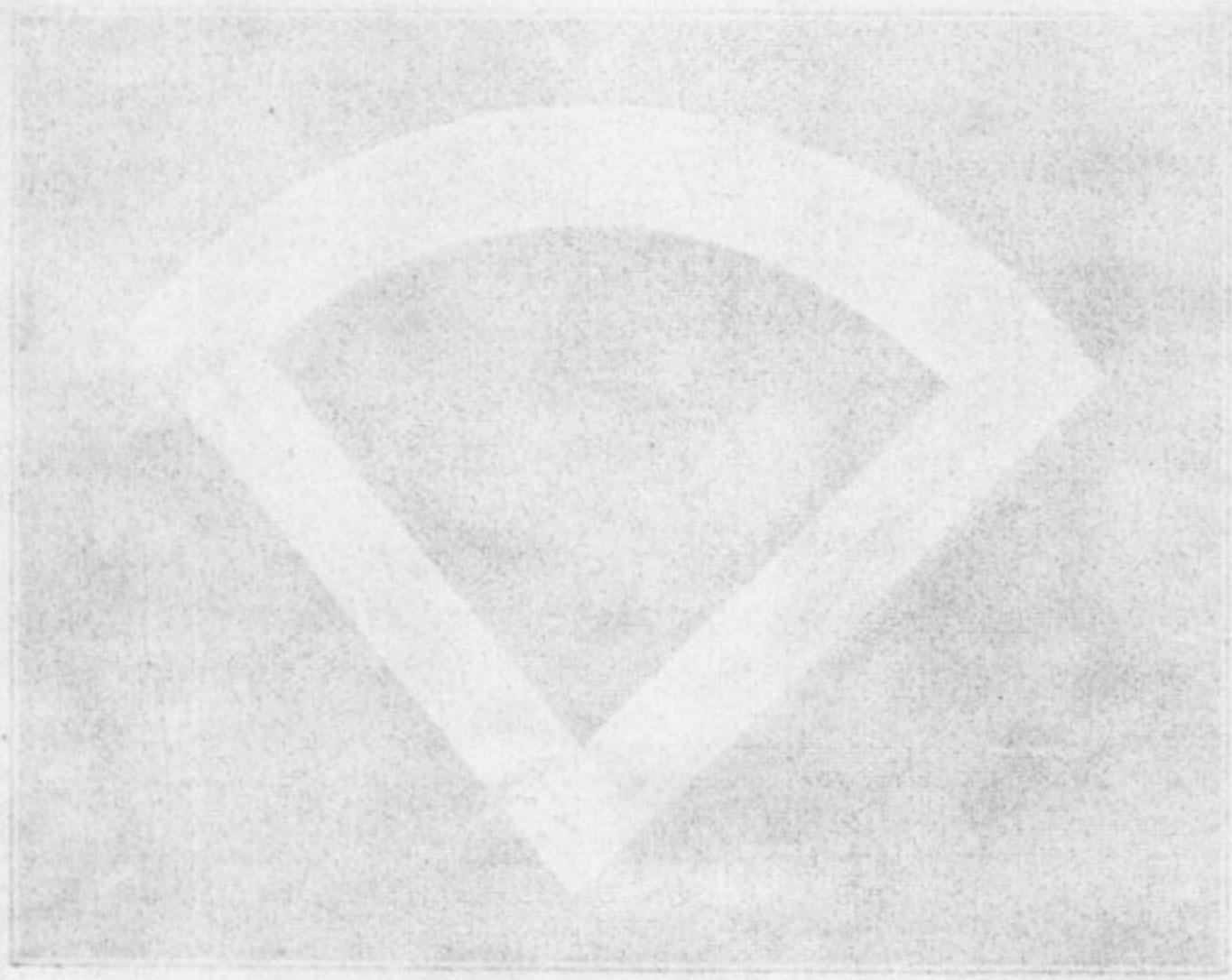


Fig. 12 — QUADRANTE NÁUTICO DE MADEIRA



par exclusivamente destinado às observações do sol, em que os buracos são de pequeno diâmetro, e outro par, com os buracos mais largos, destinado às observações dos astros que não produzem sombra, tendo a pínula alta dois fios de rectículo cruzados no centro do buraco.

Convém, para transportar o quadrante sem perigo de inutilizar as pínulas, que estas possam abater-se por meio de charneira.

Um par de pínulas pode ser montado no plano do limbo, sôbre o raio 90°-vértice, de modo que a linha dos buracos fique paralela ao mesmo raio.

Recomendamos as seguintes dimensões para um modêlo escolar do quadrante náutico:

Corpo do quadrante ..	grossura da madeira	0m,035
	raio do quadrante	0m,450
	largura do limbo	0m,065
	largura dos raios	0m,050
Pínulas para observar o sol (de latão)	largura	0m,035
	altura	0m,040
	grossura	0m,004
	buracos (diâmetro).	0m,002 a 0m,003
Pínulas para observar outros astros (diâmetros dos buracos) ...	pínula baixa	0m,004
	pínula alta	0m,006

É vantajoso construir o quadrante com o centro do limbo em O (fig. 13). O fio de prumo fixa-se neste ponto e o zero e noventa da graduação correspondem aos dois raios perpendiculares tirados de O, nos pontos de encontro com o limbo. Na faixa exterior ao raio 90°-vértice monta-se então, sem inconveniente, um par de pínulas.

IMPORTÂNCIA HISTÓRICA DOS INSTRUMENTOS NÁUTICOS ESTUDADOS

II PARTE

Os instrumentos de altura usados pelos navegadores portugueses e espanhóis dos séculos XV, XVI e XVII, na resolução do problema das latitudes, pela observação da altura do sol e das estrêlas, foram o astrolábio, o quadrante, a balestilha e as tavoletas náuticas.

Nem todos estes instrumentos tiveram, porém, igual importância. Os mais usados e que contribuíram para o grande desenvolvimento das viagens marítimas da época dos descobrimentos, foram o astrolábio e o quadrante. Os pilotos daquela época pouco usaram a balestilha e as tavoletas.

É, pelo menos, o que devemos concluir da forma como os livros sôbre náutica, então escritos, se referem aos diferentes instrumentos citados.

Os serviços que prestou cada um dêsses instrumentos, nas viagens marítimas dos descobrimentos, têm sido apreciados de modos muito diversos pelos historiadores da sciência náutica quinhentista e dos descobrimentos marítimos.

Emquanto alguns historiadores, com justo motivo, dão tôda a importância ao papel que o astrolábio e o quadrante náuticos desempenharam, desde o último quartel do século XV e durante todo o século XVI, outros dizem que foi a balestilha, que os navegadores mais utilizaram nas suas viagens dos descobrimentos.

Como vamos ver, ainda em obras recentes se pretendia dar à balestilha uma importância que nunca teve e reivindicar para Martim Behaim serviços que não prestou.

Os valiosos trabalhos de investigação histórica de Ravens-

tein, do Sr. Joaquim Bensaúde e do doutor Luciano Pereira da Silva, vieram demonstrar a falsidade destas e outras pretensões.

Para darmos o justo valor às conclusões dos três investigadores citados, convém transcrever algumas afirmações respeitantes ao assunto que estamos tratando.

Do explêndido livro do Sr. Joaquim Bensaúde *L'astronomie nautique au Portugal à l'époque des grandes découvertes,* Berne, 1912, transcrevemos as seguintes passagens de um historiador alemão:

«Si l'Allemagne n'a pas participé directement aux grandes découvertes du XV^e^ et du XVI^e^ siècle, ce furent cependant les savants allemands qui par leurs travaux d'atelier et de bibliothèque ont donné à ces entreprises l'impulsion décisive. Dans ce sens notre célèbre compatriote Regiomontanus aussi bien que Martin Behaim peuvent sûrement revendiquer le mérite d'avoir contribué d'une façon essentielle à la découverte de l'Amérique» (1).

Humboldt afirma que as *Efemérides* de Regiomontanus foram usadas «sur les côtes d'Afrique, d'Amérique et de l'Inde, dans les premières grands voyages de découvertes de Bartholomeu Dias, de Colomb, de Vespucii et du Gama» (2).

Karl Ritter (1861), enaltecendo os serviços prestados por Behaim, que, em sua opinião, teria também inventado o astrolábio náutico ou dado a conhecer, em Portugal, o astrolábio de Regiomontanus, escreve:

«L'application de ce nouvel astrolabe donna les resultats les plus brillants, d'autant plus q'on pouvait se servir pour son utilisation des célèbres Ephémèrides de Regiomontanus» (3).

---

(1) J. Bensaúde — *L'astronomie nautique...* pág. 16.
(2) J. Bensaúde — *L'astronomie nautique...* pág. 11.
(3) J. Bensaúde — *L'astronomie nautique...* pág. 11.

Compare-se a opinião de Karl Ritter com a de S. Günther que, referindo-se à chegada de Martim Behaim a Portugal e ao facto de ter feito parte da «Junta de Matemáticos» de D. João II, escreve:

«Se supone que el joven recién llegado era muy experto en el manejo del «bastón de Jacob» o «bastón de Cruz», que ya habia inventado en el siglo XIV el judio provenzal Levi ben Gerson, pero que Regiomontano convertió por vez primera en un instrumento de gran utilidad práctica, *que durante más de dos siglos habia de ser indispensable requisito para determinar la posición geográfica de cada lugar:* solamente se opone a esto el hecho de que todavia un decenio después, los tratados del arte de navigación no sepan nada del «bastón de Jacob» (1).

O professor Konrad Kretschmer escreve: «el examen de toda la superficie de la esfera y la indicación y configuración de los nuevos paises, exigiam también una determinación segura de algunas localidades, con arreglo a las coordenadas geograficas.

«Pero éstas eran todavia naturalmente defeituosas.

«La determinación de latitudes con ayuda del «baston de Jacob» originaba errores considerables: todavia eran mayores los errores en la determinación de longitudes» — *Historia de la geografia* (colección labor), Barcelona, 1926; pág. 98.

Se o autor, assim como todos os outros que consideram a balestilha melhor que o astrolábio e quadrante, para a medição da altura dos astros, tivessem usado um e outros, em uma série de observações, não teriam cometido o grande êrro de considerarem a balestilha como o melhor dos instrumentos náuticos dos séculos XV e XVI.

---

(1) S. Günther — *La época de los descubrimientos*, Barcelona, 1926, pág. 38.

Como acabámos de ver, na literatura alemã abundam as opiniões em favor dos serviços que Regiomontanus e Behaim prestaram à sciência náutica portuguesa, o primeiro fornecendo as suas *Efemérides* e o segundo introduzindo o uso do astrolábio e da balestilha, no mar, como instrumentos de altura, para a resolução do problema das latitudes.

Na literatura francesa também se aprecia de modos muito diferentes o papel que desempenharam as *Efemérides* e os diferentes instrumentos náuticos, designadamente o astrolábio e a balestilha, assim como a prioridade do seu uso, no mar, pelos pilotos portugueses.

J. Bigourdan, no seu livro *L'Astronomie, évolution des idées et des méthodes,* 1920, pág. 321, escreve o seguinte, a respeito das *Efemérides* de Regiomontanus:

«on dit q'elles contribuèrent puissamment aux grandes découvertes maritimes de la fin du XV^{e} siècle, et que Vasco de Gama et Christophe Colomb en firent usage».

Em uma obra ainda mais recente, encontrámos o seguinte:

«Ces Ephémèrides furent imprimées à Venise, em 1484, on estime qu'elles rendirent des services inestimables aux hardis navigateurs espagnols et portugais qui allaient parcourir des mers inconnues».

«*Colomb a fait faire à l'Astronomie nautique des grands progrès. Il fut le premier à se servir en mer de l'astrolabe pour determiner la position du navire, faire le point*» (1).

A sciência náutica portuguesa assentava sôbre os seguintes factos, na opinião dos sábios alemães:

1.º Martim Behaim inventou ou melhorou o astrolábio náutico;

2.º Martim Behaim deu a conhecer a balestilha, em Por-

(1) F. Boquet — *Histoire de l'astronomie,* 1925, pág. 239-241.

tugal; êste instrumento exerceu um papel muito importante, durante as navegações dos descobrimentos;

3.º Martim Beahim ensinou o cálculo das latitudes aos pilotos portugueses;

4.º As *Efemérides* de Regiomontanus, usadas pelos grandes navegadores dos descobrimentos, contribuíram para a resolução do problema das latitudes.

Depois dos trabalhos de investigação do Sr. Joaquim Bensaúde e do doutor Luciano Pereira da Silva, a estas pretensões dos sábios alemães, respondemos pela seguinte forma:

1.º As três nações latinas: Espanha, Itália e a França é que prepararam o terreno sôbre que Portugal construíu a sua obra náutica:

2.º Um italiano, Manuel Pessanha (1317), foi um dos primeiros organizadores da marinha portuguesa.

Mestre Jacome de Malhorca, catalão, cartógrafo e fabricante de instrumentos náuticos, coutribuíu consideràvelmente para organizar o meio marítimo de Sagres (1416):

3.º A astronomia náutica portuguesa foi o ponto de partida da sciência náutica moderna, na Europa (1).

Aos historiadores alemães que, como Breusing, Ruge, Günther, Gelcich, Fœrster, etc., sustentaram, depois de Humboldt, que a sciência náutica portuguesa teve os seus fundamentos na obra de Regiomontanus e no concurso prestado pelo nuremburgues Martim Behaim, temos de juntar os historiadores que, baseados nas afirmações dos escritores alemães citados, vêm repetindo, sem reservas, que as *efemérides* e a balestilha contribuíram, de maneira decisiva, para o bom êxito das navegações dos descobrimentos.

Assim se espalhou pelo mundo inteiro uma série de obras

---

(1) J. Bensaúde — *Histoire de la science nautique portugaise* (résumé), Genève, 1917.

em que se fizeram afirmações sem fundamento e que hoje exigem um esfôrço considerável para destruir completamente.

Pode dizer-se que, em conseqüência dos trabalhos de investigação de Ravenstein, do Sr. Joaquim Bensaúde e do doutor Luciano Pereira da Silva, já hoje encontramos, na literatura alemã e de outros países, palavras de justiça, sôbre a obra scientífica portuguesa, mostrando uma transformação salutar na opinião dos historiadores de hoje (1).

A prova da falsidade das pretensões dos historiadores alemães está feita. Mas é necessário insistir e tornar conhecidas as conclusões a que chegaram os nossos investigadores, para destruir a influência exercida pela literatura alemã.

E a obra dos três investigadores a que nos referimos, está já consagrada de tal forma, que o historiador consciente, da sciência náutica portuguesa e espanhola dos séculos XV e XVI, não poderá dispensar-se do seu exacto conhecimento.

*
* *

Depois de termos adquirido um modêlo do astrolábio náutico de madeira, construído no Instituto Superior Técnico de Lisboa, então dirigido pelo Sr. Dr. Alfredo Bensaúde, fizemos construir, em Coimbra, pela nossa parte, modêlos do quadrante náutico, da balestilha, do astrolábio plano de latão, do astrolábio náutico também de latão, e das «tavoletas náuticas», que reproduzimos neste trabalho, pelo desejo que tínhamos de verificar o rigor das observações feitas com estes instrumentos, na medida da altura dos astros e comparar os resultados de uma série de observações.

---

(1) J. Bensaúde — *Histoire de la science nautique portugaise* (résumé). Genève, 1917.

Medindo a altura meridiana do Sol, com o astrolábio, quadrante e balestilha, depois de uma série de observações, chegámos ao seguinte resultado: com o astrolábio, o êrro médio obtido foi de 5′,9; com o quadrante, o êrro foi de 9′,3; finalmente, com a balestilha, obtivemos 31′.

Durante a noite, medindo a altura do polo com o quadrante, balestilha e tavoletas, pela observação da estrêla polar, encontrámos, respectivamente, 11′,4, 24′,3 e 36′,5.

Nas observaçóes feitas com a balestilha e com o kamal, mais de uma vez tivemos de regeitar os resultados de algumas observações, por se afastarem muito do valor que devíamos obter.

Mais tarde, tivemos ocasião de repetir uma série ainda maior de observações da altura meridiana do sol, num curso de cosmografia, no liceu de Coimbra, em que utilizámos observações de um curso de vinte e sete alunos.

Com o emprêgo simultâneo de três astrolábios, um de madeira suspenso do seu tripé e dois de metal pendurados da mão, e ainda com dois exemplares do quadrante náutico, raras vezes o êrro cometido ia além de 3 a 4 minutos. Na resolução do problema da latitude de Coimbra, algumas vezes os mesmos alunos obtiveram o resultado exacto de 40°12′, nestas observações (1).

Já o mesmo não aconteceu com a balestilha.

Podemos dizer que muito poucos foram os alunos que conseguiram fazer uma série de observações aproveitáveis com a balestilha. Com êste instrumento, o êrro médio foi sempre superior a 30′.

Estes resultados confirmam, em absoluto, a opinião unânime dos navegadores portugueses e espanhóis dos séculos XV, XVI e XVII, a respeito do valor dos diferentes instrumentos náuticos daquela época, sobretudo do astrolábio e da

---

(1) A latitude exacta de Coimbra é de 40°12′24″,5.

balestilha, contràriamente à opinião dos historiadores alemães, como o Sr. S. Günther, para quem, como vimos, a balestilha «*durante más de dos siglos habia de ser indispensable requisito para determinar la posición geográfica de cada lugar*».

Vamos pôr em evidência o uso que os navegadores da época dos descobrimentos fizeram dos diferentes instrumentos náuticos e a confiança que, para êles, representavam os resultados das observações feitas com esses instrumentos.

Não nos demoraremos a mostrar que o quadrante e o astrolábio já eram usados a bordo das naus portuguesas, o primeiro desde o ano de 1462, em que Diogo Gomes determinou a latitude, medindo a altura da estrêla polar, e o astrolábio, desde o ano de 1481, pelo menos, em que Diogo de Azambuja o utilizou também na determinação das latitudes. São factos hoje absolutamente esclarecidos.

Pretendemos apenas reünir elementos dispersos, que mostram bem o papel que desempenhou cada um dos quatro instrumentos de altura de que vimos tratando, desde fins do século XV até fins do século XVII.

Desde o *Regimento de Munich,* o livro mais antigo que hoje se conhece, escrito na Península, sôbre náutica, até fins do século XVII, não encontramos, nos diferentes livros sôbre arte de navegar, escritos quer em Portugal quer em Espanha, *uma única* referência que possa servir de prova à pretensão de que a balestilha foi, durante mais de dois séculos, requisito indispensável na resolução do problema das latitudes.

Tôdas as referências aos instrumentos náuticos, que são em número bastante elevado, nos conduzem à conclusão de que o papel da balestilha foi absolutamente secundário e de muito pouco valor, em relação aos serviços que devemos atribuir ao astrolábio e ao quadrante náuticos.

Mesmo a *suposição* de S. Günther, de que Martim Beahim

«era muy experto en el manejo del «bastón de Jacob», não tem valor algum, perante as provas hoje conhecidas de que o próprio Behaim *preferia* o uso do astrolábio e do quadrante, nas observações náuticas, como vamos ver.

*
* *

Depois de ter estado em Portugal, desde Junho de 1484 a 1490, Martim Behaim voltou ao seu país, onde se conservou durante três anos. Neste espaço de tempo, construíu o célebre globo de Nuremberg, no qual se lê a seguinte legenda, em referência a um mar equatorial:

«Aqui não se póde vêr a stella maris (estrella do mar, ou do norte) por nós chamada Polus arcticus. *Aquelles que navegam n'este mar devem dirigir o seu curso com o auxílio do astrolabio,* pois que a agulha de marear não regula» (1).

Mas não é êste o único documento em que Behaim recomenda o uso do astrolábio. Na carta que o Dr. Monetarius enviou a D. João II, escrita em 14 de Julho de 1493, contendo o projecto de Behaim para uma viagem ao Catay, pelo ocidente, carta muito possivelmente inspirada pelo próprio Behaim, lêem-se as seguintes passagens:

«Teras tam ben se te apraz pera este caminho por companheiro deputado do nosso rey Maximiliano ho senhor martinho boemio singularmente pera esto acabar: *e outros muy muytos marinheiros sabedores que nauegaram ha largura do maar tomando caminho das ilhas dos açores por sua industria per quadrante chilindro e astrolabio* e outros yngenhos» (2).

A leitura dêstes dois documentos, o primeiro dos quais

---

(1) Ravenstein — *Martim da Bohemia,* Lisboa, pág. 18.
(2) J. Bensaúde — *L'astronomie nautique,* pág. 194.

é de Behaim, e o segundo certamente inspirado por êle, mostram bem a preferência que o nuremburguês dava ao astrolábio e ao quadrante, nas observações da altura dos astros, para o cálculo da latitude geográfica.

A preferência do uso do astrolábio e do quadrante, no mar, era já um facto antes da chegada de Behaim a Portugal, em 1484.

Regimento do Estrolabio e do quadrante (1), (1509?).

Referimo-nos ao *Regimento de Munich,* de que já falamos, e que tem por título:

«Regimento do estrolabio e do quadrante pera saber ha declinaçam e o logar do soll em cada huum dia e asy pera saber ha estrella do norte».

O simples título do livro revela-nos a grande importância do astrolábio e do quadrante como instrumentos de altura.

Lendo o *Regimento,* vemos que o seu principal objectivo era a vulgarização de um método simples e claro da resolução do problema das latitudes.

A falta da descrição dos instrumentos de altura mostra que êles eram conhecidos e usados à data da redacção do precioso incunábulo, no tempo de D. João II.

Por isso, quando se ensina a calcular a latitude, diz-se muito simplesmente «que he necessario que tomes primeyro ha altura do sool *com estrolabyo: ou com quadrante* e ysto ao meo dya» (pág. 4 da edição fac-similada).

Supõe-se, portanto, que qualquer piloto que tivesse de observar o sol, sabia já orientar o plano da *roda* do astrolábio e mover a *medeclina* até que o sol, entrando pelo buraco da pínula alta, viesse cair no buraco da pínula baixa. Em todo o livro não se fala em outros instrumentos de altura.

---

(1) Publicado em edição fac-similada pelo Sr. Joaquim Bensaúde.

Carta de Mestre João, piloto da armada de Cabral(1) (1 de Maio de 1500).

Começámos pelo *Regimento de Munich* e não pela carta de Mestre João, por considerarmos a redacção do *Regimento* anterior à da carta, embora o exemplar de Munich, o mais antigo que se conhece, tenha sido impresso alguns anos mais tarde (1509?).

O globo de Martim Behaim e a carta do Dr. Monenárius devem ser também posteriores à redacção primitiva do *Regimento* (antes de 1485?).

Na carta de Mestre João, escrita de Vera Cruz, diz-se que «pera la mar mejor es regyrse por el altura del sol que non por ninguna estrella e mejor con estrolabio que non con quadrante nin con otro ningud estrumento».

Se a balestilha tivesse sido introduzida em Portugal por Martim Behaim, como pretende o Sr. S. Günther, bastava êste passo da carta de Mestre João, piloto da armada de Alvares Cabral, para considerarmos o seu uso absolutamente condenado pelos navegadores portugueses da época dos descobrimentos, sendo certo que, como vimos, o *Regimento náutico* dos descobrimentos, o documento oficial mais importante que se conhece, também não faz uma única referência à balestilha.

Esmeraldo de Situ Orbis, por Duarte Pacheco Pereira (1505-1521).

O livro de Duarte Pacheco Pereira contém bastantes referências à sciência náutica, mas não trata em especial dos instrumentos, que o autor também supõe suficientemente conhecidos.

A propósito da resolução do problema das latitudes,

---

(1) J. Bensaúde — *L'astronomie nautique*, pág. 252.

diz que a «altura do sol se deve thomar justamente ao meo dia com ho estrolabeo ou quadrante» (pág. 41 da edição de 1905).

LIVRO DE MARINHARIA (1500-1530).

O *Livro de Marinharia* é, como se sabe, um códice contendo documentos escritos entre fins do século XV e 1530, incluindo um *Tratado da Agulha de Marear*, de João de Lisboa, escrito em 1514.

As referências aos instrumentos náuticos são numerosas, neste precioso códice.

Na impossibilidade de fazermos a transcrição de tôdas as passagens relativas aos instrumentos de altura, vamos resumir as mais importantes para o nosso caso.

A pág. 15 (edição de 1903) começa o «Regimẽto pera tirar a declinaçam pello quadrante e assim mesmo pera saber todo ho tempo em que lugar esta ho soll em qualquer dos sinos».

Logo a seguir, ensina-se a fazer o *quadrante*.

A pág. 31 começa o «Regimento pera saberes quaãtos graaos tomas no estrollabio em quallquer dia do anno: ou em qualquer terra que estever».

Seguem depois as regras para a resolução do problema das latitudes (pág. 32 e 33), em que «tomaras altura do soll ao meio dia quãdo o soll estiver mais ẽpinado *polo estrelabio ou quadrante*».

Aparece ainda outro (pág. 40) «Regimẽto daltura do sol: pela banda de cima do estrellabio de menos trabalho e milhor».

Logo a seguir a êste «regimento» vem o «Regimento pera tomar ho sol pela balestilha» que, tal como está redigido, mostra bem que é *posterior* ao «regimento» do astrolábio:

«quãdo tomares o soll pela balestilha *faras tua conta asy*

como no estrolabio». Quem redigiu o «regimento da balestilha», sabia, pois, que qualquer piloto que o quisesse usar, tinha conhecimento exacto do «regimento do astrolabio», para fazer a conta de igual modo.

O «regimento» das *tavoletas* e o da balestilha ocupam menos de uma página do *Livro de Marinharia,* ao passo que o quadrante e o astrolábio são constantemente citados (pág. 14-15-17-23-31-32-33-34-40-65).

Regimento de Evora (1517?).

O livro hoje conhecido com a designação abreviada de «Regimento de Evora» é uma nova edição do «Regimento do estrolabeo e do quadrante», provàvelmente do ano de 1517, e de que se conhece um exemplar único existente na Biblioteca Pública de Évora. Êste precioso «Regimento» faz parte, assim como o de Munich, da bela colecção de fac-similados que o Sr. Joaquim Bensaúde publicou e poz ao alcance dos estudiosos.

Se citamos êste livro, não é porque êle nos dê informações novas a respeito dos instrumentos de que vimos tratando. Pelo contrário, tratando-se de uma publicação oficial e, portanto, conhecida e usada por todos os pilotos daquela época, é interessante constatar que são ainda o astrolábio e o quadrante, os dois instrumentos preferidos pelos nossos navegadores e nêle não aparece a menor referência aos restantes instrumentos de altura.

A confirmar esta opinião, temos o seguinte inventário dos instrumentos levados na armada de Fernão de Magalhães, dois anos depois da impressão dêste exemplar do «Regimento»: 23 cartas de marear em pergaminho, 6 pares de compassos, 21 *quadrantes de madeira,* 6 *astrolábios de metal,* 1 *astrolábio de madeira,* 35 agulhas de marear, etc.

Como se vê, levavam astrolábios e quadrantes em abundância mas não levavam balestilhas.

A própria obra do Sr. S. Günther — *La época de los descubrimientos* — em que êste autor tanto deseja que a balestilha tivesse contribuído para o grande êxito dos descobrimentos dos portugueses, dá preciosos elementos a favor do uso do astrolábio e do quadrante: são a «*alegoria de los descubrimientos de Américo Vespuccio*» e uma outra alegoria em que se representa o «primer encuentro de Américo Vespucci con los indigenas americanos» (pág. 80 e 98 da obra citada), quási contemporâneas do grande navegador (1521). Na primeira, vê-se Américo Vespúcio com um quadrante pendente da mão direita, dentro da sua nau. Na segunda, o grande navegador, já em terra, tem um astrolábio náutico suspenso da mão esquerda.

ARTE DEL MAREAR, de Francisco Faleiro (1535).

Quando estávamos fazendo a primeira leitura da *Arte del Marear* de Faleiro, surpreendeu-nos a seguinte passagem relativa aos instrumentos de altura (pág. 60 da edição fac-similada do Sr. Bensaúde): «e tomar el altura lo mas precisamente que ser pudiere con su astrolabio o quadrante o con otro instrumento que mejor le pareciere y alcãçare *q̃ mejor q̃ estos ay otro*».

Esperávamos ver citado êsse outro instrumento *melhor* que o astrolábio e que o quadrante, para tomar a altura do sol «lo mas precisamente que ser pudiere».

Até o fim do livro só encontramos nova referência ao quadrante (pág. 86) e não se fala em qualquer outro instrumento com que se possa tomar a altura do sol, pelo que supomos que em vez de se ler «*q̃ mejor q̃ estos ay otro*» se deve ler «*q̃ mejor q̃ estos no ay otro*». Mesmo não faz sentido que o autor, querendo tomar a altura do sol com o máximo rigor, não cite o instrumento que diz existir, superior ao astrolábio e ao quadrante, para esta operação.

Um outro facto confirma o nosso modo de ver: a *Arte del Marear* não é mais que o *Regimento do estrolabio* modernizado, no qual também não aparece outro instrumento de altura além do astrolábio e do quadrante.

Tratado da Esphera, do Doutor Pedro Nunes (1537).

Depois do *Livro de Marinharia,* é no *Tratado da Esphera* do doutor Pedro Nunes que vimos encontrar *segunda* referência ao uso da balestilha, em Portugal: é quando o autor diz que os pilotos «cõ sua maa lingoagem e tam barbaros nomes: falam nos astrolabios: quadrantes: balestilhas e relogios» (pág. 126 da edição fac-similada).

Mas foi só incidentalmente que o autor falou da balestilha, não lhe ligando, no resto de tôda a obra, qualquer importância como instrumento de altura para a resolução do problema das latitudes, que o autor ensina a resolver, e para o que «tomaremos a altura do sol pello estrolabio» pág. 141-157-169). O próprio Pedro Nunes observava com o astrolábio e com o quadrante.

Roteiro de Lisboa a Goa, por D. João de Castro (1538--1539).

D. João de Castro, na sua primeira viagem à Índia, fez numerosas observações astronómicas e náuticas, que deixou registadas nos seus Roteiros.

Na resolução do problema da latitude a qualquer hora do dia, com o *instrumento das sombras* inventado anos antes pelo doutor Pedro Nunes, em que era preciso conhecer duas alturas do sol e a correspondente variação azimutal do astro, entre os momentos das duas observações de altura, D. João de Castro usava sempre o astrolábio, para conhecer a altura do sol.

Em nota escrita depois da segunda viagem à Índia, por-

tanto depois de 1545 (*Roteiro,* edição de 1882, pág. 354), D. João de Castro diz que encontrou sempre dificuldade em medir a altura do sol, quando o astro estava a menos de seis graus do zenite. Por isso aconselha, quando isto acontecer, que se faça o cálculo da latitude medindo a altura da estrêla do norte ou do cruzeiro do sul com a balestilha, conforme o observador estiver no hemisfério norte ou no hemisfério sul.

Mas recomenda o uso da balestilha *apenas* como um recurso: tanto que não se esqueceu de dizer que dos «6 gráos por diante tornaremos a usar do estorlabeo, *por ser o milhor estormento de todos*».

A seguir vem outra passagem do autor em que se admite a hipótese de o piloto não levar balestilha ou, levando-a, não saber observar com ela: «mas não tendo balestilha o piloto, ou não sabendo uzar d'ella, em tal caso he milhor encomendar-se à sua estimativa».

Tal hipótese era impossível formular-se a respeito do astrolábio ou do quadrante, que existiam em tôdas as naus e eram familiares a qualquer piloto.

Décadas de João de Barros (edição de 1778). Década I, liv. IV, cap. VI, pág. 319-320, escrita em 1539.

João de Barros narra o encontro de Vasco da Gama com o piloto mouro que o grande navegador tomou em Melinde, pela seguinte forma:

«e amostrando-lhe Vasco da Gama o grande astrolabio de páo que levava, e outros de metal, com que tomava a altura do Sol, não se espantou o Mouro disso, dizendo, que alguns Pilotos do mar Roxo usavam de instrumentos de latão de figura triangular, e quadrantes, com que tomavam a altura do Sol, e principalmente da estrella, de que se mais serviam em a navegação.

«Mas que elle, e os mareantes de Cambaia, e de toda a Índia, peró que a sua navegação era per certas estrellas, assi do Norte, como do Sul, e outras notaveis, que cursavam per meio do Ceo de Oriente a Ponente, não tomavam a sua distancia per instrumentos semelhantes áquelles, mas per outro de que se elle servia, o qual instrumento lhe trouxe logo a mostrar, que era de tres taboas. E porque da figura, e uso dellas tratamos em a nossa Geografia em o Capitulo dos instrumentos da navegação, baste aqui saber que, servem a elles naquella operação, que ora ácerca de nós serve o instrumento, a que os mareantes chamam balhestilha, de que tambem no Capitulo que dissemos se dará razão delle, e dos seus inventores».

Desta passagem de João de Barros concluímos que Vasco da Gama levava astrolábios de madeira e outros de metal, com que tomava a altura do sol. Nos instrumentos que mostrou ao piloto mouro não estava a balestilha, pois êste declarou que não tomavam a altura dos astros «per instrumentos semelhantes áquelles, mas per outro de que se elle servia, o quall instrumento lhe trouxe logo a mostrar, que era de tres taboas».

Êste instrumento de três táboas eram as «Taboas da India» ou Kamal, muito semelhante à balestilha no modo de observar. Contràriamente ao que pretendem alguns investigadores, dêste passo de João de Barros devemos concluir que o uso da balestilha era recente, pois diz «que servem a elles naquella operação, *que ora ácerca de nós serve o instrumento a que os mareantes chamam balestilha*».

Arte de Navegar, de Pedro de Medina (ed. de 1545).

A Biblioteca Nacional de Lisboa possui, na sua coleccão dos reservados, (n.º 271) um belo exemplar da *Arte de Navegar* de Pedro de Medina, publicado em 1545. O mesmo

autor publicou o *Regimento da Navegação*, que é uma reedição da parte náutica contida na primeira destas duas obras. No *Notable segundo* apresenta, com grande desenvolvimento, as regras para o cálculo da latitude pela altura meridiana do sol, considerando todos os casos das posições relativas do sol e do observador, em ambos os hemisférios.

Cada um dos casos é ilustrado por uma gravura em que se vê um observador, de astrolábio na mão, com indicação do sentido em que correm as sombras. É a repetição das regras dos *Regimento de Munich* e de *Évora*, que aqui são ilustradas.

Ainda nestas obras continuamos a encontrar o astrolábio e o quadrante preferidos à balestilha, como instrumentos de altura.

No capítulo segundo (*Arte de Navegar*, fôlhas LXX) é que encontramos o modo como se há-de tomar a altura do pólo ártico com a balestilha: «el piloto o otra qualquier persona q̃ quisiere tomar el altura del polo Artico, que comunmente llamamos altura del norte, tome su ballestila o quadrante, o aquel instrumento que mas usado tuviere».

Não se pode dizer, pois, que o autor, mesmo para medir a altura do polo, aconselhasse o uso da balestilha preferindo-a a qualquer dos outros instrumentos de altura então em uso.

Prefere o astrolábio e o quadrante, nas observações da altura meridiana do sol, que era, de resto, o processo vulgar de achar a latitude.

LIBRO DE LAS LONGITUDINES, por Alonso de Santa Cruz (ed. de 1920).

La séptima manera de dar la longitud
por las distancias de la luna con las estrellas fijas

«Como yo entendiese y me paresciese que por esta via mejor que por otra ninguna se podia dar la longitud, pro-

curé de hacer el váculo o ballestilla con toda diligencia y presición y muy largo, para que por el se pudiesen tomar grados y minutos en las distancias que se midiesen, el cual, como tuve hecho, dime a verificar en el cielo muchas de las estrellas fijas de magnitud primera y segunda y tercera con la luna y con los otros planetas y hice unas tablas de ellas y las puse en los grados y minutos de los signos en que estaban, en lo cual tomaba gran gusto porque me parescía que todas las dichas distancias de necesidad habian de ser verdaderas y en esta coyuntura vino a Sevilla, donde yo estaba, el señor D. Antonio de Mendoza, hermano de V. S. que iba por visorrey a la Nueva España, el cual como fuese mucho mi señor y muy curioso y entendido en cosas de astrología, le comuniqué esta manera de longitud que tenía sabida, pensando que habia alcanzado gran riqueza y él me dijo que había traido de Alemania un libro donde mi váculo venía en pintura con la inteligencia del y de ahí a ciertos días que vinieron sus arcas, me lo mostró y era de Pedro Apiano, aleman, el cual a lo que puedo saber, como hubiese leido a Juan Vernerio, *había hecho lo mismo que yo, de lo qual, Dios sabe lo que me pesó por parecerme que me había quitado la gloria de haber sido el primero que había puesto en práctica el dicho instrumento o ballestilla y uso de ella*» (pág. 47).

Não podemos precisar a data em que o autor escreveu o seu *Libro de las longitudines*. Sabemos, contudo, que foi depois de meados do ano de 1545, porque Alonso de Santa Cruz diz (pág. 30) ter estado em Lisboa, nesse mesmo ano de 1545, afim de obter informações, dos pilotos portugueses, sôbre questões de náutica.

Esta obra é interessante para nós, porque o autor mais de uma vez manifesta a sua grande confiança nos conhecimentos náuticos dos navegadores portugueses.

Santa Cruz propoz-se escrever sôbre os diferentes pro-

cessos de calcular a longitude de qualquer lugar. O livro começa por uma carta, dirigida ao rei Filipe II, onde se diz que a *latitude* de qualquer lugar «se sabe por cuadrantes, astrolábios, y otros diversos géneros de instrumentos que para ello hay».

Mais uma vez encontramos, pois, o quadrante e o astrolábio postos em evidência como instrumentos de altura, preferidos na resolução do problema da latitude.

Vem a propósito salientar o papel que a balestilha poderia ter desempenhado, como auxiliar da resolução do problema das longitudes, nas navegações. Vamos ver que Alonso de Santa Cruz, que supoz ser o primeiro a usar êste instrumento na resolução do problema, não passou de simples observações de experiências e que, portanto, devemos admitir que a balestilha também não foi usada, pràticamente, como instrumento náutico, pelos navegadores da Península, na resolução do problema das longitudes.

«Siempre me ejercité en el uso del dicho instrumento deleitándome, como dicho tengo, cada noche que yo podia, en conoscer distáncias de la luna con estrellas fijas, para saber por ellas la latitud (*deve ler-se* longitud) de los lugares, tanto que algunas veces hallaba las distancias muy mejores que no otras, y no conforme como hallaba por los libros el movimiento de la luna y sitio de las estrellas fijas, por do me vino gana de saber esto más de raiz, porque unas veces lo atribuia al movimiento de la luna andar errado, *otras no haber yo bien precisado el grado y minuto en que estaban las estrellas fijas*».

O autor, que supunha «haber sido el primero que habia puesto en práctica el dicho instrumento o ballestilla y uso de ella», depois destas experiências de medir as distâncias lunares com a balestilha, poz de parte êste processo de calcular a longitude, porque «al cabo me parescia dar la longitud muy coja y no muy precisa».

Aqui temos nós a balestilha regeitada nas únicas observações em que ela era, nessa época, o instrumento mais apropriado, ou seja, na medida das distâncias angulares dos planetas e estrêlas. Alonso de Santa Cruz, a-pesar-da sua larga experiência, nestas observações, muitas vezes não conseguia determinar «el grado y minuto en que estaban las estrellas fijas».

Como acabamos de ver, os erros das observações eram tais que atingiam os graus.

Quando se refere ao problema das latitudes, Santa Cruz menciona sempre o astrolábio como instrumento auxiliar da sua resolução e nunca faz referência à balestilha, para êste efeito:

«por manera que tomado el sol antes de mediodía en cierta altura con algun astrolabio o cuadrante» (pág. 25).

Em outro lugar escreve: «los pilotos y marineros, por rudos y poco doctos que son, con sólo saber tomar el altura en el astrolabio que llevan y la declinacion calculada por grados y minutos, saben hacer bien sus consideraciones» (pág. 72).

ARTE DA GUERRA DO MAR, por Fernando Oliveira (1555).

Nos reservados da Biblioteca Nacional de Lisboa (n.º 275) existe um curioso livro que tem por título «Arte da Guerra do Mar novamente escrita per Fernando Oliveira, & dirigida ao muy manifico senhor, o senhor don Nuno da Cunha...».

O livro foi impresso no ano de 1555, em Coimbra.

Este Fernando Oliveira é o autor de uma gramática portuguesa, também existente na Biblioteca Nacional, e do *Livro da Fabrica das Naus,* que o Sr. Henrique Lopes de Mendonça publicou nos Anais da Academia das Sciências.

Na *Arte da Guerra do Mar* encontramos uma passagem que mostra ter o mesmo autor escrito ainda um novo tra-

balho de que não vimos referência até hoje: diz o autor (fôlhas 58): «na arte de navegaçam fiz comprida relaçam e de computaçam dos caminhos, quanto responde na terra de legoas ou milhas por hum grao do ceo per cada quarta dos vẽtos».

A avaliar pela minuciosa descrição e conhecimentos que Fernando Oliveira revela dos assuntos que trata, nas obras que conhecemos, a sua *Arte de Navegação* deverá ser um trabalho valioso para o conhecimento da sciência náutica dos descobrimentos.

O autor, como o título do livro indica, descreve o modo de fazer a guerra no mar e as condições a que devem satisfazer as naus, pessoal e material, para fazer a mesma guerra.

No prólogo, diz que por ser sacerdote não pareça a matéria incompetente à sua pessoa, «porque aos sacerdotes convem ir aa guerra quanto mais falar della», assunto que «nenhum autor, que eu sayba escreveo ãtes dagora».

Deserevendo o movimento anual do sol ao longo da ecliptica e o seu movimento em declinação, conforme os conhecimentos teóricos «e tambem per experiencia o achou ser assy verdade Fernam de Magalhaẽs, no ano de mil quinhentos e vinte, navegando daquella parte, de quarenta pera cincoenta graaos» (fôlhas 51), o autor não se esqueceu de indicar o modo de navegar fora da vista de terra.

«No mar largo onde nam ha vista de terra pella qual governamos he necessario contemplar no ceo, e pollos sinaes delle saber pera ondimos, e quanto ãdamos. Os sinaes do ceo per que havemos de saber isto, são o sol, e os polos, que quer dizer eixos do ceo sobre que se elle revolve...».

«Isto vemos per instrumentos, que pera este mester tomamos dos astrollogos e geometras, como são astrolabio, quadrãte, e balhestilha» (fôlhas 57).

No verso da mesma fôlha, em continuação dêste as-

sunto, diz que «tomando o sol no estrolabio vemos quanto selle aparta de nos», isto é, medimos a sua distância zenital.

Mais uma vez encontramos o astrolábio indicado como primeiro instrumento de altura.

Este livro mostra bem a grande actividade marítima e fornece preciosos elementos para o estudo da construção das naus, da artilharia daquela época e, sobretudo, do modo de fazer a guerra, merecendo, por isso, ser posto em evidência como uma das obras importantes da bibliografia náutica da época dos descobrimentos.

Lusíadas, por Luís de Camões (1572).

Camões tinha exacto conhecimento da concepção cosmológica da época dos descobrimentos. No seu imortal poema, deixou uma minuciosa descrição das doutrinas astronómicas anteriores aos trabalhos de Kepler e Galileu, em termos concisos mas de rara beleza.

Cantando os feitos do «peito ilustre lusitano», o poeta não esquece as grandes figuras dos descobrimentos marítimos e os seus feitos.

Ao narrar a viagem do Gama e a sua chegada à Angra de Santa Helena, dá-nos uma descrição hipotética mas inspirada na narrativa de João de Barros, de como teria sido feito o cálculo da latitude, nos seguintes termos:

A maneira de nuvens se começam
A descobrir os montes que enxergamos
As ancoras pesadas se adereçam
As velas, já chegados, amainamos:
E para que mais certas se conheçam
As partes tão remotas onde estamos,
Pelo novo instrumento do Astrolabio
Invenção de sutil juizo e sabio,

Desembarcamos logo na espaçosa
Parte, por onde a gente se espalhou,
De ver cousas estranhas desejosa
Da terra que outro povo não pisou:
Porem eu cos pilotos na arenosa
Praia, por vermos em que parte estou,
Me detenho, em tomar do sol a altura
E compassar a universal pintura

(Canto V, 25 e 26).

O astrolábio náutico, usado na época dos descobrimentos, está consagrado como um instrumento bem português, nos magníficos trabalhos de investigação histórica do doutor Luciano Pereira da Silva, *Astronomia dos Lusíadas, O astrolábio náutico dos portugueses, A arte de navegar dos portugueses* e outros trabalhos do mesmo autor.

Camões, que conheceu e usou, talvez, o instrumento, não se esqueceu também de registar, no seu imortal poema, os valiosos serviços que êle prestou aos nossos navegadores.

Compendio del Arte de Navegar, de Rodrigo Çamorano (1588).

O autor trata com grande desenvolvimento, na segunda parte do seu livro, «la practica, camposicion y uso de los instrumentos principales de esta arte» (fôlhas 12 verso).

Segue-se o capítulo I, em que vem a descrição do astrolábio e do quadrante. Depois, diz o autor:

«Para saber la latitud, o apartamiento de la linea Equinocial, se requieren cinco cosas: de las quales faltando alguna, no se puede saber lo que estamos apartados de la linea. Y estas son el Astrolabio, o quadrãte, la altura del Sol, las sombras: la declinacion y el regimiento, o reglas del Sol».

Çamorano desenvolve o estudo de cada uma destas *cinco*

coisas, como êle lhe chama, e descreve também a construção e uso da balestilha, que diz servir para tomar a altura da estrêla polar. A balestilha aparece aqui ainda com a sua forma rudimentar, e num lugar absolutamente secundário em relação ao astrolábio e quadrante, que o autor considera *indispensáveis* para a resolução do problema das latitudes. O exemplar da *Arte de Navegar,* de Çamorano, que consultámos, pertence aos reservados da Biblioteca Nacional onde tem o n.º 1229.

Regimento Náutico, de João Baptista Lavanha (1595).

Dirigindo-se «ao pratico navegante», Lavanha diz que foi levado a escrever o seu livro por ver «os muitos erros que tinha o ordinário Regimento» que os pilotos do seu tempo ainda usavam.

Transcrevemos o seguinte passo, em que o autor exprime a sua opinião sôbre os instrumentos em uso:

«Em recõpença desta reformação vos peço tres cousas, que por serem todas em beneficio vosso espero, que mas outorgueis.

«*A primeira* que para tomar altura da Strella Polar, ou de qualquer outra, *não useis da ordinaria Balestilha,* porque posto que he instrumento certo, & verdadeiro, não o he o seu uso para o mar, asi por causa do continuo movimento da Nau, com o qual se não pode juntamente & no mesmo tempo, por muito que seja a destreza, ver o Horizonte pella ponta de baixo da soalha, & pella de riba a strella, como do desconhecimento do Horizõte, não se differenciando de noute o ceo do mar. Em seu lugar servivos de hu Quadrãte feito do modo que declarei na minha Arte de navegar, com o qual pendurado do seu anel, se toma a altura das estrellas, & do Sol, não tendo mais tento que nellas.

«A segunda he que useis de Astrolabios iguais na grossura...

«A terceira, & ultima he que useis de Agulhas de marear com os ferros debaixo da flor de lis...».

Temos visto até agora, nas transcrições feitas dos autores que escreveram antes de João Baptista Lavanha, que o pouco uso que os pilotos faziam da balestilha se limitava à medida da altura do polo pela estrêla do norte ou polar.

«A-pesar-disso, Lavanha pede que o uso dêste instrumento seja *completamente* posto de parte e, em seu lugar, se empregue o quadrante e o astrolábio.

À bibliografia já conhecida de Lavanha podemos juntar agora mais duas obras: um Tratado de gnomónica e um Tratado sôbre o astrolábio plano.

Há pouco tempo encontramos, no observatório astronómico de Coimbra, um manuscrito que figurava no respectivo catálogo como sendo obra do ano de 1607 e de autor desconhecido.

Este manuscrito, que estamos estudando, de cêrca de 500 páginas de texto e numerosas figuras, compõe-se de duas partes bem distintas pelos assuntos, pela qualidade do papel e ainda pela letra dos copistas.

A primeira parte do volume, escrita no ano de 1607, contém umas tábuas de declinação do sol, calculadas para o quadriénio de 1517 a 1520, e vários assuntos de marinharia, da mesma época.

A segunda parte do manuscrito, que é aquela que agora nos interessa, é anterior à primeira, pois foi feita no ano de 1595, e contém duas obras que estão identificadas.

A primeira é um «Tractado de gnomonica (1) q̃ João Bautt.ª de Lauanha leo em madrid».

Não há, pois, dúvidas sôbre o autor dêste Tratado.

Com letra do mesmo copista, segue-se o «Tractado do

---

(1) No manuscrito lê-se «nogmonica», por êrro do copista.

Astrolábio», dividido em duas partes. Na primeira ensina-se a construir o astrolábio plano; na segunda parte ensina-se a fazer uso do instrumento, nas suas aplicações à resolução de vários problemas de astronomia e navegação.

No texto dêste Tratado do Astrolabio, faz-se referência ao Tratado de gnomonica «de que se fez hũ breue compendio este ano passado»: adopta-se, para inclinação da eclítica, o valor de 23° 28′, que também aparece no Regimento Nautico de Lavanha: finalmente, quando trata, na regra 13.ª, o processo de calcular a latitude e longitude do lugar, depois de ter falado da latitude, diz que «quanto a longura dos lugares veja-se o que sobre ella he ja dito na nossa Arte de navegar a q̃ª nesta operacão nos remetemos».

Não exitamos, porisso, em atribuir êste Tractado do Astrolabio ao mesmo João Batista Lavanha.

Nestas duas obras de Lavanha, de que até agora não haviamos encontrado notícia, e que consideramos inéditas e desconhecidas, confirma-se tudo quanto temos dito sôbre os instrumentos náuticos. Lavanha classifica, aqui, o astrolábio, de «excelente instromento» e nem, sequer, fala da balestilha.

*
* *

Vamos já bastante afastados do têrmo da época dos grandes descobrimentos marítimos.

Podíamos, por isso, dar fim ao nosso trabalho e concluir, contràriamente ao que afirmam alguns historiadores da sciência náutica, designadamente o Sr. S. Günther, que o papel da balestilha foi absolutamente nulo durante êsse brilhante período de actividade marítima.

O autor referido levou mais longe a sua confiança nos serviços prestados pela balestilha, pois, como já vimos, pretende *«que durante más de dos siglos habia de ser indispen-*

sable requisito para determinar la posición geografica de cada lugar».

Esta afirmação de Günther obriga-nos a levar o nosso trabalho até princípios do século XVIII, e ainda para mostrarmos que não tem razão, quando, sôbre o mesmo assunto, acrescenta que «solamente se opone a esto el hecho de que todavia un decenio después, los tratados del arte de navegación no sepan nada del «bastón de Jacob».

CRONOGRAPHIA. REPORTORIO DOS TEMPOS..., por Manuel de Figueiredo (ed. de 1603).

Nesta obra de Manuel de Figueiredo encontramos minuciosa descrição da construção e uso da balestilha e do quadrante náutico de pínulas.

Sôbre o primeiro dêstes dois instrumentos, escreve o autor, no *Cap. II, Do uso do radio astronomico:*

«Os astronomos chamaram a êste instrumento radio astronomico, por quanto observão por elle a distância das estrelas de huas as outras observadas por via do raio visual que sae do nosso olho, *do qual usam os navegantes para tomarem a estrela do norte»*.

No mar, o uso do instrumento estava, pois, circunscrito à medida da altura do polo, pela estrêla polar, no tempo de Manuel de Figueiredo. Mas o processo corrente de calcular a latitude, no mar, desde fins do século XV, era, como temos visto, pela observação da altura meridiana do sol, com o astrolábio ou quadrante. Só quando o sol estivesse encoberto, àquela hora, durante dias consecutivos, poderia ser preciso utilisar a balestilha para a observação da polar, durante a noite.

Esta operação tinha os seus inconvenientes e estava sugeita a graves erros, pelos motivos que Lavanha apontava,

em 1595, e que Manuel de Figueiredo repete na sua *Hydrographia. Exame de Pilotos...* (1614), em que diz:

«Esta Estrella Polar se costuma a tomar com a balhestilha, a qual eu reprovo pellos muitos inconvenientes que dahi nascem.

«Primeiramente serem as balhestilhas feitas de pao, & a graduação nellas muito difficultosa, a segũda pella inquietação da nao no mar, a terceira pella incerteza da vista, poder infalivel, tomar dous pontos Orizonte, & a Estrella, pello que não he certa a altura que por ella se tomar no mar.

«Pera o qual usareis do Quadrante, ou pello mesmo Astrolabio com que tomais o Sol».

Com tal opinião sôbre o uso da balestilha e rigor das medidas feitas com êste instrumento, não podemos concluir que o seu emprêgo, no mar, pudesse substituir o astrolábio e o quadrante. Era, de resto, a opinião de D. João de Castro, que nestes assuntos devemos reconhecer como a pessoa mais autorizada do seu tempo.

ARTE DE NAVEGAR, de Simão de Oliveira, e REGIMENTO DE NAVIGACION, de Andres Garcia de Cespedes (1606).

A bibliografia náutica dos séculos XV, XVI e XVII, actualmente conhecida em Portugal e Espanha, é bastante vasta.

A colecção das obras fac-similadas, da iniciativa altamente louvável do Sr. Joaquim Bensaúde, dos exemplares raros da sciência náutica na Península, postas ao alcance dos estudiosos, veiu contribuir, de uma maneira decisiva, para o apuramento da verdade sôbre a origem e desenvolvimento da mesma sciência, durante a época dos descobrimentos.

As duas obras a que vamos referir-nos, de Simão de Oliveira e de Cespedes, existem nos reservados da Biblioteca Nacional onde têm, respectivamente os n.^{os} 452 e 923.

Simão de Oliveira traça o plano do seu livro no «Proe-

mio de toda a obra» onde chama ao astrolábio e à agulha de marear «os dous mais famosos e necessarios instrumentos, de que na navegação se ha de usar».

Em diferentes pontos do seu livro, descreve os vários instrumentos em uso, astrolábio, armila náutica, quadrante «com um anel, como o do Astrolabio & Armila», mas não se ocupa da construção e uso da balestilha, pela seguinte razão, que aponta (pág. 113):

«Para vir pois em conhecimento da altura do Polo por meio das estrellas, se tomará primeiro sua maior altura que he a que tem, estando no Meridiano, *não com a Ballestilha,* de que os navegantes usão, por nella aver erro de importancia, q̃ he a rezão porque de sua fabrica e uso não tocamos cousa algũa, desejando se não use della, mas em seu lugar com o Quadrante e pinulas, que pera essa observação em sua fabrica apontamos».

A opinião de Cespedes, sôbre o valor dos diferentes instrumentos náuticos, concorda com a dos autores que vimos citando, pois, começando a sua obra, diz que «Tres instrumẽtos principales tiene necessidad el Piloto para hazer sua navegacion, que son, carta, aguja, astrolabio».

Regimento, dado a Gaspar Jorge do Couto (1608).

Gaspar Jorge do Couto embarcou para a Índia na armada do Conde de Feira, no ano de 1608, encarregado de importantes observações náuticas, como se verifica pelo seguinte regimento que lhe foi dado:

«Eu el Rey faço saber a vos licenciado Gaspar Jorge do Couto que na viagem que ora ides fazer a India sobre as observações da agulha de marear ordinaria e certeza da fixa, hei por bem e vos mando que guardeis o regimento seguinte:

«... Demais de tomardes a altura ao meio dia com o or-

dinario astrolabio ou com um quadrante grande, que será melhor, a tomareis assi algũa hora que quizerdes e houver sol com o instrumento que vos communicou João Baptista que se tem por certo e necessario usar-se delle.

«De noite tomareis com o quadrante a altura por meio das estrellas fixas assinaladas no regimento de João Baptista, e usareis das regras d'elle dadas para este effeito.

«Notareis das estrellas do polo austral o sitio e grandeza com um radio astronomico, pelo modo que se vos communicou» (1).

Este documento, redigido em termos bem claros e precisos sôbre o uso que Jorge do Couto devia fazer de cada um dos instrumentos que levava para as importantes observações de que ia encarregado, é mais uma confirmação das opiniões de Manuel de Figueiredo, Lavanha, Simão de Oliveira e Andres Céspedes, já mencionados.

Oficialmente, o uso da balestilha como instrumento de altura para a resolução do problema das latitudes, está absolutamente posto de parte.

Depois das obras mencionadas, temos ainda conhecimento da *Navigacion Especulativa, y Pratica,* escrito em língua castelhana, por Antonio de Najera, «matematico lusitano, natural de la cidad de Lisboa», como êle se intitula, livro impresso no ano de 1628, em Lisboa; a *Arte de Navegar* de Luís Serrão Pimentel, impresso em 1681 e a *Arte de Navegar* de Manuel Pimentel, de 1712, que vêm confirmar tudo quanto aqui temos escrito sôbre os instrumentos náuticos da época dos descobrimentos.

*
* *

Em conseqüência das obras que acabámos de analisar,

---

(1) Sousa Viterbo — *Trabalhos náuticos.*

abrangendo todo o período que corre desde fins do século xv, em que começou a navegação astronómica, até princípios do século xviii, portanto, durante mais de dois séculos, devemos concluir que a balestilha não contribuíu de modo algum para o bom êxito das grandes viagens marítimas dos descobrimentos.

Em tôda a bibliografia náutica, não se encontra *uma única* referência que possa servir de base à pretensão do uso dêste instrumento, pelos grandes navegadores dos descobrimentos, como Bartolomeu Dias, Colombo, Vasco da Gama, Cabral, Vespúcio, e Magalhães, quer como *instrumento de altura* para o cálculo das latitudes, quer como auxiliar da determinação das longitudes pelo método das *distâncias lunares.*

Lendo as descrições dos naufrágios que sofreram as naus da carreira da Índia, depois da 1550, reünidas e publicadas com o titulo de *História Trágico-Marítima,* não encontramos referência à balestilha, emquanto que o astrolábio aí é citado mais de meia dúzia de vezes e, em algumas passagens, por tal forma que parece ser o único instrumento que então se usava para observar a altura dos astros.

«A verdade é que nesta navegação da vida (como lhe chamaram Job e Salomão) o piloto é a resignação com a Divina vontade, e o astrolabio é a extirpação dos vicios, que em todos os mares ensinara os rumos, por que se ha de chegar ao posto de salvação» (1).

As conclusões a que pretendiamos chegar, deixamo-las já expressas no princípio da segunda parte dêste artigo.

O astrolábio e o quadrante foram, pois, os dois instrumentos que os navegadores portugueses e espanhóis da época dos descobrimentos mais usaram, como auxiliares da resolução do problema das latitudes.

---

(1) *História Trágico-Marítima,* compilada por B. Gomes de Brito, biblioteca de clássicos portugueses, vol. XI, pág. 35, Lisboa 1904-1909.

A balestilha não contribuiu, pois, para o bom êxito das navegações daquela época, como pretendem os autores citados.

Finalmente, excluida a hipótese de a balestilha ter sido o instrumento preferido e usado pelos grandes navegadores dos séculos XIV, XV e XVI, fica sem valor algum a hipótese de o nuremburguês Martim Behaim ter contribuído com o seu *valioso mérito*, para o desenvolvimento da sciência náutica portuguesa, provado como está, que o astrolábio e o quadrante já eram usados, no mar, como auxiliares da resolução dos problemas da navegação, quando Behaim, pela primeira vez, veiu para Portugal.

Coimbra, Dezembro de 1926.

ANTÓNIO BARBOSA.

UN POETA DE LA EXACTITUD

La sustitución de la leyenda del milagro colombino por la historia de la gradual conquista del Océano Atlántico, no se ha efectuado todavía en el espíritu de las masas escolares. Estamos muy lejos de que se popularice el conocimiento de los esfuerzos colectivos cuyo resultado secular fué la comunicación libre de Europa con la India por el cabo de Buena Esperanza y la expansión de la civilización occidental en el Nuevo Mundo. Tienen tal persistencia los errores de hecho y de concepto, que todavía se ignora, o por lo menos se desestima, la relación entre los descubrimientos geográficos y la revolución efectuada en el arte de navegar.

Una de las falsas explicaciones que se dan comúnmente sobre esta revolución, adulterándola, es la que viene ligada al mito del nuremburgués Martín Behaim. Todos hemos creído alguna vez, y muchos siguen creyendo, que ese cartógrafo de biografía borrosa, establecido en Portugal, llevó al país de su adopción conocimientos náuticos e instrumentos científicos, para iniciar la navegación de altura. Sin los sabios alemanes, dice una escuela, generalizando, no habrían podido hacer sus descubrimientos Colón, Vasco de Gama y Magallanes.

El astrolábio se inventó por lo menos en el siglo III anterior a la Era Vulgar. En la Península Ibérica era tan conocido, que Radizag, el toledano, uno de los que escribieron los *Libros del saber de astronomía del Rey D. Alfonso el Sabio,* resume con elegante expresión castellana la función

histórica del astrolabio. Hay los redondos y los llanos. Aquéllos, como la esfera, «deben considerarse semblanza y arquetipo del universo», y son por lo tanto, «la madre, origen y fundamento de todos los otros instrumentos astronómicos». Los astrolabios llanos representan la proyección del casquete hemisférico que en el astrolabio redondo se mueve adaptándose perfectamente a una esfera. Los astrónomos alfonsinos atribuyen la idea a Tolomeo. «Et porque ovo Ptolomeo que era estrumente muy grieve de traer de un lugar a otro, por la grandez dell, et otrossi de fazer, de redondo que era tornóle llano en el logar o eran los signos et las otras estrellas que eran cerca dellos».

Este astrolabio se simplificó en varias formas y con diversos nombres que no mencionaré. Lo importante es que la determinacion de la altura se empleaba por los portugueses desde mediados del siglo XV. Cadamosto hacía observaciones en 1455. Diogo Gomes llevaba cuadrante en 1462. Em 1484 hay trabajos de tablas náuticas, y en 1485 queda establecido el famoso Reglamento del astrolabio.

*
* *

Por lo visto la revolución náutica no consiste en la invención de algo ya inventado, sino en el método de marinear, es decir, en la aplicación del astrolabio para resolver los problemas de la práctica. Una marinería que no fuera exclusivamente de cabotaje, con travesías de altura, aun cortas, comprendía dos elementos: el rumbo y la estimación de la distancia. El rumbo se sabía por la aguja de marear, y la distancia por la conjetura del piloto. Esta manera de estimar daba su nombre al método, que llamaban punto de fantasía. Del punto de fantasía se pasó a otro, que es el de la revolución consumada durante los descubrimientos oceánicos.

Este método tomó por nombre punto de escuadra. La aguja daba el rumbo, y el astrolabio la altura o latitud. El navegante resolvía entonces un problema geométrico, para el que empleaba la *toleta de marteloio,* o tabla de las redes marítimas, formadas por las líneas de rumbos que tenían las cartas de marear. Con estas utilísimas tablas, calculadas cuando se inventó el arte de bolinar, o lo que es igual, de avanzar oblicuamente con vientos contrarios, podía calcularse la distancia recorrida, mediante los elementos de rumbo y altura.

*
* *

En la realidad, el arte, y un arte tan expuesto a eventualidades como el de la navegación, difícilmente se reduce a datos de gabinete. La historia de los viajes nos presenta a los marinos luchando con las fuerzas elementales de la naturaleza y con las incertidumbres creadas por la deficiencia de los medios para dominarlas, pues aun consumada la revolución, todavía quedaron indeterminados algunos de los factores del problema que el marino debía resolver sobre la cubierta de un barquichuelo arrebatado por los vientos, arrastrado por corrientes desconocidas o detenido por interminables calmas. Atinaba o desatinaba, según los azares de la observación que habia podido hacer o que se le habia escapado.

Entre la grandeza de los héroes del mar y la admiración que estamos dispuestos a ofrecerles, se levanta nuestra ignorancia. Algo de lo que diga el *Roteiro* de Gama o el de D. João de Castro nos parecerá incompreensible o trivial por incomprensión. Para leer al cronista y sentir la emoción que despierta el relato de proezas memorables, necesitamos que nos conduzca un guía. Para entender algunas de las más bellas estrofas camoenianas, es preciso tener un intér-

prete que nos las lea y explique. Sólo entonces salta la imagen y se enciende la chispa del entusiasmo.

Ese revelador de la poesía de los descubrimientos, por lo manos para mi, es el autor de la *Astronomia dos Lusiadas.* El Dr. Luciano Pereira da Silva ha dado sucesivamente al público una serie de monografías deslumbradoras, cuya culminación encuentro en *A arte de navegar dos portugueses desde o Infante hasta D. João de Castro.* Como Andrade Corvo, Santarem, Sousa Viterbo, Guimarães, Vasconcelos y Bensaúde, Pereira da Silva contribuye a la renovación de una materia que estaba cubierta por una capa de fantaseos e imposturas. Pero no polemiza a la manera de Bensaúde, cuyas obras, sobre todo *L'astronomie nautique au Portugal à l'epoque des grandes descouvertes* y *Les légendes allemandes sur l'histoire des découvertes maritimes portugaises,* han producido una agitación de terremoto en los centros científicos.

La función de los trabajos de Pereira da Silva es docente. Recuerda la de los comentarios eruditos y desinteresadamente apasionados que en una sala henchida de estudiantes, hacían los humanistas del Renacimiento. Si trata de rectificar, lo hace sonriendo. Astrónomo, y por lo mismo matemático, practica el culto de la exactitud, pero de una exactitud poética. Uno de nuestros amigos le decía que su existencia, toda de inactualidad y elevación, se prolongaría indefinidamente, contemplando las estrellas del siglo XVI. No puede darse síntesis más feliz de una aptitud y de una vocación, a la vez que vaticinio más cruelmente desmentido por una muerte súbita, a la hora en que la carrera tomaba un giro triunfal.

*
* *

Portugal ha pedido a sus astrónomos que se hicieran historiadores, y no a sus historiadores que se hicieram astró-

nomos. Si en el caso de Pereira da Silva la historia lo hubiera llevado a las ciencias exactas, habría tenido que caminar con el paso incierto de la afición; pero habiéndose dedicado a historiar para hacer comprensible un momento de transformación de las materias científicas que él cultivaba, su exposición revela el interés de lo que se ha vivido. Leyéndole, asistimos a su cátedra. Oimos su voz, pues posee el difícil estilo hablado. Nos parece verlo subir las escalinatas de la Universidad Conimbricense, ágil, dispuesto a la alegría, pródigo de ideas y de datos, desbordante de un aticismo endulzado por la generosidad. O bien le seguimos hasta el apartamiento de su residencia estival en el Miño, donde preparaba lentamente los trabajos de aliento. A la sombra de una torre medioeval, en la plaza de Caminha, está su biblioteca. La ciudad, que admira al sabio, amó al hombre. Ella conservará piadosamente, con orgullo, como un monumento glorioso, la vieja casa de principios del siglo XVIII, ilustrada en el XX por los escritos del investigador cuya muerte priva a Portugal de uno de los reconstructores más competentes de la historia patria, que es, en el punto que él cultivaba, historia de la civilización.

Durante sus últimos dias, preparaba un estudio, que nadie podrá hacer tan completo, sobre la línea de demarcación entre los dominios de España y Portugal. Acabada yo de remitirle las fotografías de un astrolabio existente en el Museo Arqueológico de Madrid, y juntamente con ellas, la copia de un capítulo del *Breve compendio de la esfera y de la arte de navegar,* escrito por Martín Cortes, que trata de las cartas planas y las globosas. Yo lo animaba a proseguir aquel trabajo fundamental, y se lo presentaba como un deber. Cualquiera de nosotros, investigando la materia, difícilmente la dilucidaría, aun cuando empleara diez años, en tanto que un astrónomo puede llegar al resultado cierto, salvando distancias. ¿Podría prestar mayor servicio a la cul-

tura? La historia de la línea de demarcación es la historia de la revolución más grande en el progreso de la geografía.

Refiriéndonos a la parte de intuición que requiere el estudio de los hechos humanos mientras veíamos desde un emparrado los oteros cuya sonrisa no logran apagar los vientos invernales en las vegas del Mondego, Pereira da Silva me exponía sus métodos austeros de trabajo en la preparación de la *Astronomía dos Lusíadas*. Esos métodos, según él, son prosaicos por la minuciosidad. Pero yo pude entonces llamarle, con expresión que tengo por justa, el poeta de la exactitud. Lo que en otros era fórmula numérica, en él era exaltación.

CARLOS PEREYRA.

UM EXEMPLO

Se algum sobrevivente da geração académica de Coimbra de entre 1880 e 1890 lhe tiver acaso escrito a história crítica — para talvez a publicar ainda — haverá de-certo apontado como individualidade já então de singular destaque, no grupo que formava a *élite* do tempo, o estudante de matemática Luciano António Pereira da Silva.

No meio daquela geração, mordida, em todos e em cada um dos melhores, de diversas, múltiplas curiosidades (filosóficas, literárias, artísticas, sociológicas); tentada de enciclopedismo, insatisfeita e *dilettante* de espírito — votada, por isso, a uma actividade dispersiva, de que só raros haviam de corrigir-se — logo êsse rapaz, dotado de feliz temperamento, de viva mas sádia sensibilidade, equilibrado, normal, se distinguiria com efeito, mercê, especialmente, de três notáveis particularidades ou condições naturais de superioridade:

— da estructural predisposição para determinada esfera de cultura scientífica;

— do conseqüente e indesviado interêsse pela sciência a cujo estudo o levara esta predominante aptidão mental;

— da sua nativa ironia, sempre desperta e como vigilante.

Pelas duas primeiras se compreende e explicaremos que, sem ficar indiferente a quaisquer manifestações do Pensamento, da Literatura, da Arte — pois era um espírito aberto — desde tão novo tivesse evitado aquele inconveniente da

dispersão, grave de conseqüências futuras para muitos dos seus contemporâneos da juventude escolar.

Prestar-lhe-ia a terceira um precioso serviço — em dois sentidos:

para fora, dando-lhe a possibilidade de apreciar, pelo ângulo do cómico — quer falasse quer não — as pretensões exageradas e portanto ridículas ou puerilmente ingénuas de quantos, na maior parte falhos de preparação suficiente, agitavam intemeratos as mais difíceis questões, punham e discutiam, com imperturbável ousadia, os mais altos e complexos problemas, de várias ordens, sobretudo nos amplos domínios da Filosofia (apreciação de que êle já colhia proveitosa, embora indirecta lição);

para dentro — visto ser condição essencial de auto-análises desapaixonadas e isentas — permitindo-lhe combater ou moderar as intemperanças da subjectividade, contrariar as perigosas sugestões do amor-próprio; valendo-lhe como reductor eficaz de tôdas as megalomanias, como arma de domínio e victória sôbre si mesmo, como princípio e garantia da *verdadeira liberdade*, segundo o viril conceito de Proudhon.

Tal nos surgira, aos vinte anos, tão generosamente dotado pela Natureza sob o ponto de vista da sua constituïção mental, o estudante Luciano António Pereira da Silva.

E, como em geral sucede aos que mais tarde venham a impôr-se, tal se nos revelaria depois, contínua, coërentemente.

A sua vida representaria, em tudo, o desdobramento harmónico, unidamente progressivo, do que êle fôra no abrir da mocidade.

Não apenas, todavia, porque possuísse as excepcionais faculdades que de comêço apontei como distintivas, como características da sua personalidade, em face dos escolares contemporâneos.

Doutros homens sabemos que tivessem nascido dota-

dos, num grau maior ou menor, de semelhante tendência para determinada cultura; que tenham sido igualmente animados do vivo interêsse de a adquirir e desenvolver; que tenham beneficiado do precioso dom da ironia. E se é certo que para essa encadeada continuïdade e coerência de vida intelectual muito contribuíram a índole e exigências da própria sciência preferida (preferência já reveladora, aliás, de particulares aptidões, pois sem dúvida a preferira e se lhe dedicou pela circunstância de ser aquela cujos princípios, método e processos melhor correspondiam à sua espécie de mentalidade), certo é também não nos ser lícito ver nêle o único a quem possam ter aproveitado a perfeita correlação entre os recursos da máquina e o trabalho a produzir, a natural predisposição e à fácil adaptabilidade de congénitas faculdades ao género de aplicação a dar-lhes — a par a educativa, disciplinante influência, seqüentemente coordenadora, da mais conexa, da mais perfeita das sciências.

A evidente superioridade vinha-lhe, não apenas do facto de possuir faculdades excepcionais, equivalentes de energia e grau, mas do facto e da maneira por que se combinavam na sua actividade — colaborando, conjugadas sempre, segundo uma orientação mantida.

Era o que de modo singular o distinguia de tantos outros, favorecidos de semelhantes possibilidades e no entanto menos apreciáveis sob o ponto de vista duma resultante afirmação plena — à falta de convergente e simultânea cooperação de tôdas elas: ou porque nem sempre a vontade lhes acompanhasse a inteligência; ou porque esta se lhes transviasse por vezes; ou porque o seu criticismo não despertasse e interviésse oportunamente — a salvá-los de desviadoras curiosidades, a encaminhá-los, proporcionando-lhes e vigiando-lhes o movimento em conjunto dessas fôrças, na linha conducente ao ponto visado.

Nêle — tudo jogava certo e a compasso, a favor do fim

tido em mira, numa justa e equilibrada inter-dependência. Queria porque podia; mas poude porque quis e quando devia querer — em virtude do recíproco e constante apoio que entre si se prestavam a sua predominante aptidão e a sua interessada energia volitiva; mantendo-se, também, dentro de quanto podia e sempre na direcção a seguir graças à infalível mediação da sua prevista ironia crítica — restrictiva de veleidades ambiciosas e de imoderadas aspirações, tanto no puro campo especulativo como no campo da realidade, reguladora e garante duma prudente marcha e dum norteado avanço do espírito através de qualquer dêsses dois campos.

Nada portanto de admirar que — tendo devido a esta *sinergia* de tão raras virtudes de inteligência, de vontade, de senso crítico o haver evitado, desde môço, o perigo e o desastre do *diletanttismo* dispersivo — tivesse podido orientar-se, depois, com rumo certo e seguro, guiado por um *ideal* capaz de lhe dar sentido à vida, separadamente dos atendíveis objectivos utilitários a considerar; que tivesse, emfim persistido, como poucos, no rumo de princípio tomado, sem jámais o perder, sem jámais hesitar em segui-lo — levado da passageira ou duradoira sedução de novos e divergentes caminhos.

E mais uma vez a persistência provaria ser a melhor garantia do êxito, visto representar a primeira condição para a posse da competência perfeita.

Não tardaria muito que Luciano Pereira da Silva se afirmasse, em alto relêvo, como professor; até que, passados anos, viesse também a distinguir-se, entre o professorado superior, como um notável pedagogo — feito e desenvolvido na prática e na experiência do ensino.

Longo tempo decorreria, contudo, antes que nos desse trabalhos originais, com visível cunho pessoal.

Compreende-se. Reclamava-lhe ainda a sciência que por

natural vocação escolhera — que, assim, constituía o seu dominante objectivo e lhe despertava maior interêsse — uma contínua e tensa aplicação de tôdas as energias do pensamento e da vontade, exclusiva de desgarrados excursos; e vedava-lhos, sempre, a advertida auto-crítica — pronta a reprimir-lhe inoportunos caprichos de omnisciência.

Medindo as exigências do que estudava, queria-lhe bastante (tanto no alvejado intuito de comunicar o saber a adquirir como pela viva necessidade de matar fomes e sêdes do seu próprio espírito) para que — surdo áquela avisada voz interior — se permitisse a dissipação das actividades a empregar nessa árdua conquista.

Conquista que seria fecunda; pois nos provou — logo desde o período dos trabalhos preparatórios para o professorado e do seu noviciado de professor — não vir destinado a ser apenas um receptivo e um transmissor automático da sciência importada, não vir destinado, à maneira de muitos outros, a desempenhar sòmente a *profissão* mas a cumprir a lídima e verdadeira *missão* do ensino.

Porque pertencia ao privilegiado número dêsses para quem as noções colhidas valem, acima de tudo, pelo modo como frutificam, como germens de originais manifestações — ao número dêsses cuja reacção acusa a acção recebida num excedente representado por novas espécies e formas de actividade mental.

Nessa altura, trabalhos de lavra sua, produzira apenas os exigidos para a entrada no magistério universitário.

Verificariam, no entanto, todos quantos o vissem e ouvissem preleccionar que já então acusava realmente uma inconfundível personalidade de condutor de espíritos e que reünia as essenciais qualidades do professor nato: lucidez penetrante, clara precisão de explicador e ainda aquele duplo dom de comunicabilidade e sugestão pelo qual o ensino não só se torna, para os discípulos — sob o influxo individual do

Mestre — numa animada e atraente colheita das noções liquidadas, mas valerá sobretudo como vivo e fecundo incentivo a possíveis revelações, da parte dos que escutem e aprendam.

E mais virificariam, desde então, que a essas qualidades aliava com efeito as do pedagogo:

— o sentido do real — ponto de partida de tôdas as construções mentais — nunca o perdendo pela absorção nas puras fórmulas, nas representações abstractas do observado;

— a compreensão de que aprender consiste, no fundo, para o indivíduo — dentro de cada domínio do saber ou no largo domínio duma cultura geral — em recapitular, com o intuito de o possuir e desenvolver, o que a Espécie evolutivamente aprendeu e apurou;

— a equilibrada noção, emfim, do justo meio entre dois extremos viciosos: entre o ensino que tudo ministra feito e por isso falha ao seu verdadeiro fim — qual é despertar as energias especulativas de quem o recebe — e o velho ensino hermético, envolto de ciosas obscuridades, tecido de enigmas dificultantes, e por isso estèrilmente consumptivo e ingrato para os iniciáveis.

Entretanto, viria Luciano Pereira da Silva — naturalmente sensível a todos os aspectos da Beleza e a todos os estímulos de estesia, em frente da vida e em frente da Arte — mostrar-nos que essa múltipla e educável sensibilidade lhe permitia ser um delicado apreciador das artes plásticas e também um musicófilo de nobre gôsto (1), além dum ledor crítico das mais altas Obras da Literatura europeia, vantajosamente servido pelo seu conhecimento das línguas; sem prejuízo, já, do professor e do homem de sciência, dada a conquista e a posse do que mais devia interessar-lhe.

---

(1) Visitou a Alemanha levado, em grande parte, pelo desejo de ouvir Wagner onde melhor pode ser ouvido.

Para que a inteligente e dilatável curiosidade scientífica, para que a delicada sensibilidade se lhe desdobrassem e satisfizessem plenamente muito contribuïriam contudo as suas repetidas viagens. Enriquecendo-lhe o espírito no campo das sciências por êle cultivadas, fortificavam-lhe e afinavam-lhe — sob a impressão de outros e variados aspectos da natureza e ao contacto com novos meios humanos, bem como por influência do que no mundo das grandes criações artísticas, de tôda a ordem, lhe era dado contemplar e ouvir — as suas nativas predisposições de emotivo superior, a par os seus amáveis instintos de sociabilidade.

Em grande proporção contribuíram, de facto, para que pudéssemos admirá-lo, não sòmente como um culto, mas como um *Civilizado*.

Correspondeu a largo período da sua carreira professoral essa quadra de estudos e de viagens, que foi a duma longa preparação do futuro *autor*, nunca interrompida ou menos-prezada.

Porque mal deve contar o curto lapso de tempo em que se ocupou das coisas públicas.

Pode dizer-se que apenas atravessou a feira da Política; logrando, para mais, atravessá-la com limpa destreza, como os nossos *peraltas* do século XVIII galgavam as ruas imundas da antiga Lisboa — sem apanharem o menor salpico de lama; e não é de esquecer que, da sua passagem pelo Parlamento, nos deixou um documento de incontestável valor — o discurso sôbre a organização da Instrução Secundária, proferido em sessão de 13 de Janeiro de 1903.

Quando nos deu o seu primeiro trabalho de vulto — *Astronomia dos Lusíadas* — contava mais de cinqüenta anos. A muitos teria surpreendido o aparecimento dêste livro, que desde logo o impôs, no país e no estrangeiro; pois o supunham desinteressado da produção de obras próprias pela circunstância de até ali não se haver revelado como escritor.

Não faltara mesmo quem, reconhecendo-lhe os méritos de professor, o julgasse, fora do magistério, um puro e despreocupado *jouisseur,* que jámais se daria à tarefa de produzir — talvez por achar que não valesse a pena.

Mas ainda nisto será admissível ver um efeito da conjugada acção exercida pelas faculdades e energias que o distinguiam:

pelas suas aptidões mentais dominantes — imperiosamente exigentes, como tais, de constante e prolongado labor no sentido e com preferência de determinada cultura, embora sem preterição dos outros objectos dignos de o interessarem; pela firme vontade de a possuir e acrescentar; pelo seu vigilante criticismo, desperta ironia, emfim; pois lhe teria esta suscitado sempre (precavendo-o contra precipitadas tentativas) interrogantes dúvidas sôbre a suficiência das aquisições a utilizar na realização de quaisquer trabalhos originais; ao mesmo tempo que lhe representasse, à luz crua do ridículo, quanto muitas vezes serão de recear os resultados das prematuras ambições de publicidade.

E só o favoreceu, realmente, a gradual e tanto mais eficiente acção daqueles poderosos agentes internos, áparte a que houvesse devido às circunstâncias de ordem exterior. Porque, tendo-lhe imposto e garantido particularizada preparação, dentro do seu mais vasto campo de cultura e de erudição subsidiária — veiu a fazer dêle um *especializado;* não na acepção estreita dessa especialização que, por fechada e isolante, é afinal dispersiva também, como o notou A. Comte; mas na acepção da que, no meio duma maior ou menor área cultural constitua, em domínio próprio, além de perene fonte de integral informação, segura directriz a observar e seguir.

Quem leia a obra de Luciano Pereira da Silva não deixará de, na verdade, reconhecer que êle conta entre os especializados dêste segundo tipo.

O que de melhor escreveu — quando, em consciência,

se julgou preparado para o escrever — prova-nos que ali tudo decorre sempre e gira, sem desvio de direcção ou quebra dos fios condutores, em tôrno do núcleo representado pelo ramo das sciências directa ou pròximamente aplicáveis à categoria dos seus principais trabalhos; traindo por igual a influência orientadora e o espírito de seqüência bebido e nutrido na prática dessas sciências.

Raros terão conseguido ir tão longe, sob o ponto de vista da perfeita e honesta especialização.

E é o bastante — independentemente dos outros aspectos a apreciar-lhe — para lhe agradecermos à memória a lição que sob êste ponto de vista encerra a sua obra realizada e que havíamos de tirar também dos seus trabalhos futuros, entre os quais teríamos a *Arte de Navegar dos Portugueses,* em preparação, e uma planeada *Geografia dos Lusíadas*...

Justifica-se, parece-me, o título que puz ao meu modesto artigo (1).

Coimbra, 31 de Julho de 1927.

MANUEL DA SILVA GAIO.

---

(1) Era intenção minha desenvolver o que acima deixo escrito e que representa apenas uma imperfeita súmula do artigo primitivamente esboçado. Tencionava também acrescentar-lhe dois novos capítulos — destinados: um, à biografia, a largos traços, de Luciano Pereira da Silva; o outro, ao comentário dos seus trabalhos. Não o permitiu, porém, a estreiteza do tempo de que pude dispor.

Comecei a estimar o Dr. Luciano Pereira da Silva depois que, já seu colega na Escola Normal Superior, vim — *sic quoque docebo* — para a Imprensa da Universidade.

A vizinhança aproximava-nos; mas mais do que esta circunstância episódica, por uma singular ironia em quem era a negação do *Scholar* livresco, foram os livros os mensageiros, senão os criadores do ambiente em que a divina flôr da amizade nasceu. A estima cordial com que me acolhia ou procurava foi pouco a pouco vencendo a diferença de idade, não havendo nos últimos três anos um *après-dîner* passado em Coimbra em que não confidenciássemos preocupações intelectuais ou dissolvêssemos pelo passeio ou pelo colóquio num círculo de amigos e colegas as impertinências ou aborrecimentos do dia.

¡Com que saüdosa emoção recordarei sempre esta convivência, interrompida pela mais horrorosa e estupida das mortes!

O seu convívio era encantador. Muito viajado, com uma larga cultura literária, sobretudo de poetas ingleses, um penetrante espírito de observação, uma *Weltanschaung* de fundo spenceriano — Spencer fôra o filósofo dum sector da mocidade universitária por volta de 1890 e agradava-lhe recordar o entusiasmo juvenil com que lera os *Primeiros princípios* —, a sua conversa tinha sempre a sedução da variedade e não raro a da elegância do dizer.

O bom humor, isto é, a tendência fácil para salientar os contrastes da realidade e da aparência, era a disposição permanente do seu espírito, com o comedimento moral do delicado que odeia a grosseria e abomina a malevolência. Nas horas de passatempo a sua alegria, tão saüdável e comuni-

cativa, era irónica por vezes e espirituosa sempre; mas nunca a ironia degenerou no sarcasmo, na alusão equívoca ou na reticência suspeitosa. Um vivo sentimento da dignidade humana inundava os seus juízos; por isso não teve querelas pessoais e a graça da sua conversa longe de maguar aproximava e prendia.

Esta alegria era a tradução da sua saúde física e moral. No pequeno círculo coimbrão ninguém como êle vivia no sentimento de que a vida é digna de ser vivida, e tão ampla e profundamente que se alguma vez concebeu a ascese e as mortificações foi para enobrecer com elas a longínqua humanidade dum planeta, tão longínquo que os seus movimentos não viessem perturbar a máquina maravilhosa do nosso mundo.

Nestes anos, o Dr. Luciano sacrificava ao estudo o melhor da sua vida, organizando amorosamente a sua biblioteca, aliviando-se de compromissos, e cumprindo os deveres de universitário por forma que as suas investigações não sofressem atropelos ou demoras. Trabalhava quotidianamente nas horas mais calmas, com a experiente sabedoria de quem procura afugentar os estragos da fadiga. Tinha sem dúvida a consciência clara de que a sua pena se dirigia já a um público desconhecido, distante e disperso; mas a fama do escritor e do sábio e os freqüentes pedidos de colaboração não alteravam o rítmo sereno dêste denodado senhor das suas horas. *Ars longa*, inabalável verdade; ¿mas porque nos obstinamos em pensar na fatal certeza de que a vida é breve?

Os sessenta anos convidavam-no brandamente a fazer o exame retrospectivo da sua obra. Surgia-lhe então o desejo de coligir os escritos dispersos, dando-lhes a unidade das obras completas; porém a frescura da sua inteligência e as raízes vigorosas que o prendiam à vida protestavam contra esta aposentação literária e de novo volvia os olhos para outros problemas e estudos. Nas férias grandes de 1923 escrevia-me de Caminha expondo o plano de reedição da *Astronomia dos Lusíadas*. Orgulhava-se da severidade e exaustão scien-

tífica do seu primeiro grande livro, tão perfeitas que apenas refundiria a matéria, que mais tarde desenvolveu no artigo célebre do fascículo camoniano da *Lusitânia* (*A concepção cosmológica nos «Lusíadas»*, 1925) e acrescentaria um capítulo (undécimo) fundado no estudo *A estrêla Vénus nos «Lusíadas»* publicado na revista portuense, *A Águia* (vol. XV).

Ao regressar a Coimbra estes propósitos esqueciam, jámais podendo criar a disposição intelectual do autor que se contempla ou atenua o fervor do trabalho inédito e original.

A sua bibliografia de 1923 a 1926 revela claramente esta actividade criadora; e justamente no dia fatal da abominável tragédia preparava para a *Miscelânea* em memória da Professora Senhora D. Carolina Michaëlis de Vasconcelos um estudo sôbre *O Regimento da estrêla do Norte,* largamente documentado com passagens esquecidas da nossa literatura medieval, especialmente quatrocentista, e dispunha-se para prefaciar e publicar em *O Instituto* o manuscrito inédito da Biblioteca do Pôrto — *Tratado do uso da sphera.*

Em Coimbra viveu nesta encosta de tão lírica belesa e donde se tem divisado, por vezes, o mais vasto panorama intelectual da Nação. A sua história confunde-se em larga parte com a história da alma portuguesa. O Dr. Luciano sentia a magestade deste local, e à Universidade como seu símbolo prestava um íntimo culto fervoroso.

Solicitado para uma Escola de Lisboa, não emigrou. Coimbra prendia-o; e tão fortemente que nem a inteligência e sedução irresistível do Dr. Bernardino Machado o convenceram quando, se não erro, sendo Presidente do Ministério, o convidara para inaugurar e reger a Cadeira Camões da Universidade de Londres.

Amando a Universidade, o seu amor não se deixou contaminar pela satisfação regalada e muito menos pelo provincianismo, a mais confrangedora das doenças do espírito.

Pendia até para a crítica desta litúrgica arqueologia universitária, cuja reconstituïção nos daria um interessantíssimo museu e tão digna é de respeito pela longa teoria de homens que viveram neste ambiente e cuja vida espiritual se achou enquadrada neste ritual e nestas fórmulas.

¡A lúcida e irónica penetração com que distinguia a persistência necessária da sobrevivência anacrónica!

O Dr. Luciano serviu a *alma-mater* como professor e primeiro director da Escola Normal Superior e não lhe regateou, em certos momentos, a lucidês do seu conselho e o prestígio do seu nome. Tudo isto desapareceu com a tragédia de Caminha; mas uma coisa persistirá indestructível: o legado da sua obra escrita. A Universidade com orgulho nela verá reflectida uma feição actual da sua história e quando um dia entoar com espírito gratulatório o seu *Carmen Saeculare,* entre os seus deuses protectores, ao lado de Pedro Nunes, evocará a memória de Luciano Pereira da Silva.

Pela nobreza do assunto e severidade crítica dos resultados esta obra é perdurável, tanto mais que não tem exageros, nem labirintos. Penetra-a uma estructural necessidade de ordem e clareza, que quási seria friamente matemática se a não percorresse o entusiásmo duma seiva patriótica.

Numa página notável dos *Diálogos,* Heitor Pinto simbolizou numa breve disputa entre o matemático e o legista isto é, a especulação e a acção, a essência e o valor da expansão ultramarina de Portugal.

«¿Dizei-me se não fôssem as leis, porque os nossos se regem no mar e na terra, como poderiam êles sustentar a Índia, nem ainda achá-la e conquistá-la?

«¿Mas se não fôsse a matemática, disse o matemático, como poderiam êles lá levar essas leis? ¿... Como se poderam atravessar as duvidosas ondas das imensas águas e fazer-se estrada real e directíssima per elas sem conhecimento do norte, e das estrêlas e dos circulos celestes?

A agulha e carta de marear, ¿que cousa é senão mera matematica? Essas regiões tão separadas e tão estranhas como fôra possivel descobrirem-se e conquistarem-se, se os nossos não foram instructos nos conhecimentos dos movimentos dos ceus, nos graus da altura, nos círculos e cursos das planetas, na divisão dos climas, no mapa, no astrolabio, no quadrante, na propriedade e variedade dos ventos, nos eclipses, na arte de navegação, na cosmografia e sítio do mundo, na quantidade da terra, na natureza dos elementos, e finalmente no conhecimento da esfera, o que tudo consiste na matemática»?

Luciano Pereira da Silva reviveu no seu espírito o velho debate quinhentista, e o que então fôra subtil disputa convertia-se agora na mais perfeita justificação scientífica e histórica das razões do *matemático*. Com Joaquim Bensaúde sepultou a lenda da aventura, criando uma verdadeira corrente de opinião, a tal ponto que os seus juizos e resultados críticos constituem uma verdadeira escola e uma das principais características da hodierna cultura portuguesa.

Nunca lhe seremos suficientemente agradecidos por ter concorrido para o destêrro *dum mito* e secado algumas flores de retórica, e com elas esta atitude de improvização, de tão deletérias conseqüências. A esta luz a sua obra tem uma extraordinária ressonância na educação nacional; mas não viveremos hoje a hora propícia para que o jurista responda, com a mesma severidade crítica e eficiência nacional, demonstrando quanto Portugal deveu à excelência das suas leis, «que não sòmente conservam o próprio reino, mas ainda governam e sustentam outros reinos e senhorios remotíssimos».

¡Possa a memória do Dr. Luciano reviver na obra de discípulos livres e criadores formados na escola dos seus livros, sob o amparo espiritual da Universidade!

Coimbra.

JOAQUIM DE CARVALHO.

LIVROS Á VENDA

Acham-se à venda na Administração do Instituto, os seguintes:

O Infante D. Henrique (1894) — Número comemorativo do 5.º centenário do Infante D. Henrique. Com a colaboração de J. M. Rodrigues, A. J. Teixeira, Sousa Viterbo, Brito Rebelo, J. M. Teixeira de Carvalho ..... 12$00

Fernão de Magalhães — Número comemorativo do 4.º centenário de Fernão de Magalhães. Com a colaboração de D. José Manoel de Noronha, Dr. Alves dos Santos, Dr. Oliveira Guimarães, Dr. Costa Lobo F. Brederode, Henrique Lopes de Mendonça, Ernesto de Vasconcelos, Dr. Fortunato de Almeida (1921) ..... 10$00

Os seis livros de Tito Lucrécio Caro, poeta romano, sobre a Natureza das Cousas, vertidos no verso solto portuguez, por Agostinho de Mendonça Falcão. Coimbra, Imp. da Universidade, 1890..... 15$00

Catalogo dos objectos existentes no Museu de Archeologia do Instituto de Coimbra. A cargo da Direcção de Archeologia do mesmo Instituto (1873-1877)..... 6$00

Idem — Suplemento 1.º (1877-1883)..... 4$50

Elogio histórico de A. Herculano, lido na sessão pública do Instituto de Coimbra, pelo Conselheiro Vicente Ferrer Neto Paiva. Coimbra, Imp. da Universidade, 1878..... 4$50

Noticia sôbre uma série de craneos da Ilha de Timor existente no Museu da Universidade, pelo Dr. J. G. de Barros e Cunha. Coimbra, Imp. da Universidade, 1895..... 5$00

Memória histórica e crítica sôbre a Revolução que em 1246 tirou a corôa a D. Sancho II, por Miguel Ribeiro de Almeida e Vasconcelos. Coimbra, Imp. da Universidade, 1856..... 4$00

Apontamentos de optica, pelo sócio Rodrigo Ribeiro de Sousa Pinto. Coimbra, Imp. da Universidade, 1856..... 3$00

Apontamentos biographicos sobre o nosso insigne poeta Luiz de Camões por Miguel Ribeiro de Vasconcelos. Coimbra, Imp. da Universidade, 1854..... 3$00

O INSTITUTO

REVISTA SCIENTÍFICA E LITERÁRIA

FUNDADA EM 1852

O Instituto é uma publicação bimestral do *Instituto de Coimbra,* sociedade scientífica e literária fundada em 1852.

Cada número, com cerca de 100 páginas, publicará artigos acompanhados do retrato e fac-símile da assinatura dos autores e na língua por êles preferida; 5 números formam um volume com frontispício, índice e capa especial.

ASSINATURAS

Série de cinco números.....	25$00
Número avulso.....	10$00
Preço dêste numero.....	15$00

Só se tomam assinaturas a partir do número 1 de cada volume.

CORRESPONDENCIA

Tôda a correspondência deve ser dirigida para a Redação de *O Instituto,* Arco do Bispo n.º 1 — Coimbra — Portugal.

O INSTITUTO

REVISTA SCIENTÍFICA E LITERÁRIA

REDACÇÃO E ADMINISTRAÇÃO
ARCO DO BISPO, N.º 1 — COIMBRA

VOLUME 74.º

4.ª SERIE — VOLUME 3.º

NÚMERO 4

COIMBRA
IMPRENSA DA UNIVERSIDADE
1927

SÓCIOS BENEMÉRITOS

Cândido Sotto Mayor — Marquês de Jácome Corrêa — Ramiro de Magalhães — Conde de Felgueiras.

COMISSÃO DE REDACÇÃO

MEMBRO HONORÁRIO

Prof. F. Gomes Teixeira, Reitor Honorário da Univ. do Pôrto, antigo Prof. da Univ. de Coimbra.

MEMBROS EFECTIVOS

Prof. Alberto Pessoa, da U. C., *Secretário.* — Prof. Amadeu F. de Carvalho, do I. I. C., *Secretário.* — Prof. Anselmo F. de Carvalho, da U. C., D. O. M., *Vice-Presidente.* — Dr. António Baião, D. A. T. T. — Prof. A. Augusto Gonçalves, da U. C., D. M. M. C. — Prof. J. G. de Barros e Cunha, da U. C. — Prof. Belleza dos Santos, da U. C. — Prof. Bento Carqueja, da U. P. — Dr. Bettencourt Rodrigues, A. M. — Prof. F. M. da Costa Lôbo, da U. C, D. O. A., *Presidente.* — Prof. Elisio de Moura, da U. C. — Prof. Eugénio de Castro, da U. C. — Prof. Ferrugento Gonçalves, D. I. S. T. — Prof. Fezas Vital, da U. C. — Prof. Fortunato de Almeida, do L. C. — Prof. Francisco Corrêa, D. I. S. C. — Almirante C. V. Gago Coutinho. — Dr. Jaime Cortesão, A. D. B. N. L. — Prof. Joaquim de Carvalho, da U. C., *Secretário Geral.* — Prof. Joaquim de Vasconcelos, da U. C. — Prof. Mendes Corrêa, da U. P. — Prof. D. Pacheco de Amorim, da U. C. — Prof. Paulo Merêa, da U. L. — Prof. Pedro J. da Cunha, R. U. L. — Prof. J. J. Pereira Dias, da U. C. — Prof. J. M. de Queiroz Velloso, D. F. L. U. L., D. G. E. S. — Prof. Ricardo Jorge, da U. L., D. G. S. — Prof. M. de Sousa da Câmara, D. I. S. A. — Prof. H. Teixeira Bastos, D. da Secção de Sciências Físico-Químicas da U. C. — Prof. L. I. Woodhouse, da U. P.

SUMÁRIO

Sôbre alguns novos métodos da integração aproximada das equações diferenciais da Física Matemática, por N. Kriloff..... 555
St François et la question sociale, por Sebastien Nicotra..... 569
Os Incunábulos da Biblioteca do Liceu de Coimbra, por António Gomes da Rocha Madahil..... 604
Subsidios para a Historia da musica em Portugal, por Sousa Viterbo..... 632
A obra de Guerra Junqueiro, por Vieira de Almeida..... 640
Licínio Cardoso, por Vicente Licínio Cardoso..... 661
Boletim do Instituto..... 669
Vária: Discursos proferidos na sessão solene do Instituto de Coimbra 671
Bibliografia..... 679
Livros recebidos..... 681

SÔBRE ALGUNS NOVOS MÉTODOS DA INTEGRAÇÃO APROXIMADA DAS EQUAÇÕES DIFERENCIAIS DA FÍSICA MATEMÁTICA

SENHORES PROFESSORES,
MEUS SENHORES!

Antes de começar esta conferência de introdução eu devo, em primeiro lugar, exprimir o meu profundo reconhecimento aos representantes da grande Universidade portuguesa que me quiseram honrar com o convite para fazer aqui um curso destinado à exposição das minhas modestas investigações nos domínios da integração aproximada das equações diferenciais da Física Matemática, assunto sôbre o qual eu tive a honra de fazer recentemente algumas conferências em várias Universidades europeas.

Muito especialmente desejo apresentar também os meus respeitosos agradecimentos ao eminente sábio Professor F. da Costa Lôbo que tomou uma parte activa no meu convite.

Êste convite foi para mim uma prova de atenção que muito me sensibilizou não só por já me considerar ligado a esta Universidade na minha qualidade de sócio correspondente do Instituto de Coimbra mas ainda por ter a honra de dirigir-me aqui a auditores dum país onde tantos sábios enriqueceram a sciência pelas suas descobertas.

MEUS SENHORES! — O problema da integração das equações diferenciais, isto é, o problema da determinação duma

função verificando uma relação entre os dois estados infinitamente vizinhos do sistema material, punha-se desde o princípio do Cálculo Infinitesimal; ora o problema da integração em termos finitos esbarra logo, como é bem sabido, com dificuldades insuperáveis depois de alguns exemplos clássicos terem sido tratados pelos Mestres dêste período chamado com tôda a razão o período heróico do Cálculo Infinitesimal.

O problema da existência da solução surge então e é a um dos fundadores da Análise moderna, o ilustre Augustin Cauchy, que pertence a glória de assentar êste problema sôbre bases sólidas, pelos seus memoráveis métodos.

Ora, convém notar que o método da «linha poligonal» de Cauchy para determinar o integral, verificando as condições fronteiras relativas a um ponto dado (condições de Cauchy), no fundo é também um método de integração aproximada, desenvolvido ulteriormente pelas investigações dos matemáticos modernos e onde, ao que parece, muitos estudos se impõem mesmo agora; assim, por exemplo, se impõe, como julgamos, o emprêgo sistemático de diversas fórmulas interpolatórias em vez de uma só, devida a Gregory-Newton, por meio da qual se obteve como é bem sabido a notável e bem conhecida fórmula de Störmer para a integração das equações diferenciais; mesmo na demonstração do teorema fundamental da existência poderia como nos parece em lugar da linha poligonal empregar-se com sucesso uma linha formada de parábolas convenientemente construídas. Sem entrar aqui nos pormenores que estão fora do assunto destas conferências diremos ùnicamente que o problema da integração aproximada das equações diferenciais se punha já bastante nìtidamente desde o princípio do Cálculo havendo contudo ainda muitas investigações a realizar nêste sentido.

Abordando as equações diferenciais da Física Matemá-

tica pròpriamente ditas, constata-se, que a-pesar-da diversidade dos problemas físicos (propagação do calor, vibração das cordas e das membranas, fenómenos luminosos, electrodinâmicos, hidrodinâmicos, etc.) estes são regidos por um número bastante restrito dos tipos das equações diferenciais, que se caracterisam pelas condições iniciais (*) (para um dado momento do tempo), assim como pelas condições fronteiras. A essência dos fenómenos físicos no fundo escapa ao nosso conhecimento, — temos de nos contentar portanto, como é sabido, de criar segundo certas hipóteses (não contraditoriais e no menor número possível) um modêlo esquemático do fenómeno físico; e se êste modêlo não contradiz os dados experimentais e se permite mesmo prever certos fenómenos novos verificados em seguida pela experiência, então o modêlo convém e as hipóteses são admissíveis. A história da Física moderna consiste justamente na evolução destas hipóteses, dêstes modêlos esquemáticos que resultaram e um real progresso tem lugar quando uma feliz hipótese simplifica os problemas, estabelecendo uma relação entre os fenómenos considerados até aqui como desconexos; é conveniente recordar, a propósito, que muitas das descobertas nas sciências de aplicação (as sciências de engenharia por excelência) foram feitas guiadas pela conexão dos problemas, indicada, por sua vez, pelas suas equações diferenciais.

Para se fazer uma idea dos problemas matemáticos que se põem a propósito dos fenómenos físicos e para bem apreender porque se apresenta aqui inevitàvelmente a questão da integração aproximada das equações diferenciais, contentemo-nos em virtude do que precede de recordar que por ex. o problema da vibração forçada das cordas vibrantes conduz,

---

(*) Com a excepção, bem entendido, dos problemas relativos aos movimentos de regimen estabelecido (como por ex. o problema de C. Neumann).

como se sabe, pelo método da separação das variáveis (no caso em que as extremidades da corda estão fixas) em última análise à consideração do sistema diferencial seguinte:

$$(1)\qquad \begin{cases} \dfrac{d^2y}{dx^2} + \mathrm{A}(x)\,y = f(x); \\ y(a) = y(b) = 0; \end{cases}$$

tomando o caso mais simples. Êste sistema com coeficientes variáveis, (ao qual se reduz ainda por exemplo, note-se de passagem, o problema dinâmico de torsão dos veios girantes e tantos outros) tem uma importância muito particular no domínio da Física matemática e também da sciência da engenharia; de facto nestes últimos tempos a precisão das construções, os aperfeiçoamentos técnicos tornam indispensável que se levem em consideração as acções vibratórias, que outrora se estava habituado a desprezar em presença das acções estáticas. Tôda uma sciência nova a técnica das vibrações, começa a criar-se e nesta ordem de ideas o problema da integração das equações do tipo (1) desempenha um papel de capital importância, sem falar de diversas questões de grande alcance puramente matemáticas intimamente conexas ao problema acima indicado.

Os métodos clássicos (1) da Física matemática iniciados pelos trabalhos de Sturm e Liouville e desenvolvidos pelas memoráveis investigações de Schwarz, Picard, Poincaré, Stekloff, Zaremba, Fredholm e tantos outros matemáticos contemporâneos, consistem em apresentar o integral procurado do sistema (1) sob a forma duma série desenvolvida segundo as funções, chamadas fundamentais (singulares) e correspondentes ao problema, isto é, segundo as funções

---

(1) Os asteriscos numerados referem-se aos números correspondentes do «Índice bibliográfico» colocado no fim dêste artigo.

correspondentes aos valores, ditos singulares, do parâmetro λ, introduzido com a função $\mathbf{A}(x)$, e representando os «sons próprios» do sistema. Observemos de passagem que a existência destas funções fundamentais, que portanto se apresentam como as soluções dos sistemas:

$$(2)\qquad \begin{cases} \dfrac{d^2y}{dx^2} + \lambda_i \mathbf{A}(x)\, y = 0 \\ y(a) = y(b) = 0 \end{cases} \qquad \text{para} \quad i = 1, 2, 3 \ldots n, \ldots$$

era um facto experimental bem conhecido, mas apenas nos trabalhos acima referidos foi demonstrado com todo o rigor que exige a análise matemática moderna.

Ora estas funções fundamentais não são em geral numèricamente conhecidas e por outro lado os determinantes que intervêm na solução de Fredholm são, como é bem sabido, pouco maniáveis debaixo do ponto de vista do cálculo, logo, a necessidade da elaboração dos métodos da integração aproximada dos sistemas do tipo (1) fazia-se sentir, e foi em 1908, que o ilustre físico suiço Walter Ritz propôs (2) para a integração aproximada das equações diferenciais da Física matemática um método, que tendo alguns pontos de contacto com o processo de cálculo utilizado antigamente por Lord Rayleigh, pode ser sucintamente resumido da seguinte maneira: aproveitando as condições fronteiras W. Ritz considera um certo integral correspondente ao problema de sorte que a equação, chamada de Euler, obtida variando êste integral é precisamente a equação diferencial dada, a qual por conseguinte pode considerar-se como condição necessária para tornar o integral designado «estacionário».

Para o caso actual do sistema (1) o integral a variar é precisamente da forma

$$(3)\qquad \int_a^b \left[\left(\frac{dy}{dx}\right)^2 - \mathbf{A}(x)\, y^2 + f(x)\, y \right] dx.$$

Os integrais dêste tipo, observemos de passagem, podem ser formados algumas vezes directamente segundo os dados do problema (como é bem conhecido na Mecânica Aplicada), de sorte que o problema de minimo pôsto para êste integral pode igualmente tratar-se pela aplicação do algoritmo variacional.

No método de W. Ritz, assim como em vários outros métodos, que aqui vamos detalhar procura-se apresentar as funções minimizantes sob a forma de combinações terminadas

$$y_m = \sum_{1}^{m} a_n^{(m)} \phi_n(x) \tag{4}$$

desenvolvidas segundo as funções fàcilmente calculáveis, verificando as condições fronteiras; assim para $\phi_n(x)$ podem tomar-se por exemplo as funções trigonométricas (no caso actual tomaremos para $\phi_n(x)$ os senos), os polinómios e duma maneira geral — as funções, ditas fundamentais, correspondentes aos diferentes casos das vibrações dos sistemas regidos pelas equações diferenciais com coeficientes constantes, de sorte que segundo estas funções $\phi_n(x)$ possam desenvolver-se, mediante certas condições restritivas, as funções, ditas «arbitrárias» na Física Matemática.

Os coeficientes procurados $a_n^{(m)}$ determinam-se pelas regras usuais do Cálculo diferencial segundo as condições que tornam o integral referido «estacionário».

Assim para as equações diferenciais lineares chega-se a um sistema de equações lineares sempre resolúvel em relação aos coeficientes procurados nos casos considerados pelo próprio W. Ritz.

Por uma análise profunda e elegante, ainda que sujeita a certas críticas, W. Ritz demonstra a possibilidade da passagem ao limite, estabelecendo a convergência uniforme das aproximações obtidas para uma função contínua, derivável e verificando de facto a equação diferencial dada.

Êste notável método, tão apreciado pelo falecido Henri Poincaré (basta aludir às memoráveis palavras do grande geómetra no seu prefácio às «Oeuvres complètes de W. Ritz) suscitou nestes últimos tempos um grande número de trabalhos, sobretudo no domínio das sciências aplicadas, as sciências de engenharia por excelência (3). Deve notar-se também o papel importante que desempenhou o método de W. Ritz em certas questões da Mecânica Celeste, — citemos por exemplo os trabalhos de Lowe e especialmente de H. Poincaré, que no seu magistral tratado (4); «*Theorie des marées*» pôs o problema da aplicação do método de W. Ritz às equações diferenciais das teorias das marés (algumas recentes teses francesas de doutoramento contêm já uma resposta parcial a esta questão).

As investigações na direcção traçada por W. Ritz, sem falar do seu real interêsse teórico (por que abrem também o caminho aos métodos por assim dizer «directos» nos Cálculos das Variações) parecem tanto mais necessárias, que justamente ainda há pouco muitos sábios, aplicando o algoritmo variacional de Ritz às diferentes questões das sciências de engenharia e de mecânica celeste foram unânimes em declarar as suas vantagens incontestáveis sob o ponto de vista do cálculo efectivo da solução. Alguns dêstes trabalhos continham no entanto os cálculos numéricos sem se preocupar com a convergência das aproximações aplicando sem estudos teóricos preambulares o processo variacional no caso importante, em que a forma quadrática sob o sinal do integral a variar não era definida positiva, isto é em que não se realizava a condição essencial no raciocínio de Ritz.

O problema que daqui surge merecia pois uma atenção muito particular, tanto mais que está ligado à questão do cálculo efectivo dos valores «singulares» do parâmetro (assim como às soluções, ditas «singulares» ou «fundamentais» da Física Matemática) e que as palavras de H. Poin-

caré no prefácio citado continham já uma alusão a êste propósito.

O caso das equações diferenciais e também das equações integrais que escapam ao método de W. Ritz foram consideradas numa série de trabalhos (5) por um método que se distingue essencialmente do de Ritz e a que se poderia chamar o método dos «determinantes infinitos»; estas considerações serão só parcialmente resumidas durante a minha exposição, visto que presupõem já o conhecimento da teoria moderna dos determinantes infinitos e das investigações de H. von Koch.

No que respeita ao método de W. Ritz pròpriamente dito, devemos dizer que a-pesar-da sua incontestável importância, êste método, não fornece meio algum (pelo menos sob a forma por que o seu célebre autor o apresentou) de apreciar a ordem do êrro e o máximo do módulo do êrro, que se comete parando na aproximação, contendo um número m dado de termos. Por outro lado na sua demonstração da convergência do algoritmo variacional, W. Ritz demonstrou bem que $\lim_{m\to\infty} y_m = y$, onde $y(x)$ é o integral da equação diferencial e y_m — são as sucessões minimizantes de Ritz, mas a questão da convergência de

$$\lim_{m\to\infty} y_m^{(k)} = y^{(k)}, (k = 1, 2, \ldots)$$

ficava aberta, pôsto que ela tenha um alcance considerável mesmo sob o ponto de vista prático, dado que a apreciação das ordens de $| y_m^{k)} - y^k |$ permitira de se assegurar com que precisão as aproximações obtidas verificarão a equação diferencial (9).

Para remediar estes defeitos, que apresentam um real inconveniente é bom notar, que quando se trata dum problema da integração aproximada, pode evidentemente supor-se

de antemão demonstrada a existência do integral da equação pelos métodos habituais da Física Matemática elaborados para a demonstração da existência da solução. A existência do integral, uma vez admitida, põe-se o problema nítido e preciso de calcular êste integral por diferentes métodos permitindo avaliar a ordem do êrro (e mesmo a majoração do máximo do êrro) cometido, donde decorrerá entre outros imediatamente a demonstração da convergência do processo. É assim que nestas lições depois de ter feito a demonstração de W. Ritz com alguns complementos estudarei um novo método da convergência do algoritmo variacional, insistindo na observação que se pode, utilizando as condições fronteiras, obter a limitação do módulo do integral, mediante, bem entendido, certas condições restritivas impostas aos coeficientes da equação diferencial dada (*).

Este método, que eu comuniquei na minha Nota (6) à Academia das Sciência de Paris (a exposição mais detalhada encontra-se na minha recente memória dos «*Annales de Toulouse*») pode servir também para a demonstração da existência da solução como é fácil verificar.

Sem entrar aqui em pormenores, limitar-me hei, com o fim de abreviar, a apresentar nas suas linhas gerais os assuntos das lições seguintes, nas quais estudarei (7) também um sistema não linear do tipo:

$$\frac{d^2y}{dx^2} - \frac{1}{2} f(x,y) = 0; \quad y(a) = y(b) = 0; \quad f(x,y) > 0,$$

que foi recentemente o objecto das investigações do Prof. L. Lichtenstein debaixo do ponto de vista da existência da solução; o problema simples do Cálculo das Variações (nalguns

---

(*) Nas suas recentes comunicações na *Rendiconti dei Lincei*. (Roma) o prof. Trigomi e prof. M. Picone generalizaram esta observação para certas classes das equações às derivadas parciais.

casos particulares, bem entendido) poderia ser igualmente tratado sob o ponto de vista da solução aproximada.

O estudo dos fenómenos hereditários, como é conhecido pelas investigações memoráveis do ilustre matemático Volterra conduz às equações integro-diferenciais; nós consideraremos aqui, a título de exemplo, uma equação integro-diferencial, a existência de cuja solução como é sabido foi outrora demonstrada por vários autores :

$$\frac{d}{dx}\left[p(x)\frac{du(x)}{dx}\right]+q(x)\,u(x)+\int_0^1 \mathrm{K}(x,y)\,u(y)\,dy=f(x);$$

$$u(0)=u(1)=0;\quad p(x)>p_1>0;\quad q(x)<0$$

(K(x,y) e definido negativo) e para a solução aproximada desta equação, assim como a da equação diferencial de segunda ordem de tipo bastante geral, aplicaremos o método dos menores quadrados.

Êste método, cuja convergência foi depois dalgumas investigações preliminares (8) objecto duma das minhas recentes Notas nos *Comptes rendus de l'Acad. de Paris,* e ainda em outros trabalhos (9) redunda, por exemplo para o sistema (1), em pôr um problema de mínimo relativo ao integral:

$$\int_a^b\left[\mathrm{L}(y)-f(x)\right]^2dx,\quad \text{onde}\quad \mathrm{L}(y)=\frac{d^2y}{dx^2}+\mathrm{A}(x)\,y;\ \mathrm{A}(x)\leq 0$$

Como na minha demonstração da convergência do método de Ritz, pode-se também avaliar aqui a ordem do êrro cometido parando na aproximação m^a, o que provará além disto a convergência do método dos menores quadrados, que tomará, estamos persuadidos, o seu legítimo lugar entre os métodos da integração aproximada das equações diferenciais da Física Matemática.

Nas conferências seguintes serão expostas igualmente as

aplicações do método de Ritz, assim como o dos menores quadrados, ao problema da integração aproximada dos sistemas das equações diferenciais, que foi o objecto dalguns dos meus recentes trabalhos (10).

Para a determinação dos coeficientes procurados $a_i^{(m)}$ pode estabelecer-se também um método (11) interessante (visto a possibilidade da sua generalização nas diferentes direcções), que contém como casos particulares o método de Ritz e o dos menores quadrados. Também o exporemos assim como a aplicação do método dos menores quadrados para as equações diferenciais de ordem superior.

Emfim, depois de ter exposto nas conferências seguintes o método dos menores graos pares (12), que generaliza o método dos menores quadrados e que consiste em minimizar o integral

$$\int_a^b \left[\mathrm{L}(y) - f \right]^{2m} dx, \quad m > 1$$

passaremos à exposição sucinta das minhas investigações (13) no domínio da solução aproximada das equações integrais do tipo de Fredholm, as quais também podem ser tratadas pelo método do algoritmo variacional, pelo método dos menores quadrados, assim como nalguns casos particulares pelo método generalizando o de Ritz e o dos menores quadrados. Para o cálculo dos valores singulares do parâmetro e das funções fundamentais fica válido o método dos determinantes infinitos, cuja convergência pode ainda demonstrar-se.

Nestas conferências, por falta de tempo, tivemos de pôr de lado inúmeras questões, não sem interêsse para o problema da integração aproximada, — por exemplo: *a*) o método das equações de diferenças finitas (baseado na justificação apropriada do princípio de Lord Rayleigh), que foi o objecto dum trabalho (14) publicado por mim recentemente com a colaboração dum dos meus discípulos Sr. N. Bogo-

houboff; *b*) o método (15) da «ortogonalização especial», que foi o assunto da minha conferência realizada há pouco no Instituto Matemático de Bolonha; *c*) a exposição duma tentativa feita por mim recentemente (16) afim de generalizar os meus métodos para certas equações às derivadas parciais (*domínio* rectangular). Estas questões, no entanto, comportam um grande número de problemas a investigar, sobretudo o problema *c*); — eis o motivo, porque tomei a liberdade de os assinalar aqui ao auditório, assim como os problemas seguintes, que, me parece, merecem alguma atenção dos investigadores: α) o cálculo aproximado das funções implícitas (em certos casos particulares); β) o estudo das condições fronteiras mais complicadas; γ) a investigação mais detalhada do método dos menores graos (em particular dos menores graos impares); δ) o cálculo dos valores singulares e das funções fundamentais pelo método dos menores quadrados e muitos outros assuntos a investigar, que terei ocasião de indicar durante a minha exposição.

Ao terminar esta conferência, permito-me exprimir a esperança de que os jovens investigadores da Universidade de Coimbra, que me derem a honra de assistir às minhas lições, se queiram interessar pelos problemas acima indicados e me comunicarão, talvez, quando me encontrar já longe de Coimbra, as suas investigações referindo-se-lhes de maneira que eu possa fazer todo o meu possível para lhes ser útil.

N. Krylov

Membro da Academia das Sciências da Ucrania

ÍNDICE BIBLIOGRAFICO

(1) Goursat: «*Cours d'Analyse*», tom. III. Paris, G. Villars.

(2) W. Ritz: «*Ueber eine neue Methode zur Lösung gewisser Variationsprobleme der Mathem. Physik*». *Crelle Journal. Bd.* 135. 1908.

W. Ritz: «*Oeuvres de W. Ritz, avec une Préface de H. Poincaré*». Paris. G. Villars. 1911.

(3) Vêr, por ex. os numerosos trabalhos de S. Timoshenko nos «*Zeit-schrift für Mathem. und Physik*», *Annales de l'Institut Polytechnique de Kieff*, etc.

(4) H. Poincaré: «*Théorie des marées*». (pp. 293-303). Paris, G. Villars.

(5) N. Kryloff: «*Sur différentes géneralisations de la méthode de W. Ritz*». Comptes rendus de l'Acad. des Sciences de Paris. 1917.

N. Kryloff et J. Tamarkine: «*Sur la méthode de W. Ritz pour la solution approchée des problèmes de la physique mathématique*». *Bulletin de l'Acad. des Sciences de Russie.* 1918.

J. Tamarkine: Complément au precédent article. *Ibid.* pp. 327-332. 1921.

N. Kryloff: «*Sur l'application de la méthode de W. Ritz au problème des oscillations contraintes*». Communications de la Société Math. de Kharkoff. 1914.

N. Kryloff: «*Sur différentes géneralisations de la méthode de W. Ritz et sur certaines questions, qui s'y rattachent*». Proceedings of the Math. Lahoratory of the Tauric University. tom. I, II. (Simferopol, Russia).

(6) N. Kryloff: «*Sur l'éstimation de l'erreur commise dans l'applications de la méthode de W. Ritz pour l'intégration approchée des équations différentielles*». Comptes rend. de l'Acad. des Sc. de Paris, tom. 180, p. 1316.

N. Kryloff: «*Sur différents procédés de solution approchée des équations en Physique mathématique*». Chapitre 1.er (Equations différentielles et intégro-différentielles). *Annales de la Faculté des Sc. de l'Université de Toulouse.* 1926.

(7) Ver o artigo precedentemente citado.

(8) N. Kryloff: «*Sur un procedé de Boussinesq*». Comptes rend de l'Académie des Sc. de Paris. 1915. tom. 161, p. 558.

N. Kryloff: «*Sur une nouvelle méthode, basée sur le principe de minimum pour l'intégration approchée etc.*» *O Instituto*, Vol. I. Série 4, p. 286.

(9) N. Kryloff: «*On the approximate Solution of the integro-differential Equations of the Mathem. Physic*». Annales of Mathematics, 1926.

N. Kryloff: «*Sur une méthode, basée sur le principe du minimum pour l'intégration approchée des équations différentielles*». Comptes rendus de l'Académie des Sc. de Paris, t. 181, p. 86.

M. Krawtchouk: «*Sur la méthode de N. Kryloff pour l'intégration approchée des équations de la Physique mathém.*» *Ibid.* t. 183, p. 474.

M. Krawtchouk: «*Sur la méthode de N. Kryloff pour la solution approchée des équations de la Physique mathem.*» (em ucraniano) *Memoires de la Classe des Sciences Physiques et Math. de l'Académie d'Ucraïne*, t. V, fasc. 2.

R. Courant: Vêr os seus trabalhos na «*Acta Matematica*», t. 49 e «*Jharsbericht der Deutschen. Math-Vereinigung*», t. 34, n. 5-8, etc.

(10) N. Kryloff: «*Application of the method of W. Ritz to a System of Differential Equations*». *Bulletin de l'Acad. des Sciences de Russie*, 1916.

N. Kryloff: «*Sur l'extension de la méthode des moindres carrés pour l'intégration approchée des systémes des équations différentielles*», (em ucraniano). *Bulletin de la Classe des Sciences de l'Académie d'Ucraïne*, t. I, fasc. 3.

N. Kryloff: «*Approximate Solution of a System of Differential Equations of Math. Physic by least Squares*». *Bulletin of the American Math. Society*. Vol. 32, n. 4.

(11) N. Kryloff: «*Sur une méthode d'intégration approchée contenant comme cas particuliers la méthode de W. Ritz, ainsi que celle des moindres carrés*». *Comptes rendus de l'Acad. des Sc. de Paris*, t. 182, p. 676.

(12) N. Kryloff: «*Sopra il metodo dei minimi potenze per la soluzione approssimata delle equazione differenziale della Fisica matem.*». *Rendiconti della R. Accademia di Scienze di Napoli*, (1926-27).

(13) N. Kryloff: «*Sur la solution approchée des équations intégrales lineaires*», (em ucraniano) *Memoires de la Classe des Sc. de l'Académie d'Ucraïne*, t. III, fasc. 6.

N. Kryloff: «*Les méthodes d'intégration approchée en Physique mathematique*» (en preparation). *Memorial des Sciences Mathématiques*.

(14) N. Bogoliouboff et N. Kryloff: «*Sur la justification du principe de Rayleigh par l'ordre de l'erreur commise à la n^me approximation*». *Comptes rendus de l'Académie des Sc. de Paris*, t. 183, p. 476.

(15) N. Kryloff: «*Sopra un nuovo metodo per l'integrazione approssimata delle equazione differenziali della Fisica matematica*». *Bolletino dell'Unione Matematica Italiana*. Anno VI. N. 1, 1927.

(16) N. Kryloff: «*Sur l'intégration approchée des quelques équations aux derivées partielles de la Physique mathématique*», *Comptes rendus de l'Académie des Sc. de Paris*, t. 184, p. 587.



† SÉBASTIEN NICOTRA

Archev. d'Héraclée, Nonce Apostolique



S.T FRANÇOIS ET LA QUESTION SOCIALE(1)

La célébration du septième centenaire de la mort de S.t François d'Assise, qui se fait actuellement dans le monde entier, par des fêtes religieuses, par des conférences de savants et d'hommes politiques, par des messages de Chefs d'État et par des discours de Ministres, en Italie et ailleurs, a assumé le caractère d'un grand évènement, d'une vraie glorification du Séraphique Patriarche des pauvres, du Saint génial, le plus saint des pauvres et le plus pauvre des saints, qui, par sa vie austère, par sa parole et par ses actes, a sauvé l'Eglise et la Société.

La lumineuse et savante Encyclique — *Rite Expiatis* — de S. S. le Pape Pie XI sur S.t François d'Assise a excité l'enthousiasme général, a été l'âme de ce courant d'électricité spirituelle mondial, caractérisant ce septiéme Centenaire comme une des plus hautes manifestations de la sainteté et comme une des plus vivantes expansions de la charité évangélique.

Le Gouvernement Italien, par un message du Président des Ministres, M. Mussolini, décréta fête nationale le 4 Octobre, anniversaire de la mort de S.t François; le Roi et la Reine d'Italie sont allés à Assise prier sur la tombe du Patriarche, offrant de précieux cadeaux à la Basilique.

Le 4 Octobre dernier a eu lieu dans la Basilique d'Assise

---

(1) Conférence à l'Institut Etnologique de Beira Alta à Viseu le 23 Octobre 1926.

une grandiose fête religieuse célébrée par S. E. le Card. Merry del Val, comme Légat *a latere* de Sa Sainteté, assisté de cinq Cardinaux et d'un grand nombre d'Évêques: le Ministre de l'Instruction d'Italie, M. Fedele, est intervenu officiellement à cette fête et a pris part aux discours.

Partout en Italie les fêtes du centenaire se succèdent sans interruption, et plusieurs conférenciers ont voulu faire ressortir son civisme patriotique, en le déclarant le saint le plus italien, gloire des poètes et des artistes.

Et à ce propos, il y a eu des écrivains qui ont célébré S.t François comme l'iniciateur de l'Art italien, à raison de ce que la Basilique de S.t François à Assise a donné naissance à la peinture et à l'architecture italiennes. Les fresques de ses murailles, oeuvre des premiers artistes italiens, furent, disent-ils, sous l'inspiration du S.t Patriarche, la première manifestation de l'italianisme de l'art, la Renaissance.

Sa Sainteté, par la dite Encyclique, nous met en garde contre ceux qui glorifient S.t François plus pour les manifestations de son patriotisme que pour la profession héroïque de sa foi et la transcendance de son amour envers Notre Seigneur. En le considérant de telle sorte, on a mutilé et en quelque sorte déformé la noble et grandiose figure de ce grand saint, image vivante de Notre Seigneur, auteur de toute sainteté, qui forme les saints à sa ressemblance pour la conversion des pêcheurs et pour la restauration morale de la société.

C'est dans ce sens bien défini par le Souverain Pontife que j'ai pris le thème de ma conférence.

S.t FRANÇOIS ET LA QUESTION SOCIALE

La question sociale est une question complexe, car elle est, en même temps, une question religieuse, une question morale et une question économique. Sous ce triple aspect

on peut considérer la vie et la mission restauratrice de S.t François au treizième siècle, et en même temps on peut rapporter tout cela à notre siècle, qui a tant de points de ressemblance avec le siècle de S.t François. L'austérité de sa vie, son amour du prochain et son sacrifice à Dieu sont le meilleur remède aux maux de notre société, agitée par des crises épouvantables qui menacent son existence.

Le treizième siècle

Sa Sainteté le Pape Pie XI dans son encyclique — *Rite Expiatis* — peint, de main de maître, un tableau très soigné et très impressionnant de la situation religieuse, morale et sociale du treizième siècle. Un siècle, dit le Pape, de graves erreurs et d'hérésies, de faux prophètes et d'hypocrites apôtres qui, en simulant une vie pénitente, agissaient scandaleusement et cherchaient à déraciner la foi du coeur du peuple. Le luxe, la luxure, le dévergondage régnaient honteusement dans la haute société. Des luttes intestines, de fréquentes perturbations publiques, des attentats contre la famille et contre les biens des citoyens, des insubordinations contre l'autorité publique formaient la chronique de tous les jours. Les villes italiennes, toujours en guerre les unes contre les autres; les feudataires s'efforçaient de maintenir à outrance leur domination de Suzerain et les Communes se rebellaient contre les Seigneurs pour avoir leur autonomie; le peuple, ne pouvant plus supporter le joug du servage, haïssait ses Seigneurs et complotait contre leur vie. L'empire, plein d'orgueil et d'ambition, luttait contre l'Eglise et par les investitures voulait soummetre à son pouvoir la hiérarchie ecclésiastique.

Comme conséquence de tout cela, on voyait le déchainement des passions les plus brutales, la lumière de la foi presque éteinte, le sens de la moralité entièrement abaissé et l'esprit de justice et de charité profondément perdué. Gagner

de l'argent était le but principal de la vie. On tâchait de s'enrichir par tous les moyens, non seulement par l'usure et par la violence, mais aussi par toutes sortes d'intrigues, en faisant un trafic honteux des charges publiques, des honneurs, de l'administration de la justice; un criminel riche était sûr de son impunité.

Quel affreux tableau! Quel état misérable et inique que celui du treizième siècle! La société était tombée si bas qu'elle ne pouvait se relever par elle-même; une forçe divine lui était nécessaire.

L'Homme providentiel

Dieu ne gouverne pas le monde par une action directe de sa divinité. Sa science infinie se sert ordinairement des hommes ou des évènements pour réaliser ses desseins éternels. Les causes secondaires, choisies par Dieu, agissent sous l'impulsion divine. Quand le mal social est très profond et que l'humanité, incapable de se relever par elle-même, marche au bord du précipice et est sur le point de tomber dans l'abîme, la bonté divine, qui a fait les nations guérissables, se manifeste aussitôt par son action toute-puissante. Au milieu du chaos, du désordre et de la corruption humaine, l'heure divine de la résurrection sonne d'une manière brusque et inattendue. Dieu envoie l'homme providentiel, ordinairement le plus humble, le plus simple, le plus méprisé du monde, qui, dénué de toute force humaine, fort de la puissance divine, s'adressant à une société corrompue, pourrie et toute en ruine, comme Jésus au château de Béthanie, prononce la parole de vie — *Lazare, veni foras* — parole miraculeuse, qui opérera la résurrection morale et sociale de l'humanité. Cet homme providentiel, l'envoyé de Dieu au treizième siècle, fut François d'Assise, le grand saint, celui dont nous célébrons le septième centenaire de sa mort.

François et sa conversion

Comme nous avons dit, *contemptibilia huius mundi elegit Deus ut confundat fortia.* Ce ne sont pas de grands savants et des hommes tout puissants, de prestige et de force que Dieu choisit pour le salut de l'humanité, mais plutôt les humbles, les pauvres, ceux que le monde regarde avec mépris.

François d'Assise était petit de taille, maigre et d'une physionomie, ni belle, ni agréable. *Persona contemptibilis et facies indecora,* disait un écrivain dalmate, nommé Bernard, contemporain de S.t François, ayant assisté à plusieurs de ses sermons. S.t Paul était aussi tout petit de taille et sans prestige apparent; mais Dieu en fit un grand apôtre, le plus haut génie de l'Église, dont la puissance d'esprit, reflet de l'intelligence divine, a rayonné dans le monde et dont la parole fulgurante, aigüe comme une épée, a résonné sur toute la terre.

Comme la grâce divine s'est empareé de S.t Paul sur le chemin de Damas, chemin de persécution des chrétiens, ainsi la grâce s'est emparée de François sur le chemin déreglé de la vie mondaine de sa fougueuse jeunesse. François, en effet, était un jeunne-homme impétueux, vaniteux, adonné de toute son âme aux plaisirs, aux danses bruyantes, aux festins, aux chansons amoureuses des troubadours et des jongleurs. Son père, le riche négociant Bernardone, homme de société, aimait bien que son fils se lançât dans cette vie de plaisirs et d'allures trop mondaines, espérant le faire devenir un grand Seigneur de la ville d'Assise.

Mais, comme les vues de l'homme sont différentes des vues de Dieu!

Frappé par la grâce, François change aussitôt tous ses rêves, tous ses penchants vicieux, tout son idéal mondain;

un autre idéal, un autre rêve, une autre passion le hantent: l'amour de la pauvreté.

Quel changement soudain dans sa vie! Ses habits luxueux, ses compagnons de plaisirs, ses courses à cheval, les festins et les danses, il a tout abandonné. Son premier voyage à Rome, où il mendia toute une journée et, moyennant l'argent reçu, emprunta à un pauvre ses guenilles, où, en se plaçant parmi les pauvres aux portes de la Basilique de S.t Pierre, il commença á se former la mentalité d'un mendiant; sa rencontre aux portes d'Assise avec le lépreux, qu'il baisa très affectueusement, en lui donnant une riche aumône; l'opulent festin qu'il donna à tous les affamés de la ville d'Assise dans sa propre maison, ont été les premières affirmations solennelles de son amour de la pauvreté.

Depuis lors, ses liberalités, très généreuses, envers les pauvres ne se comptaient plus; les pauvres le suivaient partout et il leur donnait tout ce qu'il pouvait avoir en main, un bijoux, un vêtement, un morceau d'étoffe pris au magasin de commerce de son père et quelquefois son propre vêtement.

Bernardone, le père, ne put supporter toute cette prodigalité.

Voyant qu'il allait délapider tout son patrimoine, il l'emmena chez l'Évêque d'Assise et l'obligea, par la voix de l'Évêque, à renoncer à tous ses biens; François ne résista pas un instant, et en presence de l'Évêque et de son père, il ôta ses vêtements, leva les yeux au ciel et cria: désormais je dirai en toute verité: notre père qui êtes aux cieux!

S.t François et la pauvreté

En sortant de chez l'Évêque, François n'est plus retourné à la maison paternelle. Dépouillé de tout, sans vêtements, étant habillé seulement d'un sac serré d'une corde au milieu, François, avec sa dame la pauvreté, se lance dans le monde

à défendre les pauvres, à les secourir et à les glorifier; il n'a plus de famille, pas de maison, il est seul dans le monde et il va mendier partout pour les pauvres; il accepte tout ce qu'on lui offre, se contentant pour toute nourriture de croûtes sèches et de l'eau du ruisseau. Il aime à souffrir la faim, la soif et le froid. Il marche nu-tête et nu-pieds. Une grotte, une hutte d'osier est sa maison; de l'herbe ou de la paille son lit pendant la nuit.

Il prêche partout l'Évangile, la charité, l'amour des pauvres; et si, dans ses tournées de prédication, la nuit le surprend, il ne cherche ni hospitalité, ni refuge; comme les petites fleurs des champs il se livre entièrement à la providence.

Il y a eu des saints, qui ont pratiqué la pauvreté absolue comme S.t François; mais ils l'ont pratiquée comme une vertu, la vertu de l'humilité et du détachement des biens de la terre.

François est allé plus loin; sa vie était une pauvreté effective, absolue, originale. Je dis originale, car il a aimé la pauvreté au point de se la rendre personelle et vivante, en l'appelant son épouse, son trésor, son amour, et en la faisant aimer ainsi de la multitude de ses disciples. C'est la note caracteristique du génie de S.t François.

L'amour du pauvre remède a la question sociale du XIII^{e} siècle

En effet, François était un vrai génie, un génie sans culture; car il s'appelait lui même: un homme sans lettres. La nature l'avait doué d'une incomparable richesse d'intelligence et d'intuition, et surtout d'un cœur si noble et si grand qu'on peut l'appeler plutôt un génie de cœur que d'intelligence.

Le cœur est le plus grand et le plus doux reflet de la bonté divine. Du cœur proviennent les sublimes conceptions, les plus profondes intuitions, les synthèses prophétiques et

les créations merveilleuses qui versent des torrents de bienfaits sur l'humanité et rendent agréable le sacrifice de la vie, pour sauver celle d'un peuple.

Comme un grand génie de cœur, François sonda les idées, les vicieux penchants et les besoins inassouvis qui agitaient son siècle, et par un fulgurant éclair d'intuition, son âme d'élite comprit que l'amour de la pauvreté, ou mieux, l'esprit de pauvreté, serait le meilleur remède aux maux terribles qui travaillaient l'Église et la société.

Et alors, tout son programme de restauration sociale se synthétisa sur la parole évangélique: *Beati pauperes spiritu — Bienheureux ceux qui ont l'esprit de pauvreté.* En effet, à une societé idolâtre de l'argent et des biens de la terre, on ne pouvait pas proposer d'autre contrepoison que l'infériorité négligéable de l'argent vis-à-vis de la valeur intellectuelle et morale de l'homme, que le détachement volontaire des biens périssables du monde. L'histoire universelle nous enseigne que, quand l'adoration du veau d'or a été grande sur la terre, la postérité d'Eve a gémi dans la misére. La soif insatiable de l'argent a été toujours le plus grand ennemi de l'art, de la science, de la civilisation.

C'est ce que François a vu dans sa géniale intuition des maux de la société. Et quand il se décida à prendre la pauvreté pour épouse et pour reine de tous ses couvents, c'est alors que son génie immortel a eu toute sa fulgurante splendeur.

Le Pape Innocent III approuve la règle de la pauvreté absolue

François n'est plus seul dans sa mission de restauration sociale.

Des hommes vaillants et des cœurs très nobles se sont unis à lui, partageant sa vie de pauvreté absolue. Le petit groupe de ses disciples fut la première conquête de S.t Fran-

çois. Il savait bien qu'en théorie il n'est pas difficile d'aimer la pauvreté; le plus difficile c'est de la pratiquer et de supporter avec patience et même avec joie ses égratignures, ses terribles souffrances et les injures et invectives du monde.

François et son petit nombre de disciples supportèrent joyeusement tous les affronts et injures qu'ils recevaient de mauvaises gens qui leur refusaient l'aumône. Le père de François, Bernardone, en est arrivé à maudire son fils, en le rencontrant dans la rue misérablement habillé et mendiant. Il croyait que François était une ignominieuse dégradation de sa famille. Malheureux père, comme il s'est trompé! Mais bientôt tout cela change. La majesté douce et souriante de l'áme de François, qui se réflétait sur son visage, toute bonté, tout amour pour le peuple et pour l'humanité souffrante, transforma en louanges les injures et tous les refus en un accueil enthousiaste.

La pauvreté de ses vêtements, la maigreur de son visage d'ascète, qui donnait la plus belle authenticité à sa vie austère, l'expression touchante de ses discours, qui lui donnaient de la ressemblance avec Notre Seigneur, l'auréole de sainteté qui brillait dans toutes ses allures, produisirent l'attraction d'une foule énorme qui le suivait partout, pour voir de près cette nouvelle vie de pauvreté absolue que le monde n'avait pas encore connue, dont les miracles manifestaient clairement que sur elle se posait le sourire de Dieu, comme se pose, lumineux et frais, sur un premier berceau le sourire de la mère.

Comme le nombre des disciples s'était accru considérablement, François va à Rome pour faire approuver par le Souverain Pontife la règle de son ordre. Alors siégeait à Rome sur le thrône Pontifical, Innocent III, le grand Pape, qui avait glorieusement combattu l'empire, pour défendre les libertés de l'Église. Au premier abord, quand François expliqua au Pape que la base principale de son ordre était le

vœu de pauvreté absolue, coordonné aux deux autres de chasteté et d'obéissance, le souverain Pontife trouva trop difficile la réalisation de ce vœu et refusa l'approbation.

Mais Dieu vient au secour de François; Innocent III a un rêve pendant la nuit. Il voit les colonnes de la Basilique de Latran s'incliner, menaçant de tomber, et François avec son ordre de pauvreté absolue les soutenir par la force de ses êpaules. Par ce réve, le Pape comprit bien quelle était la volonté de Dieu. Il appela François, et en déclarant qu'il était l'homme désigné par Dieu pour sauver l'Église, lui donna l'approbation de la règle.

La propagation de l'ordre franciscaine

Ayant reçu l'approbation du Souverain Pontifice, S.t François devient le fondateur d'un ordre triparti, le plus populaire et le plus nombreux de l'Église; le créateur d'un empire spirituel, universel, dont tous les soldats sont des pauvres volontaires. Les franciscains au XIII siècle vulgairement étaient appelés les *fraticelli,* les petits-frères. Des couvents franciscains surgissent partout en Italie et se peuplent comme par enchantement. Les *fraticelli*, un bâton à la main et un sac sur le dos, contents et joyeux, vont mendier partout à Assise, à Florence, à Gênes, à Rome, etc. Qui sont tous ses mendiants?

Croyez-vous qu'ils soient tous des miséreux? Ils sont tous de pauvres volontaires; et parmi eux il y a de grands Seigneurs, des Contes et des Contesses, des Princes et des Princesses et même des Rois et des Reines, qui ont abandonné la cour, leurs somptueux palais; et habillés d'une robe grossière vont dans les rues les plus fréquentées, sans aucun respect humain, quêter à domicile pour les pauvres, donnant au monde stupéfié l'exemple de la charité évangelique, de la pauvreté du Christ! Quel changement! Quel contraste!

Quelle puissante attraction d'un homme, d'un physique malheureux, à la figure meurtrie par les pénitences, exténuée par les jeûnes et les abstinences, qui marche, fascinateur des peuples, conducteur des âmes, en transformant en pauvres volontaires les personnages de la plus haute société et de la plus haute mentalité! C'est là un grand triomphe, l'apothéose de la grande épopée franciscaine!

A Constantin, qui marchant sur Rome pour abattre son rival Maxence, apparut dans le ciel la Croix — *Labarum* prodigieux, autour duquel flamboyait la phrase éblouissante: *Par ce signe tu vaincras!* A l'intuition divine de la vérité évangelique du Christ, unique salut de la société, apparut à François la Dame Pauvreté, radieuse et fulgurante de céleste beauté, phare lumineux qui éclaire son génie. François s'avance avec elle sur les flots mouvants et agités de l'égoïsme universel et il fait connaître aux peuples la prépondérance de la charité, le règne de la paix sous l'empire de l'amour.

S.t François restaurateur du treizième siècle

Comme nous avons dit, le treizième siècle avait horreur de la pauvreté, qu'on appelait, selon l'expression des anciens romains, *ingens vitium, dedecus naturae;* les pauvres étaient méprisés, maltraités, condamnés à mourir de faim et de froid. S.t François change complètement les mœurs de son siècle. Il devient le père des pauvres, prêche la sanctification de la pauvreté et obtient que son siècle honore les pauvres par des établissements de secours et des asiles, qui sont un véritable trône de gloire et de vénération, pour la grandeur et somptuosité des édifices, destinés aux pauvres. La propagation de l'ordre franciscain et de toutes ses œuvres d'assistance aux pauvres en sont la plus éclatante démonstration.

Le treizième siècle adorait l'idole de l'argent, pratiquait l'injure la plus odieuse et la plus abominable, refusait à

l'ouvrier le juste salaire de son travail; François, par sa prédication, fulmine contre toutes ces injustices, impose aux riches le respect et l'amour du pauvre, condamne la haine de classe entre patrons et ouvriers et par des associations d'arts et métiers il établit un mutuel accord entre le capital et le travail.

Le treizième siècle était le siècle des violences et des tyrannies de la féodalité. Les Seigneurs grevaient d'impôts durs et insupportables les serfs de la glèbe et les communes sous leur dépendance. Le servage était une espèce d'esclavage.

S.t François défend avec énergie la dignité humaine des serfs, les droits de leurs familles et les libertés des communes. Par une admirable intuition de son génie altruiste, il groupa, sous le nom de Tiers-Ordre, des populations entières, en une vaste association pieuse, qui mettait en contact, sous la direction des Pères franciscains, seigneurs et serfs, en substituant la fraternisation à la domination dure et quelquefois injuste de l'état féodal. Le Tiers-Ordre franciscain fut ainsi la délivrance des communes de l'oppression des feudataires.

Le treizième siècle portait sur son front une marque honteuse, celle de la rébellion contre l'autorité spirituelle de l'Église et de la satisfaction des plaisirs et vanités du monde. L'Empire, orgueilleux de sa puissance matérielle, déclarait la guerre à l'Église, désirant s'emparer de la jurisdiction épiscopale. Plusieurs ministres du Sanctuaire, captivés par l'autorité civile, ne s'occupaient guère de leur ministère sacré, possesseurs de riches revenus, ils menaient une vie mondaine, contraire aux lois de l'Église. Le peuple, sans culture religieuse, s'éloignait de l'Église et devenait à peu près payen.

Du manque d'instruction religieuse et de l'abandon des préceptes du Décalogue provenaient les guerres intestines de famille à famille, de commune à commune et l'assaut général de tous les moyens pour s'enrichir.

S.t François, le Séraphin d'amour, le génie de la charité,

voyant l'erreur de son siècle, multipliait ses prières, ses pénitences, offrant à Dieu le sacrifice de sa vie pour le bien être spirituel et temporel de la société! Tous ses sermons, toute son action, tous ses efforts visaient à faire comprendre l'importance sociale de la charité évangélique.

L'amour du pauvre était le thème de sa prédication. Au pauvre il faut donner toute sa compassion, toute sa tendresse, tout son respect.

L'apparition d'un pauvre est l'apparition de Jésus-Christ et de sa pauvreté, et voir un pauvre, dit-il, c'est voir un réprésentant de Notre Seigneur. Par conséquent, insistait S.t François, quand on voit un pauvre, il ne faut pas rechercher la cause de sa pauvreté, si elle vient du vice, de l'imprévoyance ou du concours de circonstances malheureuses. C'est un pauvre, et cela suffit pour voir en lui Notre Seigneur Jésus-Christ.

Sa prédication constante de la charité évangélique enflammait les cœurs, donnait à tous le sentiment de l'équité et de la fraternité humaine et ainsi il corrigeait les abus et les vices de son siècle.

Le livre des *Fioretti,* qui dans un stile tout simple, vif et charmant, expose la vie de S.t François, raconte au chap. XXVII que François alla un jour à Bologne pour prêcher. La place de la ville était remplie d'hommes, de femmes et d'écoliers. François monta sur une table et commença à prêcher à la multitude ce que le Saint Esprit lui dictait. Il prêcha d'une manière si merveilleuse qu'il paraissait plutôt un ange qu'un homme.

Ses paroles, pleines d'onction, étaient comme des flêches aigues qui transperçaient les cœurs. On pleurait et un grand nombre d'hommes et de femmes s'est converti à la pénitence.

Mais il ne se contentait de prêcher l'amour des pauvres; afin de donner de l'éfficacité à sa parole, il payait de sa personne pour secourir les pauvres. Un jour François vit qu'un

pauvre était maltraité par son patron, et ne cessait de maudire ce patron et d'appeler sur lui la justice divine. François va trouver le pauvre et lui dit: «Mon frère, pour l'amour de Dieu, pardonne à ton Seigneur. Si tu ne lui pardonnes pas, tu as perdu ton avoir et tu perdras aussi ton âme». «Non, dit le pauvre, je ne lui pardonnerai jamais, avant qu'il ne m'ait rendu ce qu'il m'a volé». François, toute bonté, lui tendit la main et reprit aussitôt: «Mon frère, je vais te donner le manteau qui est sur mes épaules; mais je t'en prie, pour l'amour de Dieu, pardonne à ton Seigneur». Et il a dit cela avec tant de douceur que le pauvre accepta, prit le manteau et s'en alla, déclarant qu'il pardonnait.

Le manteau de François, le seul vêtement convenable qu'il avait et qu'il recevait par charité, était devenu l'instrument habituel de ses libéralités. Ses disciples, en le voyant rentrer au couvent sans manteau, tâchaient d'en trouver un autre pour lui; cela se répétait bien souvent, car François, à défaut d'argent, qu'il avait répudié, n'ayant autre chose à donner, se voyait obligé à offrir en aumône son manteau.

Un jour, frère Masseo, un de ses plus fervents disciples, dit à son maître, en le questionnant ainsi dans toute sa simplicité:

«Pourquoi tout le monde court-il après toi et semble-t-il que chaque personne désire te voir, t'entendre, t'obéir? Tu n'es pas beau de corps, tu n'as pas grande science, tu n'est pas noble; donc, d'où vient que tout le monde court après toi?»

François, entendant ses paroles, fut réjoui dans son cœur. Il leva les yeux au ciel et se tournant vers frère Masseo, lui dit: «Tu veux savoir d'où me vient que tout le monde court après mois. Je le dois aux regards de Dieu très haut, qui contemple en tout lieu les bons et les méchants et, puisque ses yeux très saints n'ont vu entre les pècheurs aucun qui fût plus vil ni plus insuffisant que moi, c'est pour cette raison qu'il m'a choisi pour confondre et la noblesse et la grandeur

et la science du monde. Il veut ainsi que l'on connaisse que toute vertu et tout bien sont de lui et non de la créature et que nulle personne ne doit se glorifier en sa présence; mais, si quelqu'un se glorifie, qu'il se glorifie dans le Seigneur, à qui appartient tout honneur et toute gloire». (Le livre des *Fioretti*). Quelles sublimes paroles! quelle grandeur d'âme que celle de François, quelle puissance de génie, fascinateur des peuples, lesquels étaient plus édifiés de ses actes et de l'humilité de sa personne que de la touchante éloquence de ses paroles.

C'est ainsi que S.t François a résolu la question sociale de son siècle, qui est la question sociale de tous les siècles. Il faut que l'ambition des trônes s'incline et que l'orgueil des Seigneurs s'éfface vis-à-vis du pauvre; il faut que les riches répriment leur envie d'accumuler des richesses, et que d'autre part se taise aussi la haine des ouvriers; il faut combattre la pauvreté en aimant les pauvres et en élevant à l'honneur leur misère. C'est ainsi et seulement ainsi que S.t François a ouvert le chemin aux glorieuses ascensions de l'humanité souffrante, désireuse de paix, d'amour et de bien-être. C'est ainsi que la mission restauratrice de S.t François apparut au treizième siècle comme un puissant ferment de nouvelle vie sociale, comme un mouvement universel d'élévation de la nature humaine, l'amour du pauvre étant un sanctuaire de bénédiction, un tabernacle de pacification et de fraternisation.

S.t François et notre temps

L'action lumineuse et régénératrice de la société que François d'Assise a éxercé au treizième siècle a été si puissante et de telle envergure que, même à présent, 7 siècles après sa mort, nous voyons son génie vivant parmi nous par l'austérité de sa vie et par le spectacle empoignant de toutes ses actions et par l'innombrable multitude de ses disciples,

fidèles continuateurs de son œuvre divine de régénération humaine.

Les temps où nous vivons ressemblent, comme nous avons dit, au siècle de S.t François. Il y a un axiome qui dit: L'argent gouverne le monde.

Malheureusement cela est très vrai à notre époque. Comme au treizième siècle, nous avons l'idolatrie de l'argent. Tout le monde veut devenir riche, gagner de l'argent, toujours de l'argent et beaucoup d'argent. Mais, est-ce que l'argent nous rend meilleurs ou plus heureux?

Le journal *Tit Bist* de Londres établit tout dernièrement un concours avec prix pour celui qui donnerait la meilleure définition de l'argent. Il reçut 600 définitions. Les uns disaient que l'argent était la douce récompense du travail; d'autres comparaient l'argent à une idole adorée de toute la société, mais qui donnait sa protection, la bonne chance, à trop peu de fortunés. La définition, qui a obtenu le prix, était ainsi conçue: «L'argent est un passeport universel, qui permet d'aller partout, mais pas au ciel; il est un producteur universel, mais ne donne pas le bonheur».

On dit que l'argent est le moteur universel de toute civilisation et la mesure de la prosperité économique des nations. Il y a dans cette affirmation, comme l'écrivain Ferrero le fait bien remarquer, une espèce de confusion entre la quantité et la qualité, entre la cause instrumentale et la cause morale et intellectuelle. L'enrichissement n'est pas toujours un facteur du progrès, mais il est presque toujours une source d'immoralité et d'injustices. Combien de gens s'enrichissent au détriment de tout un peuple: des profiteurs qui gagnent de gros bénéfices en exploitant la détresse générale; des fortunes colossales qui se forment soudainement, quelquefois en une seule heure de la journée, et qui sont un défi insolent à l'honnêteté publique. L'argent est un brocard immoral, disaient les Êvêques Belges dans leur lettre collective, pasto-

rale du carême 1924. L'argent n'a pas d'odeur; mais il sent très souvent le sang du pauvre.

Il serait interessant de savoir si les progrès de notre civilisation, que le monde admire; si les grandioses inventions des génies, qui ont arraché à la nature les secrets de sa puissance et ont rendu plus productives les trois sources de la richesse humaine, l'agriculture, l'industrie et le commerce; si tous les trésors accumulés par le travail des générations de tous les temps ont rendu l'humanité plus riche et plus heureuse; en d'autres termes, si nous sommes en général plus riches et plus heureux que nos ancêtres, tant au point de vue moral qu'au point de vue économique.

Au point de vue moral

Au point de vue moral, la réponse à notre question n'est pas pour nous rassurer. Tous les écrivains sociaux, tous ceux qui s'occupent d'une manière consciencieuse de l'histoire de notre temps font une description horrible de la situation morale de notre génération.

Nous commençons par l'école, qui forme les hommes, qui est le fondement de l'édifice social, où l'âme de la nation concentre toutes ses espérances, et dont elle attend les destinées de son avenir; qu'est ce que nous voyons dans l'enseignement public de toutes les nations d'aujourd'hui? Au lieu d'être un jardin où l'on cultive les fleures et les roses pures et parfumées de la vie humaine, l'école est devenue un champ ouvert à toute corruption. On le voit à l'allure de ces jeunes écoliers, qui respirent continuellement les fausses doctrines, qui les ont empoisonné.

Les voilà, ces jeunes gens avec leur figure rasée, imberbes et les yeux cerclés de noir. Ils prennent quelquefois des airs sérieux et pensifs, ont la dureté du masque des viellards et d'autres fois ils sont bruyants comme l'orage, ils se lancent

avec force dans la politique et deviennent des révolutionnaires et des délinquants; ils n'ont plus d'âge, c'est l'arrivisme des jeunes générations.

L'autorité paternelle n'existe presque plus, ce sont les enfants qui commandent à leurs parents. Les jeunes filles, qui devaient être un miroir de modestie et de pureté, ont perdu leur ingénuité naturelle qui forme le charme de la jeunesse féminine. Elles sont frivoles, légères et s'habituent à prendre des mouvements qui démontrent une diminution de la pudeur.

La famille est désorganisée, il n'existe presque plus une heureuse vie familiale. Les riches n'aiment pas à avoir une famille et les pauvres ne peuvent pas la maintenir ou la corrompent par le vice.

Le mariage civil, avec le divorse, a détruit la constitution chrétiénne de la famille. Par conséquent les mariages diminuent, les divorces augmentent et les enfants risquent d'être abandonnés.

La mode impose aux femmes des vêtemments qui ne l'habillent pas; la femme commence à perdre la pudeur, qui est sa meilleure beauté et la couronne de sa gloire.

Les spectacles démontrent le plus profond relâchement moral de la société. L'adultère, l'amour libre et les atrocités féroces et brutales de la bête humaine sont l'object des scènes dramatiques, des théatres et des cinémas. Il semble que nous sommes revenus aux temps les plus tristes de la corruption romaine, aux temps de Néron, ou aux théatres et aux cirques qui alternaient les obscénités avec les spasmes de ceux qui étaient condamnés à être dévorés par les lions. Les matrones romaines emmenaient leurs propres filles à ces horribles et terrifiants spectacles.

Il n'y a plus de respect pour l'autorité. Les États sont gouvernés avec le criterium d'administrations d'une société anonyme, on ne connaît plus le sentiment de la responsabi-

lité. Le rythme de l'opinion publique domine partout. Tel est le tableau de l'état moral de notre societé.

Il faut avouer que la civilisation n'a pas fait de progrès au point de vue moral; au contraire, nous sommes descendus trop bas.

Au point de vue social économique

Au point de vue social économique notre société se présente à nos regards avec une telle abondance de progrès dans toutes les branches de la vie humaine qu'il ne reste plus rien qui ne soit soumis à la domination de l'homme. Nous avons fait ainsi la conquête de l'air par l'aviation. Grâce à toutes ces inventions, notre vie est plus facile et de plus longue durée en moyenne, nos habitations plus confortables, nos vêtements plus commodes et plus artistiquement conçus, les voyages et les transports très faciles et très agréables, la nourriture plus substantielle, la circulation de l'argent augmentée de beaucoup; et on peut se procurer la satisfaction de tous ses besoins sans bouger de chez soi.

Mais, à coté de tout cela, que de causes de misère, de gêne et de malaise général! La cherté des vivres et des logements, la hausse des prix de toutes les denrées, l'augmentation des salaires, la crise agricole, industrielle et commerciale, la falsification des denrées de première necessité, le manque de confiance, qui annule tout crédit, la concurrence effrenée, des impôts lourds jusqu'à l'extrème, la dépréciation de la monnaie, les fluctuations du change, les crises politiques qui ont leur répercussion sur la vie économique, les grèves, les chômages, etc., etc., tout cela pèse plus lourdement sur la balance que tous les avantages ci-dessus énumérés. Si on voulait faire une statistique impartiale de ce qui se passe à l'intérieur de beaucoup de familles, tant de la classe possédante que de la classe ouvrière, on serait tout étonné de

constater qu'en général on souffre ou de misère ou de privations ou d'injustices.

Ce qui est pire c'est l'inquiétude, le trouble, l'agitation d'esprit de tout chef de famille en regardant son avenir. L'ouvrier n'est pas sûr si demain il trouvera du travail. Le propriétaire est très préoccupé de la vente de ses produits; il faut vendre aujourd'hui à bas prix, ou il faut attendre un prix meilleur. S'il attend, il pourra gagner, mais il pourra aussi perdre. Les circonstances qui font changer les prix sont si grandes et les injustices humaines, qui agissent sur ces circonstances, sont tellement nombreuses, qu'il est impossible de savoir à quoi s'en tenir.

Le commerçant est aussi dans la plus grande inquiétude quant à son trafic. Le capitaliste est aussi trés inquiet de son capital qu'il désire mettre à profit. Faut-il acheter des livres sterlings, aujourd'hui ou demain? Mais à quel taux sera demain la livre sterling sur le franc français? S'il n'est pas facile de savoir quel temps il fera demain, n'est-il encore plus dificile de savoir ce que le franc sera à la Bourse de Londres?

Peut-être pourrait-on conseiller à ce capitaliste d'acheter des actions sûres de Banques ou des rentes sur l'État. Mais là aussi il y a une énorme spéculation et on risque de perdre beaucoup. ... Alors il serait plus prudent d'acheter des propriétés urbaines ou agricoles. Mais la propriété a, tout de même, ses mauvaises chances, et puis on a devant soi le spectre hideux du bolchevisme.

Tout considéré, donc, notre société, au point de vue économique, n'a pas de sureté, ni de tranquillité.

La haine des classes

Mais il y a encore un mal plus profond et plus douloureux, c'est la haine des classes. Entre le capital et le travail,

qui devaient marcher d'accord, étant tous les deux necéssaires à la production, règne la haine la plus irréductible, la plus acharnée. Entre les deux, la guerre est declaré dans le monde entier.

Pour se défendre et pour pouvoir abattre l'ennemi, on s'est organisé, de part et d'autre, en associations et en syndicats. Le travail a la force du nombre; le capital a la force de l'argent. La rencontre de ces deux forces ennemies est arrivée très souvent et a éclaté d'une manière tragique par des grèves générales, très désastreuses pour l'humanité, par des explosions de bombes destructives des meilleurs et des mieux outillés parmi les établissements industriels. Ce sont des ouvriers qui ont péri ou sont tombés dans la misère; ce sont des capitalistes qui sont morts ou qui ont perdu des centaines de millions.

Nous vivons donc dans un état de guerre permanente entre le capital et le travail, ou mieux entre le capitalisme et le socialisme.

Le capitalisme

Par capitalisme on entend aujourd'hui les abus du capital, c'est-à-dire, le système, de ceux qui, forts de leur richesse, cherchent à accaparer toutes les forces productives de l'humanité et à concentrer en peu de mains tout l'or du monde. Les moyens pour arriver à cette suprême dictature de la richesse sont principalement les grands trusts.

Pour le capitalisme, comme disait Anatole France, la patrie c'est le coffre-fort. Le capital, résultat du travail et des économies de l'ouvrier est très juste et il est la base de toute propriété agricole, industrielle et commerciale. C'est par le capital que l'agriculture, l'industrie et le commerce ont eu leur naissance, leur développement, leur florisante productivité. Mais, quand ce capital va d'une manière exorbitante s'accumuler en peu de mains, alors il constitue le

règne de la Ploutocratie, c'est-à-dire, le règne de ceux qui ont l'ambition d'avoir toutes les richesses. Arrivé à ce haut point de dictature ploutocratique, le capital, ou mieux, le capitalisme, au lieu de favoriser l'agriculture, l'industrie et le commerce, est leur plus terrible ennemi, car il exploit toutes leur forces productives.

Les plus gros capitalistes sont ordinairement des sociétés anonymes, qui forment une nouvelle féodalité financière, bien pire que celle du moyen-âge, où existait un patron, un honnête patron, qui s'occupait du bien-être de ses travailleurs. À présent le patron n'existe plus; à sa place il n'y a que des actionnaires, dont tout le travail est de présenter les coupons de leurs actions et de toucher des dividends. Les directeurs et administrateurs des sociétés anonymes ne connaissent d'autres devoirs que de faire gagner à la société le plus de bénéfices possibles.

Sous le règne de la ploutocratie toute l'industrie et tout le commerce sont organisés en sociétés anonymes, qui se font entre elles une forte concurrence. Comme pour les poissons dans un vivier, où les plus petits sont mangés par les grands, tel est le sort des sociétés anonymes.

La plus faible société anonyme succombe à la concurrence de la plus forte. Celle-ci, à son tour, va succomber, tôt ou tard, devant une société anonyme colossale, qui a des ramifications dans le monde entier, à laquelle doivent se soumettre toutes les autres, soit pour les prix des denrées, soit pour les prix des machines qu'elle accapare sur tous les marchés.

Il doit arriver un moment, où cette societé anonyme, la plus puissante du monde, s'emparera, sans qu'on s'en aperçoive, de tout l'or et de toute la richesse de l'humanité. On dit que les chefs de cette suprême société anonyme, qui a son siège principal en Amérique et en Angleterre, sont des juifs. Il parait que les juifs et leurs banques sont à présent les

maîtres de l'Europe et que sous peu, tous nos biens seront menacés de devenir la propriété des juifs.

Un journal français affirmait tout dernièrement et d'une manière prophétique (?) que l'avenir nous offrira un immense champ de bataille entre Israel et toute la Chrétienté.

Il n'y a pas de doute que le capitalisme, au sens que nous venons de dire, est un grand mal pour l'humanité, car par la force de l'argent il accapare tous les moyens de production, s'approprie le travail des autres, et tâche de réduire à la misère et à l'esclavage ceux qui travailent et produisent. C'est un vol colossal, fait à toute l'humanité, avec des gants jaunes, de soie, c'est-à-dire, par des mesures qu'une certaine école économique moderne ne veut pas réprouver, mais qui sont, tout de même, très injustes et très antisociales.

Le socialisme

Le socialisme, bien qu'il soit l'ennemi né du capitalisme, concourt aussi au même résultat: à la concentration de toute la richesse en peu de mains, non pas par le monopole de l'individu, mais par le monopole de l'État. Pour le socialisme, l'État est tout, l'industrie est seulement au service de l'État.

Imaginez une nation comme un char social, dont les roues sont liées l'une à l'autre à double chaîne, et aboutissent toutes au pouvoir central, qui dispose de tous les mouvements jusqu'aux extrémités du pays.

Il n'y a plus de forces sociales indépendantes, ni de pouvoirs locaux, ni d'influences, ni d'iniciatives privées. Le pouvoir central est tout; et s'emparer de ce pouvoir central c'est s'emparer de toute la nation.

De même que les bolchévistes se sont rendus maîtres de la Russie par le massacre de ses habitants, mettant à feu et à sang cette énorme nation; de même le socialisme, par les

mêmes moyens révolutionnaires de terreur, tend à s'emparer chez nous de l'État.

Monsieur Anseele, député socialiste au Parlement belge, disait:

«Un ouragan, qui par la force du vent, par la pluie battante et par l'explosion de la foudre va tout balayer, est un événement salutaire dans un pays envahi par la peste. Sa violence va tuer les microbes des maladies et purifier l'air. Il est vrai que les fenêtres se brisent, que les toits tombent, que plusieurs perdent leur vie. Mais qu'est ce que cela fait? La mort de ceux-ci est préférable à la mort et à l'infection de toute l'humanité. C'est ainsi que le socialisme va sauver la société de la peste du capitaliste».

Le socialisme continue son raisonnement en disant au riche: Malheur à toi, riche! être riche est un crime. Malheur à toi, propriétaire! Ta propriété est un vol. Malheur à vous, hommes et femmes mariés! Le mariage et la famille sont aussi une propriété, une servitude; et en brisant la servitude du travail, le socialisme a brisé toutes les servitudes.

De tout cela on peut bien conclure que le socialisme est contraire à tous les droits de l'homme; ses intérets personnels n'existent plus, sa personne est devenue un nombre, le citoyen N.º tel. Par la suppression de la propriété privée on a perdu le stimulant le plus efficace au travail et tout espoir d'améliorer sa condition sociale. Le socialisme favorise, ainsi, le vice de la paresse, éteint les lumières de l'intelligence, déprime la force de la volonté et détruit tout idéal de perfectionner la nature.

Il est nécessaire, disait Schiller, que l'homme puisse appeler quelque chose sa propriété a lui, comme appartenant à lui seul, autrement il deviendrait un assassin ou un ramolli. La servilité est la dégradation de la dignité humaine et ne donne aucune garantie de fidélité. Quand le dos de l'homme est trop courbé, facilement il se plie à tous les so-

leils qui surgissent à l'horisont, et dans l'horisont politique socialiste le soleil se couche trop vite et le soleil de demain n'est pas le même que celui d'aujourd'hui.

Le socialisme donc est contre la nature humaine, sape les bases de toute société. Il se vante de favoriser l'ouvrier; mais il le trompe et en réalité il rend l'ouvrier un esclave.

L'ouvrier ne sera jamais content de sa condition d'esclave. Il veut être libre, il veut avoir les joies d'une famille dans l'aisance. Par conséquent l'ouvrier socialiste sera toujours agité, mécontent de son sort, envieux du bien d'autrui, poussé à la haine et à la vengeance et à la fin victime d'une catrastrophe.

La question monétaire

Un autre mal très grave menace la société actuelle, mal d'une gravité énorme, qui pèse comme une angoissante inquiétude sur les États, et est un signe précurseur de la ruine et de la faillite de plusieurs nations. Le mal, le plus redoutable de l'heure présente, c'est la question monétaire et la dépréciation toujours croissante de la monnaie.

La monnaie, selon la science d'économie sociale, est la mesure de la valeur des marchandises. Il n'est pas possible que les denrées puissent s'échanger toujours contre des denrées; l'utilité publique éxige que l'échange se fasse par un moyen, qui représente en soi même la valeur de la marchandise. Ce moyen est la monnaie, qui autrefois s'appelait: commodité publique. L'État ne peut pas donner à la monnaie une valeur différente de celle que la monnaie a en elle-même. Si par des nécessités de bien public, l'État se voit obligé à émettre du papier-monnaie en telle quantité qu'il surpasse le tiers de la valeur or qu'il garde dans les coffres de l'État, alors ce surplus est une espèce d'expropriation faite à tous les citoyens.

Il serait plus prudent, dans le cas d'urgente nécessité

d'argent, de recourir plutôt à l'impôt au lieu de mettre en circulation du papier-monnaie. Les impôts pourtant sont très odieux à la population, car il lui est dur de payer de sa poche à l'Etat, et par conséquent elle accepte plus facilement la circulation fiduciaire. Mais en réalité la circulation fiduciaire est un impôt, bien pire que tous les autres impôts, car il pèse également sur toutes les classes de la société.

Le peuple, dans son ignorance économique, ne voit pas les conséquences funestes du papier-monnaie; il regarde seulement la grande quantité de papier-monnaie, qui se trouve en circulation, et il est très heureux de pouvoir faire plus facilement ses achats. Mais bientôt il s'apercevra de son erreur, quand la hausse des prix des denrés de première nécessité lui fera comprendre que la grande quantité de papier-monnaie qu'il a en main ne suffit plus pour satisfaire à ses besoins.

On voit un exemple frappant en France, où le franc français était descendu si bas qu'il ne représentait plus que 15 pour 100 de sa valeur.

Cela signifie que le citoyen français, en vendant une marchandise de la valeur de 100, ne recevait en échange que 15 cent.; le reste était pris par l'État pour l'équilibre de son budget.

Il faut dire cependant, en éloge de cette grande nation, aux puissantes initiatives et aux ressources énormes, que, grâce à des mesures très énergiques du gouvernement et de la patriotique générosité des habitants, la situation économique de la France va s'améliorer et que sa monnaie est sur les voies de l'assainissement.

On raconte qu'en l'année 1100, à Venise, le Doge Dominique Michel assiégea Tiro, et qu'ayant épuisé ses ressources métalliques, il mit en circulation des bons de cuir de la même valeur que la monnaie métallique or, afin de faire face aux frais de la guerre. Ces bons de cuir étaient artisti-

quement frappés avec l'image du lion de S.t Marc et des armoiries du Doge. Après que le Doge eût la victoire, comme il était très juste, il retira tous ces bons de cuir, en les remboursant par une flambante pièce d'or.

Si les États, où existe une circulation fiduciaire, avaient agi ainsi, et remboursé en or tout leur papier-monnaie, la grave question monétaire aurait été résolue à l'avantage de tous. Mais malheureusement l'Etat n'est pas à même de rembourser, car il manque d'or et d'argent.

L'énorme circulation fiduciaire de nos États a produit la hausse des salaires et de tous les prix, une formidable stagnation dans le commerce de tous les pays, même de ceux qui ont une monnaie saine. Ceux-ci ne peuvent pas exporter leurs denrées, qui reviennent à des prix exorbitants dans les pays à monnaie dépréciée, et les autres ne peuvent pas importer les vivres de première nécessité, qu'il ne produisent pas suffisamment.

Par conséquent tout le monde en souffre, et la cherté des vivres produit une misère générale.

Comment remédier à cela? Tout simplement en tâchant de réduire peu à peu la circulation fiduciaire, de manière qu'elle puisse disparaître dans quelques années. En Allemagne, où la dépreciation du marc en est arrivé à la dernière limite, à zero, on a bien fait de se relever de la faillite en créant le marc-or. En Belgique, par une opération de Banquiers, on a tâché de fixer la valeur du papier-monnaie, afin de se libérer des fluctuations du change, qui empêchaient toute opération commerciale.

En Italie on a pris le chemin plus direct, qui consiste à consolider toutes les dettes de l'État, à réduire les dépenses, à pousser la nation à travailler, travailler toujours, pour produire beaucoup; à faire une bonne politique qui inspire à tous la confiance, condition indispensable de bonnes finances. C'est ainsi que l'Italie commence déjá à réduire de beaucoup

sa circulation fiduciaire; et on espère au bout de quelques années avoir en Italie une monnaie saine comme avant la guerre. Une nation qui travaille et a confiance en son gouvernement est sûre de son avenir.

Le nouveau Président des États-Unis du Brésil, Mr. Washington Luiz, à propos du papier-monnaie, s'exprimait ainsi dans un discours récent: «L'oscillation brusque et continue du papier-monnaie est la cause principale du désordre financier du Brésil, de sa faiblesse économique, de l'instabilité de sa fortune, du malaise général, de la cherté de la vie et des crises fréquentes qui agitent le Brésil. Le principal but de ma mission présidentielle est l'introduction du papier-monnaie or et de favoriser la circulation métallique».

La monnaie marchandise

Comme nous avons dit, la monnaie est la mesure de la valeur des marchandises. Comme mesure de valeur, la monnaie par sa nature ne peut pas être une marchandise. Si on veut considérer çomme marchandise la quantité d'or ou d'argent qu'elle contient, alors elle n'est plus considérée comme monnaie, mais seulement comme métal, or ou argent.

Mais, nous voyons qu'à présent on considère la monnaie comme une marchandise, ni plus ni moins que comme toute autre marchandise. Nous voyons que la monnaie produit de la monnaie, et non seulement la monnaie métallique, mais aussi le papier-monnaie.

Que la monnaie produise des interêts en la considérant comme un travail capitalisé qui fait marcher l'agriculture, l'industrie et le commerce, cela peut s'admettre à condition que les interêts soient justes et pas usuraires.

L'Evangile dit: *Mutuum date nihil inde sperantes.* Prêtez votre argent, mais sans rien prétendre. Cette exhortation charitable de l'Evangile est un conseil, comme quand l'Evan-

gile dit: *Vendite quae possidetis, et date elezmosynam.* Vendez ce que vous possédez et donnez le en aumône. L'Église catholique permet le juste interêt de l'argent, et donne une règle morale, qui justifie cet interêt, c'est-à-dire *lucrum cessans, damnum emergens, periculum sortis,* un manque de bénefice, une perspective de dommage, un danger de perdre le capital, ce sont les trois titres, qui légitiment l'intérêt de l'argent. Autrefois, en se basant sur ces trois titres, les moralistes permettaient de prendre comme intérêt le 5 %, et puis, à cause des progrès de l'agriculture, à 6, 7 et même 8 %.

Mais qu'est ce qu'on voit à présent? On prête à 4 % par mois, c'est-à-dire à 48 % par an, ce qui est une abominable usure. Les lois civiles défendent l'usure et avec des pénalités très graves contre les usuriers.

Mais les usuriers trouvent tous les moyens pour éluder la loi et l'usure aujourd'hui se pratique sur une grande échelle.

Il est vrai que l'usure est un crime général et il a été de tous les temps. Notre Seigneur a parlé contre l'usure et a prononcé ces mots si charitables que nous avons relaté plus haute: *Mutuum date nihil inde sperantes.* Le concile œcuménique de Nicée au IV^e^ siècle stigmatise par un terrifiant canon l'usure. Et avec raison, car l'usure est une unjustice si criminelle et si horrible, qu'elle crie vengeance à Dieu et à l'humanité.

La monnaie-marchandise non seulement produit de la monnaie par l'emprunt, mais aussi par toutes les opérations commerciales. Elle est considérée sur le même pied que toutes les denrées. Elle a aussi son marché tout spécial, qui est la Bourse.

Nous voyons, en effet, qu'on achête au marché tout un genre de marchandises, non pas pour s'en servir, mais seulement pour les vendre beaucoup plus chères. Dans ce contrat, la marchandise n'est qu'un simple moyen pour gagner une

plus forte somme d'argent. C'est donc la monnaie qui produit de la monnaie. Or, la monnaie par sa nature est une mesure de la valeur de la marchandise, et par conséquent elle ne peut pas produire d'autre monnaie. La considération de la monnaie comme capital (travail capitalisé) ne peut pas justifier le contrat, ci-dessus, car le capital, par sa nature, peut produire en collaboration avec le travail. Tout produit est un effet des deux facteurs, capital et travail, et la théorie de Marx, que seulement le travail est le vrai producteur, n'est pas juste. Dans le dit contrat il n'y a pas de travail, sauf le cas où l'on veut appeler travail l'accapárement des marchandises pour les vendre plus chères au détriment de ceux qui sont obligés de les acheter à tel prix. Non, l'accaparement des marchandises est une injuste explotation du travail.

En outre, la monnaie-marchandise est la source de toutes les spéculations de l'agiotage, des trusts et des jeux de Bourse. La spéculation a envahi toutes les opérations commerciales. On achète des devises nationales et étrangères sans aucune nécessité industrielle ou agricole, mais dans le seul but de les vendre à la hausse. Il y a des accapareurs qui, en propageant de fausses nouvelles de grèves, de révolutions, de changements de gouvernements, produisent cette baisse ou cette hausse à la Bourse et s'enrichissent en exploitant la misère d'autrui.

Le système bancaire des achats à terme favorise beaucoup cette spéculation. Il y a des profiteurs, qui sans avoir l'argent voulu achètent à terme pour des millions une énorme quantité de marchandises, en s'obligeant à payer la différence à la fin. C'est par cette opération de banque que dans une seule journée on peut devenir millionnaire et même milliardaire. Comment peut-on justifier une si énorme fortune, gagnée si soudainement et sans avoir travaillé? N'est-ce pas un défi à l'honnêteté publique que de s'approprier par un jeu de Bourse le travail de milliers et de milliers d'ouvriers?

De tout cela nous pouvons conclure que la monnaie marchandise est un mal social qui conduit à la ruine, que l'inflation monétaire et la vertigineuse dépréciation de la monnaie ont été la cause de notre misère générale. Nous marchons de crise en crise, crise de chômages, faillites de commerçants et de banquiers, un trouble extraordinaire répandu dans tous les marchés et dans toutes les transactions, la cherté des vivres toujours croissante, qui a agravé énormément la question sociale, l'inquiétude de l'avenir, tout cela nous fais ouvrir les yeux sur la maladie très grave, qui menace la vie de notre société. Il nous faut un génie, qui puisse guérir l'humanité, et ce génie est S.t François d'Assise.

François d'Assise restaurateur de notre société

Quand un médecin, de son œil habitué, a bien diagnostiqué la maladie de son client, il est sûr de pouvoir la combattre, si elle est d'une nature guérissable. La même chose peut se dire du mal, qui travaille notre société.

Dieu a fait les nations guérissables, et en connaissant le mal qui les afflige, on est sûr d'en trouver le rémède.

Nous avons vu que le mal de notre société provient de l'attachement passionné à l'argent, du désir d'accumuler de richesses et d'en jouir d'une manière égoïste. C'est par cet attachement immoral et ce désir injuste que la société altérée de la soif des plaisirs, a le dégoût du travail, est agitée par la guerre interne et externe, et qu'une nouvelle barbarie menace de mort notre civilisation dejá en décadence.

Voilà le mal. Quel est le remède?

L'Evangile, par les lèvres divines de Notre Seigneur Jésus-Christ, maudit les riches, dont le cœur ne monte pas plus haut que leur richesse. *Vae vobis Diritibus*, dit-il. Au sermon de la montagne, le Christ donna le remède à tous

les maux qui travaillent la société humaine, en le condensant dans ces petits mots:

Bienheureux ceux qui ont l'esprit de pauvreté! Mots lumineux, d'une incomparable grandeur morale, qui ont le secret de tout bonheur.

Jésus-Christ appelle *bienheureux* ceux qui ont l'âme détachée de la convoitise des richesses, qui aiment le pauvre et sont contents de leur sort.

C'est aussi dans l'amour du pauvre que S.t François, suivant l'exemple de Notre-Seigneur, condensa le ferment rénovateur de la société. Ce ferment de nouvelle vie a eu son commencement dans la ville d'Assise et de là, par un tout puissant souffle du Saint-Esprit, alla se répandre, au XIIIe siècle, dans toutes les manifestations de la vie sociale en la transformant en bien, comme la *Bonne Nouvelle* transforma le paganisme du monde grecque et romain.

700 ans après sa mort, l'esprit de S.t François, l'heroïsme épique de sa vie, qui a le charme de l'admiration populaire, plane salutairement sur la société et sur l'Église qui salue S.t François comme la plus frappante manifestation de la pauvreté du Christ, comme le plus glorieux monument de la force sur-humaine, de la bonté humble et miséricordieuse d'un Séraphin d'amour, qui a fait briller sur l'humanité souffrante le soleil vivifiant de la charité. Les profondes passions du cœur humain sont toujours les mêmes à toutes les époques. Comme la société du XIIIe siècle, notre société désire la paix, la tranquillité publique et le bien-être. Or, nous ne pouvons pas avoir la paix et le bien-être si ce n'est par la charité, et Celui qui la porta au monde fut l'Enfant Jesus à lagrotte de Bethléem.

C'est cette charité, force irrésistible de grâce et de conquête, qui crée la fraternité humaine, qui est la grande inspiratrice du droit, de la morale et du bien-être social.

Dans la fougue de son amour de la pauvreté, François

d'Assise a donné une synthèse parfaite de la charité dans les deux mots évangeliques: Pauvreté d'esprit.

Pauvreté d'esprit signifique un état d'âme qui rejette les aspirations matérielles de jouir sans avoir du cœur pour les souffrances d'autrui, qui déteste l'ambition, l'orgueil, l'égoïsme, loi suprême de notre société contemporaine.

Il est impossible d'avoir dans le monde un parfait bonheur.

Mais, on peut avoir le bonheur de la tranquillité d'esprit, d'une bonne conscience honnête et d'un certain bien-être. C'est l'amour du pauvre et l'observance du précepte évangélique de donner le superflu au pauvre (*quod superest date pauperibus.* S. Luc., chap. XI, 41) qui nous donnent la paix de conscience, le bien-être dans les familles et la stabilité de l'ordre public par une plus équitable distribuition des richesses.

L'amour du pauvre est le vrai aliment de toutes les vertus; c'est la douce satisfation d'avoir donné à manger à un affamé, c'est la joie pure et consolante d'avoir porté secours aux miséreux qui montent le calvaire de la vie, est le charme de ceux qui ont horreur de l'envie et de la haine qui agitent violemment notre vie sociale.

L'amour du pauvre est le principe providentiel et divin qui règle l'ordre social, le promoteur de la vraie civilisation et de tout progrès économique, de l'équilibre des classes, de la fonction sociale de la propriété et de toute richesse en vue du bien commun.

L'amour du pauvre nous apprend l'art de bien gouverner un peuple agité par des crises ouvrières et des convulsions intestines, la science de bien administrer la justice et nous assure le plus grand bien de cette terre, la paix du monde.

C'est par l'amour du pauvre que S.t François d'Assise a restauré le treizième siècle, c'est aussi par l'amour du pauvre qu'il sera le restaurateur de notre société.

Je veux conclure par les paroles prononcées par le Pape

Grégoire IX à la canonisation de François, qui a eu lieu à Assise le 10 Juillet 1228, deux ans après la mort du saint. A cette canonisation ont assisté les parents du saint et peut-être son père, Bernardone, qui l'avait maudit en voyant son fils mendiant, misérablement habillé. Quel frappant contraste des volontés humaines!

Les paroles de Grégoire IX ont été prises de l'Ecclesiaste que le Pape a fait siennes: «Comme l'étoile du matin au milieu des nuages, comme la lune au jour où elle est pleine, comme le soleil à son midi, aussi François a brillé dans la maison du Seigneur». Qu'il me soit permis d'ajouter que S.t François d'Assise brille aussi encore maintenant, et non seulement dans l'église catholique, mais sur toute l'humanité.

Il brille comme le plus grand hienfaiteur du genre humain, et il a laissé en les milliers et milliers de ses Franciscains un monument vivant de son zèle, de son apostolat, de son amour.

Il brille comme un soleil dans cette mondiale célébration du septième centenaire de sa mort, où s'élevent de toutes les parties du monde, une générale acclamation de louanges au grand Saint, au grand génie de la bonté et de la charité évangélique.

Malgré sept siècles de distance, l'enthousiasme des catholiques à la glorification de S. François est aussi émouvant que celui que, de son vivant, animait les foules de l'Umbria, qui accouraient joyeuses en grand nombre à son passage et ne finissaient pas de l'applaudir et de l'acclamer à haute voix: Il Santo! Il Santo!

Vers lui, le glorieux Patriarche des pauvres, le restaurateur de la société, le réformateur des moeurs, gloire immortelle des siècles chrétiens, s'élèvent aussi nos meilleures louanges; vers lui, le Séraphin d'amour, le Poverello d'Assise, qui remplit d'admiration les plus grands artistes, les poêtes, les savants et les législateurs; vers lui, qui sur la montagne de la Verna

Santa par les mains d'un Séraphin, descendu du ciel fulgurant de céleste splendeur, fut couronné surnaturellement de l'auréole divine de la ressemblance au Christ crucifié; vers lui tout le lyrisme des hymnes de l'humanité souffrante, tous les cantiques de la grande épopée de sa merveilleuse vie restauratrice de toute vie sociale.

Et S. François marche glorieux devant nofre imagination, frappée de vive émotion; il marche sous son rude et grossier sac de mendiant, transformé en un manteau royal, d'un pompeux éclat et d'une beauté éternelle; il marche, suivi de sa soeur Sainte Claire, la glorieuse Sainte des Dames de la charité, suivi de tous ses frères et fils, les religieux franciscains, les plus aimés du peuple; il marche, chantant l'hymne à son frère le Soleil, saluant de coeur sa soeur l'hyrondelle, invitant à bénir Dieu les petits oiseaux et embrassant de son amour — Madonna Poverta.

Il marche, et toute l'humanité émue se prosterne à son passage; les siècles se courbent de vénération, de gratitude, devant le grand génie de la charité, le plux doux et vivifiant rayon de la bonté divine.

† Sébastien Archeat
archer. de Héraclée
Vicaire Apostolique

OS INCUNÁBULOS
DA BIBLIOTECA DO LICEU DE COIMBRA

(Cont. do n.º 2, pág. 353)

7 — HIERONYMUS (SANCTUS) — [Aureola ex floribus S. Hieronymi contexta.]
s. l. n. d.

Edição diferindo de qualquer das 5 citadas por Hain (n.ºs 8584 a 8588); 48 fls. de 195×138mm, sem numeração, assinaturas nem reclamos, formando 6 cadernos de 4 fls. duplas. A impressão começa na 2.ª folha, e pelo índice:

¶ Jncipiunt Capitula regule / a beato Hieronymo edite pul- / cherrime.

29 linhas de índice se seguem; no verso mais 7, e, na fl. 3, ao alto:

Jncipiunt Aureola feliciter ex ſuauiſſimis ſalutife / riſqz floribus glorioſi confeſſoris atqz doctoris Hie / ronymi ad Fabre contexta.

Faltam as capitais; mancha tipográfica de 144×87mm, de 33 linhas; tipo meio gótico. No verso da fl. 47,

... [ſecu] la ſeculorum. Amen. /
¶ Finit Aureola ſancti Hieronymi foeliciter. /

¶ Regiſtrum huius libri. /

¶ Primumvacat. Jncipiunt.
¶ Jta interioris. Jlle fuerat.

℄ Poſſibile.
Tates Aua —

℄ Honora.
Honorat.

℄ Uagatur.
Doleamus

℄ Cidimus.
Deus reſiſtit.

℄ Finis.

Papel de espessuras várias, marcado a água por uma ave de azas entreabertas, uma balança, e por outra filigrana pouco perceptível, circunscrita por uma circunferência.

Notas marginais manuscritas em letra da época, e na fl. em branco.

No topo do índice, o seguinte pertence, de mão: *S Crus de Coimbra;* e no final:

Bibliothece. S. Crucis. dono dedit / Per.ª Homo frade Cujus anima / requiescat in pace.

8 — JUSTINIANUS (BERNARDUS) — Oratio habita. apud Six / tum .IIII. Pontificem maximũ. s. l. n. d.

É a 3.ª das 4 edições catalogadas por Hain, e, segundo êle, impressa em Roma por Johannes Gensberg. (N.º 9643).

10 fls. medindo 195 × 138^{mm} com falta de numeração, assinaturas, reclamos e registo final, constituindo 1 só caderno.

Começa o opúsculo por:

Bernaȓdi iuſtiniani Leonardi Oratoris. fi / lii Legati Veneti oratio habita. apud Six / tum .IIII. Pontificem maximũ. /

e termina com:

... atqz opere q̃ uerbo et oratione ueriores.

Tipo romano. Mancha tipográfica de 141 × 88^{mm}, de 29 linhas.

2 marcas de água: 1 balança dentro duma circunferência, e um A de extremidades boleadas.

9 — LOLLIUS (ANTONIUS) — ¶ Antonij Lollij Geminianenſis oratio paſſionis dominice / habita coram Jnnocentio Octauo Pont. Max. Frequenti ꝑ. / Car. Senatu. contra ceruicoſam iudeorum perfidiam.
s. l. n. d.

Hain atribue esta *Oratio* (N.º 10181) à tipografia de Steph. Plannck de Roma. 12 fls. 195 × 138^{mm} formando 2 cadernos de 3 fls. duplas sem assinaturas, reclamos, nem registo.

O texto ficou sem capitais e não tem numeração; tipo meio gótico.

Mancha tipográfica de 33 linhas, medindo 143 × 87^{mm}.

Papel marcado com a balança (?), a ave, e a mão com uma estrela no prolongamento do dedo médio.

Termina a *Oratio* no rosto da 12.ª fl. com as palavras:

... cui ego vos deperditos acerbiſſima mortis paſſione reſtitui. / DJXJ.

10 — [LUCENA] (VASCO FERNANDES DE) (1) — ¶ Ualaſci Ferdinandi vtriuſqz iuris conſulti / Jlluſtriſſimi Regis Portugallie oratoris ad Jn / nocentium octauum pontificem maximũ de obe / dientia oratio.
s. l. n. d. [Roma, 1485?]

8 folhas 195 × 138^{mm} formando um só caderno; mancha tipográfica de 33 linhas medindo 141 × 78^{mm}; tipo meio gótico. Texto sem numeração, assinaturas, reclamos, nem registo; acaba no verso da fl. 8 por:

... [arbi] tris cum. U. B. iuſſerit explicabimus. / ¶ Laus deo. Dixi.

---

(1) Nos dicionários bibliográficos estrangeiros, a catalogação de *Lucena* é feita em VALASCUS (Ferdinandus), e outras vezes em FERDINANDUS (Valascus).

Marcam o papel a água, a balança e a mão com a estrêla. À margem do texto, notas manuscritas, da época.

A ajuizar pela fórma como Hain regista esta famosa *Oratio* no Repertorium bibliographicum, teve ela duas edições (N.os 15760-61) diferentes entre si no número de fôlhas, na grafia e na composição; cita em 1.º lugar uma que termina na fôlha 6*b*, com 9 linhas, rematando a seguir por ¶ *Finis.*; e em 2.º lugar aquela cuja descrição se ajusta ao exemplar que temos presente, isto é: além das diferenças do *incipit*, termina na fl. 8*b*, *com 25 linhas*, rematando por ¶ *Laus Deo. Dixi.* Da edição de que nos estamos ocupando, para a descrição de Hain que parece corresponder-lhe (N.º 15761), há, ainda assim, a diferença do número de linhas de composição; 31-32, contou êle; nós contamos 30 linhas, 31, 32, 33 e 34!

É grande a bibliografia accessoria desta *Oratio*, que desde cedo mereceu a atenção dos nossos eruditos; teve origem, como a que descrevemos sob o n.º 6, no costume da época por meio do qual os monarcas buscavam alianças e simpatias políticas com a Santa Sé enviando embaixadas a prestar vassalagem e cumprimentos gratulatorios a Pontífices recentemente eleitos. As orações que em tais ocasiões se recitavam, acompanhadas da maior solenidade, eram depois impressas; de como êsse costume se generalizou até aos diplomatas acreditados junto das côrtes europeias, mostra-o, por exemplo, a

PETRI PASCHALICI VENETI ORATORIS / AD HEMANVELEM LVSITANIAE REGEM / ORATIO.

recitada em Lisboa em Setembro de 1501, e impressa em Dezembro dêsse mesmo ano em Veneza por *Bernardinum Venetum de Vitalibus* (1).

Garcia de Rezende, na crónica de D. João II, conta assim a origem da *oratio* de Lucena:

DA EMBAIXADA QUE EL-REI MANDOU COM A OBEDIENCIA AO PAPA INNOCENCIO VIII.

«Neste anno estando El-Rei em Setuvel, lhe veio recado como era fallecido o Papa Xisto V, e assi da nova criação do Santo Padre Inno-

(1) Reproduzida em fac-símile por Eugénio do Canto, em 1907.

cencio VIII por seu breve. A que logo ordenou mandar sua acostumada obediencia, e lhe mandou com ela por embaixadores D. Pedro de Noronha seu mordomo-mór, e comendador-mór da ordem de Santiago, e o doctor Vasco Fernandes de Lucena do seu conselho, grande letrado e muito bom orador, e Ruy de Pina por secretario, e muitos fidalgos e cavalleiros, e mui honrada companhia, e foram por terra até Roma, onde foram muito honradamente recebidos de toda a côrte de Roma, e a obediencia foi dada em consistorio mui solemnemente por o doctor Vasco Fernandes, que fez uma muito elegante oração, com grandes e verdadeiros louvores do Papa e dos Reis de Portugal». (Liv. 1.º, cap. 58, p. 139, ed. 1902).

Fr. Fortunato de S. Boaventura no ms. *Litèratos portugueses em Italia* aborda o assunto e dá a *Oratio* como impressa em Roma no próprio ano em que foi pronunciada. *Hain*, por sua vez, atribui-a tambem a Roma e à tipografia de Steph. Plannck; pelo menos, a edição mencionada em 1.º lugar, que não é a que temos presente.

A bibliografia e mais particularidades da *Oratio*, e de *Lucena*, são por demais conhecidas para nos não determos nelas, visto que aos seus pontos obscuros nenhuma nova luz podemos trazer; reproduzida no vol. XVI do antigo *Jornal de Coimbra*, em 1813, foi recentemente incorporada pelo Prof. Dr. Joaquim de Carvalho nos seus *Excerpta bibliographica ex Bibliotheca Columbina*, valioso relato do muito que na velha e rica Biblioteca de Fernando Colombo, em Sevilha, se guarda interessando a Portugal. O erudito professor, que duma forma tão digna de registo tem procurado reatar a velha tradição humanística da alta cultura coimbrã, agrupou nos *Excerpta* as *orationes* de portugueses que em Sevilha encontrou; nelas se conta a de Lucena, que reproduziu servindo-se da cópia do *Jornal de Coimbra*, corrigida, acompanhando tôdas de interessantes comentários reveladores de ampla erudição no seu mais nobre significado.

Para esse trabalho remetemos o leitor, como para o melhor complemento que conhecemos ao que Inocencio reuniu sôbre o assunto; acrescentamos apenas ser êste exemplar da *Oratio* de Lucena, de facto, aquele que Fr. Fortunato poude ver em S.ta Cruz, (e que considerou único em Portugal) como bem se depreende do pertence ms. deixado na 1.ª obra da miscelanea onde o opúsculo se encontra.

Como remate às nossas desinteressantes considerações, que juntamos ao que deixámos escrito a propósito do n.º 6 dêste catálogo, apontaremos o êrro de Nicolau Antonio omitindo a *oratio* na Hispana

Vetus, e incluindo-a na Hispana *Nova* (catálogo de escritores que floresceram *de 1500 a 1684*), nos seguintes e extranhos têrmos:

> «FERDINANDUS VELASCUS, Joannis II. Portugalliæ Regis orator, edidit: *orationem habitam Romæ nomine dicti Regis ad Innocentium VIII. Pontificem Maximum.* De quo auctor est Ludovicus Jacobus a Sancto Carolo in Bibliotheca Pontificia».

Não obstante, Lucena faleceu antes de 1500, e tomou parte, como delegado português, na embaixada de D. Duarte ao concílio de Basileia em 1435, na de D. Afonso V ao Papa Nicolau V em 1450, e na de D. João II a Inocêncio VIII como acima fica dito.

Nicolau António mostra conhecimento de poucas *Orationes de obedientia;* no entanto, reconheceu-lhes importância e agrupou-as à parte no índice da sua *Hispana Nova;* como subsidio para o conhecimento dalgumas que se manteem perdidas, transcrevemos a relação do velho bibliógrafo peninsular:

> «ORATIONES, quas vocant *obedientiales,* Summis Pontificibus dictæ.
>
> Achilles Statius. *Orationes tres. Oratio ad Pium V.*
>
> Antonius da Mota. *Ad Greg. XIII.*
>
> Antonius Pinto. *Ad Pium V.*
>
> Antonius Sanchez de Huerta. *Ad Gregor. XV.*
>
> Bartholomæus de Caſtro. *Ad Urbanum VIII. pro Duce de Alcala.*
>
> Bernardinus de Caravajal. *Ad Alexand. VI.*
>
> Ferdinandus Afan de Ribera. *Ad Urbanum VIII. Gratulatoria Philippi IV. Regis nomine.*
>
> Ferdinandus de Meneles. *Ad Pium V. Sebaſtiani Portugalliæ R. nomine.*
>
> Ferdinandus Velaſcus. *Ad Innocentium VIII.*
>
> Gaſpar Gonzalez. *Ad Gregorium XIII.*

Joannes Fernandez de Velaſco. *Oratio ad Sixtum V.*
Josephus Stephanus. *Ad Sixtum V. Ad Gregorium XIII*».

No índice seguinte a êste, de orações *laudatoriæ, adventoriæ, hortatoriæ, epithalamia, panegyrici, epicedia, & aliæ*, encontra-se menção de várias outras dirigidas a pontífices, algumas das quais por portugueses, ao que supomos; não são, todavia, *obedientiales*.

11 — PLINIUS SECUNDUS (CAIUS) — Epistolarum liber. Taruiſii, Mcccclxxxiii.

92 fôlhas inumeradas medindo 195 × 138^{mm} em cadernos de 4 fls. duplas assinadas $a^4, b^4, c^4, d^4, e^4, f^4, g^4, h^4, l^4, k^4, l^4. m^2$. A 1.ª em branco, e, ao alto da 2.ª, CAII PLINII SECVNDI NOVOCOMENSIS ORATO / RIS FACVNDISSIMI EPISTOLARVM LIBER PRI- / MVS INCIP.T. /

c. Plinius Secundus Septitio ſuo. S. plu. dicit.

Sem capitais nem reclamos; tipo romano; mancha tipográfica medindo 134 × 92^{mm}, de 33 linhas. Termina no verso da fl. 92 pela linha

[per] dunt de nocte paruolum acquirunt. Vale.

a seguir, o cólofon:

C. Plinii Secundi Nouocomenſis Oratoris Facūdiſſimi / Epiſtolarum liber Octauus & Vltimus Explicit. /

FINIS.

Impreſſum quidem eſt hoc opus Taruiſii per Magiſtrū / Ioannem Vercellium. Anno ſalutis. M.cccclxxxiii.

Papel de espessuras variáveis; marca de água, 1 tôrre esguia, ameada, com telhado ponteagudo; noutras fôlhas, a tôrre sem o telhado.

12 — SENECA (L. ANNAEUS) — Epiſtolas (Las) /

de Seneca. / con vna Suña ſiquier jntroductiõ / De philoſophia moral: en romançe. /
Saragoça, Paulo Hurus, março de 1496.

As 4 linhas de título acima copiadas, constituem, gravadas em chapa de madeira, a portada da obra; no verso, uma gravura, também em madeira, representando um rei, de coroa e scetro, abundante barba e cabeleira, sentado num trono de baldaquino gótico; lê-se em baixo, *Nero;* oferece-lhe um livro, encadernado e abroxado, uma figura encarapuçada que vem entrando da direita, ar grave e respeitador, e que por uma inscrição explicativa se verifica ser *Seneca;* atrás dêste, aparece à ombreira da porta outra figura de quem apenas se divisa o busto; não diz quem representa. Janela geminada ao fundo da sala do trono, vendo-se por ela, ao longe, um castelo no cume dum monte; em volta da gravura, que está mutilada, tarjas tipográficas a enquadrar.

Na fl. seguinte, numerada II, texto a 2 col., a 1.ª das quais encimada por

Epiſtolas / de Seneca a Lucillo / ſu amigo.,

começando, com uma capital ornamental em madeira:

Seneca fue hombre muy ſa / bio diſcipulo de vn philo- / ſofo que houo nõbre Fo- / ciõ: đla opiniõ delos estoy- / cos...

A obra está truncada a fls. 68, faltando, além disso, a 63; pelas descrições de Haebler, Salvá, e Bonilla y San Martin, verifica-se dever ter 84 fls. numeradas. Impressão a 2 col. de 44 linhas; tipo gótico de dois tamanhos. Assinaturas. Dimensões do fólio, 260 × 192^{mm}; da mancha tipográfica, 218 × 141; da coluna, 218 × 66^{mm}.

Papel amarelado, encordoado, de vergaturas largas, marcado a água pela mão com a estrêla de 6 pontas, de diversos formatos.

Devia rematar, na 2.ª col. da fl. LXXXIII, recto, pelo escudo do impressor, e abaixo:

¶ Acabãſe las epiſtolas de Seneca / cõ vna Suña siq̃er introduction de / philoſophia moral. Empremidas en / la muy inſigne ciudad de Caragoça / de Aragon: a instãcia y expenſas de / Juan Thomas

fauario de Lumelo / del cõtado de Pauia. a. iij. dias del mes de março. El año de nr̃o señor / jhesu xpo. M cccc.xcvj.

Encadernada juntamente com os n.os 13 e 14 dêste catálogo; inteira de carneira, vulgar; na lombada, de 4 nervos separados por uma albarrada a ouro, SENECA / TRADVZ- / IN / HISPAÑOL. Na portada, notas mss. do século XVII, em espanhol.

13 — SENECA (L. ANNAEUS) — Obras (Las) Sevilha, Meynardo Ungut e Estanislao Polono, maio de 1491.

Está truncada esta obra, começando na fl. assinada bij pelas palavras:

De la vida bienauenturada /... te, fin cautela a encubierta o engaño. Ca la (pereza) ⁊ el arre / batamiento demueſtran contienda dela volũtad ⁊ poca fir- /

Gótico; notas marginais em tipo gótico também; a obra devia ter 138 fls. inumeradas; mede 260 × 192mm, e a mancha tipográfica 215 × 157, de 35 linhas. Assinaturas. A última linha do texto:

reſplãdeſçer. porq̃ de todos ſean acatados. / DEO GRACIAS.

O cólofon —

Aqui ſe acaban las obras de Seneca. Jnprimidas en la / muy noble y muy leal çibdad de Seuilla. por Meynar / do Ungut Alimano. ⁊ Staniſlao Polono: conpañeroſ / En el año del na / çimiento del ſeñor Mill quatroçiẽtos / ⁊ nouanta ⁊ vno años. a veinte ⁊ ocho dias del mes de / Mayo.

Segue-se o emblema dos impressores: 2 escudos pendurados nos ramos duma árvore, enquadrada por um duplo rectângulo; um dos escudos ostenta no campo um M; o outro, um S.

7 linhas escritas com letra do século XVII, em espanhol.

Papel de aspecto idêntico ao do n.º 12; marca de água, 2 martelos cruzados sob uma coroa.

Na 1.ª fôlha, o pertence ms.

Do Real Collegio de S.ta Rita dos Ag.os Des.cos de Coimbra.

Na fl. de guarda há um sinete brazonado, a tinta de impressão, ilegível.

14 — SENECA (L. ANNAEUS) — Proverbios. Sevilha, outubro de 1495.

Obra igualmente truncada; na 1.ª fl., em grandes caracteres góticos,

Prouerbios / de Seneca

~. lendo-se a seguir, em letra de mão, *glosados por el Doctor Pedro Dias de Toledo.*

No verso da fl.,

Prologo / mUy virtuoſo ꝛ muy illuſtre / ꝑncipe Rey ꝛ ſeñor dize Ca- / ſiodoro en vna epiſtola en el li / bro. iiij. de ſuas epiſtolas. Ale /

Na fl. assinada Aij, a *Tabla* que vai até à fl. 6, cujo verso ficou branco.

Começa depois o texto por

MUy alto ꝛ / muy illuſtre rey / ꝛ señor. comun / doctrina es ꝺ los / filoſophos: q̃ la /

A última fl. existente é a lxv, ficando o texto truncado pelas palavras:

conuiene q̃ no ſolo ayamos paciẽcia con

pertencentes ao provérbio

¶ Por ſacar el oro primero / cauamos la tierra ꝛ

avemos pereza de / eſcudriñar ꝛ alinpiar el pecho por alcan / çar el poſtrimero bien.

Falta também a fl. iij.

Gótico a 2 col. de 45 linhas, medindo cada 152 × 72^{mm}, e a mancha tipográfica 225 × 152. Fólios de 260 × 192^{mm}.

Papel idêntico ao dos N.^{os} anteriores, e marcado com a mão e a estrêla de 5 pontas.

Não existe concordância entre os dicionaristas acêrca dêste incunábulo, que nos parece ser o n.º 14652 de Hain, impresso em Sevilha por Meynardo Ungut e Stanislao Polono a 22 de Outubro de 1495.

Haebler, Galhardo, Salvá, Bonilla y San Martin são pouco claros na sua descrição.

A

ARISTÓTELES

Como subsídio para o conhecimento dos *Estudos* de S.^{ta} Cruz, e, duma maneira geral, da Renascença intelectual em Coimbra, a seguir damos nota doutras edições antigas de ARISTÓTELES e comentadores seus, existentes nesta mesma Biblioteca; preciosas, algumas delas (embora pela data de impressão *fora do limite marcado ao presente catálogo*), são, na grande maioria, do século XVI. Vai feita a sua ennumeração pela ordem cronológica, e, a fim de facilitarmos o seu confronto com exemplares doutras bibliotecas, reproduzimos as suas portadas copiando-lhe o mais fielmente possível os dizeres.

Edições *seiscentistas* doutros filósofos, muitas mais a par destas se conservam, *dignas, tôdas, do melhor registo;* entendemos, todavia, não ser para aqui a respectiva menção, e por isso as omitimos.

a) Problemata Ariſtotelis / cum commento. /

¶ Ariſtotelis peripateticorum principis problemata: cum / duplici tranſlatione: antiqua videlicet ꝛ noua Theodori / gazes theſſalonicenſis. Una cum Petri de apono doctiſ- / ſimis cõmẽtarijs: nouiter in margine q̃zpluribus anno- / tationibus inſignitis. Necnon magiſtri Petri de tuſſi- / gnano in eiſdem copioſo reper-

torio. Adiũctis inſup Ale- / xandri aphrodiſei: ac Plutarchi cheronei vtiliſſimis pro / blematibus. Nouiſſime poſt omnes impreſſiões vbiqz lo / corum excuſſas: que reperiri potuerunt: affatim recogni- / ta: cunctiſqz mendis: et erroribus expurgata.

(in fine) — Jmpreſſa aũt Uenetijs mandato ꝛ ex- / penſis domini Luceantonij de giunta Florentini. Anno / domini. 1518. die. 15. Nouembris.

Gótico. Tem o pertence do Colégio de S.ta Rita dos Agostinhos descalços de Coimbra.

b) *Problemata Ariſtotelis* / cum cõmẽto: et duplici trãſlatiõe: antiqua vi- / delicet ꝛ noua *Theodori gazes* theſſalonicẽ- / ſis. Una cum *Petri de apono* doctiſſimis cõ / mẽtariis: nouiter in margine q̃zpluribus ãno / tationib⁹ ĩſignitis. Necnõ magiſtri *Petri de / tuſſignano* in eiſdẽ copioſo reptorio. Adiun- / ctis ĩſup *Alexãdri* aphrodisei: ac *Plutarchi* / cheronei vtiliſſimis problematibus. Nouiſſi- / me poſt oẽs ĩpreſſiões vbiqz loco(rum) excuſſas: q̃ / reperiri potuerũt affatim recognita: cũctiſqz / mendis et erroribus expurgata.

¶ Uenundantur ab Johanne petit ⁘ sub lilio aureo vici diui Jacobi.

No cólofon,

Anno domi- / ni. 1520. Ad Kal. Jul.

Formosíssima edição gótica, a duas colunas, e portada a encarnado e preto. *Tem o pertence ms. de S.ta Cruz de Coimbra.*

c) Alexandri aphrodiſienſis, in priora analytica / Ariſtotelis, commentaria.

In fine,

Florentiæ per hæredes Philippi Iuntæ Anno Domini / M.D.XXI. Menſe Decembri Leone / x. Ponti. Maximo.

(Graece); 2 exemp'ares; um, tem o pertence ms. de S.ta Cruz; outro, com uma encadernação notável, verdadeiro exemplar de museu, tem colado o ex-libris da BIBL. LAMONIANA, e manuscrito o «Ex-libris Fr. Joachimi de S. Clara M. B.»

d) CONTINENTVR HOC VOLVMINE

Georgii Trapezuntii Rhetoricorum libri V.
Conſulti Chirii Fortunatiani libri III.
Aquilæ Romani de figuris ſententiarum, & elocutionis liber.
P. Rutilii lupi earundem figurarum è Gorgia liber.
Ariſtotelis Rhetoricorum ad Theodecten Georgio Trapezuntio interprete librí III.
Eiuſdem Rhetorices ad Alexandrum à Franciſco Philelpho in latinum uerſæ liber.
Paraphraſis Rhetoricæ Hermogenis ex Hilarionis monachi Veronenſis traductione.
Priſcianus de Rhetoricæ præexercitamentis ex Hermogene.
Aphthonii declamatoris rhetorica progymnaſmata Io. Maria Catanæo tralatore.

No cólofon,

VENETIIS, IN AEDIBUS ALDI, ET AN- / DREAE ASVLANI SOCERI, MEN- / SE APRILI M.D.XXIII.

e) ARISTOTELIS / STAGIRITAE PARVA QVAE VO- / CANT NATVRALIA...

Omnia in latinum conuerſa, & antiquorum more expli- / cata a Nicolao Leonico Thomæo.
Pariſijs, apud Simonem Colinæum. / M.D.XXX.

Tem o pertence do Colégio de S.ta Rita dos Agostinhos descalços de Coimbra.

f) NICOLAI LEONICI / THOMAEI OPVSCVLA NVPER / IN LVCEM EDITA, / SCILICET /
PARAPHRASIS IN COMMENTARIOLVM ARISTO- / TELIS DE ANIMALIVM MOTIONE. /
PARAPHRASIS IN EIVSDEM PHILOSOPHI LIBEL- / LVM DE ANIMALIVM INGRESSV. /
QUÆSTIONES QVAEDAM NATVRALES CVM AMA / TORIIS PROBLEMATIBVS XX. /
CONVERSIO MECHANICARVM QUAESTIONVM A- / RISTOTELIS CVM FIGVRIS ET ANNOTATIO- / NIBUS QVIBVSDAM. /
PROCLII LYCII EXPLICATIO PLATONIS EX TI- / MAEO, VBI DE ANIMORVM GENERATIONE / AGITVR, IN LATINVM CONVERSA, CVM NV- / MERORVM HARMONIARVMQVE MVLTIPLICI / FIGURA.
PARISIIS APVD SIMONEM COLINÆVM. / 1530

g) NICOLAI LEONICI / THOMAEI DIALOGI NVNC PRI- / MVM IN LVCEM EDITI,... Pariſijs apud Simonem Colinæum. 1530.

h) MAGENTINI MITILANEN / SIS ERVDITISSIMA EXPOSITIO, / In librum Peri hermeneias hoc est de interpretatione / Ariſtotelis, ex Amonio sub breuitate congeſta. / nunc primum è Græco in latinum / tranſlata. / HIERONYMO LEVRSIO VERONENSI INTERPRETE, / *Philoſophorum, ac Medicorum accademiæ Patauinæ moderatore.*
Venetijs, apud Octavianum Scotum. / M.D.XXXIX.

(Gótico, a 2 col.).

i) ¶ LOGICA / Aristotelis, / LIBRI LOGICORVM AD ARCHETY / pos recogniti, cum nouis ad literam commentarijs, ad foelices / primum Parisiorum, & communiter aliorum Studioforũ suc- / cessus, in lucem prodeant, ferantque literis opem. /...
PARISIIS / ¶ In ædibus Ambrosij Girault, sub Pellicano / Via ad diuum Iacobum. / 1540

(Não obstante, a portada é de Jehan Petit, que, no final, imprimiu também a sua marca; o cólofon diz:

Parisijs, typis ac characteribus Petri Vidouei Vernolienſis.

j) ALEXANDRI APHRODISEI / SVMMI PERIPATETICI, IN OCTO / LIBROS TOPICORVM, VEL DE LOCIS / sedeqz argumentorum Aristotelis commentatio lu- / cidissima, nuper diligenti studio in / lucem edita. / *Guilelmo Dorotheo Veneto interprete.*
Venetijs, apud Heronymum Scotum. / 1541.

(Gótico, a 2 col.). *Tem o pertence de S.ta Cruz.*

k) ANNOTATIONES ALEXANDRI / APHRODISIENSIS MAXIMI PERI- / PATETICI, IN LIBRVM. ELENCHORVM, / *ideſt de apparentibus redarguendi argumentis / Aristotelis, Nuper diligenti cura in / latinum conuerſæ. / Guilelmo Dorotheo Veneto interprete.*
Venetijs, Apud Hieronymum Scotum. / 1541.

(Gótico, a 2 col.).

l) [DE CATEGORICO SYLLOGISMO] (?)
CONIMBRICAE 1545 PRI. CAL. MAR.

Juntamente com as obras — *h*, *j*, *k* — acima apontadas, e constituindo tudo um só volume lindamente revestido de encadernação da época — inteira de carneira ornada a ferros livres de camafeus e folhagem Renascença batidos a quente — encontram-se 10 fls. numeradas de 17 a 36, fólios sem amparo medindo 313 × 230^{mm}, na primeira das quais se lê

LIB. II. / ¶ DE CATEGORICO SYLLOGISMO / LIBER SECVNDVS: / PROOEMIVM.

Dizem as 1.^{as} linhas do texto, todo impresso em latim:

SVperioris series voluminis, quod ad categoricorũ syl / logismorum propositiones attinebat, explicuit, nunc / autem quantum introductionis patitur temperamẽ- / tum, de ipsa categoricũ syllogismorum ratione tracta / bitur...

A pág. 36, diz a última linha:

[ãbi]guis diſputationib^{9} diſcãt, poſt ab his veritas in reb^{9} mendaciũqz meditabit

acabando, abaixo, a impressão com o seguinte registo:

¶ SECVNDI LIBRI DE CATEGORICO SYLLO / GISMO FINIS. / CONIMBRICAE 1545 PRI. CAL. MAR.

Constituem estas 10 folhas — parte, evidentemente, dum opúsculo seiscentista de comentário a Aristoteles e ao seu sistema de construção silogística — um curioso problema da bibliografia e da cultura coimbrã na Renascença, cuja delicadeza exige estudo mais profundo que a simples enunciação aqui exarada.

Na *Bibliografia das obras impressas em Portugal no século XVI*, meritório e notável trabalho de António Anselmo e Raul Proença, bibliotecários da Biblioteca Nacional de Lisboa, feito sôbre a existência recenseável de todo o país e sôbre o que Barbosa Machado, Inocêncio,

Ribeiro dos Santos, Souza Viterbo e os mais bibliógrafos nacionais registaram, não se encontra menção de tal impresso, nem, de outros trabalhos sôbre o humanismo coimbrão, nós lhe conhecemos referência.

Perdida, como está, a portada da obra onde porventura poderiamos colher o nome do comentador e o do impressor, deixamos o problema em aberto para quem possa resolvê-lo, lembrando apenas que as oficinas tipográficas que se conhece terem trabalhado em Coimbra *em 1545*, são as de João Alvares e João de Barreira, individualmente e associados, e a dos Cónegos de S.ta Cruz.

Aqueles dois tipógrafos, imprimiram, *em 1549*, a *Lógica* de Aristoteles comentada por Joaquim Perion e Nicolau Grouchy, e *em 1551* a *Dialectica* de Jorge Trapezuntio, dividida em 8 tratados, o 4.º dos quais se intitula *De Syllogiſmo categorico;* da *Logica*, há um exemplar *in 4.º* na Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra ; da *Dialectica*, um *in 8.º* na Nacional de Lisboa. Outros tipógrafos imprimiram, no século XVI, obras de Aristoteles e comentadores seus, principalmente para o Colégio das Artes, mas de nenhum deles se sabe ter vivido em Coimbra em 1545.

Como deixamos dito, o impresso em questão é um *in-fólio* de 313×230^{mm}; papel de linho marcado a água com a mão aberta e a estrela de 5 pontas no fim do dedo médio, vergaturas nítidas, e pontusais à distância média de 34^{mm}.

Mancha tipográfica ocupando 209×128^{mm}, fora as abundantes cotas marginais que apresenta e que tornam a obra da maior curiosidade, pois com elas fez o comentador imprimir várias construções geométricas explicando a construção do silogismo, bem como, pelo texto, gráficos mostrando o modo de inclusão (1).

Tipo redondo; uma capital de fantazia. Impressão pouco cuidada; assinaturas C, Cii, Ciii, Dii, Dii, Diii, erradas portanto, mas formando 1 caderno de 2 fls. duplas e outro de 3. Largo uso de abreviaturas.

---

(1) Para o estudo que, porventura, venha a fazer-se dêste comentário a Aristoteles, deve êle ser aproximado da obra aqui registada com a letra *i*), de 1540, onde encontramos já identicas gravuras tendentes ao mesmo fim.

Todo o movimento tipográfico de Coimbra no séc. XVI, tão ligado às suas instituïções escolares, é ainda mal conhecido; todavia, há, nas Bibliotecas da cidade, elementos preciosos para o seu estudo; e uma História da Universidade conscenciosamente documentada muito esclareceria o assunto.

m) ARISTOTELIS STA- / giritæ, Philoſophorum omnium / FACILE PRINCIPIS, OPERA, QVÆ IN / HVNC VSQUE DIEM EXTANT OMNIA, LATI- / nitate partim antea, partim nunc primum à uiris doctiſſi- / mis donata, & Græcum ad exemplar / diligenter recognita. / Omnia in Tres Tomos digeſta.

BASILEAE, EX OFFICINA / Ioan. Oporini, Anno 1548.

2 vols. Notável impressão e conservação.

n) ARISTOTELIS DE MORIBVS / AD NICOMACHVM, Lib. X. / Ita græcis interpretatione recenti cum Latinis coniunctis, vt fer- / mè ſingula ſingulis reſpondeant, in eorum gratiam qui Græca / cum Latinis comparare volunt. /

PARISIIS M.D.LV. / Apud Adrianum Turnebum typographum Regium. / EX PRIVILEGIO REGIS.

No final da obra

EXCUDEBAT, ET CVM GRÆCIS / LATINA CONIVNGEBAT GVIL. / MORELIVS, M.DLV.XII. CAL. / MARTIAS.

o) GVLIELMI BVDAEI / PARISIENSIS, CONSILIARII RE- / GII, SVPPLICVM'QVE LIBELLORVM IN REGIA MAGI- / ſtri, Lucubrationes uarie, cum ad ſtudiorum rectam inſtitutionem ac Phi- / lologiam, tum ad pietatem ſpectantes: quibus adiunximus Epiſtolarum / eiuſdem Latinarum ac Græcarum libros VI. non omiſsis etiam ijs / quæ ex Græcis in Latinam linguam conuertit: quo- / rum nomenclaturam uerſa facie uidebis. / INDEX OMNIVM IN HISCE MEMORA- / bilium rerum ac uocum his additus eſt. /

BASILEAE APVD NICOLAVM EPISCO- / pium Iuniorem, M.D.LVII.

No verso da portada, um catálogo das *Lucubrationes* do autor e

das traduções de *classicos* gregos para a língua latina contidas no volume. Dos autores traduzidos, o 1.º é *Aristoteles* — DE MUNDO, Lib. I.

(Entre 3 fls. de guarda que o livro tem, e a portada, foi colada uma outra folha apresentando gravado em chapa de metal um ex-libris: o brasão do conhecido D. Jorge de Almeida encimado por uma cruz, sob o chapeu de bispo (3 idas de borlas), tudo metido numa oval ornamental.

No verso desta fl. de ex-libris lê-se o seguinte em letra de mão:

+

Em Huã obra de / budeu, q̃ aquj está / cujo titalo He. de / asse et partibus ejq / libri .v. [riscado, *qũinqz*] Se apaguárao / [primeiramente, tinha sido escrito *cortarão*] no liuro ~. desdas folhas / 27i onde diz Hi sunt / sacerdotes, a té as folhas 284 / onde diz ignoranſia lingue .15. / Nas quajs folhas o Autor, fala / mal dos Sacerdotes, bispos E curia / romana, conçilios, jndulgẽtias, monacos, / E Edição Vulguata, E em todas eſtas / materias se moſtra suspecto. q̃ / se não podem ler as ditas folhas / sem cauſarem m^to escãdalo aos Animos / pios, E cõtẽtamẽto aos q̃ sẽtem / mal do eſtado Eccleſiaſtico. por onde / segũdo a obriguaçaõ do Sancto offiçio / conforme ás regras do cataloguo / tridentino ſe deuem apaguar E Riscar / ou cortar. a qual diligẽtia me mãdou / o illuſtrissimo E Rdĩssimo Soꝛ dõ gorge dalmejda / Arcebispo de lixboa inqujsidor geral dos Regnos de por / tugual, q̃ executasse neſte seu liuro. tam zeloso He /

continua à margem, a tôda a altura da folha:

das couſas Do ſancto officio, E de comprir cõ ſuas obriguações. / frey bertholameu ferrejra

Efectivamente, nêste mesmo vol. se encontra a obra que tanta notoriedade adquiriu durante o nosso Humanismo

GVLIELMI BVDAEI / PARISIENSIS, CONSILIARII RE- / GII, SVPPLICVM'QUE LIBELLORVM IN REGIA MAGISTRI, / De Aſſe & partibus eius Libri V. ad poſtremam authoris reco- / gnitionem accuratiſſimè excuſi: premiſſo Indice rerum / memorabilium non infœcundo. / BASILEAE APUD NIC. EPISCOPIVM / Ivniorem, M.D.LVI.

E, nas páginas acima indicadas, lá estão as passagens incriminadas traçadas a tinta, mas *absolutamente legiveis*. Fr. Bartolomeu Ferreira entendeu decerto que para tão alta dignidade como era o bispo D. Jorge de Almeida, bastaria salvar as aparências.. Conhecia os homens e as conveniências...

Na pág. 271, onde a censura começa, letra diferente lançou à margem o aviso

Nam se Leam / estas folhas ris / cadas por escandalo- / zas.

E a pag. 284, quando o autor aprecia a edição da *vulgata*, Fr. Bartolomeu deixou à margem um *Caue* muito discreto, tímido, não fosse escandalizar o bispo, que bem sabia o que devia ler e de que maneira...

Que tenham pertencido a D. Jorge de Almeida, há nesta Biblioteca mais obras, tôdas com encadernação de luxo e o aparo das folhas dourado; e há um *Dictionarivm trilingve* (latino, grego e hebraico) já sem portada, mas impresso em Basileia por Henricvs Petrvs em Agôsto de 1530, que supomos ter pertencido a Fr Bartolomeu Ferreira; tem vários pertences mss., mas apresenta sôbre a capa de pergaminho flexível o seguinte:

Do vſo de frey Bartholameu,

em letra grandemente análoga à da censura acima transcrita.

Frei Bartolomeu veio a ser, como é sabido, qualificador do Santo Oficio, e nessa qualidade lhe coube a censura dos *Lusiadas;* escreveu também, um curioso catálogo dos livros que D. Jorge de Almeida proibiu quando inquisidor geral, merecendo do infatigável Souza Viterbo uma preciosa monografia.

p) NOVA / EXPLANATIO / TOPICORVM / ARISTOTELES. / [Veneza], in Academia Veneta, / MDLIX.

q) ARISTOTELIS / STAGIRITÆ / OPERA, / ... recognita ab A. Iacobo Martino / LVGDUNI, / apud Bartholomæum Honoratum. / M.D.LXXXI.

(2 tomos num só vol.).

r) OPERVM / ARISTOTELIS / STAGIRITAE PHILOSO- / PHORVM OMNIUM LONGE / PRINCIPIS, NOVA EDITIO, / graecè & latinè. /...
AURELIAE ALLOBROGVM, / APVD PETRVM DE LA ROVIERE- / M.DC.V.

(2 tomos num só vol.).

s) ARISTOTELIS / OPERA OMNIA / QVÆ EXTANT, / græcè & Latinè. / VETERUM AC RECENTIORVM INTERPRETVM, VT / Adriani Turnebi, Iſaaci Caſauboni, Iulij Pacij ſtudio emendatiſſima. / CVM KYRIACI STROZÆ PATRITII FLORENTINI LIBRIS DVOBVS / graeco-latinis de Republicâ in ſupplementum Politicorum Ariſtotelis... [Novissima editio,] authore Gvillelmo Dv Val Ponteſiano /...
LUTETIÆ PARISIORUM, / Typis Regiis. / M.DCXIX.

2 vols. in-fólio; há outro ex., da mesma tipografia e data, mas diferindo na composição; é também em 2 vols., e no verso na última fl. de índice apresenta o seguinte registo, discordante da portada:

Ex typographia Antonii Stephani, typographi Regij. MDC.XXIX.

t) LVDOVICI SEPTALII /... IN / ARISTOTELIS PROBLEMATA /

commentaria Tomi tres. / LVGDVNI, / Sumptibus Claudij Landry / M.DC.XXXII.

2 ex. dêste comentário.

B

AVICENA

Êste *Avicena* não é a única obra do volume, e daí provem o EUCLIDES que se lê na lombada; encadernadas conjuntamente, estão:

1.º ¶ TEXTVS DE SPHAERA IOAN- / NIS DE SACROBOSCO: INTRODVCTORIA ADDITIONE / (quantũ neceſſarium eſt) commentarióqz, ad vtilitatem ſtudentiũ phi- / loſophiae Parifiensis Academiae illuſtratus. Cum cõpositione Annuli / aſtronomici Boneti Latenſis: Et Geometria Euclides Megarenſis. / PARISIIS / Vænit apud Simonem Colinæum. / 1527.

Tem o pertence ms. da *Liuraria de Sta Crus.*

2.º ¶ IN HOC LIBRO / continentur. / ¶ Introductorium aſtronomicum theo- / rias coporum (*sic*) cœleſtium duobus libris / complectẽs: adiecto commentario de- / claratum. / PARISIIS / Ex officina Henrici Stephani / 1517 /

Tem o pertence ms. *Da Liuraria do Mostro de S.ta Cruz de Coimbra.*

3.º *Avicena* já descrito.

Há nesta Biblioteca mais edições *preciosas* de Euclides: uma de Veneza, 1505, que pertenceu a S.ta Cruz; outra de Basileia, de 1537, também do Mosteiro; e outra de Antuerpia, 1645, que pertenceu ao colégio de S.ta Rita dos Agostinhos descalços (Grilos).

De Avicena, também alguns comentadores nela existem, mas dizem respeito apenas às suas obras de Medecina.

C

MISCELANEAS

Do avultado número de preciosidades que a protecção do *Acaso* tem conservado nesta Biblioteca, são inquestionavelmente das mais notáveis 2 vols. de miscelânea encadernados no século XVIII em inteira de carneira, e externamente designados por MISCELLAN. / tom. I. e MISCELL. / tom. II.; medem as capas 203 × 140^{mm}. Debalde se procura o respectivo registo ou vestígios de alguma catalogação, quer no catálogo ms. datado de 1860, quer no pouco que resta do trabalho do antigo Bibliotecário Dr. Hermano Ferreira de Carvalho, e que é, apenas, a etiqueta colada na lombada das obras por êle verbetadas, pois tudo o mais, arrumação e verbete, foi destruído, sendo já impossível, à data em que a Biblioteca nos foi confiada, conseguir saber-se, sem ser por acaso ou palpite, a colocação de qualquer obra nas prateleiras.

Como o trabalho dêste Bibliotecário foi orientado pelo catálogo ms. e nêle se não encontram descritos estes 2 volumes, inferimos que também os não tenha conhecido, pois os deixou sem etiqueta e não os adicionou aos restantes registados, como seria natural e necessário, uma vez que tomou por base o referido catálogo.

Não obstante, na 1.ª destas miscelâneas encontram-se nada menos do que *9 das obras pertencentes ao século XV aqui registadas*, e mais 2 do princípio do século seguinte: e na 2.ª, 11 opúsculos gregos, latinos, e hebraicos, dos princípios também do século XVI, e da mais emocionante raridade; a seguir enumeramos uns e outros pela ordem em que se encontram ordenadas:

VOLUME I

1 — Hieronymus (S). Obra descrita neste catálogo sob o numero 7.

2 — Lollius Idem, 9.

3 — Gaſpar (Fr.) Idem, 5.

4 — Cora Idem, 4.

5 — ¶ *Uenerabilis Bedae* / preſbyteri de temporibus ſiue de / sex ætatibus huius ſe- / culi Liber in- / cipit. / IEHAN PETIT / Venditur in vico diui Iacobi /

Sub Leone Argenteo. [Paris, 5 de Abril de 1507]. 30 fls. inum. ass. e^6.

6 — *Queſtiões morales* Magiſtri Pe- / tri *Tatereti in octo capita* diſtin- / cte et q̃ doctiſſime ab eodez diſpu- / tate atqz diſcuſſe nec ſegniter ad- / notate *Nouiter impreſſum Par- / rhiſius.*

℄ *Uenundantur parrhiſiis in re- / gione diui iacobi ſub pelicano an / te edem diui yuonis.*

[Paris, 1509] 45 fls. 2 inum. ass. h^4.

7 — Geraldinus — Obra descrita neste catálogo sob o numero 6.

8 — Justinianus — Idem, 8.

9 — Lucena — Idem, 10.

10 — Plinio — Idem, 11.

11 — Benedictus — Idem, 3.

VOLUME II

1 — ℄ SANCTI LAV / RENTII preſbiteri Nouarum, ſcri- / ptoris perantiqui, Homiliæ duæ. / Vna de Pœnitẽtia, altera de Elee- / moſyna, ad uitæ emendationem / pietatem'qz perq̃ utiles, typis / hactenus nuſq̃ excuſæ. / ℄ / ℄ Proſtant apud Michaelem Vaſcoſanum, / Via ad diuũ Iacobum, ſub Fontis interſignio.

[Paris, 1522]. 32 fls. inum. ass. h^4.

2 — DEMOSTHENIS ORATIO / *de in claſſes diſtributione.* / *Eiuſdem oratio de Claſsibus.* / *Eiuſdem oratio de Rhodiorium libertate.* / *Eiuſdem oratio de Megalopolitis.* / *Eiuſdem oratio de percuſsis cum Alexandro foederibus.* /

PARISIIS, *Excudebat Chriſtianus Wechelus, in / uico Iacobæo, ſub ſcuto / Baſileienſi.* 1532. (Graece).

48 pags. ass. f^4.

3 — **M. T.** Ciceronis oratio / PRO T. ANNIO MILONE, IL- / luſtrata ſcholiis per Bartholomæum Latomum, / & iam recens edita. / PARISIIS / Apud Fran. Gryphium. / 1535.
24 fls. ass. f⁴.

4 — LOUKIANOU. / SUMPOSION, E LAPHITAI. / PHILON. KAI LUKINOS. / PHILON. (Este encabeçamento diz respeito à fl. assin. Aii, pois o opúsculo tem falta da portada). 12 fls. inum. ass. C⁴. Louanij ex officina Rutgeri Reſcij, ac Ioannis / Sturmij, Quinto Calendas Iunias, / AN. M.D.XXX.
(Graece).

5 — HERMOGENIS / ARS RHETORICA ABSOLVTISSIMA. / PARISIIS / EXCUDEBAT CRISTIANVS / *Wechelus ſub ſcuto Baſileienſi in uico / Iacobæo anno* / 1530.
(Graece) 24 fls. inum. ass. F⁴.

6 — Libellus Rut / Libellus Lamentationum Hieremie / Libellus De Numeris / Hebraica omnia / Ex recognitione A. Iuſtiniani Epiſcopi / Nebienſis. / Caſtigauit Petrus de Soubzlefour Parrhiſieñ / Veneunt Parrhiſijs in via / Iacobea apud / Gourmontium (Pridie Nonas Iunij. M.D.XX). (Hebraice) 20 fls. inum. ass. f⁴.

7 — PLATONIS TIMAEVS, / *ſiue de natura dialogus.* / PARISIIS, / *Excudebat Chriſtianus Wechelus, ſub ſcu- / to Baſileienſi, in uico Iacobæo. Anno* / M.D.XXXII.
(Graece) 92 págs. ass. L⁶.

8 — ℂ DEMOSTHENIS ℂ / orationes Olynthiace. / LIBANII Argumenta in / eaſdem orationes. / EGIDIVS. GORMONTIVS / [Paris, 29 de Janeiro de 1528]. (Graece). 16 fls. inum. ass. D⁴.

9 — HAGGAEVS / Propheta. / Ex officina Franciſci Griph. Bra- / ban. è regione Collegii Lombar- / dorum.
s. l. n. d. 4 fls. inum. s. ass. (Hebraice).

10 — DE DIALECTIS / DIVERSIS DECLINA- / TIONVM GRAECANICARVM / *tam in uerbis quàm nominibus, ex Corintho. / Ioan. Grammatico, Plutarcho. Ioan. / Philopono at'q; alijs eiuſdem / claſsis. collectore Hadria- / no Amerotio, in gra- / tiam illorum qui / poetas græ- / cos intelli- / gere cu- / piunt. / Eme & fruere bonis auibus.* / PARISIIS EX OFFICINA GERAR- / *di Morrhij Campenſis, apud collegium Sorbonæ* / M.D.XXX. 2 pag. inum. — XII — 2 inum. ass. B⁴.

11 — IO. GENESII SEPVLVEDAE / Cordubenſis Artium & Theologiæ Magiſtri / Antapologia pro Alberto Pio Comite Car- / penſi in Eraſmum Roterodamum. / Pariſiis, in taberna libraria cui pro ſigno eſt / imago S. Georgii, uia ad Diuum Iacobum. / (Lutetiæ, apud Antonium Augerellum anno / M.D.XXXII.XI. Cal. Aprilis.) 96 pags. ass. m⁴.

No verso da última fl. dêste opúsculo inicia-se uma dissertação ms., do séc. XVI, em latim, de comentário à Sagrada Escritura, e prolonga-se por mais 44 pags. A seguir, mais 2 pags. mss. também em latim, doutra mão, encimadas pelo titulo:

«Questio theologica quã deffendit magiſter hieronim⁹ Salinas hiſpan /... [cortado pelo aparo da fl.] p̃or (?) Sarbonic⁹ i8 Septẽbris 1533 in actu Sarbonico».

Temos evitado até aqui, quanto possível, afastar-nos do principal objetivo desta publicação, e omitido, porisso mesmo, as muitas considerações que em comentário a estes opúsculos podiamos aduzir; seja-nos permitido, ainda assim, salientar a existência, no vol 2.º das miscelâneas, dum tratado de Luciano impresso em Lovaina pelo humanista *Rutgero Rescio*, um dos grandes vultos do Renascimento ocidental, e cujas edições constituem hoje espécies da mais alta raridade mundial.

De alguma forma o nome da cultura portuguesa da época ficou

associado a êste editor, sábio helenista, professor de filologia grega em Lovaina no Colégio das três línguas desde 1518, amigo de Erasmo e mestre de Clenardo que de Portugal com êle se correspondia; nesses tempos de dificultosa expansão gráfica, êle próprio tomou o componedor de tipógrafo e difundiu por êsse meio, num magnífico apostolado, avultado número de obras essenciais ao novo rumo dos conhecimentos humanos. O tratado de Luciano existente nesta colecção pertence já à segunda fase da vida tipográfica de Rutgero, em que êle, para melhor servir a causa a que inteiramente se devotara, se associou a Jean Sturm.

Também o nosso país participou da sua actividade de impressor; são principalmente conhecidos os opúsculos de Damião de Goes por êle estampados, mormente o de 1540 que veio caír no *Index* português — *Fides, religio, moresque Aethiopum...* — mas já em 1538 outra obra dum português e no *nosso idioma patrio* merecera sair-lhe dos prelos; Inocêncio poude ver um exemplar, único conhecido, mas suficiente para o descrever:

> *Liuro da origem dos Turcos he de seus Emperadores. Collegido por ho Padre frei Diogo de Castilho monge do Moesteiro Dalcobaça, 1538.*
> *Impresso em Louvem na Oficina de Mestre Rogero Rescio publico lector Grego anno de 1538 mez de Agosto.*

Como última nota, acentuaremos ainda que êste agrupamento de opúsculos, pertencentes, como fica dito, a S.ta Cruz de Coimbra, o mais forte centro de cultura humanística portuguesa, não é talvez indiferente para uma futura averiguação das origens próximas do nosso Humanismo, possivelmente mais flamengo do que italiano.

D

SENECA

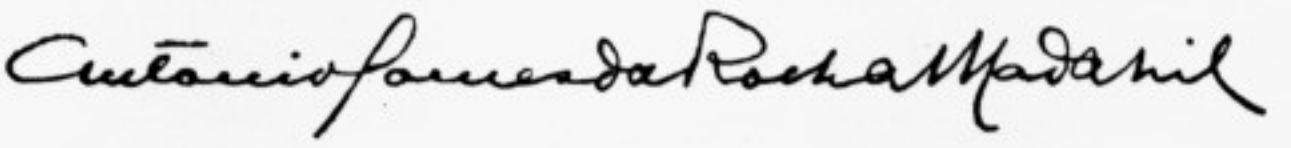
Dêste mesmo filósofo se encontra nesta Biblioteca a seguinte opulenta edição, com a portada e ante-rosto finamente gravados em chapa de metal:

L. ANNÆI / SENECÆ / PHILOSOPHI / OPERA / QVÆ EXSTANT

OMNIA: / A / IVSTO LIPSIO / EMENDATA ET SCHOLIIS ILLVSTRATA. /

Editio tertia atque *ab vltima* LIPSI *manu:* / *Aucta* LIBERTI FROMONDI *Scholijs ad Quæſtiones* / Naturales, *et Ludum de morte Claudij Cæſaris.* / ANTVERPIÆ / EX OFFICINA PLANTINIANA / BALTHASARIS MORETI / M.DC.XXXII. /

Cum Priuilegijs Cæſareo ed duorum Regum.



SUBSIDIOS PARA A HISTORIA DA MUSICA EM PORTUGAL

(Cont. do vol. 73.º, pag. 734)

Castilho (Gaspar)

Charamella

«Barão, Amyguo, ey por bem por fazer merce a Francisco de Castilho e Domymgos Martins, seu irmão, filhos de Gaspar de Castilho, meu charamela, que eles tenhã e ajã de mym em cada huũ ano, de janeiro que pasou deste ano presemte de quynhemtos cymquoemta e dous em diamte, outro tall vestido cada huũ como tem e ha o dito seu pay, pello que vos mamdo que lhe façaes asemtar as ditas vestiarias no liuro de mynha fazemda no titolo do tesoureiro e do dito janeiro em diamte em cada huũ ano despachar e pagar ao thesoureiro de mynha cassa como se pagua ao dito seu pay, e este me praz que valha como carta per mym asynada e pasada pella mynha chancelaria sem embargo da ordenaçã do segumdo liuro que o comtrairo despoem. Pero Cubas o fez em Lixboa a xxix dias de outubro de ĵb^{e}lij, e eu Aluaro Pirez o fiz scprever». (Torre do Tombo, *Chancellaria de D. João III*, liv. 56, fol. 188).

«Eu elRey faço saber a vos Joã Roiz de Palma, recebedor do hum por cemto e obras pias, e a quem ao diamte o dito cargo seruir, que avẽdo eu respeito aos seruiços de Gaspar de Castilho, ja falecido, que foi meu charamela, ey por bem e me praz fazer merce a Lucrecia Martinz, que foy sua molher de seis mill rs de temça cada ano em sua vida, pagos nas obras pias e por tanto vos mando que de vynte e hum dias de mayo deste ano presẽte de b^{e}lxiij em diamte em cada hum ano des e pages a dita Lucrecia Martins os ditos bĵ r^{s} aos quarteis do ano por inteiro por este so aluara gerall sem mais ser necesario outra prouysaõ mynha nem de minha fazenda, e per o trelado dela, que sera registado no liuro de vosa despesa pello esprivaõ de voso cargo e conhecimento

da dita Lucrecia Martins mando aos contadores que vos leuem cada ano em conta os ditos bĩ rs, que lhe asi pagardes, e este me praz que valha como carta feita em meu nome e per mym asynada e pasada por mynha chancelaria sem embargo da ordenação do segundo liuro titulo xx, que o contrario despoem, que diz que as cousas cujo efeyto ouuer de durar mais de hum ano pasem por carta e pasando por aluaras naõ valhaõ. Joaõ Aluarez a fez em Lixboa a xxix dias do mes de junho de jbclx e tres. E eu Aluaro Pirez o fiz espreuer». (Torre do Tombo, *Chancellaria de D. Sebastião e D. Henrique, Doações*, liv. 9, fol. 353 v.).

«Dom Joam &c A todollos corregedores, ouuidores, juizes, justiças, officiaes e pesoas de meus Reynos e senhorios, a que esta minha carta de perdaõ for mostrada e o conhecimento della com direito pertencer, saude, façouos saber que Ines escraua de Guaspar del Castilho, meu charamela, me emuiou dizer por sua pitiçaõ que ella amdaua amorada por se dizer que em hum dos dias do mes de setembro pasado fora vista em hũa Va (vinha) de hũu Aluoro Lopez na cidade dEuora com huua canastra furtando vuas (uvas) e por o dito Aluoro Lopez ver que ella sop.te asy amdaua amorada e que o dito seu senhor era pobre lhe perdoara, o que todo ver poderia per huũ pubriquo estromento de perdaõ que peramte mym apresemtar emviou, o qual parecia ser feito e asynado per Fernaõ dArquos ppco notairo em a dita minha cidade dEuora aos xxx dias do mes de março deste preséte anno de jbcRbij anos, em o quall se continha que o dito Aluoro Lopez perdoaua como lloguo de feito perdoou a dita Ines esprava do dito Guaspar del Castilho liuremente todo ho mal e danno e emmenda e corregimento que lhe ella pello dito caso em direito era obriguada, e a naõ queria demandar nem acusar, segundo que todo esto milhor e mais compridamente se continha em o dito estromento de perdaõ, pidindome que avemdo respeito a seu senhor ser huũ homem muito pobre e com muitos filhos e que ella sop.te lhes ajudaua a mamter com seu trabalho ouuese por bem lhe perdoar a cullpa que no dito caso lhe era posta liuremente, e antes de lhe eu sobre yso dar liuramento, mandey que decrarase quamto vallião as vuas que lhe furtara, a qual decrarou que poderiaõ valer cimquoemta rs pouquo mais ou menos, e eu vemdo ho que me ella sop.te asy dizer e pedir emuiou, visto huũ parece com huũ meu passe, e queremdolhe fazer graça e merce, tenho por bem e me apraaz, se asy he como a sup.te diz e hy mais naõ haa, e visto ho perdaõ da parte lhe perdoar a cullpa que tem no casso de que em sua petiçaõ faz menção e paguara quinhemtos rs pera a Piedade... Dada em Almeirym aos xxij dias do mes dabrill e

feita aos xxbiij dias do dito mes — elRey o mandou pellos doutores Xpuão Esteuez da Esparguosa, fidallgo de sua casa e Luis Eannes, ambos do seu comselho e seus desembarguadores do paço e petiçoẽs. Ruy Fernandez de Luna o fez de ȷ̃b^{e}Rbij annos. Antonio da Guama a fez espreuer». (Torre do Tombo, *Chancellaria de D. João III, Legitimações e Perdões*, liv. 11, fol. 36 v.).

Casti

Vide *Villa-Castim.*

Cerqueira (Custodio)

Estando vago o logar de organista do convento de S. Bento d'Aviz, o Prior Mór escolheu para o exercer a Custodio Cerqueira, que havia sido examinado pelos principaes organistas da côrte, que o julgaram apto. De gente obscura, filho de um sombreireiro, não podia ser admitido á ordem sem ser dispensado da falta de nobreza, o que lhe foi concedido em alvará de 20 de fevereiro de 1708. Este alvará, que se acha registado a folhas 320 v.º do Livro da Chancelaria da dita Ordem, fundamentou-se na seguinte Consulta da Mesa da Consciência e Ordens:

«Senhor — Fes petição a Vossa Magestade por este Tribunal da Mensa da Consciencia e Ordens Costodio Cerqueira, dizendo, que por estar vago o lugar de Organista no convento de São Bento de Avis, e nelle não hauer quem tanjesse o orgão, o Prior mor do dito convento, depois de preceder exame fizera elleição para o dito lugar no supplicante por se achar o mais capas tangedor para servir o chôro, e mandando se lhe tirar suas inquirições por hum freire conventual do mesmo convento sahirão aprovadas por toda a communidade, assim na limpesa do sangue como nos costumes, de que tudo podia informar o dito Prior Mor, e porque seo Pay vivera e usara pelo oficio de sombreireiro, e não podia tomar o habito sem que Vossa Magestade o dispençasse nesta machanica como dispoem as Diffenições da Ordem de Avis, visto não ter outro impedimento algum. Pedia a Vossa Magestade fosse servido de o dispensar na forma que costuma em semelhantes casos, por ser

hum mosso pobre e querer servir a Deos na dita Religião e a V. Magestade.

Tomouce informação pello Prior Mor do Convento de Avis, e na que deo refere que no mesmo Convento vagou o lugar de organista para cujo provimento aceitara o supplicante Costodio Cerqueira, que fora examinado e approvado pelos melhores mestres da Corte, e por o acharem perito na arte de organista lhe mandara tirar as inquirições que sendo propostas em capitolo, forão acceitas por toda a communidade, uniformando-se todos os votos para a acceitação do supplicante, suposta a sua boa capacidade, limpesa de sangue e ser pobre, e lhe parecia a elle Prior mor por todas as razões digno de que V. Magestade o dispençasse na mechanica que alegava.

O que visto, Pareceo a Mensa que Vossa Magestade deve ser servido conceder ao supplicante Costodio Cerqueira a dispensação que pede visto ser bom organista e necessitar o Convento de Avis de quem occupe este lugar e Vossa Magestade haver concedido esta mesma merce a muitos sujeitos de semelhantes partes. Lisboa 4 de Fevereiro de 1706 — *Dom Francisco de Sousa — João da Mesquita e Matos — D. Fernando de Faro — Antonio de Freitas Soares — Domingos de Sousa — Santiago Ferras — Dom Francisco de Sousa.*

Como parece. Lisboa 11 de Fevereiro de 709 — *Uma rubrica».*

(*Mesa da Consciencia e Ordens,* liv. 103).

CESAR (MANUEL ANTONIO)

Manuel Antonio Cesar era mestre de solfa na Villa de Estremoz; estava auctorisado pelo prior-mor da Ordem militar de S. Bento d'Aviz, e pelo cabido d'Evora a ser elle o unico que pudesse levantar compasso nas igrejas da dita ordem que existissem no termo d'aquella villa. D. João V lhe confirmou esta regalia em provisão de 27 de agosto de 1727, que é do teor seguinte:

«Dom João etc. etc. como Gouernador etc. faço saber aos que esta minha prouisão uirem que tendo respeito ao que por sua petição me representou Manuel Antonio Cesar, mestre de solfa na villa de Estremoz, de que o Rev. prior mor do Convento e Ordem de Avis e o Rev. Cabido de Euora lhe concederão licença para que ninguem levantasse compasso nas Igrejas da Ordem que se achão no termo da dita villa

d'Estremoz senão o supp.e pedindo me lhe fizesse merce confirmarlhe as ditas licenças; O que uisto e reposta do Procurador geral das ordens a quem se deu uista: Hey por bem e me praz confirmar as ditas licenças para que só o supp.e possa levantar compasso nas igrejas da Ordem de Auiz que estão no termo de Estremoz. Pello que mando, a quem o conhecimento desta pertencer a cumprão muito inteiramente. Antonio de Oliveira a fez em Lisboa aos vinte e sete de Agosto de 1727». (Torre do Tombo, *Chancellaria da Ordem de Aviz*, liv. 27, fol. 312 v.).

CESPEDES (PERO DE)

Era charamella de D. Sebastião, que, em atenção a seus serviços, deu a seu sogro, Domingos Figueira, o cargo de *corrector dos escravos ladinos e buçaes da côrte*, que vagara por fallecimento de Martim Domenico, talvez o charamella, de quem se tracta no logar competente. (Carta de 10 de julho de 1576).

Pero de Cespedes acompanhou D. Sebastião na segunda jornada d'Africa, ficando morto na batalha de Alcacerquibir. Teve, porem, mais companheiros no infortunio. Dos charamellas que seguiram D. Sebastião e que soffreram a mesma sorte alcancei noticia dos seguintes:

Luiz *Jaques de Lacerna*,
Pedro *Moniz*,
Fernão da *Paz*,
André *Ximenes*,
Simão *Ximenes*.

Á viuva de Pero de Cespedes, Maria Figueira, concederam os governadores do reino, em alvará de 28 de janeiro de 1580, oito mil reis de tença dos 40 mil de ordenado que recebia seu marido.

«Dom Sebastião &c faço saber aos que esta minha carta virem que avemdo respeito ao seruiço que me tem feito Pero de Cespedes, meu charamela, e vista a informação que se ouue de Domingos Figueira, seu sogro, e confiando eu do dito Domingos Figueira, que no officio de cor-

retor dos escrauos ladinos e buçais de minha corte seruira bem e fielmente, ey por bem e me praz de lhe fazer merce do dito officio asi e da maneira que o elle deue ser e como o foi Martym Domenico per quem o dito officio vagou e o saõ os outros corretores da corte... Jº da Costa o fez em Lixboa a x de julho anno do nacimento de noso Senhor Jhũ Xp̃o de jbᶜlxxbj. Jorge da Costa a fez escreuer». (Torre do Tombo, *Chancellaria de D. Sebastião e D. Henrique, Doações*, liv. 40, fol. 66 v.).

«Eu elRey faço saber aos que este meu aluara virem que avendo respeito ao seruiço de Pero de Sespedes, que foy charamella do sõr Rey meu sobrinho que Deus tem e a hir com ho dito sõr a Africa e a morrer na batalha, ey por bem de fazer merce a Maria Figeira sua molher de oyto mil rˢ de tença em cada hum anno em dias de sua vida nas obras pias, e avendo tambem respeito a ella fiquar pobre e a vagarem pello dito seu marido corẽta mil rˢ, que tinha de seus ordenados, os quaes oyto mil rˢ começara a vencer de dezaseis do mes de setẽbro do anno passado de bᶜlxxix em diãte, em que lhe foi esta merce feita, e por tanto mando ao recebedor das obras pias, que hora he e ao diãte for, que dos ditos xbj dias de setẽbro em diãte em cada hum anno dee e pague a dita Maria Figeira os ditos biij mil r.ˢ aos quartos do anno per este aluara somente e pello trellado delle, que sera registado no liuro de sua despesa, pelo esprivam de seu carguo e conhecimento da dita Maria Figeira mãdo aos contadores que lhos leuem em conta e este ey per bem que valha e tenha força e vigor como se fose carta &c. In.º Aluarez o fez em Almeirim a xxbiij de janeiro de j̃bᶜlxxx. E por quanto este aluara senaõ asinou por elRey que esta na gloria per o nosso Senhor leuar pera sy, vay asinado pellos gouernadores e defensores destes Reynos e Senhorios. Ioaõ de Castilho o fez escreuer». (Torre do Tombo, *Chancellaria de D. Sebastião e D. Henrique, Doações*, liv. 46, fol. 158).

CESPEDES TAMBORINO (PERO DE)

Charamella de D. João III, que a 15 de junho de 1533 lhe mandou dar a tença de oito mil reis para sua vestiaria. Era sobrinho de Francisco de Paz, outrosi charamella.

Na chancellaria de D. João III encontrei registada uma carta confirmando a renuncia de 20 mil reaes, que mestre Pedro Tamborino tinha feito em sua nora Leonor d'Es-

pindola, casada com Manuel Ferreira, que ensinava a dançar as damas do paço. O instrumento de renunciação, foi feito a 2 de outubro de 1551, na cidade de Touro, onde então se achava Pedro Tamborino. A carta de confirmação é de 8 de abril de 1552.

«Baraõ amiguo, ey por bem per fazer merce a Pº de Cespedes Tamborino, sobrinho de Francisco de Paz, meu charamella, que elle tenha e aja em cada hum ano de minha fazenda oyto mill rs pera huũ vestido, de janeyro que pasou deste ano presente de bcliij em diamte, asy como tem e ha o dito Francisco de Paaz... Pº Cubas o fez em Lixboa a sete dias de junho de jbcliij». (Torre do Tombo, *Chancellaria de D. João III, Doações*, liv. 68, fol. 257 v.).

Vide nos mestres de dança *Manuel Ferreira,* filho de mestre Pedro Tamborino.

«Dom Jº &c faço saber a quantos esta minha carta virem que eu ouue por bem per huũ meu alluara feyto a xiiij de julho do ano pasado de bclj de dar licença a mestre Pº Tamborino pera que podese renũciar em Lianor dEspimdola, sua nora, molher de Mel Ferreira, seu filho, que emsyna a damçar as damas da Rainha, minha sobre todas muito amada e prezada molher, coremta mill rs que de mim tinha cada ano, pagos no meu thesoureiro moor, pera os aver em sua vyda, per vertude do qual alluara o dito mestre Pº renũciou os ditos xx rs na dita Lianor dEspimdola, como se vyo per hum pubrico estormento de renũciação que parecia ser feyto aos dous dias do mes doutubro do dito ano pasado de jbclj com testemunhas nelle nomeadas e asynado per xpouã Casado spriuam pubrico do numero da cidade de Touro do Reyno de Castella, homde se o dito mestre Pº ao tall tempo achou, e era outro sy asynado per Gaspar de Peiues, estribeiro mor da princesa dona Joana, minha filha, Pedimdome a dita Leanor dEspimdolla que lhe mãdase pasar carta em forma dos ditos xx rs em cada huũ ano. E visto seu requerimento e o dito alluara, e por lhe fazer merce, ey por bem e me praz que ella tenha e aja do primeiro dia de janeiro que pasou deste ano presemte de bclij em diamte os ditos xx rs em sua vyda... Beltesar da Costa a fez em Lixboa aos biij dias do mes dabrill ano do nacimento de noso Senhor Ihũ Xp̃o de j̃bclij. E no registo da prouisaõ do dito mestre Pedro se pos verba que não hadaver pagamento dos ditos xx rs do dito

janeiro em diamte por asy os trespasar na dita Lianor dEspimdolla, sua nora. Ruy de Figueiredo a sobscrepvy». (Torre do Tombo, *Chancellaria de D. João III, Doações*, liv. 68, fol. 156 v.).

Vide nos charamellas *Pedro de Cespedes Tamborino.*

(Continúa).

Sousa Viterbo

A OBRA DE GUERRA JUNQUEIRO

(Cont. do n.º 2, pág. 274)

II

ARTE

CAPÍTULO IV

Os temas

Sumário. — Sempre o cautério. — Artistas de buril e artistas de concepção. Um exemplo de Antero. — Os temas de Junqueiro. — Trilogia incompleta e . . superabundante. — Remédio caseiro para uma «dualidade eterna». — «Concepções belas e grandiosas». — Biografia e psicologia.

Para um escritor deliberadamente construtivo, inimigo do romantismo, não por inferioridade estética, mas pelo perigo de acção dissolvente; adversário da libertinagem literária, ainda quando bem vestida, de que dá como exemplo Musset; para um escritor que exige honestidade — embora mal compreendida — na obra de arte, e pretende reagir pela doutrina e pela acção contra o que julga pernicioso em tal sentido; para um poeta capaz de chamar bom crítico ao burguês, ainda quando ignorante, que se ponha de guarda à moralidade dos livros entrados em sua casa; que distingue, a propósito de uma obra sua, a moralidade de forma, considerando-a inútil — (e autorizando-se por isso a todo desmando de linguagem e atitude) — da moralidade de essência, considerando-a indispensável, distinção à sombra da qual

pretende fazer passar por candidíssima *A Morte de D. João;* para tal escritor que, além de isto, ainda pretende interpretar a natureza pela sciência, o tema de suas obras adquire de facto, — pois o preocupa sempre, — e de direito — pois a tal respeito expõe doutrina, importância capital. Êle o sente, êle o declara, insistente, em a «Nota» de *A Morte...*, «Prefácio» de *A Velhice...* e «Nota» de *Os Simples.* Não esqueçamos que a si mesmo aplica o simile do cautério, hoje caído em trivialidade insípida; desculpa-se de ser «brutal» com o facto de também o ser «o ferro em brasa em cima de uma chaga». [Na cirurgia, como na terapêutica — mais dois «raios luminosos» — o poeta mantinha sua típica feição: o furibundo].

Estamos pois em presença de um autor que:

1.º Prega em arte o cautério da poesia, para curar maleitas morais da sociedade;

2.º Pensa que os assuntos modernos são superiores aos antigos, porque a natureza, interpretada pela sciência, é muito mais bela;

3.º Pensa que a justiça deve dominar a literatura, como tôdas as artes; e em conseqüência, chega a perscrever:

4.º Que a arte não pode cantar o amor livre, pois a lei manda casar as gentes; nem o despotismo, porque o século XIX proclamou a liberdade; nem o sentimentalismo, porque não é scientifico.

Conhecido o prospecto, era lícito esperar alguma coisa dos temas de Junqueiro, tanto mais quanto, além de proclamar o seu ponto de vista genérico, o poeta desenvolve com pormenor e certa freqüência os seus temas, prometendo execução para breve, promessa geralmente não cumprida.

Não é que seja fundamental o «assunto», no sentido bem trivial que a esta palavra deu Junqueiro — como vimos — ao

expor a sua peregrina concepção estética. Circunscrevendo êste problema apenas à poesia, pode haver (e há em Portugal bons exemplos) poetas cujos assuntos pareceriam fracos, sem que tal facto os impeça de produzir magníficos poemas. O cinzelador maravilhoso que foi Gauthier, *magicien ès lettres françaises*, é exemplo nítido. Campoamor, tão diferente de êste, porque é subtil, conceituoso e gèneralizante, como êle próprio nota, ao passo que Th. Gauthier é requintado, fúlguro, plástico, faz o mesmo em algumas *Doloras,* em os *Pequenos poemas*. Eugénio de Castro, que entre nós é objecto de admiração generalizada por se terem difundido algumas obras suas, que não podem comparar-se com as verdadeiramente belas, faz o mesmo, inúmeras vezes; pode citar-se como exemplo típico um pequeno poema da *Sylva,* que tem por tema o conto da «Filha do rei a guardar patos». E quantas pequenas composições encantadoras podem ir buscar-se aos *Reisebilder* ou ao *Intermezzo* de Heine!

Considerando a palavra «artista» em sentido restrito, onde entretanto cabem maravilhas, o tema, isto é, o ponto de partida, é «quási» indiferente, bastando que se preste à modelação artística. Demais, essa modelação, em maior ou menor grau, pode encontrar-se idêntica na apresentação de um tema simples como na arquitectura e desenvolvimento de um tema complexo. O *Hamlet* ou o *Rei Lear* de Shakespeare não são o Hamlet ou o Rei Lear das respectivas lendas, pobríssimas, se as compararmos com as duas tragédias. Contando-se a lenda, não se conta o drama, porque precisamente a arte consistiu em uma reconcepção da lenda e sua realização; elementos que abstractamente separamos, e que em realidade estão fundidos e são inseparáveis.

Não significa isto de forma alguma a nulidade da grande concepção, visto como — pois é uma questão de grau — ela só verdadeiramente caracteriza o alto poder criador a que chamamos «génio». Em tal caso, o artista é suficientemente

grande para que o requinte de ideias acessórias, a beleza parcelar do pormenor, elementos da beleza formal, pareçam apagados no conjunto de uma formidável unidade, onde só por análise vamos encontrá-los.

Sem essa beleza parcelar integrada no todo a obra seria menos perfeita, mas é grande demais para caracterizar-se por ela. Pouco se atende, por exemplo, à técnica superiormente delicada com que Antero executou o «Entre Sombras», com o segundo verso de cada quarteto inalteràvelmente soluçado como um dobre, e que é sempre o desenho impressionante de um estado de alma, objectivado em pintura da païsagem, fazendo por admirável inversão aparecer uma intensa projecção psíquica como simples receptividade sensorial. A precisão de êste pormenor, no ritmo de aparecimento, na gradação intensífica, na beleza do verso, mostram o poder do artista. O sentimento expresso adquire uma audaciosa naturalidade; mas todo o esfôrço do artista parece ali secundário, pela assombrosa beleza integral da obra, em que figura, como elemento acessível à análise — é certo — porém só acessível à primeira vista a um senso crítico muito desenvolvido (1). Também, a não ser no exame intencional, se o ouvinte não fôr técnico, só por sucessivas surpresas se descobrem em uma sonata de Beethoven as gradações subtilíssimas, maravilhas de técnica de composição, que formam a poderosa e riquíssima unidade da obra. Com Beethoven o caso é tanto mais flagrante, quanto, como se sabe hoje, as próprias frases simples, temáticas, eram no seu espírito objecto de funda e longa elaboração, sendo que a primeira forma, a espontânea, quási sempre era inferior, comparada com a definitiva; Beethoven não era do tipo da genialidade

---

(1) É pena que as rimas do penúltimo quarteto, pela repetição do som fundamental — *sonolento — imenso — denso — pensamento* — quebrem neste ponto a linha admirável do poema, quanto à musicalidade.

semi-consciente. Nos dramas de Ibsen ou de Shakespeare, é possível achar muitos passos que em obras de menor fôlego sobressaïriam como coisa notável. É que nos verdadeiramente grandes a fôrça de conceber e executar deixa na sombra a maravilha do buril, quer êle se exercite com paciência tenaz, quer execute febrilmente com rapidez de milagre.

Encerrado êste resumo explicativo, examinemos os temas de Junqueiro.

1.º *A Morte de D. João.*

Segundo a nota ao volume, o D. João seria a primeira parte de uma trilogia que passo a resumir, utilizando os dizeres do poeta:

a) Esmagar o verme. Negar o mal. Azorragar Judas.

Esta alínea forma já uma dilogia, porque Junqueiro tem dois vermes, dois males, dois Judas e quere matá-los *(moralmente, já se vê)* em separado. O primeiro verme é D. João, que simboliza para Junqueiro tôda a pouca-vergonha dos costumes; o segundo é Jehovah, símbolo de tôda a pouca-vergonha dos dogmas. Entre outros exemplos de psitacismo confrangedor, diz que Jehovah «anda nos espíritos: é o dogma; anda na natureza: é o milagre; anda nos códigos: é o privilégio» (1).

O poeta, que desdobra a negação em duas poucas-vergonhas gémeas, separando os respectivos agentes simbólicos

---

(1) Mais um dos muitos exemplos do psitacismo tonitroante de Junqueiro. — O milagre *anda na natureza*. Afinal o poeta crê ou não crê no milagre? O privilégio anda nos códigos?! E diz isto a mesma pessoa que exige da poesia a justiça e a liberdade, «proclamada pelo século XIX»! Qual é o «privilégio» que anda nos códigos? A dificuldade de analisar Junqueiro, poeta ou pensador, é sempre a mesma: a abundância, a prodigalidade do desconexo. Junqueiro não erra: palavreia, porque a maior parte das vezes não chega a errar sequer.

(a quem trata porém como se falasse de sínteses do real) põe de parte o privilégio que parece não dar ensejo a cantos; trata apenas de sovar o dogma na segunda parte, de onde sai *A Velhice do Padre Eterno*. Mas, largo em promessas, vem ao segundo elemento:

b) Fazer a apoteose de Cristo; cantar a estrêla; «afirmar» o bem.

Não é de grande clareza que um autor, depois de afirmar a existência no Universo de uma *dualidade eterna*, queira dar-lhe remédio afirmando o bem e negando o mal (que se lucra em negar a realidade?) e se disponha a matar os símbolos de essa dualidade e ao mesmo tempo (na página seguinte!) declare que o homem será *feliz e bom* quando a liberdade e a fé, sentimento e razão, sciência e consciência (Junqueiro supõe relação idêntica nos três grupos de elementos!) se *identificarem* numa harmonia completa. Terá cessado, ao que parece, a dualidade... eterna.

Para aqui tem o poeta dois símbolos também: Cristo e Prometeu, a que chama figuras sublimes. Não sei se julga Cristo mítico, se Prometeu histórico. A estes parece que deveria fundi-los, de contrário formaria a obra uma tetralogia. A terceira parte porém não chegou a fazer-se. Foi pena, tanto mais quanto o poeta nos dissera na *Velhice* com encantadora ingenuïdade: «Resta-me agora desagrilhoar Prometeu».

Como já vimos para a figura de êste, a de Cristo é igualmente vista sob reduzidas proporções. Suponho que, ainda para quem não aceite a divindade de Cristo, o decôro intelectual impede, já pela tradição, já pela doutrina, já pela criação subseqüente, que se trate a figura de Cristo como precursora do petroleirismo revoltado e berrador. E é para aí que o poeta sempre deslisa de facto, embora de êle faça o símbolo da fé.

Não pára aqui. A *Velhice* é ainda para o autor um como

«hors-d'œuvre», estrambótico (e bem estrambótico!) intermédio, porque a verdadeira, a autêntica segunda parte da trilogia deveria chamar-se «A Morte do Padre Eterno» (ridículo título!) e a *Nota* da *Velhice* dá êsse poema como quási concluído ao tempo da publicação de esta!

Qual a concepção «bela e grandiosa» da *Morte de D. João?*

Entregá-lo «como qualquer vàdio, à polícia correccional» e matá lo de fome chamando-lhe malandro [malandro, é admirável!] porque êle não trabalha e não tem por isso direito à vida. Não satisfeito, protesta contra a forma épica de matar o D. João (1), alegando que êsse ponto de vista é «contrário» ao seu. Contrário? Ficamos sem saber o que o poeta entende por contrário, palavra aliás de significado simples.

Tal é a «bela e grandiosa» concepção de êste poema.

2.º Aparece a *Velhice*. Ficamos à espera da segunda parte da trilogia. Não só falha o plano, como vimos, mas surge-nos uma série de descomposturas, de sujidades, de graçolas, totalmente impróprias de quem tenha imputação literária. Bem sei. Há o Prefácio. Lá iremos.

Qual o tema da *Velhice?* Qual a concepção? Nenhuma. Farraparia da mais suja, da mais rasteira, metrificada. O autor veio mais tarde a repudiá-la. Sátira boçal e ignara, com raras páginas de metrificação denunciadora da grande facilidade retórica de elocução desequilibrada, qualidade — considerada em si mesma — óptima para um escritor, mas insuficiente para superiorizá-lo, pela possível coexistência com deploráveis caracteres.

Junqueiro, que até no pormenor se desequilibra muita vez, como mostrarei, e que não era de meias medidas, atirando constantemente ao leitor com o infinito, declarara

---

(1) «Para um malandro é *épico de mais*». (*Morte*..., pág. 322). Preciosa, esta noção quantitativa da epopeia, proporcionada à dúbia moralidade da figura!

(*Morte,* pág. 319) que reduzir a arte à política, reduzi-la ao amor, reduzi-la à natureza era «amputar o infinito». Passe em claro a expressão, de extrema impropriedade e assentemos em que o poeta só a quere scientifica, para poder ser universal. Deixemos de lado ainda que a natureza, objecto de contemplação, e o amor são mais universais que a sciência, porque pareceria que argumentávamos contra uma teoria que não tem sentido; concorde-se em que «amputar o infinito», na linguagem extravagante e hiperbólica do poeta, significa fazer uma péssima obra de arte, ou melhor, fazer uma obra sem arte alguma. Ora se a *Pátria* e o *Finis Patriae* não são a «redução da arte à política», e à pior política, à combatividade foliculária, prenhe de insultos e de calúnia, ignoro o que sejam. Perante a doutrina estética do autor, que são aquelas obras? Têm uma concepção grandiosa? Um carácter scientífico? Um cunho universal? No uivo lúgubre do *Finis*... em que pode notar-se o que já ficou dito sôbre a metrificação de Junqueiro, afigura-se-me haver não uma visão alucinatória mas uma consciente insinceridade, porque nenhuma obra de Junqueiro, assim como nenhum pormenor da sua vida, justifica a possibilidade de tal carácter da sua visão. A *Pátria,* como concepção, não passa de uma revista de ano, com o desfile de uma galaria de figuras que vêm dar o seu recado, e um *compère* doido, que ora acusa uma dinastia, ora se confessa pecador quási irresgatável pela grandeza de seus crimes. Demais, a sátira pessoal, agressiva, nunca em espíritos de tão sólida positividade como o de Junqueiro pode dar o grandioso. Para isso é necessária a veemência louca, sincera, de Gomes Leal (1). Ao poema (se poema pode chamar-se-lhe) não só falha a concepção grandiosa, mas até

---

(1) Na obra desnorteantemente desegual de êste poeta encontram-se, afogadas em obras com muitas páginas abomináveis, maravilhas dignas de um alto poeta.

qualquer scena empolgante. É o que sucede em tôda a obra do poeta.

3.º Há ainda os *Simples*.

Presa da mesma ingrata mania, Junqueiro começa logo por anunciar, «com intervalo de meses», dois volumes de líricas inéditas: — *Flores de Ideal,* (que não apareceram e certamente eram apenas, ao tempo, livro em projecto, já titulado) e *Infinito* (Livro de Orações) ao plano do qual devemos ligar as *Orações* (à Luz e ao Pão) publicadas... com intervalo de alguns anos. Talvez para não «amputar o infinito», maldade que, pelo visto, ia de encontro aos seus princípios, cortou as *Flores do Ideal,* nome que, como muitas outras particularidades da obra, é melífluamente romântico e lembra por intuito e forma as *Flores de alma* do ministro de estado autor do *D. Jaime*. E lá ficou a nova trilogia — a lírica — só com dois membros. Era o fadário das trilogias amputadas.

Fiel de esta vez à sua descoberta de que «tôda a medalha tem duas faces» (*Morte...*, pàg. 320) Junqueiro pretende (1):

— Que os *Simples* sejam o comentário da *Velhice,* o seu reverso;

— Que sejam uma auto-biografia psicológica e não uma série de quadros; e quem assim não julgar «não o soube ler».

Ora eu não soube e não sei ainda ler *Os Simples,* porque não consigo ver nêles senão uma série de quadros campestres, a-pesar-de o autor afirmar que encarnou em tôdas as

---

(1) Quando enuncia uma idea vulgar, Junqueiro repete-a como se fôsse transcendente e inédita e êle não quisesse deixá-la perder. Isto mesmo, como veremos, sucede freqüentemente nos versos e é de mau gôsto acentuado. Aqui, a frase em prosa é: «tôda a questão tem dois lados, [inexacto] tôda a medalha tem duas faces».

figuras e até... nas labaredas do castanheiro(¹). É a isto que êle chama *autobiografia psicológica:* àquela metempsícose de imaginação, que é tão autobiográfica e tão psicológica como qualquer esfôrço de realização artística. Como o poeta quis *mentalmente viver* a vida rústica de certas figuras havemos não só de creditar-lhe o rigor objectivo, mas aceitar-lhe o subseqüente devaneio como... autobiografia!

A verdade é que a despeito de ter pôsto no comêço e no fim um peregrino, respectivamente esperançado, na abalada, e vencido, na tornada, *Os Simples* são uma colecção de líricas. Nada mais. E no comêço da *Nota,* logo esquecida no meio, segundo o costume, o autor lá deixou a declaração expressa, apresentando-o como um dos três volumezinhos que haviam de encerrar as suas líricas inéditas.

4.º *Musa em férias, Poesias dispersas..* , versos. Onde os temas? os planos? as concepções belas e grandiosas? as trilogias?

5.º Os *livros de orações,* vago panteísmo de vaga trivialidade, não constituem uma obra de tema ou plano especial, nem sequer revelam um grande pensamento director. O poeta podia ficar a rezar tôda a vida ao que lhe aprouvesse. A atitude de prece nada tem invulgar ou genial e o panteísmo também não é prova de grande energia criadora em quem se lhe aferra. Fazer livros de orações é ideia trivialíssima. E à falta de ideias acessórias, em que Junqueiro era de singular debilidade, restava a oratória puro verbal, que é, dentro do seu carácter oco e retórico, o único recurso notável do poeta.

(¹) A composição chama-se *In pulvis* (!). O «raio luminoso» da linguística cincou aqui mais uma vez, e com certa gravidade.

CAPÍTULO V

A construção

Sumário. — O D. João de Junqueiro e o D. João lendário. — Que é uma figura simbólica e onde vai entroncar a do poeta. — Transmissão de uma guitarra. — Escada de Jacob ao invés: do idealismo à perversão. — Responsabilidade dupla de D. João. — Pobreza de «humanidade» no poema — Mutação à vista. — Superabundância de lupanar. — Nulidade da obra restante no ponto de vista da construção (1).

Embora para Junqueiro, como vimos, seja secundário que alguém execute as obras, averiguado que as «concepções belas e grandiosas» não eram uma nem outra coisa, vejamos como êle as realizou artìsticamente.

Voltemos à *Morte de D. João,* a tal primeira parte da trilogia.

O D. João junqueiriano não é o da lenda; é outro, pessoal. É um pobre diabo, poeta lírico, filho de uma meretriz, abandonado na soleira de uma porta, e que depois de uma infância torturada, vai dar com os ideais no *boudoir* de Impéria, figura também junqueiriana e por isso desconexa, torpemente singular, cheia de jóias, mergulhada em luxo, resplandecente de brilhantes e simultâneamente caída em suja crápula, em bacanais torpes de taberna, rodeada de bêbedos e

---

(1) Êste livro estava escrito na quási totalidade [só os dois últimos capítulos apenas sumariados] quando por um amigo comum, sabedor da existência de êste meu, tive conhecimento da publicação dos *Ensaios,* T. I, de António Sérgio, a quem eu nessa altura ainda não conhecia. Nesse livro, Sérgio coloca-se expressamente no ponto de vista etico-social para julgar a obra de Junqueiro, obra de cujo valor literário se ocupa entretanto com penetrante visão. Isso me obrigou a cortar de êste capítulo V algumas coisas que seriam repetição do que vem nos *Ensaios* e que eu subscreveria sem restrições.

bêbedas que falam como arrieiros. As heroínas de tais festas apresentam-se com trajes

> Desfeitos e tingidos
> pela segunda vez,

usam joias de *plaqué,* diamantes falsos (em outros passos do poema são verdadeiros) (1), algumas *cheiram muito a alho* (!) e a própria Impéria, tràgicamente misteriosa, a quem os criados tratavam por «condessa», nessas ceias onde se acotovelam fardas, grã-cruzes, e burgueses moldados pelo merceeiro de há cinqüenta anos, come «bifes ensangüentados», declarando que costuma calçar luvas de seis tostões. Um requinte de gastronomia e de elegância espiritual na conversação.

O D. João porém é o que mais importa. Quando Junqueiro diz que muitos outros poetas cantaram D. João, esquece (é seu defeito constante, o do esquecimento) que o seu D. João não é o de êles, porque não é o da lenda. Aqui não se trata da reinterpretação de uma figura lendária; essa

---

(1) Pág. 146.

> Reluzem joias de milhões de francos
> Em corpos triviais do mesmo preço.

Pág. 148.

> E nos peitos suados, gordurosos (!!!)
> Como grandes escarros luminosos
> Ardem os diamantes.

Pág. 232.

> E sabiam contar coisas libidinosas
> Com frases de soldado e um ar de arquiduquezas

Pág. 233.

> ... nas pedras preciosas
> Ordinários cristais com venenosos brilhos...

Para notar que nesta última página se diz sentir-se ali «a asa flamejante dos vícios delicados», o que tira a possibilidade de tratar-se de uma fase de decadência, hipótese aliás incompatível com o contexto, principalmente com o monólogo de Impéria. (Pág. 234 a 237).

pode ser a origem de obras geniais. Shakespeare e Goethe são exemplo flagrante. Trata-se apenas de uma figura mísera, a que Junqueiro chama D. João, como poderia ter chamado D. Tancredo. O traço de união consiste apenas em serem ambos conquistadores e em ter o segundo, filho espiritual de Junqueiro, achado a guitarra do outro!

Ora uma figura simbólica — certamente não o ignorava o poeta — é ou uma figura cuja realidade transcende pela complexidade e profundeza a vida individual — exemplo: Fausto ou Hamlet — ou uma figura cuja realidade pode considerar-se um *substractum* dos que pertencem à mesma categoria, sendo êsse *substractum* pôsto em relêvo máximo no desenrolar da personalidade perante a vida; neste caso a figura não tem transcendência alguma. Exemplo: Tartufo ou Harpagão.

O D. João junqueiriano não é evidentemente da primeira, mas dificilmente enquadra na segunda categoria, onde não abundam os poetas líricos de tal condição e muito menos para exemplificar a série extravagante (como quási tôdas as séries pelo autor estabelecidas) de personagens em que encarna o D. João, e vêm referidas no *Prefácio* da obra. A-pesar-de isso apresenta-o como símbolo e só pode fazê-lo no segundo sentido. Pois é essa mesma figura, simbólica por generalização de um carácter dominante, expressão sintética de vícios espalhados na sociedade, com todo o aspecto exterior da personalidade tangível, comum, sem lhe faltar sequer a biografia explicativa, que sùbitamente conta como facto real ter achado a guitarra do D. João lendário! É como se em um drama moderno, um personagem principal, ao entrar em uma sala preocupado, contasse com a maior naturalidade, sem ironia, como facto real, que acabava de encontrar-se no jardim com o fantasma de Banquo.

E a fôrça construtiva não pára aqui.

Anuncia o poeta que tirou a D. João «todos os encantos

poéticos»... entregando-o à polícia correccional. Não entregou nada, não tira coisa alguma. Fêz um D. João para seu uso, como veio depois a fazer com a metafísica e uma síntese à sua maneira, como com a vida da natureza. E como coisa que se entende claramente, sem dificuldade, acrescenta:

«Fi-lo partir do idealismo, do sentimentalismo, para o conduzir à dúvida, ao tédio, à indiferença, ao *espírito,* ao deboche, à falta de carácter».

Aqui está uma escala naturalíssima para Junqueiro: começar no idealismo e acabar na falta de carácter. Querem-no mais simples?

Poderá dizer-se que é um caminho *possível* e que o poeta o escolheu; mas não é tal. Pode haver quem seja aos vinte anos idealista (no sentido que Junqueiro ali deu à palavra e não é o mais próprio) e aos quarenta cínico. O que não há neste caso é uma transição *necessária*, nem sequer uma transição de lógica dependência. Se um romancista fizesse viajar um personagem, e para explicá-lo dissesse em prefácio: «Fi-lo partir de Vila Franca de Xira para o levar à Pérsia, à China, à Polinésia», todos ririam da frase. Pois lògicamente é idêntica a frase de Junqueiro quanto ao trilho espiritual do seu herói. Junqueiro pretendia neste passo afirmar a influência deletéria de certa literatura romântica. Admitamos isso, que deveria ser longamente discutido para chegar a mais precisa conclusão. Contrapor aquele pseudo-realismo tonitroante e vácuo ao que chama erradamente idealismo nem melhorou a arte nem purificou a tendência. O êrro do nosso romantismo decadente — e foi-o a poucos passos do início — nem era o amoralismo nem a perversão, que o romantismo não inventou, embora os utilizasse a seu modo, como tôdas as correntes fazem; o êrro grave era, acima de tudo, estético; era o amaneirado, o pelintra, o lacrimejante, a fatalidade chocha, era, em suma, êsse felatorismo psicológico de que se fazia a morbidez literária e intelectual. E a isso não se

dava remédio com retumbâncias ôcas em que soavam como motivos, as palavras «lupanar», «podridão» e congéneres. Junqueiro via mal o problema e a solução que lhe dava era ordinaríssima.

Voltando à série: Ou a escala representava, como era intuito do autor, uma tese defendida, ou era uma pura tolice. (No primeiro caso era tolice também, mas mais obscura). A afirmação só pode ser inteligìvelmente errada se produzida como progressão lógica de origens compreensíveis e resultado quási adivinhável. Se o D. João podia partir de qualquer outro ponto, lá se vai a tese, lá se vai o simbólico, lá se vai a figura. E de facto vai, da mesma maneira, por outros defeitos igualmente graves. Na verdade, curioso simbolismo êste, de um rapaz arrastado desde criança pelo infortúnio, vencido pela devassidão de um meio corrupto só depois de uma resistência heróica, e que representa, segundo o prefácio da obra, alferes raptores, padres devassos, burgueses crapulosos, etc., emfim, todos os que compunham o meio perversor e se sintetizam no D. João, que *fez o lupanar*. Trata-se pois de uma confusão mágica de duas figuras no cérebro pouco firme do poeta. Tomadas à letra as afirmações, como é freqüente em Junqueiro, não dão sentido que se aproveite.

O autor observa ainda, acentuando, que o seu D. João é duplamente responsável (*duplamente* porquê?) porque «à medida que vai perdendo a dignidade vai adquirindo a inteligência, a crítica. Que quere isto dizer? que a perda da dignidade o torna mais lúcido?! que a lucidez progressiva o torna mais devasso?! No primeiro caso, que há-de êle fazer-lhe? Tornar a burro para ser mais digno? E no segundo? Tornar-se digno para ser mais burro? E que significa em qualquer dos casos declará-lo *duplamente* responsável? Se até nisto o desgraçado está condenado a *piétiner sur place* e sem apelação, porque *à medida que* vai perdendo a dignidade

é que vai percebendo a lama em que caiu! Demais, êle já nascera, filho do vício e da treva,

> Como pomba dolorida
> *Já votada* ao sacrifício (pág. 68)

Resumo: charada a prémio.

*
* *

Ainda há mais:

Êste poema barulhento e desconexo tem duas figuras: Império e D. João. Na literatura portuguesa, pobríssima de figuras, quási nua de drama, o poema podia inaugurar um ressurgimento, ou marcar excepção gloriosa. Pois é quási todo constituído por descomposturas e declamações do autor, e restos do mais trivial do romantismo contra quem Junqueiro erguia a clava em grita.

A *Introdução* — quarenta e quatro páginas de alexandrinos emparelhados, podia ter sido posta em qualquer outra obra de Junqueiro. Exposição vulgar de vulgaríssimas ideas, a nota única que a aproxima de êste livro em especial é dizer em verso que D. João e Jehovah são a causa de *isto tudo*. Passemos sôbre o facto de símbolos do observável, obtidos por generalização, tornados *causas,* e adiante.

A primeira parte (pág. 47 a 62), descrição da cidade — *Babilónia* — novas descomposturas de mão na cinta e pé batido, e uma gota de poema, aliás sem grande profundeza: a mulher que passa fugidiamente e expõe o filho. Passa tôda a gente, ninguém quere saber de êle, a ponto de o pobre agonizar, chorando; mas, ao que depois se vê, alguém o salvou da morte por um fio, visto êle aparecer já poeta.

Segue-se o que podia chamar-se o *fadinho da orfandade*. (Pág. 65 a 71). Depois o retrato e biografia de Império (pág. 75 a 85), as *Ilusões* (pág. 89 a 92) em que se refere a

paixão do poeta; a *Vita nuova* (pág. 95 a 97), versos de apresentação dos do herói do poema e que não passam de árida e insípida chocarrice; o poema de D. João (pág. 98 a 108); uma «scena de balcão» horrìvelmente frívola e rasteira, em que nem êle tem paixão, nem ela sarcasmo, nem qualquer de êles jeito no que diz. Finalmente, o *Cair do azul,* bacanal desfeita e suja em que entra o poeta, que chora de pura mágoa ao ver «a sua Julieta, a Messalina».

Temos portanto na primeira parte de um poema destinado a criar um tipo simbólico e explicá-lo por uma evolução espiritual determinada, que só algumas escassas páginas (menos de onze — pouco mais de cem versos setessilábicos) nos põem no conflito.

O resto, declamação, descompostura.

Fixemos pois que a primeira parte acaba com o intróito no bordel.

A parte segunda abre por um prelúdiozinho — *Melancolia* — que parece (contra o que Junqueiro afirma e na personagem principal quere exemplificar) a ameaça de que não se foge ao destino. E logo a seguir, porque a *Melancolia* é um intermédio lírico, reaparece o lupanar. Observarei, sem insistir, a enscenação perfeitamente romântica — do pior, do mais convencional do romantismo — do sono de Impéria, que está a dormir quando o poeta chega, e a frase de ela «entreabrindo os olhos lânguidos»:

> Rosas, fechai-vos, não tombeis da haste!

Nem falta o scenário de circunstância e o poeta a declamar perante a bela prostituta adormecida:

> O raio estala! Que infernais bramidos!

Quasi se espera ouvi-lo recitar o *Anjo sem pátria, branca fada errante,* e ela responder-lhe: *Não voltes, mais trovador!* como na *Judia,* que fêz delirar o femeaço elvírico

de certa época. O símile é tanto mais justo quanto, além da semelhança de estilo ridìculamente vago, Impéria, como a *linda hebreia,* não se sabe onde nasceu. Ninguém ignora que o romantismo achava sempre de bom gôsto o *je ne sais où.*

Nasceu no Egito, na Turquia, em Roma?

Note-se, já que fiz a aproximação, que a série de T. Ribeiro: — Em Jaffa? em Malta? em Nazaré? no Egito? — é muito mais equilibrada. Em Junqueiro até esta é desconexa: «Egito Turquia, Roma», é uma série disparatada. O ser uma pregunta de resposta indeterminada não autoriza uma acumulação «qualquer» de nomes geográficos.

Também esta diz ao poeta, embora por motivos diversos, mas igualmente generosos, que se vá embora. E chama-lhe *pombinha,* ridìculamente romântico diminutivo.

Cumpre observar que parece ser esta a continuação da scena final da primeira parte, adrede interrompida. Esta interrupção é processo que pode, quando bem usado, realçar admiràvelmente a situação ou a expressão. Há suspensões modelares, como a de Camões, que começa:

Um ramo na mão tinha. . — Mas oh, cego!
eu, que cometo insano e temerário
sem vós, ninfas do Tejo e do Mondego,
por caminho tão longo, incerto e vário;
.....

suspensão que finda muito bem o canto, para que a narração, por sinal admiràvelmente encadeada, se retome no canto seguinte com perfeita naturalidade:

Na primeira figura se detinha
O Catual, que vira estar pintada
Que por divisa um ramo na mão tinha...
.....

Aqui, porém, no poema de Junqueiro, ficamos hesitantes, porque na primeira parte há um *esplêndido luar da primavera* (pág. 127) e na segunda não só não há astros *do céu no torvo engaste* (pág. 143) mas até a tempestade, que aliás não tinha ainda começado, *redobra de violência,* como diz a rubrica de pág. 151. É um pouco de estranhar; mas havemos de admitir a tão pequena distância, e ainda no ádito da dissolução moral de D. João, duas vezes o bordel, duas vezes a festa, duas vezes a Impéria adormecida e duas vezes o poeta a contemplá-la? Esta parte chama-se «Romanticismo»; no final o poeta prega a Impéria uma de aquelas descomposturas de desmanchar, verdadeiramente judaicas.

Pausa. Vem *O Cair das folhas.* O poeta D. João declama e diz que gosta de velhos; chora a desdita sua em termos que davam jus a designar esta parte pelo nome de *romanticismo.*

Muito bem. Esmagada e insultada a impura pelo futuro D. João, que é ainda um quási Lohengrin de pureza e lhe deu a sacudidela quando prestes a cair-lhe nos braços, o número IV, *Ruínas* (*Ruínas,* porquê?) mostra-nos o poeta, já crisálida de D. João convertendo-se à pouca vergonha — onde? — No templo (!) que fica defronte do bordel, depois de dizer muita coisa flamante ao Cristo crucificado e aos cadáveres que estão em caixões... no templo. Esta scena, terminada pelas bobices da conversa com o diabo, nem tem grandeza, nem elevação de pensamento, nem sátira contundente. É pobríssima de expressão e plano. Ninguém ignora que só a audácia genial pode sem ridículo tocar no misterioso ou no transcendente como realidades tangíveis, até para satirizar. Só com um Shakespeare se admitem o espectro de Hamlet ou de Banquo ou as feiticeiras de *Macbeth.* O ridículo é o litoral traiçoeiro do trágico, coalhado de recifes e cachopos; só o marítimo de raça não encalha.

Deu justa origem a divertido comento a frase de Fr. Ber-

nardo de Brito: «Como se sabe, quando Baco esteve na Índia»... Pois caso análogo aqui se encontra.

O poeta é pregoeiro das realidades, quere a natureza interpretada pela sciência, declara-se inimigo de tôda poesia não revolucionária, pretende castigar os vícios do seu tempo, cria um tipo que interpreta (extravagantemente embora, mas isso é outra questão), traça-lhe a biografia para o fazer bem tangível, bem real, bem representativo e põe-o, com o maior despropósito de tempo, de situação e até de local, a falar com o diabo! Escusado será dizer, porque é verificável por tôda pessoa lida, e referências do autor o confirmam, que há grande reminiscência do *Fausto;* mas o diabo chocarreiro e grotesco, de intervenção desnessária e palavra grosseira, é o documento da incompreensão total de Junqueiro da intenção e significado do Mefisto de Goethe. Não farei aqui o paralelo, que seria rebaixar a concepção de Goethe; basta-me afirmar a existência da sugestão e a prova berrante de ininteligência da figura. Eça de Queiroz, a princípio influenciado, como é sabido, pelas traduções francesas de Heine, e dando largas ao seu romantismo exuberante, escreveu também nas *Prosas Bárbaras* uma história confusa em que o diabo figura. Assinale-se que por vezes a ironia rompe (o diabo é fàcilmente concebido como ironista) mas o influxo do satanismo estranho achou nêle um eco incomparàvelmente mais perfeito. A verificação é fácil; coisas há que se mostram, por ser desnecessário demonstrá-las. Demais, o facto é bem compreensível, dada a subtileza do espírito de Eça e a pesada imobilidade do de Junqueiro, documentada no pesado de sua ironia, no martelado de seu ritmo, no grosseiro de seu realismo, em todos os caracteres de sua poesia, que adiante veremos devagar.

A parte terceira é o fim. O curioso passo da guitarra, que já aludi, o encontro com Impéria, já desdentada e «apodrecida» (palavra que Junqueiro ali repete com uma vo-

luptuosidade que parece um pouco desculpável coprofagia moral), a scena dos palhaços e a morte.

Como concepção, estreitíssima; como construção, nula.

Em *A Velhice* não vale a pena falar aqui (1).

A bem dizer, como poemas de construção, Junqueiro a-pesar-das trilogias de quatro partes e de querer fazer de *Os Simples* um poema, tem apenas *A Morte de D. João,* e a *Pátria.* Já vimos a concepção trágico-burlesca de esta obra. Figuras que passam, cortejo caricatural de fantasmas trapalhões e mal falantes, e o Doido a declamar o que Junqueiro pretendia dizer e por isso a falar contraditòriamente. É destino. A directriz do poema, a sua pobreza de orientação, foram penetrantemente expostas por A. Sérgio e dispenso-me por isso de mostrar êsse aspecto. Limito-me a notar a circunstância sintomática de um poeta que pretende ser filosófico, scientífico, construtor de ideias, partidário de «concepções belas e grandiosas» e que só nestas duas obras, aliás falhas, tentou realizar o seu objectivo, atraiçoando em uma de elas a sua própria concepção da Arte. Faltava esta contradição ao vivo rosário de contradições que foi Junqueiro.

(Continua). Vieira de Almeida

---

(1) A pág. 12 e 13 das *Prosas Dispersas,* Junqueiro repudia a *Velhice*... concedendo generosamente que tem belas coisas (menos do que o autor supõe) mas afirmando que é um livro superficial, estreito e por vezes abominável. Há a propósito de «O Melro» uma análise, deliciosa de ironia, de Cirillo Volkmar Machado, em que o pensador fica feito em farrapos. Esta opinião do autor merece registro; mas não me liberta de falar de êsse livro, porque já era minha tenção não lhe fazer referência especial, visto êle ser constituído, como diz o autor em Prefácio, por cincoenta poesias «que são cincoenta balas (!)» partidas de vários pontos contra o mesmo alvo. Claro que na qualidade de crítico, embora ocasional, nada tenho com o paiol de munições de qualquer poeta.

LICÍNIO CARDOSO

(Cont. do n.º 2, pág. 337)

Isolado, no recesso íntimo do lar, começou então a cogitar num projecto ousado respondendo a uma inclinação antiga que jàmais pudera ser devidamente posta em equação. Licínio Cardoso pensava em encetar os seus estudos de medicina, cedendo a um impulso vocacional eminentemente enérgico e pràticamente anos antes demonstrado pelo interêsse com que acompanhara em 1890 cursos de biologia na capital francesa. E de facto, embora começasse a leccionar em 1893 a cadeira de Sociologia e Moral (Escola Militar) acumulando as suas funções de professor de Mecânica Racional na Escola Politécnica (desde 1887), matriculou-se em 1894 na Faculdade de Medicina, onde, depois de curso notável, defendeu — o que pela primeira vez era feito — perante a medicina oficial as suas ideas de homœopata convicto (*Concepção da Medicina*, 1899) e com tal vigor e erudição, que os próprios professores, antagonistas de sua doutrina, concederam-lhe pela voz honesta e culta de Rocha Faria, as honras máximas tributadas a tais trabalhos de doutoramento.

Médico, tinha agora diante de si campo amplo onde exercer a sua actividade profissional caríssima, de longa data ambicionada, tal o fervor com que sempre vislumbrara nela um sacerdócio. No campo homœopata brasileiro, depois de Saturnino de Meireles, e depois de Joaquim Murtinho, o

mago culto inteligentíssimo, cedo veio a tornar-se fôrça vigorosamente adestrada.

A clínica foi-lhe de facto fácil. Em tempo escasso a sua valia eminente apercebida. Demais, as credenciais passadas, o renome do professor de duas escolas superiores que se fôra assentar modestamente ao lado de rapazes para com êles competir em sabatinas e exames, e, mais que tudo, a honestidade culta com que exercia o seu trabalho clínico diário, logo lhe abriram com afoiteza, umas e outras causas embaralhadas, as portas largas da fama.

Era o tempo doloroso ainda para a terra carioca das devastações epidémicas, quási endémicas, do mal negro. Combatendo a febre amarela com recursos amplos logrou de facto a homœopatia — como anteriormente com a cólera — vitória larga e fácil. Assenhoreou-se do ambiente. Foi em verdade soldado dela vigoroso. Licínio Cardoso, que logo teve em mãos a matéria prima opulenta necessária, caso ambicionasse, como médico, acumular fortunas fáceis.

Havia, demais, antes do caso seu, um precedente notável, notòriamente admirado. Mas Licínio Cardoso não quis segui-la. Cedo percebeu que a sua vida poderia ter outra utilidade. E teve. Ao contrário de isolar-se, de vender caro o seu tempo aos seus clientes, começou a arquitectar um programa grandioso, que, se anunciado naquela época, seria tomado como utopia irrisória.

Êle queria divulgar a medicina homœopata. Queria ensiná-la, queria ampliá-la, queria torná-la cada vez mais pública. Não mediu nem sacrifícios nem trabalhos. E nem um só dia de sua vida passou em que tivesse lamentado a grande fortuna particular que afastou de si próprio quando a sentiu solìcitamente fácil e insistentemente tentadora.

Desviando tempo largo à sua clínica particular, Licínio Cardoso procurava de facto muitas vezes a pobreza: médico da Policlínica de Botafogo, médico da Associação Comercial,

médico da Santa Casa da Misericórdia, era seu pensamento instituir, criar ou ampliar consultórios e enfermarias homœopatas na Capital da República. Tratava de Ministros, de Senadores e de Deputados, Magistrados e capitalistas mas não abandonava do seu carinho os indigentes da Santa Casa, nem tão pouco os alunos e internos que acompanhavam as suas prelecções de doutrina. Fizera-se apóstolo de um ideal. Nêle concentrava tôda a riqueza de suas energias. E vencia.

Mas vencendo, verificava que fôra parda a vitória, minguado o resultado, escasso o sucesso. E logo reagia. Foi assim que, mais tarde, logo que possível e necessário, fundiu a devoção boníssima de Saturnino de Meireles ao prestígio preclaro de Joaquim Murtinho — os pilares mestres da casa — tornando-se depois da morte de ambos o Presidente efectivo do Instituto Hahnemanniano do Brasil, cargo em que, várias vezes reeleito, mostrou dedicação notabilíssima pela causa da homœopatia, realizando, em tempo curto, com o apoio e auxílio de colegas e discípulos devotadíssimos, vitórias esplêndidas que seriam tomadas como utopias irrisórias se anunciados os seus projectos com antecedência de alguns anos.

Conseguiu de facto o Instituto, depois de lutas ásperas e ingratas, criar, fundar, manter e ampliar não só uma Faculdade de Medicina, oficialmente reconhecida pelos poderes da República, como um hospital e dispensário, anexos, em que sendo feitos estudos clínicos vários, são prestados socorros públicos por tal forma vultuosos a uma parte grande da população carioca, que foram os seus serviços subvencionados pelos poderes federais e municipais recentemente.

Dedicando aos trabalhos do Instituto os melhores anos de sua vida, desviando tempo largo aos seus clientes mais caros, afugentando-os, de contínuo, com subscrições hospitalares, Licínio Cardoso mostrou, pela elevação moral de seus dotes de espírito, a razão de ser da vitória desejada.

Professor de cadeiras várias durante a organização dos cursos, examinador, director do hospital, director da Faculdade, êle não permitiu nunca que se pensasse em recompensá-lo com o menor dos honorários, consciente de que estava de que na luta pacìficamente enérgica com alguns ministros da República, membros do Conselho de Ensino, e professores do curso oficial adverso, nenhuma outra arma seria mais leal na defesa dos interêsses do Instituto do que o desinterêsse integral pecuniário de que fizera uso durante os trabalhos pela reivindicação, dentro da lei, dos direitos à vida na Faculdade incipiente.

O caso de Hahnemann é, dentro do quadro geral da evolução do espírito humano, um dos mais interessantes pela ilustração notável trazida ao fenómeno das *descobertas* humanas. Hahnemann, como génio, descobriu não só o que não podia explicar, como também o que não era ainda demonstrável para o seu tempo. Honesto, abandonou primeiro a medicina clássica, quando se sentiu impotente para lutar com enfermidade em ente que lhe era sobremodo caro. Génio, teve a intuïção da «lei dos semelhantes» e, ìntimamente correlata, a noção das «doses infinitesimais». Eram verdades novas, generosas, interessantíssimas e fortes, essas trazidas ao conhecimento público pela sensibilidade de seu génio a que concomitantemente uma experimentação paciente e vigorosa trouxe o material necessário para o estabelecimento teórico e prático de uma nova terapêutica. Mas evidentemente Hahnemann não podia êle próprio demonstrar tudo o que inventara. Explicou mal, insuficientemente mesmo, pois que só depois dêle disse a sciência biológica a sua opinião complexissima sôbre a célula, disse a física a sua concepção sôbre o átomo revivendo os turbilhões de Descartes, e disse em suma a energética a sua palavra recentíssima sôbre a dissociação da matéria.

O caso de Hahnemann é de facto interessantíssimo, mas não é de nenhum modo único. Comentando-o, expôs Licínio Cardoso, cem argúcia preclara, o caso de Leibniz, outro exemplo notabilíssimo que bem demonstra não poder nem mesmo o génio sondar os fundamentos de sua própria invenção. Lembremos aqui, ainda de passagem, — fora das descobertas por acaso que são a regra geral das invenções humanas — o caso do inglês Watt, inventando um maquinismo prático eficientíssimo, cuja teoria explicativa só foi formulada bem mais tarde pelo francês Carnot. Lembremos ainda — pela clareza própria do caso — que o homem reduziu o minério de ferro, desoxidando-o, séculos antes que Priestley descobrisse a existência do oxigénio...

¿Como teria Hahnemann chegado à grande lei dos semelhantes e, dentro dela, à realidade das doses pequenissimas? Numa abstracção, veementemente enérgica e produtiva, própria do génio. Em verdade o que mais admira não é a sabedoria opulentíssima do preceito terapêutico do *similia similibus*. É, ao contrário, o facto de que com o progredir da sciência, com a descoberta do mundo em si próprio admirável que é a célula, com a descoberta do sistema complexo de turbilhões que é o átomo, com os avanços inestimáveis da fisiologia e com os primeiros conhecimentos dos fenómenos interessantíssimos da dissociação da matéria, possa o homem constatar limites muito mais amplos (e as altas dinamizações de Hahnemann hoje são baixas), efeitos muito mais profundos e enérgicos de aplicabilidade daquela lei.

Compendiando aqueles dados modernos da sciência mais avançada de seu tempo, mostrou Licínio Cardoso, com clareza original, corrigindo expressões explicativas do próprio Hahnemann e seus discípulos, a razão de ser da eficiência da acção medicamentosa homœopática. E, de outro lado, possuindo espírito e cultura filosófica raros, procurou prender a fenomenalidade biológica — observada dentro do campo

da terapêutica homœopata — às leis gerais que sobem dos fenómenos cósmicos aos sociais, ou que descem dos mais complexos aos menos complicados.

Com modéstia generosa assim o confessa o próprio autor: «O meu trabalho (*Dinioterapia Autonosica*, 1923) representa apenas uma construção filosófica estabelecendo a coordenação sôbre conceitos parciais e empíricos já por outros postos em circulação. Mediante um conjunto de leis universais, nunca até então por ninguém aplicadas explícita e conscientemente no domínio biológico, realizei o meu intento» (pág. 314).

Foi porém além elevando-se nos últimos anos de sua vida a uma concepção nova da medicina, onde pensava não só na possibilidade de fusão de alguns princípios de escolas antagónicas, como em ver ampliados os fundamentos da doutrina homœopática, ao mesmo tempo, ainda, que julgava poder corrigir os desenvolvimentos intermediários (empíricos) da soroterapia, vacinoterapia, tuberculinoterapia, etc., de sucessos modernos, ora ruïdosos e brilhantes, ora perigosos e fatais.

Daí a honestidade de suas confissões de grande clínico tornadas públicas. Daí a razão de ser do carácter impresso a sua obra. Daí, ainda, a veemência do interêsse com que desejava levar à Europa, por ocasião de um Congresso Internacional de Homœopatia, a palavra brasileira como coroamento ao estímulo devotadíssimo com que durante anos nela trabalhara. Presidente do Instituto Hahnemanniano, não trepidou, pois, em confessar honestamente: «Não obedece a minha prática ao critério alopático e foge também, de certo modo, às normas traçadas por Hahnemann para o mister homœopático, cabendo-me por isso uma situação de excentricidade entre os profissionais. Exerço, no fundo, desde que me fiz médico, a terapêutica hahnemanniana, e antes de exercê-la, já em minha tese inaugural expus e defendi a

doutrina homœopática, mas nunca fui ortodoxo, não o sou, não o serei».

Continuo a exercer, como o fazia antes, a clínica homœopática, mas agora associada à dinioterapia auto-hémica, que nada mais é do que homœopatia muito legítima, embora não prevista por Hahnemann» (pág. 5).

E, depois, numa conclusão retrospectiva, sem timidez, sem alarde, modestamente, corajosamente, nobremente: «A minha meditação, porém, sôbre o problema terapêutico, levou-me a conceber o que procuro traduzir nesta obra. Se procede o meu impulso original da criação de Hahnemann, se especialmente me inspiro na prática do Dr. Rogers, se aceito vistas parciais estabelecidas pela alopatia, não estou, entretanto, nem com Hahnemann, nem com Rogers, ainda menos com qualquer alopata: estou só».

«Hauri, é certo, a minha concepção terapêutica nestas fontes aqui indicadas, mas cousa nova, cousa original é, contudo, ela».

«Original no fundo e na forma: no fundo porque, conquanto hajam existido vistas parciais sôbre a isopatia e sôbre diversas espécies de autoterapia, nunca ninguém se elevou à concepção da *dinioterapia autonosica,* isto é, à concepção de um tratamento deduzido das leis naturais, no qual o agente curativo fôsse, como é neste, o próprio mal dinamizado; na forma por que subordinei a minha exposição a um certo número de leis universais, cujo prévio explanar tudo me permitiu construir por via dedutiva» (pág. 6).

Noutro ponto, completava ainda as indicações necessárias à compreensão da finalidade de sua obra, afirmando desassombradamente:

«Compreendendo, então, que um sistema completo de tratamento para todos os casos correntes da medicina interna, não se poderia confinar nessa autoema-dínio-terapia, ou dínio-terapia-autoémica, como eu denomino ao que o professor

Rogers chama auto-hematerapia, tive a concepção dêsse sistema muito complexo pelas especialidades que envolve, ainda que cada uma relativamente simples, ao qual denominei dinioterapia autonósica, e do qual é apenas um caso particular o tratamento pelo sangue dinamizado» (314).

«Foi essa demonstração não só da homœopatia, que é um caso particular, como da dínio-terapia-autonósica, que é o caso geral, e que eu empreendi com essa base filosófica, que serve de fundamento ao meu trabalho» (322).

E, defendendo-se de quaisquer ataques de ortodoxia acanhada, honrava a memória de Hahnemann querendo-a majorada e engrandecida com os frutos da sciência dos últimos tempos: «É médico homœopata aquele que pratica a terapêutica dentro das leis homœológicas, que são: a lei dos semelhantes, instituída por Hahnemann; a lei da repetição das doses ou lei da persistência, entrevista por êle e por mim demonstrada no mister da terapêutica; e a lei da associação dos medicamentos, que dimana da lei da coexistência, empírica e vagamente entrevista pelos complexistas, cuja realidade e cuja utilidade foram, por mim, dedutivamente estabelecidas (327).

(Continúa). VICENTE LICÍNIO CARDOSO.

BOLETIM DO INSTITUTO

ASSEMBLEIA GERAL DE 2 DE JUNHO DE 1927

Aos 2 de Junho de 1927 reüniu-se a Assembleia Geral do Instituto de Coimbra, sob a presidência do prof. Costa Lobo.

O sr. Presidente comemorou o falecimento do sócio efectivo Júlio Ernesto da Lima Duque, propondo se exarasse na acta um voto de sentimento. Aprovado.

Em seguida fêz uma pormenorizada exposição da actividade do Instituto desde a última sessão, congratulando-se especialmente com o êxito das conferências, a duas das quais se dignaram assistir os Ex.^{mos} Ministros de Itália e Noruega em Lisboa e apresentou o vol. *Ceylon and Portugal,* p. I *Kings and Christians*, (1539–1552), dedicado pelos senhores Dona H. Fitzler e Dr. P. E. Pieris ao Instituto. Enaltecendo o valor histórico dêste livro e o significado desta dedicatória propoz se lançasse na acta um voto de agradecimento, o qual foi unaninemente aprovado.

Apresentou ainda dos mesmos eruditos investigadores o original intitulado, *Cerco de Colombo,* afim de ser inserto no 1.º volume das *Memórias do Instituto de Coimbra,* e um grande número de fotografias de monumentos portugueses existentes em Marrocos, remetidas pelo *Office du Protectorat de la Republique Française au Maroc.*

O Secretário deu notícia da correspondência de várias Sociedades scientíficas do estrangeiro.

Em virtude da afluência de original, foi resolvido que

no próximo ano se publiquem 10 números de *O Instituto*, distribuídos em dois volumes.

Procedeu-se, por fim, à eleição de sócios, a qual deu o seguinte resultado:

SÓCIO EFECTIVO NACIONAL

Luís Osório, magistrado e publicista.

SÓCIOS CORRESPONDENTES NACIONAIS

José Maria Cordeiro de Sousa, engenheiro e publicista.

SÓCIOS CORRESPONDENTES ESTRANGEIROS

Dr. Henry R. Lang, prof. da Yale University.

Dr. J. Bjerknes, publicista e membro do Serviço Meteorológico da Noruega.

Barão Otfrid von Hanstein, publicita.

Alphonse Roersch, prof. da Universidade de Gand.

J. B. C. Rober Degouy, almirante da Marinha francesa e publicista.

Albert Capmas, publicista.

Victor Panchet, publicista.

De nada mais se tratou nesta sessão, da qual eu Cabral de Moncada, lavrei a presente acta.

(aa.) F. M. da Costa Lobo.
Cabral de Moncada.

VÁRIA

DISCURSOS PROFERIDOS NA SESSAO SOLENE DO INSTITUTO DE COIMBRA NA QUAL SE INAUGURARAM AS CONFERÊNCIAS SOBRE A CULTURA INGLESA

Ex.mo Senhor Embaixador da Inglaterra
Sir. Lancelot Carnegie!
Mir. Doutor Pieris!
Ex.mo Reitor da Universidade de Coimbra!
Minhas Senhoras e Meus Senhores!

A situação em que tenho a honra de encontrar-me, de presidir à antiga sociedade o Instituto de Coimbra, que já atingiu o septuagéssimo quinto ano de existência, permite-me gosar um momento de satisfação, ao ver esta sociedade scientífica altamente prestigiada com a presença no seu seio da elevada personalidade que é Sua Excelência o Embaixador da gloriosa Nação Inglesa, nossa aliada há muitos séculos, e sempre tão estreitamente ligada ao nosso país, que com justificada razão podemos supor indissolúveis os laços que nos unem.

Excelentíssimo Senhor Embaixador! É também com grande júbilo que confiadamente observo que será duplamente agradável a Vossa Excelência encontrar-se neste meio. — Por se ver rodeado pela mais profunda veneração e carinho dos membros do Instituto de Coimbra, que nesta antiga Universidade lança as raizes que lhe fornecem a seiva intelectual, com que dia a dia mais se radica e desdobra novos braços, estendidos com afecto e admiração para todo o mundo scientífico. — E porque ao mesmo tempo lhe recordará, encontrando-se na sala nobre da nossa Universidade, junto do nosso sábio Reitor e dos meus Ilustres Colegas, os tempos em que na prestigiosa Universidade de Oxford, contemporânea desta nossa de Coimbra, e que constantemente tem conservado uma posição primacial, preparava o seu espírito para ascender às altas regiões em que se encontra, com a demonstração de especial aprêço do seu país, que só o tributa a quem como Vossa Excelência possui um

elevado talento e as mais distintas qualidades, que também lhe conquistaram no nosso a mais profunda admiração e simpatia.

E estou seguro de que interpreto os sentimentos de todos os elementos desta cidade, entre os quais avulta a mocidade académica, que desde as mais distintas regiões aqui aflui, e torna esta cidade a mais legítima representante do nosso país, saüdando em seu nome a Vossa Excelência, e afirmando-lhe que é registada como subida honra, e prova de afecto, a consideração que Vossa Excelência vem testemunhar-nos.

Excelentíssimo Senhor Embaixador! Três pontos de vista diversos se me oferecem ao considerar o notável acontecimento que neste momento se desenrola nesta sala, impregnada de gloriosas recordações, que já compreendem a honra da presença de Vossa Excelência no solene acto com que foi comemorado o nosso insigne navegador Fernando de Magalhães, e que ficará inscrito como mais um facto memorável de data inolvidável: — Político, scientífico, e sentimental, que para mim tem particular aprêço. Sem dúvida o nosso objectivo é superiormente a investigação e difusão scientífica.

Contudo, também é certo que não podemos alhear-nos de que qualquer de nós, integrado nesta instituïção, ou considerado isoladamente, faz parte de um organismo social que desde longa data marcou uma situação notável entre os povos civilizados.

Se é do nosso dever prescrutar a verdade e divulgá-la, também é nossa obrigação dar exemplo do mais acendrado patriotismo e demonstrar ao mundo culto, que os homens a quem na antiga Universidade portuguesa está incumbida aquela missão, compreendem devidamente os superiores interêsses do seu país, e procuram dar aos alunos que freqüentam êste centro académico a nítida impressão de que se orientam, também neste campo, pelos sagrados ideais que devem guiar a nossa querida Pátria, sempre ciosa da sua independência, sempre disposta a sacrificar vida e fortuna para espalhar a civilização e colaborar com as nações que porfiadamente se empenham em conseguir êste resultado e entre as quais, a Inglaterra, se encontra sempre na vanguarda.

Nenhuma dúvida pode ser posta à verdade destas afirmações, e é para mim de grande satisfação poder aqui formulá-las.

E sem querer agora insistir na recordação do nosso passado, cheio de intensas e belas fulgurações, e quando mais do que nunca é preciso demonstrar pelos factos presentes que somos dignos descendentes duma raça de heróis, sòmente lembrarei que no século XVI, quando Portugal exercia a sua influência sôbre grande parte da Terra, domínio de que ainda possuíamos nos fins do século XVIII três grandes impérios, e agora

mesmo dois acompanhados de preciosas jóias como são as Índias, Guiné, S. Tomé e Timor; resultado obtido à custa de uma orientação profundamente scientífica e admirável heroísmo a população de Portugal pouco excedia um milhão de habitantes!

Hoje, aqui neste hospitaleiro canto da Europa, pouco excederá 6 milhões, mas contam-se por muitas dezenas de milhões os descendentes de portugueses que por êsse mundo fora atestam a gloria dos nossos passados, e se honram com a civilização que levamos a longínquas paragens, onde ainda hoje o nome português é lembrado com carinho e saüdade, como aqui mesmo, dentro em pouco, nos será provado pelo sábio investigador Doutor Pieris, que o Instituto de Coimbra saúda com gratidão, falando-nos de Ceilão.

Hoje que os problemas mundiais atingem a maior complexidade, mais do que nunca pertence à intelectualidade portuguesa demonstrar que tem uma orientação definida. E felizmente que assim sucede, sendo motivo para exaltar a circunstância de que essa orientação não se afasta da trajectória traçada pelos primeiros Reis de Portugal, verificando-se quanto foi natural e oportuna a aliança que estabeleceram, visto que tem resistido a todos abalos mundiais, e não só pelas razões de Estado, mas também pelas disposições do sentimento dêstes dois povos, ela subsiste cimentada por uma constante lealdade e manifesta afeição. Dão dêste facto cabal demonstração os testemunhos de amizade que em tôdas as ocasiões oportunas nos manifesta Sua Magestade El-rei Jorge V, a quem respeitosamente saúdo, desejando-lhe e ao nobre povo inglês as maiores prosperidades, e a dedicação que ao nosso país tributa o Ilustre representante da grande nação Ingleza, que ainda há pouco teve ocasião de demonstrar a sua simpatia pelo nosso país, conservando-se aqui, quando outro pôsto lhe cabia em região que o poderia atrair pela intensidade da vida moderna.

Bem apreciado é êste facto, como o atesta o entusiasmo com que Sua Excelência é recebido neste meio em que palpita com intenso patriotismo a juventude a quem dentro em pouco pertencerá a direcção dos destinos do nosso povo.

O Instituto de Coimbra, orientado por estas elevadas considerações, inspirou-se também em razões de ordem scientífica para adoptar a resolução que nesta sessão encontra o seu início de execução — empenhar-se pela difusão no nosso país da cultura inglesa. Para que scientificamente ficasse justificada esta resolução bastaria notar que são glória da nação inglesa figuras imortais como Newton, Shakespeare e Bacon.

Mas é bem sabido que não é preciso recuar tão longe, nem subir

tão alto, para termos na sciência e literatura inglezas a afirmação dos mais preciosos valores, indispensáveis para tomar profundo conhecimento do estado actual da sciência e para nos deleitarem o espírito, e agora só lembrarei, entre tantos que se impõe à nossa consideração príncipes da sciência como J. J. Thonson, Larmor, Ruthezford, Edihgton, Dyson, Fowler, Turner, e que ainda há pouco a sciência sofreu perdas colossais como foram as de Lord Salisbury, que a par de iminente homem de Estado deslumbrou o mundo scientífico com a admirável síntese do discurso inaugural que pronunciou em Oxford, acumulando os elevados cargos de Chanceler daquela Universidade e de Presidente da Associação Britânica para o avanço das sciências, e de Lord Kelvin, Wiliam Thonson, que em atenção às inúmeras descobertas com que enriqueceu a sciência e dotou os conhecimentos técnicos, justificadamente mereceu ser depositado na Abadia de Westminster ao lado de Newton, *honra do género humano,* como numa singela inscrição se lê sôbre o seu túmulo

Acrescentarei que o Instituto de Coimbra tomou esta resolução com a convicção de poder dar-lhe o devido seguimento, porquanto com satisfação posso afirmar que os seus membros desde muito que vêm apreciando no devido valor a sciência e literatura inglêsas que em contacto constante com elas se encontram os nossos Professores, e agora só lembrarei que ainda em conversa de hontem, os meus ilustres colegas Doutor Anselmo de Carvalho para a meteorologia, Doutor Egas Pinto Basto para a Química, Doutor Joaquim de Carvalho para a filosofia me encareciam o poderoso auxílio que na sciência ingleza encontravam. E sem mais demora começará a nossa tarefa com sucessivas publicações e conferências, que hoje vão ser inauguradas, devendo seguir-se lhe imediatamente outras já anunciadas do Doutor Anselmo de Carvalho sôbre a meteorologia em Portugal relacionada com a previsão do tempo na região noroeste da Europa, do Doutor Joaquim de Carvalho sôbre Jacob de Castro Sarmento e a filosofia ingleza em Portugal, do nosso ilustre consócio, Dr. E. Prestage, que é já um assíduo e apreciado colaborador do Instituto.

Outros muitos virão, contando também com o precioso concurso dos sábios inglezes, para o que de muito nos valerá o prestigioso apoio de Vossa Excelência Senhor Embaixador. E é agora ocasião de observar que no ponto de vista sentimental esta sessão me toca vivamente, porque ousarei considerar na presença de Vossa Excelência, certamente determinada superiormente pela sua dedicação bem provada ao nosso país, e pela especial consideração que quis manifestar à nossa Universidade e ao Instituto de Coimbra, também uma ténue influência de amizade com

que se tem dignado honrar-me, e que é para mim do mais alto aprêço, tendo a maior satisfação em poder demonstrar em tôdas as ocasiões a Vossa Excelência a minha profunda gratidão.

Excelentíssimo Senhor Embaixador! Nas sessões que o Instituto de Coimbra tem realizado nesta sala eu tenho solicitado dos Ilustres Reitores da Universidade a honra da sua Presidência, mas hoje estou certo de que é também Sua Excelência o Reitor, ilustre membro do nosso Instituto, que liga os seus votos aos meus esperando que Vossa Excelência nos dará a insigne honra de presidir a esta sessão, e eu peço também licença para aproveitar esta ocasião para comunicar a Vossa Excelência que o Instituto de Coimbra se honrou elegendo Vossa Excelência seu sócio honorário em sessão exclusivamente destinada a esta deliberação.

E.mo Sr. Embaixador de Sua Majestade Britânica:

O Instituto de Coimbra, se bem que há mais de 75 anos tenha prestigiada vida própria e independente da velha Universidade portuguesa, nunca deixou de manter com esta as mais estreitas relações de amizade e de colaboração recìprocas. De tal forma que é sempre com muito gôsto que a Universidade acolhe o Instituto quando êste, como agora, utiliza, para as conferências que benemèritamente promove, e como sua própria, a Sala Nobre em que nos encontramos.

Acontece, pois, que, no momento, é esta sala antes do Instituto de Coimbra do que da Universidade. E, por isso, ao primeiro, pela voz autorizada do seu digno Presidente, coube preferentemente agradecer a Vossa Excelência a honra da visita.

Mas, mesmo em condições tais, não pode o Reitor da Universidade de Coimbra esquecer que é sob os tectos desta casa, que apreciáveis analogias oferece com aquela Casa de Oxford de que V. Ex.ª é ilustre graduado, que actualmente se encontra o mais alto representante em Portugal da grande Nação Inglesa. E o ter isso presente ao espírito imediatamente implica, para mim, o sentir, pela Universidade, grande honra e maior satisfação.

Uma e outra não resultam, porém, só do facto de o País de que Vossa Excelência é eminente Embaixador ser a Nação tradicionalmente amiga e aliada da nossa. Porque, longe de ser-nos indiferente, é para nós extremamente grata a circunstância de ser pessoa de tão distintas

qualidades de espírito e gentileza de trato a que representa a grande Britânia, pela prosperidade da qual fazemos os mais calorosos e os mais sinceros votos.

Excelentíssimo Senhor Embaixador! De há bastantes séculos já que a Velha Inglaterra e o Velho Portugal têm o hábito de encontrar-se nos caminhos da honra e do dever, que freqüentemente para ambos têm sido os da glória, e, para ambos, se tornaram, também, os da amizade. E essa amizade sempre, por certo, se continuará estreitando em muitos mais séculos que ainda volverão.

Mas a verdade é que, se atendermos ao valor dos sólidos e leais sentimentos de tão provada e mútua simpatia, não podemos deixar de estranhar e de sentir que, para o robustecimento dela não tenha também contribuído, na medida que seria para desejar, um mais completo conhecimento recíproco no campo das sciências e das letras, que tanto trabalho tem tido pelos filhos de Inglaterra e pelos de Portugal!

Porque a colaboração nesse campo, se é menos brilhante e aparentemente menos gloriosa do que aquela que se pode realizar, e tantas vezes os nacionais das duas Pátrias têm realizado nos campos de batalha, não deixa de ser movida também por altos e nobilíssimos ideais.

O Instituto de Coimbra, que de tanto préstimo tem sido para a nossa Universidade e para a Terra Portuguesa, por certo deseja concorrer, e está mostrando que grandemente pode consegui-lo para a Inglaterra e Portugal, ainda nas pacíficas mas também honrosas lides do espírito, melhor e mais do que até agora confraternizem, para que melhor e mais se apreciem e conheçam. A presença de Vossa Excelência aqui neste momento e a audição de que vamos ter o honroso proveito da conferência do sábio Doutor Pieris são disso o testemunho eloqüente.

É evidente que esta valiosa realização que ao Instituto de Coimbra se ficará devendo em muito haverá de atribuir-se ao prestígio pessoal e à dedicada e competente actividade do Ex.mo Presidente da sua ilustre Direcção. Um serviço a mais, e dos maiores, teremos de inscrever na larga fôlha do Senhor Professor Doutor Costa Lôbo, cuja preocupação constante tem sido a de honrar a Universidade que tanto se honra de o possuir como Mestre e que tanto se orgulha com os seus triunfos. E precisamente temos a grata notícia de que a estes vem acrescer mais um e bem digno de nota que êle é: quero referir-me à concessão ao nosso ilustre Colega do prémio Jansen, de Astronomia, pela Academia de Sciências de Paris, acontecimento a propósito do qual o Senado Univer-

sitário, hoje reünido, resolveu fazer consignar nas suas actas um voto de congratulação e um voto de louvor a quem tanto o merece.

Em nome da Universidade de Coimbra eu peço licença para apresentar ao Ex.mo Presidente da Direcção do Instituto de Coimbra as melhores felicitações pela iniciativa que neste momento festejamos, com a mesma satisfação com que já tive a honra de apresentar a Vossa Excelência Senhor Embaixador de Inglaterra as nossas homenagens.

Disse.

SENHOR PRESIDENTE DO INSTITUTO DE COIMBRA:
SENHOR REITOR DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA:
MINHAS SENHORAS E MEUS SENHORES:

I much regret that I am not sufficiently conversant with the Portuguese language to be able to adress you in it and i therefore beg your permission to speak in English. That i should do so is perhaps opportune, seeing that one of the objects of our meeting to-night is to promote still closer relations between our two countries.

Dr. Costa Lôbo, who for many years past has been one of my most intimate and devoted friends, has been good enough to welcome me here in more warm and flattering terms than I deserve. I tender him my most sincere thanks, as I do also to the Rector of the University of Coimbra for his kind words.

When Dr. Costa Lôbo referred to the sympathy that I have for Portugal he did not exaggerate, he only spoke the truth. I had always felt an interest in your country on account of its glorious history and achievements in discovering new worlds and on account of the close connection that has existed between Portugal and England for many centuries. I was therefore filled with joy when the King, my August Sovereign, appointed me his representative in Lisbon thirteen years ago. Since I arrived here it has been my agreeable duty to render still more intimate the relations between the two countries which have been consecrated in several solemn treaties of alliance, the first one of which dates from 1386 and is by far the most ancient treaty in the world. My work has been rendered easy owing to the sympathy and co-operation that I have invariably met with in all classes of Portuguese society. If I lock back along the centuries that have passed, I feel convinced that

this alliance has been beneficial, and that the prestige, trade and commerce of both countries have benefited from it. There is, however, a gap, an incompleteness in our Anglo-Portuguese relations, namely, in the field of science. The President of the Institute, Dr. Costa Lôbo, whose talents and work have made him distinguished in scientific circles throughout the world, has noticed and regretted the lack of scientific co-operation between the two countries, and has determined to do all in his power to promote a community of interest between Portuguese and English savants by bringing to the notice of the former the valuable research work that is being carried on in my country. It is for that purpose that we meet to-night, and it is my fervent hope that these first steps may produce important and durable results.

Besides the interesting discourse that Dr. Costa Lôbo will most certainly give us, we shall have the pleasure of hearing my distinguished compatriol, Dr. Pieris, a member of many well-known societies and the author of numerous works on the history of the Far East, who will address us to-night on a subject which will no doubt interest us, namely, that of the Portuguese in Ceilon.

It is not the first time that I have the honour to sit in this noble hall of the venerable and renowned University of Coimbra, a University of the same age as that of Oxford, of which I was a member. On the previous occasion when in 1921 the Fourth Centenary of your celebrated navigator Fernando de Magalhães was commemorated, I was, as now, the guest of the Institute of Coimbra, an Institute which not only numbers among its members all the most distinguished men of learning of Portugal, but which also has enlisted the co-operation of wide world notabilities in the field of politics and science in its interesting periodical. The announcement made to me by my friend, Dr. Costa Lôbo, that this august Institution has done me the honour of elencting me an honorary member, causes me the greatest pride and, at the same time, some confusion as I fear that I in no way merit such a distinction. I beg leave to express to the President and members of the Instituto de Coimbra my most sincere thanks for the very high honour conferred on me and to assure them that so long as I live my services will be always at their disposal.

BIBLIOGRAFIA

Ceylon and Portugal. Part. I Kings and Christians. (1539-1552). *From the original documents at Lisbon, by P. E. Pieris and M. A. H. Fitzler.* Ásia Major, Leipzig, 1927.

Êste notável volume, dedicado ao Instituto de Coimbra, é uma valiosíssima contribuïção para a história de Portugal no Oriente.

Trata dos feitos portugueses em Ceilão, terra da preciosa canela e dos elefantes, das pedras preciosas e das pérolas, durante o período de 1539 a 1552. Os documentos publicados, e que existem na Tôrre do Tombo e na Biblioteca da Ajuda, iluminam uma época até agora desconhecida na história da Ásia portuguesa, compreendendo as cartas do Rei de Portugal, dos Reis singaleses, do governador de Gôa, dos missionários franciscanos, dos capitães da Conquista e do grande apóstolo S. Francisco Xavier. Os factos que lemos nesses documentos valiosos provam ser verdadeiro o «dictum» do grande Diogo de Couto: «Ceilão, que desde que descobrimos aquela ilha foi sempre ao Estado da Índia outra Cartago a Roma, porque pouco e pouco foi consumindo em despezas, gente e artelharia tanto que tôdas as outras conquistas deste Oriente».

Os documentos são apreciados numa introdução histórica pelo Sr. P. E. Pieris, de Ceilão. Seguem aos documentos quatro estudos, da autoria Senhora Dona M. A. H. Fitzler sôbre a marinharia e o armamento portugueses, sôbre títulos e sôbre o papel importante do Padre Pai dos Cristãos. As funções do Padre Pai dos Cristãos, não estudadas até agora, aparecem aqui pela primeira vez apreciadas na sua grande importância na vida administrativa do Oriente português. Era êle quem fiscalizava os costumes da vida religiosa e os casamentos dos indígenas o mercado dos escravos e escravas vindo da China e de Moçambique, as prisões e a Casa dos Catecúmenos, e também quem concedia aos mercadores e vendedores hindús ou chingalas que queriam vender os seus produtos nos centros portugueses, a respectiva crença, inscre-

vendo-os no seu livro e tendo o poder de castigar os que vendiam sem essa licença.

O estudo sôbre a marinha dá um grande número de factos novos sôbre os estaleiros orientais e os navios indígenas adoptados pelos Portugueses no Oriente; o estudo sôbre a armaria trata da fábrica das armas, da artelharia e dos artifícios de fogo empregados na Conquista, das diferentes espécies de soldados, em especial dos bombardeiros e da sua confraria de S. Bartolomeu dos Alemães, que ainda existe em Lisboa e que tinha no tempo do grande Afonso de Albuquerque uma filial importante em Cochim. Êsse estudo trás um grande número de factos novos para o conhecimento das relações luso-germânicas nos séculos XV e XVI.

LIVROS RECEBIDOS

Muito se agradecem as seguintes publicações recebidas:

Faculdade de Medicina de Lisboa — Primeiro centenário da Régia Escola de Cirurgia de Lisboa — MDCCCXXV-MCMXXV:

—— *O ensino de venereologia nos últimos cem annos,* pelo Professor Thomaz de Mello Breyner (Da Academia das Sciências de Lisboa), Lisboa, MCMXXV.

—— *Clínica neurológica,* pelo Professor e Director Egas Moniz. Lisboa, MCMXXV.

—— *As bases fisiológicas da electrocardiografia e o seu valor clínico,* pelo Dr. Eduardo Coelho. Lisboa, MCMXXV.

—— *Tratamento do côma diabético,* pelo Dr. Ernesto Roma. Lisboa, MCMXXV.

—— *As modernas ideas na patologia da tuberculose pulmonar,* pelo Professor Pulido Valente. Lisboa, MCMXXV.

—— *Manuel Bento de Sousa,* pelo Dr. Luís Guerreiro. Lisboa, MCMXXV.

—— *Esbôço do estado actual dos nossos conhecimentos sôbre a acondroplasia,* pelo Dr. A. de Brito Fontes. Lisboa, MCMXXV.

—— *Sôbre o diagnóstico e tratamento precoce da sífilis,* pelo Dr. Morais Cardoso. Lisboa, MCMXXV.

—— *Estudo funcional do rim,* pelo Dr. Fernando Fonseca. Lisboa, MCMXXV.

—— *A Aquília Gástrica,* pelo Dr. J. H. Cascão de Anciães. Lisboa, MCMXXV.

—— *O Ensino médico em Lisboa. A Histologia e a embriologia,* pelo prof. A. Celestino da Costa. Lisboa, 1925.

—— *A Escola de Cirurgia de Lisboa e os Cirurgiões Militares,* por Manoel Gião. Lisboa. 1925.

—— *El Metodo radiografico en las investigaciones sobre topografia craneo-encefalica,* pelo Dr. Alejandro Rodriguez Cadarso. Lisboa, 1925.

—— *Os processos de beneficiação central das águas de consumo e dos esgotos*, por José Firmino Sant'Anna. Lisboa, 1925.

—— *Aspirações Universitárias. A Universidade ao serviço da Nação*, pelo prof. Sobral Cid. Lisboa, 1926.

—— *O estudo fisiológico da contracção muscular,* por Joaquim Fontes. Lisboa, 1925.

Fructos, por Jayme Camara. Funchal, 1920.

Estela, por Jayme Camara. Funchal, 1926..

A fecundação e seus mistérios, por D. Celestino da Costa. Lisboa, 1926.

As anomalias dos membros nos Portugueses, por J. A. Pires de Lima. Porto, 1927.

Gomes de Amorim. Vida e obras do ilustre biógrafo de Garrett, por Baptista de Lima. Povoa de Varzim, 1927.

Epitome de Historia de España. Libro para los profesores y maestros, por Rafael Altamira. Madrid, 1927.

Anuário de Macau. Ano de 1927, Imp. Nacional de Macau.

A Situação de Angola, pelo Alto-Comissário e Governador Geral, Vicente Ferreira. Loanda, 1926–27.

O Sistema monetario de Angola, pelo Alto-Comissário e Governador Geral, Vicente Ferreira. Loanda, 1927.

LIVROS Á VENDA

Acham-se à venda na Administração do Instituto, os seguintes:

***O** Infante D. Henrique (1894) — Número comemorativo do 5.º centenário do Infante D. Henrique.* Com a colaboração de J. M. Rodrigues, A. J. Teixeira, Sousa Viterbo, Brito Rebelo, J. M. Teixeira de Carvalho ..... 12$00

Fernão de Magalhães — Número comemorativo do 4.º centenário de Fernão de Magalhães. Com a colaboração de D. José Manoel de Noronha, Dr. Alves dos Santos, Dr. Oliveira Guimarães, Dr. Costa Lobo F. Brederode, Henrique Lopes de Mendonça, Ernesto de Vasconcelos, Dr. Fortunato de Almeida (1921) ..... 10$00

Os seis livros de Tito Lucrécio Caro, poeta romano, sobre a Natureza das Cousas, vertidos no verso solto portuguez, por Agostinho de Mendonça Falcão. Coimbra, Imp. da Universidade, 1890..... 15$00

Catalogo dos objectos existentes no Museu de Archeologia do Instituto de Coimbra. A cargo da Direcção de Archeologia do mesmo Instituto (1873-1877)..... 6$00

Idem — Suplemento 1.º (1877-1883)..... 4$50

Elogio histórico de A. Herculano, lido na sessão pública do Instituto de Coimbra, pelo Conselheiro Vicente Ferrer Neto Paiva. Coimbra, Imp. da Universidade, 1878..... 4$50

Noticia sôbre uma série de craneos da Ilha de Timor existente no Museu da Universidade, pelo Dr. J. G. de Barros e Cunha. Coimbra, Imp. da Universidade, 1895..... 5$00

Memória histórica e crítica sôbre a Revolução que em 1246 tirou a corôa a D. Sancho II, por Miguel Ribeiro de Almeida e Vasconcelos. Coimbra, Imp. da Universidade, 1856 ..... 4$00

Apontamentos de optica, pelo sócio Rodrigo Ribeiro de Sousa Pinto. Coimbra, Imp. da Universidade, 1856..... 3$00

Apontamentos biographicos sobre o nosso insigne poeta Luiz de Camões por Miguel Ribeiro de Vasconcelos. Coimbra, Imp. da Universidade, 1854..... 3$00

O INSTITUTO

REVISTA SCIENTÍFICA E LITERÁRIA

FUNDADA EM 1852

O Instituto é uma publicação bimestral do *Instituto de Coimbra,* sociedade scientífica e literária fundada em 1852.

Cada número, com cerca de 100 páginas, publicará artigos acompanhados do retrato e fac-símile da assinatura dos autores e na língua por êles preferida; 5 números formam um volume com frontispício, índice e capa especial.

ASSINATURAS

Série de cinco números.....	25$00
Número avulso	10$00
Preço dêste numero.....	15$00

Só se tomam assinaturas a partir do número 1 de cada volume.

CORRESPONDENCIA

Tôda a correspondência deve ser dirigida para a Redação de *O Instituto,* Arco do Bispo n.º 1 — Coimbra — Portugal.

O INSTITUTO

REVISTA SCIENTÍFICA E LITERÁRIA

REDACÇÃO E ADMINISTRAÇÃO
ARCO DO BISPO, N.º 1 — COIMBRA

VOLUME 74.º

4.ª SERIE — VOLUME 3.º

NÚMERO 5

COIMBRA
IMPRENSA DA UNIVERSIDADE
1927

SÓCIOS BENEMÉRITOS

Cândido Sotto Mayor — Marquês de Jácome Corrêa — Ramiro de Magalhães — Conde de Felgueiras.

COMISSÃO DE REDACÇÃO

MEMBRO HONORÁRIO

Prof. F. Gomes Teixeira, Reitor Honorário da Univ. do Pôrto, antigo Prof. da Univ. de Coimbra.

MEMBROS EFECTIVOS

Prof. Alberto Pessoa, da U. C., *Secretário.* — Prof. Amadeu F. de Carvalho, do I. I. C., *Secretário.* — Prof. Anselmo F. de Carvalho, da U. C., D. O. M., *Vice-Presidente.* — Dr. António Baião, D. A. T. T. — Prof. A. Augusto Gonçalves, da U. C., D. M. M. C. — Prof. J. G. de Barros e Cunha, da U. C. — Prof. Belleza dos Santos, da U. C. — Prof. Bento Carqueja, da U. P. — Dr. Bettencourt Rodrigues, A. M. — Prof. F. M. da Costa Lôbo, da U. C., D. O. A., *Presidente.* — Prof. Elisio de Moura, da U. C. — Prof. Eugénio de Castro, da U. C. — Prof. Ferrugento Gonçalves, D. I. S. T. — Prof. Fezas Vital, da U. C. — Prof. Fortunato de Almeida, do L. C. — Prof. Francisco Corrêa, D. I. S. C. — Almirante C. V. Gago Coutinho. — Dr. Jaime Cortesão, A. D. B. N. L. — Prof. Joaquim de Carvalho, da U. C., *Secretário Geral.* — Prof. Joaquim de Vasconcelos, da U. C. — Prof. Mendes Corrêa, da U. P. — Prof. D. Pacheco de Amorim, da U. C. — Prof. Paulo Merêa, da U. L. — Prof. Pedro J. da Cunha, R. U. L. — Prof. J. J. Pereira Dias, da U. C. — Prof. J. M. de Queiroz Velloso, D. F. L. U. L., D. G. E. S. — Prof. Ricardo Jorge, da U. L., D. G. S. — Prof. M. de Sousa da Câmara, D. I. S. A. — Prof. H. Teixeira Bastos, D. da Secção de Sciências Físico-Químicas da U. C. — Prof. L. I. Woodhouse, da U. P.

SUMÁRIO

O Fascismo, (politica da Itália) por Valentim Silva 683
Acção analgésica da adrenalina, por José Bacalhau 724
S. Pantaleão, por Alberto Pessoa 753
Radioactivité, Sur une nouvelle détermination de la période du polonium, por Mário A. Silva 773
Licínio Cardoso, por Vicente Licínio Cardoso 776
Da construção grega correspondente ao jussivo do passado do latim e do português, por Carlos Simões Ventura 794
Bibliografia 796
Livros recebidos 799

AOS SENHORES ASSINANTES

No próximo ano de 1928, **O Instituto** publicará 10 números, formando cada série de 5 números um volume independente. A assinatura de cada volume continuará sendo de 25$00, para Portugal, Colónias e Espanha; e 35$00 para o Estrangeiro. Cada número terá 100 páginas.

Nos 10 números do próximo ano **O Instituto** publicará, dentre outros, os artigos seguintes:

Afrânio Peixoto — *Camões humorista.*

J. Lúcio de Azevedo — *Da moeda nacional e suas variações mais notáveis até ao tempo de João V.*

Luís da Cunha Gonçalves — *Camões não esteve em Macau.*

P. E. Pieris — *Os portugueses em Ceilão.*

Vergílio Correia — *Escavações realizadas na necrópole pré-romana de Alcácer do Sal em 1926 e 1927.*

Sant'Ana Rodrigues — *O crime e a responsabilidade. (Estudo psico-social).*

Joaquim de Carvalho — *Desenvolvimento da filosofia em Portugal durante a idade-média.*

Almirante Degoug — *Les grands portugais des 15ème et 16ème siècles.*

M. Thorleif Schgelderup-Ebbe — *Des nouvelles recherches sur la Sociologie des animaux.*

Rui Luís Gomes — *O acaso nos nascimentos dos sexos.*

E. Cartan — *La théorie des groups et les recherches récentes de geométrie différentielle.*

F. de Llanos y Torriglia — *Portugal en el Museo del Prado.*

Luís de Figueiredo da Guerra — *Dois Bispos notáveis.*

A. Gomes da Rocha Madahil — *O original inédito da Crónica dos Agostinhos descalços. Registo Bibliográfico.*

Bernardino Gracias — *Do teatro na literatura indo-árica.*

Grace Chisholm Young — *A time-honoured mystery from the Menon of Plato.*

J. Bjerknes — *Les Bases scientifiques et techniques de la prévision du temps et le rôle du Portugal à ce rapport.*

Acha-se já à venda, na Imprensa da Universidade de Coimbra, e nas principais livrarias de Lisboa, Pôrto e Coimbra, o 1.º volume das **Memórias de Castilho,** 2.ª ed. refundida por Júlio de Castilho, ao preço de 20$00.

O FASCISMO

(POLÍTICA DA ITÁLIA)

I

Situação da Itália até à paz de Versailles

Com o aparecimento do Fascismo, enchendo centenas de livros e revistas, tem-se amontoado pelas livrarias e bibliotecas, uma larga literatura política ora explicando-o como uma natural e lógica reacção histórica contra a anarquia em que a ordem social se vinha dissolvendo, ora deprimindo-o, como fenómeno transitório, antes produto dum momento de recuo na curva progressiva dos regímenes democráticos.



VALENTIM DA SILVA

Ao observador desapaixonado que, a dentro duma rigorosa crítica, queira procurar a génese desta nova orientação política que a Itália adoptou, vai em cinco anos, e que, de facto, a tem levado, por uma rigorosa disciplina, a um acentuado ressurgimento, não faltam elementos para objectivação dêsse estudo.

Procurar as causas do Fascismo, a razão da sua ascensão ao poder e a directriz da parábola que está descrevendo na

história da política italiana, será, afora de sectarismos de escola ou das naturais reacções sentimentais que todos fenómenos sociais trazem consigo, o propósito que nos anima. Assim se procurará pôr em relêvo o palpitante interêsse que a nova fórmula política reveste e que não é mais do que a afirmação de um inalterável determinismo histórico a que as sociedades estão sujeitas, instintivamente reagindo, quando lançadas na falaz aventura das utópicas reinvindicações marxistas.

*
* *

Vêm de longe as causas determinantes da nova política da Itália.

Num ambiente dum artificioso parlamentarismo, sem correntes de definidos princípios, vivendo na subserviência das clientelas, — os partidos constitucionais, logo no começo do século XX, entravam num período de decomposição.

Como em quási todos os países da Europa, os órgãos parlamentares foram perdendo aquela orgânica coësão que em si deve reflectir tôda a objectiva finalidade do interêsse colectivo.

A decomposição parlamentar encontrava em Giolitti o seu melhor agente, que, à laia do nosso Rodrigo da Fonseca, sabia trazer satisfeitos os apetites das clientelas, tendo-as ao seu lado, não pelo laço forte da disciplina que prende os homens na afirmação duma idea, mas pelo egoísmo voraz que os une na satisfação dos seus mais inconfessáveis interêsses. Os programas partidários, na expressão de Nitti, não tinham já significado real. As antipatias locais, as tradições do passado, as incompatibilidades de temperamento, tudo isso que Víctor Manuel pretendera dissolver, dando à península unidade política, de novo voltavam numa irreparável obra de desunião.

Entre Giolitti e Soninno, que era a figura predominante das direitas constitucionais, o poder se ia arrastando sob impulsos vários que começavam surgindo do sub-solo das novas camadas sociais, portadoras dos mais irredutíveis princípios, dos mais opostos programas. Se, a dentro dum parlamentarismo eivado de todos os erros, que a experiência histórica tem demonstrado andarem-lhe inerentes, a função política perdia a sua natural directriz, fôrças novas surgiam, irrompiam da própria vitalidade da nação, da sua prosperidade material, para em breve se entrechocarem numa luta violenta, desabrida, como se a Itália estivesse de novo às portas da Renascença, entre Guelfos e Gibelinos.

De facto, o aumento da riqueza nacional vinha-se afirmando, de ano a ano, numa crescente progressão, a ponto de em 1911 a população, que em 1871 era apenas de 26 milhões, ter ascendido a 34 milhões, não contando 5 milhões e meio de italianos residentes no estrangeiro. O valor da produção agrícola de 3 biliões de liras passa em igual período a 9 biliões. As indústrias têxteis (sêda, lã e algodão) tomavam um incremento notável. Por sua vez, a criação dos altos fornos, das indústrias eléctricas e dos automóveis, intensificavam a riqueza nacional, podendo-se dizer que em 40 anos, emquanto as importações quadruplicavam, as exportações duplicavam.

Naturalmente todo êste desenvolvimento industrial, fixando-se no norte do país, onde melhor se adaptou, trouxe consigo um fenómeno que lhe anda inerente e que a História Económica regista em todos os países de larga vida produtiva, qual é a progressiva expansão da massa operária.

Saído dos campos, o operário correu às fábricas, que se multiplicaram, na ânsia de melhores lucros, e, logo estonteado pela miragem dum socialismo que as classes intelectuais lhe infiltraram, lança-se em luta aberta contra as classes dirigentes.

Começam-se a formar os sindicatos, as cooperativas, tôda essa série de instituïções populares onde os partidos avançados melhor fermentam e caldeiam o espírito desordenado das revoltas.

A agitação operária toma as primeiras atitudes de combate, perturbando a vida económica por uma série de greves e tumultos, que, por vezes, toma um carácter sangrento, emquanto o poder central, na preocupação de domar-lhe as iras, vai afirmando, pela bôca de Giolitti, a sua neutralidade nos conflitos que se travassem entre o *trabalho* e o *capital*.

O socialismo afirmava-se, pois, desde as primeiras horas, como uma fôrça evidentemente operosa, activa, tomando o passo aos apóstolos duma república democrática que Mazzini tinha carinhosamente idealizado.

Indispensável se torna remontar a 1890 para rigorosa determinação das origens do socialismo na Itália.

As doutrinas marxistas entram na Itália pela propaganda dalguns intelectuais que logo as foram levar ás classes operárias. Professores, estudantes, literatos, aceitam a idea nova como remédio contra os males de que a sociedade estava sofrendo. A concepção marxista com a sua desoladora teoria de misérias permanentes, a trágica visão da perpétua luta de classes, tendo apenas fim através duma longa odisseia de dores; todos estes preocupantes e messiânicos anseios de libertação, procurando no materialismo histórico o seu natural fundamento, encontraram na juventude italiana esplêndido terreno, tão cheia de sugestiva perfeição lhe surgia a sociedade a construir!...

Fácil foi lançar, por sua vez, nos meios operários, de mentalidade sugestionável, tôda essa série de doutrinas que mais tarde, como adiante veremos, trouxeram à Itália, quando queimadas pelo mau vento da Rússia, as horas do mais trágico sofrer.

Ao desenvolvimento das ideas socialistas correspondeu

um natural receio por parte da burguesia, que, mal acordada ainda do seu indiferentismo político, tenta por uma mais activa intervenção eleitoral opor-se ao desenvolvimento crescente do socialismo.

A êsse tempo a Igreja, sem preocupações de se imiscuir na política interna da Itália, pensa apoderar-se do movimento no sentido de o chamar a si, estancando-lhe o espírito materialista de que vinha dotado. Não é outro o propósito da célebre encíclica de Leão XIII sôbre as condições dos salários dos operários, que deveriam obedecer a um espírito de eqüidade e justiça. A encíclica *Rerum Novarum* não tem outro objectivo em vista.

Por sua vez a idea nacionalista revive na Itália pretendendo fazer contra-vapor à marcha desordenada das classes operárias. O momento era propício, pois a Áustria estava fazendo nessa hora uma política acentuadamente belicosa nos Balkans.

A política irridentista aparece, então, de novo, não guiada pelo partido republicano, como no tempo de Crispi, mas pelo grito das novas gerações, que logo formam vários centros de propaganda, visando a êsse objectivo. A Liga Nacional e sôbre tudo a Associação que adoptou o nome do poeta de Florença, forneciam um largo programa de propaganda da língua italiana e sua influência nos territórios irridentistas.

D'Annunzio levava às plateias com o seu drama *A Nave* o sonho do domínio da Itália sôbre o Adriático. Então um grupo de escritores lançava no *Carroccio* e na *Ideia Nacional* as bases dessa nova política, que, depois da guerra, vão encontrar a sua afirmação no gesto de D'Annunzio.

A êste movimento fundamentalmente patriótico que Sonnino apoiava no seu programa eleitoral de 1909, afirmando que se tornava necessário «reviver um nacionalismo são e viril», correspondeu a conquista da Líbia (Tripolitana).

¿Arredava-se em definitivo a propaganda dissolvente das correntes avançadas do socialismo com esta nova política italiana? ¿As agitações operárias deixavam de continuar a perturbar a vida económica do país em conseqüência da nova orientação que se estava imprimindo ao sentimento nacional?

Ingénuo seria quem o afirmasse. Os partidos avançados, levados pelo idealismo dos seus programas máximos, não abdicam, que outro não é o espírito marxista, proclamando a resistência revolucionária. Por isso mesmo a guerra que deu a Tripolitana à Itália era condenada no congresso socialista de 1912, donde foram expulsos 4 deputados que no parlamento tinham votado os créditos para aquela bélica expedição.

A lei eleitoral de 30 de Junho de 1912, alargando o sufrágio, vai constituir um triunfo para os partidos das esquerdas. Os socialistas obtêm nas eleições de 1913 — 850:000 votos, o que lhes dá direito a 56 deputados. A-pesar-dos católicos, não organizados ainda em partido, terem concorrido às urnas, não se podia negar a fôrça expansiva que as ideas avançadas iam alcançando na Itália. Alguma coisa de profundo, de radicalmente novo, se ia dar na política dêste país, tão avassaladoramente o socialismo se infiltrava agora, não só nos operários das fábricas, nos trabalhadores agrários, mas mais ainda no pequeno proprietário, que, como produto do desenvolvimento económico do país, surgia, formando ao lado dos irrequietos.

¿Estávamos ás portas da grande guerra? ¿Em que sentido se pronunciaria a Itália?

¿As correntes que a convulsionavam nessa hora grave, para onde a arrastariam?

No primeiro momento, pode bem dizer-se que a Itália sentiu-se presa duma grande hesitação, sem linha definida a seguir no drama histórico que ao norte se estava já desenrolando.

As correntes em que se debatia, traduzindo pontos de vista diametralmente opostos, ora a lançavam nos braços dum neutralismo cómodo, ora a impeliam para a luta por razões de ordem histórica e até sentimental. Havia uma grande incerteza da conduta a tomar, que não era mais do que o reflexo da crise política dolorosamente aguda que a Itália começava de atravessar.

O parlamento de 1914, amálgama das mais heterogéneas ideas, dos mais antagónicos princípios, deu logo nos primeiros dias mostras dum irrequietismo dissolvente, oscilando entre os impulsos revolucionários dos marxistas e os propósitos reaccionários dos católicos. Não havia disciplina, porque a dentro dos partidos não havia unidade de vistas. O parlamento era filho do quási sufrágio universal, que, exercido por um eleitorado grosseiramente educado, dava *isto*, para em 1918, passada a guerra, dar ainda um produto de mais híbrida contextura, como adiante veremos.

¿A Itália deveria intervir no conflito europeu? A esta pregunta tão cheia de ansiedade respondia, por parte das classes médias, um calafrio de pavor.

Expulso da Comuna, ameaçado no Parlamento, o burguês considerava-se perdido, aniqüilado, tão forte o vento socialista o ia empurrando para o campo das classes vencidas.

Pode se dizer com verdade que a classe média não queria a guerra. A fatalidade dos acontecimentos impunha-lha, porém, levando-a a abraçá-la por fim, não com entusiasmo, mas como uma imprevista derivante da luta que o socialismo lhe oferecia. Por um instintivo egoísmo de defesa, ela pensou que a entrada da Itália no conflito armado melhor a libertaria da opressão operária.

Enganava-se, pois nunca as guerras, como Nietzsche já tinha notado acêrca da luta franco-prussiana de 1871, resolveram ou removeram os problemas nacionais, antes, origi-

nando outros, exacerbam os antigos. E os socialistas? Pode-se afoitamente também dizer que eram ferrenhos neutralistas. A massa operária, o pequeno burguês, vindo em linha descendente do sindicalismo, fechavam-se no mesmo neutralismo obstinado e tenaz, que outra coisa não significava do que o sórdido egoísmo com que as classes novas surgem sempre na contextura das sociedades.

Os próprios dirigentes do socialismo eram na sua maioria abstencionistas, só mais tarde mudando de rumo, quando reconheceram o espírito belicoso de que estava animado o socialismo dos países em contenda. E ainda neste ponto é de notar a divergência entre reformistas e marxistas, pois tôdas as simpatias dêstes últimos se dirigiam aos impérios centrais. Nesta hora, pois, o socialismo italiano, pode dizer-se, começa a perder a sua forte coësão, de que dera mostras na sua origem. A sua dinâmica vai enfraquecer por não saber interpretar os formidáveis problemas que com a guerra iam surgir. «Todos os sucessivos erros do socialismo, diz Bonomi, são o fruto inevitável desta sua incompreensão». Pensando salvar a pureza da doutrina, perdia tôdas as energias da vida. Assim, fazendo apêlo ao velho pacifismo democrático, negava à guerra tôda a possibilidade de transformação e renovação, supondo inane os seus resultados. O mêdo, o perigo, a preocupação dos prejuízos materiais; de todos estes fantasmas o socialismo se serviu no propósito obstinado de contrariar a guerra.

Em Maio de 1915 a Itália, porém, entrava na guerra. ¿Quem é que a levava lá com mão resoluta e firme?

A esperança duma pátria maior, ardendo sob o impulso dum forte idealismo; a defesa da própria civilização de que Roma fôra berço e de que os povos aliados eram depositários, como conseqüência natural da lei da continuïdade histórica.

As classes intelectuais, apoiadas no sentimento democrá-

tico do país, foram as intérpretes de tôdas estas altas ideas. Terminada a guerra, a corrente política cujo estudo constitui o objecto dêste trabalho vai surgir, vai marcar a sua *étape* na história constitucional da Itália. Como e porque? É o que vamos ver.

II

Da paz de Versailles à ascensão do Fascismo ao poder

Uma grande decepção tomou a Itália logo após o tratado de Versailles.

¿Por serem demasiadamente latas as suas ambições?

Assim o proclamam aqueles que defendem as bases em que o mesmo tratado assenta, pois justo era tratar no mesmo pé de igualdade, afirmam, todos os povos que com o mesmo denodo se tinham batido pela causa da civilização.

A Sérvia e a Romênia não podiam ser olhadas na hora da paz sob um plano inferior ao da Itália.

Êste modo de ver irritou o sentimento nacional que pensara sair da guerra engrandecido por um mais largo domínio sôbre o Adriático, e até por uma mais justa distribuïção dos mandatos coloniais. Saía da guerra desiludida, sem aquelas compensações que sonhara e que em parte lhe tinham sido asseguradas pelo pacto de Londres, sem mesmo poder conservar, senão à fôrça de novas guerras, as que na partilha lhe eram destinadas. Saía do conflito com um pesado encargo que ascendia em 31 de Outubro de 1919 a 84 biliões de liras, afora a dívida de guerra; com uma vida económica profundamente perturbada em conseqüência dum comércio paralisado, duma produção limitada. Os preços-índices ascendem a 440, mais do que em qualquer dos grandes países que fizeram a guerra.

Êste estado económico naturalmente depressivo gerou como sua conseqüência lógica um mal estar geral que foi

servir à maravilha a insânia bolchevista que da Rússia vinha soprando com fôrça.

As classes conservadoras tinham aceitado a guerra, como já dissemos, pensando assim eliminar a luta de classes. Enganaram-se. O problema irrompia mais violento agora, acicatado pela fôrça inconsciente dos acontecimentos.

Nas eleições gerais de 1919, os socialistas levam ao parlamento 156 deputados. Triplicam a sua representação de 1919. Já nessa altura a rua é teatro de violências. Há greves gerais todos os dias; há assaltos à propriedade privada. As casas de trabalho tornam-se os centros irradiadores de tôda agitação. A Itália está sem disciplina e os anos de 1919 e 1920 são para ela anos de agonia e terror.

Os socialistas, superficiais, como quási sempre, julgaram ter chegado a sua hora. ¡Hora de vindicta! ¡Hora de expiação para as classes vencidas!

¡A propaganda defectista que antes e durante a guerra os socialistas fizeram contra ela, voltavam-na agora com uma violência inaudita contra os próprios combatentes que de lá vieram cobertos de dor e de glória!

Corridos, maltratados, quando não assassinados, mal podiam aparecer em público aqueles que nos flancos dos Alpes escreveram indiscutìvelmente belas páginas da história da Itália. Os homens de Piave e Veneto eram como vencidos dentro da própria pátria. A onda tumultuária do socialismo, arrogando-se o direito de representar a multidão, corria-os desvairadamente, negando assim ao sentimento nacional o direito de proclamar a própria vitória da pátria.

E a burguesia? Essa, não ousando em face da negação socialista assumir a responsabilidade da guerra, sentia-se como vencida, sem fôrça moral para se opor à acusação que o socialismo lhe lançava de ter aceite a guerra, não levada pelo espírito de bem servir a pátria, mas apenas sob o oculto

intuito de esmagar as correntes avançadas. *Não tinha sido uma guerra nacional; tinha sido uma guerra civil*, gritavam os socialistas.

É debaixo desta pressão que se vão realizar as eleições de 1919. Mas não precipitemos os acontecimentos. Êste estado de desordem que quási dissolvera os laços de disciplina e de coordenação social, criara um ambiente de terror, tão longe a massa anónima da multidão levava o seu desvairo extremista.

Vinha-se vitorioso duma grande guerra e viviam-se as horas que se seguem às trágicas derrotas, as horas de desespêro e desalento que a história regista em cada povo, quando da luta sai vencido. Lutara-se, sofrera-se. Para quê? ¡Se a dentro da própria pátria, em vez do carro que outrora levava o vencedor ao Capitólio, se encontrava, como paga, uma dementada ferocidade!

Contra êste estado de coisas, contra esta dissolução social em que a Itália se vinha afundando, esboçam-se os primeiros sinais de reacção. De facto, na cidade de Milão, em Março de 1919, funda-se o primeiro *Fascio di combattimento*, isto é, o núcleo donde deveria surgir o partido Fascista.

¿Qual é o seu objectivo?

¿A que fins visava? ¿Trazia já ideas políticas no seu programa? Não. Apenas afirmações patrióticas sem preocupações doutrinárias. O *Fascio di combattimento* surgia como um produto gerado na instintiva defesa individual contra os ódios, as violências, as perseguições que, dia a dia, nos campos, nas comunas e nas cidades o socialismo ateava.

O primeiro núcleo fascista que se formava em Milão pode-se, por isso, dizer que não visava a outros intuitos do que a defesa das classes perseguidas.

¿O poder central abdicava, não assegurando a liberdade individual? ¿Perdia por uma mórbida transigência tôda a fôrça coercitiva de que deveria dispor em defesa do indiví-

duo? Então o indivíduo sobrepunha-se ao Estado, procurando em si mesmo a segurança que êle lhe não oferecia.

Aconteceu assim em tôdas as sociedades em que a função de defesa social transige ou falece.

A Itália vai ser em breve teatro das primeiras lutas sangrentas, à mão armada, que entre os dois partidos — socialistas e fascistas — *camisas vermelhas* e *camisas negras* se vai travar, como se Mário e Sila voltassem na mesma ânsia fratrícida a ensanguentar as ruas de Roma.

Frisando os propósitos do Fascismo nascente, mais tarde, em 1921, no teatro de Bolonha, Mussolini exclamava: «¿Como nasceu êste Fascismo em volta do qual se agitam paixões, simpatias, ódios e rancores? Não nasceu só da minha mente, do meu coração; não veio só daqueles homens que em Março de 1919 se reüniram numa pequena sala em Milão. Nasceu, sim, duma profunda, duma absoluta necessidade de defesa desta nossa raça ariano-mediterrânica, cujas razões essenciais da sua existência se sentiam ameaçadas por uma trágica loucura, pela mentira dum *mito* que hoje se desfaz em pedaços dentro do próprio ôvo onde fôra gerado».

O facto é que nas primeiras horas o Fascismo, como fenómeno político, quási que passava despercebido no desordenado tumulto em que a Itália se debatia.

As eleições gerais de 1919 realizaram-se numa atmosfera revolucionária. As correntes socialistas, então estonteadas pela loucura da Rússia, pensando transplantar para a Itália a fórmula soviética, não encontraram quási que obstáculo na luta eleitoral. Eram eleitos 156 deputados extremistas, o que constituía uma estrondosa vitória num país de tradições conservadoras. Dir-se-ia que o Parlamento, por si, oferecia já o aspecto duma nova sociedade, tão esmagador era o número das fôrças revolucionárias.

¿O partido Fascista entrava já na constituïção da nova Câmara? Não. Recolhera apenas uns míseros votos que

não lhe permitiam entrar na contenda que no Parlamento se travava. Apenas a contrapor ao socialismo dominante havia que contar com a facção católica, que, pela primeira vez, depois do conflito entre a Igreja e o Estado, se organizava em partido com significado político.

Se a lei eleitoral não permitisse a representação das minorias, poder-se-ia dizer que a Câmara pertenceria quási, nessa hora, na sua totalidade aos socialistas. A Itália meridional representou sempre um núcleo de resistência às ideas extremistas e era dela que ainda nesse momento vinha a necessária resistência para a luta. Não deixam de ter interêsse todos estes detalhes para melhor compreensão dos acontecimentos futuros, pois é nesta Câmara e na rua que se vão travar as grandes batalhas que trarão como conseqüência a vitória do *Fascismo*. Os católicos, formando o partido popular, conjuntamente com liberais e democráticos, vão sustentar o embate na câmara contra a ditadura do proletariado, por vezes aí proclamada, por vezes aí anunciada, como se fôra já senhora da situação.

¿Os 156 socialistas que entravam na Câmara, o que levavam como programa? Uma crítica apaixonada e sectária contra a intervenção da Itália na guerra, negando-lhe assim o seu espírito vitorioso; uma quási completa solidariedade com a Rússia dos Soviets.

¡A êste programa correspondem as mais intensas agitações que têm a sua maior expressão em Bolonha, e em Ferrara, onde se mata e saqueia em nome do comunismo triunfante! Em Turim as agressões a oficiais que vieram da guerra são constantes; o Ministro da Guerra ordena aos oficiais que se defendam à mão armada. Numa província do norte há todos os dias incêndios, lançados pelos socialistas, cujos prejuízos são avaliados em 11 milhões de liras. Em 1920 chegam a estar em greve 1.045:723 trabalhadores rurais e 1.267:935 operários, isto é, quási dois milhões e meio de homens em

agitação. A febre revolucionária progredia numa ascenção estonteadora. Todo o ano de 1920 se passa numa atmosfera de desnorteamento e de caóticas subversões.

Há a incerteza das horas trágicas que as sociedades sentem, quando perdido o justo equilíbrio das suas funções.

As greves sucedem-se e nos serviços públicos lavra a mesma desordem. Nos caminhos de ferro ela é tal, que nunca há a certeza de se chegar ao fim da viagem projectada. O pessoal, apenas obedecendo aos *comités* revolucionários, transforma a organização dos serviços num verdadeiro cáos!

Na primavera de 1920 chega-se a recear a perda da unidade nacional, tão iminente êste estado de coisas trazia consigo a perspectiva duma luta civil, quebrando os cinqüenta anos de uniformidade política iniciada sob a dinastia de Piemonte.

Havia divergências de sentir entre as gentes do sul e do norte, que se estendiam pelas províncias, pelas comunas e até pelas aldeias. Assistia-se a êste paradoxo, escreve Mário Missiroli: «a primeira guerra que os italianos de tôda a península faziam, batendo-se num exército único, trazia consigo a dissolução da própria unidade nacional, criada artificiosamente sob a rígida disciplina duma administração centralista».

¡Sentia-se que tôda a vida italiana, sob a agitação revolucionária em que se estava ardendo, retomava o antigo ritmo da vida das comunas mediévicas com a mesma energia nos ódios, com a mesma violência na acção!

Em Junho o protectorado da Albânia que a paz tinha dado à Itália revolta-se contra o exército italiano. Ancona e todos os centros revolucionários, fazendo eco dessa revolta, obstam, por meio de greves, a que sejam enviados reforços militares.

Assim dia a dia se esperava a eclosão da grande batalha que, sem dificuldade, acabaria por destruir as peças ainda em acção da já desconjuntada máquina do Estado.

Nessa hora de tragédia há ainda alguém que a dentro da desordem socialista grita palavras de ordem e serenidade, fazendo ressaltar a inanidade do mito russo, que não valia mais do que uma grande casa de manicómio. Essa figura de Turati, digam o que disserem, há-de a história registá-la, como a afirmação duma grande intelectualidade, elevando-se acima da apocalíptica nevrose em que o proletariado estrebuchava.

A revolução, porém, estava em marcha e nada parecia poder já detê-la. Assim pensava o próprio govêrno, que, sem fôrças onde se apoiasse, quási que deixava os acontecimentos seguirem a sua natural directriz, transigindo sempre, ora nas ruas pela impunidade dos culpados, ora no Parlamento perante a onda tumultuária do socialismo extreme.

Como em todos os regímenes constitucionais, em períodos de igual natureza, dava-se no poder executivo uma constante mutação de figuras, tão depressa os homens se gastavam, se diluíam perante o embate impetuoso dos acontecimentos.

No tablado político no ano a que nos estamos referindo (1920) aparece uma figura a que devemos especial menção pelo papel que vai desempenhar, precipitando pelas suas sucessivas transigências uma mais rápida intervenção do Fascismo na política italiana.

Nitti, persuadido de que o país se encontrava na véspera duma profunda transformação, pensara salvar a Itália, indo ao encontro dos acontecimentos. Para isso entendeu que deveria transigir mais ainda do que os seus antecessores, chamando à colaboração da actividade governativa as próprias fôrças socialistas. ¿A estes propósitos como corresponderam os adversários? Como todos os partidos revolucionários, não com a transigência que Nitti sonhara, mas com maior violência ainda.

Opondo-se ao irredentismo de D'Annunzio, já a essa hora de posse de Fiume, transigia ainda com o espírito ne-

gativista da revolução. Por fim convencido da impossibilidade de a evitar, Nitti, na própria câmara, exclamava: *¡As instituïções que se não sabem defender por si mesmo, não merecem ser defendidas; devem morrer!*

Era a confissão expressa da derrota, proclamada pelo próprio Estado.

Nitti, porém, enganava-se, esquecendo-se que os países de rica vitalidade, nas suas horas de maior crise, encontram em si mesmos elementos que lhes despertam novas energias, sacudindo-os do colapso em que parecem submergir.

Preso à sua política de transigência, mais teórico do que prático, não teve a visão real da própria fraqueza de que o socialismo estava dando provas, pela inanidade dos processos e mais ainda pela luta interna em que se debatia.

Com efeito o socialismo estava já nesse momento scindido em várias correntes que iam desde os reformistas até aos representantes da Internacional de Moscou.

Nitti, fechando-se a dentro dum desolante pessimismo, era contudo sincero. Em breve, porém, teve de abandonar o poder.

A revolução socialista que não tinha ousado atacar até aí, num movimento geral e simultâneo, o Estado, vai realizar a sua primeira acção de fôrça, apoderando-se, no outono dêsse ano, das fábricas metalúrgicas. ¿A revolução ia triunfar? Não. A fatalidade das leis económicas incumbia-se de espontâneamente destruir a própria acção revolucionária. É que as reformas sociais não se conquistam com violências, não se alcançam com ditaduras de classes, mas pelos processos históricos da evolução, sob a égide da própria liberdade.

A tomada das fábricas constituiu, por isso, a maior das decepções para a massa anónima do socialismo.

Estavam, de facto, os operários senhores dos instrumentos de produção, objectivando assim o dogma marxista. O

colectivismo revolucionário dava o seu primeiro passo, ¿mas que de proveitoso daí resultava? Passadas semanas, essas fábricas não laboravam, porque o operário, entregue a si mesmo, ficava sem fôrça dirigente que lhe disciplinasse o esfôrço; não laboravam porque não tinham matérias primas que as alimentassem; não laboravam porque lhes faltava o capital que as impulsionasse; não laboravam e por isso nada produziam, tornando-se não fontes de rendimento, mas valores inúteis sem significado económico.

Era o desmanchar da utopia que o próprio Lenine confessava nos últimos dias da sua vida, escrevendo no jornal *Krasnaia Nov*: «Um proletariado não pode desenvolver-se sem o auxílio do capital, e êste antes de ser um inimigo é um aliado necessário; um estado inevitável. Basta de ilusões; é ridículo fechar os olhos à verdade».

De facto, as fábricas tiveram de ser abandonadas, o que mais reacendeu o ódio do proletariado. Na impossibilidade de realizar outra obra, vinga-se nos seus ataques pessoais, oprimindo todos os dias o inimigo, por mil processos vexatórios. Pietro Gorgoloni, escrevendo sôbre a situação da província, traça o seguinte quadro:

«O camponês que não obedecesse imediatamente às ordens do *comité* revolucionário era punido. Matavam se-lhe os animais; incendiavam-se-lhe as searas, insultava-se-lhe a mulher; maltratavam-se-lhe os filhos. Se quisesse recorrer à farmácia ou ao médico, não o podia fazer, mesmo em casos graves. Do inquérito feito verificou-se que proprietários houve que, para não serem perseguidos, tiveram de pagar milhares de liras. Cita-se mesmo o caso dum camponês de Cavarzero que teve de pagar uma pesada multa por ter obstado a que uma sua irmã se deixasse cortejar por um chefe dum sindicato socialista».

Nesse mesmo Outono de 1920 o socialismo apodera-se de milhares de comunas, que ficam por isso sob a sua adminis-

tração. Esta nova arma mais o leva à prática de maiores violências. Em Novembro de 1920 assassinam o conselheiro Giordani, no palácio de Accúrsio de Bolonha.

A medida estava cheia. O Fascismo vai entrar agora em acção, tão impetuoso e brutal, como impetuoso e brutal tinha sido o socialista demagogo na sua sementeira de ódios e violências.

Era a *révanche* que a natural reacção agora ia fazer explodir sob o instintivo direito de defesa social.

As sociedades obedecem às mesmas leis biológicas a que os organismos são submetidos nas suas horas de crise. O sentimento da desforra vai ser inexorável, tanto eram aqueles que tinham uma ofensa a pagar, uma represália a tirar!

Como atrás dissemos, o Fascismo reveste na sua primeira fase mais um carácter de defesa contra os ataques à mão armada do socialismo do que uma aspiração política com programa definido.

A defesa individual cria o *Fascio di combattimento* sem determinante partidária. No estado em que a Itália se encontrava, sem fôrça legal coercitiva que impusesse à desordem uma lógica repressão, reconheceu-se a necessidade de vir para a rua fazer pagar a afronta, segundo a velha fórmula das sociedades primitivas; dente por dente, ôlho por ôlho. O direito punitivo de talião vai ser a norma de combate do Fascismo contra a demagogia socialista que em breve vai andar a monte, expatriar-se, que assim lho impunha a loucura dos seus erros!

A maioria da classe burguesa transigia, aceitando resignadamente a opressão demagógica?

Não o pensavam assim aqueles que pela pátria sofreram as inclemências da guerra. Os núcleos dos combatentes em breve se espalharam por alguns centros do país sem contudo representarem polìticamente valores apreciáveis. Já

dissemos que nas eleições de 1919 o Fascismo não chega mesmo a ter representação eleitoral. As suas ideas políticas são confusas, incoerentes, mal se compreendendo o objectivo a que visam. Nos dias das grandes tormentas por que passa a Itália mostra-se tímido e indeciso sôbre a orientação da política a tomar.

Aquele que vai ser o seu único dirigente, a encarnação do novo sentir italiano, a alma de todo o movimento, Mussolini, tateia, parece marchar às cegas, hesitante, ora declarando-se anarquista, ora tomando posição ao lado do proletário, ora esboçando um tendencioso propósito de, sob os escombros da sociedade destrnída, erguer uma república de carácter acentuadamente democrático.

Lêem-se os seus discursos, os seus escritos dessa época, e recolhe-se a impressão dum espírito hesitante, reflexo do estado de alma em que a Itália se debatia.

Referindo-se ao insucesso político que o Fascismo sofreu nas suas primeiras horas, escreve Bononi:

«Em 1920 o Fascismo encontrava-se numa situação de absoluta impotência. A loucura bolchevista tinha inquinado tôdas as camadas sociais, aquelas que não tinham sido invadidas estavam pelo menos resignadas a que se fizesse a experiência. O propósito fascista de arrastar a massa com um audaz programa de renovação política e económica e com as mais amplas concessões à demagogia imperante não tinha tido nenhuma eficácia. As multidões vão ao sabor do acaso, arrastando tumultuosamente no seu curso as débeis fôrças do Estado apenas agora apoiado na inércia em que se coloca perante os acontecimentos, e na inépcia dos seus inimigos»;

Na primavera de 1920, Mussolini, proclamando a falência do individualismo, exclama, não palavras de incitamento, mas do mais desolante negativismo, como estas: «Não nos resta para o sombrio momento que atravessamos e para o

tenebroso dia de àmanhã senão uma religião absurda, que é a religião do anarquismo».

Em Setembro de 1920, quando o socialismo se apodera das fábricas, o que faz o Fascismo? Ainda nessa hora trágica Mussolini não entende intervir a favor dos industriais contra os operários; fica indiferente, sem querer, afirma Pietro Forgolini, ser um instrumento nas mãos da burguesia ameaçada.

Quando é que, pois, o Fascismo deixa de ser um episódio esporádico na política italiana, passando da sua feição primitiva do desfôrço individual para a vanguarda da futura reacção política? Querem uns que só depois do socialismo sair do congresso de Livorno completamente despedaçado, pelas acusações em que aí se revolveu, é que o Fascismo se transformou numa fôrça activa. É certo que em fins de 1921 o socialismo poder-se-ia dizer virtualmente vencido, pela inépcia da sua acção e vesânia mental dos processos, incapaz já de derrubar a monarquia e aniquilar o capital, mas como fôrça política e económica, êle continuava, de facto, organizado.

Quem o vai liquidar é, porém, o Fascismo, irrompendo então impetuoso em todos os centros importantes da Itália.

É nessa altura que todos os dias as ruas se transformam em verdadeiros campos de batalha. O Fascismo, agora enquadrado em forma de milícia, persegue o socialismo, entra nos seus centros, nos sindicatos, nas casas de trabalho, destruindo e incendiando. Na Romanha, na Emília, na Toscana, na Umbria, não descansa um momento, aterrorizando as regiões eivadas de Comunismo, fazendo andar a monte, como os lôbos, todos os conhecidos agitadores.

Pode-se dizer que o movimento é já nesta altura nacional, correndo para êle o burguês, agora encorajado pela fôrça com que a reacção se apresenta, o estudante, o professor, o intelectual, todos aqueles que tinham sofrido as

afrontas e injúrias da opressão comunista; todos aqueles que se sentiam reconfortados pelo sentimento idealista da pátria. Os Núcleos fascistas desde a primavera de 1921 engrossam, difundem-se com uma rapidez vertiginosa. O protesto de 1919, lançado em Milão, é em 1921 um movimento nacional que vai procurar as suas causas na revolta contra a afronta que a demagogia socialista, inculta e brutal, tinha arremessado à face da Itália. Surge como um produto natural duma reacção colectiva. No fundo não é um movimento idealista, se bem que depois para essa aspiração se encaminhasse, tão pouco uma desforra do capitalismo, como injustamente se pretende fazer ver.

O Fascismo vai englobar em si desde êsse momento tôdas as fôrças componentes da vida nacional, os irridentistas de Fiume, os industriais, os agricultores que nêle vêem o instrumento necessário para restauração da ordem, impondo a disciplina ao país.

Que orientação política vai de futuro surgir desta heterogeneidade de elementos? A que objectivo visará todo êsse agregado, espontâneamente constituído para libertar o país da subversão bolchevista? É interessante para o estudo do observador determinar desde já a tendência de tôdas estas fôrças reünidas sob a bandeira fascista, pois dela derivará a nova fase que o Fascismo irá imprimir, quando Govêrno, à política da Itália.

Pode dizer-se sem receio que a maioria, senão a quási totalidade dos elementos que nesta altura formam o partido fascista, é conservadora.

Seriam dêsse espírito animados os primeiros núcleos fascistas? Não. O seu originário espírito era anti-burguês, pois, se se pretendia destruir o bolchevismo, nem por isso se deixava de manifestar claras tendências para o proletariado. O próprio chefe fascista, trazendo atrás de si um passado retintamente revolucionário, como dirigente dos

antigos tumultos que ficaram na história sob a designação da «Semana Vermelha», não podia fácilmente desprender-se de todo o abstracto doutrinarismo em que o seu espírito estava imbuído.

O Fascismo, constituindo partido, mantem essas tendencias do chefe?

Não. Mussolini, a-pesar-das suas altas qualidades de homem de acção, com o seu verbo quente de latino, sugestionando, arrastando, dominando multidões, vai em breve ser submergido pela vontade forte do partido que o leva a adoptar caminho diametralmente oposto.

As aspirações em que ardia a sua sensibilidade de apóstolo vão encontrar nova estrada de Damasco em que o seu passado para sempre será sepulto.

Pretendia resistir? Não o duvido depois das suas afirmações em Abril de 1921 no congresso de Emília e Romanha; depois de, na nova Câmara, onde toma assento em 1921, pretender chamar o Fascismo para o caminho da República, abstendo-se com os seus mais fiéis discípulos de tomar parte na sessão da abertura do Parlamento, durante a leitura do discurso da Coroa.

Socialista outrora, agora republicano, para em breve ser ferrenhamente monárquico.

Já na primavera dêsse ano, ao ver a forma desumana com que o partido continuava perseguindo o socialista, êle exclamava na Câmara: «É preciso terminar com a violência. O socialista tem direito a manifestar-se, a fazer a sua propaganda».

O partido não lhe compreendia o gesto, tão diferente era o espírito que o animava; mas Mussolini não cede ainda, deixando-se balançar entre a arreigada idea dum patriótico renascimento nacional e as esfumadas sombras do sonho que outrora o acalentara em prol duma diferente humanidade! Assim, emquanto os seus correligionários na rua

continuavam o assalto aos círculos socialistas, êle declarava-se na Câmara disposto a uma aliança entre socialistas e populares, a fim de inaugurar uma política baseada na vontade da maioria italiana. Para isso quere e impõe um pacto de pacificação, concluído solenemente em Agôsto dêsse ano (1921).

O Partido aceita-lho? Não. O Fascismo da Emília, da Romanha, da Toscana, não lho ratifica. É preciso caminhar para as direitas, retroceder, não mais programas das esquerdas tendentes a instaurar uma democracia política, exclama-se no congresso de Roma em Novembro (1921).

Mussolini compreendeu, e o seu espírito penetrante de tribuno, apossando-se de tôda a forte aspiração do seu partido, não mais pensa em contrariá-la; vai direito a ela e, encarnando-a, vai-lhe dar o relêvo da sua indomável energia.

É a renegação dum passado todo feito de aspirações absolutamente opostas? Sem dúvida. Os partidos avançados vão-lhe lançar a injúria de renegado? Têm, por certo, razão, mas a crítica serena vê-lo há apenas agindo sob a férrea lei do determinismo histórico.

A teoria dos grandes homens é uma mentira. No torvelinho dos acontecimentos, no fluxo e refluxo em que o agregado humano se agita, o homem, julgando-se condutor das sociedades, não é mais do que um fiel servidor do momento histórico que representa. Julga proceder sob a sua própria iniciativa e não passa de um instrumento do meio social em que a sua personalidade se formou. A esta afirmação, se quiserem, chamem-lhe um conceito velho de teoria agora posta à margem, mas nem por isso ela deixa de constituir à face da filosofia da história uma grande verdade.

Mussolini vai caminhar para as direitas; vai governar ditatorialmente. Julga que o faz por sua iniciativa e é afinal o joguete do destino, de mil factores acumulados de que o seu partido é a expressão máxima. A figura do Rei, que êle

queria suprimir, vai ser o símbolo da sua nova fôrça, o representante da instituïção que êle, depois no Govêrno, encontrará, como única capaz de levar a Itália à antiga hegemonia, que outrora lhe dera a civilização do Mediterrâneo.

Perde neste desvio a linha forte do seu temperamento? Não. Na directriz a seguir o fundo conbativo permanece, apenas agora modelado pela enérgica fôrça dos acontecimentos. É bom ou mau o que faz?

A resultante social não se aquilata pela coerência dos homens, mas pela eficácia dos efeitos produzidos.

Assim, animado por uma vontade forte, o Fascismo prepara-se para governar, para se apoderar do poder, pelas armas, se tanto fôr necessário. O golpe virá breve. De Fevereiro a Outubro de 1922 o Parlamento está em crise, tão violentamente nêle se debatem os partidos.

Anuncia-se a conquista do poder. Ser-lhe há fácil, pois tôdas as fôrças de resistência estão esgotadas por um tumulto constante que mais parecia vesânia mental dum bárbaro período do que o impulso com que as revoluções apressam a eclosão dos novos estádios sociais.

Mussolini vai entrar em Roma! Vai fazer a sua famosa marcha que lhe conferirá o poder. Quem o acompanha? Gente moça que o sonho do imperialismo agora abrasa, agora queima na ânsia de elevar o novo César sôbre os escudos dum revivido imperialismo.

Mussolini entra em Roma sem quási obstáculos, sem sentir as apreensões de ter de atravessar o Rubicon. O Parlamento não reage; o exército quási que aplaude. E o Rei? Hesita talvez, tão aferrado tinha vivido até aí a dentro da fórmula constitucional.

Mas, em breve, se oposição houve, ela se desfez. Mussolini, como um triunfador, toma conta do poder.

III

O Fascismo no poder. Teoria política adoptada. Suas conseqüências, no campo dos princípios

O Fascismo no poder, como produto duma natural reacção, tinha de fatalmente ser aquilo que tem sido, isto é, um sistema político centralista e absorvente, impondo se pela forte vontade de quem manda e não conhece, nem pode conhecer resistências.

Os agregados humanos constituídos em sociedade, quando perdem o justo equilíbrio das suas funções, são sempre levados, pela lei instintiva da conservação, a uma natural defesa. Tôda a dinâmica social não é mais do que o esfôrço colectivo, actuando sob o mesmo ritmo de coordenação. Quebrado êle, o processo histórico de o refazer, de o reaver, só se alcança à custa da própria liberdade individual. Tôda a ditadura é, por isso, por via de regra, uma conseqüência inevitável dum estado patológico em que a sociedade caíu, quando perdida a realidade objectiva da vida. Válvula de segurança lhe chamou Mirabeau e, de facto, ela aparece sempre pela história fora sob a mesma modalidade de defesa colectiva, integrada, centralizada em um só órgão, como único capaz duma acção mais salutarmente enérgica.

Mussolini é na Itália a expressão dessa fôrça, que, logo nos primeiros dias, êle manifesta, pondo em nítidas palavras o conceito do seu govêrno perante um Parlamento cuja acção até aí tinha sido apenas negativa.

Antes, porém, de entrarmos no estudo das normas jurídicas adoptadas pelo Fascismo para execução do seu plano, vejamos em que teoria de Direito Público êle vai estabilizar a sua função governativa. Vai ser uma ditadura modelada pelo clássico sistema da velha Roma, ou uma ditadura de

espada desembaïnhada, impondo pela fôrça a sua vontade suprema? Vai ser o govêrno duma oligarquia, dum partido, duma minoria, ou da própria nação, como o Fascismo afirma? A resposta está implìcitamente contida na defesa do sistema, feito pelos tratadistas do actual Direito Constitucional Italiano.

Eis em síntese a sua argumentação:

O indivíduo é uma afirmação abstracta que a Ideologia da Revolução Francesa, firmada num racionalismo filosófico, deformara. Só o Estado tem realidade concreta de que o mesmo indivíduo é apenas instrumento. O Estado é assim, não como no velho liberalismo, a expressão duma maioria, duma classe, dum partido, imposto pelo sufrágio, mas a síntese de tôda a Nação, visto que nela se devem integrar tôdas as actividades sociais.

Não mais lutas de classes; não mais partidos; que tôdas as antagonias doutrinárias, tôdas as divergências políticas se devem quebrar perante o conceito da unidade nacional. O Estado, como síntese dessa unidade, não pode estar à mercê da notabilidade que o sufrágio dá ao poder, o Estado-Nação tem uma autoridade autónoma que flui dos seus elementos componentes, étnicos, históricos, que lhe dão um fundo imutável. Desta forma o Fascismo chega ao conceito do velho Imperialismo, concentrando no poder central tôda a fôrça criadora e dirigente.

Esta concepção do Estado-Nação que o Fascismo em si encarna exige, indiscutìvelmente, o sacrifício da liberdade individual nas suas manifestações do pensamento e acção que até aqui não tinham outros limites que não fôssem os impostos pela segurança do Estado e ordem pública.

A esta natural objecção respondem os defensores do novo sistema político, dizendo que a dentro do Fascismo, considerado como Estado-Nação, podem coexistir tôdas as organizações dos interêsses sociais, tôdas as actividades na sua

máxima expansão individual, contanto que sôbre elas permaneça a vontade forte do Estado, coordenando-as e integrando-as na Nação, que é o Fascismo.

O Parlamento pode manter a sua função legislativa?

Certamente, desde que reconheça que a Nação encontrou no Fascismo a sua fórmula definitiva. Tôda a teoria afinal se resume na velha máxima imperialista: *Poder executivo forte e livre, actuando como dirigente da vida nacional. Nada pode limitar a sua acção, pois de nada depende.*

Desta forma a teoria da soberania nacional; do govêrno da Nação imposto pela vontade do maior número; tôda a estrutura orgânica em que os regimenes democráticos assentavam a razão histórica do progresso social e a que Montesquieu com a divisão dos poderes pusera os primeiros traços de coordenação e harmonia, desaparecem para dar lugar ao conceito puro da centralização de funções em um só órgão.

À primeira vista tudo isto não significa mais do que seja a restauração da fórmula absolutista em que as velhas monarquias se apoiavam. O velho imperante exclamava: Todo o poder me vem de Deus. O Fascismo diz agora: Todo o poder me vem da Nação, da qual eu sou o único intérprete, pois só eu posso avaliar das suas necessidades, das suas aspirações, dos seus interêsses e dos seus ideais. Desta forma nada pode coexistir dentro da Nação que não esteja integrado no Estado-Fascista. Tôdas as actividades sociais com êle devem colaborar, obedecendo ao mesmo objectivo nacional. Partidos, facções, correntes opostas à idea fascista, visto que ela é a síntese da Nação, não mais têm direito a existir. Como opositores, como inimigos, se devem tratar. Ora o Fascismo, querendo impor-se ao conjunto da colectividade como único detentor da fôrça dirigente, implicitamente traz consigo a negação da liberdade de opinião, seja considerada como um direito natural, seja o produto da própria evolução histórica.

De facto, se todo o pensamento oposto à concepção fascista é contrário à vida da Nação e portanto deve ser eliminado, chegamos à conclusão de que a liberdade, como manifestação política, deixa de existir, visto não encontrar garantia legal para a sua objectivação. O Fascismo é um sistema político, não é um partido? Mas, mesmo que assim fôra, nem por isso êle pode deixar de sofrer o contacto das correntes sociais que no seu dinamismo se oponham ao seu conceito orgânico, sob pena de se chegar à negação da liberdade individual.

Vejamos como replicam os defensores do Estado-Fascista. O indivíduo, considerado socialmente, é tudo quanto há de mais transitório, de mais aparente, em face da realidade étnica da raça, em face da realidade espiritual da Nação, em face da realidade moral do Estado.

O problema da liberdade do indivíduo não pode ser olhado no sentido abstracto das escolas democráticas, mas em face da realidade colectiva, e, sendo assim, a idea da liberdade aparece condicionada, não constituindo um direito absoluto, como a Revolução Francesa tinha erradamente proclamado, mas como um direito subordinado, adstrito à vontade que a bem da Nação o disciplina e condiciona. A liberdade é, pois, disciplinada pelo interêsse da Nação, e é por êsse vínculo de disciplina que ela tem de ser exercida nas suas manifestações externas. A liberdade e a disciplina são, portanto, duas ideas, duas fôrças absolutamente associadas, absolutamente ligadas das quais depende a coordenação de todo o esfôrço colectivo e equilíbrio da vida civil. O conceito da velha escola liberal, afirmam, seria a negação do próprio Estado, cuja existência ficaria entregue ao caprichoso arbítrio individual com prejuízo da colectividade.

E nesta ordem de ideas, acrescentam: — Afirmar, por exemplo, o direito de não trabalhar e conseqüentemente o direito à greve é desconhecer a vida social nas suas mani-

festações de actividade, os fins supremos da própria idea de liberdade que ela em si encarna. Por outras palavras: liberdade não quere dizer o direito de aniqüilar a Nação. O Estado, como único órgão dirigente da vida nacional, pode, por isso, limitá-la, restringi-la, ampliá-la, segundo as necessidades concretas a que a sua existência obedece.

Se é certo, dizem ainda, que a liberdade do pensamento, pela discussão que levanta, pelo contraste de opiniões no campo político e social, constitui uma fôrça indiscutìvelmente apreciável, não é menos certo que, se não fôr disciplinada, pelo seu exagêro, pode atingir a Nação, atacando-a no que ela tem de mais caro, anarquizando-lhe a acção e até desviando a da sua suprema finalidade. Não a limitar é transformá-la num instrumento de tirania, pondo em perigo a vida da Nação. A liberdade, pois, como um direito, tem de ser exercida dentro da esfera que o poder central lhe circunscrever. Eis como se exprime Luigi Vialli num artigo publicado na revista *Politica* sôbre a idea da liberdade fascista:

«Morto o velho liberalismo, a benéfica e fecunda revolução fascista deverá firmar-se, solidificar-se em uma ordem nova na qual a idea liberal encontre uma nova explicação, uma nova encarnação, a fim de que a liberdade, e a ordem, a crítica e a disciplina, a palavra livre e franca e o silêncio obediente, constituam, em nome da Pátria, um ritmo novo e firme, capaz de acompanhar a Itália na vida futura. A constituïção dessa harmonia será o traço inconfundível do génio nacional que outrora a velha Roma formou e transmitiu pelos séculos, guiando-a na paz e defendendo na guerra pela ditadura e assim, conjugando liberdade e ditadura, a levou à grandeza do Império».

Eis a traços rápidos a teoria em que o Fascismo assenta a sua vida constitucional.

Antes de analisarmos a objectivação jurídica da teoria

exposta, vejamos qual o impulso orgânico a que o Fascismo obedece e assim a directriz que procura seguir na sua aspiração máxima.

Em síntese, afirma que a Nação não é um organismo artificial, criado pelo Estado-Fascista, em que agora ela se encarna, mas um produto histórico, revivendo pelo seu passado, pelas suas tradições, pelas suas dores e glórias com que o destino a foi marcando. O sentimento da tradição dela dimanado é um elemento dinâmico imprescindível na sua evolução do futuro, marcado já por Renan, quando afirmava que a alma da Nação é constituída por dois princípios espirituais: um consubstanciado no passado, outro no presente, fazendo valer a herança histórica. O Fascismo procura, pois, como o Nacionalismo, firmar-se na tradição histórica, desenvolvendo e acentuando os sentimentos que constituem o fundo idealista da Nação. Com o Nacionalismo tem êste ponto de contacto, procurando como os partidos nacionalistas francês e italiano fazer reviver o passado e é sob êsse estímulo que o imperialismo romano constitui hoje a máxima aspiração fascista. Guiado por êsse sentimento, o Fascismo vai restaurando o formalismo da antiga Roma, já adoptando símbolos e expressões que a poeira do tempo parecia para sempre ter apagado da vida real, já despertando, ainda que vagamente, o espírito do domínio para além das fronteiras que a Paz ùltimamente lhe assinalou.

Levado por esta corrente tradicionalista, naturalmente o ressurgimento da idea religiosa vem como fazendo parte do património extinto. O Fascismo torna-se assim no conceito da sua reconstituïção histórica fundamentalmente católico, procurando na Igreja, como a velha Roma no paganismo, uma fôrça espiritual com que melhor possa efectivar tôda a disciplina social. A guerra tinha já, como em todos os países, revivido no espírito dos combatentes o fenómeno religioso perante o espectro da morte, surgindo, a cada momento, da

dureza brutal dos combates. O Fascismo anima-o, obrigando o ensino religioso nas escolas, dando às reclamações do clero a mais completa satisfação, indo até ao ponto de querer reatar as relações com o Vaticano, o que até hoje, porém, não conseguiu.

Eis em síntese a directriz do Estado-Fascista, querendo dar vida ao passado, e assim adoptando nas suas linhas gerais o programa do Nacionalismo.

*
* *

Vejamos agora como o Fascismo tem dado fórmula jurídica à sua teoria constitucional, cujas linhas gerais deixámos já esboçadas.

Para que o poder executivo pudesse em si integrar tôda a actividade dirigente da sociedade, necessário se tornava limitar a função legislativa em proveito do poder executivo. O Parlamento tinha sido, como vimos, uma das causas determinantes da desordem em que a Itália tinha caído. O Fascismo reconhece a necessidade de lhe coarctar a iniciativa a fim de melhor imprimir à sua obra o esfôrço premeditado. Assim se estabeleceu que nenhum deputado pode apresentar à discussão qualquer proposta de lei, nem mesmo ser pôsto em ordem do dia qualquer assunto sem a prévia autorização do Presidente do Conselho, isto é, do primeiro ministro, o que equivale necessàriamente a colocar a acção legislativa sob o domínio do poder executivo. É um bem, é um mal? A verdade manda que se diga que, nesta hora em que o Parlamentarismo, pela esterilidade das lutas a que se entrega, pela falta de consciência com que desempenha as suas altas funções, bem merece uma remodelação completa na sua constituïção e funcionamento a fim de que a pureza da função lhe seja restituída.

A experiência dos últimos tempos dá razão ao Fascismo. Todos os países latinos reconhecem a necessidade de remodelar o Parlamento, que, sendo de-certo um órgão vital ao desenvolvimento das democracias, constitui hoje, pelo seu péssimo funcionamento, antes um obstáculo à vida normal dum país.

Uma outra alteração introduzida no poder executivo refere-se à responsabilidade ministerial, cuja solidariedade deixa de existir, entre o Presidente do Conselho, tomando o título de Primeiro Ministro, e os demais membros do poder executivo. Com efeito, o Primeiro Ministro fica apenas responsável perante o Rei pela direcção geral da politica, assim como os outros membros do gabinete o ficam para com o primeiro ministro que, dentro das suas funções de coordenação, é quem resolve os conflitos e escolhe os colaboradores. Desta forma tôda a acção governativa se fecha e concentra nas mãos de um só homem, que pode permanecer contra a vontade do Parlamento, pois em conflito com êle o Rei pode resolver a seu favor, dissolvendo a Câmara e mantendo o primeiro ministro.

A dentro, pois, desta ordem de ideas, isto é, de considerar o poder executivo como a função máxima do Estado, a lei de 31 de Janeiro de 1926 veio estabelecer o princípio de que ao Govêrno assiste o direito de, em certos casos para si, tomar a função legislativa, publicando decretos sôbre todos os ramos de administração pública, notadamente quando razões de urgência e absoluta necessidade assim o determinem. A faculdade de legislar, que, pela teoria da divisão de poderes, apenas pertencia às Câmaras, constitui pela doutrina fascista objecto da própria função executiva. É esta uma das mais importantes innovações da nova organização política italiana, pois quási que liberta o govêrno da iniciativa parlamentar.

É certo que a norma jurídica emanada do poder execu-

tivo, quando determinada pela urgência e absoluta necessidade, tem de ser apresentada ao Parlamento até à terceira sessão, depois de publicada, a fim de ser submetida à sua discussão, considerando-se sem validade se não fôr aprovada dentro de dois anos.

O Ministro da Justiça, A. Rocca, justificando a necessidade de facultar ao poder executivo o direito de legislar, ainda que de carácter provisório, afirma que — «a função governativa, é a função primordial e essencial da vida do Estado; que a velha concepção de considerar o govêrno como uma pura actividade executiva subordinada à vontade dos poderes legislativo e judicial, representou em certo momento histórico a expressão da reacção individualista contra os verdadeiros ou supostos abusos do Estado, não tendo, porém, fundamento na realidade. Foi, noutros tempos, uma concepção jurídica firmada em razões de ordem politica que não tem já hoje razão de ser».

Não deixou, também o Fascismo de legislar sob a limitação dos direitos politicos, restringindo a liberdade de imprensa, pondo-a sob a dependência da autoridade administrativa (Prefeito). O seu actual exercício está dependente em parte da sua vontade. Pode a imprensa ser suprimida admoestada, não mesmo reconhecido o direito do seu aparecimento, desde que a autoridade administrativa assim o queira.

Da mesma forma o direito de associação está dependente do critério da mesma autoridade. Sob êste ponto de vista é ainda de notar a proïbição das sociedades de carácter secreto, querendo-se desta forma visar principalmente a Maçonaria. Com êste intuito ordenou-se que todos os oficiais de terra e mar e funcionários públicos deixassem de pertencer a qualquer sociedade secreta, sob pena de imediata demissão. É ainda, por certo, por êsse motivo que todo empregado público ao entrar no exercício das suas funções

deve, além do juramento de fidelidade ao Rei e às leis do país, jurar também que não pertence, nem pertencerá a qualquer associação ou partido cuja actividade se não concilie com os deveres do seu cargo.

E desde que falamos em funcionários públicos seja-nos permitido notar o espírito que ditou a lei de 30 de Dezembro de 1923. Com efeito aí se determinou que as relações entre o Estado e os seus empregados não correspondem a uma ordinária prestação de trabalho, pago pelo Estado. Um outro vínculo existe que prende o empregado ao Estado e que é de carácter moral. Por êle o funcionário público, ligando a sua vida à do Estado, a êle tem de dedicar tôda a sua actividade, cultura e inteligência afim de concorrer para os fins sociais e políticos que o mesmo Estado tem em vista.

Esta medida nos tempos que vão correndo corresponde em certos países da Europa a uma real necessidade, lembrando ao funcionário o espírito de disciplina que o deve prender à função que exerce.

Ainda sôbre a limitação do direito individual de residência há a considerar a lei que não permite a dentro da Itália aqueles indivíduos considerados como perigosos para a tranqüilidade pública.

Expostas as restrições mais importantes a que foi sujeita a liberdade individual, vejamos sob o ponto de vista administrativo qual tem sido o critério adoptado pelo Fascismo.

Também o govêrno fascista tem limitado a administração local, centralizando em si as funções das diversas entidades municipais. Desta forma a administração local ficou entregue a uma autoridade (*Podesta*) nomeada pelo Govêrno e cujo exercício será de 5 anos. Esta autoridade pode nas localidades onde o Prefeito assim o entenda, presidir a um Conselho Municipal (Consulta Municipale) que não pode ir além de 6 membros, sendo nomeados — um têrço pelo Prefeito e dois terços pelas associações econó-

micas para tal fim escolhidas pelo Prefeito. Defendendo o critério adoptado, diz o Procurador Régio, Dr. Corrado Petrone:

«La figura del Podestá si ricollega alle tradizioni del Rinascimento, per essere stata l'espressione completa di una nuova coscienza popolare rinovata. Oggi questa figura storica rappresenta una necessitá pratica. Numerosi piccoli Comuni d'Italia versano in non liete condizioni per essere spesso divenuti campi di lotta di fazioni locali per la conquista dei poteri comunali, dei quali poi si abusa con danno della pace publica e degli interessi della colletivitá. Le finanze locali, quelle sopratutto dei piccoli Comuni, hanno constituito, per molti anni un problema amministrativo di impossibilie soluzione, per quanto di grande importanza. Dal che chiaro risulta quanto sia salutare presso molti piccoli Comuni la nomina del Podestá, riuscendosi cosi, coll'acentrare il potere nelle mani di una sola persona superiore alle passioni di parte, a tacitare tutte le discordie locali e da agevolare tutte le difficoltá finanziarie»;

Finalmente, para concluirmos esta breve exposição sôbre a reforma administrativa fascista, notaremos que em Roma deixou também de existir a eleição para escolha dos corpôs administrativos, entregando-se a vida comunal a um Governador de nomeação régia.

Êste Governador é assistido nas suas funções por um corpo administrativo de dez vogais (*Rettori*) nomeados sob sua proposta, havendo também um corpo consultivo de nomeação régia de 80 vogais, intitulado Consulta di Roma.

Como explica o Fascismo o desaparecimento da intervenção eleitoral na primeira comuna da Itália?

O fascismo, como revivificador da tradição, necessita de elevar Roma de hoje ao explendor e apogeu do tempo de

Augusto; restituíl-a à grandeza que o Império lhe dera, tornando-a a cidade por excelência, como tinha sido naquela época. Para êsse fim torna-se necessária a realização de um grande plano que só pode ser levado a cabo pela obra de um só homem, só actuando, só agindo.

As obras fecundas só se realizam com a concentração de funções num só órgão por tempo ilimitado, pelo que se impunha a existência daquele governador. Eis a explicação que o Fascismo dá.

Do que deixamos exposto fàcilmente se reconhecem as tendências fascistas para a extinção da autonomia local. Fechando-se numa política centralizadora com o propósito de quebrar tôdas as tendências regionalistas, apenas reconhece à grande circunscrição administrativa a Província uma certa autonomia, entregando-lhe algumas funções dirigentes sob o ponto de vista económico, sanitário e administrativo.

IV

O capital e o trabalho. A teoria Marxista negada pelo Fascismo. Conceito do novo sindicalismo. Conclusões

O Fascismo, como vimos na primeira parte dêste trabalho, aniquilara numa luta sangrenta o partido socialista, destruindo-lhe os centros, perseguindo os seus *meneurs*, quebrando-lhe, por assim dizer, os elos da sua organização partidária. A perseguição a tudo que não tinha o carácter fascista manteve se violenta até fins de 1924. O aniqüilamento, porém, do socialismo na Itália, como fôrça polìticamente organizada, não podia importar comsigo o desaparecimento dos problemas que constituíam a razão dêste partido, visto fluírem das próprias condições económicas criadas pelo Capital e o Trabalho.

O Fascismo, ainda que em luta aberta com o revolu-

cionarismo vermelho, nunca deixou também nos seus congressos de afirmar, a dentro do seu espírito nacionalista, a sua simpatia pelas classes trabalhadoras. No seu programa de 1921 afirma não poder contestar o facto histórico do desenvolvimento das corporações, querendo coordená-lo a bem da Nação. Tôda a acção sindicalista deveria, por isso, ser a expressão da própria vida nacional, actuando no sentido de aumentar a sua riqueza por meio da produção.

É dentro do critério exposto que o Estado-Fascista vai pretender harmonizar os dois princípios opostos — Capital e Trabalho, olhando-os não como fôrças divergentes, mas como concorrendo, pela simultaneidade do esfôrço, para a obra da Nação.

O socialismo na Itália organizara-se principalmente sob a forma sindicalista e por ela exprimindo tôda a sua maior actividade. O sindicato vem logo de nascença, quando nas mãos do operário, naturalmente animado daqueles propósitos que Marx lhe tinha assinalado, como um dos meios necessários para a eliminação da classe burguesa, e que o neo-marxismo põe em maior relêvo, considerando o até como sendo o único capaz de apressar êsse objectivo.

Assim sob essa forma de união, o doutrinarismo revolucionário pensava que melhor adaptaria o operário para a luta, pois, pela comunidade do interêsse, mais preso êle ficaria à própria classe.

O sindicalismo tornou-se assim um instrumento de violência, admitindo todos os meios para êsse fim e que vão desde a greve à *sabotage,* desde o tumulto à guerra.

Sorel chegara a afirmar nas suas *Reflexões sôbre a violência* que o sindicalismo revolucionário era a grande fôrça educativa que a sociedade contemporânea possuía para preparar o trabalho do futuro.

O socialismo na Itália, revestindo a forma sindicalista toma depois da guerra êsse carácter de violência que já atrás

lhe assinalamos. O Fascismo vai modificá-lo, eliminar-lhe as tendências revolucionárias? É êsse o seu propósito. O Capitalismo é um inimigo irreductível, como pretendia Marx? Só com a supressão alcançada pela luta das classes se poderia atingir o sonho socialista? Não. O Fascismo afirma o contrário; vai trilhar caminho diametralmente oposto. Assim argumenta: «A realidade da vida, o trabalho comum que os organismos sociais têm a desempenhar, a finalidade da própria Nação, negam em absoluto a idea da luta de classes em que o Marxismo tinha firmado a sua doutrina. Capital e Trabalho não são elementos antagónicos, mas antes cooperadores da mesma obra de produção. Não se podem desligar, desunir, tornando os irreductíveis, mas, sim, estreita-los, conjugando-lhes o esfôrço, numa ampla e firme solidariedade afim de melhor poderem concorrer para o objectivo que ambos têm em vista».

É sob esta orientação que Mussolini escrevia em 1925 na revista a *Gerarquia*:

«O traço que distingue o nosso sindicalismo está na aceitação da idea da Pátria como realidade tangível e intangível, excluindo preocupações internacionalistas, e quando aceitas, apenas como único fito na defesa da produção italiana. A aceitação da idea da Pátria significa subordinação consciente da massa sindicalista às exigências pacíficas ou guerreiras impostas pela Nação. O sindicalismo fascista considera o elemento Capital, não como uma fôrça a suprimir, o que seria prática e històricamente absurdo, mas como um elemento a desenvolver e a potencializar».

Foi sob êste modo de sentir que se publicou a lei que actualmente regula na Itália a organização sindicalista, pretendendo-se com ela disciplinar as relações do trabalho entre operários e patrões.

De facto, o diploma sindicalista reconhece: 1) persona-

lidade jurídica ao sindicato subordinado ao contrôle do Estado; 2) estabelece as bases jurídicas em que devem assentar os contratos de prestação de trabalho; 3) torna obrigatória em caso de conflito entre operários e patrões a intervenção da Magistratura do Trabalho e conseqüentemente proïbe em absoluto o emprego das greves, por ser contrário ao fim supremo da Nação.

Eis os pontos principais do novo diploma sindicalista a que Mussólini chamou a mais revolucionária e audaz de tôdas as leis e que a carta do trabalho ùltimamente publicada, desenvolveu e completou.

Com efeito, se o Fascismo chega a trazer à vida da Nação, por meio do sindicalismo, tôdas as classes produtoras, uma nova corrente na evolução económica se poderá manifestar em sentido oposto ao marcado pelo socialismo; poderá surgir uma nova mentalidade politica cujas conseqüências não são de prever. É sob esta impressão que Mussolini, por certo, afirmou a audácia da lei, que nenhum outro país até agora adoptara.

Já hoje o sindicalismo fascista constitui indiscutìvelmente uma fôrça de real valor, pois compreende dois milhões de indivíduos. A aspiração fascista de chamar as classes operárias à vida da Nação, integrando-as a dentro da própria finalidade que o Estado visa, constitui, é certo, um esplêndido empreendimento. Conseguil-o há?

A história diz-nos que em tôdas as épocas e em tôdas as sociedade, a diversidades de opiniões, a rivalidade de classes, surgem na dinâmica social, opondo-se àquela conjugação de fôrças que o Estado, no seu papel intervencionista, pretende realizar. A luta de classes é um facto histórico que o colectivismo de Marx também nunca eliminará, pois ela faz parte da própria natureza humana.

O Fascismo não abandonando as classes produtoras na sua luta, impondo-lhes o seu contrôle, obrigando-as a su-

jeitarem-se às decisões dos Tribunais (Magistratura do Trabalho) quando em conflito, regulando a dentro do seu critério tôda a vida económica do país, opondo-se à paralização da produção, ao dominio de uma classe sôbre outra, afirma a energia duma nova fôrça que até hoje nenhum Estado manifestou.

Mantê-la há? Não temos dúvida em o afirmar nesta hora que passa tão forte o Estado-Fascista se apresenta aos olhos do observador.

Com essa fôrça poderá imprimir por largo tempo uma feição diferente à dinâmica social da Itália, obstando a que a luta retome a efervescência de sempre, mas ela virá mais tarde, que assim o pede a fatalidade do destino humano.

Ao terminarmos o estudo dêste período histórico, queremos ainda registar a bem da verdade as conseqüências morais e materiais que para a vida da Itália tem importado o novo sistema politico. Indiscutìvelmente, sucedendo a um período de desordem, pôde por uma forte e enérgica vontade restabelecer o princípio de autoridade, criando em cada classe o espírito de disciplina. Não se pode negar ao Fascismo o salutar efeito dos seus esforços empregados neste sentido.

Fundamentalmente patriotica tem sido a sua obra, elevando o conceito da Pátria à sua maior pureza. Fortificando o poder central, tem desenvolvido em todo o país uma poderosa acção de fomento que hoje se sente no seu progresso material.

Sob o ponto de vista externo não se pode negar a sua politica vigorosa, já alargando o intercâmbio comercial por uma série de tratados, já impondo-se pela energia das suas decisões. A sua acção colonial, dirigindo-se para o Oriente, representa neste momento um valoroso esfôrço.

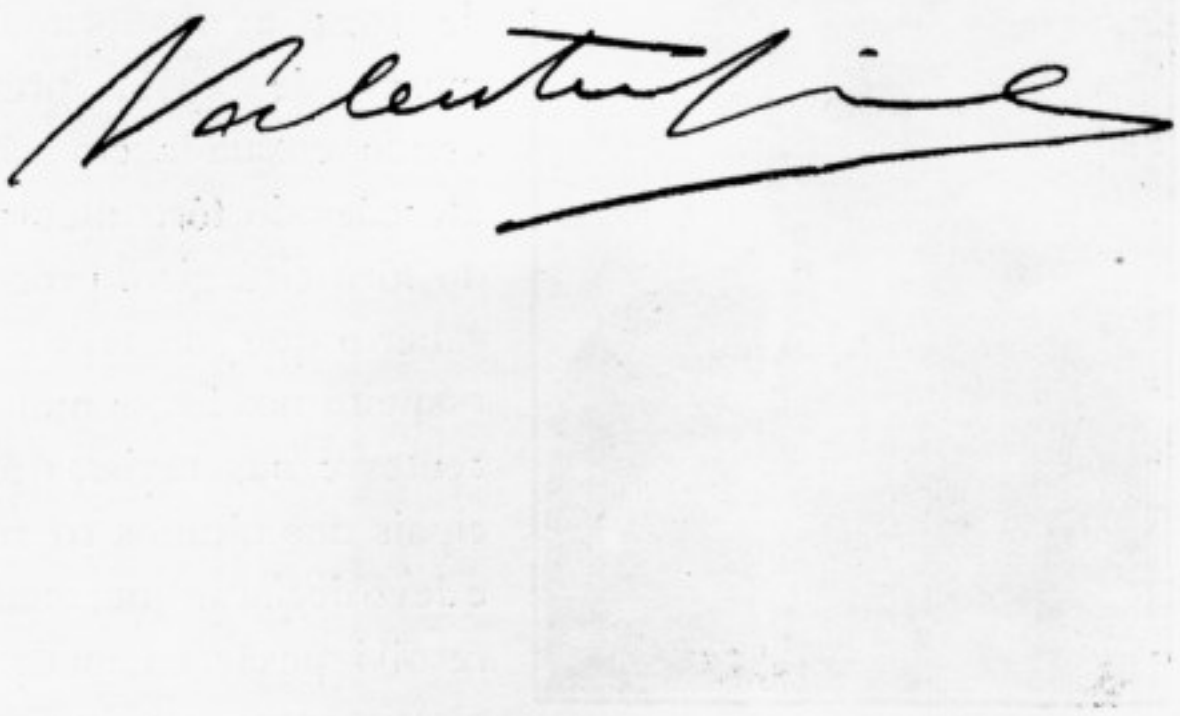
A Itália é hoje um povo que trabalha sob a vigilância de um govêrno forte.

Tem sofrido os princípios em que as democracias procurem a razão da sua existência?

Não há negá-lo. Por vezes o Fascismo tem exagerado, levado mesmo além do necessário a sua acção conservadora, mas a obra produzida, ainda que doa à nossa ideologia, compensa todo o mal que sob o ponto de vista liberal tenha causado.

Um dia na velha Roma, uma grande conspiração ameaçava a segurança da República. Um Cônsul para a salvar teve de exceder os poderes que a lei lhe conferia. Então um Tribuno, ardendo em legalismos, increpou-o, dizendo-lhe: «Jura, se és capaz, que respeitaste a lei»?

O acusado apenas respondeu: «Juro que salvei a República».



ACÇÃO ANALGÉSICA DA ADRENALINA (1)

Não sei nem pretendo preguntar se V.as Ex.as conhecem alguma substância que tenha dado origem a tantas discussões e a tantos trabalhos como a adrenalina. Eu declaro que não conheço.



JOSÉ BACALHAU

No decurso do ano de 1924 e nos primeiros meses de 1925, pretendendo ensaiá-la em várias afecções do fôro médico e do fôro cirúrgico, procurei saber o que constava a seu respeito nos livros mais recentes e nas revistas principais dos últimos 10 anos, e devo declarar que, quando resolvi pesar os meus conhecimentos, colocando num dos pratos da balança as minhas poucas observações e as notas bibliográficas de novecentos e tantos tra-

---

(1) Trabalho apresentado ao Congresso das Associações Portuguesa e Hespanhola para o progresso das sciências, realizado em Coimbra, em Junho de 1925.

balhos consultados, notei, não com espanto mas com mágoa, que o fiel se inclinava bastante para o lado da minha ignorância, sobretudo nos domínios da fisiologia.

Teorias por todas as partes, hipóteses em todos os campos, propriedades farmaco-dinâmicas imperfeitamente estudadas, falsas interpretações, modo de acção sôbre certos órgãos ainda muito discutido, opiniões contrárias em fisiologia e em terapêutica, tudo mostra claramente o valor actual dos nossos conhecimentos.

Todavia, revestido de paciência e animado da boa vontade que é indispensável para se conseguir alguma coisa, não deixei de continuar os meus trabalhos, ensaiando o produto activo das cápsulas supra-renais no tratamento da asma, da coqueluche, das crises nitritóides consecutivas a injecções intravenosas de arseno-benzol, de várias afecções cardíacas, da tuberculose pulmonar, das ascites de origem tuberculosa e cárdio-renal, de certos derrames pleurais, das hemorragias, do choque traumático e anestésico, das infecções gerais, dos estados lipotímicos, dos cancros ulcerados, das hemorróidas, das fracturas antigas com calo aplásico, das frieiras, de certos tipos de gangrena seca, etc., etc.

Por emquanto, é demasiadamente cedo para manifestar a minha opinião sôbre o valor terapêutico da adrenalina, nas afecções que acabo de mencionar e noutras que não cito. Deixo o assunto para outra ocasião. Neste momento, a minha prática e a minha experiência autorizam-me sòmente a garantir o poder analgésico dêste produto. É o que venho fazer aqui.

Sei bem que não venho trazer novidades, mas aproveito a ocasião para apresentar algumas das minhas observações e para declarar que utilizo freqüentemente a adrenalina, em vez de morfina, de pantopon, de analgesina, de aspirina, de piramido etc.

Por falta de tempo, não poderei ler as observações, mas

se alguém desejar consultar as notas que trago, é com o maior prazer que as cederei.

*
* *

O conhecimento da acção analgésica da adrenalina não é recente.

Há mais de 20 anos, Mousse combatia as dores das hemorróidas túrgidas, molhando-as com um soluto de adrenalina, e Ianovsky tinha notado que esta substância, pela sua acção vaso-constritiva, anaflogística e analgésica, atenuava as dores e permitia a deglutição, em casos de queimaduras do esófago pela ingestão de líquidos cáusticos. Empregava, 3 ou 4 vezes por dia, V a X gotas de soluto a 1 p. 1.000, numa colhér de água.

Em 1904, os *Anais dos Laboratórios Clin* deram a notícia de algumas operações de pequena cirurgia, executadas por Moure e Brindel, sem hemorragias e sem dores, em virtude da adrenalização dos campos operatórios, e, em 1905, os mesmos *Anais* não se esqueceram de informar que Rénon conseguira combater os sintomas dolorosos de uma úlcera gástrica, prescrevendo ao doente L gotas de soluto de adrenalina a 1 p. 1.000, e que Mahu, Lermoyez, Albert Robin, Sebileau, Ichard, Erlanger, Josué, Loeper e outros atenuavam as dôres dos câncros ulcerados, pela aplicação do mesmo soluto sôbre os tumores.

Também muito antes de 1907, Gaisboeck (1), utilizando esta substância para combater as dores do reumatismo articular agudo, notou que uma única injecção hipodérmica pro-

---

(1) *Akuter Gelenkreumatismus und Hemiplegie, Deutsches Archiv f. Klinische Medizin*, Bd. CXXI, Heft 4-6, 1907.

duzia um alívio de 6 a 8 horas e fazia desaparecer uma pericardite em evolução, se esta existia.

Em seguida, empregando-a, com Schmidt, nas sciáticas, nas simples artralgias e em diversas afecções articulares dolorosas, chegou à conclusão de que a sedacção, embora mais acentuada e mais duradoira no reumatismo agúdo do que nas artropatias não reumáticas, é notável em quási todos os casos.

Gaston Sardou, numa nota que foi apresentada por Gilbert à Academia de Medicina de Paris, na sessão de 20 de Outubro de 1908(1), declara que, durante 6 anos, estudou sucessivamente um certo número de aplicações terapêuticas da adrenalina, utilizada segundo o processo da *badigeonnage* das regiões doentes, e salienta igualmente a sua eficácia contra um grande número de manifestações dolorosas, de causas várias: dores de contusão; dores articulares e ósseas, dores de calos ou de bolsas serosas inflamadas; cefaleias congestivas, nevralgias diversas, sciáticas, artralgias; dores reumáticas e pontadas post-pleuríticas; dores das entorses, das artrites e das periartrites traumáticas; dores de artrites sêcas e de fracturas; dores de varizes inflamadas e até dores hepáticas, renais, vesicais, gástricas, intestinais, etc.

Marinesco utilizou-a também, com êxito, nas nevralgias sciáticas, nas crises gastrálgicas e nas dôres fulgurantes dos tabéticos.

Em seguida, Carleton ensaiou-a em diversas afecções nervosas, Kreutzfuchs nas hemicrânias e Röhmer, Zanfrognini, Louis Ramond, Molin de Teyssieu etc. nas dores fulgurantes e nas crises dolorosas do tabes, especialmente nas crises gástricas, intestinais, rectais e laríngeas.

---

(1) Sur un mémoire de M. Gaston Sardou (de Nice), relatif à l'Action thérapeutique de l'adrénaline employée en badigeonnage cutané, *Bulletin de l'Académie de Médecine*, Paris, 1908.

Todos obtiveram óptimos resultados, na maioria dos casos, uns (Zanfrognini) administrando os solutos de adrenalina por via digestiva, outros (Röhmer, Louis Ramond, Molin de Teyssieu etc.) injectando-os no tecido celular sub-cutâneo ou na espessura dos músculos.

Últimamente, J. Lépine (1) reconheceu bem a sua eficácia no tratamento das nevralgias faciais, Bonnefon (2) notou o seu elevado poder analgésico, em certas formas de nevralgia toxémica no território do nervo oftálmico, Sicard (3) obteve os melhores resultados, empregando-a no tratamento das hemicrânias, e Bernarbeig (4) conseguiu acalmar as dores provocadas por um cancro uterino, injectando-a nos espaços epidurais.

Êste último autor declara que uma única injecção epidural de adrenalina produz uma sedação de 24 horas e substitui 3 a 4 injecções de morfina.

Também Sicard e Lermoyez (5), Démètre Paulian (6) e Regininski (7) continuam a fazer as melhores referências ao seu emprego, nas crises gástricas tabéticas e não tabéticas.

Jacoby, Milian, Cybluski, Szymonovickz e outros observaram igualmente efeitos muito notáveis, num grande número de manifestações dolorosas, de causas várias.

Apoiado sôbre os factos que acabo de apresentar e sobretudo autorizado pelos resultados das minhas observações, venho aqui afirmar que a acção analgésica dos solutos de adrenalina é absolutamente incontestável.

---

(1) *Soc. méd. des Hôp.*, 13-12-1921.

(2) *C. R. Soc. Biol.*, 1922, I, pág. 374; *Gazette hebdomadaire des Sciences Médicales de Bordeaux*, 19 de Fevereiro de 1922, pág. 94.

(3) XXVIII° Congresso dos Alienistas.

(4) *Toulouse méd.*, 15-10-1923, p. 558.

(5) *Soc. méd. des Hôp.*, 12-5-1922, p. 797.

(6) *Paris Médical*, 9-8-1924.

(7) *Tése de Bordeaux*, 1923.

Empregando esta substância em vários tipos de cefaleias, nas odontalgias, nas dores de gangrêna sêca, nas dores post-operatórias, nas dores sciáticas, nas dores articulares, nas dores de origem osteomielítica, nas dores hepáticas, nas dores apendiculares, anexiais, gástricas, intestinais etc., etc., notei sempre os melhores resultados.

Nas cefaleias gripais, o seu poder analgésico é, por vezes, superior ao da aspirina, da analgesina e do piramido, como tive ocasião de observar em vários casos que tratei, dentro e fora dos Hospitais da Universidade, no inverno e na primavera do ano corrente.

Eis alguns dos exemplos que figuram nos meus cadernos de apontamentos.

I

A. F., de 28 anos, residente em Coimbra, adoeceu com gripe, em 18-3-1925, acusando, no dia seguinte, uma cefaleia frontal violentíssima que resistiu à analgesina e ao piramido. As dores desapareceram 25 minutos depois da ingestão de XV gotas de soluto de adrenalina a 1 p. 1.000, numa colhér de água. Repetindo a mesma medicação, duas vezes por dia, as manifestações dolorosas não reapareceram. Êste tratamento foi suspenso ao quarto dia.

II

M. S., de 52 anos, natural de Cabanas, hospitalizada na enfermaria de P. T. C. M., em 11 de Fevereiro de 1925, acusou, em 5 de Março, uma cefaleia gripal que desapareceu 20 minutos depois da ingestão de X gotas de soluto de adrenalina a 1 p. 1.000, numa colhér de água. No dia seguinte, a cefaleia reapareceu, mas não resistiu mais do que 10 minutos a uma injecção hipodérmica do mesmo soluto.

III

A. M. S., de 22 anos, residente em Coimbra, queixou-se-me de uma cefaleia intensa, em 25 de Maçro de 1925. Era uma cefaleia gripal que desapareceu 15 minutos após uma injecção hipodérmica de $^1/_2$ miligrama de adrenalina. Em seguida, prescrevi-lhe o soluto de adrenalina a 1 p. 1.000, para tomar XXX gotas por dia. Passados 3 dias, a dor não tinha reaparecido, e, por isso, mandei suspender esta medicação.

IV

A. F. F., de 33 anos, enfermeiro do Hospital da Universidade, adoeceu com gripe em 16-3-1925. Cefaleia intensa que desaparecia completamente 15 a 20 minutos após a ingestão de X gotas de soluto de adrenalina a 1 p. 1.000 e reaparecia 6 horas depois, desaparecendo novamente com a ingestão do mesmo medicamento. Durante 5 dias, a dor só uma vez resistiu à acção da adrenalina, administrada por via digestiva, desaparecendo então por meio de uma injecção hipodérmica de 1/2 miligrama da mesma substância. O doente considerava-a um *medicamento maravilhoso* (sic).

Não é sòmente na cefaleia gripal que a acção analgésica da adrenalina se manifesta claramente. Os efeitos desta substância notam-se também nas cefaleias que acompanham qualquer doença febril (meningite, febre tifóide, pneumonia, paludismo, reumatismo, etc.), nas cefalalgias acidentais por congestão cerebral ou por envenenamento e nas cefalalgias habituais ou persistentes, seja qual fôr a sua causa (sífilis, neurastenia, reumatismo epicraniano, tumores cerebrais, perturbações digestivas, otites, mastoidites, etc.).

Nos cadernos das minhas observações, encontram-se as notas clínicas e terapêuticas de vários casos de cefaleias sem febre, duradoiras, persistentes, que cederam ràpidamente ao tratamento pela adrenalina. Vejamos alguns.

I

Nos últimos dias de Março de 1925, fui chamado a casa de um doente (J. G. F., de 47 anos, residente em Coimbra) que tinha uma cefalalgia tão violenta que não podia voltar a cabeça nem abrir os olhos. Não consentia sequer que lhe tocassem no cabelo. Era um neurasténico que tinha hemorróidas e sofria de prisão de ventre. Havia muitos anos que se queixava de cefaleia freqüente, mas nunca tão violenta como naquele dia.

Temperatura 37°; pulso 60 por minuto; tensão arterial sensìvelmente normal.

Dei-lhe uma injecção hipodérmica de ½ miligrama de adrenalina. 15 minutos depois, a freqüência do pulso tinha aumentado e o doente não sentia dores. Voltava a cabeça muito fàcilmente e encontrava-se satisfeito

Receitei-lhe o soluto de adrenalina a 1 p. 1.000, para tomar XXX gotas por dia. A dor não reapareceu. Ao quarto dia, mandei suspender a medicação.

II

J. R., de 50 anos, natural da Gesteira (Soure), entrou para a enfermaria de P. T. C. M. em 12-8-1924 (n.º 653).

Diagnóstico — Úlcera da pequena curvatura do estômago, sem manifestações clínicas nem sinais radiológicos de estase gástrica.

Quando entrou, queixava-se de gastralgias violentas e de uma cefaleia intensa.

R. Wassermann — negativa.

Com substâncias alcalinas e dieta láctea, as dores gástricas desapareceram completamente, passados poucos dias, mas a cefaleia continuou a manifestar-se com a mesma violência e quási constantemente. Algumas vezes, a doente tinha também ligeiras sensações vertiginosas.

T. 36º-37º; P. 80; Mx. 14; Mn. 9.

Em 9 de Setembro, prescrevi-lhe XXIV gotas de soluto de adrenalina a 1 p. 1.000, para tomar, por via gástrica, em jejum, uma hora antes da refeição do meio dia e uma hora antes da refeição da tarde. No dia seguinte, encontrava-se muito melhor e, dois dias depois, a cefalalgia tinha desaparecido por completo. A doente teve alta em 15-9-1924, saindo sem acusar o mais leve sintoma subjectivo.

III

J. F., de 59 anos, natural de Carvalhais (Pombal), entrou para a enfermaria de P. T. C. H. em 31-1-1925 e foi operado (cura radical de duas hérnias ingüinais) dois dias depois (n.º 740).

Em 10 de Fevereiro, começou a queixar-se de uma cefaleia violenta que o não deixava sossegar durante a noite, nem cedia a nenhum dos diversos tratamentos que foram instituídos A reacção de Wassermann era negativa e o doente não tinha tido doenças venéreas. Em 12 do mesmo mês, injectei-lhe ½ miligrama de adrenalina (1 c c. de soluto a 1 p. 2.000), num dos muitos momentos em que o doente gritava com dores. Estas desapareceram 15 minutos depois da injecção e o doente

esteve sossegado durante cinco horas. Mandei repetir a injecção durante a noite e, no dia seguinte, empreguei o produto por via digestiva (XX gotas de soluto a 1 p. 1.000). A cefaleia desapareceu. Suspendeu-se a medicação em 18 do mesmo mês.

IV

Em 10 de Março de 1925, E. M., de 28 anos, natural de Coimbra, queixou-se-me de uma cefaleia frontal muito violenta que a não deixava sossegar, havia 8 ou 10 dias. Prescrevi o soluto de adrenalina a 1 p. 1.000, para tomar, por via digestiva, XX gotas por dia. As dores desapareceram completa e definitivamente no segundo dia de tratamento.

Nas odontalgias, a acção da adrenalina é também muito notável, sobretudo quando a empregamos por via hipodérmica. A via digestiva é muito incerta e muito inconstante nos seus resultados e os simples bochechos com água adrenalinizada raras vezes produzem alívios sensíveis. Ainda há pouco tempo tive ocasião de ensaiar estes três processos numa doente (M. J. F., de 23 anos, residente em Coimbra) e mais uma vez verifiquei que a dôr desapareceu sòmente quando me resolvi injectar a substância no tecido celular sub-cutâneo.

Nas manifestações dolorosas da gangrêna sêca, os seus efeitos não são menos apreciáveis. As duas observações seguintes mostram os resultados do seu emprêgo por via hipodérmica, por via digestiva e pelo método das pincelagens cutâneas, em dois casos de gangrêna seca dos pés.

I

M. J. V., de 61 anos, trabalhador, natural de Folgozinho (Gouveia), entrou para a enfermaria de P. M. H. em Julho de 1924 e foi transferido para P. T. C. H. em 16 de Agôsto do mesmo ano.

Diagnóstico — Gangrêna seca do dedo grande do pé direito.

R. Wassermann — negativa; Urinas normais.

Tratamento — Helioterapia e banhos quentes com soluto de permanganato de potássio a 1 p. 4.000.

Dôres espontâneas violentas e ardôr intenso, sobretudo na ocasião dos tratamentos.

Em 31 de Julho, prescrevi-lhe tiroidina e orquitina Sanitas, aa 3 comprimidos por dia. As dôres abrandaram bastante, mas o processo não se limitou a destruir o dedo grande. Muito lenta e vagarosamente, foi invadindo os dedos vizinhos e a parte anterior do bordo interno do pé.

Em 16 de Agôsto, juntei à opoterapia tiroideia e genital XV gotas de supra-renina Serono. Nos dias seguintes, as dôres espontâneas desapareceram completamente e o doente sentia melhor apetite, mas o processo de necrose continuava, lenta e quási insidiosamente, na sua marcha habitual. Em 20 do mesmo mês, não tinha dores espontâneas, mas não podia suportar o ardor que lhe causavam a helioterapia e os banhos quentes com soluto de permanganato de potássio. Quinze minutos de exposição ao sol ou cinco minutos de imersão no soluto de permanganato despertavam um ardor violento que fazia gritar o doente, durante uma a duas horas.

Tensões arteriais — Mx. 14; Mn. 8,5.

Suspendi a opoterapia tiro-génito-suprarenal e, durante oito dias, procurei apreciar ùnicamente a acção analgésica da adrenalina.

Para isso, estudei o horário, a intensidade e a duração das dores produzidas pela imersão no soluto de permanganato e pela exposição ao sol, e, em seguida, continuei a fazer o tratamento local nas mesmas condições de temperatura e de duração que nos dias anteriores e injectei, em momentos diferentes, o produto que pretendia ensaiar.

Eis, resumidamente, o modo como procedi e os resultados obtidos:

1.º dia (21-8-1924) — Imersão em soluto de permanganato a 42º de temperatura, durante 15 minutos. Ardor violento ao 5.º minuto e insuportável ao 15º. Desapareceu uma hora e 15 minutos depois.

2.º dia — Exposição ao sol durante 20 minutos. Ardor vivo ao 10.º minuto e insuportável ao 20.º. Desapareceu 45 minutos depois.

3.º dia — Tratamento e ardôr como no primeiro dia. Imediatamente depois da imersão, injectei-lhe $^1/_2$ miligrama de adrenalina (1 c.c. de soluto a 1 p. 2.000). O ardor desapareceu 25 minutos depois.

4.º dia — Injectei $^1/_2$ miligrama de adrenalina, antes de o doente mergulhar o pé no líquido. O ardor apareceu também, passados cinco minutos, mas foi menos violento (1) e desapareceu 40 minutos depois.

---

(1) Ao 15.º minuto, o doente ainda suportava bem o banho.

5.º dia — Procedi como no dia anterior, mas injectei também ½ miligrama de adrenalina, no momento em que o pé foi retirado do banho. O ardor desapareceu 20 minutos depois.

6.º dia — Tratamento e ardor como no 2.º dia. ½ miligrama de adrenalina no fim do tratamento. O ardor desapareceu 15 minutos depois.

7.º dia — Uma injecção de adrenalina. Exposição ao sol, como no dia anterior. Ardor menos violento. Desapareceu 10 a 15 minutos depois.

8.º dia (28-8-1924) — Uma injecção antes de expor o pé ao sol e outra depois. Ardor pouco violento. Desapareceu 10 minutos depois do tratamento.

Em 29 de Agôsto, como não tinha dores nos intervalos dos tratamentos, deixei de lhe dar adrenalina. Em 2 de Setembro, queixou-se novamente, de algumas dores espontâneas. Dei-lhe ½ miligrama de adrenalina, por dia, em injecção hipodérmica. As dores desapareceram no segundo dia de tratamento. Em 9 do mesmo mês, suspendi as injecções e mandei dar-lhe, por via gástrica, X gotas de soluto de adrenalina a 1 p. 1.000. Em 23, o doente sentia-se bem, mas notei que a gangrena tinha avançado com maior velocidade a partir do dia em que suspendi a opoterapia tiroideia e genital. O pé encontrava-se completamente gangrenado em tôda a face dorsal, na metade anterior do bordo interno, na porção pré-maleolar do bordo externo e nos dois têrços anteriores da face plantar. Por isso, prescrevi novamente tiroidina e orquitina Sanitas, ãa 3 comprimidos por dia, e continuei a empregar, por via digestiva, X gôtas de soluto de adrenalina a 1 p. 1.000.

Poucos dias depois, comecei a friccionar a perna com o mesmo soluto e notei que a gangrena se delimitava.

II

A. R., de 36 anos, natural do concelho de Montemor-o-Velho, entrou para a enfermaria de T. O. H em 29-1-1925 (n.º 1440).

Diagnóstico — Gangrena seca do dedo mínimo e da metade anterior do bôrdo externo do pé esquerdo.

Quando entrou e nos dias seguintes, queixava-se de dores vivas no pé.

A necrose estendia-se progressivamente em superfície. Nos primeiros dias de Fevereiro, empreguei, contra as dores, injecções de ½ miligrama de adrenalina. Os resultados foram esplêndidos: as dores desapareciam poucos minutos depois das injecções e não voltavam, durante 4 ou 5 horas. A injestão de X gotas de soluto a 1 p. 1.000 prolongava

os efeitos das injecções. Neste sentido, tudo caminhava bem, mas a gangrena estendia-se progressivamente, em superficie e em profundidade. Quási todo o pé tinha uma côr violacea. Os dois dedos externos estavam necrosados e os restantes encontravam-se cianosados e frios. A sua sensibilidade estava diminuída e a necrose não tinha limites bem definidos, parecendo que todo o pé ia ser invadido. O doente sentia sempre muito frio na metade inferior da perna e no pé.

Por meio de fricções diárias com solutos de adrenalina a 1 p. 1.000, no pé e na perna, tudo se modificou. A perna aquecia depois de cada fricção e mantinha-se quente, durante muitas horas (às vezes até ao dia seguinte). As dores desapareceram completamente, a-pesar-de se suspender o emprêgo de adrenalina por via hipodérmica, e, em poucos dias, a gangrêna delimitou-se, tendo destruído sòmente a metade anterior do bordo externo do pé.

Em 19-3-1925, o Ex.mo Prof. Dr. Bissaia Barreto fêz a excição dos tecidos necrosados e a desarticulação do 5.º metatarso.

Nos primeiros dias do período post-operatório, não empreguei a adrenalina. Ao 10.º dia, os bordos da ferida começaram a necrosar-se. O doente acusava dores espontâneas e sentia frio na metade distal do membro inferior esquerdo. Retomei novamente a adrenalinização diária do pé e da perna; em poucos dias, a gangrêna delimitou-se e as escaras destacaram-se. Ficou uma ferida anfractuosa com pouca tendência para a cicatrisação. Empreguei então a opoterapia tiroideia e genital que começou a despertar os processos de reparação orgânica.

Em qualquer dos casos, a adrenalina, além de combater as dores, parece ter desempenhado um papel importante na evolução do processo, sobretudo quando utilizada pelo método de Gaston Sardou. A explicação é fácil e simples. À vaso-constrição inicial, intensa e fugaz, produzida na espessura da pele e dos tecidos subjacentes pelo emprêgo dos solutos de adrenalina, sucede sempre uma vaso-dilatação secundária ou reacional, mais duradoira e não menos enérgica, que traz consigo os efeitos salutares da hiperemia activa. Realmente, em seguida à aplicação de um soluto a 1 p. 1.000 sôbre a pele das pernas e dos pés, os doentes acusavam imediatamente dores mais vivas e sensação de frio nas regiões assim tratadas, mas, 20 a 30 minutos depois,

as dores desapareciam completamente e manifestava-se uma hipertermia local muito notável que, por vezes, se mantinha 10 a 12 horas.

Últimamente, o conhecimento desta ginástica vascular, realizada pelas alternâncias das fazes opostas da acção adrenalínica, convidou-me a ensaiar a mesma substância num caso de dôr sciática, e devo dizer-lhes que, nêste momento, sinto ainda a satisfação de ter curado, em menos de quinze dias, um doente que passou dois meses em sofrimento atrós e constante, sem encontrar em qualquer dos muitos medicamentos que empregou alívio algum para as suas dores. Apresento aqui a observação como testemunho da veracidade das minhas palavras.

A. L., de 44 anos, natural de Vila Real, entrou para a enfermaria de T. H. em 30-1-1925.

Foi sempre muito saüdavel e não teve doenças venéreas. A reacção de Wassermann era negativa.

Nos últimos dias de Setembro do ano findo, caíu de uma latada para o solo, contundindo ligeiramente o membro inferior esquerdo ao nível da região tíbio-társica, que se manteve edemaciada e dolorosa à pressão, durante 3 ou 4 dias. Em seguida, ficou bem. Um mês depois, numa viagem que fêz a cavalo, arrefeceram-lhe os pés e as pernas; no dia seguinte, apareceu-lhe uma dor muito violenta no membro inferior esquerdo, dor quási contínua que se estendia desde as regiões lombar e nadegueira até à extremidade do pé, passando pela face posterior da coxa, pela cavidade poplitea e por detrás dos dois maléolos. O menor movimento tornava-a insuportável. Durante sete semanas, não teve grandes momentos de alívio. Passava os dias e as noites no leito, em posição genu-peitoral, por ser aquela que menos o fazia padecer.

Os médicos que mandou chamar começaram por prescrever diversas substâncias analgésicas e terminaram por fazer a termo-revulsão de tôda a coxa e da região lombo-ilíaca do lado esquerdo, mas foi completamente infrutífera tôda a terapêutica instituída: nem os agentes revulsivos, nem as aplicações locais de vários produtos e a ingestão de subtâncias antinevrálgicas produziram o menor alívio.

Quando entrou para o Hospital e nos dias seguintes, não podia suportar as dores, que não abrandavam com pantopon nem com morfina.

Passava horas no leito, gritando e contorcendo-se. Sentia formigueiros no pé e todo o membro inferior esquerdo se encontrava mais frio do que o direito.

A motilidade e a sensibilidade dos dedos estavam diminuídas.

Quando a temperatura do membro subia, as dores diminuíam. Não se notavam atrofias musculares nem perturbações tróficas da pele. Em posição ortostática, o doente inclinava o tronco para o lado são. Claudicava e não podia marchar sem moletas. Mesmo assim, as dores eram violentíssimas, e, por isso, passava os dias e as noites no leito, onde o seu padecimento era menor.

Dor viva à pressão atrás do grande trocanter. Sinais de Lasègue e de Bonnet positivos.

Em 5 de Fevereiro. — Dores espontâneas violentíssimas (o doente dizia que tinha a sensação de que os ossos estalavam). $^1/_2$ miligrama de adrenalina, em injecção hipodérmica, fêz desaparecer tôdas as manifestações dolorosas, mas sòmente durante duas a três horas. Nova injecção foi seguida dos mesmos efeitos (acção enérgica e rápida, mas pouco duradoira); no dia seguinte, prescrevi-lhe adrenalina por via digestiva (XX gotas, para tomar por duas vezes) e notei: acção lenta, pouco notável, duradoira.

No dia 7, resolvi empregar a adrenalina em fricções suaves ou pincelagens. O doente tinha dores espontâneas quando lhe fiz a primeira fricção com um soluto de adrenalina a 1 p. 1.000. As cicatrizes recentes da termo-revulsão, que tinham uma côr rosada, tornaram-se pálidas e a dor exacerbou-se, durante cêrca de meia hora. Em seguida, o membro começou a aquecer e, uma hora depois da fricção, o doente não acusava dores e sentia calor em todo o membro. A sensibilidade e a motilidade dos dedos era perfeita. Êste estado persistiu até ao dia seguinte e persistia ainda quando repeti o tratamento. Com êste, a dor reapareceu na primeira meia hora, mas desapareceu 15 a 20 minutos depois.

Passados dois dias de descanço, pincelei as regiões lombar e nadegueira, a coxa e a perna do lado direito com o mesmo soluto de adrenalina. Quatro dias depois, fiz-lhe nova pincelagem. Notei sempre os mesmos efeitos. Depois do 4.º tratamento, o doente começou a marchar sem muletas e não acusava dores espontâneas nem provocadas pela marcha. Esteve hospitalizado mais seis dias, durante os quais não teve tratamento algum, e, em seguida, como se encontrava bem, pediu alta. Antes de sair, pediu-me também que lhe receitasse o mesmo medicamento para aplicar em sua casa, se as dôres reaparecessem. Últimamente, foi-me comunicado que continua bem.

Neste caso, lembrei-me de empregar a adrenalina em injecções epidurais, como fêz Bernarbeig para combater as dores pravocadas por um cancro uterino, mas resolvi começar pelos processos mais simples (ingestão, injecções hipodérmicas, fricções suaves ou pincelagens) e não estou por isso arrependido. Os efeitos não podiam ter sido melhores.

Ensaiando ainda esta substância nas dores dos flegmões e das osteomielites agudas, nas dores das hemorróidas inflamadas e procidentes, nas artralgias, nas dores das queimaduras e nas dores post-operatórias, tive ocasião de observar também os melhores resultados.

Não há muitos dias, entrando no Hospital, às 10 horas da noite, ouvi gemer um doente na enfermaria de P. T. M. H. Era um rapaz de 17 anos (J. B. S.) com uma osteomielite aguda da tíbia esquerda, que tinha sido hospitalizado provisòriamente naquela enfermaria, por não haver vaga nos serviços de Cirurgia. Torcia-se no leito com dores violentas em tôda a perna e não consentia que alguém lhe tocasse. Dei-lhe uma injecção hipodérmica de ½ miligrama de adrenalina. 15 minutos depois, sossegou e adormeceu.

Em certos casos e em determinadas condições, o poder analgésico da adrenalina é muito superior ao do pontopon e ao da morfina. A observação seguinte constitui um exemplo frisante.

V. F., de 27 anos, natural da Mealhada, hospedado em Coimbra, tinha uma artrite crónica do joelho esquerdo e estava a ser tratado com vacinas antigonocócicas, por indicação de um colega, em Agôsto de 1924.

Em 22 do mês designado, em seguida a uma injecção de vacinas, teve uma artralgia violentíssima, irradiando as dôres para a coxa e para a perna. Mandou-me chamar às 22 horas. Encontrei-o deitado no leito, contorcendo-se e soltando altos gritos. O joelho esquerdo estava muito aumentado de volume e a pele ruborizada. A dor à pressão era violentíssima.

Temperatura — 39,2; *Pulso* — 110 por minuto; *tensão arterial* — sensìvelmente normal. Injectei-lhe 3 centigramas de pantopon, prescrevi-lhe analgesina e mandei-lhe aplicar, de 3 em 3 horas, cataplasmas de linhaça sôbre o joelho. Às 2 horas da madrugada do dia seguinte, isto é, quatro horas depois da minha visita, foi-me comunicado o insucesso absoluto da terapêutica. As dores eram cada vez mais violentas e o pantopon não tinha produzido nenhum alívio. Mandei dar-lhe uma injecção de morfina. Às 4 horas, fui informado que as dores continuavam com a mesma violência. Ouviam-se na rua os gritos do doente. Ás 4 horas e 15 minutos dei-lhe um miligrama de adrenalina em injecção hipodérmica (2 c.c. de soluto a 1 p. 2.000). 20 minutos depois da injecção, o doente começou a sentir-se melhor e, 10 minutos mais tarde, as dores desapareceram completamente. Às 10 horas, injectei-lhe mais meio miligrama de adrenalina. Em seguida suspendi esta medicação, porque as dores não voltaram.

Nas dores post-operatórias os efeitos não são menos sensíveis, mas, geralmente, são menos rápidos e menos duradoiros do que os do pantopon ou os da morfina, como se verifica pelos resultados das observações que seguem.

I

M. A. M., de 20 anos, natural do Troviscal (Castanheira de Pera), entrou para a enfermaria de P. T. C. H. em 18-2-1925 (n.º 745).

Diagnóstico — Pé direito boto equino.

Operação — 26-2-925 — Alongamento do tendão de Achiles, normalização da atitude do pé e imobilização em aparelho gessado. Anestesia geral pelo cloreto de etilo.

Quando acordou do sono anestésico, começou a queixar-se de dores violentíssimas, passando o dia e a noite sem sossegar um minuto. No dia seguinte, de manhã, continuava com as mesmas dores. Uma injecção hipodérmica de 1 c.c. de soluto de adrenalina a 1 p. 1.000 fêz desaparecer as dores, passados 20 minutos, e o doente sentiu-se bem, durante três horas. Chegou a adormecer.

Na tarde do mesmo dia, as dores voltaram com a mesma violência. Injectei-lhe 3 centigramas de pantopon. O efeito foi semelhante ao da primeira injecção, mas mais rápido (começou a manifestar-se passados 10 ou 12 minutos) e muito mais duradoiro (8 a 9 horas). No dia imediato, as dores diminuíram e, por fim, desapareceram.

II

J. P., de 23 anos, entrou para a enfermaria de P. T. C. M. em 16-3-1925 (n.º 749).

Diagnóstico — Pé esquerdo boto equino.

Operação — 2-4-1925. Alongamento do tendão de Achiles, normalização da atitude do pé e imobilização em aparelho gesssado.

Dores violentíssimas nos dois primeiros dias. Os efeitos analgésicos da adrenalina e do pantopon foram igualmente notáveis, mas êste actuou mais ràpidamente e durante mais tempo.

III

J. M. V., de 25 anos, natural de Celas, entrou para a enfermaria de P. T. C. H. em 2-3-1925 (n.º 750).

Diagnóstico — Quisto dermóide fistulizado da região coccígea.

Operação — extirpação, em 19-3-1925.

No dia da operação, teve dores tão violentas que não conseguiu adormecer, nem sossegar um momento, sucedendo o mesmo no dia seguinte. Uma injecção hipodérmica de $^1/_2$ miligrama de adrenalina fêz desaparecer completamente, em 15 minutos, tôdas as manifestações dolorosas da ferida operatória, e o doente dormiu cerca de 8 horas seguidas.

Nas hemorróidas, a acção da adrenalina é, ao mesmo tempo, analgésica e curativa. A título de exemplo apresento aqui uma observação.

M. S. P., de 35 anos, natural de Vilela, entrou para a enfermaria de P. T. C. H. em 4-8-1925 (n.º 643).

Diagnóstico — Hemorróidas.

Deu pela existência das suas hemorróidas, nos fins de Maio de 1924, sentindo um ardor muito vivo na região ano-rectal e notando, pela palpação, a existência de dois tumores moles na margem do anus. Recorreu a um farmacêutico que lhe fêz vários tratamentos (cauterização dos tumores com um lapis de nitrato de prata, lavagens com solutos de substâncias antisépticas, aplicações de pomadas e pós diversos etc.). Passados 15 dias, os tumores desapareceram, mas o doente continuava

a queixar-se de ardor violento, quási constante, e tinha dores insuportáveis, provocadas pelas dejecções

Quando entrou para o Hospital, acusava os mesmos sintomas subjectivos. O exame rectoscópico mostrou a existência de pequenas dilatações varicosas na mucosa ano-rectal.

R. Wassermann — negativa; *urinas* — normais; *funções hepáticas* — perfeitas; *dejecções* — regulares.

Tratamento — Irrigações rectais com soluto de permanganato de potássio a 1 p. 4.000 e supositórios sedativos (1). Oito dias depois, o doente encontrava-se completamente bem; não tinha dores, nem sentia ardor. Teve alta em 12-8-1924. Poucos dias depois de ter saído, apareceram-lhe novamente os tumores, sentindo, como da primeira vez, ardor violento, quási constante, e dores insuportáveis, durante as dejecções.

Uma semana depois, os tumores desapareceram, mas as manifestações dolorosas das suas hemorróidas persistiam com a mesma violência, e, por isso, resolveu voltar para o Hospital, em 2-9-1924.

Tratamento — Desta vez, a título de experiência, instituí-lhe ùnicamente três clisteres por dia de água adrenalinizada (soluto de adrenalina a 1 p. 1.000 X gotas; água fervida 20 c.c. para um clister).

O ardor desapareceu completamente, no primeiro dia de tratamento, e o doente começou a defecar sem sofrimento algum, não voltando a queixar-se emquanto esteve no Hospital. Teve alta em 18-9-1924

Receitei-lhe um soluto de adrenalina a 1 p. 1.000, em frasco conta-gotas escuro, e aconselhei-lhe que tomasse um clister por dia, durante algum tempo. Ainda não voltou ao Hospital, mas consta-me que tem passado bem.

A acção analgésica do produto activo das cápsulas supra-renais é também muito notável nas dores hepáticas ou hepato-biliares, nas dores anexiais e apendiculares, nas enteralgias, nas gastralgias e, de um modo geral, em tôdas as dores viscerais.

---

(1) Extracto de beladona } aa 0g,01
Cloridrato de morfina }
Soluto de adrenalina a 1 p. 1.000 — X gotas.
Manteiga de cacau — q. b. para um supositório.

Os seus efeitos são pouco duradoiros, é verdade, mas rápidos e muito acentuados, sobretudo nos casos em que administramos o medicamento por via hipodérmica ou por via intra-muscular.

Pelo menos nas gastralgias, os resultados são muito animadores e suplantam quási sempre os da beladona, os do pantopon e os da morfina.

Mesmo nas outras algias viscerais, os resultados da medicação adrenalínica são maravilhosos e não faltam nunca. As observações seguintes confirmam estas palavras.

I

J. G. P., de 30 anos, entrou para a enfermaria de P. T. C. M. em 14-3-1925 (n.º 747).

Diagnóstico. — Colecistite.

Em 28 de Março, apareceu-lhe uma dor violentíssima no hipocôndrio direito, irradiando para o ombro do mesmo lado. Contorcia-se no leito e tinha suores frios. Era a quarta ou quinta vez que lhe aparecia aquela dor. As crises antecedentes tinham sido combatidas com injecções hipodérmicas de morfina e de pantopon.

Injectei-lhe $^1/_2$ miligrama de adrenalina, 20 minutos depois, sentia-se consideràvelmente aliviada. Repeti a mesma injecção 5 horas depois. A dor desapareceu completamente e não voltou mais.

II

A. D. C., de 29 anos, entrou para a enfermaria de P. T. C. H. em 10-4-1925 (n.º 770).

Diagnóstico — Colecistite.

Dores espontâneas e provocadas pela pressão sôbre a vesícula biliar.

Tumefacção profunda e defesa muscular acentuada no quadrante supra-umbical direito do abdomen. Em 16 de Abril, o doente acusou uma dor violenta no hipocôndrio direito, que irradiava para o hemitorax do mesmo lado e para a região umbilical. Injectei-lhe $^1/_2$ miligrama de adrenalina. A dor desapareceu ràpidamente e não voltou.

III

M. M. F., de 35 anos, entrou para a enfermaria de P. T. C. H. em 30-3-1925 (n.º 768).

Diagnóstico — Quisto hidático do fígado.

Dores vivas, freqüentes, no hipocôndrio direito.

Empregando, diversas vezes, a adrenalina, por via hipodérmica, as dores desapareceram sempre. Quando voltavam, repetia a mesma injecção.

IV

M. O. A., de 29 anos, entrou para a enfermaria de Ginecologia em 31-8-1924 (n.º 758).

Diagnóstico — Anexite bilateral.

Em 5 de Novembro, pelas duas horas da madrugada, apareceu-lhe uma violenta dor anexial à direita. Não aliviou com aplicações locais de cataplasmas de linhaça quentes, nem com uma injecção de pantopon. Chamado, às 4 horas, na qualidade de assistente de guarda, injectei-lhe um centímetro cúbico de soluto de adrenalina a 1 p. 2.000. 30 minutos depois, a doente sentiu-se completamente bem e adormeceu.

V

M. C. S., de 28 anos, entrou para a enfermaria de P. T. C. M. em 26-12-1924 (n.º 711).

Diagnóstico — Anexite bilateral e apendicite.

Em 3 de Janeiro de 1925, teve uma violenta manifestação dolorosa do seu processo anexial. Injectei-lhe $^1/_2$ miligrama de adrenalina. As dores diminuíram, 20 minutos depois. Passadas duas horas, repeti o mesmo tratamento; as dores desapareceram completamente.

VI

A. C. F., de 32 anos, entrou para a enfermaria de P. T. C. M. em 21-8-1924 (n.º 659).

Diagnóstico — Eventração, Anexite crónica bilateral.

Operação (31-8-1924) — Histerectomia supra-vaginal e laparoplastia, pelo Ex.mo Prof. Dr. Bissaia Barreto.

Não expulsou gases intestinais, nos dois primeiros dias depois da operação. Ao 4.º dia, teve uma dejecção espontânea muito abundante,

mas, em seguida, deixou de expulsar gases e feses. Ao 6.º dia, queixava-se de cólicas intestinais violentas e tinha o ventre muito distendido. Nem gazes, nem feses. Havia meteorismo. Injectei-lhe 1/2 miligrama de adrenalina; 25 minutos depois, a doente declarou que se sentia muito melhor e começava a expulsar alguns gases. Renovando a injecção, passadas 4 horas, o alívio foi completo e definitivo. No dia imediato, teve uma dejecção abundante e, em seguida, tudo decorreu normalmente.

VII

A. H., de 50 anos, entrou para a enfermaria de P. T. C. H. em 24-8-1924 (n.º 663).

Diagnóstico — Úlcera da pequena curvatura do estômago; estenose pilórica.

Operação (27-8-1924) — Gastro-enterostomia transmeso-cólica posterior e jejuno-jejunostomia, pelo Ex.mo Prof. Dr. Bissaia Barreto.

Nos dois primeiros dias depois da operação, não expulsou gases intestinais.

3.º dia — Poucos gases; cólicas intestinais.

4.º dia — Meteorismo; cólicas mais intensas.

5.º dia — Cólicas violentas.

13 horas — Mx. — 12,5; Mn, 7,5; injectei-lhe 1/2 miligrama de adrenalina.

13 h. e 10 m. — Agitação trémula que durou cerca de 40 minutos.

13 h. e 30 m. — Alívio notável.

17 h. — O doente sentia-se bem. Mx. 13,5; Mn. 8,5.

18 h. — Repetiu-se a cólica. Injectei novamente 1/2 miligrama de adrenalina.

18 h. e 30 m. — Desapareceram as dores. Mx. 15,5; Mn. 9,5.

6.º dia — Teve duas injecções de adrenalina. Não se queixou de dores.

7.º dia — Continuava bem. Teve apenas uma injecção de adrenalina.

8.º dia — Dores na região renal e flanco direito. Prescrevi-lhe adrenalina, por via digestiva (soluto a 1 p. 1.000 — X gotas por dia).

Como não voltou a queixar-se, suspendi a medicação em 9 de Setembro (13.º dia).

Estava para sair do Hospital em 15 de Setembro, mas apareceu-lhe uma flebite no membro inferior esquerdo.

Em 23, pelas 19 horas, entrando na enfermaria, ouvi os gemidos dum doente na sala de operados. Era êste doente que se contorcia no

leito, havia duas horas, com uma cólica violenta, à direita e acima do umbigo.

Injectei-lhe imediatamente ½ miligrama de adrenalina.

19 h. e 5 m. — Agitação trémula muito notável.

19 h. e 10 m. — Alívio considerável.

19 h. e 20 m. — Ausência absoluta de dores; doente sossegado e bem disposto.

VIII

A. A. V., de 17 anos, entrou para um quarto particular anexo à enfermaria de P. T. C. H. em 27-8-1924.

Diagnóstico — Coxalgia fistulizada à direita.

Em 31 de Agôsto, pelas 7 horas da tarde, teve uma cólica intestinal violenta. Mandei aplicar imediatamente cataplasmas quentes sôbre o abdómen, mas a dor não diminuíu. Às 8 horas, teve um vómito bilioso, e, uma hora depois, declarava que já não podia suportar as dores. Dei-lhe uma injecção hipodérmica de 2 c.c. de soluto de adrenalina a 1 p. 2.000 e, 25 minutos depois, tive o prazer de ouvir dizer ao doente que se sentia muito aliviado, adormecendo em seguida.

Em 6 de Setembro, repetiu-se a mesma cólica. Injectei também 1 miligrama de adrenalina, em soluto a 1 p. 2.000. A dor desapareceu, 30 minutos depois da injecção. Não se repetiu.

IX

F. R., de 38 anos, entrou para a enfermaria de P. T. C. H. em 2-9-1924 (n.º 668).

Diagnóstico — Hérnias inguinais.

Operação (6-9-1924) — Cura radical, pelo Ex.mo Prof. Dr. Bissaia Barreto.

1.º dia — Não expulsou gazes nem fezes.

2.º dia — Expulsou alguns gazes.

3.º dia — Purgante. Teve algumas dejecções abundantes.

4.º e 5.º dias — Nem gazes, nem fezes.

6.º dia — Meteorismo; cólicas intestinais.

7.º dia — Cólicas intestinais muito violentas; ventre muito distendido.

Tratamento — Gêlo sôbre o ventre, um supositório de manteiga de cacau, introdução de uma sonda no recto, para facilitar a expulsão de gazes, um clister etc. Não expulsou gazes nem teve melhoras sensíveis. Às 11 horas, injectei-lhe ½ miligrama de adrenalina As dores dimi-

nuíram bastante, 20 minutos depois, e desapareceram completamente, às doze horas e trinta minutos. Em seguida, prescrevi-lhe adrenalina por via digestiva (soluto a 1 p. 1.000 — XX gotas por dia).

8.º dia — Teve uma dejecção espontânea. Nos dias seguintes, tudo decorreu normalmente.

Ao 14.º dia — Suspendi a adrenalina.

X

J. M., de 46 anos, entrou para a enfermaria de P. T. C. H. em 18-8-1924 (n.º 650).

Diagnóstico — Úlcera estenosante do piloro.

Melena e hematemeses recentes; estase gástrica; crises gastrálgicas violentas e quási constantes.

O doente passava os dias deitado sôbre o leito, lastimando-se com dores e pedindo que lhe dessem qualquer remédio para o seu padecimento. Aplicámos-lhe um saco de gêlo sôbre as regiões epigástrica e umbilical, instituímos-lhe alcalinos, demos-lhe subnitrato de bismuto, extracto de beladona e, por fim, algumas injecções de pantopon. As dores não cederam.

Em 19 de Agôsto, às 10 horas da manhã, encontrava-se deitado no leito, gritando com dores. Injectámos-lhe um miligrama de adrenalina (2 c.c. de soluto a 1 p. 2.000). Meia hora depois, veio o doente ter connosco, risonho e com um fácies de quem traduzia satisfação, dizendo: «*Estou melhor, Sr. Dr.; a dor desapareceu*». Naquele dia, demos-lhe ainda duas injecções, de $^1/_2$ miligrama cada uma, e recomendamos ao enfermeiro que lhe desse, nos dias seguintes, três injecções iguais, uma de manhã, outra ao meio dia e a última à noite. As dores não voltaram. Foi operado (gastro-enterostomia transmesocólica posterior e jejuno-jejunostomia) pelo Ex.mo Prof. Dr. Bissaia Barreto, em 22-8-1924.

XI

M. R., de 60 anos, entrou para a enfermaria de P. T. C. H. em 3-9-1924 (n.º 669).

Diagnóstico — Cancro do estômago.

Padecia do estômago, desde os 45 anos, aumentando muito o seu padecimento a partir de Janeiro de 1924.

Entrou para o Hospital com gastralgias violentíssimas. No dia seguinte, pelas 12 h. e 45 m., encontrámos o doente deitado no leito, gritando e torcendo-se com dores. Mx. 11,5; Mn. 7,5.

Injectamos-lhe $^1/_2$ miligrama de adrenalina. 35 minutos depois, as dores desapareceram e o doente adormeceu. Quando acordou, disse-nos: «*A injecção fêz-me bem; dormi e sonhei*».

Às 16 h., as dores voltaram com violência. Às 17 h. e 35 m., eram insuportáveis. Mx. 12; Mn. 8. Injectámos novamente $^1/_2$ miligrama de adrenalina.

17 h. e 50 m. — Ligeiro alívio. Mx. 12,5; Mn. 8.

18 h. e 5 m. — Alívio considerável. Mx. 13,5; Mn. 8.

18 h. e 20 m. — As dores desapareceram completamente e o doente adormeceu.

21 h. e 30 m. — Continuava a dormir.

No dia seguinte, informou-nos de que passou uma noite esplendida.

São dêle as seguintes palavras que traduzem bem os efeitos da terapêutica: «*Dormi sossegadamente, durante toda a noite. A injecção foi um remédio do céu*».

De 5 a 11 de Setembro, demos-lhe adrenalina, por via gástrica (soluto a 1 p. 1000 — XX gotas por dia).

Uma ou outra vez sentia algumas dores, mas muito ligeiras e pouco duradoiras.

XII

L. P., de 24 anos, entrou para a enfermaria de P. T. C. M. em 6-9-1924 (n.º 624).

Diagnóstico — Úlcera gástrica, sem sintomas clínicos nem sinais radiológicos de estenose pilórica.

Quando entrou, tinha gastralgias freqüentes e violentas. Mx. 12; Mn. 8.

Tratamento — Dieta láctea, poção de Bourget e, a partir do dia 17, soluto de adrenalina a 1 p. 1.000, por via gástrica (XV gotas por dia).

As dores abrandaram ligeiramente, durante alguns dias, mas, em 22 de Setembro, pelas 12 horas, manifestou-se uma gastralgia violentíssima. Injectamos-lhe um centímetro cúbico de soluto de adrenalina a 1 p. 2.000. Vinte minutos depois da injecção, as dores gástricas desapareceram completamente, mas ficou a substituí-las uma ligeira cólica intestinal que desapareceu também após nova injecção de adrenalina, dada três horas depois da primeira.

XIII

M. M., de 54 anos, natural de Coimbra, entrou para a enfermaria de P. T. C. M. em 19-2-1925 (n.º 739).

Diagnóstico — Ulcera gástrica cancerizada.

Entrou com gastralgias violentíssimas que a não deixaram sossegar, durante todo o dia e tôda a noite, a-pesar-de se ter recorrido ao pontopon e à morfina. No dia seguinte, as dores continuavam com a mesma violência, mas desapareceram completamente, 15 minutos depois de uma injecção hipodérmica de 1 c.c. de soluto de adrenalina a 1 p. 2.000. Passadas quatro horas, reapareceram, mas mais brandas. Nova injecção de adrenalina produziu uma sedação duradoira e quási completa. Nos dias seguintes, empregámos pantopon e adrenalina alternadamente e notámos que a intensidade dos efeitos era sensìvelmente igual. Acção mais rápida e mais duradoira era a única superioridade do pantopon.

*
* *

¿Como se deve empregar a adrenalina para combater as manifestações dolorosas de qualquer afecção ou de qualquer perturbação funcional?

Depende do estado do doente, da sua idade e sobretudo da sede, da natureza ou da causa e da intensidade das dores.

Bernarbeig empregou-a em injecções epidurais, para acalmar as dores provocadas por um cancro uterino; Bass ensaiou-a em injecções intra-cerebrais, para produzir a narcose num cão; Kreidl e Schsottenbach preconizaram a via intra-raquidia; Gaston Sardou utilizou-a pelo processo da «badigeonnage» cutânea e Bonnefon aplicou-a sôbre as betesgas conjuntivais, para combater as crises de nevralgias toxémicas, no território do oftálmico. Mas as vias digestiva, hipodérmica e muscular são as mais utilizadas. A via intra-venosa, além da fugacidade dos seus efeitos, é acusada de causar perturbações gerais (palidez, estado sincopal, diarreia) e lesões do aparelho cardio-vascular (ateroma). Tem sido, por isso, pouco utilizada.

Démètre Paulian (1) notou a superioridade da via diges-

---

(1) *L'action analgésique de l'adrénaline*, Paris Médical, 9 de Agôsto de 1924.

tiva nas crises enterálgicas, mas prefere a via subcutânea em quási todos os outros casos de crises dolorosas, por ter observado que a via gástrica é pouco fiel.

Molin de Teyssieu, numa comunicação apresentada à Sociedade de Medicina e de Cirurgia de Bordeux (1) declarou também que tinha obtido ótimos resultados, nas crises dolorosas do tabes, administrando a adrenalina por via subcutânea, e que a via digestiva lhe pareceu sempre inconstante e pouco eficaz. Rialmente, os resultados do emprêgo da adrenalina por via digestiva não são muito constantes nem muito seguros, mas, pelo menos, nas cefalalgias e nas dores intestinais, pareceram-me sempre notáveis e duradoiros.

¿Esta substância oxida-se ràpidamente no estômago, como pretende Bouché, ou não sofre alteração alguma, como afirmam Carnot e Josserand?

¿Não será absorvida, por causa do vaso-constrição local que produz, como declara Loewi, ou passará fàcilmente atravez dos capilares intestinais, como julgam Lesné e Dreyfus?

¿Será completamente destruída pelo fígado, como indicam as experiências de Falta e de Iscovici, ou passará inalterada para a circulação geral, como dizem Morel e Kareff?

Sôbre êste ponto de vista, contam-se aos centos as opiniões apresentadas até hoje.

Seja como fôr, a observação diz-nos que a adrenalina actua também por via digestiva. Podemos, pois, empregá-la, quando, por qualquer motivo, não é possível ou não desejamos injectar a substância no tecido celular subcutâneo ou na espessura dos músculos.

Sicard emprega quási sistemàticamente, em injecções

---

(1) *L'adrénaline dans les crises douloureuses du tabès. Monde Médical*, 1 de Abril de 1924 [n.º 643] e 1 de Julho de 1924 [n.º 648].

hipodérmicas, os solutos de adrenalina a 1 p. 1.000, diluídos em sôro fisiológico (20 vezes o seu volume), para que a absorção seja lenta, demorada e, por conseqüência, para que os efeitos sejam mais duradoiros, embora não sejam tão rápidos nem tão acentuados.

Molin de Teyssieu, para combater as crises dolorosas do tabes, prefere utilizar o soluto a 1 p. 1.000, porque a acção sedactiva aparece mais ràpidamente e é mais acentuada.

Eu tenho procedido sempre como Marinesco, Paulian e outros, adoptando o método de Sicard ou o de Molin de Teyssieu, segundo os casos e conforme os resultados que pretendo obter.

Geralmente, emprêgo o soluto a 1 p. 1.000, por via digestiva, e o soluto a 1 p. 2.000 por via hipodérmica. Em casos especiais, faço, com sôro fisiológico, as diluïções que me parecem convenientes.

Uma injecção de ½ miligrama de adrenalina, em soluto a 1 p. 1.000 ou a 1 p. 2.000, produz, em geral, um alívio quási imediato (10 a 30 minutos) que dura, pelo menos, 3 ou 4 horas, às vezes 8 ou mais, e pode ser mantido por novas injecções, com a condição de se não exceder a dose de 2 miligramas por dia, embora haja médicos e cirurgiões (principalmente alemães e americanos) que chegam a injectar mais de seis miligramas.

Se as dores não desaparecem, passados 15 a 30 minutos, o que é raro, repetem-se as injecções.

Molin de Teyssieu declara que só 12 % das crises dolorosas do tabes resistem a três injecções sucessivas de ½ miligrama cada uma.

O mesmo autor nunca observou acidentes de manifesta intolerância, a-pezar-de repetir as injecções com um quarto de hora de intervalo. É indiferente o ponto de aplicação das

injecções que devem ser praticadas, sempre que seja possível, no início das crises dolorosas.

Praticadas mais tarde, a acção sedativa e analgésica só se obtém à custa de uma quantidade maior de produto activo. As injecções são quási sempre seguidas de um estado eufórico.

Eis, meus senhores, tão resumidamente quanto me foi possível, os factos principais que me levam a empregar a adrenalina para combater as manifestações dolorosas de um grande número de doenças, de afecções orgânicas ou de perturbações puramente funcionais.

Se as observações e os factos apresentados não bastam para poder garantir a V. Ex.as que esta substância tem um poder analgésico seguro e elevado, não saïrei daqui sem lhes apresentar outros casos e descrever como eu próprio fui algumas vezes beneficiado por ela.

Nunca recorri ao pantopon nem à morfina para combater as minhas dores e devo dizer-lhes que não pedirei o auxílio de substâncias tão traiçoeiras, emquanto me lembrarem os prejuízos que elas produzem todos os dias e emquanto não me faltar o recurso de outros produtos mais inofensivos e menos arteiros.

Para avaliar a dor e o prazer não há como experimentá-los, e por isso, julgo-me duplamente autorizado, pela observação de doentes e por experiência própria, a defender os direitos da adrenalina, preparando-lhe o logar que merece no grupo das substâncias analgésicas.

Pelas suas propriedades antitóxicas e anti-infecciosas, pela sua acção estimulante sôbre o sistema mio-neural de todo o aparelho cárdio-vascular e pela sua inocividade relativa, quando não excedemos as doses necessárias, o produto activo das cápsulas supra-renais substitui, com vantagem, os alcalóides do ópio, nos doentes operados, nos que se encontram em estado de shock, em certos cardíacos, nos intoxicados

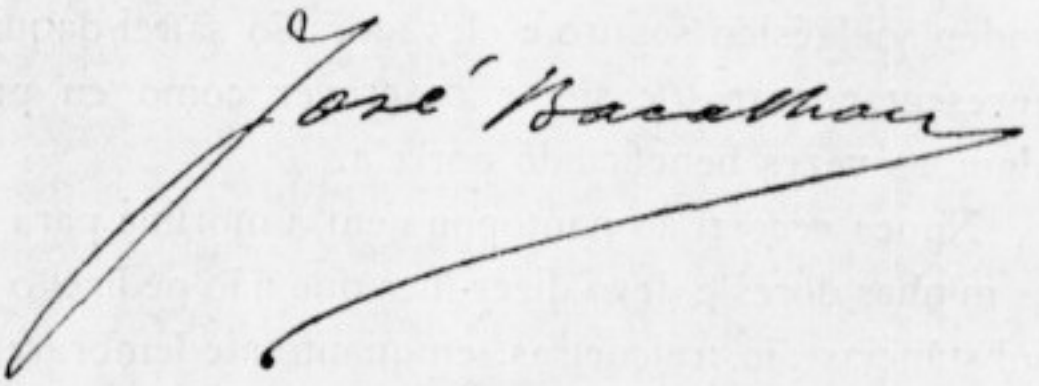
e nos que são portadores de infecções gerais ou locais graves.

O pantopon e a morfina são substâncias que nos iludem, seduzem, enganam e atraiçoam, consumindo-nos com carícias e matando-nos às punhaladas.

Quando pretendemos libertar-nos delas, não conseguimos cortar os laços que nos prendem ou estamos já arruinados.

Como substância analgésica, a adrenalina, mais leal e menos nociva, é, pois, um medicamento maravilhoso nas mãos de quem a souber utilizar (1).

Coimbra, Junho de 1925.



(1) Tendo continuado a empregar a adrenalina como substância analgésica, desde a apresentação deste trabalho até agora, consegui reünir mais algumas dúzias de observações que confirmam absolutamente o que fica dito.

S. PANTALEÃO

Folheando duma vez o *Teatro farmaceutico, dogmatico, e spargirico* do Dottore Giuseppe Donzelli, impresso em Roma em 1677, fui encontrar, logo nas primeiras páginas, um *Catalogo o vero Calendario dé Santi medici dé quali la Santa Chiesa Cattolica Romana celebra la Festivitá*, onde são mencionados 36 santos que teriam sido médicos.



ALBERTO PESSOA

Fiquei todo contente ao descobrir assim tantos colegas na côrte celeste.

Leituras ulteriores, por aqui e por ali, fizeram-me aumentar muito ainda a lista do Dottore Donzelli.

Mas ao mesmo tempo ia descobrindo que se atribuía a qualidade de médicos a numerosos santos e santas que, embora tivessem, durante a sua passagem pelo mundo, realizado curas mais ou menos maravilhosas, nunca tinham estudado ou praticado regularmente a medicina.

Verificava também, além disso, que aqueles santos, ex-

pressamente apontados como médicos, não tinham ganho uma eterna glória tratando doentes com simples ou com manobras cirúrgicas, mas fazendo curas por processos sobrenaturais.

Nem uns nem outros eram afinal verdadeiramente meus colegas.

E senti diminuir o meu primeiro contentamento.

* * *

Ora dêstes santos médicos, há um, martirizado em época remota na Nicomédia, cujos ossos vieram em circunstâncias memoráveis ter ao Pôrto.

É o grande S. Pantaleão, padroeiro da Cidade Invicta, de que passo a contar a história da vida e do martírio, feita principalmente sôbre o que narra no seu *Flos Sanctorum* o R. P. Pedro de Ribadeneyra, da Companhia de Jesus.

Parece-me que da leitura da vida do santo se poderá tirar grande proveito.

Assim se verificará o dito sôbre a terapêutica usada pelos santos que foram médicos.

Depois, na narração do martírio, se poderá ver a fraca inventiva dos autores bizantinos que, compondo-as devidamente para edificação dos fiéis, compilaram vidas de santos.

Nestas histórias, cuja origem remota se deve procurar em velhos escritos gregos do Império do Oriente, são, com efeito, vulgares os mártires recalcitrantes como S. Pantaleão.

Veja-se, por exemplo, o que se diz nos agiológios do suplício dos SS. Cosme e Damião, que também foram médicos, ou do de S.ta Catarina de Alexandria, que afinal parece nunca ter existido, etc.

Há episódios repetidos, absolutamente semelhantes.

Finalmente, juntou-se uma parte referente às relíquias

que não é menos instrutiva, pois mostra, entre outras coisas consideráveis, como os santos vivem e morrem na precária memória dos fiéis.

I

A vida

Nasceu Pantaleão na cidade de Nicomédia, uma das maiores e melhores da Bitínia, na Ásia Menor, aí pelos fins do século III da nossa era.

Seu pai Eustórgio, pessoa rica e poderosa, dava-lhe o exemplo dum culto fervoroso dos deuses do Império. Respeitosamente ia-o acompanhando o filho, mas sem uma grande fé, pois do espírito de Pantaleão não se apagara nunca uma vaga memória das recomendações de sua mãe Ébula, morta era êle ainda pequenino, para que se seguisse sempre na vida a lei de Jesus-Cristo.

Quando o filho cresceu, querendo o pai que êle recebesse uma educação digna da grandeza da família e da inteligência que resplandecia no formoso rôsto do mancebo, mandou-o estudar Filosofia com afamados mestres e depois Medicina com Eufrosino, médico do imperador Maximiliano que então residia em Nicomédia.

Muito aumentado foi com estes estudos o claro engenho arguto e subtil de Pantaleão que se distinguiu, apenas começou a praticar com Eufrozino, pela sua habilidade, doçura, honestidade e prudência.

Nas repetidas visitas, que em companhia de seu mestre fazia ao palácio dos Césares, o acêrto com que Pantaleão discorria deu na vista ao próprio Imperador que este, interessando-se pelo moço formoso e sabedor, recomendou a Eufrosino muito cuidado com o discípulo para que êle um dia lhe podesse suceder no alto cargo de médico da côrte.

*
* *

Tudo parecia pois indicar que Pantaleão estava destinado a uma tranqüila vida, cheia de abastança e honras, com grandes créditos como médico, resultantes duma acertada aplicação dos ensinamentos que colhera já na leitura dos livros de Hipócrates e Galeno, já nas prelecções do mestre. Mas não era da cura dos males do corpo pelo uso dos simples que deveria resultar uma glória eterna para Pantaleão.

Um dia, saindo do Palácio, encontrou êle, com efeito, num bairro remoto, onde se recolhera para fugir à perseguição dos gentios, muito viva nesse tempo, a um santo padre chamado Hermolaus que, lendo no rôsto aberto e franco do mancebo as boas disposições do seu coração, o chamou e, depois de se ter informado da sua qualidade e ocupações, lhe disse:

— Esculápio, Hipócrates e Galeno dão na verdade os segredos para curar os males do corpo e para manter durante algum tempo a saúde e a vida que é necessário perder; mas Jesus-Cristo, Nosso Senhor, é um médico mais excelente pois cura os males do corpo e os da alma, dando uma vida eterna aos seus servidores.

E, perante a surpresa do moço, disse mais Hermolaus:

— Se enveredares pelo caminho da salvação e receberes o baptismo, prometo-te que, com a graça de Cristo, Senhor Nosso, serás o médico mais afamado do mundo, realizando curas prodigiosas de males que os outros médicos terão por desesperados — darás a vista aos cegos, a fala aos mudos, o ouvido aos surdos, endireitarás os coxos e até ressuscitarás os mortos.

*
* *

Preocupado e incerto ficou Pantaleão com o que lhe dissera Hermolaus.

Lembrou-se de sua mãe, tão meiga e bondosa, e do que ela, com grande ternura, lhe ensinara em pequenino.

E no seu espírito foi entrando um grande desejo de se fazer cristão.

Voltou a praticar com o velho.

E dos conselhos, que com o leite sua mãe lhe dera, cada vez sentia uma mais viva recordação.

Assim duvidosos e tristes iam correndo os dias de Pantaleão quando o Senhor lhe proporcionou que, invocando o nome de Cristo, operasse um prodigioso milagre.

Duma vez que, incerto e preocupado, vagueava pelo campo, meditando nos ensinamentos de sua mãe, há tanto tempo esquecidos, mas de que as recentes conversas com Hermolaus tinham avivado a recordação, encontrou Pantaleão, no seu caminho, um menino morto, já muito inchado, com uma víbora ao pé.

Convencido de que teria sido a peçonha da cobra que matara o menino, lembrando-se do que já tanta vez lhe ensinara o velho, teve a ousadia de dizer, voltando-se para o morto:

— Levanta-te, em nome de Jesus-Cristo!

E voltando-se depois para a víbora:

— E tu, animal daninho, padece do mal que fizeste.

Ditas estas palavras, no mesmo instante, estupenda maravilha, levantava-se o menino vivo e são e morria a víbora.

Assombrado com êste prodígio, correu Pantaleão a procurar Hermolaus, pedindo-lhe, de joelhos, que o baptizasse.

Oito dias esteve em casa do velho para melhor se inteirar dos mistérios de fé, dizendo-lhe Hermolaus, à despedida:

— Vai, se tiveres sempre viva a fé, pela graça divina obrarás as maiores maravilhas.

E assim aconteceu.

* * *

Poucos dias, de facto, eram passados quando trouxeram a casa de Pantaleão um cego que, para a cura dos olhos corporais, tinha gasto já muito da sua fazenda.

— Tem piedade de mim, Pantaleão! Não vejo o sol nem o céu, sou como um homem mergulhado nas trevas do inferno! Tenho procurado quantos médicos há e cada vez estou pior! Tem piedade de mim!

Comovido por uma tão grande miséria, com uma viva fé e uma grande esperança, Pantaleão, invocando o nome de Jesus, pôs-lhe a mão nos olhos e, de repente, ficou o doente bom.

Deslumbrado com um tal prodígio, confessou logo ali o homem a sua fé em Cristo, recebendo o baptismo que Pantaleão lhe administrou.

Assistiu ao caso Eustórgio, que o filho vinha, já há tempos, procurando trazer, pela persuasão e doçura, à religião de Cristo.

Ao ver Pantaleão disposto a curar o cego, o pai, receoso e prudente, preguntara-lhe se êle se queria assim cobrir de ridículo, pois certamente não conseguiria fazer mais que os outros médicos que o homem consultara.

Mas quando os olhos do cego se abriram à luz, acreditou também em Cristo.

E, pouco depois, Eustórgio era julgado digno de ser admitido no número dos fiéis.

*
* *

Grande foi a fama que Pantaleão alcançou.

Não havia sofrimento que não procurasse aliviar.

Quando o pai morreu, pouco tempo depois da sua conversão, libertou os escravos e vendeu os bens que herdara para distribuir o dinheiro pelos pobres, pelos órfãos e pelas viúvas, guardando apenas para si o bastante para poder continuar as esmolas.

Curava os males do corpo, de que os outros médicos já tinham desesperado, não com o auxílio das regras de Hipócrates e de Galeno, mas pela virtude de Jesus-Cristo.

Acudia aos males da alma, consolando os pecadores e esclarecendo os infiéis.

De tôda a parte vinha gente procurar, com uma grande confiança, êste homem extraordinário que parecia ter na mão a saúde e a doença, a vida e a morte.

Grande foi a inveja dos outros médicos da cidade.

Temendo que os seus lucros viessem a diminuir ou se perdessem de todo, foram procurar o Imperador Maximiliano, que então assistia em Nicomédia, e, contando-lhe o caso do cego e outras curas maravilhosas feitas por Pantaleão, disseram-lhe:

— Se não pões côbro a isto, verás dentro em breve a ruína dos deuses do Império e o cristianismo triunfante, pois todos aqueles que Pantaleão cura, se já não são cristãos, acabam por se converter.

Para se informar ao certo, mandou o Imperador vir à sua presença o tal cego curado por Pantaleão, que confirmou o dito.

— Deves agora agradecer aos deuses um tão insigne favor, disse Maximiliano.

E, como o homem se recusasse, insistindo em que fôra curado pela virtude de Jesus-Cristo, mandou-lhe o Imperador cortar a cabeça.

*
* *

Sabendo disto, pensou Pantaleão que os seus dias estavam ameaçados.

E não se enganou.

Algum tempo depois, com efeito, mandou o Imperador chamar Pantaleão e, falando com doçura para ver se o cativava, lembrou-lhe os cuidados que em tempos com êle tivera, recomendando-o a Eufrosino, afirmando-lhe que mantinha vivo o desejo de o nomear seu médico.

Por tudo isto muito lhe custava, disse por fim Maximiliano, vê-lo assim revoltado, recusando aos deuses do Império o culto que todos os bons cidadãos lhes deviam prestar.

Corajosamente afirmou Pantaleão a sua fé em Cristo, dizendo com energia, dirigindo-se ao Imperador:

— Se quiseres pôr em confronto o poder do Redentor com o dos falsos deuses que adoras manda vir um enfêrmo que os médicos tenham por incurável. Chama depois todos os sacerdotes que entendas, para ver se êles, invocando Júpiter, Apolo ou Esculápio, são capazes de o curar. Nada farão. Então eu o curarei invocando o divino nome de Jesus-Cristo. E assim se verá quem adora o verdadeiro deus.

Aceite tão singular desafio, veio um paralítico, entrevado há muitos anos, com todos os movimentos presos.

Fizeram os sacerdotes as suas orações pedindo a cura do doente.

E o homem continuou imóvel e gemendo, com uma face triste e apagada.

Chegada a sua vez, Pantaleão, depois de ter erguido os

olhos ao ceu, pegou na mão do doente e, com uma voz forte e decidida, disse-lhe:

— Em nome de Jesus Cristo, levanta-te e caminha!

E logo o homem se pôs de pé, livre de todos os seus padecimentos.

Grande foi a impressão que êste maravilhoso caso fêz no espírito dos presentes.

Mas os sacerdotes convenceram o Imperador de que tudo o que Pantaleão obrava era por virtude de malefícios diabólicos, incitando-o a matar o ímpio que assim metia a ridículo os deuses do Império.

II

O martírio

Mandou então de novo o Imperador chamar Pantaleão e, com falas muito mansas, começou por lhe pedir que, deixando as práticas sacrilegas, sacrificasse aos deuses do Império.

— Porque — disse em seguida Maximiliano ao ver a atitude reservada do santo — se persistes na desobediência às minhas ordens, ver-me-ei, bem contra minha vontade, obrigado a punir a tua incredulidade com a morte como já tenho feito a outros insensatos.

Mas Pantaleão não se deixou seduzir pelos conselhos nem intimidar pelas ameaças.

Irritado com esta atitude, mandou então o Imperador que êle fôsse atado a umas aspas, emquanto os verdugos com umas agudas unhas de ferro lhe iam rasgando as carnes tão fundo que pelas feridas se vissem as entranhas, queimando ao mesmo tempo, com tochas acesas, o sangue que manava.

Mas o santo nada parecia sofrer porque tendo levantado

os olhos ao céu, no meio do seu martírio, viu Cristo com a figura do velho Hermolaus que o reconfortou dizendo-lhe:

— Tem fortaleza e constância na fé que eu estarei ao teu lado.

Sentiu-se Pantaleão consolado no íntimo do seu coração com a promessa desta divina assistência que, dentro em pouco, com grande espanto e confusão dos presentes, claramente se patenteava — cairam entorpecidos os braços dos carrascos; apagaram-se, por si mesmas, as tochas com que crestavam as carnes do mártir; afrouxaram até se desatarem, sem que ninguém lhes tocasse, as cordas que o ligavam...

*
* *

Ao saber disto, mandou o Imperador vir um grande caldeirão de bronze, cheio de chumbo derretido para que nêle fôsse mergulhado o santo.

Com afoiteza entrou Pantaleão nesse banho ardente porque vira a seu lado Cristo, que como da primeira vez, se apresentava com o alquebrado aspecto do Hermolaus.

E assim todos os presentes poderam verificar, assombrados, que o seu rôsto não mostrava o menor sofrimento, antes tinha a calma expressão dum grande e profundo bem estar, como se o banho, em vez de queimar, fôsse refrigerante.

*
* *

Então o Imperador, vendo que êste tormento também era ineficaz, mandou lançar Pantaleão ao mar, com uma grande mó ao pescoço.

De nada valeu também, pois a pedra começou a flutuar

como se fôsse cortiça e Jesus-Cristo, aparecendo pela terceira vez com a figura de Hermolaus, deu a mão ao santo e veio com êle até à praia, a caminhar sôbre as ondas.

*
* *

Indiferente a estes prodígios, cada vez mais aceso numa ira cruel, ordenou o Imperador que o santo fôsse lançado às feras.

Juntou-se muito povo para ver o espectáculo e, quando Pantaleão entrou na arena, todos admiraram o seu andar firme e o seu rosto calmo.

Mais uma vez êle vira Cristo ao seu lado, com a figura do velho Hermolaus.

E mais uma vez não foi iludida a sua confiança.

Sôltas as feras, tôdas vieram, com efeito, lamber os pés do santo, mansíssimas, agitando docemente a cauda.

Os que tal assombro viram, tomados ao mesmo tempo de admiração e temor, clamavam em altos gritos que se mandasse em paz o homem. Muitos confessaram ali mesmo a sua fé em Cristo.

Só o Imperador persistia obstinado nos seus intentos e, cheio duma grande fúria, começou por mandar matar as feras que, não mostrando a sua natural braveza, o tinham assim humilhado na presença do Senado e do Povo.

Depois entrou a pensar com os seus oficiais num outro tormento ainda mais rigoroso.

*
* *

Resolveu-se por fim que Pantaleão fôsse atado com cordas bem apertadas a uma grande roda de madeira com o aro

guarnecido de agudos pregos de aço, mandada fazer de propósito para poder ser despenhada pela encosta íngreme e pedregosa dum monte de grande altura, por forma que o corpo do mártir se rasgasse todo nos bicos da roda e se despedaçasse nas pedras do caminho.

Ainda dêste passo triunfante o santo, pois se quebraram bruscamente as cordas que o prendiam, vindo a máquina sòzinha, em vertiginosa carreira, esmagar em baixo muitos dos ímpios que, com grandes risadas, assistiam ao martírio.

*
* *

Todos os presentes fugiram cheios dum pavor que em breve se espalhou por tôda a Cidade.

Mas nem por isso desanimou o Imperador.

E desnorteado, sem saber o que havia de fazer, mandou chamar Pantaleão para lhe preguntar quem o havia guiado na sua mudança de fé.

Informado de que fôra Hermolaus, mandou-o prender por uns soldados, bem como a Hermocrates e a Hermígio que com êle viviam.

E para satisfazer a sua raiva por se ver impotente nos seus ruins desígnios a respeito de Pantaleão, mandou-os degolar a todos três, depois de êles se terem recusado, com grande constância e fé, procurar convencer o santo de que devia, para lhes salvar a vida, sacrificar aos deuses do Império.

*
* *

Depois mais uma vez mandou o Imperador chamar à sua presença o santo que passara estes dias na prisão sem saber da sorte dos seus amigos.

E, para ver se conseguia triunfar da sua constância, fêz-lhe estas perguntas:

— Porque te obstinas em não querer sacrificar, como te tenho ordenado, aos deuses do Império? Porque não imitas o exemplo louvável de Hermolaus, de Hermígio e de Hermocrates que, como prémio da sua obdiência, têm hoje altas dignidades no meu palácio? Se fizeres como êles, verás que se sou severo para os maus, sei também ser liberal e magnânimo para os que me obdecem.

— Mas porque — disse Pantaleão — não vejo êsses amigos meus entre os oficiais que te cercam?

— Porque um negócio urgente e de confiança me obrigou a mandá-los a outra cidade.

— Já sei — disse o santo sùbitamente iluminado — foram, por tua ordem, para a Cidade eterna, para a Cidade de Deus, para onde também de boa vontade aceito a missão de que tu me queiras encarregar.

Reconhecendo então que não conseguia com ameaças abater o ânimo de Pantaleão, nem ganhar a sua confiança com promessas, resolveu o Imperador mandar-lhe cortar também a cabeça num campo aberto, recomendando que ali mesmo se queimasse o corpo e fôssem, em seguida, espalhadas as cinzas.

*
* *

Chegado ao local do suplício, foi Pantaleão atado ao tronco duma oliveira sêca.

Depois um dos carrascos, brandindo a espada, despediu um golpe ao pescoço do santo.

Mas foi em vão, porque o ferro se torceu como se fôsse cera, ficando a pele do mártir sem sinal algum.

À vista dêste prodígio lançaram-se os verdugos aos pés do santo, pedindo perdão e confessando ao mesmo tempo, em altas vozes, a sua fé em Cristo.

E Pantaleão, erguendo os olhos ao céu, pediu a Deus que perdoasse aos seus próprios carrascos.

Ouviu-se então uma voz celestial dizendo ao santo que, de aí em diante, em vez de Pantaleão se chamaria Pantaleemon, quere dizer o Misericordioso, porque com os seus merecimentos muitos alcançariam a misericórdia divina.

Assim consolado, na ânsia de ir para junto do Redentor gozar o fruto dos seus tormentos, foi o próprio santo que animou os verdugos hesitantes a cumprirem sem receio as ordens recebidas.

Mas quando a cabeça rolou no chão, novo prodígio assombrou os presentes — da ferida, em vez de sangue, começou correndo abundante leite e a oliveira sêca encheu-se de repente de sazonados frutos.

Foram logo contar o caso ao Imperador que mandou arrancar a árvore para com ela fazer a fogueira onde seria queimado o corpo de Pantaleão.

Mas os soldados não executaram esta nova ordem.

E o corpo do mártir foi transportado em segrêdo para o jardim dum homem chamado Adamâncio, situado fora dos muros da Cidade, onde lhe deram sepultura honrosa.

Aí esteve o corpo do santo até ser mais tarde levado para Constantinopla, onde já se encontrava à data do segundo Consílio Ecuménico, tendo sido nesta cidade, capital do Império do Oriente, colocado num logar chamado Concórdia, onde havia uma igreja velha, ameaçando ruína, mas que o Imperador Justiniano mandou reconstruir.

III

As relíquias

Quando em 1453 Constantinopla caíu em poder dos turcos, comandados por Mahomet II, uns arménios cristãos,

descendentes de aqueles que, noutro tempo, haviam trazido de Nicomédia o corpo de S. Pantaleão, temendo que os infiéis profanassem as relíquias, pegaram no túmulo de pedra em que o mártir jazia e, metendo-o num navio, vieram com êle até ao Pôrto.

Nesta cidade depositaram os tais homens o corpo do santo na igreja de S. Pedro de Miragaia, instalando-se junto dela numa rua que passou a ser a Rua dos Arménios, nome que conservou até ao século XVIII, e que ainda hoje se chama Rua Arménia.

Aí estiveram, nessa igreja de Miragaia, as reliquias do santo, até serem em 12 de Dezembro de 1499, por determinação do célebre bispo D. Diogo de Sousa, solenemente transladadas para a Sé.

Não queriam os de Miragaia consentir na mudança, mas o prelado, firme nos seus intentos, apenas lhes deixou como compensação a cana do braço direito que ainda hoje lá se pode ver na igreja, engastada em prata.

*
* *

Grande foi a festa que houve no Pôrto nesse dia 12 de Dezembro de 1499.

Mandara, com efeito, o bispo por um edital que se fizesse, conforme tudo vem explicado na *Anacrisis historial* (1), uma assombrosa procissão com muitas músicas e danças entremeadas com os pendões e os guiões de tôdas as confrarias da cidade, que seguiu, no meio de grande regosijo do povo, pelas ruas tôdas atapetadas de flores, alecrim e rosmaninho,

---

(1) Biblioteca Pública Municipal do Pôrto — Colecção de manuscritos inéditos agora dados à estampa, IV *Anacrisis historial* — (II parte) *Episcopologio* por Manuel Pereira de Novais — volume III, Pôrto, 1917.

por entre arcos de verdura e ricas colgaduras pendentes das janelas.

Numa arca de cedro, forrada de veludo carmesim e coberta com um riquíssimo pano de brocado de Milão, iam, aos ombros de quatro dignidades da Sé, os ossos do santo que haviam sido retirados do túmulo de pedra onde tinham vindo desde Constantinopla.

Debaixo do pálio transportava o prelado nas suas mãos um busto de prata tendo engastado o ôsso frontal do mártir, única parte da cabeça de S. Pantaleão que tinha vindo para o Pôrto, visto o resto ter sido levado directamente de Constantinopla para Colónia, em 1202, por um alemão chamado Henrique von Ulmen.

Fechavam o cortejo os Senadores da Camara com suas varas douradas, levando no meio dêles o Juiz da Cidade.

Assim foi a procissão até à Sé onde, com muita alegria do prelado, do cabido e de todos os mais de terra, se colocaram as relíquias do mártir na capela-mor.

Veiu também depois para a Sé o túmulo de pedra do santo, que ficou servindo, segundo diz o Sr. Joaquim de Vasconcelos, de altar na capela do Santíssimo Sacramento (1).

* * *

Determinara D. João II, pelos anos de 1495, em seu testamento, que se fizesse uma arca, tôda chapeada de lâminas de prata, para recolher os ossos do santo.

Mas, à data da trasladação, a obra ainda não estava pronta, pois só veio a ser terminada mais tarde por uma ordem dada por D. Manuel em 1502, quando passou no Pôrto, indo em romaria a S. Tiago da Galiza.

---

(1) Joaquim de Vasconcelos — *O cofre de São Pantaleão, roubado da Sé do Porto.* — «Arte» — 8.º ano, n.º 91, Julho de 1912.

Por isso esta tal arca, que mais tarde foi colocada na capela-mor, mostrava as emprezas dos dois monarcas, o pelicano e a esfera armilar, dum e doutro lado das armas do reino.

Passado tempo, porém, aí pelos anos de 1631, diz a *Anacrisis historial* «considerando los Señores del Gouierno de la ciudad que no estaua cabal la decencia del lugar deste Deposito deste Santo Cadauer del Cuerpo de muestro glorioso Patron... para especificar la grandeza de su animo y lo que Permite tam Rica y Generosa ciudad, le hizieron el monumento decente, todo de plata dentro y fuera, para manifestar su Deuocion, como Consta de Vna clausula del Papel que se alla en su Archiuo desta Santa Iglesia, que dise todo lo que anemos dicho en esta Clausula deste modo «*Ioannes «Secundus Portugaliae Rex ut argenteus fieret tumulus testa-«mento legauit pecuniam, qua pars anterior elaborata est, «indicant insignia regia, et Pelicanus Ioannis, symbolum pe-«culiare: Opus imperfectum deformatum que vetustate, De-«curiones Portucalenses reformari, poliri atque argenteus ab «omni parte, tumulus esset, curauerunt. Beneficiorum me-«morantes et gratitudinis, anno MDCXXI*».

*
* *

Deve ter sido portanto esta arca tôda de prata, construída no século XVII, a que foi roubada da Sé do Pôrto em 1843 e não como Raczynski (1) e o Sr. Joaquim de Vasconcelos (2) supõem, a mandada fazer por D. João II e terminada por ordem de D. Manuel, que já em 1631 se encontrava muito estragada (3).

---

(1) Comte A. Raczynski, *Les arts en Portugal*, Paris, 1846, pág. 333.

(2) Joaquim de Vasconcelos — *loco citato*.

(3) Deve ser portanto também dêste cofre feito no século XVII o desenho que o Sr. Joaquim de Vasconcelos publica no referido artigo.

Porque o cofre que continha os ossos do mártir S. Pantaleão foi roubado da Sé do Pôrto nos últimos períodos da guerra civil, com infinito descaro, diz o Sr. Joaquim de Vasconcelos, tendo-se abafado o caso para evitar o escândalo.

Mas os ossos parece que ficaram, estando hoje, diz-se, metidos num nicho por trás da banqueta do altar-mor.

*
* *

Quantos ossos lá estarão nesse nicho?

Não sei, porque nunca os vi...

Mas devem faltar todos os do crânio, pois que para Portugal, como já vimos, só teria vindo o frontal e êsse estava à parte, engastado num busto de prata ainda há pouco existente na Sé.

Devem faltar mais — a cana do braço direito, que, como sabemos, ficou na igreja de Miragaia; a cana do outro braço, que, *Anacrisis historial* diz ter ido para Lisboa; os ossos dum dos polegares que, conforme se pode ler no *Mapa de Portugal* de João Bautista de Castro, estavam em Aveiro, no mosteiro de Jesus da ordem dominicana (2).

Além disso a *Anacrisis*, sem explicar claramente a parte de que se trata, diz ter sido dada por ordem de Filipe II de Espanha e I de Portugal uma relíquia ao bispo de Jaen.

---

(2) João Bautista de Castro, *Mappa de Portugal*, 2.ª edição, tômo II, Lisboa, 1743, pág. 190.

*
* *

Há porém autores que dizem terem sido as relíquias de S. Pantaleão transportadas para França no tempo de Carlos Magno, ficando a cabeça em Lyon e o resto dos ossos na abadia de Saint-Denis.

Fala-se ainda também doutras relíquias que se veneravam na catedral de Burgos, em Oviedo e mais terras de Espanha.

Há inda noticia duma ampola, existente em Lavello na Itália, contendo sangue do santo, que, como o de S. Januário, conservado em Nápoles, se liquefaz periòdicamente no dia da festa.

Na *Anacrisis historial* procura se, com grande cópia de argumentos, pôr tudo de acôrdo, dizendo que houve além do médico, natural da Nicomédia, mais dois santos com o nome de Pantaleão — um que era da Apúlia e foi martirizado no tempo de Trajano; seriam dêste as relíquias existentes em França — outro, aquele cujas relíquias estão em Espanha, das Astúrias, martirizado perto de Oviedo.

Mas do grande S. Pantaleão só seriam o sangue de Lavello, as relíquias que vieram para o Pôrto e as que anteriormente foram para Colónia.

*
* *

Será assim?

Não sei.

Mas seja como fôr, grande devoção tinham, noutras eras. os portuenses pelo santo padroeiro da Cidade.

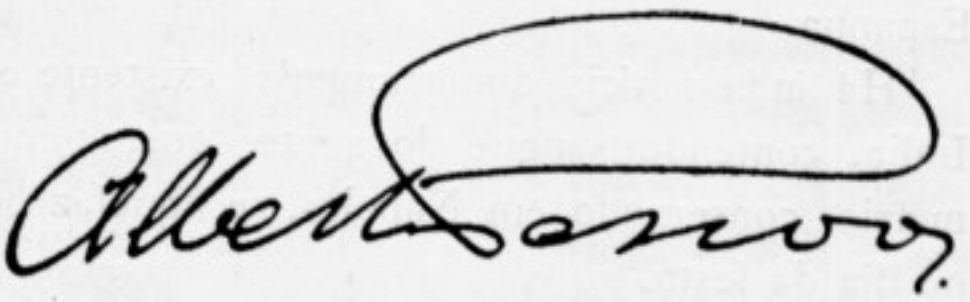
A festa era, com efeito, das mais brilhantes, chamando grande concurso de fiéis.

Com o andar dos tempos porém, foram-se os portuenses esquecendo do formidável S. Pantaleão.

Ainda há todos os anos, a 27 de Julho, dia em que a igreja celebra o triunfo do mártir, uma vaga festa perdida no meio do serviço religioso de todos os dias, mas por que ninguém dá na Cidade.

É um abandono e um esquecimento completos.

Assim morrem na memória incerta dos homens os heróis, os santos e os deuses.



RADIOACTIVITÉ

SUR UNE NOUVELLE DÉTERMINATION DE LA PÉRIODE DU POLONIUM

NOTE DE M. MARIO A. DA SILVA, TRANSMISE PAR M. JEAN PERRIN (1)

J'ai eu l'occasion récemment d'exécuter une série de mesures de l'ionisation produite dans l'argon extrêmement pur par les rayons α du polonium.

Ces mesures m'ont permis d'obtenir une nouvelle détermination de la période du polonium dans des conditions qui diffèrent de celles réalisées précédemment et qui paraissent particulièrement favorables.

1° Dans l'argon pur, la saturation du courant est facilement réalisée ainsi qu'il a été indiqué dans une Note précédente (2). Cette saturation est déjà obtenue sous une tension de 50 volts, comme il ressort des courbes de la figure 1 ;

2° On est assuré de la parfaite étanchéité de la chambre d'ionisation, car, ainsi qu'il a été montré dans la Note précédemment mentionnée, la moindre trace de gaz qui se serait introduite aurait déformé considérablement la courbe d'ionisation ;

---

(1) Trabalho apresentado à Academia das Sciências de Paris, por intermédio do Sr. Prof. Jean Perrin, pelo assistente da Faculdade de Sciências da Universidade de Coimbra, Sr. Mario A. da Silva. (Vid. *Comptes rendus de l'Académie des Sciences,* sessão de 24 de Janeiro de 1927), donde se transcreve com a devida vénia. (N.° 2).

(2) Marcel Laporte et Mario A. da Silva, *Comptes rendus*, 183, 1926, p. 287.

3° Le polonium, déposé sur une lame d'argent, étai recouvert d'une feuille de mica de $\frac{1}{100}$ de millimètre d'épaisseur fixée sur les bords par de la paraffine.

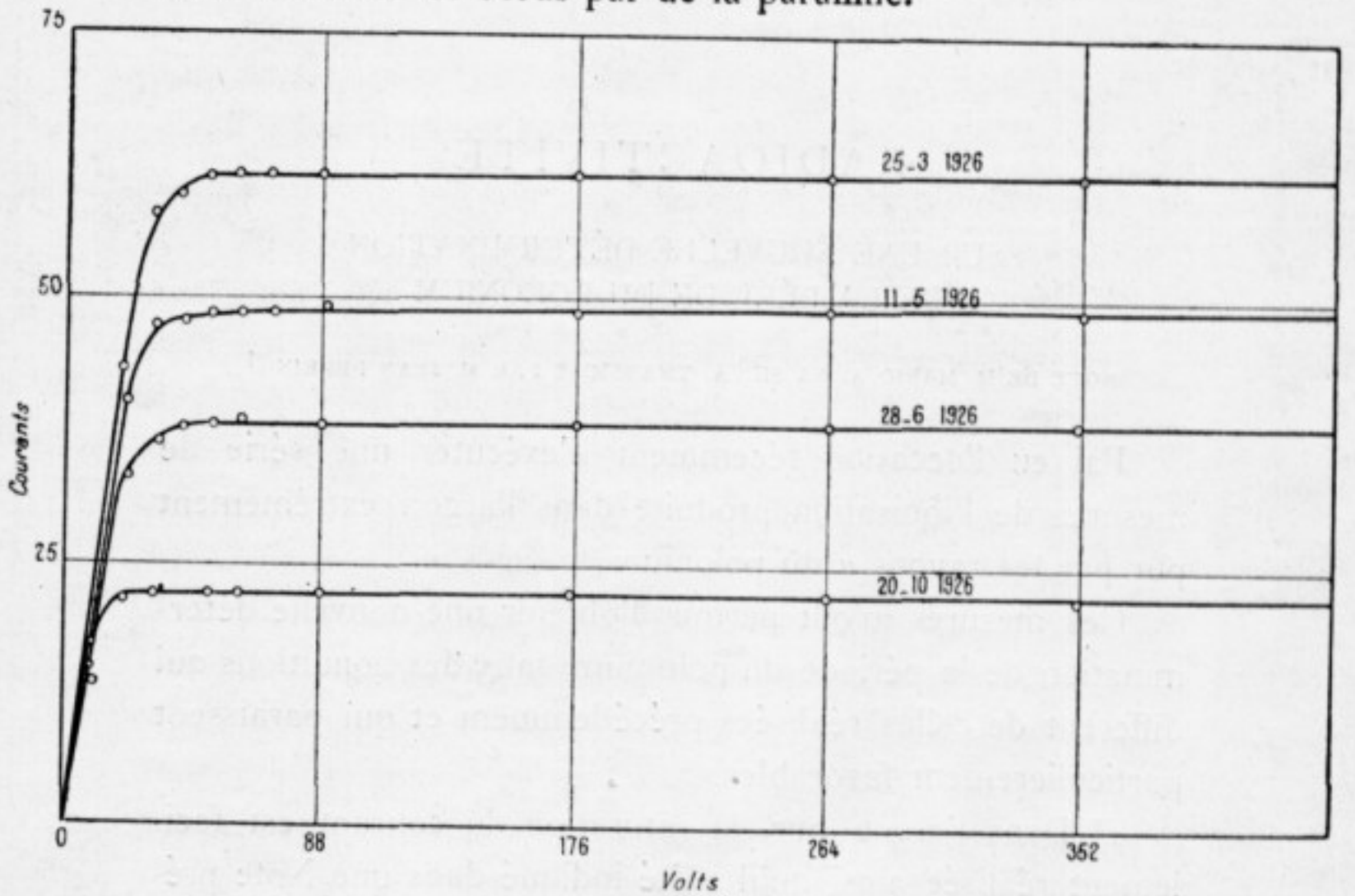


Fig. 1

Cette protection du dépôt de polonium est nécessaire pour éviter les projections de substance active, phénomène déjà signalé par M^me^ Curie (1). L'usage du mica, qui reste inaltéré sous l'action des rayons, paraît préférable à celui d'une feuille métallique.

Les mesures ont porté sur une durée de huit mois et la courbe logarithmique *(fig. 2)* qu'on en déduit donne la valeur de 140,2 jours pour la période.

Ce nombre est très voisin de celui obtenu par M^me^ Curie avec une source protégée par une feuille d'aluminium (1) et de celui obtenu par M^lle^ Maracineanu qui a exécuté à ce

(1) *Journal de Physique et le Radium*, 1, 1920, p. 12.

sujet une série de recherches en employant comme support de polonium différentes substances (1) et en utilisant, dans certains cas, des écrans de protection; il est, par contre,

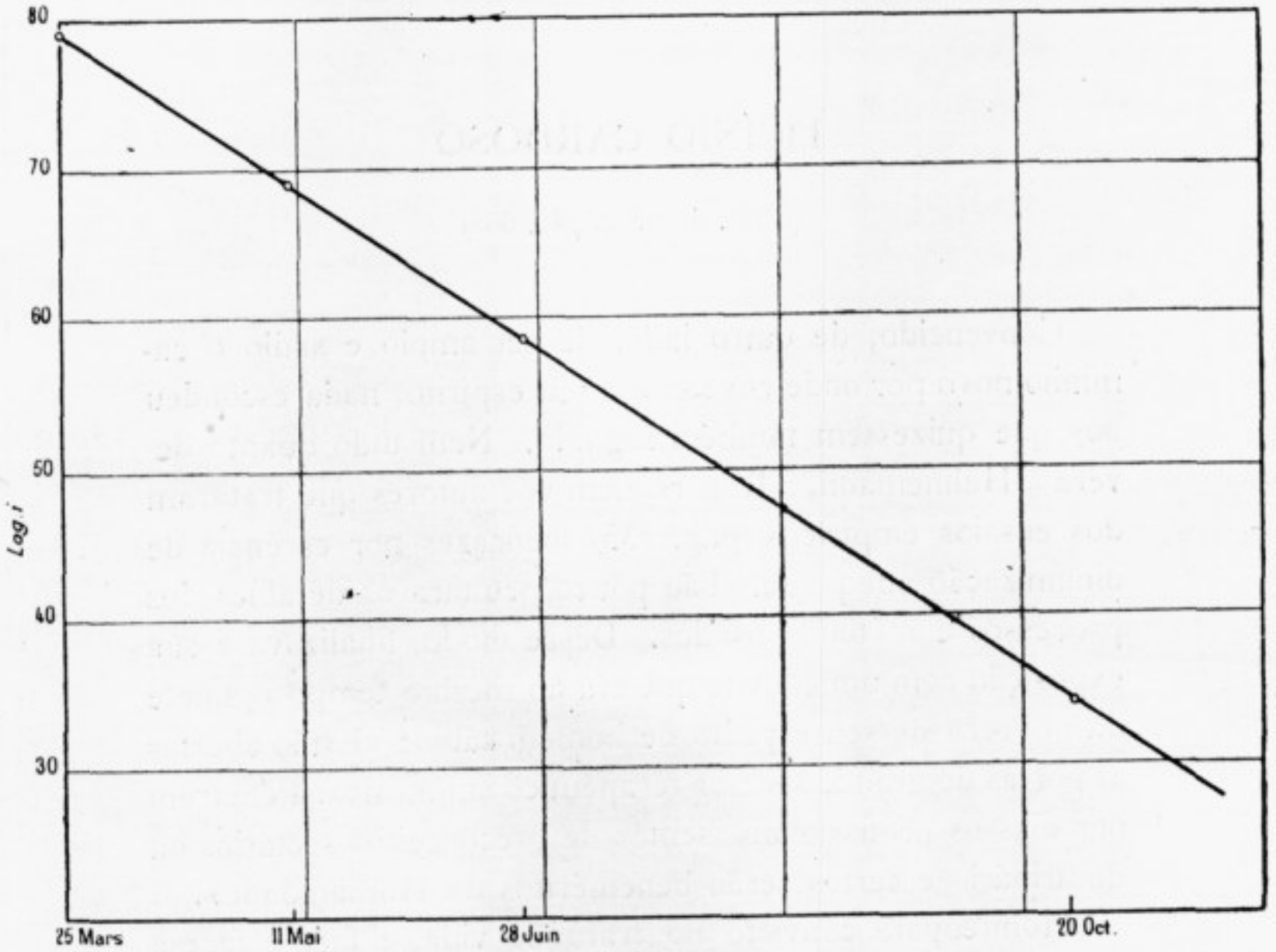


Fig. 2

notablement plus élevé que celui qui est indiqué dans les Tables de Constantes (2).

Le travail présent me semble un argument en faveur de l'adoption pour la période du polonium d'un nombre très voisin de 140 jours.

MÁRIO A. DA SILVA.

---

(1) Thèses présentées à la Faculté des Sciences de Paris, 1924.

(2) Kovarik and L.-W. Mc Keehan, *Bulletin of the National Research Council*, 10, March 1925, p. 31.

LICÍNIO CARDOSO

(Cont. do n.º 4, pág. 668)

Convencido, de outro lado, de ser amplo e sadio o caminho novo por onde envedara o seu espírito, nada escondeu aos que quizessem também segui-lo. Nem tudo quanto devera a Hahnemann, a Rogers, nem aos autores que trataram dos ensaios empíricos (pág. 235) ineficazes por carência de dinamização adequada. Tão pouco ocultara os detalhes dos processos e métodos usados. Dêsse modo, finalizava a sua exposição com um convite que era ao mesmo tempo o sinete da nobreza de seu espírito de homem sábio: «Estão abertas as portas do grande sistema terapêutico autonósico. Penetrem por elas os profissionais isentos de preconceitos sectários ou doutrinário e certos serão beneméritos da Humanidade».

Homœopata convicto no trato da vida, e face a face à morte quando a percebeu traiçoeiramente agressiva, encarando-a, todavia, estóica e resignadamente, Licínio Cardoso não abandonou jámais a terapêutica homœopata, quer para si próprio, quer para os seus doentes mais caros. Nada repudiou. Não teve, à maneira de Hahnemann inicialmente, nenhuma desilusão forte com os seus velhos recursos terapêuticos antes de formular a lei dos semelhantes. Apenas, com a sua *sensibilidade* e experimentalmente, êle acreditou — sob a de brasileiro, originalmente, porém lógica inspiração do livro de Rogers como da correspondência com êle mantida — que tivesse realizado uma trajectória de evolução de

processos ou pelo menos que tivesse alargado o próprio âmbito da homœopatia, melhorando-a, refinando-a, potencializando-a. Daí, precisamente, a concepção da *Dinioterapia Autonósica* a que se elevou, depois de haver durante cinco anos experimentado, estudado, aplicado a dinioterapia auto-hémica, parte primeira e maior dentre as componentes daquele novo sistema terapêutico.

O seu pensamento nesse sentido ficou robusta e incisivamente esclarecido:

«A dinioterapia autonósica, entretanto, cujas leis vão ser agora estudadas, emana positivamente da homœopatia. Mais do que isso: é um refinamento dela».

Se já entre o agente da cura e o estado patológico, estabelece a homœopatia uma relação bem precisa, que é a relação de semelhança, mais íntima é ainda esta relação na dinioterapia autonósica» (pág. 18).

«Esta dinioterapia autonósica, pois, ou *auto-pato-dinio-terapia,* constitui um sistema de tratamento específico no qual a relação entre a doença e o remédio é a mais íntima possível; não é pròpriamente uma relação de identidade pelas razões adiante expostas, mas representa alguma cousa mais que a semelhança; é um tratamento, em suma, que constitui um requinte da terapêutica homœopática ou *homœopato-dinio-terapia* na qual, como é sabido, não há exigência da relação de identidade entre a doença e o remédio, mas apenas a relação de semelhança» (pág. 19).

Essa obra de Licínio Cardoso é inegàvelmente uma obra de sistematização, conforme o próprio autor deixou afirmado em vários pontos da sua exposição. Veio de Hahnemann a terapêutica, veio de Augusto Comte o arcabouço filosófico, veio de Rogers a ideia prática, a novidade da dinamização do próprio sangue dos doentes, administrado depois medicamentosamente em pequenas doses. Essas, as influências principais, directas, conscientes. Outras mais, indirectas,

prepararam porém, pacìficamente, a eclosão de sua sistematização scientifico-filosófica ao mesmo tempo que estimularam o seu espírito em tomar aquela empreitada de vulto. Essa, a génese complexa da sistematização teòricamente elaborada. Segue-se-lhe a parte prática, o resumo cauteloso e paciente de casos clínicos, muitos e variadíssimos, — para cima de 2.5oo, é de notar — que durante cinco anos seguidos havia constituído entretenimento notável de sua experimentação e observação scientíficas, preparando que estava o seu espírito o material necessário para divulgação — prático-teórico — da sistematização terapêutica a que se devotara antes.

«Não houvesse o génio de Hahnemann criado a homœopatia e absolutamente impossível haver-me-ia sido agora instituir a dinioterapia, pela sistematização de vistas parciais expostas, ora aqui, ora ali, no domínio das sciências biológicas.

«Só depois da criação da homœopatia praticada durante já quási dois séculos, com prestígio sempre crescente, foi possível ao Dr. Rogers de Chicago, conceber a auto-henioterapia dinamizada, que representa o meu especial ponto de partida neste mister.

«Compreendi que o processo do Dr. Rogers deveria representar um elo, apenas, duma vasta cadeia constituída por análogos processos, subordinados ao mesmo critério fundamental.

«Na verdade, os resultados, algumas vezes brilhantes, outras vezes desastrados, da soroterapia, da tuberculino-terapia, da vacino-terapia, da onoterapia, empìricamente aplicadas, fizeram-me compreender, diante dos estupendos resultados da auto-hemo-terapia potencializada, que nesses diferentes processos de tratamento se deveriam achar materiais brutos de um vasto sistema racional de terapêutica, subordinado a leis naturais correlacionadas com o estado patológico e com o problema da cura; quer dizer, com as mesmas leis que constituem o fundamento da homœopatia.

«Elevei-me dessarte à concepção da dinioterapia autonósica, isto é, à concepção de um sistema de tratamento, que dinamizando productos normais ou patológicos do organismo, onde se achem germens do mal, tira dêles os remédios convenientes» (pág. 19).

Quando se sabe que o monumento da obra de Aristóteles, de preclaríssima clareza, aguardou séculos vários até que pudesse ser devidamente *compreendido* pelos europeus de múltiplas raças que tanto haviam manuseiado as traduções de sua obra, compreende-se bem a relatividade daquela afirmação modesta e generosa de Licínio Cardoso insistindo, especialmente, em tudo quanto fizera Rogers antes dêle. Competia em verdade ao autor tal confissão. Ao leitor, porém, fica a liberdade de não aceitá-la integralmente, pois que Licínio Cardoso só adoptou e fêz a sua — com curiosidade e sem relutância — a prática de Rogers de Chicago, pelo facto de estar o seu espírito preparado, perfeitamente disposto e preparado, para a mesma descoberta.

Fora do campo comercial, onde então a mola é o interêsse do ganho, no terreno scientífico especialmente, a evolução do espírito humano é tarda e trôpega, não só pela dificuldade em si das descobertas, mas, insufismàvelmente, pela reacção social do comum dos homens à novidade da própria descoberta.

Ninguém descobre quando quer; tão pouco ninguém redescobre querendo. Cada homem procura alimento para a curiosidade de seu espírito, mas só procura o novo, o alimento ou a idea nova, quando o organismo acusou a insuficiência do alimento velho. Isso explica, não só a razão da contemporaneidade das invenções humanas em mais de um ponto do planeta, como, de outro lado, inversamente, a razão de ser de invenções que não despertam senão *reacções* de antagonismo nos próprios meios sociais em que foram feitas. Paradoxalmente poder-se-ia até mesmo dizer que a

cousa mais fácil de ser roubada é ao mesmo tempo a mais difícil: uma ideia.

Licínio Cardoso no Brasil, como Rogers nos Estados Unidos, representa a ideia do tempo, legitima o avanço que num e noutro país tomou a homœopatia. Não houve pois, nenhum acaso na filiação, do encontro.

Os processos de Rogers tiveram, ao que parece, penetração minguada nos centros cultos europeus, a-pesar-do sucesso de sua aplicação nos Estados Unidos dum lado, e a-pesar ainda, de outro, de haver sido o inglês o idioma de que se servira em 1913 aquele autor para a exposição de suas ideias. Emfim, escasso foi também ainda o tempo para a travessia do Atlântico.

A obra de Licínio Cardoso, em tradução avançada na Suissa, cedo dirá aos centros scientíficos europeus a palavra brasileira procurando ampliar, potencializar e refinar a própria terapêutica hahnemanneana. Apresentada ao público europeu que será por A. Nebel, celebridade clínica européa, notável por seus trabalhos sôbre o cancer (sendo o Dr. Antoine Nebel Fiis o traductor) creio poder adiantar, desde já, que não haverá de ser pequeno o interêsse por ela a despertar. De resto em Lausanne (Suissa) já se pratica aquilo que talvez não seja ainda repetido no próprio Brasil como fôra de desejar: os processos dinioteráplcos de Licínio Cardoso.

Seja como fôr, é de todo oportuno o momento europeu para a atenção sôbre a terapêutica homœopata. Nunca esteve de facto, como agora, relativamente tão victoriosa a homœopatia, provindo o sucesso, desta vez, da própria pátria de Hahnemann. É que algumas autoridades alemãs de vulto, filiadas à medicina oficial, tiveram ocasião de estudar a terapêutica homœopata, realizando depois a confissão honesta e corajosa de anunciarem em público as novas luzes então encontradas para a continuação de seus próprios trabalhos scientíficos.

Tudo recente, mas notàvelmente impressionante.

Primeiro Rudolph Arndt, o autor da lei fundamental de biologia, como foi por êle próprio apelidada, a qual («as pequenas doses excitam a actividade vital, as doses médias reforçam na, as doses fortes paralisam-na, as doses excessivas suprimem-na totalmente») se encontra em harmonia perfeita com a terapêutica hahnemanniana. Arndt confessou depois nada haver conhecido, contudo, anteriormente da doutrina homœopata, nem ter com ela nem interêsse nem comércio... (Mas no não querer conhecê-la, depois disso, não haveria qualquer dose da má fé ?!).

Em seguida Hugo Schulz, o companheiro de Arndt na formulação subseqüente daquela mesma lei, o professor universitário que confessou nobremente o seu respeito pela obra de Hahnemann (*Similia Similibus Curuntur,* 3.ª ed., München, 1925). E depois, recentemente, August Bier (*Wie sollen wir uns zu der Homöopathie stellen?* 1925) cuja afirmação lastimando não haver conhecido trinta anos antes o *Organón* do sábio de Meissen, é profundamente honesta.

É claro que essas vitórias não foram teóricas apenas. De acôrdo com o feitio pragmàticamente solerte dos povos do setentrião, e em conseqüência da repercussão daqueles trabalhos de Schulz e Bier, as universidades de Berlim e Frankfurt (e Bonn logo após, ao que parece) acabam em verdade de criar cadeiras para o ensino da homœopatia em suas próprias faculdades médicas.

A época é pois propícia ao reconhecimento da genialidade da obra de Ismael Hahnemann (1755-1843) sistema ousado de terapêutica reformista cuja prática durante um século inteiro foi sempre ampliada pela renovação de seus triunfos, e cuja teoria vem sendo cada vez mais robustecida pelos materiais scientíficos posteriores, de fontes várias, fornecidos pela física, pela biologia, pela química e pela energética, todos acordes na potencialidade das doses infinitesimais dina-

mizadas e na vibratibilidade reactôra admirável das células do corpo humano sob o contacto dos turbilhões dos átomos medicamentosos.

Licínio Cardoso, como todos os homens cultos de nossa pátria, dentre aquelles que possuem dignidade e coragem para se sentirem visceralmente brasileiros, sofreu também a *tragédia brasileira*, expressão, que proponho agora como síntese do estado de espírito dos brasileiros exponenciais filiados aos maiores e melhores centros de cultura do planeta, ao mesmo tempo que se vêm chumbados ao ambiente carente de cultura de nossa terra, expressado que ainda vai no Brasil o coeficiente de nulidade das massas (analfabetismo de letras e de ofícios) em números não compatíveis com as nações civilizadas contemporâneas. É a tragédia dos espíritos fortes, amplos e generosos, o drama quotidiano passado no gabinete dos homens que pensam e meditam sôbre os destinos do Brasil caríssimo, depois de haverem analisado e auscultado as suas condições de insuficiência orgânica, vendo baldio de recursos o ambiente social, como meio repercursor único de suas ideais e ensinamentos.

Licínio Cardoso *pensou de facto o Brasil.* E, tanto quanto os melhores homens de seu tempo, embora isoladamente, pugnou pela campanha das campanhas, pelo problema dos problemas, pelo dever dos deveres, pelo saneamento cultural de sua pátria.

Professor incansável e insaciável durante cinco decénios, o seu interêsse cívico pela disseminação e elevação do ensino no Brasil foi constante, íntegro, paciente e resoluto. Todavia, exigentemente austero consigo mesmo, insatisfeito quer com o que fizera como professor de três escolas superiores, quer com escritos vários de jornais e revistas, quer com a sua actuação, no Império e na República, nos Conselhos de Ensino, resolveu deixar com a maior veemência a expressão de seu ardor cívico admirável compondo, aos 73 anos de idade,

logo que aposentado do magistério oficial, a obra em que resumiu os seus pensamentos continuadamente devotados à comunidade brasílica.

Eu, por mim, vejo nesse livro um libelo veementemente pacífico e pacìficamente violento. Demais, honestíssimo e oportunissimo. O ataque, de todo despersonalizado, aos dirigentes das décadas republicanas, é de facto severo e impressionante, constituindo o livro pela elevação de seus conceitos e pela justeza de seus julgamentos e afirmações, um dos estimulantes espirituais mais fecundos que a geração dos homens que prepararam e realizaram a República deixou à geração daqueles outros subseqüentes, nascidos com o novo regime, libertos de escravos e de preconceitos sociais, cuja obra parece-me dever ser mais difícil ainda, por isso que haverá de estar voltada não só para a Independência de nossa Cultura, como para a Consciência de nossa própria Vida.

Soldado e oficial do Império, egresso da farda por independência mental pacífica, denodado propagandista do novo regime, sem candidatar-se a nenhum cargo nêle, cidadão da República cultivando com carinho os seus deveres e as suas virtudes cívicas, sabia Licínio Cardoso ter responsabilidades perante as gerações futuras, daí decorrendo a razão de ser da energia dispensada naquelea Obra (*O Ensino que nos convém*, 1923), em que expoz, como clínico, os vícios orgânicos de nossa nacionalidade, e em que conjecturou, como sociólogo, sôbre o condicionamento de nossas promissórias de êxito na seqüência dos eventos evolutivos.

Não escondeu o teorismo abstracto, o idealismo não congénito e artificial portanto da transição de regimes em 89; não olvidou a realidade trágica de sermos uma democracia teórica cujo povo carece ainda de existência política rudimentar; não fugiu, como sociólogo, à interpretação do quadro doloroso de nosso condicionamento evolutivo dentro de

um tablado geográfico imponente demais para as raças iniciais aqui fundidas sem que tivesse havido ainda direcção eficiente das elites escassíssimas para a osmose cultural dos centros longínquos, dispersos e carentes de cultura.

De igual sorte, analisou os vícios e as toxinas que os filhos de senhores (todavia á melhor parcela da população) herdaram do regimen escravatício tão largamente aclimatado; exprobrou a falta continuada de governos altamente cívicos; escalpelou a miséria anárquica de gastos sumptuosos e improdutivos da República; anatematizou a inércia insolente, aterradora pela continuïdade, dos dirigentes no descuidar e desmandar das cousas do ensino; combateu os feticismos constitucionais rídiculos e ingénuos; propoz, em suma, reagindo com a sua sensibilidade acrisolada de brasileiro eminentemente culto, reformas dentro da própria Constituïção republicana que respondessem às realidades agras e causticantes do ambiente social brasileiro.

Mas não se tornou descrente. Como os melhores patriotas do passado, como os mais robustos especimens da raça no que tem dado de mais puro, desde José Bonifácio até Alberto Tôrres, não temeu Licínio Cardoso em detalhar as nossas misérias sociais, animado que estava o seu civismo de crenças sadias nas possibilidades de um Brasil futuro, — grande, culto, digno e honrado, desafogado de misérias destorturado de ignomínias.

Prescrutando o futuro, analisava sem vacilações tímidas o presente, e explicava o passado, a humildade em suma do passado inicial de nossa amálgama de raças incipientemente trabalhadas de cultura. Acreditava de resto, honestamente, por isso mesmo que no Brasil comemorar o passado deveria, implìcitamente, significar, projectar e construir para o futuro.

Imaginava a vastidão da terra imensa mas não acalentava o seu espírito com a ingenuïdade, tantas vezes prover-

bial de nosso patriotismo verbal, de divagações engenhosas mas improductivamente estéreis. Via a grandeza da terra, os rios fartos, os campos largos, as cataratas imponentes... mas via também, desoladoramente, desalentadamente, gravemente inerte, a massa social dos trinta milhões insuficientemente esparsos e aclimatados, cuja inércia social apavorante, na melhor das hipóteses, é medida pelo teor altíssimo e ultrajante de 75 % de analfabetos de letras e ofícios.

Daí tôda a razão da reacção vigorosa de seu espírito de homem culto. Envergonhava-o, ao lado de sua cultura universalizada que lhe dava honras insignes de cidadão do mundo, envergonhava-o e com razão a miséria cultural das massas brasileiras. E honesto, sem ocultar o que vira e meditara durante a sua vida, reagia pugnando com civismo imaculado, sem o bafejo de um único interêsse, pela formação e instrução dos cidadãos da sua pátria.

Sabia que não viria de pronto o pró-homem nacional, o estadista resume que haverá de estabelecer as bases da Pátria-Una pela Nacionalidade, da Independência pelo Trabalho e da República pela Democracia. Mas esperava e aguardava confiante.

Sabia e pregava que instruir é formar cidadãos criar fôrças novas, vivificar organismos combatidos, fundamentar e estabelecer o trabalho e o Progresso dentro da Ordem. Sabia e insistia que Democracia presupõe Instrução, que instruir é republicanizar e que num meio inculto instruir é governar sàbiamente. Sabia e almejava que as elites dirigentes viessem compreender o dever dos deveres, a necessidade das necessidades, o problema dos problemas. E respeitabilíssimo, reagindo ao marasmo acomodatício dos politiqueiros bem cevados, fantasiados de políticos, reagindo aos iconoclastas revolucionários de 1924, conspurcando com as suas fardas a dignidade da nação de Licínio Cardoso, querendo o progresso dentro da ordem, pensava exuberantemente,

desinteressada e patriòticamente no problema dos problemas brasileiros: educar, instruir, corporificar, vitalizar em suma as massas sociais, difundindo e potencializando nelas energias criadoras pelo dinamismo educativo.

Tolerante, sensato, perspicaz e oportuno em tudo quanto doutrinou, expoz e explicou sôbre o ensino no Brasil, desde o universitário superior que queria duplamente livre e oficial, até ao ensino primário que entendia dever ser profusa e utilitàriamente subordinado ao profissional e secundário, assim terminou o autor singela e proféticamente o seu volume alentado: «O essencial porém é que venham escolas. Criemo-las, multipliquemo-las. Delas manará principalmente a energia complexa do Brasil».

Anteriormente, no prefácio, dera o autor a razão de ser da energia do impulso de escrevê-lo: «Produziu-o convencido de que poderia dizer alguma cousa útil a respeito das condições e necessidades do ensino; escrevi-o como desempenho de um dever, na esperança de servir a Pátria, senão em dias do presente, ao menos em dias do futuro: realizei-o sem a preocupação de qualquer interêsse pessoal, pois nada mais, absolutamente nada mais, quero aspirar no magistério; publico-o sem veleidades de sucesso de livraria, pois bem sei que obras desta laia não podem ganhar popularidade».

«Está aí o livro: está satisfeito o meu dever cívico; está livre a minha consciência».

Êsse volume (*O Ensino que nos convém,* 1923) é, insofismável e exuberantemente, o recibo do republicano austero sempre ausente do bafejo e da chefia dos poderes públicos, quer em 1889, por não estar em acôrdo com a abstracção teórica dos políticos de então, quer nas décadas republicanas subseqüentes pelo enjôo que sempre teve dos processos e normas da politiquice nacional, salvo dela, enjoado, que foi quando depois do golpe de Estado de 1891 tomou conheci-

mento, em comissão do Govêrno, em Pernambuco, por alguns dias, com a sordidez politica do seu tempo.

O livro é por tudo isso um espelho do ambiente social de nossa pátria, reflexo crítico agudo severíssimo, até mesmo por evitar conter indicações de nomes. Mas é, por outro lado, ainda, um estimulante formidável com que um ancião, em plena virilidade de seu espírito, quis pôr em brios o civismo das gerações de seus alunos e discípulos.

Eu vejo nêle, em suma, a maior e a melhor das lições de civismo do professor de energia, admirável e respeitabilíssimo, agora extinto.

Robustamente fortalecida a sua inteligência da melhor cultura scientífica de seu tempo, na universalidade com que abraçou conhecimentos de ordens várias, e forrado o seu espírito pela seriedade dos conceitos e generalizações da filosofia positiva, os problemas metafísicos não mereceram de Licínio Cardoso senão atenção escassíssima. Evitava com prudência definições logomáquicas e abandonava, sem interêsse, as indagações estéreis sôbre os atributos de Deus, a essência das cousas, ou as qualidades intrinsecas e irredutíveis do Ser. Invocava Comte e invocava Spencer em suma na delimitação das conjecturas do homem.

Tão pouco não lhe foram caros ao espírito os problemas religiosos. Era deísta, vagamente deísta, sem preocupação de nenhuma idea individual da divindade. Deus era no seu íntimo amplamente concepcionado, no superlativismo das abstracções, como o resultado espiritual da insignificância da creatura humana. Interessado, ao contário, pelas energias dignificadoras e impulsionadoras da vida activa do presente, sem nenhuma hipótese ou almejo de recompensa sôbre uma outra vida nos espaços, Licínio Cardoso possuía porém culto íntegro e sadio pela humanidade, acreditando, como Condorcet e como Comte, na sua evolução ascendentemente possível para um futuro longìnquamente luminoso. Sem

filiação directa à filosofia de Kant, prendia no entanto, como êle tôda a moral prática à noção substancial do dever, noção de facto intrínseca, inapagável, irreductível e inextinguível no fundo de cada consciência amplamente sadia e generosa.

Era feliz, sentia-se feliz, confessava a sua felicidade em suma no recesso de seus íntimos, pertencendo à raça dos eleitos, com coragem e resignação suficientes, para aceitarem satisfeitos os momentos de felicidade fugazes, e com êles dominarem as horas largas de tédio e de tristeza, amargas e solícitas companheiras mais constantes da própria vida. Guardava em suma a memória feliz dos dias altos.

Não sabia invejar, mas sabia-se fingir pequeno junto aos humildes para elevar-lhes o ânimo.

Demais, sabia admirar com plenitude, o que lhe permitia a eclosão simpática de seus impulsos altruísticos activamente enérgicos.

Insistentemente admirou os ensinamentos, ora de Comte, ora de Hahnemann. Mas sabia também, evitando a ortodoxia estéril e acanhada, conservar a gravidade de sua individualidade dentro da própria atracção admirativa. Isso explica o bom senso com que mais de uma vez analisou as utopias sociais de A. Comte ou apontou os seus erros, ao mesmo tempo que explicava as insuficiências e enganos de Hahnemann, embora a lealdade de seu devotamento por um e outro daqueles mestres excelsos de seu espírito.

Respeitando tôdas as religiões não praticava nenhuma. Conhecendo a obra dos filósofos individualistas e destruïdores do século XVIII em França, não procurou jámais, como outros, repetir no Brasil a atitude de nenhum dêles, compreendendo ao contrário que entre nós bem outra deveria ser a acção dos homens de pensamento puro e alto.

Combateu, é certo, o Império. Mas combatia e demolia como construtor, inadmissível que lhe era qualquer forma

política teológica ou metafísica. Demais nessa atitude foi eminentemente honesto.

Creio até mesmo haver sido o único republicano, antes de 89, que para gosar da plenitude de sua independência de pensar e de agir abandonou — pacífica mais irredutìvelmente — a farda de oficial do Império, cujos galões honrara na paz cultivando o espírito de seus alunos.

Era um estóico, vestindo, quando preciso, o manto severo da resignação inteligente e respeitável. Fazia-o, porém, não como um crente humilhado temeroso da cólera divina, mas como um respeitador da contingência e insignificância humanas em face dos desígnios funestos do destino, E, como Spinosa, talvez pensasse na inutilidade de reacções para tais casos. Lutava inteligentemente, quero aqui dizer, mas não teimava irreflectidamente. Aceitava e explicava o impossível.

Impulsivo de nascimento, soube no entanto pautar todos os actos de sua vida dominando pela razão os impulsos do coração. No trato da vida, o imprevisto das soluções encontrou-o mais de uma vez em situações amaríssimas e difíceis. Não se queixava. Não blasfemeava, não imprecava. Carácter adamantino, não teve nunca arrependimento de atitudes ou de posições tomadas, nem mesmo quando, semeiando a bondade farta de seu coração, encontrou, sem procurar, mesquinhas urzes na colheita. E, se podia errar, na subordinação da contigência humana, o fazia honestamente, ou, pelo menos, pronto a confessar o próprio êrro caso o houvesse descoberto.

Isolado de amigos íntimos, como viveu depois de haver perdido os mais caros formados na mocidade, pouco compartilhava de alegrias alheias ruidosas. Não assim nas horas tristes, e, à cabeceira de seus doentes, era o último a perder as esperanças nos próprios recursos do organismo enfêrmo excitado pela sua medicação oportunamente solícita e adequada.

Visceralmente honesto, não temia nem as surprezas da morte, nem os embates tumultuosos da vida, mas principalmente porque cada manhã de cada dia encontrava repousada e satisfeita a sua consciência generosa, sempre pronta a aceitar os imprevistos e desenganos do destino. Demais, sabia-se e sentia-se victorioso. E o era, armado que fôra de paciência vigorosa e de energia selvática para vencer os obstáculos traiçoeiros de sua carreira sulcada de impecilhos perigosos. Mas, por isso mesmo, alegrava-se em poder ser útil à vitória alheia.

Autodidacta, nada devera a outros das posições galgadas. Para si nunca pedira. Defendia porém seus direitos. Sabia mesmo defendê-los com lealdade e energia, acreditando serem próprios de covardes as atitudes acomodatícias dos que entram em acôrdos pouco asseiados ou dos que deixam que sejam desrespeitados os seus próprios direitos. Era bom, mas não o era por fraqueza amável, temerosa muitas vezes de reacções alheias: realizava o bem espontâneamente sem nenhum esfôrço, habituado que fôra desde môço a sentir e a compreender a raridade da gratidão na vida.

Sem credo religioso, possuia o culto pela família. Em moço, cuidara dos irmãos fraterna e paternalmente, conseguindo, com a austeridade de seu exemplo, ensinar-lhes o caminho activo e generoso da vitória. Constituindo mais tarde a sua própria família, viveu, em devotamento puríssimo de quatro decénios, na companhia da esposa amantíssima e modelar que além de haver sido a inspiradora dos melhores de seus trabalhos foi a auxiliadora desvelada e paciente da maioria dêles. A família era de facto o seu culto.

Sem crenças, pròpriamente religiosas, sem o apoio espiritual de um deísmo forte, pois que o seu era inteligentemente vago, possuía a crença devotada da Sciência. A filosofia servia-lhe, por isso mesmo, de inspiradora regulatriz nesse credo integralmente scientífico. Cultor emérito e pu-

ríssimo da Verdade, êle procurava de contínuo a catalogação dos fenómenos naturais subordinando-os às leis universais da filosofia positiva. E por isso mesmo sabia e insistia, como Newton, na humildade das verdades humanas, resumos canhestríssimos que são elas das verdades naturais incognoscíveis, simplificações ousadas das leis universais objectivas, inatingíveis estas em sua essência pelos nossos recursos subjectivos complexíssimos porém irremediàvelmente modestos e escassíssimos.

Detestava a ironia. Enojava-lhe a literatice de banalidades sonoras. Fugia ao paradoxo. E, vigoroso, tomava como covardia as atitudes dos que comentam a vida com displicência pessimista. Parecia-lhe sempre seríssima a vida e que bem aproveitado o tempo de cada criatura humana dentro da esfera de seus deveres, não deveria haver oportunidade para tais divagações. Não protelava, não vacilava, não sabia tegiversar.

Possuïdor de virtudes acrisoladas, sadiamente temperadas na rijeza dos embates da vida, a ansiedade não lhe trouxe nem dissabores, nem desilusões, potencializado que ficou o seu espírito à medida que os seus órgãos começaram a perder a juventude de suas artérias. Aos 70 anos o vigor de sua energia era formidável, provado que foi, infelizmente, em dias amaríssimos e inesquecíveis de sua vida. Aos 71 produziu o seu livro mestre, mergulhado em tristezas íntimas que lhe fizeram emocionar o espírito, trabalhando reaccionàriamente, em benefício da humanidade na concepção de uma terapêutica por êle firmemente acreditada ser um refinamento lógico e valiosíssimo da própria homœopatia. Aos 73 anos elaborou o seu grande livro cívico, atestado opulento da brasilidade de seu espírito.

Aos 74 empreendeu finalmente a sua segunda viagem ao velho mundo — onde durante 34 anos possíveis nunca quisera ir a passeio — falecendo então fora da pátria, justamente

quando resolvera levar a palavra brasileira ao Congresso Internacional de Homœopatia (Paris, Sept.º 1926) convencido que estava de poder apresentar juros, lídimos e opulentos, brasileiros, aos empréstimos de cultura européa anteriormente feitos. Empreendera pois uma viagem de trabalhos e de compromissos. Pensava numa Memória à Academia de Sciências de França em que resumiria o seu tratado de «Mecânica Racional» (por terminar ainda), preparava-se para os trabalhos próprios do Congresso e acreditava poder dar à Europa a tradução iniciada de seu tratado de «Dinioterapia Antonósica».

Nessa atitude e diposição mental, quando a caminho da França à procura do confôrto espiritual scientífico que lhe falhara na pátria encontrou inesperadamente a morte. Faleceu de pé, física e moralmente de pé, sem nenhuma figura de retórica, acrescentamos em respeito à memória de seu espírito amplo e generoso. Como clínico, foi o primeiro, dentre os que o examinaram, a compreender, ainda a bordo, a gravidade irremediável da ameaça violenta até então sopitada pela inergia varonil de seu espírito. Como filósofo, aceitou estòicamente a realidade dolorosa, sem imprecações, lamentações ou blasfêmeas. E fêz mais. Escondendo à esposa amantíssima e à filha querida, únicas admiràvelmente presentes, a gravidade do caso, enganou a ambas a verdade terrível registrada no entanto no seu próprio diário emquanto o permitiu o agravar do próprio mal que o vitimaria logo depois, a-pesar-da solicitude carinhosa e inteligente dos clínicos que acompanharam com o melhor devotamento o caso doloroso. (Dr. A. Murtinho Nobre, a bordo, passageiro do mesmo navio, Bivar Robertes, *o maior homœopata de Lisboa*, Anibal de Castro, conceituado clínico ouvido mais de uma vez em conferência).

A vida admirável de Licínio Cardoso, por isso mesmo que não esteve o seu espírito filiado a nenhum dos deuses

de qualquer das religiões do planeta, faz pensar na razão de ser da fonte de inspiração pura e contínua das grandes vidas, enérgicas, sérias e honestíssimas, faz acreditar em suma na hipótese de uma Finalidade irreductìvelmente inteligente da própria Vida. A descrença de seu espírito de uma qualquer das religiões — chumbada no entanto que estava nêle a noção irredutível do *dever* inadiável e incorrutível — ¿não seria por isso mesmo uma afirmação velada de suas crenças em um Deus maior, superintendendo tôdas as religiões do planeta e com elas tôda a própria Humanidade?

A bordo do «Köln» Julho, 1926.

Vicente Licínio Cardoso.

DA CONSTRUÇÃO GREGA CORRESPONDENTE AO JUSSIVO DO PASSADO DO LATIM E DO PORTUGUÊS(1)

Para exprimir uma ordem ou exortação a respeito do que alguém devia (e podia) ter feito mas não fêz, a língua latina servia-se do imperfeito e do mais-que-perfeito do conjuntivo (2) (*jussivo do passado*). Ex. At tu dictis, Albane, maneres (=manere debebas), Verg., *En.* VIII, 643; frumentum ne emisses, Cic. *Verr.* 3,84. A língua portuguesa conservou êste emprêgo do imperfeito e mais-que-perfeito (3) Ex. estudasses ou tivesses estudado (i. e. devias ter estudado). É clara a afinidade entre êste valor imperativo dos tempos secundários do conjuntivo e o das mesmas formas no período hipotético do irreal; a acção é irrealizável em ambos os casos. Ao sentido imperativo do conjuntivo e à irrealidade da acção se deve o ser o *jussivo do passado* uma construção enérgica e incisiva, traduzindo estranheza, censura ou repreensão.

¿Qual seria em grego a construção que melhor se ajustaria a exprimir sentido idêntico?

Da evidente correspondência ao verbo dever e infinitivo verificada no latim e no português, e dado o sentido irreal

---

(1) Comunicação apresentada ao Congresso Luso-Espanhol realizado em Coimbra (1925).

(2) Madvig 351, obs. 4.

(3) Vid. Epifânio Dias, *Syntaxe historica portuguesa*, 266.

da acção fàcilmente se conclui que temos de recorrer às construções de infinitivo dependente de ἔδει e ἐχρῆν (cp. Goodwin, *Greek moods and tenses,* 415 sgg.). Assim o entende B. Green no livro intitulado *Notes on greek and latin Syntax,* pag. 67.

Luciano de Samósata, p. ex., fêz uso de ἔδει ἐπιβοήσασθαι em circunstâncias em que o latim e o português empregariam o *jussivo do passado.* Polifemo está narrando a Poseidon como Ulisses e seus companheiros conseguiram fugir da caverna onde estavam prisioneiros. Poseidon comenta: Μανθάνω· ὑπ'ἐκείνοις ἔλαθον ὑπεξελθόντες· σὲ δὲ τοὺς ἄλλους Κύκλωπας ἔδει ἐπιβοήσασθαι ἐπ'αὐτόν (1); *compreendo; escaparam-se* [Ulisses e seus companheiros] *escondidos debaixo daqueles* [carneiros]; *mas tu devias ter chamado em teu auxílio os outros Ciclopes* — chamasses ou tivesses chamado — *quanto poteras advocasses*, no lat. da edição de Firmin Didot. Na verdade Polifemo chamara os outros Ciclopes; Poseidon, porém, fala como se tal se não tivesse dado: *devias ter chamado* (não chamaste). A acção é pois potencial com a negação implícita. Nas circunstâncias descritas o latim e o português empregariam sem dúvida o *jussivo do passado.* A diferença está em que, faltando ao grego o tom imperativo que têm o latim e o português devido ao conjuntivo, a expressão é ali muito menos incisiva.

Carlos Simões Ventura

(1) Κύκλωπος καὶ Ποσειδῶνος διάλογος.

BIBLIOGRAFIA

Émile Suys. — *Vie de Petosiris, grand prêtre de Thot a Hermopolis-la-grande, avec une préface de Jean Capart.* — Bruxelles, Édition de la Fondation Égyptologique Reine Élisabeth, 1927. (158 p. VI grav. f. do texto).

A arqueologia egípcia conserva ainda, como nenhuma outra, o seu grande poder de atracção; são problemas que interessam tôda a humanidade, e de facto, para o eterno mistério das origens nunca é de mais o conhecimento das civilizações do velho Nilo, cuja cronologia tem facilitado à sciência a fixação dos pequenos passos que a história das civilizações primitivas tem adiantado.

Entre os países que com louvável e metódica perseverança trabalham na investigação da alta antigüidade egípcia, conta-se a Bélgica; a *Fondation Égyptologique Reine Élisabeth* tem largamente contribuído para êsses estudos e para o avanço da sciência respectiva, já pela acção directa dos seus associados, já pelas publicações que edita e pelas quais dá conta das mais palpitantes aquisições para a constatação do alto grau scientífico e artístico a que a civilização egípcia foi levada. A obra que temos presente e que merece a melhor atenção de todos os egiptólogos ou mesmo dos simples curiosos, pertence à actividade da citada *Fondation;* descreve-nos o túmulo duma alta dignidade sacerdotal do Egito — *Petosiris* Ankhefkhonsou, que a si próprio se intitulava «*le Grand des Cinq, Maître des Sièges, Grand Prêtre, voyant le dieu dans son naos, prophète de l'Ogdoade, chef des prêtres de Sekhmet, chef des prêtres de la troisième classe et de ceux de la quatrième classe, comptable de tous les biens du temple de Khmounou, second prophète de Khnoum-Râ, maître d'Hirourt et d'Hathor dame de Neferoust, phylarque de la seconde classe sacerdotale du temple d'Hirourt et de celui de Neferoust*».

Trata-se dum formosíssimo monumento que o seu próprio destinatário considerava sem igual, admiràvelmente decorado pelo gôsto requintado dos artistas hermopolitanos do fim do IV séc. a. de C., explo-

rado pelo sábio egiptólogo *G. Lefebvre* em 1920 que a propósito publicou um relatório monumental, tesouro das poucas bibliotecas que tenham podido adquirir algum exemplar. Dêsse relatório extraiu o Sr. *Émile Suys* o resumo que temos presente, destinado a tornar acessíveis a todo. as importantíssimas descobertas com que *Lefebvre* enriqueceu a sciência, o que só por si constitue um autêntico serviço a todos aqueles cuja curiosidade o inquietante mistério do velho Egito alguma vez tocou.

Efectivamente, a importância scientífica do espólio tumular do opulento sacerdote de Thot em Hermópolis sobreleva em muito a de qualquer outro túmulo até hoje descoberto, sem esquecer mesmo o de Toutankhamon, que tantas vidas tem custado, pois emquanto o inventário dêste deslumbra os leitores pelas suas incomparáveis riquezas materiais, outro tesouro nos oferece o espólio de Petosiris: é tôda a história duma família sacerdotal de Hermópolis desvendando-nos um pouco do pensamento e da mentalidade egípcia do IV séc.; o antigo escriba real, para regalo da sua vida tumular, fêz decorar as paredes do templo funerário elevado à sua memória com todos os factos importantes da sua carreira terrestre: *Il y a retracé sa vie civile, décrit ses fonctions, exalté le rôle qu'il avait remplis dans la société. Mais ce qui est plus important, il y a exprimé son idéal religieux et moral, nous permettant en quelque sorte de sonder le cœur d'une haute personalité égyptienne, à une des périodes où la vallée du Nil passait par une tourmente violente au moment de la seconde domination des Perses et aux premières années de l'établissement de la royauté lagide.*

On entrevoit immédiatement l'importance d'une telle découverte et l'on comprend que là où Toutankhamon nous apporte des trésors matériels, Petosiris, un saint de l'Égypte pharaonique, nous restitue des pensées de l'ordre le plus élevé, comenta o erudito *Jean Capart*, que prefacia a obra.

O Instituto agradece ao Sr. *Suys* e à *Fondation Égyptologique Reine Élisabeth* a valiosa oferta do exemplar recebido.

R. M.

MATHIAS LIMA. — *Super-Libros portugueses inéditos*. Pôrto, Livraria Fernando Machado & C.ª L.da, 1927. 4-148 p. Ilustr.

À escassa bibliografia portuguesa ex-librística há a acrescentar a contribuïção do nosso prezado consócio sr. Matias Lima, que numa in-

teressante edição juntou algumas das muitas espécies inéditas de *super libros* que pelo nosso país andam esquecidas.

São particularmente notáveis, pelos subsídios biográficos e históricos que fornecem, os *super libros* heráldicos que constituem a maior e melhor parte da obra. Quere-nos, porém, parecer que o natural desejo de avolumar a colheita levou o sr. Matias Lima longe demais, resultando incluir como *super libros* meros agrupamentos de ferros de encadernador dispostos casualmente, e simples rótulos de livros de registos onde de-certo a vontade e o gôsto das comunidades ou associações suas possuïdoras (que, de ordinário, tinham os seus emblemas privativos em ferros próprios) em nada intervieram; estão neste caso os n.os 1, 2, 4 a 8, 14, 16, 17, 20, 22, 25, 27 a 29, 34, 35, 41 a 43, 45, 46, 50, 54, 57, 64, que, podendo ser catalogados como exemplares mais ou menos curiosos de encadernações nacionais, apenas servem, seriados como *super libros*, para estabelecer lamentável confusão numa sciência que não carece dêstes recursos para ser de grande interêsse subsidiário.

E a obra do nosso prezado consócio também de modo algum necessitava dessa inclusão, que a não valoriza e que tem o seu lugar noutra espécie de estudos, para dever considerar-se como das mais interessantes na bibliografia nacional da especialidade.

O Instituto agradece reconhecido ao Sr. Matias Lima os exemplares oferecidos.

LIVROS RECEBIDOS

Muito se agradecem os seguintes livros oferecidos ao Instituto de Coimbra:

A questão do pôrto da Beira, por Henrique Correia da Silva 1 vol. Lisboa, 1927.

History the Teacher. Education inspired by humanity's story, by Frederick J. Gould. 1 vol. London.

Auguste Comte, pelo mesmo, 1 vol. London, 1920.

Ceylon and Portugal. Part I. Kings and Christians 1539-1552 from the original documents at Lisbon, by P. E. Pieris and M. A. H. Fitzler, Leipzig 1927. 1 vol.

As Colonias estrangeiras de Tampico, por Arthur Guimarães. 1 vol. Rio de Janeiro, 1927.

A Latinidade da America. Os imperialismos. Topicos mexicanos. Espiritismo — religião ou espiritismo — sciencia?, pelo mesmo, 1 vol. Rio de Janeiro, 1927.

A unificação da sciencia. Bases e algumas deduções da minha teoria sobre a constituição dos corpos, por Justiniano Esteves, 1 vol. Lisboa, 1927.

Unificação da nomenclatura fisico-química. Trabalho da Sociedade de Química e Física, por Alvaro R. Machado. Pôrto. 1927. 2 folhs.

Inscripções sepulcrais da Sé de Lisboa, por J.-M. Cordeiro de Sousa, Lisboa, 1927. 1 folh.

Festschrift zum 70. Geburtstage und 40 jährigen Dienstjubiläum des H. Prof. Dr. H. H. Schauinsland, Direktor des Städtischen Museums für Natur, Völker und Handelskunde zu Bremen. Bremen, 1927. 1 vol.

Catalogo de las publicaciones periodicas existentes en la Biblioteca de la Sociedad Cientifica Argentina, por el Dr. Reinaldo Vanossi. 1927. 1 vol.

Panamá en el Archivo de Indias. Tres años de labor. Informe que rinde al Gobierno de la Republica de Panamá el Señor D. Juan Antonio Susto, enviado especial en estudio en el Archivo General de Indias de Sevilla, de sus tres años de labor. Panamá, 1927.

Catalogo de la Audiencia de Panamá. Sección V del Archivo de Indias, pelo mesmo, Madrid. 1926.

Diario da navegação de Pero Lopes de Sousa (De 1530-1532) comentado por Eugénio de Castro, capitão de corvêta graduado da Armada Brasileira. Prefácio de Capistrano de Abreu. (Série Eduardo Prado). Rio de Janeiro, 1927. (2 vols.).

Algumas notas sôbre plateros segovianos del siglo XVI, pelo Marqués de Lozoya. Madrid, 1927.

La campaña de Navarra (1793-95) en las cartas de la Señora D. Juana Maria de Escobar y de Silva Herrera, Marqueza de Lozoya, anotadas por el Marqués de Lozoya. Valencia, 1925.

Historia de las corporaciones de Menestreles em Segovia. Segovia, 1921. 1 vol.

Hlstoria del derecho español, por Salvador Minguijón Adrin. 2 vols. Barcelona. s. a. Colección Labor.

Notice sur l'oeuvre scientifique de Carlos França, par M. Ferreira de Mira. Coimbra, 1927. 1 vol. Oferta do Instituto Rocha Cabral, de Lisboa.

Universidad de Oviedo. Diścurso leido en la solemne apertura del curso academico de 1927-28 por el Dr. D. Bonito A Buylla, catedrático de la Facultad de Ciencias. Oviedo, 1927. 1 vol. (Versa o problema do carvão).

Vie de Petosiris, grand prêtre de Thot a Hermopolis-la-Grande, par Émile Suys. Avec un préface de Jean Capart. Bruxelles. Édition de la Fondation Égyptologique Reine Élisabeth, 1927. 1 vol.

Sonetos regionais de Ilhavo. Notas de Historia local do sec. XVIII, por António Maria Lopes. Ilhavo, 1927. 1 folh.

Traçado das curvas de altura, por A. Fontoura da Costa. Lisboa, 1927. 1 folh.

A Biblioteca Municipal de Castelo de Vide. História de uma livraria, por P. M. Laranjo Coelho. Coimbra, 1927 1 folh.

LIVROS Á VENDA

Acham-se à venda na Administração do Instituto, os seguintes:

O Infante D. Henrique (1894) — Número comemorativo do 5.º centenário do Infante D. Henrique. Com a colaboração de J. M. Rodrigues, A. J. Teixeira, Sousa Viterbo, Brito Rebelo, J. M. Teixeira de Carvalho ..... 12$00

Fernão de Magalhães — Número comemorativo do 4.º centenário de Fernão de Magalhães. Com a colaboração de D. José Manoel de Noronha, Dr. Alves dos Santos, Dr. Oliveira Guimarães, Dr. Costa Lobo F. Brederode, Henrique Lopes de Mendonça, Ernesto de Vasconcelos, Dr. Fortunato de Almeida (1921) ..... 10$00

Os seis livros de Tito Lucrécio Caro, poeta romano, sobre a Natureza das Cousas, vertidos no verso solto portuguez, por Agostinho de Mendonça Falcão. Coimbra, Imp. da Universidade, 1890..... 15$00

Catalogo dos objectos existentes no Museu de Archeologia do Instituto de Coimbra. A cargo da Direcção de Archeologia do mesmo Instituto (1873-1877)..... 6$00

Idem — Suplemento 1.º (1877-1883)..... 4$50

Elogio histórico de A. Herculano, lido na sessão pública do Instituto de Coimbra, pelo Conselheiro Vicente Ferrer Neto Paiva. Coimbra, Imp. da Universidade, 1878..... 4$50

Noticia sôbre uma série de craneos da Ilha de Timor existente no Museu da Universidade, pelo Dr. J. G. de Barros e Cunha. Coimbra, Imp. da Universidade, 1895..... 5$00

Memória histórica e crítica sôbre a Revolução que em 1246 tirou a corôa a D. Sancho II, por Miguel Ribeiro de Almeida e Vasconcelos. Coimbra, Imp. da Universidade, 1856 ..... 4$00

Apontamentos de optica, pelo sócio Rodrigo Ribeiro de Sousa Pinto. Coimbra, Imp. da Universidade, 1856..... 3$00

Apontamentos biographicos sobre o nosso insigne poeta Luiz de Camões por Miguel Ribeiro de Vasconcelos. Coimbra, Imp. da Universidade, 1854..... 3$00

O INSTITUTO

REVISTA SCIENTÍFICA E LITERÁRIA

FUNDADA EM 1852

O Instituto é uma publicação bimestral do *Instituto de Coimbra,* sociedade scientífica e literária fundada em 1852.

Cada número, com cerca de 100 páginas, publicará artigos acompanhados do retrato e fac-símile da assinatura dos autores e na língua por êles preferida; 5 números formam um volume com frontispício, índice e capa especial.

ASSINATURAS

Série de cinco números.....	25$00
Número avulso	10$00

Só se tomam assinaturas a partir do número 1 de cada volume.

CORRESPONDENCIA

Tôda a correspondência deve ser dirigida para a Redação de *O Instituto,* Arco do Bispo n.º 1 — Coimbra — Portugal.